



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1921

Quinta-feira - 28 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Frei Rogério	329	Paraíso	687
Água Doce	5	Garopaba	330	Passo de Torres	688
Anchieta	8	Garuva	332	Penha	690
Antônio Carlos	55	Gaspar	349	Petrolândia	695
Arabutã	57	Governador Celso Ramos	352	Pinheiro Preto	697
Ascurra	64	Grão Pará	353	Pomerode	705
Atalanta	65	Guaraciaba	390	Porto União	707
Balneário Piçarras	66	Guarujá do Sul	469	Presidente Castello Branco	711
Balneário Rincão	67	Herval d'Oeste	479	Presidente Nereu	712
Barra Bonita	68	Ibiam	480	Rio do Sul	715
Barra Velha	69	Ilhota	483	Rio Fortuna	740
Bela Vista do Toldo	70	Imbituba	484	Romelândia	741
Benedito Novo	71	Indaial	487	Salto Veloso	742
Biguaçu	72	Iomerê	488	Santa Cecília	744
Blumenau	74	Ipumirim	489	Santa Terezinha do Progresso	745
Bom Jesus do Oeste	102	Irineópolis	493	São Bento do Sul	746
Bom Retiro	103	Itá	494	São Carlos	749
Botuvera	104	Itapema	495	São Cristóvão do Sul	750
Braço do Trombudo	106	Itapiranga	496	São Joaquim	751
Brunópolis	124	Itapoá	497	São José	789
Brusque	126	Jacinto Machado	499	São José do Cedro	791
Caçador	145	Jaraguá do Sul	500	São Lourenço do Oeste	808
Camboriú	152	Joaçaba	528	São Miguel do Oeste	809
Campo Alegre	156	Lacerdópolis	538	São Pedro de Alcântara	810
Campos Novos	170	Lages	539	Schroeder	812
Canelinha	172	Lauro Muller	541	Seara	814
Canoinhas	173	Lebon Regis	543	Serra Alta	815
Capinzal	193	Leoberto Leal	544	Siderópolis	821
Catanduvas	197	Luzerna	557	Sombrio	822
Caxambu do Sul	222	Mafra	558	Timbé do Sul	823
Celso Ramos	224	Maracajá	559	Timbó	824
Chapadão do Lageado	236	Maravilha	570	Timbó Grande	825
Chapecó	238	Marema	571	Três Barras	826
Cocal do Sul	244	Massaranduba	572	Treze Tilias	828
Concórdia	252	Meleiro	573	Trombudo Central	830
Cordilheira Alta	269	Modelo	606	Tunápolis	831
Coronel Freitas	271	Monte Carlo	609	Turvo	861
Coronel Martins	272	Morro da Fumaça	628	União do Oeste	862
Corupá	279	Navegantes	629	Urussanga	882
Curitibanos	314	Nova Trento	638	Vargem Bonita	917
Eral Velho	316	Orleans	640	Videira	918
Faxinal dos Guedes	317	Ouro	641	Vitor Meireles	974
Flor do Sertão	319	Ouro Verde	669	Xanxerê	980
Forquilha	320	Palhoça	670		
Fraiburgo	324	Papanduva	682		

Associações

AMMVI	981
-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1921

Quinta-feira - 28 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	982
CIS/AMMVI	983
CIS/AMUREL	983

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 14/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 14/2016
Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406.
TIPO :Menor preço GLOBAL(LOTE).
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 11 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 18 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 15/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 15/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA FIATALIS FR 10.
TIPO :Menor preço GLOBAL(LOTE).
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 11 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 18 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 16/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 22/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 16/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE HORA DE MECÂNICA PESADA PARA AS MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.
TIPO :Menor preço GLOBAL.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 12 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 17/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 17/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA PATROLA FG 85.
TIPO :Menor preço GLOBAL(LOTE).
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 12 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 18/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 18/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E ESTOPAS PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA SC.
TIPO :Menor preço por ITEM.
Abertura da Sessão: 15:30hs. do dia 11 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 19/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada na produção de filmes institucionais, com trilha sonora, locução, edição, criação de roteiro e direção para atender a demanda do município de Abdon Batista - SC.
TIPO :Menor preço GLOBAL.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 15 de fevereiro de 2016

Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 20/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 26/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 20/2016
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO PARA COLOCAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DO MUNICIPIO.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 15 de fevereiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de janeiro de 2016
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PROCESSO PP N.º 12/2016 CANCELADO

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2016

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital da Pregão Presencial N.º 12/2016, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REDE ELETRICA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA AO PARQUE DE EVENTOS.

Abdon Batista 27 de janeiro de 2016.

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2016

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 08/2016), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE 10.000 M² (DEZ MIL METROS QUADRADOS) DE PINTURA SENDO: CORREÇÃO DA SUPERFÍCIE COM MASSA CORRIDA (ONDE HOUVER NECESSIDADE); 01 (UMA) MÃO DE FUNDO E 02 (DUAS) MÃOS DE TINTAS NOS PREDIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS. conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes “proposta de preço” e “documentação”, para o dia 16 de fevereiro de 2016, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 27 de janeiro de 2016.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 04/2016), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA ARBITRAGEM (ARBITROS FEDERADOS E MESARIOS) DOS JOGOS DOS CAMPEONATOS INTERMUNICIPAIS DE FUTEBOL DE SALÃO PROMOVIDO PELA CME DE ABDON BATISTA., conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes “proposta de preço” e “documentação”, para o dia 15 de fevereiro de 2016, para a entrega dos envelopes até às 13:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 14:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 27 de janeiro de 2016.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

Água Doce

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO OFICIAL DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO OFICIAL DEFINITIVO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DA PROVA PRÁTICA DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015

O Prefeito Municipal do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, torna pública a DIVULGAÇÃO E RESULTADO OFICIAL DEFINITIVO da avaliação de títulos e da prova prática do Concurso Público do Edital nº. 011/2015:

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
221148	ANDERSON PAULO PAVELSKI	9,50
221132	FÁBIO LUÍS PUTTON	9,50
221164	FABIANO FRACARI	8,75

INSTRUTOR DE KARATÊ

INSCRIÇÃO	NOME	Nota
220125	ROGERSON DA SILVEIRA LEITE	8,70

INSTRUTOR DE CANTO CORAL

INSCRIÇÃO	NOME	Nota
221234	RODRIGO PIVETTA WERLANG	9,0
220376	BERNARDO MOSER	8,0

INSTRUTOR DE BANDA E FANFARRA

Não houve classificados.

INSTRUTOR MUSICAL

INSCRIÇÃO	NOME	Nota
221073	ANTONIO DARCI BANDEIRA	7,0

TÉCNICO ESPORTIVO - JUDÔ (INSTRUTOR DE JUDÔ)

INSCRIÇÃO	NOME	Nota
220848	CELSO JULIAN	0,00

EDUCADOR FÍSICO

INSCRIÇÃO	NOME	Nota
220728	ANGELA MARIA BROLLO	0,00
220825	CLAUCIA KAER MAIOLI	0,00
220931	FERNANDA GROTTTO	0,00
221211	LUANA COLOMBO THALER	0,00

Água Doce, SC, 26 de janeiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO OFICIAL PRELIMINAR DA CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO OFICIAL PRELIMINAR DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO REFERENTE AO EDITAL Nº. 011/2015

O Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a classificação a divulgação do resultado oficial preliminar da classificação final relativa ao Concurso Público do Edital n.º 011/2015:

CARGO
Agente de Construção e Manutenção

Não houve classificados

CARGO				
Agente Operacional				
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
221201	JOAO FILIPE TONIAL	084.701.179-80	55	1

CARGO				
Agente Operacional de Manutenção e Limpeza				
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
220964	ANA ROSA MONSON	026.240.199-10	65	1
221218	NOELI FÁTIMA DEMARTINI	078.366.559-89	57,5	2

CARGO				
Atendente de Farmácia				
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
220904	GISELE SIMONE DA SILVA	029.183.379-94	67,5	1
219951	ADRIANA DILDEY VIERA	023.708.189-05	60	2
220428	ALANA LOURDES VERONA	073.649.859-13	55	3

CARGO
Auxiliar Consultório Dentário

Não houve classificados

CARGO						
Educador Físico						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
220825	CLAUCIA KAHER MAIOLI	087.503.839-57	52,5	0,00	5,25	1
220931	FERNANDA GROTO	073.793.029-22	52,5	0,00	5,25	2

CARGO
Instrutor de Banda e Fanfarra

Não houve classificados

CARGO						
Instrutor de Canto Coral						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA PROVA PRÁ- TICA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
221234	RODRIGO PIVETTA WERLANG	061.193.849-95	60	9	6,9	1
220376	BERNARDO MOSER	147.264.759-91	52,5	8	6,05	2

CARGO						
Instrutor de Karatê						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA PROVA PRÁ- TICA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
220125	ROGERSON DA SILVEIRA LEITE	000.357.240-48	65	8,7	7,37	1

CARGO						
Instrutor Musical						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA PROVA PRÁ- TICA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
221073	ANTONIO DARCI BANDEIRA	445.640.829-49	57,5	7	6,45	1

CARGO						
Merendeira						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	MÉDIA FINAL		CLASSIFICAÇÃO FINAL	
220525	JOSEFER DA SILVA FLORES	036.019.950-00	50		1	
220219	CLAIR GONÇALVES DOS SANTOS	041.223.379-76	50		2	

CARGO						
Motorista						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA PROVA PRÁ- TICA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
221148	ANDERSON PAULO PAVELSKI	048.710.179-07	60	9,5	6,95	1
221132	FÁBIO LUÍS PUTTON	081.954.709-39	57,5	9,5	6,7	2
221164	FABIANO FRACARI	053.882.299-63	55	8,75	6,375	3

CARGO						
Técnico de Informática						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	MÉDIA FINAL		CLASSIFICAÇÃO FINAL	
221208	JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DE LIMA	093.939.019-10	67,5		1	
221105	DAVIS RABUSKE DE MATOS	090.147.839-30	65		2	
220516	MARCOS LUCIANO RAMOS DE OLIVEIRA	089.562.779-58	57,5		3	
221176	ISADORA SANTOS DA SILVA	105.490.029-95	52,5		4	
221115	JOAO RICARDO COLLA	014.814.459-44	50		5	

CARGO						
Técnico em Higiene Dental - THD						

Não houve classificados

CARGO						
Técnico Esportivo - Judô (Intrutor de Judô)						
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJE- TIVA	NOTA PROVA PRÁ- TICA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
220848	CELSON JULIAN	516.005.289-53	57,5	0	5,75	1

Água Doce/SC, em 26 de janeiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 006/2016

DECRETO Nº. 006/2016, de 04 de janeiro de 2016.

	DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Anchieta passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I – MATEUS POLONIATO

II – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA

III – SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I – VANUSA CANTÚ

II – ALINE DE GIACOMETTI

III – CRISTIANO FLORIANO IMMIG

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função, respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº. 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

04 de janeiro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 007/2016

DECRETO Nº. 007/2016, de 04 de janeiro de 2016.

	DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Designa Comissão para atuarem como pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – MATEUS POLONIATO

II – SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA

II – ALINE DE GIACOMETTI

III – NEORI HOPPE

Parágrafo único. O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º As funções de pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

04 de janeiro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 008/2016

DECRETO Nº. 008/2016, de 04 de janeiro de 2016

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.047,51 (onze mil, quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.047,51 (onze mil, quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.047,51 (onze mil, quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Atenção Básica	
(51) 3.1.90.00.00.00.00.00.2295 -Aplicações Diretas	
..... R\$ 11.047,51	
Total	R\$ 11.047,51

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2295 (00.03.0295) Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS-PMAQ-Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 11.047,51 (onze mil, quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 11.841-9 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.12 - Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS-PMAQ Recurso sob nº. 2295 (00.03.0295) Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS -PMAQ-Superavit, no valor de R\$ 11.047,51 (onze mil, quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
04 de janeiro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 009/2016

DECRETO Nº. 009/2016, de 04 de janeiro de 2016

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.002,77 (treze mil e dois reais e setenta e sete centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.002,77 (treze mil e dois reais e setenta e sete centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 13.002,77 (treze mil e dois reais e setenta e sete centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Vigilância em Saúde/Sanitária

(52) 3.3.90.00.00.00.00.00.2745 -Aplicações Diretas	
..... R\$ 10.323,40	

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Atenção Básica

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00.1132	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 2.679,37		

Total	R\$ 13.002,77
-------------	---------------

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2745 (00.03.0745) Transferência de Recursos Estado - Vigilância Sanitária, na fonte de recursos sob nº. 1132 (00.03.0132) Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS-Vigilância Sanitária e Prevenção Violência Acidentes, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 13.002,77 (treze mil e dois reais e setenta e sete centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 2005.007-5 – Rubrica nº 4.1.7.22.33.06 - Transferência de Recursos Estado - Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 10.323,40 (dez mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta centavos), e na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.185-1 – Rubrica nº 4.1.7.2.1.33.18 - Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS-Vigilância Sanitária e Prevenção Violência Acidentes, no valor de R\$ 2.679,37 (dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
04 de janeiro de 2016.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

RGF 2º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.590.063,36	447,40
Pessoal Ativo	8.588.910,16	447,40
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.153,20	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	142.481,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	142.481,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.447.581,69	447,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.951.476,69	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.448.029,09	56,50
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.970.886,01	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.522.341,71	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.073.797,41	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	808.649,41	759.337,19	715.636,79
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	724.962,86	724.962,86	685.093,82
Outras Dívidas	83.686,55	34.374,33	30.542,97
DEDUÇÕES (II)	1.357.475,98	2.275.039,60	2.330.332,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.016.113,96	3.149.610,40	2.788.188,63
Demais Haveres Financeiros	10.548,25	13.725,90	17.755,12
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.669.186,23	888.296,70	475.611,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-548.826,57	-1.515.702,41	-1.614.695,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.597.933,50	14.971.175,35	14.951.476,69
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,54%	5,07%	4,79%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,76%	-10,12%	-10,80%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.517.520,20	17.965.410,42	17.941.772,03
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.765.768,18	16.168.869,38	16.147.594,83

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	173.517,01	152.309,68	53.171,59
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.363.952,33	2.599.298,39	3.113.039,29

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.597.933,50	14.971.175,35	14.951.476,69
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.211.545,37	3.293.658,58	3.289.324,87
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.890.390,83	2.964.292,72	2.960.392,38

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.026,72	43.545,06
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.026,72	43.545,06
Interna	1.026,72	43.545,06
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.026,72	43.545,06
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.951.476,69	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	43.545,06	0,29
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.392.236,27	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.153.012,64	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.046.603,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	43.545,06	0,29

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	288.902,23	0,00	0,00	0,00	0,00	288.902,23	0,00	0,00
Atenção Básica NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento a Sit. Calamidade Pública/Sit. Emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento a Sit. Calamidade Publ./Sit. Emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento a Situação de Emergência - 30ª SDR-DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento a Situação de Emergência - 30ª SDR-DC.	10.969,59	0,00	10.189,13	0,00	0,00	780,46	282,21	0,00
cccccccccc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO-FINANCIAMENTO P/ATENÇÃO BÁSICA - ESTADO	55.586,76	0,00	240,00	0,00	0,00	55.346,76	0,00	0,00
Cofinanciamento Atencã Bas. - Estado-Capac-SUPERAVIT	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	(80,00)	0,00	0,00
Cofinanciamento Atencã Bas. - Estado-Capac-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cofinanciamento Atencã Bas. - Estado-Capac-SUPERAVIT	254,71	0,00	0,00	0,00	0,00	254,71	0,00	0,00
Cofinanciamento p/Atenção Básica -Estado-Capacitaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. p/Custeio Serv. Ilumin. Púb.-Cosip-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. p/Custeio Serv. Ilumin. Púb.-Cosip-Superavit Financeiro	483,20	0,00	0,00	0,00	0,00	483,20	0,00	0,00
Contribuição p/ Custeio Serv. Ilumin. Pública-Cosip	49.107,96	0,00	6.754,61	0,00	0,00	42.353,35	0,00	0,00
CONVÊNIO 663/2013 - CASAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MINISTERIO DA PESCA e AQUICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio nº 663/2013 - CASAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Nº 671/2014 - CASAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	19.252,39	0,00	0,00	0,00	0,00	19.252,39	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Superávit	3.501,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.501,27	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	12.049,92	0,00	0,00	0,00	0,00	12.049,92	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura - Superavit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Militar	14.043,11	0,00	0,00	0,00	0,00	14.043,11	0,00	0,00

Continua 1/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea 'a'))										Continuação 2/11	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)							
										(b)	(d)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
Convênio Trânsito Militar - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cota-Parte Contr.Interv.Domin.Econ.- CIDE	5.272,14	0,00	2.511,35	0,00	0,00	2.760,79	370,00	0,00	0,00		
Cota-Parte Contr.Interv.Domin.Econ.-CIDE-Superávit	68,98	0,00	0,00	0,00	0,00	68,98	0,00	0,00	0,00		
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo-FEP	255.714,65	0,00	0,00	0,00	0,00	255.714,65	22.178,23	0,00	0,00		
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo-FEP - superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cota-Parte Fundo Especial Petróleo-FEP-SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.466,00	0,00	0,00		
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INCRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas p/ Danos ao Meio Ambiente-SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,00	0,00	0,00		
NAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operação de Credito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Credito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outr. Transf.União-Min.Saude-Ampl Posto -Proj.1.173	4.449,84	0,00	0,00	0,00	0,00	4.449,84	0,00	0,00	0,00		
Outr. Transf.União-Min.Saude-Ampl Posto Saude Centro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outr. Transf. Conv.União-FNDE-Equip.Creche-PAR 201300394	11.455,36	0,00	0,00	0,00	0,00	11.455,36	0,00	0,00	0,00		
Outr. Transf.Conv.União-FUNASA-Unid.Sanit-Sup-NAOOO USAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outr. Transf.Conv.União-FUNASA-Unid.Sanit-Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outr.transf.Conv.União-Min.Saude-Equip- Sup- NOOOOOOO US	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outr.transf.Conv.União-Min.Saude-Equip- Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outra Transf. de Convenios do Estado - FUNDAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Conv.Min.Saude-Obras Posto-Sup-NAOOO USAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-MEC-Constr. Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-MEC-Transp.Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-Min.APA-Agric	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-Min.APA-Obras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-Min.APA-Pavilhão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf.Conv.União-Min.Cid.-Paviment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/17

R\$ 1,00

Continua 2/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/17

[illegible]

Continua 3/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))						
Outras Transf. da União - Programa NASF	23.891,86	0,00	861,88	0,00	343,59	22.686,39	0,00	0,00			
Outras Transf. da União/Ministério das Cidades - Programa Plan	33.507,49	9.302,93	0,00	11.087,07	0,00	13.117,49	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênio do Estado - 3º SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios - Pronat SICONV 7837414/13 proj 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de convênios c/União-Min.Integr.Nac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de convênios com a União-MAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios da União - FUNASA - Fortalec. Sau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios do Estado - FUNDAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios do Estado - 3º SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios do Estado - FES/Aquis. Veic.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios do Estado/Acadm. Ar Livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. de Convênios FNS - Minist. da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. do Estado - Convênio 3º SDR - Ponte Linha São	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. do Estado - Situação de Emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. do Estado/Revital. Asfáltica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Estado - MAC - Consulta Oftalmológica	3.023,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.023,51	0,00	0,00			
Outras Transf. Estado - Programa NASF	23.969,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.969,56	184,00	0,00			
Outras Transf. Estado - Sec. Infraestr./Revitaliz. Asfáltica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Estado 3º SDR/ conv. 0001091	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Rec. Estado - SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Rec. Estado - SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Rec. Estado - SDR - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Conv. União - FUNASA - Proposta 051541/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Conv. União FNDE-ORECHE Ativ.1.177	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Conv. União-Min.Cidades-Calçamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Conv. União-Min.Saúde-Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transf. Conveto União/Min.do Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Continua 4/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										Continuação 6/17	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS										R\$ 1,00	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras							
		Restos a Pagar									
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
Outros Transf.Recursos-União-Minist.Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Transf.Conv.c/União-FUNASA-Esg. Sanit.- SUPERAVIT F	530.828,08	0,00	0,00	0,00	0,00	530.828,08	744.583,10	0,00			
Outros Transf.Convênio c/União-FUNASA-Esg. Sanitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Transf.Convênio c/União-FUNASA-Esg. Sanitário-Supera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Transf.Convênio c/União-FUNASA-Esgotamento Sanitário	64.761,53	0,00	0,00	0,00	0,00	64.761,53	781.967,38	0,00			
Pavimentação Asfáltica na Rua Olinda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Prevenção e Segurança Contra Sinistro-Bombeiros	23.019,73	0,00	2.254,80	0,00	0,00	20.764,93	3.177,77	0,00			
Prevenção e Segurança Contra Sinistro-Bombeiros - SUPERAVIT	452,24	0,00	0,00	0,00	0,00	452,24	0,00	0,00			
Rec Remun.Outros Dep. Banc.Vinc-FNAS-IGDBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec Remun.Outros Dep. Banc.Vinc-FNAS-PAIF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec. Remun.de Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.-Farm.Básic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec. Remun.de Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.-SUS-ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec. Remun.de Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.-Vigil.Sani	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec.Remun.Out.Dep.Banc.Rec.Vinc.-Min.Saúde-Amp.Pos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rec.Remun.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.-Min.Saúde-Equi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas de Multas de Transito/Convênio Transito	104,64	0,00	0,00	0,00	0,00	104,64	0,00	0,00			
Receitas Multas Transito/Convênio Transito-Superav	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recurso SDR/FUNDO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recurso SDR/FUNDO SOCIAL para iluminação e revitalização c	0,00	0,00	0,00	0,00	368,17	(368,17)	0,00	0,00			
Recurso SDR/FUNDO SOCIAL 2.041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recurso SES/SC Programa de Imunização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos de Operação de Crédito - PROVIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Estado SC- DEFESA CIVIL -CONV.009/SDC/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Estado SC- DEFESA CIVIL -CONV.009/SDC/2013 - Su	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/17

R\$ 1,00

Continua 6/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras						
			Do Exercício	de Exercícios Anteriores							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
Recursos Estado SC- SDR - D.C- CONV/15163/2011-7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Estado SC- SDR - D.C- CONV/15163/2011-7-SUPERA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos FEAS Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Fundo de Habitação - COHAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Fundo de Habitação - COHAB - SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Ordinários - 15% Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados Estaduais- não utiliz. em 2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados Federais- NÃO UTILIZAR 2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Rend.Rem.outros Dep.Banc.Vinc.Saude-Equip	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Secretaria Estado Infraestr. Melhorias Estradas municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Serviços Hospitalares - AIH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Serviços Hospitalares - AIHS	(768,80)	0,00	0,00	0,00	3.399,03	(4.167,83)	0,00	0,00			
Serviços Hospitalares - AIHS - SUPERAVIT	31,67	0,00	0,00	0,00	0,00	31,67	0,00	0,00			
Serviços Hospitalares - AIHS-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SITUAÇÃO EMERGENCIA CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária-SUPERAVIT	54,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,00	54,00	0,00			
Taxas de Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. Rec.FUNDEB 60%-superavit financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. Rec.FUNDEB 60%-superavit financeiro - NAOOOO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. Rec.FUNDEF/FUNDEB 60%-sup. fin. NAOOOOOOOOOO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. Recursos do FUNDEF/FUNDEB 60%	3.304,74	0,00	3.234,41	0,00	0,00	70,33	70,33	0,00			
Transf. Recursos do FUNDEF/FUNDEB 60% - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Continua 7/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

[illegible]

Continua 8/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)								
Transf. FNDE/PAR Termo Compromisso 2014/0938/2013	3.662,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.662,29	0,00	0,00
Transf. Pessoas Fis./ Juríd - Doações-Superávit	9.391,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.391,81	0,00	0,00
Transf. Pessoas Físicas/ Jurídicas - Doações - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec. Fdo Estadual Assist. Social - Co-Financ.Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec. FNAS-Piso Básico Transição-Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec. FNAS-Piso Básico Variável - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec. FNAS-Piso Básico Variável - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec.Fdo Est.Assist. Social - Co-Financ-Benef.Event	318,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318,08	0,00	0,00
Transf. Rec.Fdo Est.Assist. Social - Co-Financ-Benef.Event/SUP	4.675,90	0,00	0,00	3.555,90	0,00	0,00	1.120,00	1.120,00	0,00
Transf. Rec.FNAS-Piso Bás.Variável-Supt-NAOOOOOOO USAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec.FNS/MS Vigilância, Preve Contr. DST, Aids e Hepati	18.832,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.832,12	0,00	0,00
Transf. Rec.FNS/MS Vigilância, Preve Contr. DST, Aids e Hepati	5.823,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.823,42	4.010,00	0,00
Transf. Recursos SUS-PAB Variável-Espec.Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do Estado - Vigilância Sanitária	10.323,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.323,40	0,00	0,00
Transf. Recursos do FEAS/PROT.SOC. BASICA	28.798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.798,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do FEAS/PROT.SOC. BASICA - SUPERAVIT	2.674,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.674,79	0,00	0,00
Transf. Recursos do FNAS - PETI - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do FNAS-Piso Básico Variável	897,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897,90	0,00	0,00
Transf. Recursos do Fundo Estadual Assist. Social/Custeio	2.241,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.241,49	0,00	0,00
Transf. Recursos Estado - Vigilância Sanitária -SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos Estado-Mac/Consultas Especial0,30	10.108,64	0,00	2.835,00	0,00	0,00	0,00	7.273,64	0,00	0,00
Transf. Recursos FNAS-Piso Básico Variável-Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especo-SUPERAVIT	9.508,78	0,00	6.425,00	0,00	0,00	0,00	3.083,78	0,00	0,00
Transf. Recursos FNS/SUS- MAC HOSPITALAR	72.182,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.182,15	0,00	0,00
Transf. Secretaria Estado Agricultura e Pesca Expo Anchieta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Sist. Único Saúde-SUS-VIG.SANIT	20.439,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.439,87	0,00	0,00
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-FARM.BAS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 9/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras	(e)					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)						(c)	(d)
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-NAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-SAUDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. Sist.Único Saúde-SUS-VIG.SANIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.Estado-Progr.Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.Un.FNS/Nova Ampl.Posto-Proposta 11243.552.000/1140-05, E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.304,36	0,00	0,00		
Transf.Conv.União - FNS- Equip.-Prop.11243.552.000/1140-01, P	141.062,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.062,29	0,00	0,00		
Transf.Conv.União - FNS- Equip.-Prop.11243.552.000/1140-07, P	109.871,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.871,12	0,00	0,00		
Transf.Conv.União - FNS- Equip.-Prop.11243.552.000/1140-07, P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.União Comb.Fome-Horta Com.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.União Dest.Progr.Assist.Soc-PAIF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.União Dest.Progr.Assist.Soc-PAIF/CRAS	15.674,43	0,00	0,00	0,00	0,00	777,35	14.897,08	0,00	0,00		
Transf.Conv.União Dest.Progr.Educação-Proj.1.187 onibus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Conv.União Progr.Combate Fome-APAE PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.de Recursos do FNAS - PAIF / ORAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.de Recursos Estado / FMS - BPC	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	0,00	0,00		
Transf.Direta FNDE-CRECHE-PNAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Direta FNDE-CRECHE-PNAEC - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Direta FNDE-PNATE-Transp. Escolar	357,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	357,81	0,00	0,00		
Transf.Direta FNDE-PNATE-Transp. Escolar-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.do Sist.Único Saúde-SUS- EOD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Rec. Estado Incent.Laborat.Prot.Dent- LRDP	2.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.580,00	0,00	0,00		
Transf.Rec. Estado Progr.Saude-Farm.Básica	6.146,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.146,84	425,40	0,00		
Transf.Rec. Estado Progr.Saude-Farm.Básica-Superavi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf.Rec. Estado Progr.Saude-Farm.Básica-Superávit	78,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78,03	0,00	0,00		
Transf.Rec.FNDE- PAR PROC.23400016756201396	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 10/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transf.Rec.SUS=- VIG.SANIT- AÇÕES ESTRUTURANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Rec.SUS-PAB -Esp.Reg.Sup- NAOO USARRR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Rec.SUS-PAB Var.H.Espec.Regionais-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Rec.União PG;Saúde-Medic.hiper,diabete,NAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Rec.União Progr.Saúde-Medic.hiper,diabete,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist. Único de Saúde-SUS-PMAQ-Sup-NAOO USAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist. Único de Saúde-SUS-PMAQ-Superavit	949,28	0,00	0,00	0,00	0,00	949,28	0,00	0,00
Transf.Sist. Único Saúde-SUS-Saude Escola	2.232,30	0,00	1.260,00	0,00	0,00	972,30	0,00	0,00
Transf.Sist.Saúde-SUS-VIG.SAN- AÇÕES ESTR-Sup- NAOO US	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Saúde-SUS-VIG.SAN- AÇÕES ESTR-Superavit	7.005,89	0,00	0,00	0,00	0,00	7.005,89	0,00	0,00
Transf.Sist.Un.Saúde-SUS-ECD-Superavit	718,81	0,00	0,00	0,00	0,00	718,81	0,20	0,00
Transf.Sist.Un.Saúde-SUS-PAB-Superavit	4.463,74	0,00	0,00	0,00	0,00	4.463,74	4.463,74	0,00
Transf.Sist.Un.Saúde-SUS-S.BUCAL-Superavit	60,16	0,00	0,00	0,00	0,00	60,16	0,00	0,00
Transf.Sist.Un.Saúde-SUS-V.S.Vig.e Prev.Viol.Trans	2.679,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.679,37	0,00	0,00
Transf.Sist.un.Saúde-SUS-VIG.SANIT.Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS- ACS	68.084,44	0,00	2.586,06	0,00	1.054,98	64.443,40	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS- ACS-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-ECD	17.390,48	0,00	0,00	0,00	0,00	17.390,48	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-ECD-Superavit Finan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-ESF	101,74	0,00	0,00	0,00	0,00	101,74	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-ESF-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-FARM.BASICA	5.232,42	0,00	904,64	0,00	0,00	4.327,78	2.498,45	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-MAC	11.271,34	0,00	0,00	0,00	(60,84)	11.332,18	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-MAC-Superavit	7.257,57	0,00	2.970,00	0,00	0,00	4.287,57	790,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-PAB	79.625,83	0,00	120,00	0,00	0,00	79.505,83	10.086,69	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-PAB-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sist.Único de Saúde-SUS-PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continúa 11/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 12/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(e)						
			Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))						
Transf.Sist.Unico de Saude-SUS-PSF-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico de Saude-SUS-SAUDE BUCAL	1.479,75	0,00	0,00	0,00	1.479,75	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico de Saude-SUS-V.S.Vig. e Prev. Violencia Acid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico de Saude-SUS-V.S.Vig.Prev. Viol.Acid. - Super	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico de Saude-SUS-VIG.SANIT.Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS- MAC/Rede Cegonha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-FARM.BASICA-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558,80	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-FARM.BASICA-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-FARM.BASICA-Superavit	558,80	0,00	0,00	0,00	558,80	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-Prot.Dent.-MAC/LRPD- B. S/ MISE	14.353,11	0,00	0,00	0,00	14.353,11	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-Prot.Dent.-MAC/LRPD- B. S/ MISE	15.629,63	0,00	0,00	0,00	15.629,63	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-Profese Dentaria-MAC/LRPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-SAUDE BUCAL-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sist.Unico Saude-SUS-VIG.SAN-ACOES ESTRUTUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf.Sistema Unico de Saude-SUS-PMAQ	12.949,70	0,00	350,00	0,00	12.599,70	1.552,19	0,00	0,00			
Transf.Uniao Dest.Progr.Assist.Soc-PAIF -Superavit	154,44	0,00	0,00	99,12	55,32	0,00	0,00	0,00			
Transf.Uniao/FNAS - Serv. Conv. Fort. Vinc-SCFV - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia da Uniao/FNAS - Serv. Conv. Fort. Vinc - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia Direta FNDE - PNAE - AEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia Direta FNDE - PNAE - AEE - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia Direta FNDE-PNAP-Merenda Esc-Pré-Esc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferencia Salário Educação	109.977,04	0,00	25.273,77	0,00	84.675,14	33.954,90	0,00	0,00			
Transferencia Salário Educação - Superavit	99.578,20	0,00	26.102,65	0,00	73.475,55	37.038,66	0,00	0,00			
Transferencias da Uniao/FNAS - Serv. Conv. Fort. Vinc-SCFV	17.024,98	0,00	2.015,59	0,00	14.828,60	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Recursos do FNAS - IGD/SUAS	487,89	0,00	0,00	0,00	487,89	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Recursos do FNAS - IGD/SUAS - Superavit	1.843,03	0,00	0,00	0,00	1.843,03	0,00	0,00	0,00			
Trasf.Conv.Uniao Dest.Progr.Assist-Bolsa Fam.-IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Continua 12/17

Continuação 14/17

R\$ 1,00

Continua 14/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 15/17

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Multas de Transito/Convenio Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Multas Transito/Convenio Transito-Superav	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - 15% Saude	122.742,84	0,00	81.155,79	0,00	11.223,53	30.363,52	30.272,59	0,00	
Recursos Ordinários - 15% Saude - SUPERAVIT	543,81	0,00	0,00	0,00	0,00	543,81	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - 25% Educação	0,00	0,00	74.630,84	0,00	25.196,23	(99.827,07)	3.669,06	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - CONSERVAÇÃO PATRIMONIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - CONSERVAÇÃO PATRIMONIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orç. Municipais - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORC.MUN. - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORC.MUN. - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇ.MUN.-SUPERAVIT FINANCE	1.935,24	0,00	95,00	0,00	0,00	1.840,24	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçam. Municipal	17.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçam. Municipal-Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais	0,00	9.007,19	183.663,51	19.159,60	0,00	(211.830,30)	61.249,60	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais	95.783,33	0,00	0,00	0,00	11.245,30	84.538,03	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS CONSERVAÇÃO PATRIMONIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários-Orçamento Mun - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos ordinários - orçamento municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxas de Vigilância Sanitaria - Municipal	0,00	0,00	798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
teste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 15/17

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 17/17
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		14.951.476,69	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		8.448.712,88	56,51
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		8.970.886,01	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		8.522.341,71	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.614.695,23	-10,80
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		17.941.772,03	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.289.324,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		43.545,06	0,29
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.392.236,27	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.046.603,37	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		2.765.249,37	1.911.011,22

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE DE 2015

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
							SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		645.000,00				247.093,60	397.906,40
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		645.000,00				229.100,00	415.900,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		0,00				17.993,60	-17.993,60
TOTAL		645.000,00				247.093,60	397.906,40
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)
Despesas de Capital		645.000,00	67.799,00	67.799,00	67.799,00	0,00	0,00
Investimentos		645.000,00	67.799,00	67.799,00	67.799,00	0,00	0,00
TOTAL		645.000,00	67.799,00	67.799,00	67.799,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		109.607,63	179.294,60				288.902,23

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

ANCHIETA, 27/01/2016

Município de ANCHIETA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			17.814.950,00	
Previsão Atualizada			17.814.950,00	
Receitas Realizadas			17.041.915,80	
Déficit Orçamentário			775.781,18	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.498.379,10	
DESPESAS				
Dotação Inicial			17.814.950,00	
Créditos Adicionais			4.453.164,32	
Dotação Atualizada			22.268.114,32	
Despesas Empenhadas			17.817.696,98	
Despesas Liquidadas			15.052.447,61	
Despesas pagas			0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			2.765.249,37	
Superavit Orçamentário			1.989.468,19	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			17.817.696,98	
Liquidadas			15.052.447,61	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			2.765.249,37	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			14.951.476,69	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.065.868,66	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.246.986,45	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.363.952,33	105.447,70	910.574,89	347.929,74
EXECUTIVO	1.363.952,33	105.447,70	910.574,89	347.929,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.669.186,23	2.102,67	1.648.773,44	18.310,12
EXECUTIVO	1.661.336,23	2.102,67	1.640.923,44	18.310,12
LEGISLATIVO	7.850,00	0,00	7.850,00	0,00
TOTAL:	3.033.138,56	107.550,37	2.559.348,33	366.239,86
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.651.768,63	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.889.707,66	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	650.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.209.147,36	1.855.557,39	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANCHIETA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						415.900,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						577.201,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				4.400.960,04		15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.814.950,00	17.814.950,00	3.032.274,34	17,02	17.041.915,80	95,66	773.034,20
RECEITAS CORRENTES	16.513.550,00	16.513.550,00	2.771.204,20	16,78	15.007.797,92	90,88	1.505.752,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	844.300,00	844.300,00	185.635,81	21,99	1.096.401,84	129,86	-252.101,84
IMPOSTOS	686.100,00	686.100,00	177.686,70	25,90	944.900,30	137,72	-258.800,30
TAXAS	158.200,00	158.200,00	7.949,11	5,02	151.501,54	95,77	6.698,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	147.000,00	147.000,00	35.798,93	24,35	196.918,15	133,96	-49.918,15
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	142.000,00	142.000,00	35.798,93	25,21	196.918,15	138,67	-54.918,15
RECEITA PATRIMONIAL	113.200,00	113.200,00	60.092,59	53,09	266.750,98	235,65	-153.550,98
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.138,44	113,84	-138,44
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	112.200,00	112.200,00	60.092,59	53,56	265.612,54	236,73	-153.412,54
RECEITA DE SERVIÇOS	248.000,00	248.000,00	15.735,19	6,34	102.570,09	41,36	145.429,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.906.350,00	14.906.350,00	2.406.293,11	16,14	13.085.777,04	87,79	1.820.572,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.901.350,00	14.901.350,00	2.406.293,11	16,15	13.052.543,38	87,59	1.848.806,62
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	3.433,66	68,67	1.566,34
TRANSF. DE CONV.	0,00	0,00	0,00	0,00	29.800,00	0,00	-29.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	254.700,00	254.700,00	67.648,57	26,56	259.379,82	101,84	-4.679,82
MULTAS E JUROS DE MORA	57.700,00	57.700,00	25.581,22	44,33	117.122,81	202,99	-59.422,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55.000,00	55.000,00	21.269,80	38,67	86.563,50	155,57	-30.563,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	62.000,00	62.000,00	20.155,58	32,51	54.631,53	88,12	7.368,47
RECEITAS DIVERSAS	80.000,00	80.000,00	641,97	0,80	2.061,98	2,58	77.938,02
RECEITAS DE CAPITAL	1.301.400,00	1.301.400,00	261.070,14	20,06	2.034.117,88	156,30	-732.717,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	229.100,00	35,52	415.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	229.100,00	35,52	415.900,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	6.400,00	6.400,00	383,73	6,15	3.242,96	50,67	3.157,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	260.676,41	0,00	1.801.774,92	0,00	-1.801.774,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	260.676,41	0,00	1.801.774,92	0,00	-1.801.774,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.814.950,00	17.814.950,00	3.032.274,34	17,02	17.041.915,80	95,66	773.034,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.814.950,00	17.814.950,00	3.032.274,34	17,02	17.041.915,90	95,66
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	17.814.950,00	17.814.950,00	3.032.274,34	17,02	17.817.934,47	100,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.720.729,71	—	—	1.498.379,10	—
Superávit Financeiro	—	1.720.729,71	—	—	1.498.379,10	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	4.450.179,85	3.247.086,83	15.052.685,10	7.215.429,22	14.595.602,93	2.765.249,37
DESPESAS CORRENTES	15.518.371,30	17.173.409,57	1.932.038,00	14.608.787,11	2.564.622,46	3.008.540,84	14.454.882,28	2.718.527,29	14.022.711,11	153.904,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.366,55	9.720.309,63	1.870.857,50	8.907.741,10	812.568,53	1.876.758,79	8.907.263,70	813.015,93	8.795.762,35	447,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.000,00	2.000,00	215,96	1.411,34	588,66	215,96	1.411,34	588,66	1.411,34	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.748.005,75	7.451.099,94	60.984,54	5.698.634,67	1.751.465,27	1.131.566,09	5.546.177,24	1.904.922,70	5.225.537,42	153.457,43
DESPESAS DE CAPITAL	2.266.578,70	5.064.704,75	1.596.812,52	3.209.147,36	1.885.557,39	238.545,99	597.802,82	4.466.901,93	572.891,82	2.611.344,54
INVESTIMENTOS	2.161.578,70	5.035.704,75	1.595.180,02	3.183.808,47	1.851.896,28	236.913,49	572.463,93	4.463.240,82	547.552,93	2.611.344,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.000,00	29.000,00	1.632,50	25.338,89	3.661,11	1.632,50	25.338,89	3.661,11	25.338,89	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	4.450.179,85	3.247.086,83	15.052.685,10	7.215.429,22	14.595.602,93	2.765.249,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	4.450.179,85	3.247.086,83	15.052.685,10	7.215.429,22	0,00	2.765.249,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.989.230,70	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	—	3.247.086,83	17.041.915,80	—	14.595.602,93	2.765.249,37

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	100,00	3.246.840,34	15.052.447,61	100,00	2.765.486,86
Legislativa	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	3,48	122.800,63	602.815,74	4,00	17.097,00
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	3,48	122.800,63	602.815,74	4,00	17.097,00
Administração	1.756,810,00	1.609.896,16	246.730,09	1.482.255,27	8,32	305.374,60	1.488.624,97	9,76	12.630,30
Administração Geral	1.111.390,00	873.129,16	128.019,98	779.471,10	4,37	138.122,53	768.610,17	5,11	10.890,93
Controle Interno	250.900,00	206.650,00	39.842,82	197.856,60	1,11	41.694,27	197.856,60	1,31	0,00
Administração de Receitas	394.520,00	530.120,00	76.867,69	504.927,57	2,83	105.557,80	503.158,20	3,34	1.769,37
Defesa Nacional	40.000,00	26.000,00	7.717,31	22.631,52	0,13	4.805,31	19.681,52	0,13	2.950,00
Segurança Pública	40.000,00	26.000,00	7.717,31	22.631,52	0,13	4.805,31	19.681,52	0,13	2.950,00
Segurança Pública	141.265,00	185.249,73	12.471,07	101.466,75	0,57	19.653,03	98.261,98	0,65	3.204,77
Administração Geral	22.000,00	25.500,00	5.356,67	21.660,39	0,12	3.839,61	21.660,39	0,14	0,00
Policimento	45.500,00	78.917,39	2.632,60	55.466,99	0,31	10.927,24	55.466,99	0,37	27,00
Defesa Civil	73.765,00	80.832,34	4.481,80	24.308,37	0,14	3.569,12	21.131,80	0,14	3.177,77
Assistência Social	590.100,00	719.688,00	72.326,22	561.438,75	3,15	113.006,20	596.088,75	3,69	5.350,00
Administração Geral	160.000,00	182.000,00	21.468,72	169.256,62	0,95	33.653,21	165.065,62	1,10	4.230,00
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	-2.656,10	15.247,45	0,09	2.893,04	15.247,45	0,10	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	580,00	7.994,00	3.965,94	6.474,23	0,04	3.965,94	6.474,23	0,04	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	290.500,00	369.460,48	32.242,32	262.462,84	1,47	48.185,16	261.342,84	1,74	1.120,00
Assistência Comunitária	103.800,00	140.194,47	17.905,94	107.958,61	0,61	24.909,45	107.958,61	0,72	0,00
Saúde	4.696.288,00	5.731.512,08	542.704,97	4.373.943,58	24,55	905.346,05	4.319.047,52	28,69	54.886,06
Administração Geral	824.200,00	1.016.990,00	92.233,79	960.821,15	5,39	143.230,05	952.815,19	6,33	8.005,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.489.820,00	3.145.749,74	364.858,98	2.193.276,98	12,31	489.510,89	2.159.091,84	14,34	34.185,14
Vigilância Sanitária	1.194.789,00	1.393.413,24	63.856,23	1.090.479,94	6,12	262.633,30	1.081.838,98	7,19	8.640,96
Alimentação e Nutrição	107.500,00	200.359,10	20.267,47	118.975,05	0,67	81.394,05	114.911,05	0,76	4.064,00
Educação	50.000,00	12.000,00	1.578,50	10.390,46	0,06	3.405,45	10.390,46	0,07	0,00
Administração Geral	166.100,00	143.400,00	754.140,20	4.648.577,62	26,09	1.112.956,64	4.573.797,57	30,39	74.790,05
Ensino Fundamental	2.435.460,00	2.990.389,07	404.264,88	2.586.222,25	14,51	636.381,53	2.555.742,51	16,98	1.639,02
Ensino Médio	171.000,00	129.406,00	-19.698,05	124.033,25	0,70	34.110,26	124.033,25	0,82	30.473,74
Ensino Superior	25.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,11	4.000,00	20.000,00	0,13	0,00
Educação Infantil	1.957.220,00	2.108.080,08	360.370,45	1.775.320,31	9,96	412.301,94	1.732.849,02	11,51	42.471,29
Educação Especial	25.200,00	22.380,00	-0,62	22.179,37	0,12	6.000,00	22.179,37	0,15	0,00
Cultura	200.000,00	71.620,00	12.553,96	69.322,38	0,39	16.526,48	52.603,63	0,35	16.718,75
Difusão Cultural	200.000,00	71.620,00	12.553,96	69.322,38	0,39	16.526,48	52.603,63	0,35	16.718,75
Urbanismo	1.324.370,00	2.012.923,68	900.442,60	1.578.559,09	8,86	142.372,91	754.949,71	5,01	823.706,38
Administração Geral	481.670,00	484.568,28	63.357,16	417.133,31	2,34	89.016,25	413.553,00	2,75	3.590,31
Infra-Estrutura Urbana	484.700,00	1.254.555,40	831.278,25	899.077,25	5,05	12.653,18	79.453,18	0,53	819.624,07
Serviços Urbanos	355.000,00	273.800,00	14.807,19	262.348,53	1,47	40.702,28	261.843,53	1,74	505,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	4.450.179,85	3.246.849,34	15.052.447,61	7.215.666,71	2.765.486,86
Habituação	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	2.054.912,00	670.000,00	2.054.911,97	0,00	159.255,83	334.907,26	1.720.004,74	1.720.004,71
Saneamento Básico Urbano	0,00	2.054.912,00	670.000,00	2.054.911,97	0,00	159.255,83	334.907,26	1.720.004,74	1.720.004,71
Gestão Ambiental	64.000,00	126.450,00	0,00	22.850,00	103.600,00	4.200,00	10.690,00	115.790,00	12.190,00
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	14.000,00	126.450,00	0,00	22.850,00	103.600,00	4.200,00	10.690,00	115.790,00	12.190,00
Agricultura	985.336,00	1.036.686,00	64.893,88	851.511,20	185.174,80	104.685,24	850.482,67	186.203,33	1.028,53
Administração Geral	763.050,00	793.050,00	64.476,25	768.225,05	24.824,95	94.742,79	767.196,52	25.953,48	1.028,53
Promoção da Produção Vegetal	15.000,00	15.000,00	0,00	8.017,85	6.982,15	1.210,00	8.017,85	6.982,15	0,00
Promoção da Produção Animal	103.500,00	53.000,00	417,63	45.091,18	7.908,82	3.277,88	45.091,18	7.908,82	0,00
Extensão Rural	103.798,00	175.636,00	0,00	30.177,12	145.458,88	5.454,57	30.177,12	145.458,88	0,00
Indústria	500.000,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
Promoção Industrial	500.000,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
Transporte	1.244.000,00	1.198.018,52	72.607,03	799.852,00	398.166,52	123.367,00	779.216,50	419.801,62	20.635,10
Transporte Rodoviário	1.244.000,00	1.198.018,52	72.607,03	799.852,00	398.166,52	123.367,00	779.216,50	419.801,62	20.635,10
Desporto e Lazer	239.300,00	260.000,00	7.699,43	224.066,37	35.933,63	54.748,51	224.066,37	35.933,63	0,00
Desporto Comunitário	239.300,00	260.000,00	7.699,43	224.066,37	35.933,63	54.748,51	224.066,37	35.933,63	0,00
Encargos Especiais	413.500,00	440.500,00	40.728,19	406.635,23	33.864,77	57.548,11	406.353,02	34.146,98	282,21
Serviço da Divisão Interna	112.000,00	31.000,00	1.848,46	26.750,23	4.249,77	1.848,46	26.750,23	4.249,77	0,00
Outros Encargos Especiais	301.500,00	409.500,00	38.879,73	379.885,00	29.615,00	55.699,65	379.602,79	29.697,21	282,21
Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.814.950,00	22.268.114,32	3.528.850,52	17.817.934,47	4.450.179,85	3.246.849,34	15.052.447,61	7.215.666,71	2.765.486,86

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Feb/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.644.974,88	1.374.653,71	1.231.694,81	1.543.746,75	1.481.609,30	1.390.840,94	1.382.825,79	1.325.276,69	1.213.300,22	1.376.330,90	1.380.450,89	1.728.788,65	17.075.473,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	154.098,61	84.979,10	70.247,62	218.109,97	61.552,50	84.890,01	115.308,75	45.232,55	35.282,41	61.123,51	34.705,30	150.930,51	1.056.401,84
I.P.T.U.	0,00	0,00	6.475,51	86.808,63	5.385,25	4.017,60	998,59	703,33	1.047,60	2.595,45	380,51	1.790,36	110.122,83
I.R.R.F.	119.392,12	7.847,31	5.245,43	5.143,84	5.387,20	4.438,56	52.677,79	6.421,28	6.081,87	20.446,32	8.222,00	108.694,26	348.699,08
I.S.S.	19.091,08	24.308,62	19.383,90	45.272,18	22.298,19	30.327,35	29.670,35	23.087,45	6.989,92	17.081,56	22.515,45	33.835,12	293.161,38
I.T.B.I.	14.845,60	45.314,57	15.704,54	12.925,00	17.696,65	16.119,65	25.882,00	9.870,00	17.980,00	13.800,00	-261,00	2.940,00	191.917,01
Outras Receitas Tributárias	799,81	7.708,40	23.460,24	67.990,32	10.815,21	9.665,84	6.110,02	5.140,39	4.373,02	7.229,18	3.876,34	4.070,77	151.501,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.901,44	12.683,20	14.785,26	14.737,67	16.448,10	16.502,04	17.258,89	17.399,63	17.670,63	17.731,06	17.673,34	18.125,69	166.916,15
RECEITA PATRIMONIAL	12.577,27	14.066,84	20.281,95	15.596,19	22.654,12	20.026,17	26.524,94	21.390,07	19.861,86	21.706,35	21.120,99	24.411,80	240.229,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.996,82	4.575,45	776,90	8.626,91	4.832,25	5.370,74	2.660,06	8.801,86	8.559,10	32.763,01	6.405,68	9.329,51	102.570,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.440.382,08	1.285.338,23	1.109.917,34	1.272.630,55	1.348.067,57	1.275.234,22	1.210.908,10	1.215.574,56	1.108.823,13	1.203.209,85	1.289.694,00	1.480.174,25	15.719.973,85
Cota-Parte do FPM	599.335,67	610.875,09	445.610,52	480.931,82	591.411,88	514.588,39	381.036,37	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	5.890.334,36
Cota-Parte do ICMS	380.987,84	338.360,88	340.816,86	366.362,45	346.672,22	332.222,24	335.367,63	322.175,00	336.267,15	347.698,65	348.783,46	341.467,59	4.138.198,77
Cota-Parte do IPVA	25.901,13	36.550,30	39.746,94	47.290,53	46.549,98	56.232,44	57.529,46	51.690,54	55.233,57	45.393,33	22.690,80	13.965,64	502.946,64
Cota-Parte do ITR	64,38	5,00	0,00	12,55	62,61	58,28	19,67	57,22	1.917,53	2.626,88	202,14	44,47	5.070,73
Outras Transferências Correntes	255.559,82	87.033,88	126.179,85	201.900,39	186.443,00	206.790,86	276.559,27	233.491,54	188.385,29	219.234,26	256.145,82	419.061,93	2.658.836,64
Transferências de LC 61/1989	7.945,16	4.728,84	4.638,61	4.836,37	5.478,54	5.218,30	4.807,12	5.115,00	5.100,47	5.916,11	5.390,11	5.322,40	64.515,23
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	5.900,70	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	17.402,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	169.589,28	156.806,54	152.924,36	165.475,74	166.569,08	159.673,53	162.118,20	155.956,16	148.927,68	158.015,04	156.573,11	160.209,65	1.902.267,37
DEDUÇÕES (II)	203.046,55	198.488,54	195.162,42	181.040,69	198.394,90	181.953,72	195.085,29	165.225,15	154.301,57	165.191,87	171.394,81	182.180,33	2.123.996,84
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	203.046,55	198.488,54	195.162,42	181.040,69	198.394,90	181.953,72	195.085,29	165.225,15	154.301,57	165.191,87	171.394,81	182.180,33	2.123.996,84
Dedução Receita IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.441.928,33	1.176.164,17	1.036.532,39	1.362.706,06	1.282.894,40	1.208.887,22	1.228.740,50	1.160.051,54	1.058.996,65	1.211.139,03	1.209.056,08	1.547.588,32	14.591.476,69

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
			Em 2015	Em 2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2015
Caixa	0,00		0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	808.649,41	758.994,05	715.636,79
DEDUÇÕES (II)	1.357.475,98	2.716.998,52	2.330.332,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.016.113,96	3.167.383,83	2.788.188,63
Demais Haveres Financeiros	10.548,25	13.228,94	17.755,12
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.669.186,23	463.614,25	475.611,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-548.826,57	-1.958.004,47	-1.614.695,23
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-548.826,57	-1.958.004,47	-1.614.695,23

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	343.309,24	-1.065.868,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.401.350,00	14.742.185,38	14.410.861,43		
Receita Tributária	844.300,00	1.096.401,84	798.619,95		
I.P.T.U.	126.000,00	110.122,83	97.666,45		
I.S.S.	300.000,00	293.161,38	370.219,40		
I.T.B.I.	85.000,00	191.917,01	107.803,75		
I.R.R.F.	175.100,00	349.699,08	94.723,93		
Outras Receitas Tributárias	158.200,00	151.501,54	128.206,42		
Receita de Contribuição	147.000,00	196.918,15	143.992,38		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	147.000,00	196.918,15	143.992,38		
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00	1.138,44	180,00		
Receita Patrimonial	113.200,00	266.750,98	195.251,57		
(-) Aplicações Financeiras	112.200,00	265.612,54	195.071,57		
Transferências Correntes	16.037.650,00	14.031.521,25	13.762.977,15		
F.P.M.	6.000.000,00	4.712.081,73	4.522.990,50		
I.C.M.S.	4.800.000,00	4.139.199,77	4.147.594,44		
Convênios	0,00	29.800,00	0,00		
Outras Transferências Correntes	5.237.650,00	5.150.439,75	5.092.392,21		
Demais Receitas Correntes	-628.600,00	-583.794,30	-294.908,05		
Dívida Ativa	62.000,00	54.631,53	39.925,25		
Diversas Receitas Correntes	-690.600,00	-638.425,83	-334.833,30		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.301.400,00	2.034.117,88	1.662.471,27		
Operações de Crédito (III)	650.000,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	6.400,00	3.242,96	4.845,24		
Alienação de Ativos (V)	645.000,00	229.100,00	0,00		
Transferências de Capital	0,00	1.801.774,92	1.657.626,03		
Convênios	0,00	1.801.774,92	1.657.626,03		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.801.774,92	1.657.626,03		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.401.350,00	16.543.960,30	16.068.487,46		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.173.409,57	14.608.549,62	14.506.635,71	14.454.644,79	153.904,83

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.173.409,57	14.608.549,62	14.506.635,71	14.454.644,79	14.309.653,10	153.904,83	196.982,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000,00	1.411,34	1.671,14	1.411,34	1.671,14	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.451.099,94	5.699.634,67	6.260.373,43	5.546.177,24	6.063.994,16	153.457,43	196.379,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.171.409,57	14.607.138,28	14.504.964,57	14.453.233,45	14.307.981,96	153.904,83	196.982,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.064.704,75	3.209.147,36	3.558.904,70	597.802,82	2.395.306,58	2.611.344,54	1.163.598,12
Investimentos	5.035.704,75	3.183.808,47	3.483.966,68	572.463,93	2.320.368,56	2.611.344,54	1.163.598,12
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	29.000,00	25.338,89	74.938,02	25.338,89	74.938,02	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.035.704,75	3.183.808,47	3.483.966,68	572.463,93	2.320.368,56	2.611.344,54	1.163.598,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	22.237.114,32	17.790.946,75	17.988.931,25	15.025.697,38	16.628.350,52	2.765.249,37	1.360.580,73
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.835.764,32	-1.246.986,45	-1.920.443,79	1.518.262,92	-659.863,06	13.778.710,93	14.707.906,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.498.379,10	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	1.498.379,10	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							0,00

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO



Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.850,00	1.661.336,23	1.648.773,44	2.102,67	18.310,12	3.371,60	1.360.580,73	910.794,33	910.574,89	105.447,70	347.929,74
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	1.661.336,23	1.640.923,44	2.102,67	18.310,12	3.371,60	1.360.580,73	910.794,33	910.574,89	105.447,70	347.929,74
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	1.601.711,74	1.581.439,23	1.962,39	18.310,12	3.371,60	1.355.693,92	907.716,33	907.496,89	103.638,89	347.929,74
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5.823,44	5.823,44	0,00	0,00	0,00	2.346,87	0,00	0,00	2.346,87	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	0,00	17.628,38	17.413,46	214,90	-0,00	0,00	8.372,95	8.072,92	8.072,92	300,03	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	25.713,10	16.705,91	0,00	9.007,19	0,00	267,00	0,00	0,00	267,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	16.516,19	16.494,25	21,94	0,00	0,00	4.184,00	4.117,50	4.117,50	66,50	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	0,00	150.813,07	150.813,07	0,00	0,00	3.371,60	9.580,09	9.230,09	9.230,09	350,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	26.102,34	25.938,28	164,06	0,00	0,00	33.554,07	19.341,59	19.341,59	14.212,48	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	766.985,70	766.238,35	747,35	0,00	0,00	788,00	0,00	0,00	0,00	788,00
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	476.770,30	467.467,37	0,00	9.302,93	0,00	256.244,41	253.850,88	253.850,88	2.393,53	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	110.954,24	110.138,10	815,14	0,00	0,00	520.140,81	491.204,58	491.204,58	2.846,16	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	59.624,49	59.484,21	140,28	0,00	0,00	520.215,72	121.888,77	121.679,33	80.853,32	317.683,07
LEGISLATIVO	7.850,00	0,00	7.850,00	0,00	0,00	0,00	4.883,81	3.078,00	3.078,00	1.805,81	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	7.850,00	0,00	7.850,00	0,00	0,00	0,00	4.883,81	3.078,00	3.078,00	1.805,81	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	7.850,00	1.661.336,23	1.648.773,44	2.102,67	18.310,12	3.371,60	1.360.580,73	910.794,33	910.574,89	105.447,70	347.929,74
366.239,86											

FONTE:

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	650.000,00	0,00			650.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.064.704,75	3.209.147,36	597.802,82	2.611.344,54	1.855.557,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.064.704,75	3.209.147,36	597.802,82	2.611.344,54	1.855.557,39
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.414.704,75	-3.209.147,36	-	-	-1.205.557,39

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Antônio Carlos

PREFEITURA

67º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

67º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 28/01/2016 a 27/02/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 27 de janeiro de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MÉDICO 20h

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
6º	DIEGO DE SOUZA	1747

ERRATA 66º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EXTRATO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que no 66º Edital de Convocação dos aprovados no Concurso Público nº 001/2014, publicada no DOM no dia 27 de janeiro de 2016, Edição nº. 1920, houve erro quanto ao nome dos candidatos convocados,

Desta forma, comunica a todos interessados que:

Onde se lê no Anexo I:

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
24º	FRANCIELLE SCHUTZ	1924
25º	SAMARA PAULI	1134
26º	MADELAINE GUERRA KOCH	1540
27º	KARINA KILIPPER	1343

Leia-sê no Anexo I:

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
3º	JOELMA SILVEIRA DE SOUZA	1487
4º	LUANA VIVIAN KONS SIQUEIRA	0775
7º	MONIQUE KREMER MANNES DECKER	0257
10º	LUZIA FELTES KAMPF	0248

Antônio Carlos, 27 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 032/2016

PORTARIA Nº 032/2016.

Concede Licença sem Vencimento a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA SEM VENCIMENTO, por 02 anos, ao servidor ILTON NICOLAU PAULI, ocupante do cargo efetivo de ZELADOR, a partir de 01 de fevereiro de 2016, para tratar de assuntos particulares.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de janeiro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Antônio Carlos, SC solicitou abertura de Processo Licitatório cujo objeto era aquisição de carpete em placas, incluindo entrega, instalação e garantia, destinada ao Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,

localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, Com Recurso de Convênio Nº 792609/2013, firmado entre Governo Federal e o Município de Antônio Carlos S/C, por intermédio da Caixa Econômica Federal;

CONSIDERANDO que a Administração, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, lançaram o Processo de Licitação sob o nº 95/2015, Pregão Presencial nº 58/2015, o qual, devido a ausência de participantes, foi julgado deserto;

CONSIDERANDO que, logo após aquele processo, novamente a Administração, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, lançou o Processo de Licitação sob o nº 104/2015, Pregão Presencial nº 62/2015 que, embora tivesse um participante, o mesmo deixou de apresentar a documentação exigida no edital, restando, portanto, tal processo julgado fracassado;

CONSIDERANDO que o citado objeto se faz necessário para que seja concluída a reforma do Anfiteatro Municipal que, para que se possa entregá-lo ao uso do público, deverá estar pronto e acabado e o projeto prevê a colocação do carpete;

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso V.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto aquisição de carpete em placas, incluindo entrega, instalação e garantia, destinada ao Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, Com Recurso de Convênio Nº 792609/2013, firmado entre Governo Federal e o Município de Antônio Carlos S/C, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

CONTRATADO: TAPEÇARIA E VIDRAÇARIA TEMPERADOS CAPITAL LTDA, localizada na Rua Paulino P. Hermes, 599, Bairro Nossa Senhora do Rosário, São José, SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 80.935.760/0001-20.

VALOR : R\$ 56.128,80 (cinquenta e seis mil, cento e vinte e oito reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação: (57)
04.01.1.004.4.4.90.00.00.

Antônio Carlos, 27 de janeiro de 2016.
ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitações

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 005/2016 SEQUÊNCIA 003

ATA 003

Processo Licitatório nº. 005/2016 – Tomada de Preços nº 001/2016

Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para construção/reconstrução de pontes em concreto pré-moldado, nos locais abaixo identificados, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital:

- a) Ponte em concreto pré-moldado sobre o leito do Rio Lajeado Pipoca, no Loteamento Nicolau Petry; e
- b) Ponte em concreto pré-moldado sobre o leito do Rio Caçador, na comunidade de Linha Beira Rio.

Com a abertura dos envelopes de habilitação, constaram as seguintes impugnações em relação à concorrente MATEUS SPRICIGO EPP: a) o atestado de capacidade técnica com execução de quatro pontes está em desacordo com o exigido no edital, no item 8.6, alínea "a", pois não apresentou execução de pontes em concreto pré-moldado. Neste ponto a impugnação procede, na medida em que os documentos trazidos pela licitante impugnada efetivamente não demonstram a execução de ponte em concreto armado, restando assim descumpridos o item 8.6, letras "a" e "b" do ato convocatório; b) apresentou quatro pontes com áreas inferiores ao solicitado no item 8.6, letra "b", porém a alínea "d" desse mesmo item proíbe tal soma. Efetivamente a impugnação procede, na medida em que os documentos apresentados se referem ao somatório de quatro pontes, alcançando a metragem o total de 70, 93m², no entanto, as metragens individuais são de 15,20m², 21,15m², 25,38m² e 9,20m², todas abaixo do mínimo estabelecido no item 8.6, letra "b" do edital, estando claro no edital, item 8.6, letra "d", a possibilidade de ser efetuado o somatório. c) apresentou a declaração do item 8.6, V, sem assinatura, devendo assim ser considerada inválida. O documento em referência efetivamente está desprovido de assinatura, restando assim descumprido o item 8.6, V do ato convocatório. Em vista de tal quadro, se justifica a inabilitação da empresa MATEUS SPRICIGO EPP. Cumpre esclarecer ainda que esta Comissão solicitou à Engenheira do Município para que se manifestasse acerca dos documentos trazidos, sendo que esta destacou a mesma questão objeto da impugnação presente na letra "b" já anteriormente analisada, mencionando também que as concorrentes MATEUS SPRICIGO EPP, SOBERANA CONSTRUTORA LTDA EPP e KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA não comprovaram o atendimento da exigência mínima contida no edital no que tange ao vão livre – 6 metros – estabelecida no item 8.6, letra "a". Compulsando os documentos trazidos pelas licitantes, efetivamente não se visualiza que as mesmas tenham comprovado o atendimento de tal exigência, motivo porque, com amparo no item 8.6, letra "a", haverão que serem inabilitadas do certame. Em vista do quadro presente, constata-se que todas as licitantes restaram inabilitadas. Deste modo e por questão de economia processual e até porque grande parte dos recursos a serem utilizados para execução do objeto licitado advém do Governo Federal, com prazo fixado para conclusão do processo, sob pena de perda dos recursos obtidos, perfeitamente possível seguir os ditames contidos no artigo 48, § 3º, da legislação licitatória, o qual permite, na hipótese de todos os licitantes serem inabilitados, se fixar prazo para apresentação de nova documentação para que sejam atendidas aquelas exigências descumpridas primitivamente, razão pela qual ficam desde logo cientificadas as concorrentes antes referidas para que procedam o protocolo perante a esta Municipalidade de envelope com os documentos faltantes e antes destacados, o que deverá ocorrer, impreterivelmente, até o próximo dia 29 de janeiro de 2016, às 15 horas, destacando-se que a ausência de observância a tal regramento implicará na manutenção da decisão ora consignada.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 27 de janeiro de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

DECRETO 1835/2016

DECRETO Nº 1835, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotações orçamentária no valor de R\$ 97.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "d" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei nº 835, de 12 de janeiro de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1012	Ampliação e Conservação Predial para a Educação Infantil - Pré-Escola		
Modalidade: 0190	63	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	1023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água/RURAL		
Modalidade: 0000	111	44900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade:	1028	Obras de Pav. e Infraestrutura Urbana - Mobilidade		
Modalidade: 0000	112	44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL				R\$ 97.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1103	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil - Creche		
Modalidade: 0190	74	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND. COM. SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programa, Ações e Atividades da Agricultura. e Pecuária		
Projeto Atividade:	2054	Manutenção dos Serviços de Mecanização Agrícola		
Modalidade: 0000	98	33900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	2	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade:	2065	Atividades Gerais da Infraestrutura Rodoviária		
Modalidade: 0000	131	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL				R\$ 97.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 12 de janeiro de 2016

Marcelo Morche

Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se.

Em 12 de janeiro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº. 1834/2016

DECRETO Nº 1834, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 59.055,52.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “b” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2074	Atividades Gerais de Atenção Básica			
Modalidade:	52	31900000000000	030324	Aplicações Diretas	30.143,75
Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2080	Operacionalização das Estratégia SAÚDE DA FAMÍLIA			
Modalidade:	53	31900000000000	030325	Aplicações Diretas	7.280,13
Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2084	Disponibilização de Medicamentos - FARMÁCIA BÁSICA			
Modalidade:	54	33900000000000	030330	Aplicações Diretas	12.143,18
Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2084	Disponibilização de Medicamentos - FARMÁCIA BÁSICA			
Modalidade:	55	33900000000000	030331	Aplicações Diretas	9.488,46
TOTAL					R\$ 59.055,52

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015

Descrição da Fonte: 0.3.0324 – Piso de Atenção Básica – PAB/Fixo 30.143,75

Descrição da Fonte: 0.3.0325 – Estratégia da Saúde da Família – SUS 7,280,13

Descrição da Fonte: 0.3.0330 – Transferência Assistência Financeira – SUS 12,143,18

Descrição da Fonte: 0.3.0331 – Farmácia Básica – FAR/Estado 9.488,46

TOTALR\$ 59.055,52

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016

Marcelo Morche

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de janeiro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1836/2016

Decreto nº. 1836, de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA SERVIDORA MARLISE MORCHE KASTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando os termos do Comunicado advindo da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional de Seara bem como o posicionamento favorável da Administração Pública.

O Senhor Marcelo Morche, prefeito em exercício do município de Arabutã, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei, em especial as disposições do artigo 137, § 1º, da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER à servidora MARLISE MORCHE KASTER, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para prestar seus serviços na Gerência da Educação, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara.

Art. 2º. A cedência será com ônus para o órgão cessionário e perdurará do período compreendido de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, podendo referido prazo ser antecipado mediante a iniciativa de qualquer das partes envolvidas.

Art. 3º. Os efeitos do presente decreto retroagem a data de 01 de janeiro de 2015.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1837/2016

Decreto nº 1.837, de 13 de janeiro de 2016.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA FINS DE ALIENAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do art. 95, da Lei Orgânica do Município, art. 17, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Municipal nº. 839, de 12 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis à Administração Municipal, para fins de Alienação dos bens móveis pertencentes do Patrimônio da Administração Municipal e identificados no artigo seguinte, sendo-lhe designados os seguintes membros:

I – NEUDI EINSWEILER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em efetivo de motorista e de cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura e Urbanismo que atuará como membro, que será o Presidente;

II – DULCI DRIEMEIER, inscrita no CPF-MF sob nº. 009.112.609-60, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, que será a Secretário;

III – DIRCEU WAZLAVICK, inscrito no CPF sob nº. 770.377.669-68, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Mecânico que atuará como membro.

Art. 2º A comissão constituída nos termos do artigo anterior, avaliará, com a finalidade de atribuição do valor venal mínimo, objetivando a alienação em processo de licitação, na modalidade de leilão, os seguintes bens móveis:

I – 1 (um) Trator de Esteira KOMATSU D-41 ano de fabricação 2005, inscrito no Patrimônio Público Municipal sob o nº 002583;

II – 1 (uma) Escavadeira Hidráulica marca KOMATSU PC-138, ano de fabricação 2010, inscrito no Patrimônio Público Municipal sob o nº 002508.

Art. 3º A Comissão desempenhará o presente mandato no período máximo de 30 (trinta) dias, da publicação deste Decreto.

§ 1º Pelo desempenho das funções decorrentes do mandato estabelecido neste Decreto, os membros da comissão não perceberão qualquer tipo ou espécie de remuneração, podendo ausentar-se das atribuições do cargo, para os procedimentos necessários à avaliação.

§ 2º Havendo necessidade, a Comissão poderá solicitar auxílio ou solicitar a contratação de serviços de avaliação, para melhor desempenho do mandato que lhe é atribuído.

Art. 4º Findos os trabalhos incumbidos à comissão, as avaliações serão imediatamente submetidas à apreciação do Prefeito Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), em 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1838/2016

Decreto nº 1.838, de 18 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o exaurimento do prazo para a interposição de recursos em face do Resultado e da Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015, conforme dispõe Edital;

Considerando a regularidade das publicações, a garantia de prazos e de meios para a interposição de recursos administrativos, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015; e

Considerando a regularidade do processo e dos procedimentos adotados na execução de todas as fases do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015 e no cumprimento de todas as normas do Edital nº 001 e suas alterações, disciplinador da referida seleção pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final, em todos os cargos contemplados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015, conforme consta dos quadros seguintes:

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 002			01
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Naiara Giovanna Weber	03	2,10	1º

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 005			02
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Patrícia Wilgten	04	2,10	1º
Deise Cristina Ackermann Verruck	01	2,00	2º

Identificação do Cargo			Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 009			02
Identificação do Candidato		Notas	Classificação
Nome	Nº Insc.	Exclusivamente de Títulos	
Lilian Maria Feiock	05	2,00	1º *
Vanessa Fassbinder	02	2,00	2º *

*Obs.: Critério de desempate conforme item 5.3, alínea c do edital

Arabutã – SC, 18 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1839/2016

DECRETO Nº 1839, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Três de Maio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Três de Maio, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Comunidade de Canhada Grande na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01, no valor de R\$ 2.500,00, a ser transferido em 1 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I da presente Decreto, constante do projeto atividade, 2.069 – Concessão de Subvenções à Entidades Culturais, da modalidade 33.50.00.00.00.00.0000 – Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjugação de Esforços no Desenvolvimento de Atividades estabelecidas nos Estatutos Sociais, e realização de Evento e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 25 de janeiro de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 25 de janeiro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1840/2016

DECRETO Nº 1840, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua João Gosseheimer, nº 308, Centro na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01, no valor de R\$ 420.000,00, a ser transferido em 12 (doze) parcela(s) conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I do presente Decreto, constante do projeto atividade 2.077 - Concessão de Subvenções Sociais, da modalidade 33.50.00.00.00.00.00.0121 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Realização de Assistência Médica e Hospitalar e Plantão Médico de Urgência e Emergência Hospitalar para a população do Município e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no art. 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 25 de janeiro de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 25 de janeiro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1841/2016

DECRETO Nº 1841, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Associação dos Serviços Voluntários de Arabutã e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação dos Serviços Voluntários de Arabutã, pessoa jurídica de

direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua João Gosenheimer, s/n, centro, Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01, no valor de R\$ 60.000,00, a ser transferido em 12 (doze) parcelas conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I da presente Decreto, constante do projeto atividade 2001 - Atividades de Defesa Civil, da modalidade 33.50.00.00.00.00.0000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos., do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços no desenvolvimento de atividades estabelecidas nos Estatutos Sociais em especial em seu § 1º, art. 1º e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 25 de janeiro de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 25 de janeiro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1842/2016

DECRETO Nº 1842 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Associação Esportiva, Recreativa e Cultural 25 de Julho e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação Esportiva, Recreativa e Cultural 25 de Julho, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua Alfonso Ackermann, 40, Centro na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01, no valor de R\$ 5.000,00, a ser transferido em 01 (uma) parcela conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I da presente Decreto, constante do projeto atividade constante do projeto atividade, 2.069 – Concessão de Subvenções à Entidades Culturais, da modalidade 33.50.00.00.00.00.00.0000 – Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços para realização do Kerb Fest e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de

2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de janeiro de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 26 de janeiro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 21-2015

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 21/2015

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ n. 83.102.772/0001-61

Contratada: RODOMAVI TRANSPORTES LTDA ME

CNPJ n. 09.273.003/0001-73

Pregão Presencial n. 7/2015

Objeto: Contratação de transporte escolar e transporte diversos.

- Considerando que foi proposta a empresa contratada prorrogação do contrato administrativo n. 21/2015 mediante reajuste supressivo no valor de R\$ 4,00 o quilometro rodado para o transporte escolar bem como para os transportes diversos (originalmente R\$ 4,16 para transporte escolar e R\$ 4,93 para transportes diversos), tendo esta aceito estes termos;

- Considerando que os serviços de transporte escolar e transportes diversos são considerados serviços contínuos;

- Considerando que existe a necessidade pública a ser satisfeita – de manter o transporte escolar e transportes diversos;

- E considerando que a administração sempre primou e zelou pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos custos, pagamento, execução de suas atividades e atendimento a população, RESOLVE:

PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 21/2015 ATÉ 30/12/2016, DE ACORDO OS LIMITES ESTABELECIDOS NO INCISO II DO ARTIGO 57 DA LEI 8666/93, BEM COMO ALTERAR O VALOR DO QUILOMETRO RODADO PARA R\$ 4,00 (QUATRO REAIS) – PARA O TRANSPORTE ESCOLAR E TRANSPORTES DIVERSOS.

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 21/2015, firmado em 10 de fevereiro de 2015, em decorrência do Edital de Pregão 7/2015.

Moacir Polidoro - Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 9-2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 9/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: AGRO LIDER LTDA

Objeto: Aquisição de larvicida biológico de combate ao mosquito borrachudo.

Valor: R\$ 6.294,00 (seis mil duzentos e noventa e quatro reais)

Vigência: até 29/2/2016.

Ascurra, 28 de janeiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2016

D E C R E T O Nº 001/2016

“Institui Horário de Trabalho, em Regime Especial, para os Serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, Adota Normas de Contenção de Despesas e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 65 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

- considerando a constante redução da arrecadação, bem como a necessidade de se estabelecer o equilíbrio financeiro exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal);
- considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito da Administração Pública, notadamente nos setores que não afetam as atividades de caráter contínuo e emergencial à população;
- considerando que o funcionamento das repartições públicas municipais em horário reduzido e contínuo permitirá diminuir as despesas com transportes, alimentação, combustíveis e os serviços públicos de água, luz e telefone.
- considerando que o Município, tem a obrigatoriedade de promover o controle das contas públicas, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade fiscal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o horário de trabalho para os serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, em regime especial somente as sextas-feiras, conforme se estabelece a seguir:

- I - Secretaria de Transportes e Obras: turno de trabalho ininterrupto de quatro horas e meia, sendo este das 07:30 às 12:00 horas;
- II - Secretaria da Administração e Finanças: turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas;
- III - Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo das 08:00 às 12:00 horas;
- IV - Secretaria da Saúde e Assistência Social, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo das 08:00 às 12:00 horas;

V - Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas, para os serviços administrativos.

VI - Secretaria do Turismo e Meio Ambiente, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas.

§ 1º - Os serviços, considerados essenciais e contínuos ficam excluídos do horário especial e funcionarão em regime de plantão.

§ 2º - Os serviços de caráter extraordinário somente serão realizados mediante autorização do Chefe do Executivo ou da Secretaria da Administração e Finanças, acompanhada de justificativa.

§ 3º - Fica reservado o tempo de 15 minutos para horário do café, sendo este das 09:00 às 09:15 horas.

Art. 2º - Fica vedado, no período em que estiver em vigor o horário de que trata o presente Decreto, os seguintes serviços ou atividades:

- I - ligações telefônicas por servidores que não tenham o controle dos órgãos da Administração, inclusive ligações de natureza particular;
- II - a utilização de quaisquer bens ou serviços por servidores, que não estejam autorizados pelo controle dos respectivos órgãos, bem como, serviços que não tenham previsão legal;
- III - a realização de despesas ou efetivação de compras, por qualquer órgão da Administração, sem a devida autorização do Chefe do Executivo, ou a quem este delegar competência.

§ 1º - O responsável ou servidor que infringir qualquer disposição de lei, especialmente os dispositivos constantes do presente Decreto, responderá pelas sanções cabíveis.

§ 2º - Os contratos existentes entre a Administração e terceiros não considerados essenciais, depois de revistos conforme a sua necessidade, poderão ser rescindidos na forma da lei.

Art. 3º - Todos os servidores deverão se ajustar e promover esforços no sentido de racionalizar a execução dos serviços, visando à diminuição de despesas sem prejuízo do atendimento qualificado à população.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 04 de janeiro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 002/2016

D E C R E T O Nº. 002/2016

“Estabelece Feriados e Pontos Facultativos nas Repartições Públicas Municipais para o Ano de 2016.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Feriados e Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais no ano de 2016, nos seguintes dias:

- Fevereiro – 08 - Ponto Facultativo;
- 09 – Carnaval.
- Março – 25 – Paixão de Cristo.
- Abril - 21 – Tiradentes;
- 22 - Ponto Facultativo.
- Maio - 26 – Corpus Christi;
- 27 – Ponto Facultativo.
- Julho – 25 – Dia do Agricultor e Motorista.
- Setembro – 07 – Independência do Brasil.
- Outubro – 12 – Dia das Crianças;
- 28 – Dia do Funcionário Público.
- Novembro – 02 – Dia de Finados;
- 14 – Ponto Facultativo;
- 15 – Proclamação da República.

Art. 2º - Dia 27 de dezembro de 2016, aniversário do Município, será antecipado para o dia 26 de dezembro de 2016, em virtude do comércio.

Art. 3º - As atividades públicas da Prefeitura Municipal de Atalanta serão encerradas no dia 16 de dezembro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 25 de janeiro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 001/2016 FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 001/2016-FMT

Inexigibilidade nº 001/2016-FMT

Contrato 001/2016 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da FANTASI SHOWS LTDA, inscrita no CNPJ11.743.600/0001-66, para realização de apresentação da banda Raça Negra no dia 08 de fevereiro de 2016. Valor do Contrato: R\$ 191.500,00 (CENTO E NOVENTA E UM MIL E QUINENTOS REAIS). Vigência: 08/02/2016.

Balneário Piçarras/SC, 08 de janeiro de 2016.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

TOMADA DE PREÇOS 002/2016-PMBP/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2016-PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Licitatório nº 002/2016 - PMBP

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2016-PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para construção da Sede da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme documentos anexos ao Processo. Data/horário recebimento envelopes: 16/02/2016 às 09:00hs. Data/horário abertura envelopes: 16/02/2016 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanoel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 28 de janeiro de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR HORA.

Data e horário da sessão de abertura: 12/02/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, com máquinas e caminhão, incluindo operador/motorista, transporte de matéria prima, na área de pavimentação, drenagem e terraplenagem, conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos no Município de Balneário Rincão/SC, durante o exercício de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 27 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ADITIVO 02/24/SAMAE/2015

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 024/SAMAE/2015; RTM TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLE ME, OBJETO: a prorrogação de prazo, ao contrato 024/SAMAE/2015 que prevê o término em 31/12/2015 para 31/01/2016 em face do interesse público, baseado nos fatos elencados e motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Marcos Ferreira Bortolon

Barra Bonita

PREFEITURA

CONVITE Nº09/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016
EDITAL DE CONVITE Nº 009/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite, objetivando Construção das cabeceiras da ponte junto à estrada rural Linha Lajeado do São Pedro, com fornecimento de material mão-de-obra e elaboração de projeto estrutural. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 27 de janeiro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

EDITAL PREGÃO Nº02/2016 FMAS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2016

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de materiais e gêneros alimentícios para uso nas atividades gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 05 de fevereiro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 25 de janeiro de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS
Prefeito Municipal

EDITAL CONVITE Nº10/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016
EDITAL DE CONVITE Nº 010/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite, objetivando Contratação para reforma do pavilhão na comunidade de Linha São Judas Tadeu, com fornecimento de material e mão de obra conforme projeto de engenharia anexo.. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 10 de fevereiro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de janeiro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

Barra Velha

PREFEITURA

PP 005/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2016 - Pregão Presencial nº 005/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por ITEM para contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia, para a Secretaria de Planejamento e Defesa Civil do Município. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/02/2016 às 08:00 horas. Data da Sessão Pública: 12/02/2016 às 08:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

TP 001/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 009/2016

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016
O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para reforma da Escola Básica Manoel Antonio de Freitas, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 15/02/2016. Data/horário recebimento envelopes: 18/02/2016 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 18/02/2016 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 006/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2016 - Pregão Presencial nº 006/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por ITEM Prestação de serviço para locação de um trator de esteira, para realizar o serviço de destocas, abertura de ruas e terraplanagens, à pedido da Secretaria de Agricultura e Pesca, do Município de Barra Velha. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/02/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 12/02/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 005/2016 - PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MERENDA ESCOLAR – PNAE 2016 destinada as Escolas do município, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 08h30min do dia 11/02/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 11/02/2016 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 27 de Janeiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 129/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2015
Referente: Processo Licitatório nº 55/2015
Contratada: SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO
Finalidade: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO.

Valor Total Contratado: R\$ 17.500,00

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 15/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 23/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015
Referente: Processo Licitatório nº 16/2015
Contratada: GISELA SCHULZ

Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE GISELA SCHULZ, COM PERMISSÃO PARA EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO.

Valor Total Contratado: R\$ 16.200,00

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 15/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS SUPERIORES E INFERIORES E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS SUPERIORES E INFERIORES, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 28/01/2016, às 13h59min do dia 12/02/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 12/02/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (12/02/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (12/02/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 28/01/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 27 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

CHAMADA PUBLICA 264/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 264/2015 PMB.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios a serem adquiridos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para o ano de 2016, para as CEIMS e Escolas Municipais. Para o cumprimento desta chamada poderão ser habilitados grupos formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP Jurídica), conforme a Lei da Agricultura Familiar (PRONAF). Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 28/01/2016 à 23/02/2016. Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 26 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016-PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, MÃO DE OBRA CÓPIAS DE CHAVES E FECHADURAS, PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 4.049,40

VIGÊNCIA: 31/12/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.01.2.011.33.90.30.24.00.00.00

03.01.2.018.33.90.30.24.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação está sendo feita tendo a necessidade da aquisição de serviços de chaveiros e cópias de chaves e fechaduras para as Secretarias de Administração e Educação. Tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2015 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00

(oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93. II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como as Secretarias requisitantes apresentaram 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 25 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO TP207/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP207/2015-PMBO Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, devido à falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório TP207/2015-PMB, que tem por objeto "aquisição de gaveta KVM para Rack e aparelho de TV, para uso do Setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Biguaçu".

Biguaçu, 25 de janeiro de 2016

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.240/2016

LEI Nº 8.240, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA ÁGUA VERDE" O PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de "Rua Água Verde", o prolongamento em mais 178,96m (cento e setenta e oito metros e noventa e seis centímetros) da referida via pública (denominada pela Lei nº 2.006, de 10.06.1974), descrita em parte como rua projetada do Loteamento Witthoeft, aprovado em 28.03.1978, totalizando 398,96 (trezentos e noventa e oito metros e noventa e seis centímetros) de extensão, tendo inclusive sido o seu virador implantado em parte de área verde do referido Loteamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de janeiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.832/2016

DECRETO Nº 10.832, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, SUAS FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.220 de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Blumenau para o exercício de 2016 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.499.377.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e nove milhões, trezentos e setenta e sete mil reais) sendo R\$ 2.346.530,00 (dois bilhões, trezentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 152.847.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais) do Orçamento de Seguridade Social.

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta do Município para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.451.400.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil reais).

§1º A Receita da administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 907.486.000,00
- 1.1 Receita Tributária R\$ 287.167.000,00

- 1.2 Receita de Contribuições R\$ 25.550.000,00
- 1.3 Receita Patrimonial R\$ 18.976.000,00
- 1.4 Receita Agropecuária R\$ 6.000,00
- 1.5 Receita de Serviços R\$ 31.000,00
- 1.6 Transferências Correntes R\$ 538.565.000,00
- 1.7 Outras Receitas Correntes R\$ 37.191.000,00
- (-) DEDUÇÃO DA RECEITA R\$ -89.685.000,00
- (-) Dedução da Receita de Transf. R\$ -17.390.000,00
- (-) Receita de Contribuição R\$ - 10.000,00
- (-) Transferência Correntes R\$ -71.480.000,00
- (-) Outras Deduções de Receita R\$ - 805.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 633.599.000,00
- 2.1 Operações de Crédito R\$ 337.176.000,00
- 2.2 Alienações de Bens R\$ 50.000,00
- 2.3 Transferências de Capital R\$ 296.373.000,00

Total Geral R\$1.451.400.000,00

§2º As Despesas da Administração Direta, observarão a programação e classificação constantes dos inclusos anexos por unidade orçamentária, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

- 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação
- Projeto 0201.04.122.0002.1172 – Proj. Esp. p/ Exec. Ações Gov.
- Projeto 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000
- Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
- Fonte de Recursos 0134.00000
- Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
- Fonte de Recursos 0164.00000
- Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação
- Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 1.251.000,00
- Modalidade 3.1.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00
- Modalidade 3.3.71 (6) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
- Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 187.000,00
- Modalidade 3.3.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
- Modalidade 3.3.93 (9) Aplicações Diretas R\$ 37.000,00
- Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000
- Atividade 02.01.04.122.0002.2003 – Manut. Ativ. Junta Militar
- Modalidade 3.1.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
- Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
- Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000
- Atividade 02.01.04.122.0002.2004 – Apoio Financeiro a Entidades
- Modalidade 3.3.50(14) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 100.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000
- Atividade 02.01.04.122.0002.2005 – Aporte Capital p/ Emp. Economia Mista
- Modalidade 4.5.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000
- Total da Unidade R\$ 3.051.000,00

0202 – Diretoria de Controle Interno

- Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. das Ativ. de Controle Interno
- Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
- Modalidade 3.3.90 (17) aplicações Diretas R\$ 10.000,00
- Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
- Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 515.000,00
Total do Órgão R\$ 3.566.000,00

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

0301 – Administrativo do Gavice

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Adm. do Gavice
Modalidade 3.1.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 820.000,00
Modalidade 3.1.91 (20) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Modalidade 3.3.91 (22) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 956.000,00
Total do Órgão R\$ 956.000,00

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. do Gabinete do Procurador
Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 935.000,00
Modalidade 3.1.91 (25) Aplicações Diretas R\$ 1.065.000,00
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Modalidade 3.3.91 (27) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 04.01.03.0002.2303 – Manut. Ativ. Procon
Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 2.696.000,00

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pág. Hon. de Sucumbência dos Advogados

Modalidade 3.1.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Modalidade 3.1.91 (33) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 805.000,00
Modalidade 3.3.91 (35) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ.Cons. Adm. e Leg.
Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 116.000,00
Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações
Modalidade 4.4.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
Fonte de Recursos 0164.00000
Modalidade 4.4.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 3.900.000,00
Fonte de Recursos 0183.00000
Total da Unidade R\$ 21.076.000,00

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Manut. Ativ. de Contenc. Judicial
Modalidade 3.1.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00
Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Exec. Sentenças Judiciais/Pre-catórios
Modalidade 3.3.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 9.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 11.825.000,00

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e

Contratos

Modalidade 3.1.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
Modalidade 3.3.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (48) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 265.000,00

0405 – Fundo de Repar. Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.091.0002.2015 – Manut. Ativ. Fundo Repar. Progem
Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 288.000,00
Modalidade 4.4.90 (51) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000
Total da Unidade R\$ 388.000,00

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Manut. Ativ. Fundo Defesa dos Direitos Difusos
Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
Modalidade 4.4.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 459.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000
Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000
Modalidade 4.4.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000
Total da Unidade R\$ 1.309.000,00
Total do Órgão R\$ 37.559.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas da Sede
Modalidade 3.1.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 3.072.000,00
Modalidade 3.1.91 (57) Aplicações Diretas R\$ 1.678.000,00
Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 4.905.000,00

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações
Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 1.050.000,00
Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Modalidade 4.4.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 1.655.000,00

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal
Modalidade 3.1.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00
Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 1.643.000,00
Modalidade 4.4.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 05.03.04.128.0002.2321 – Manut. Pagamento de Estagiários
Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 1.558.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 05.03.04.128.0002.2322 – Manut. Concessão de Benefícios ao Servidor Público
Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 4.870.000,00
Modalidade 3.3.91 (68) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 05.03.04.128.0002.2331 – Manut. Pensões Vitalícias
Modalidade 3.3.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 05.03.04.128.0002.2332 – Man. Bolsa de Est. à Est. Car-
rentes
Modalidade 3.3.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 131.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 15.407.000,00

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Con-
serv. Patr.
Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 3.650.000,00
Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 4.439.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 742.000,00
Fonte de Recursos 0139.00000
Modalidade 3.3.91 (74) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Modalidade 4.4.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0189.00000
Total da Unidade R\$ 8.956.000,00

0505 – Diretoria de Serv. de Ouvidoria e Atend. ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Manut. Ativ. Serv. Ouvid. Atend.
ao Público
Modalidade 3.1.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 1.750.000,00
Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 245.000,00
Modalidade 4.4.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 2.000.000,00
Total do Órgão R\$ 32.923.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 06.01.04.122.0002.1170 – Programa Modernização Admi-
nistrativa
Modalidade 4.4.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 555.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (81) Aplicações Diretas R\$ 21.416.000,00
Fonte de Recursos 0183.00000
Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas
da Sefaz
Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 1.154.000,00
Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 195.000,00
Modalidade 4.4.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 23.325.000,00

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.123.0002.2024 – Manut. Ativ. Contabilidade/
Financeiro
Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 1.553.000,00
Modalidade 3.3.91 (86) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (87) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 06.02.04.123.0002.2025 – Contrib. as Entidades Muni-
cipalistas
Modalidade 3.3.50 (88) Aplicações Diretas R\$ 689.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividades 06.02.04.123.0002.2254 – Programa de Educação Fiscal
Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Modalidade 4.4.90 (90) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manutenção Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 5.300.000,00
Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 1.046.000,00
Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 1.612.000,00
Modalidade 3.3.93 (94) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Modalidade 4.4.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida
Modalidade 3.2.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 17.855.000,00
Modalidade 3.2.91 (97) Aplicações Diretas R\$ 830.000,00
Modalidade 4.6.90 (98) Aplicações Diretas R\$ 22.977.000,00
Modalidade 4.6.91 (99) Aplicações Diretas R\$ 4.700.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 06.02.28.844.0000.0005 – Serviços e encargos da Dívida
– Bid
Modalidade 3.2.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 1.850.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 06.02.28.846.0000.0002 – Encargos Sociais e Econômi-
cos
Modalidade 3.3.90 (101) Aplicações Diretas R\$ 9.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 06.02.99.999.9999.2240 – Reserva de Contingência
Modalidade 9.9.99 (102) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total do Unidade R\$ 67.583.000,00

0603 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao
Empreendedor
Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Modalidade 3.3.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 115.000,00
Total do Órgão R\$ 91.023.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administrativas
da Segg
Modalidade 3.1.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 248.000,00
Modalidade 3.1.91 (107) Aplicações Diretas R\$ 252.000,00
Modalidade 3.3.90 (108) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00
Modalidade 3.3.91 (109) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (110) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 07.01.04.122.0002.1175 – Programa de Modernização Ad-
ministrativa PNAFM III
Modalidade 4.4.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 920.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (112) Aplicações Diretas R\$ 9.200.000,00
Fonte de Recursos 0183.00000
Total da Unidade R\$ 10.733.000,00

0702 – Diretoria de Planejamento de Governo

Atividade 07.02.04.121.0002.2272 – Manut. Ativ. Planejamento de
Governo
Modalidade 3.1.90 (113) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Modalidade 3.3.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Modalidade 4.4.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 160.000,00

0703 – Diretoria de Orçamento

Atividade 07.03.04.121.0002.2273 – Manut. Ativ. Orçamento
Modalidade 3.1.90 (116) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Modalidade 3.3.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Modalidade 4.4.90 (118) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total da Unidade R\$ 160.000,00

0704 – Diretoria de Escritório de Projetos

Atividade 07.04.04.122.0002.2274 – Manut. Ativ. Escritório de Pro-
jetos
Modalidade 3.1.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Modalidade 3.3.90 (120) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Modalidade 4.4.90 (121) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 160.000,00

0705 – Diretoria de Captação de Recursos
 Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos
 Modalidade 3.1.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Modalidade 3.3.90 (123) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
 Modalidade 4.4.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 265.000,00

0706 – Diretoria de Custos
 Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos
 Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Modalidade 3.3.90 (126) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Modalidade 4.4.90 (127) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 310.000,00

0708 – Diretoria de Sistemas
 Atividade 07.08.04.126.0002.2314 – Manut. Ativ. Sistemas
 Modalidade 3.1.90 (128) Aplicações Diretas R\$ 950.000,00
 Modalidade 3.3.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Modalidade 4.4.90 (130) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 1.005.000,00

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
 Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestrutura Tecnológica
 Modalidade 3.1.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
 Modalidade 3.3.90 (132) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
 Modalidade 4.4.90 (133) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.095.000,00
 Total do Órgão R\$ 14.888.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 0801 – Administrativo do Gabinete
 Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administrativas da Secom
 Modalidade 3.1.90 (134) Aplicações Diretas R\$ 277.000,00
 Modalidade 3.1.91 (135) Aplicações Diretas R\$ 73.000,00
 Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Modalidade 4.4.90 (137) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 367.000,00

0802 – Diretoria de Publicidade
 Atividade 08.02.04.131.0002.2030 – Manut. Ativ. Publicidade
 Modalidade 3.1.90 (138) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Modalidade 3.3.90 (139) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 Modalidade 4.4.90 (140) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Divulgação Ações Gov.
 Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 4.317.000,00

0803 – Diretoria de Jornalismo
 Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo
 Modalidade 3.1.90 (142) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
 Modalidade 3.3.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Modalidade 3.3.91 (144) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (145) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 716.000,00

0804 – Diretoria de Relacionamento Institucional
 Atividade 08.04.04.131.0002.2320 – Manut. Ativ. Relacionamento Institucional
 Modalidade 3.1.90 (146) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Modalidade 3.3.90 (147) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Modalidade 4.4.90 (148) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Total da Unidade R\$ 113.000,00
 Total do Órgão R\$ 5.513.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira
 Atividade 09.01.12.122.004.2035 – Manut. Ativ. Administrativa da Semed
 Modalidade 3.1.90 (149) Aplicações Diretas R\$ 2.030.000,00
 Modalidade 3.1.91 (150) Aplicações Diretas R\$ 670.000,00
 Modalidade 3.3.90 (151) Aplicações Diretas R\$ 1.250.000,00
 Modalidade 3.3.91 (152) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (153) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.01.12.271.0014.2238 – Manut. Concessão Benefícios de Aposentados e Pensionistas
 Modalidade 3.1.90 (154) Aplicações Diretas R\$ 6.700.000,00
 Modalidade 3.3.90 (155) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 09.01.12.361.0004.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 Modalidade 3.3.90 (156) Aplicações Diretas R\$ 5.500.000,00
 Fonte de Recursos 0136.00000
 Modalidade 3.3.90 (157) Aplicações Diretas R\$ 163.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 3.3.90 (158) Aplicações Diretas R\$ 655.000,00
 Fonte de Recursos 0162.00000
 Atividade 09.01.12.361.0004.2037 – Alimentação Esc. Ensino Médio – Pnaef
 Modalidade 3.3.90 (159) Aplicações Diretas R\$ 7.260.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 2.200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Alimentação Esc. Educ. Inf. – Pnaec
 Modalidade 3.3.90 (161) Aplicações Diretas R\$ 10.890.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 1.263.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Escolar – Educação Infantil – Pnaep
 Modalidade 3.3.90 (163) Aplicações Diretas R\$ 10.890.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (164) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Total da Unidade R\$ 50.696.000,00

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados
 Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Prog. E Proj. Integrados
 Modalidade 3.1.90 (165) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
 Modalidade 3.3.90 (166) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
 Modalidade 4.4.90 (167) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.02.12.364.0011.2040 – Furb
 Modalidade 3.3.90 (168) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.734.000,00

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – Const/Amp./Reforma UEs
 Modalidade 4.4.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 1.210.000,00
 Fonte de Recursos 101.00000
 Modalidade 4.4.90 (170) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 4.4.90 (171) Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00
 Fonte de Recursos 0136.00000
 Modalidade 4.4.90 (172) Aplicações Diretas R\$ 4.200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 4.4.90 (173) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
 Fonte de Recursos 0162.00073
 Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobertura de Quadras Esportivas
 Modalidade 3.3.90 (174) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 4.4.90 (175) Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 4.4.90 (176) Aplicações Diretas R\$ 4.800.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 4.4.90 (177) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 4.4.90 (178) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
 Fonte de Recursos 0162.00000
 Projeto 09.03.12.361.0004.1005 – Desapropriações – Ensino Fund.
 Modalidade 4.4.90 (179) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
 Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 7.200.000,00
 Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
 Modalidade 3.3.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 6.826.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.3.90 (183) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 3.3.91 (184) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Modalidade 4.4.90 (185) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 4.4.90 (186) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 4.4.90 (187) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00
 Fonte de Recursos 0162.00000
 Atividade 09.03.12.361.0004.2042 – Manut. Ativ. Ensino Fund. Sala. Educ.
 Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 2.655.000,00
 Modalidade 4.4.90 (189) Aplicações Diretas R\$ 413.000,00
 Fonte de Recursos 0136.00000
 Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Man. Des. Ens. Educ. Básica Fundeb/EF
 Modalidade 3.1.90 (190) Aplicações Diretas R\$ 12.620.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.1.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 62.170.000,00
 Fonte de Recursos 0118.00000
 Modalidade 3.1.90 (192) Aplicações Diretas R\$ 4.484.000,00
 Fonte de Recursos 0119.00000
 Modalidade 3.1.91 (193) Aplicações Diretas R\$ 5.180.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.1.91 (194) Aplicações Diretas R\$ 3.900.000,00
 Fonte de Recursos 0118.00000
 Modalidade 3.1.91 (195) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Modalidade 3.3.90 (196) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0119.00000
 Atividade 09.03.12.361.0004.2326 – Man. Conc. Bem. ao Serv. Público – EF
 Modalidade 3.3.90 (197) Aplicações Diretas R\$ 8.131.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.03.12.361.0004.2329 – Manut. Pagamento de Estagiários – EF
 Modalidade 3.3.90 (198) Aplicações Diretas R\$ 260.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1006 – Construção/Ampliação/Reforma CEIs
 Modalidade 4.4.90 (199) Aplicações Diretas R\$ 1.210.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 4.4.90 (200) Aplicações Diretas R\$ 2.005.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 4.4.90 (201) Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00
 Fonte de Recursos 0136.00000
 Modalidade 4.4.90 (202) Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.1007 – Desapropriações – Educação Infantil
 Modalidade 4.4.90 (203) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil
 Modalidade 3.1.90 (204) aplicações Diretas R\$ 7.200.000,00
 Modalidade 3.1.91 (205) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
 Modalidade 3.3.50 (206) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 363.000,00
 Modalidade 3.3.90 (207) Aplicações Diretas R\$ 5.551.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.3.90 (208) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 3.3.91 (209) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Modalidade 4.4.90 (210) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 4.4.90 (211) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.2045 – Man. Ativ. Educ. Inf. – Sal. Educação
 Modalidade 3.3.90 (212) Aplicações Diretas R\$ 2.221.000,00
 Modalidade 4.4.90 (213) Aplicações Diretas R\$ 414.000,00
 Fonte de Recursos 0136.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. Fundeb/EI
 Modalidade 3.1.90(214) Aplicações Diretas R\$ 11.850.000,00
 Fonte de Recursos 001.00000
 Modalidade 3.1.90 (215) Aplicações Diretas R\$ 56.646.000,00
 Fonte de Recursos 0118.00000
 Modalidade 3.1.90 (216) Aplicações Diretas R\$ 2.900.000,00
 Fonte de Recursos 0119.00000
 Modalidade 3.1.91 (217) Aplicações Diretas R\$ 3.800.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.1.91 (218) Aplicações Diretas R\$ 3.600.000,00
 Fonte de Recursos 0118.00000
 Modalidade 3.1.91 (219) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Modalidade 3.3.50 (220) Aplicações Diretas R\$ 3.300.000,00
 Modalidade 3.3.90 (221) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0119.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.2327 – Man. Conc. Ben. Servidor Público – EI
 Modalidade 3.3.90 (222) Aplicações Diretas R\$ 7.447.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.03.12.365.0004.2330 – Manut. Pagamento de Estagiários – EI
 Modalidade 3.3.90 (223) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Atividade 09.03.12.367.0004.2047 – Manut. Ativ. Educação Especial
 Modalidade 3.3.90 (224) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 3.3.90 (225) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 3.3.90 (226) Aplicações diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0137.00000
 Modalidade 4.4.90 (227) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000
 Modalidade 4.4.90 (228) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0132.00000
 Modalidade 4.4.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0137.00000
Total da Unidade R\$ 262.306.000,00
Total do Órgão R\$ 315.736.000,00

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2067 – Man. Ativ. Corpo de Bomb/Conv. Estado

Modalidade 3.3.90 (230) Aplicações Diretas R\$ 1.900.000,00

Modalidade 3.3.91 (231) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (232) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Atividade 01.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci

Modalidade 3.1.90 (233) Aplicações Diretas R\$ 201.000,00

Modalidade 3.1.91 (234) Aplicações Diretas R\$ 299.000,00

Modalidade 3.3.90 (235) Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

Modalidade 3.3.91 (236) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Modalidade 4.4.90 (237) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 10.01.04.122.0002.2317 – Man. Ativ. Pol. Mil./Convenio Estado

Modalidade 3.3.90 (238) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 3.3.91 (239) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade 4.4.90 (240) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Total da Unidade R\$ 3.338.000,00

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Projeto 10.02.06.182.0012.1135 – Proj. Esp. Ações Prev/Min/Errad. Risc.

Modalidade 3.3.90 (241) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (242) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (243) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (244) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.1.90 (245) Aplicações Diretas R\$ 850.000,00

Modalidade 3.3.50 (246) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 96.000,00

Modalidade 3.3.90 (247) Aplicações Diretas R\$ 131.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (248) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 3.3.90 (249) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (250) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (251) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Atividade 10.02.06.182.0012.2301 – Man. Diques de Contenção de cheias

Modalidade 3.3.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Modalidade 4.4.90 (253) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 10.02.06.182.0012.2309 – Programa Defesa Civil da Escola

Modalidade 3.3.90 (254) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Modalidade 4.4.90 (255) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 3.244.000,00

1003 – Manut. Ativ. Geolçogia, Analise e Riscos Naturais

Atividade 10.03.15.127.0012.2258 – Man. Ativ. Geol., Analise e Riscos Nat.

Modalidade 3.1.90 (256) Aplicações Diretas R\$ 765.000,00

Modalidade 3.3.90 (257) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (258) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 790.000,00

1004 – Diretoria de Projetos

Projetos 10.04.15.127.0012.1119 – Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais

Modalidade 3.3.90 (259) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (260) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (261) Aplicações Diretas R\$ 475.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (262) Aplicações Diretas R\$ 6.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Atividade 10.04.15.127.0012.2259 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.1.90 (263) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Modalidade 3.3.90 (264) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (265) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 8.860.000,00

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Projeto 10.05.15.127.0012.1117 – Impl/Inst. Sist. Prev. Ações Efrent.

Minimização Desastres Naturais

Modalidade 3.3.90 (266) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (267) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (268) Aplicações Diretas R\$ 30.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Atividade 10.05.15.127.0012.2260 – Man. Ativ. Sist. de Alerta – Alerta Blu

Modalidade 3.1.90 (269) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Modalidade 3.3.90 (270) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Modalidade 4.4.90 (271) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 31.875.000,00

1006 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Projeto 10.06.06.182.0012.1128 – Proj. Esp. p/ Ações Prev/Min/Errad. Risc.

Modalidade 3.3.90 (272) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade 4.4.90 (273) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 (274) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Atividade 10.06.06.182.0012.2285 – Manut. Ativ. Fundo Munic. Defesa Civil

Modalidade 3.3.90 (275) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 (276) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (277) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 4.4.90 (278) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0264.00000

Total da Unidade R\$ 635.000,00

1007 – Diretoria de Políticas Integradas de Segurança

Projeto 10.07.06.182.0012.1171 – Imp. Exec. Ações Int. Seg. e Def. do Cid.

Modalidade 3.3.90 (279) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (280) Aplicações Diretas R\$ 420.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (281) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Atividade 10.07.06.182.0012.2316 – Man. Ativ. Pol. Int. de Segurança

Modalidade 3.1.90 (282) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Modalidade 3.3.90 (283) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade 4.4.90 (284) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 10.525.000,00

Total do Órgão R\$ 59.267.000,00

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Man. Ativ. Adm. e Financeira da Semob

Modalidade 3.1.90 (285) Aplicações Diretas R\$ 4.148.000,00

Modalidade 3.1.91 (286) Aplicações Diretas R\$ 297.000,00

Modalidade 3.3.90 (287) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Modalidade 3.3.91 (288) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (289) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 4.951.000,00

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.00012.1101 – Exec. Obras Proj. Sup. p/ Prev. Enf. Min. Des. Nat.

Modalidade 4.4.90 (290) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (291) Aplicações Diretas R\$ 6.440.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.127.0012.1120 – Prev. Errad. Risc. Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (293) Aplicações Diretas R\$ 10.729.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 3.795.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 – Exec. Pav. Terrap. Dren. em vias – Badesc

Modalidade 4.4.90 (295) Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas R\$ 30.000.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1009 – Via Expressa – Acesso Br-470

Modalidade 4.4.90 (297) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (298) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (299) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1010 – Exec. Terrap. Dren. Pav. Ruas

Modalidade 4.4.90 (300) Aplicações Diretas R\$ 942.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (301) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (302) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (303) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1011 – Execução de Caçadas e Passeios

Modalidade 4.4.90 (304) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1012 – Projeto/Superv. Obras de cheias/Polder

Modalidade 4.4.90 (305) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (306) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (307) Aplicações Diretas R\$ 2.050.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (308) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 – Rotulas/Trevos/ Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (309) Aplicações Diretas R\$ 165.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (310) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.006.1015 – Construção de Gabião

Modalidade 4.4.90 (311) Aplicações Diretas R\$ 155.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (312) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (313) aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1016 – Construção de Muros

Modalidade 4.4.90 (314) Aplicações Diretas R\$ 114.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (315) Aplicações Diretas R\$ 165.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1017 – Constr/Instal/Retific. Galerias

Modalidade 4.4.90 (316) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (317) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1018 – Construção/Recup. Pontes e Passarelas

Modalidade 4.4.90(318) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90(319) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (320) Aplicações Diretas R\$ 2.300.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (321) Aplicações Diretas R\$ 3.600.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 – Prol. Humberto Campos Progr. Mobil. Sustentável Blumenau

Modalidade 4.4.90 (322) Aplicações Diretas R\$ 501.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (323) Aplicações Diretas R\$ 25.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1073 – Const. Passarela Circ. Ciliar – Centro Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (324) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (325) Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1074 – Imp. Corredores Exclusivos de Ônibus

Modalidade 4.4.90 (326) Aplicações Diretas R\$ 3.200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (327) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (328) Aplicações Diretas R\$ 740.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Modalidade 4.4.90 (329) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1086 – Limp. e Desas. do Rib. Fort. Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (330) Aplicações Diretas R\$ 333.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (331) Aplicações Diretas R\$ 14.073.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1088 – Const. Pontes Bac. Rib. Velha Et. I Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (332) Aplicações Diretas R\$ 224.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (333) Aplicações Diretas R\$ 1.250.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (334) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1089 – Const. Pont. Bac. Rib. Velha Et. II Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (335) Aplicações Diretas R\$ 151.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (336) Aplicações Diretas R\$ 1.150.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (337) Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1190 – Limpeza e Desassoreamento do Rib. Da Velha – Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (338) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (339) Aplicações Diretas R\$ 978.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (340) Aplicações Diretas R\$ 69.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1091 – Const. Pont. Bac. Rib. Garcia Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (341) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (342) Aplicações Diretas R\$ 1.980.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (343) Aplicações Diretas R\$ 305.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1093 – Limp. e Desas. Rib. Garcia Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (344) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (345) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (346) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1095 – Const. Pont. Bac. Rib. Itoupava Et. II Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (347) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações diretas R\$ 1.540.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (349) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1098 – Sup. Fisc. Obras Bac. Rib. Fort. Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (350) Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (351) Aplicações Diretas R\$ 1.150.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1099 – Sup/Fisc. Obras Bacias Rib. Itoupava, Velha, Garcia Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (352) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (353) Aplicações Diretas R\$ 765.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (354) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1103 – Sup/Proj/Cons. Term. Int. Norte/Oeste – Progr. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (355) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas R\$ 5.054.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1104 – Const. Ponte da Rua Rodolfo Freygang Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (357) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (358) Aplicações Diretas R\$ 12.800.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1105 – Sup/Proj./Ter/Dren/Pav. Ligação Rua Chile com Rep. Argentina Progr. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (359) Aplicações Diretas R\$ 240.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (360) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1111 – Exec. Ter./Dren/Pav. Rua Jacob Ineichen Bac. Rib. Itoupava Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (361) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (362) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (363) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1137 - Exec. Obras Infra Estr. Urb. Margem Esquerda Rio Itajaí Açu
 Modalidade 4.4.90 (364) Aplicações Diretas R\$ 1.050.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (365) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (366) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Modalidade 4.4.90 (367) Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1138 – Elab./Proj/Exec. Pav. Sup. Qual. Rua Arnoldo Hemmer – Pac Pav.
 Modalidade 4.4.90 (368) Aplicações Diretas R\$ 815.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (369) Aplicações Diretas R\$ 8.090.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1142 – Elab/Proj/Sup/Fisc/Ass. Tec. Obras Inf. Est.
 Modalidade 4.4.90 (370) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1143 – Prog. Mob. Sustentável de Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (371) Aplicações Diretas R\$ 245.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (372) Aplicações Diretas R\$ 106.103.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (373) Aplicações Diretas R\$ 20.000.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1146 – Const. Gal. Transp. Córrego 7 de Maio – Bac. Rib. Fortaleza Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (374) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (375) Aplicações Diretas R\$ 2.305.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1147 – Exec. Rev. e Rec. de Vias Públicas
 Modalidade 4.4.90 (376) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (377) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (378) Aplicações Diretas R\$ 1.800.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1148 – Elab/Pr/Exec. Obras Pav. Sup. Qualif. Rua Ewaldo Jansen – Pac Pav.
 Modalidade 4.4.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 223.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (380) Aplicações Diretas R\$ 4.400.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1149 – Elab/Pr/Exec. Obras Pav. Sup. Qualif. Rua Vale do Selke – Pac Pav.
 Modalidade 4.4.90 (381) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (382) Aplicações Diretas R\$ 5.800.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1152 – Central de Controle de Tráfego em Área Progr. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (383) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (384) Aplicações Diretas R\$ 3.600.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1153 – Central de Controle de Operações – Progr. Móbil. Sust. Bnau
 Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 111.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (386) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1155 – Implementação e Recuperação Acessos Viários do Município
 Modalidade 4.4.90 (387) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (388) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (389) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1156 – Limpeza, Desassoreamento e Proteção de Margens de Ribeirões
 Modalidade 4.4.90 (390) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (391) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (392) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1157 – Lig. Viária Rua Alwin Schader C/ Paraguai Progr. Mobil. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 3.800.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (394) Aplicações Diretas R\$ 16.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Modalidade 4.4.90 (395) Aplicações Diretas R\$ 17.000.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1158 – Plano de Trab. Técnico Social – PTTS
 Modalidade 4.4.90 (396) Aplicações Diretas R\$ 183.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (397) Aplicações Diretas R\$ 333.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Sup/Proj./Mel/Amp. Corredor Est. Norte Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (398) Aplicações Diretas R\$ 763.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (399) Aplicações Diretas R\$ 15.000.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1162 – Sup/Proj/Imp. Pav. Corredor Est. Oeste Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (400) Aplicações Diretas R\$ 102.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (401) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
 Fonte de Recursos 0186.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1168 – Obras Contenção de encostas em Áreas de Risco Etapa 01,02,03
 Modalidade 4.4.90 (402) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (403) Aplicações Diretas R\$ 13.000.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1169 – Elab/Proj/Exec. Pav. Vias Transp. Col. E Estr. Pac2
 Modalidade 4.4.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 640.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Atividade 11.02.15.451.0006.2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas
 Modalidade 3.1.90 (406) Aplicações Diretas R\$ 750.000,00
 Modalidade 3.3.90 (407) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Modalidade 4.4.90 (408) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.453.0006.1164 – Imp. Abrig. Paradas de Ônibus Pac Mob. Med. Cidades

Modalidade 4.4.90 (409) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (410) Aplicações Diretas R\$ 3.700.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.453.0006.1165 – Imp. Ciclov. e Calç. Pac Mob. Méd. Cid.
 Modalidade 4.4.90 (411) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 20.400.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.453.0006.1166 – Imp. Cor. Est. Transp. Pub. (fonte-garcia) Pac Mob. Medias Cidades
 Modalidade 4.4.90 (413) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (414) Aplicações Diretas R\$ 36.755.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Projeto 11.02.15.813.0009.1167 – Imp. Amp. Parques e Áreas de Lazer
 Modalidade 4.4.90 (415) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Modalidade 4.4.90 (416) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Total da Unidade R\$ 494.019.000,00

1103 – Diretoria de Apoio a Obras Internas
 Atividade 11.03.15.451.0006.2051 – Manut. Ativ. Apoio a Obras Internas
 Modalidade 3.1.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
 Modalidade 3.3.90 (418) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (419) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 365.000,00

1104 – Diretoria de Obras
 Projeto 11.04.15.451.0006.1022 – Exec. Obras Pav. e Dren. Sist. Mutirão
 Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 11.04.15.451.0006.2052 – Manut. Ativ. Obras
 Modalidade 3.1.90 (421) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
 Modalidade 3.3.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (423) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 5.665.000,00
 Total do Órgão R\$ 505.000.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 1201 – Diretoria de Regularização Fundiária
 Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
 Modalidade 3.1.90 (424) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Modalidade 3.3.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (426) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total de Unidade R\$ 315.000,00

1202 – Diretoria de Habitação
 Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. Prog. Habitacional
 Modalidade 3.3.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (428) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Atividade 12.02.16.482.0005.2284 – Manut. Ativ. Habitação
 Modalidade 3.1.90 (431) Aplicações Diretas R\$ 850.000,00
 Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (433) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 13.265.000,00

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.241.0010.2289 – Apoio Fin. Associação Casa São Simeão

Modalidade 3.3.50 (434) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.616.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 12.03.08.241.0010.2318 – Apoio Fin. Hospital de Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 (435) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 137.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 2.900.000,00

Modalidade 3.3.90 (437) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (438) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (439) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (440) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Total da Unidade R\$ 5.698.000,00

1204 – Diretoria de Proteção Especial

Projeto 12.04.08.244.0010.1144 – Projetos Especiais p/Exec. de Ações de Assistência Social

Modalidade 4.4.90 (441) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (442) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (443) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (444) Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.1.90 (445) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Modalidade 3.1.91 (446) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0135.00000

Modalidade 3.3.90 (447) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (448) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (449) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Atividade 12.04.08.244.0013.2296 – Execução Ações em Decor-
rência Emergenciais/Calam. Pública

Modalidade 3.3.90 (450) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 3.3.91 (451) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (452) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (453) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Total da Unidade R\$ 6.095.000,00

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Projeto 12.05.08.243.0004.1134 – Const./Implementação de Ca-
sas Lares

Modalidade 3.3.90 (454) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (455) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (456) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção à Crianç/
Adol.

Modalidade 3.1.90 (457) Aplicações Diretas R\$ 3.050.000,00

Modalidade 3.3.90 (458) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Modalidade 4.4.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. conselhos Tute-
lares

Modalidade 3.1.90 (460) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Modalidade 4.4.90 (462) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 12.05.08.244.0002.1133 – Const. Sede Própria Semudes/
Cons. Tut.

Modalidade 4.4.90 (463) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (464) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Total da Unidade R\$ 4.613.000,00

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividades 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. – Finan.
da Semudes

Modalidade 3.1.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 3.130.000,00

Modalidade 3.1.91 (466) Aplicações Diretas R\$ 1.720.000,00

Modalidade 3.3.90 (467) Aplicações Diretas R\$ 645.000,00

Modalidade 3.3.91 (468) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Modalidade 4.4.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 12.06.04.122.0002.2333 – Imp/Manut. Casa dos Conse-
lhos

Modalidade 3.3.90 (470) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (471) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total de Unidade R\$ 5.688.000,00

1207 – Fundo Municipal de Habitação

Projeto 12.07.16.482.0005.1130 – Const./Serv. de Unidades Habi-
tacionais

Modalidade 3.3.90 (472) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Modalidade 4.4.90 (473) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 (474) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 4.4.90 (475) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0264.00000

Projeto 12.07.16.482.0005.1131 – Projeto na Mão

Modalidade 3.3.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Projeto 12.07.16.482.0005.1132 – Regul./Reurb. das Áreas de
Ocupação

Modalidade 3.3.90 (477) Aplicações Diretas R\$ 334.000,00

Modalidade 4.4.90 (478) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (479) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Atividade 12.07.16.482.0005.2286 – Manut. Ativ. Fundo de Habi-
tação

Modalidade 3.3.90 (480) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (481) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 12.07.16.482.0005.2287 – Rec. e melhorias de Unid. Ha-
bit.

Modalidade 3.3.90 (482) Aplicações Diretas R\$ 284.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (483) Aplicações Diretas R\$ 93.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 12.07.16.482.0005.2288 – Apoio Fin. p/ Loc. Un. Hab. à
Famílias

Modalidade 3.3.90 (484) Aplicações Diretas R\$ 377.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 4.455.000,00

1208 – Fundo de Recurso Municipal p/Ações sobre Drogas

Atividade 12.08.08.244.0010.2267 – Man. Fundo Rec. Mun. p/

Ações s/ Drogas

Modalidade 3.3.50 (485) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 371.000,00
 Modalidade 3.3.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (488) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (489) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 573.000,00

1209 – Fundo Municipal do Idoso

Atividade 12.09.08.241.0010.2307 – Man/Implan/Implem. de Ações ao Idoso
 Modalidade 3.3.50 (490) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 100.000,00
 Modalidade 3.3.90 (491) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (492) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (493) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (494) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (495) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 700.000,00
 Total do Órgão R\$ 41.402.000,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan
 Modalidade 3.1.90 (496) Aplicações Diretas R\$ 680.000,00
 Modalidade 3.1.91 (497) Aplicações Diretas R\$ 1.320.000,00
 Modalidade 3.3.90 (498) Aplicações Diretas R\$ 76.000,00
 Modalidade 4.4.90 (499) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projetos 13.01.15.451.0006.1163 – Estudos e Elaboração de Projetos
 Modalidade 3.3.90 (500) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
 Modalidade 4.4.90 (501) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (502) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (503) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Projeto 13.01.15.451.0006.1173 – Projetos Especiais p/ Des. Urbano
 Modalidade 3.3.90 (504) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (505) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (506) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Projeto 13.01.15.453.0006.1124 – Imp./Mel. Inf. Est. Transporte Público Colet. Pac Mobilidade
 Modalidade 4.4.90 (507) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 976.000,00
 Fonte de Recursos 0183.00000
 Total da Unidade R\$ 7.527.000,00

1302 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano
 Modalidade 3.1.90 (509) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Modalidade 3.3.90 (510) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Modalidade 3.3.91 (511) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.90 (512) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 614.000,00

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Man. Ativ. Cart./Cadastro Mult. Inf.
 Modalidade 3.1.90 (513) Aplicações Diretas R\$ 1.450.000,00
 Modalidade 3.3.90 (514) Aplicações Diretas R\$ 74.000,00
 Modalidade 4.4.90 (515) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 1.529.000,00

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
 Modalidade 3.1.90 (516) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (517) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 Modalidade 4.4.90 (518) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.050.000,00

1305 – Diretoria de Planejamento Viário

Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – manut. Ativ. Planejamento Viário
 Modalidade 3.1.90 (519) Aplicações Diretas R\$ 850.000,00
 Modalidade 3.3.90 (520) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Modalidade 4.4.90 (521) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 905.000,00

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos
 Modalidade 3.1.90 (522) Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00
 Modalidade 3.3.90 (523) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Modalidade 4.4.90 (524) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.420.000,00

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Des. de Projetos
 Modalidade 3.1.90 (525) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Modalidade 3.3.90 (526) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Modalidade 4.4.90 (527) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 613.000,00

1308 – Fundo Municipal Planejamento Urbano

Projeto 13.08.15.122.0005.1014 – Const. Rot/Trevos/Ilhas e Ciclovias
 Modalidade 4.4.90 (528) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Projeto 13.08.15.122.0005.1019 – Rev/Aquisição de Mobiliário Urbano
 Modalidade 4.4.90 (529) Aplicações diretas R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 13.08.15.122.0005.2071 – Man. Ativ. Fundo Mun. de Plan. Urbano
 Modalidade 3.3.90 (530) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (531) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 13.08.15.813.0005.1079 – Const/Amp/Ref. Praças e Áreas de Lazer
 Modalidade 4.4.90 (532) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 1.500.000,00

1309 – Fundo Mun. de Pres. Pat. Cultural Edificado de Blumenau

Atividade 13.09.15.391.0007.2019 – Apoio Fin. p/ Man/Cons/Rest.

Bens Imóv.

Modalidade 3.3.90 (533) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 4.4.90 (534) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 13.09.15.391.0007.2072 - Man. Ativ. Fundo Mun. Preservação Patrimônio, Cultural Edificado de Blumenau

Modalidade 3.3.90 (535) Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 (536) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Total da Unidade R\$ 451.000,00

Total do Órgão R\$ 17.609.000,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Man. Ativ. Adm. e Financeira da Sesur

Modalidade 3.1.90 (537) Aplicações Diretas R\$ 582.000,00

Modalidade 3.1.91 (538) Aplicações Diretas R\$ 1.018.000,00

Modalidade 3.3.90 (539) Aplicações Diretas R\$ 325.000,00

Modalidade 3.3.91 (540) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (541) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 1.940.000,00

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Projeto 14.02.15.452.0005.1027 – Imp/Ref/Urb. Ruas/Praç/Jard/Cem.

Modalidade 4.4.90 (542) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.1.90 (543) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

Modalidade 3.3.90 (544) Aplicações Diretas R\$ 10.144.000,00

Modalidade 3.3.91 (545) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 3.3.91 (546) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Modalidade 4.4.90 (547) Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 12.084.000,00

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. de Bairros

Modalidade 3.1.90 (548) Aplicações Diretas R\$ 4.350.000,00

Modalidade 3.3.90 (549) Aplicações Diretas R\$ 22.398.000,00

Modalidade 3.3.91 (550) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (551) Aplicações diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (552) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 14.03.15.451.0013.1100 – Exec. Ações p/ Rec. Inf. Est. Dec. Emerg. Calamidade Pública

Modalidade 3.3.90 (553) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (554) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 3.3.90 (555) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Modalidade 4.4.90 (556) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (557) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (558) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Projeto 14.03.15.452.0005.1068 – Enrocamentos, Gabiões e Muros

Modalidade 4.4.90 (559) Aplicação Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 14.03.15.452.0005.1069 – Execução Terrapl/Dren/Pav. Ruas

Modalidade 4.4.90 (560) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 33.426.000,00

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Pub. e Sin. Viária

Modalidade 3.1.90 (561) Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

Modalidade 3.3.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (563) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Fonte de Recursos 0107.00000

Modalidade 3.3.90 (564) Aplicações Diretas R\$ 20.900.000,00

Fonte de Recursos 0108.00000

Modalidade 3.3.91 (565) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Modalidade 4.4.90 (566) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (567) Aplicações Diretas R\$ 4.500.000,00

Fonte de Recursos 0108.00000

Total da Unidade R\$ 28.102.000,00

Total do Órgão R\$ 75.552.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 15.01.04.122.0002.2078 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedec

Modalidade 3.1.90 (568) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Modalidade 3.3.90 (569) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Modalidade 4.4.90 (570) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Total da Unidade R\$ 280.000,00

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.04.125.0003.2082 – Man. Ativ. Cons. Mun. Comb. a Pir.

Modalidade 3.3.90 (571) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (572) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 15.02.11.334.0003.1030 – Proj. Esp. p/ Ações de Dês. Econômico

Modalidade 3.3.90 (573) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (574) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (575) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Projeto 15.02.11.334.0003.1076 – Const. Pólo de Tecnologia e Inovação

Modalidade 4.4.90 (576) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (577) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Modalidade 4.4.90 (578) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.1.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 723.000,00

Modalidade 3.1.91 (580) Aplicações Diretas R\$ 377.000,00

Modalidade 3.3.90 (581) Aplicações Diretas R\$ 338.000,00

Modalidade 3.3.91 (582) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Modalidade 4.4.90 (583) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2081 – Manut. Ativ. Qualificação Profissional

Modalidade 3.3.90 (584) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (585) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2083 – Apoio Financeiro a Blusoft
 Modalidade 3.3.50(586) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.02.11.334.0003.2266 – Apoio Ações Int. Econ. Solid. p/ Des. Econ.
 Modalidade 3.3.90 (587) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (588) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (589) aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (590) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Total da Unidade R\$ 9.415.000,00

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.04.122.0002.2253 – Cons. Int. do Médio Vale do Itajaí
 Modalidade 3.1.71 (591) Transf. a consórcio Público R\$ 119.000,00
 Modalidade 3.1.94 (592) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 3.3.71 (593) Transf. a Consórcio Público R\$ 1.000,00
 Modalidade 3.3.72 (594) Exec. Orç. Del. Con.Pub. R\$ 1.000,00
 Modalidade 3.3.94 (595) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.71 (596) Transf. a Consórcio Público R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.94 (597) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 15.03.20.606.0003.1036 – Const/Ampliação/Reforma de Feiras
 Modalidade 3.3.90 (598) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (599) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 15.03.20.606.0003.1037 – Proj. Especiais p/ Ações Des. Rural
 Modalidade 4.4.90 (600) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (601) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 4.4.90 (602) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Atividade 15.03.20.606.0003.2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
 Modalidade 3.1.90 (603) Aplicações Diretas R\$ 1.250.000,00
 Modalidade 3.3.90 (604) Aplicações Diretas R\$ 167.000,00
 Modalidade 3.3.91 (605) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Modalidade 4.4.90 (606) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.03.20.606.0003.2086 – Apoio Financeiro a Epagri
 Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.605.000,00

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2087 – Manut. Ativ. Micro e Pequenas Empresas
 Modalidade 3.1.90 (608) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Modalidade 3.3.90 (609) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (610) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formação de Empreendimentos
 Modalidade 3.3.50 (611) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 10.000,00
 Modalidade 3.3.90 (612) Aplicações Diversas R\$ 190.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 415.000,00

1505 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Projeto 15.05.11.334.0003.1033 – Proj. Esp. p/ Ações de Dês. Econômico
 Modalidade 3.3.90 (613) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (614) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (615) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (616) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2089 – Apoio Fin. ao Cooperativismo e Assoc.
 Modalidade 3.3.50 (617) Transf.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2090 – Ap. Fin. Incubadora de Empreendimentos
 Modalidade 3.3.50 (618) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2091 _ Man. Ativ. Fundo Dês. Econômico
 Modalidade 3.3.90 (619) Aplicações Diretas R\$ 204.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (620) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (621) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2092 – Ap. Fin. Prog. Blumenau Vitrine Nac.
 Modalidade 3.3.50 (622) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2093 – Apoio Fin. Assoc. Micros e Peq. Emp. Bnau
 Modalidade 3.3.50 (623) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.05.11.334.0003.2094 – Man. Ativ. Qualidade Profissional
 Modalidade 3.3.90 (624) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Modalidade 4.4.90 (625) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 15.05.22.661.0003.1032 – Imp. Dist. Ind. e Parque Tecnológico
 Modalidade 3.3.90 (626) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (627) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Total da Unidade R\$ 2.120.000,00

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto 15.06.20.601.0003.1035 – Const. Centro Ref. Agricultura Urbana
 Modalidade 3.3.90 (628) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (629) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (630) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Projeto 15.06.20.606.0003.1034 – Proj. Especiais p/Ações Desenv. Rural
 Modalidade 3.3.90 (631) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 4.4.90 (632) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (633) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (634) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Man. Ativ. Fundo Mun. Desenv. Rural
 Modalidade 3.3.90 (635) Aplicações Diretas R\$ 46.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (636) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00
 Modalidade 4.4.90 (637) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 15.06.20.606.0003.2096 – Apoio Fin. Coop. Prove de Bnaú – Cooperprove
 Modalidade 3.3.50 (638) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 80.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 15.06.20.606.0003.2097 – Manut. Transporte de Agricultores
 Modalidade 3.3.90 (639) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 15.06.20.606.0003.2265 – Apoio Peq/Médio Produtor Agropecuário
 Modalidade 3.3.90 (640) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.90 (641) Aplicações Diretas R\$ 43.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (642) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Total da Unidade R\$ 2.300.000,00
 Total do Órgão R\$ 17.135.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete
 Projeto 16.01.23.695.0008.1031 – Construção do Mercado Público
 Modalidade 4.4.90 (643) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (644) Aplicações Diretas R\$ 11.500.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Projeto 16.01.23.695.0008.1078 – Reforma Predial de Próprios Municipais
 Modalidade 4.4.90 (645) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Adm. Sector
 Modalidade 3.1.90 (646) Aplicações Diretas R\$ 613.000,00
 Modalidade 3.1.91 (647) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00
 Modalidade 3.3.90 (648) Aplicações Diretas R\$ 298.000,00
 Modalidade 3.3.91 (649) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
 Modalidade 4.4.90 (650) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Ap. Fin. Bnaú Convention & Visitors Bureaus
 Modalidade 3.3.50 (651) Tran. Inst. Priv. s/fins Luc. R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 16.01.23.695.0008.2100 – Ap. Fin. Assoc. Clubes de Caça e tiro
 Modalidade 3.3.50 (652) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 140.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 12.975.000,00

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
 Modalidade 3.1.90 (653) aplicações Diretas R\$ 750.000,00
 Modalidade 3.3.90 (654) Aplicações Diretas R\$ 565.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (655) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0134.00000
 Modalidade 3.3.90 (656) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0164.00000
 Modalidade 4.4.90 (657) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 1.720.000,00

1603 – Fundo Municipal de Turismo

Atividade 16.03.23.695.0008.2103 – Manut. Ativ. Fundo de Turismo
 Modalidade 3.3.50 (658) Transf.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 45.000,00
 Modalidade 3.3.90 (659) Aplicações Diretas R\$ 94.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (660) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 149.000,00
 Total Órgãos R\$ 14.844.000,00

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
 Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Adm. Da Idivi
 Modalidade 3.1.90 (661) Aplicações Diretas R\$ 642.000,00
 Modalidade 3.1.91 (662) Aplicações Diretas R\$ 58.000,00
 Modalidade 3.3.90 (663) Aplicações Diretas R\$ 1.452.000,00
 Modalidade 3.3.91 (664) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 Modalidade 4.4.90 (665) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 2.160.000,00

1702 – Fundo Municipal Desenvolvimento da Vila Itoupava

Atividade 17.02.04.122.0002.2123 – Man. Ativ. Fundo Des. da Vila Itoupava
 Modalidade 3.3.90 (666) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Modalidade 4.4.90 (667) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 10.000,00
 Total do Órgão R\$ 2.170.000,00

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
 Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativas do Idigg
 Modalidade 3.1.90 (668) Aplicações Diretas R\$ 194.000,00
 Modalidade 3.1.91 (669) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
 Modalidade 3.3.90 (670) Aplicações Diretas R\$ 69.000,00
 Modalidade 3.3.91 (671) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 Modalidade 4.4.90 (672) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total da Unidade R\$ 282.000,00
 Total do Órgão R\$ 282.000,00
 Total dos Órgãos R\$ 1.235.425.000,00

Transferências Financeiras R\$ 215.975.000,00
 Câmara Municipal de Vereadores R\$ 29.807.000,00
 Fundação Cultural de Blumenau R\$ 4.100.000,00
 Centro Cultural da Vila Itoupava R\$ 10.000,00
 Fundação Municipal de Desportos R\$ 6.160.000,00
 Fundação Municipal do Meio Ambiente R\$ 2.603.000,00
 Fundo Municipal de Reconst. De Bens Lesados R\$ 10.000,00
 Fundação Promot. De Exposições de Blumenau – Proeb R\$ 550.000,00
 Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense R\$ 3.400.000,00
 Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 6.554.000,00
 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolesc. R\$ 353.000,00
 Fundo Municipal de Saúde R\$ 149.328.000,00
 Serviço Aut. Municipal Transito e Transp. – Seterb R\$ 13.100.000,00

Total Geral R\$ 1.451.400.000,00

Art. 3º O orçamento da Administração Indireta e do Poder Legislativo para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 895.130.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, cento e trinta mil reais reais);

§1º As receitas da Administração Indireta serão realizadas na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

Câmara Municipal de Vereadores
 Transferência Financeira R\$ 29.807.000,00
 Despesas Correntes R\$ 27.807.000,00
 Despesas de Capital R\$ 2.000.000,00

Fundação Cultural de Blumenau
 Receitas Correntes R\$ 1.354.000,00
 Receitas de Capital R\$ 3.144.000,00
 Transferência Financeira R\$ 4.110.000,00

Despesas Correntes R\$ 5.340.000,00
Despesas Capital R\$ 3.268.000,00

Fundação Municipal de Desportos
Receitas Correntes R\$ 1.102.000,00
Receita de Capital R\$ 3.000.000,00
Transferência Financeira R\$ 6.160.000,00
Despesas Correntes R\$ 6.962.000,00
Despesas Capital R\$ 3.300.000,00

Fundação Municipal do Meio Ambiente
Receitas Correntes R\$ 2.507.000,00
Receitas Capital R\$ 283.000,00
(-) Deduções da Receita R\$ 13.000,00
Transferência Financeira R\$ 2.613.000,00
Despesas Correntes R\$ 4.636.000,00
Despesas Capital R\$ 754.000,00

Fundação Promotora Exposições de Blumenau – Proeb
Receitas correntes R\$ 20.045.000,00
Receitas Capital R\$ 405.000,00
Transferência Financeira R\$ 550.000,00
Despesas correntes R\$ 20.340.000,00
Despesas Capital R\$ 660.000,00

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Receitas Correntes R\$ 235.000,00
Receitas Capital R\$ 100.000,00
Transferência Financeira R\$ 3.400.000,00
Despesas correntes R\$ 3.550.000,00
Despesas Capital R\$ 185.000,00

Fundo Municipal de Assistência Social
Receitas Correntes R\$ 7.111.000,00
Receitas Capital R\$ 100.000,00
Transferência Financeira R\$ 6.554.000,00
Despesas Correntes R\$ 11.689.000,00
Despesas Capital R\$ 2.076.000,00

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
Receitas Correntes R\$ 624.000,00
Transferência Financeira R\$ 353.000,00
Despesas Correntes R\$ 882.000,00
Despesas Capital R\$ 95.000,00

Fundo Municipal de Saúde
Receitas Correntes R\$ 219.050.000,00
Receitas Capital R\$ 7.800.000,00
Transferência Financeira R\$ 149.328.000,00
Despesas Correntes R\$ 361.427.000,00
Despesas Capital R\$ 14.751.000,00

Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae
Receitas Correntes R\$ 159.768.000,00
Receitas Capital R\$ 47.238.000,00
(-) Deduções da Receita R\$ 6.000,00
Despesas Correntes R\$ 123.137.000,00
Despesas Capital R\$ 83.623.000,00
Reserva Contingência R\$ 240.000,00

Serviço Autônomo Municipal de Transito e Transporte – Seterb
Receitas Correntes R\$ 15.673.000,00
Receitas Capital R\$ 535.000,00
(-) Deduções da Receita R\$ 900.000,00
Transferência Financeira R\$ 13.100.000,00
Despesas Correntes R\$ 27.044.000,00
Despesas Capital R\$ 1.364.000,00

Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb

Receitas Correntes R\$ 176.000.000,00
Receitas Capital R\$ 14.000.000,00
Despesas Correntes R\$ 172.000.000,00
Despesas Capital R\$ 17.500.000,00
Reserva de Contingência R\$ 500.000,00

Total Geral R\$ 895.130.000,00

§2º As despesas da Administração Indireta observação a programação e classificação constantes dos inclusos anexos por órgãos e unidades orçamentárias, como segue:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

0101 – Câmara Municipal de Blumenau
Projeto 01.01.01.031.0001.1001 – Constr/Ampl/Ref. Espaço Físico Câmara
Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 01.01.01.031.0001.1174 – Aquis. Sede Próp. p/ Câmara de Veread.
Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Modalidade 4.5.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 01.01.01.031.0001.2001 – Manut. Ativ. Adm. Câmara de Vereadores
Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 20.000.000,00
Modalidade 3.1.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 950.000,00
Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 6.842.000,00
Modalidade 3.3.91 (7) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Total do Órgão R\$ 29.807.000,00

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau
Projeto 23.01.13.392.0007.1064 – Const/Ref/Rest. Instalações Prediais
Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000
Modalidade 3.3.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000
Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 1.792.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000
Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 424.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000
Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação
Modalidade 3.1.71 (6) Transf. a Cons. Públicos R\$ 1.000,00
Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 2.035.000,00
Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 193.000,00
Modalidade 3.1.94 (9) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 3.2.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 3.2.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 3.3.71 (12) Transf. Consórcios R\$ 1.000,00
Modalidade 3.3.72 (13) Exec. Orç. Del. Cons. Pub. R\$ 1.000,00
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 728.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 171.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000
Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000
Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000
Modalidade 3.3.91 (18) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Modalidade 3.3.94 (19) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.71 (20) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.6.91 (22) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 23.01.13.392.0007.2131 – Banda Municipal
 Modalidade 3.3.50 (23) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 358.000,00
 Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2235 – Promoção de Eventos Culturais

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 23.01.13.392.0007.2306 – Pres.Difusão Acervo e Patr. Cultural
 Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (35) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 108.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 6.798.000,00

2302 – Centro Cultural da Vila Itoupava

Atividade 23.02.13.391.0007.2132 – Man. Ativ. Centro Cult. Vila Itoupava
 Modalidade 3.3.50 (39) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.50 (40) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 33.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 118.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 34.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 3.3.91 (44) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Modalidade 4.4.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 958.000,00

2303 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 23.03.13.392.0007.2129 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
 Modalidade 3.3.50 (48) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 50.000,00
 Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 563.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 (51) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 4.4.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 852.000,00
 Total do Órgão R\$ 8.608.000,00

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos
 Atividade 24.01.27.811.0009.2133 – Manutenção Atividade da F.M.D

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 840.000,00
 Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Modalidade 3.3.50 (3) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 25.000,00
 Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 4.615.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.91 (6) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 24.01.27.811.0009.2134 – Man. Espaço Esp. Parques de Lazer
 Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Modalidade 3.3.91 (9) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 24.01.27.811.0009.2135 – Realização de Eventos Esportivos
 Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 501.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 501.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Projeto 24.01.27.813.0009.1045 – Const/Amp. Área de Lazer
 Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 24.01.28.846.0000.2323 – Exec. Sentenças Judiciais/Pre-catórios
 Modalidade 3.1.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total do Órgão R\$ 10.262.000,00

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
 Projeto 25.01.18.541.0007.1046 – Ref/Amp. do Museu Fritz Muller
 Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 25.01.18.541.0009.2136 – Man. Parques Ecol/Áreas Protegidas
 Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 Modalidade 4.4.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 25.01.18.541.0009.2264 – Manut. Das Ações de Educação Ambiental
 Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 261.000,00
 Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0280.00000
 Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manutenção Atividades da Fauna
 Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 2.504.000,00
 Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 94.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.1.91 (9) Aplicações Diretas R\$ 320.000,00
 Modalidade 3.2.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 1.316.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.91 (13) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 181.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 221.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.6.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 5.299.000,00

2502 - Fundo Munic. Meio Ambiente e Reconst. Bens Lesados
 Atividade 25.02.18.541.0009.2221 – Man. Ativ. Fundo Meio Amb. Rec. Bens Les.
 Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 91.000,00
 Total do Órgão R\$ 5.390.000,00

26 – FUNDAÇÃO PROM. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB
 2601 – Fundação Promot. De Exposições de Blumenau – PROEB
 Projeto 26.01.23.695.0008.1048 – Const/Amp/Ref. Vila Germânica
 Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manutenção Atividades da Proeb
 Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Modalidade 3.1.91 (6) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Modalidade 3.3.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 00206.00000
 Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0289.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2139 – Manut. Ativ. Oktoberfest
 Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2140 – Manut. Ativ. Outros Eventos
 Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2236 – Apoio Financeiro a Entidades
 Modalidade 3.3.50 (17) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 800.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2324 – Man. Conc. Benefícios ao Servidor Pub.
 Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 26.01.23.695.0008.2325 – Man. Pagamento de Estagiários
 Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total do Órgão R\$ 21.000.000,00

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
 2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
 Atividade 27.01.08.241.0010.2143 – Promoção do Idoso
 Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 215.000,00
 Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 27.01.08.243.0004.2145 – Man. Ações Prev. Prom. Criança/Adol.
 Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
 Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000
 Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Atividade 27.01.08.243.0004.2251 – Programa Menor Aprendiz
 Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família
 Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 2.372.000,00
 Modalidade 3.1.91 (10) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
 Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 457.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.91 (13) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 27.01.08.244.0010.2144 – Promoção dos Grupos Organizados
 Modalidade 3.3.50 (15) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.000,00
 Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
 Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Atividade 27.01.08.244.0010.2146 – Proj. Esp. p/ Exec. Ações Pró-Família
 Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0264.00000
Total do Órgão R\$ 3.735.000,00

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Volt. à Criança/Adol.

Modalidade 3.3.50 (1) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 670.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 (2) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (3) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 172.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Projeto 29.01.08.244.0010.1047 – Const. Unidades da Pol. Assist. Social

Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 306.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2104 – Man. Imp. Ações Seg. Alimentar e Nutri

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut. Impl. Ações Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

Modalidade 3.1.91 (20) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (21) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 (22) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 1.062.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 4.4.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Soc. Média Comp.

Modalidade 3.1.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Modalidade 3.1.91 (32) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0235.000000

Modalidade 3.3.50 (33) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 (34) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 181.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (35) Transf.Inst.Priv.s/fins Lucr. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 4.4.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 4.4.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Man. Imp. Ser. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.1.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 3.1.91 (45) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (46) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 (47) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (48) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 3.3.50 (49) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 523.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (51) Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 59.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 92.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 4.4.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2223 – Proj.Espec.p/Exec. De Ações do FMS

Modalidade 3.3.50 (57) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 (58) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0231.00000

Modalidade 3.3.50 (59) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 (60) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0261.00000

Modalidade 3.3.50 (61) Tran.Inst.Priv.s/Fins Luc. R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 0265.00000
 Modalidade 3.3.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 510.000,00
 Fonte de Recursos 0231.00000
 Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0235.00000
 Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
 Fonte de Recursos 0261.00000
 Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 0265.00000
 Modalidade 4.4.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (68) Aplicações Diretas R\$ 537.000,00
 Fonte de Recursos 0231.00000
 Modalidade 4.4.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0235.00000
 Modalidade 4.4.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 Fonte de Recursos 0261.000
 Modalidade 4.4.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 0265.00000
 Atividade 29.01.08.244.0010.2310 – Manut. Ações de Apoio Administrativo
 Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 330.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000
 Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do Suas
 Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
 Modalidade 4.4.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
 Fonte de Recursos 0235.00000
 Atividade 29.01.08.244.0010.2312 – Gestão do Programa Bolsa Família
 Modalidade 3.3.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 84.000,00
 Modalidade 4.4.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0235.00000
 Atividade 09.01.08.244.0010.2328 – Man. Imp. dos Benef. Eventuais
 Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 2.157.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0235.0000
 Modalidade 3.3.90 (81) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
 Fonte de Recursos 0265.00000
 Atividade 29.01.08.244.0013.2246 – Exec. Ações em Dec. Emerg/Cal. Pública
 Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0235.00000
 Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 Fonte de Recursos 0261.00000
 Modalidade 4.4.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Total do Órgão R\$ 13.765.000,00

30 – FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.
 3001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Atividade 30.01.08.243.0004.2163 – Man. Ativ. Incentivo Guarda Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 (1) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.50 (2) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.50 (3) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
 Fonte de Recursos 0100.000000
 Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Atividade 30.01.08.243.004.2164 – Man. Ações Defesa Dos Dir. Cça/Adol.
 Modalidade 3.3.50 (10) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 270.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.50 (11) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.50 (12) Tran.Inst.Priv.s/fins Luc. R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 500,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Modalidade 4.4.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 500,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Atividade 30.01.08.243.0004.2165 – Man. Ativ. Fundo da Criança/Adol.
 Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 500,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Modalidade 4.4.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 500,00
 Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90(24) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0209.00000
 Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0289.00000
 Total do Órgão R\$ 977.000,00
 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3101 – Fundo Municipal de Saúde
 Atividade 31.01.04.122.0009.2304 – Manut. de Ações do Bem Estar Animal
 Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 76.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Atividade 31.01.10.272.0014.2239 – Manut. Concessão Benef. Aposent. Pens.
 Modalidade 3.1.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 1.130.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Atividade 31.01.10.301.0002.2166 – Manut. Ativ. Conselho Munic. De Saúde
 Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Projeto 31.01.10.301.0009.1052 – Obras Prog. Inv. Rede Serv. De Saúde
 Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão
 Modalidade 3.1.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 98.998.000,00
 Modalidade 3.1.91 (9) Aplicações Diretas R\$ 16.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 14.490.000,00
 Modalidade 3.3.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Modalidade 4.4.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 360.000,00
 Fonte de Recursos 102.00000
 Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica
 Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
 Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00064
 Modalidade 4.4.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 761.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 97.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2169 – Pab – Saúde Bucal
 Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 868.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00064
 Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 77.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2170 – Pab – Estratégia Saúde da Família
 Modalidade 3.1.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 4.971.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Modalidade 4.4.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 383.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2171 – Proesf – Prog. Exp.e Consol. ESF
 Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2172 – Pab – Agentes Comunitários de Saúde
 Modalidade 3.1.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 2.760.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2173 – Assistência Farmacêutica Básica
 Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 3.600.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 816.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00067
 Modalidade 4.4.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00067
 Atividade 31.01.10.301.0009.2177 – Qualificação Educação na Saúde
 Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00070
 Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00070
 Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 301.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00070
 Atividade 31.01.10.301.0009.2178 – Imp. de ações e Serviços de Saúde
 Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00070
 Modalidade 3.3.90 (35) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0267.00070
 Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00070
 Atividade 31.01.10.301.0009.2196 – Execução Ação/Proj. Conv. Do Estado
 Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 1.001.000,00
 Modalidade 4.4.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0263.00000
 Atividade 31.01.10.301.0009.2197 – Execução Ação/Proj. Conv. União
 Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 5.072.000,00
 Modalidade 4.4.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00
 Fonte de Recursos 0233.00000
 Atividade 31.01.10.301.0009.2229 – Prog. Inv. Rede Serv. Saúde Fundo/Fun
 Modalidade 4.4.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 501.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 301.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 204.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 4.4.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 342.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00070
 Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – CIS Consórcio Interm. de Saúde
 Modalidade 3.1.71 (47) Transf. Consórcios Públicos R\$ 71.000,00
 Modalidade 3.3.71 (48) Transf. Consórcios Públicos R\$ 26.000,00
 Modalidade 3.3.93 (49) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.93 (51) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.93 (50) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00067
 Modalidade 3.3.93 (52) Aplicações Diretas R\$ 408.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00067
 Modalidade 4.4.71 (53) Transf. Consórcios Públicos R 6.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Atividade 31.01.10.301.0009.2262 – Prog. Mel. Aces. e Qualidade - PMAQ
 Modalidade 3.1.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Modalidade 4.4.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Atividade 31.01.10.301.0009.2263 – Atenção Dom. EMAD/Eq. Multip. Apoio
 Modalidade 3.1.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
 Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00064
 Atividade 31.01.10.301.0013.2247 – Exec. Ações Dec. Emerg./Cal. Pública
 Modalidade 3.3.50 (60) Tran. Inst. Priv. s/fins Luc. R\$ 50.000,00
 Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 2.001.000,00
 Modalidade 4.4.50 (62) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 50.000,00
 Modalidade 4.4.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
 Fonte de Recursos 0280.00000
 Atividade 31.01.10.302.0009.2180 - Teto Financeiro – Mac
 Modalidade 3.1.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 105.700.000,00
 Modalidade 4.4.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 36.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – Samu - Serv. Atend. Móvel de Urgência
 Modalidade 3.1.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Modalidade 3.3.90 (68) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 4.4.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 34.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00057
 Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO – Centro Espec.Odonto-lógicas
 Modalidade 3.1.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 91.000,00
 Modalidade 3.3.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065
 Modalidade 4.4.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 67.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2183 – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
 Modalidade 3.1.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 1.695.000,00
 Modalidade 4.4.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – Cerest – Centro Ref. Saúde Trabalho
 Modalidade 3.1.90 (77) Aplicações Diretas R\$ 36.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 264.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 4.4.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (81) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2186 – FAEC – Nefrologia
 Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 4.500.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2187 – FAEC – Transplantes e Proc. Vinculados
 Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 35.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – FAEC – Cirurgias ao Apar. Circulatório
 Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 8.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2189 – FAEC – Cirurgias do Aparelho Digestivo
 Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2198 – Concessão de Incentivo Hospitalar
 Modalidade 3.3.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 2.424.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2199 – Fundação Hospitalar de Blumenau
 Modalidade 3.3.50 (87) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 7.906.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.90 (88) Aplicações Diretas R\$ 674.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel
 Modalidade 3.3.50 (90) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 3.528.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Modalidade 3.3.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00066
 Modalidade 3.3.90 (92) Aplicações Diretas R\$ 784.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2201 – Assoc. Hosp. Ben. Mis. Vila Itoupava
 Modalidade 3.3.50 (93) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 667.000,00
 Fonte de Recursos 0102.00000
 Atividade 31.01.10.302.0009.2232 – Manutenção do Laboratório

Municipal
 Modalidade 3.3.90 (94) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
 Modalidade 4.4.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados
 Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 5.169.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00065
 Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 6.530.000,00
 Fonte de Recursos 0267.00065
 Atividade 31.01.10.304.0009.2191 – Vigilância Sanitária
 Modalidade 3.1.90 (98) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Modalidade 3.3.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 171.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00066
 Modalidade 4.4.90 (101) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (102) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00066
 Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vigilância Epid. Ambiental Saúde
 Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
 Modalidade 3.3.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Modalidade 4.4.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 73.000,00
 Fonte de Recursos 0238.00066
 Total do Órgão R\$ 376.178.000,00

32 – SERV. AUT. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO –SAMAE
 3201 – Presidência
 Atividade 32.01.04.122.0002.2203 – Apoio Financeiro a ASAS
 Modalidade 3.3.50 (1) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 275.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.01.04.122.0005.2202 – Man. Atividades da Presidência
 Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 1.530.000,00
 Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas R\$ 680.000,00
 Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 750.000,00
 Modalidade 4.4.91 (6) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.01.04.122.0005.2252 – Consórcio Público AGIR
 Modalidade 3.1.71 (7) Tran. Consórcios Públicos R\$ 10.000,00
 Modalidade 3.1.93 (8) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.01.28.846.0000.2256 – Exec. Sent. Judiciais/Prec.
 Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 1.650.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 7.495.000,00

3202 – Diretoria Administrativa
 Projeto 32.02.04.122.0005.1145 – Constr/Ref.Inst.Prediais do Samae
 Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.02.04.122.0005.2205 – Manut. Ativ. Adm. do Samae
 Modalidade 3.1.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 7.700.000,00
 Modalidade 3.1.91 (12) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 4.900.000,00
 Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 18.150.000,00

3203 – Diretoria Financeira
 Atividade 32.03.04.123.0005.2206 – Manut. Ativ. Financ./Contábil do Samae
 Modalidade 3.1.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 3.772.000,00
 Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 10.400.000,00
 Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.03.28.843.000.0003 – Serviços e Encargos da Dívida – Samae
 Modalidade 3.2.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 3.350.000,00
 Modalidade 4.6.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 2.145.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.03.28.846.0000.0004 – Encargos Sociais e Econômicos – Samae
 Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 1.320.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 32.03.99.999.9999.2242 – Reserva de Contingência – Samae
 Modalidade 9.9.99 (21) Reserva de Contingência R\$ 240.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 23.727.000,00

3204 – Diretoria Técnica
 Projeto 32.04.17.605.0005.1058 – Amp. do Sist. de Abast./Trat. Água
 Modalidade 4.4.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Atividade 32.04.17.605.0005.2211 – Manutenção das Atividades de Projetos
 Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 1.800.000,00
 Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 2.700.000,00
 Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 620.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 11.620.000,00

3205 - Diretoria de Operações
 Projeto 32.05.17.452.0005.1055 – Ampliação do Sistema de Resíduo Sólido
 Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 5.500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Atividade 32.05.17.452.0005.2208 – Manut. Ativ. Coleta/Trat. Dest. Final
 Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 1.920.000,00
 Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 29.900.000,00
 Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Projeto 32.05.17.512.0005.1056 – Ampliação Sistema de Trat. de Esgoto

Modalidade 4.4.90 (32) Aplicações Diretas R\$ 2.258.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 440.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Atividade 32.05.17.512.0005.2209 – Manut. Do Sistema de Trat. de Esgoto
 Modalidade 3.1.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Modalidade 3.3.90 (35) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Projeto 32.05.17.605.0005.1057 – Ampl.Sistema Abast./Trat. de Água
 Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 13.200.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 12.500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 25.000.000,00
 Fonte de Recursos 0283.00000
 Atividade 32.05.17.605.0005.2210 – Manut. Sist. de Abastecimento de Água
 Modalidade 3.1.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 15.000.000,00
 Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 30.000.000,00
 Modalidade 4.4.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 3.900.000,00

Fonte de Recursos 0206.000
 Total da Unidade R\$ 144.588.000,00

3206 – Fundo Municipal de Saneamento
 Projeto 32.06.17.541.0005.1061 – Execução de Obras de Saneamento Básico
 Modalidade 4.4.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 325.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 325.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Atividade 32.06.17.541.0005.2230 – Exec. de Ações/Man. Saneamento Básico
 Modalidade 3.3.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 325.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 325.000,00
 Fonte de Recursos 0264.00000
 Total da Unidade R\$ 1.420.000,00
 Total do Órgão R\$ 207.000.000,00

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
 3301 – Gabinete do Diretor –Presidente
 Atividade 33.01.04.122.0002.2212 – Manut. Ativ. Gab.Diretor Presidente
 Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 519.000,00
 Modalidade 3.3.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00
 Modalidade 4.4.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 578.000,00

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira
 Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Manut. Ativ. Adm.e Financ.do Seterb
 Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 2.056.000,00
 Modalidade 3.1.91 (6) Aplicações Diretas R\$ 123.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.1.91 (7) Aplicações Diretas R\$ 269.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 354.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 1.365.000,00
 Modalidade 3.3.91 (10) Aplicações Diretas R\$ 108.000,00
 Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Projeto 33.02.26.122.0005.1059 – Revitaliz.de Term.Urbanos/Rodoviários
 Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Atividade 33.02.28.846.0002.2215 – Exec.Sentenças Judiciais/Precatórios
 Modalidade 3.1.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
 Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 6.499.000,00

3303 – Diretoria de Transito
 Atividade 33.03.06.122.0005.2218 – Manut.Ativ.Escola Pública de Trânsito
 Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 730.000,00

Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0212.00000
 Atividade 33.03.06.122.0005.2219 – Manut.de Convênios de Trânsito – PMSC
 Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 53.000,00
 Fonte de Recursos 0210.00000
 Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0289.00000
 Atividade 33.03.06.122.0005.2220 – Manut. Do Convênio de Trânsito – SSPSC
 Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 53.000,00
 Fonte de Recursos 0211.00000
 Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. De Trânsito
 Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 6.891.000,00
 Modalidade 3.1.91 (25) Aplicações Diretas R\$ 339.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.1.91 (26) Aplicações Diretas R\$ 1.115.000,00
 Fonte de recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.20 (27) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Fonte de Recursos 0212.00000
 Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 832.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 345.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 6.498.000,00
 Fonte de Recursos 0212.00000
 Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 3.3.91 (32) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
 Fonte de Recursos 0212.00000
 Modalidade 4.4.90 (35) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0234.00000
 Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0289.00000
 Total da Unidade R\$ 18.974.000,00

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. De Transportes
 Modalidade 3.1.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 1.829.000,00
 Modalidade 3.1.91 (38) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.1.91 (39) Aplicações Diretas R\$ 244.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 108.000,00
 Modalidade 3.3.91 (42) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 Modalidade 4.4.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Projeto 33.04.26.781.0002.1066 – Revitalização do Aeroporto Quer-Quero
 Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total da Unidade R\$ 2.357.000,00
 Total do Órgão R\$ 28.408.000,00

34 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

3401 – Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb
 Atividade 34.01.10.302.0016.2305 – Man. Hosp. Univ. e Ambulatorial
 Modalidade 3.1.90 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
 Modalidade 3.1.91 Aplicações diretas R\$ 150.000,00
 Modalidade 3.3.90 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 34.01.12.362.0011.2226 – Manut. Ativ. Ensino Médio
 Modalidade 3.1.90 Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00
 Modalidade 3.1.91 Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Modalidade 3.3.90 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 34.01.12.364.0011.2227 – Manut. Ativ. Des. Ensino Superior
 Modalidade 3.1.90 Aplicações Diretas R\$ 102.200.000,00
 Modalidade 3.1.91 Aplicações Diretas R\$ 25.750.000,00
 Modalidade 3.2.90 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Modalidade 3.2.91 Aplicações Diretas R\$ 780.000,00
 Modalidade 3.3.90 Aplicações Diretas R\$ 29.150.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 3.3.90 Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
 Fonte de Recursos 0232.00000
 Modalidade 3.3.90 Aplicações Diretas R\$ 6.000.000,00
 Fonte de Recursos 0262.00000
 Modalidade 3.3.91 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 1.899.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0232.00000
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
 Fonte de Recursos 0262.00000
 Modalidade 4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00
 Fonte de Recursos 0283.00000
 Modalidade 4.6.90 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Modalidade 4.6.91 Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Atividade 34.01.99.999.9999.2243 – Reserva de Contingência – Furb
 Modalidade 9.9.99 Reserva de Contingência R\$ 500.000,00
 Fonte de Recursos 0206.00000
 Total do Órgão R\$ 190.000.000,00

Art. 4º O orçamento do Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU para o exercício de 2014 estima receita e fixa a despesa em R\$ 152.847.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais).

§1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminadas com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes R\$ 156.345.000,00
 Receitas de Capital R\$ 30.000,00
 (-) Deduções da Receita R\$ 3.528.000,00
 Despesas Correntes R\$ 127.109.000,00
 Despesas Capital R\$ 210.000,00
 Reserva de Contingência R\$ 25.528.000,00
 Total da Receita R\$ 152.847.000,00

§2º A Despesa do Instituto de Segurança Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, observará a programação e classificação como segue:

22 – INSTITUTO SEG. SOC. DO SERVIDOR DE BNAU – ISSBLU
 2201 – Instituto Seg. Social do Servidor de Bnau – ISSBLU
 Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Manut.e Conc.Benef.Previdenciários
 Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 121.018.000,00
 Fonte de Recursos 0203.00000
 Atividade 22.01.09.272.0014.2126 – Manut. Ativ. Administrativas do ISSBLU
 Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 1.561.000,00
 Modalidade 3.1.91 (3) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
 Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 1.590.000,00
 Modalidade 3.3.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
Fonte de Recursos 0203.00000
Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0289.00000
Atividade 22.01.09.272.0014.2127 – Manut.Ativ.Financ.e Prev.do Instituto
Modalidade 3.3.20 (8) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00
Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0203.00000
Atividade 22.01.99.997.9999.2241 – Reserva de Contingência – Is-sblu
Modalidade 9.9.99 (10) Reserva de Contingência R\$ 25.528.000,00
Fonte de Recursos 0203.00000
Total do Órgão R\$ 152.847.000,00

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado à:

I - Designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, quando isso contribuir para redução de custos da Administração Municipal;

II - Promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis decorrentes de eventual reorganização administrativa;

III - Realizar operações de crédito, limitado o valor ao disposto no art.167, inciso III, da Constituição Federal inclusive operações de antecipação de receitas, bem como caucionar em garantia de operações a parte suficiente das parcelas que couber no ICMS e do FPM;

IV - Abrir crédito adicional suplementar até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas correntes estimadas nesta Lei e seus anexos, nos termos do Art. 7º da Lei 4.320/64, para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação por fonte de recursos (destinação de recursos), observada a tendência do exercício;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

c) superávit financeiro do exercício anterior.

V – Remanejar por Decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, os saldos das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesas que o compõem.

VI - Firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta e Indireta para o recebimento e aplicação de recursos a fundo perdido;

VII - Suplementar, por conta do excesso de arrecadação os elementos de despesas destinados a tender dispêndios de convênios apurados pela diferença entre o valor previsto e valor recebido;

VIII - Efetuar empenhamento, liquidação e pagamento das verbas destinadas as entidades contempladas com verbas orçamentárias específicas, de conformidade com o art. 7º da Lei Orgânica do Município e art. 14 e 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016;

IX - Alterar os anexos integrantes do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 para atender eventuais emendas propostas pela Câmara Municipal, ou por conta de alterações orçamentárias promovidas com base no inciso IV deste artigo, garantindo a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual aprovada.

Parágrafo Único. Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso IV deste artigo os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Poder Executivo ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 7º As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por decreto do Prefeito, para atender às necessidades de execução do orçamento.

Art. 8º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º O produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, constitui receita desta e terá tratamento contábil de acordo com a legislação vigente.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.862/2015

DECRETO Nº 10.862, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea "a", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0206.00000, no valor de R\$ 348.229,12 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e doze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. das Ativ. de Trânsito

Modalidade 3.3.91 (53) Aplicações Diretas R\$ 348.228,17

Modalidade 3.1.91 (24) Aplicações Diretas R\$ 0,95

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.863/2015

DECRETO Nº 10.863, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES
NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 51.466,64 (cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.1.90 (53) aplicações Diretas R\$ 10.170,55

Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 41.296,09

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.1.91 (24) Aplicações Diretas R\$ 2.883,75

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 7.286,80

Fonte de Recursos 0206.00000

Fonte de Recursos 0100.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.91 (35) Aplicações Diretas R\$ 28.084,15

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 5.475,30

Modalidade 3.3.91 (37) Aplicações Diretas R\$ 1.085,64

Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 6.651,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.345/2016

PORTARIA Nº 19.345, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, a contar de 18 de dezembro de 2015, conforme Processos Administrativo SEDEAD nº 2016/01/000166.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de janeiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.346/2016

PORTARIA Nº 19.346, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 002/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 18 de janeiro de 2016:

TABATA CRISTINE CARDOSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CHARLES OACKLEY ADRIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE ANDREATTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GRACIELA SCHUBERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIANA CARDOZO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de janeiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.347/2016

PORTARIA Nº 19.347, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

DECLARA VAGO O CARGO DE EDUCADOR, OCUPADO POR ROSELI HAFEMANN, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 18 de janeiro de 2016,
o cargo de provimento efetivo de Educador, ocupado pela servidora pública municipal ROSELI HAFEMANN, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude de sua posse no cargo de Professor, nomeada pela Portaria nº 19.224, de 10 de novembro de 2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/12/008552.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de janeiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.348/2016

PORTARIA Nº 19.348, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

DECLARA VAGO O CARGO DE EDUCADOR, OCUPADO POR GIOVANA REGINA DA SILVA, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 18 de janeiro de 2016,
o cargo de provimento efetivo de Educador, ocupado pela servidora pública municipal GIOVANA REGINA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude de sua posse no cargo de Professor, nomeada pela Portaria nº 19.225, de 10 de novembro de 2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/12/008576.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de janeiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 006/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(SETERB)

E A EMPRESA

VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.

OBJETO: Prestação e exploração dos serviços do Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 08-001/2016.

PRAZO: O presente contrato vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: A remuneração da contratada se dará através do pagamento de tarifa pelos passageiros transportados, e receitas complementares autorizadas por lei, ou pelo instrumento contratual. Durante a vigência deste contrato, a tarifa do sistema será aquela fixada em Decreto Municipal.

DATA: 25 de janeiro de 2016.

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2016 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2016

CONTRIBUINTE: KESTING SERV. DE SINISTROS LTDA
ENDEREÇO: RUA: ANGELO DIAS, 207 – CENTRO – BLUMENAU - SC
Inscrição no CMC: 82.493 CNPJ: 09.161.545/0001-54
Processo Fiscal: 2015/741
Sócios: CLAUDIO JOPAQUIM DE MATOS E COML BECK LTDA

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	7.460,00
Imposto a Recolher	223,80
Atualização Monetária	89,85
Juros de Mora	171,35
Multa p/ infração	156,82
Total Geral	641,82

1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1 - Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN. Além de não atender a intimação 076/2015 de 30/01/2015.

1.2 - Não foi identificado no sistema pagamentos referentes as mesmas notas.

2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

2.1) Os serviços de VISTORIAS, PERÍCIAS E REG. SINISTROS, estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

3) DA INFRAÇÃO

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e indicadas, infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2) O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014 e nº 10.820/2015.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 008/2016 - KESTING SERV. DE SINISTROS LTDA

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Junho	4.700,00	141,00	141,00	197,61	56,61	108,68	306,29
Julho	2.760,00	82,80	82,80	116,04	33,24	62,66	178,70
Totais	7.460,00	223,80	223,80	313,65	89,85	171,35	484,99

EDITAL PSIU JANEIRO/2016 - 2

SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Autuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Anderson Sebold	10º BPM	1220885	08/08/2015 – Rua Augusto Ruschi, 281 – Itoupava Central – Blumenau/SC.	Advertência
Cidilene Andrade Bezerra	10º BPM	000011 P	18/10/2015 – Rua Mariana Bronnemann, 483 – Velha – Blumenau/SC.	Advertência
Glisani Aparecida Knopp Soares	10º BPM	000760 P	28/11/2015 – Rua Victor João Gonçalves, 90 – Do Salto – Blumenau/SC.	Advertência
Gregory Cardoso	10º BPM	000181 P	21/11/2015 – Rua Dr. Francisco Kuebel, 179 – Água Verde – Blumenau/SC.	Advertência
Inês de Fátima Martins	10º BPM	1274434	05/09/2015 – Rua Severino Inácio Firmino, 272 – Fortaleza – Blumenau/SC.	Advertência
Josiman Reitz	10º BPM	000073 P	14/11/2015 – Rua General Osório, 2174 – Velha – Blumenau/SC.	Advertência
Lucas Oliveira Pereira	10º BPM	1168418	12/07/2015 – Rua Otto Abry, 104 – Água Verde – Blumenau/SC.	Advertência
Rafael Bocchi Garcia da Silva	10º BPM	000194 P	09/10/2015 – Rua Antônio da Veiga, 589 – Victor Konder – Blumenau/SC.	Advertência
Ronaldo Ayres dos Santos	10º BPM	1406438	13/11/2015 – Rua Bernhard Noering, S/N – Testa Salto – Blumenau/SC.	Advertência
Sergio Renato Schramm Jr.	10º BPM	1212068	05/08/2015 – Rua Itajaí, 335 – Vorstadt – Blumenau/SC.	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 27 de janeiro de 2016.

CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI

Gerente de Obras e Posturas.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4809/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4809/2016 de 26 de Janeiro de 2016

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 014/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 014/2016, que tem por objeto Aquisição de tintas e solventes e material de reparo para execução de pinturas internas e externas em prédios públicos conforme descrição em anexo ao edital.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação:

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Da Silva e Lamb Mat. de Const. e Incorp. Ltda. - Me.	Tinta Acrílica semi- brilho, primeira linha com rendimento igual ou superior a 340 m² lata de 18 lts (Tons Claros)	74,00	10.064,00
4	Da Silva e Lamb Mat. de Const. e Incorp. Ltda. - Me.	Solvente para tinta 1 Lt	35,00	314,65
9	Da Silva e Lamb Mat. de Const. e Incorp. Ltda. - Me.	Textura lisa interior e exterior de primeira linha com rendimento superior ou igual a 30 m² galão de 18 lts	1,00	65,00
8	Fabricio Kipper	Verniz para madeira primeira linha com rendimento igual ou superior a 120 metros ² galão de 3,6 lts	8,00	344,00
2	QUIMICASOL LTDA EPP	Tinta Acrílica semi- brilho, primeira linha com rendimento igual ou superior a 340 m² lata de 18 lts (Verde Escuro)	4,00	1.352,00
3	QUIMICASOL LTDA EPP	Tinta Acrílica semi- brilho, primeira linha com rendimento igual ou superior a 340 m² lata de 18 lts (Tons Escuros)	6,00	1.410,00
5	QUIMICASOL LTDA EPP	Tinta esmalte semi brilho primeira linha com rendimento igual ou superior a 70 m² (Tons Escuros) galão de 3,6 lts	15,00	810,00
6	QUIMICASOL LTDA EPP	Tinta esmalte semi brilho primeira linha com rendimento igual ou superior a 70 m² (Tons Claros) galão de 3,6 lts	54,00	2.808,00
7	QUIMICASOL LTDA EPP	Sela Trinca 0,900 ml	10,00	310,00
10	QUIMICASOL LTDA EPP	Selador acrílico de primeira linha com rendimento superior ou igual a 30 m² galão de 3,6 lts	1,00	25,00
11	QUIMICASOL LTDA EPP	Tinta Acrílica standard para telhado e pisos de primeira linha com rendimento igual ou superior a 175 m²	25,00	3.300,00

Dez mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos	10.443,65
Trezentos e quarenta e quatro reais	344,00
Dez mil e quinze reais	10.015,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 26/01/16.
Ailton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL PP 02/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 02/2016 para Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 12/02/16 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 28 de janeiro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

MINUTA EDITAL PP 03/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 03/2016 para Aquisição de pares de lentes de grau para óculos e armações para atendimento de pessoas desprovidas economicamente. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 12/02/16 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 28 de janeiro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL03/2016-TP01-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2016

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº. 01/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório nº 03/2016, Modalidade Tomada Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2016, para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 2 (DUAS) RUAS - RECURSOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA ECONOMICA FEDERAL CONFORME PROJETOS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 15/02/2016. Abertura da sessão: dia 15/02/2016 às 09:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br - compras@botuvera.sc.gov.br - vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 28 de Janeiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL08/2016-PP03SRP-HORAS MÁQUINAS E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2016-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO BASCULANTE, TRATOR DE ESTEIRAS, ROLO COMPACTADOR, para a Prefeitura de Botuverá. Recebimento da documentação Até 11/02/2016, as 14:00hrs. Abertura das propostas dia 11/02/2016, ÀS 14:30hrs. Local na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 28 de Janeiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIA Nº 008/2016

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 04/2015;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). CAROLINE POZZI VANELLI, brasileira, para o cargo temporário de Nutricionista, 20h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20/01/2016.

Botuverá (SC), 26 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2016

PORTARIA Nº 009/2016

“Determina abertura de Sindicância e dá outras providências”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1. Determino a abertura sindicância para apurar os fatos narrados em Inquérito Policial – TC 282.15.00026, por determinação do Ministério Público (Inquérito Civil 06.2015.00006975-9

Art 2º A Sindicância será coordenada e concluída pela Comissão instituída por portaria municipal.

Art 3º Considerando as particularidades do caso, a Comissão terá autonomia para requisitar servidores, documentos e convidar pessoas externas para prestar depoimentos, bem como realizar todos os atos necessários para o bom andamento do procedimento.

Art. 4ª A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão da sindicância

Art 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 26 de janeiro de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIA Nº 010/2016

“Nomeia Membros da Comissão de Sindicância para apurar fatos investigados em Inquérito Policial – TC 282.15.00026, por determinação do Ministério Público (Inquérito Civil 06.2015.00006975-9)”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para formar a Comissão de Sindicância para apurar fatos investigados em Inquérito Policial – TC 282.15.00026, por determinação do Ministério Público (Inquérito Civil 06.2015.00006975-9):

Presidente: Rogério Comandoli
Secretário: Sandra Regina Pavesi
Membro: Adriano Bósio

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 26 de janeiro de 2016.

José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015 FMS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carteira Controle do DIABETE. Com impressão frente e verso Tam.21x15, papel Cartão. (4708)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,2800	1
2	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (6796)		PRINTSUL		0	0,2900	2
3	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	0,3000	3
4	FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		0	0,4700	4
1	Carteira Controle da PRESSÃO ARTERIAL Com impressão frente e verso tam.21x15, papel Cartão. (4709)	UND	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	0,1600	1
2	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)		BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,1700	2
3	FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		0	0,3600	3
1	Cartão de Agendamento. Com impressão frente e verso Tam.30x11, papel Cartão. (4710)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,1800	1
2	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	0,1900	2
3	FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA (6052)		0	0,4600	3
4	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (6796)		PRINTSUL		0	0,4600	4
1	Cartão de identificação da Família, (Estratégia Saúde da Família) Com impressão frontal Tam.7,5x10,5 papel cartão papel cartão. (4711)	UND	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,1500	1
2	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	0,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Ficha de atendimento odontológico. Com impressão frente e verso, Tam. 21,5x13,5 papel cartão. (4712)	UND	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)	PRINTSUL	0	0,3200	3
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (6796)	PRINTSUL	0	0,1400	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,1500	2
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (6796)	PRINTSUL	0	0,1600	3
6	Bloco recatatório médico c/100x1 Com impressão frontal. Tam: 21,5x15,5. Papel Branco (4713)	bloco	BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	2,4500	1
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	2,4700	2
			GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	2,7400	3
7	Bloco requisição c/100x1 - Resultados de Exames. Com impressão frontal. Tam:21,5x15,5. Papel branco (4714)	bloco	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	2,6000	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	2,6500	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	2,9900	3
8	Bloco c/50x1 folhas - atestado Médico. Com impressão frontal. Tam: 21x15. Papel Branco (4715)	bloco	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	1,9000	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	1,9700	2

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 28/04/2015 Válido até: 28/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	3,0000
9	Bloco recatário controle especial c/100x1. Com impressão frontal. Tam: 21,5x15,5. Papel branco. (4716)	bloco	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	2,8000
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	2,9800
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	4,0000
10	Etiquetas adesivas horário medicamentos diversos. Tam: 6x2. Papel adesivo. (4717)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	0,0300
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,0400
11	Bloco notificação da receita B Bloco 50x1. Papel azul com canhoto piodado. Tam: 25x10. (4718)	bloco	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	2,2000
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	2,3500
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	6,0000
12	Bloco notificação da receita B2 Bloco 50x1. Papel azul com canhoto piodado. Tam: 25x10. (4719)	bloco	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	14,0000
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	14,5000
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (6796)	PRINTSUL	0	32,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2015

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 28/04/2015 Válido até: 28/04/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Folha de autorização. Com impressão frontal. Tam: 10,5x148,5 (4720)	UND	GRAFICA HELLMANN LTDA - ME (6791)		0	0,0300	1
			BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP (6798)	Business	0	0,0400	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (6797)	NORTE	0	0,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2015

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte. (4721)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (6796)	PRINTSUL	0	1,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de material gráfico para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PROCESSO Nº 8/2015

- (6052) - FREE WAY BRINDES - KRAMIEL & WOTZKE LTDA
- (6791) - GRAFICA HELLMANN LTDA - ME
- (6796) - PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME
- (6797) - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA
- (6798) - BUSINESS EDITORA E PUB. DE INFORMATIVOS LTDA EPP

Braço do Trombudo, 28 de Abril de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2015 PMBT

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno de Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Filtro AP 2710 (14476)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	39,9000	1
2	Filtro AP 4934 (14477)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	41,0000	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	81,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	82,0000	2
3	Filtro AP 4960 (14478)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	47,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	48,0000	2
4	Filtro AP 7108 (14479)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	35,8000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	45,0000	2
5	Filtro AP 9834 (14480)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	45,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	47,0000	2
6	Filtro AP 9836 (14482)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	93,7500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	93,8000	2
7	Filtro ARL 4150 (14483)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,6900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Filtro ARL 6091 (14484)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	MAHLE	0	10,7000	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,5000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	11,4000	2
9	Filtro ARL 6096 (14485)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	12,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	WEGA	0	14,2000	2
10	filtro ARL 8837 (14486)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	24,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	26,0000	2
11	Filtro ARS 1029 (14487)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	27,8000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	32,2000	2
12	Filtro ARS 2868 (14488)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	24,5000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	25,2000	2
13	Filtro ARS 7109 (14489)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	32,6900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	32,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Filtro ASR838 (14498)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	22,8000	2
22	Filtro ASR 839 (14499)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	35,4000	1
23	Filtro AS 249 (14500)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TECFIL	0	50,0000	2
24	Filtro BF 7854D (14501)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	27,0000	1
25	Filtro FC 161 (14502)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	27,1000	2
26	Filtro FC-164 (E-5KFR2D12) (14503)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	57,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	58,0000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	3,6900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	6,0000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	5,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
27	Filtro G1-03/1 (14504)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	15,9900	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	16,0000	2	
28	Filtro G1-04/7 (14505)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,9000	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	12,0000	2	
29	Filtro G1-08/1 (14506)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	12,0000	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	14,2000	2	
30	Filtro G1-12/7 (14507)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,5000	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	MEGA	0	19,0000	2	
31	Filtro PC-2/155 (14508)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	7,4800	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	8,0000	2	
32	Filtro PC-2/255 (14509)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,9900	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	11,0000	2	
33	Filtro PEC 3022 (14510)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	32,9900	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	33,0000	2
34	Filtro PEL 2002 (14511)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	25,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	26,0000	2
35	Filtro PEL 2003 (14512)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	20,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	21,0000	2
36	Filtro PH 346 (14513)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,1000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	9,6000	2
37	Filtro PL 366 (14514)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	12,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	15,0000	2
38	Filtro PL 519 (14515)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,8000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	19,0000	2
39	Filtro PSC 410 (wk9407) (14516)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	23,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	24,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Filtro PSC-496 (14517)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	14,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	15,0000	2
41	filtro PSC 72/2 (14518)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	14,0000	2
42	Filtro PSC-744 (H19WK01) (14519)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	20,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	25,0000	2
43	Filtro PSD 480/1 (14520)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	44,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	51,0000	2
44	Filtro PSD 530/1 (14521)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	23,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	24,0000	2
45	Filtro PSD 960/1 (14522)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	44,2500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	49,0000	2
46	Filtro PSH- 112 (14523)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	76,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 34/2015 Data do Registro: 27/10/2015 Válido até: 27/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TURBO	0	85,0000	2
47	Filtro PSH 466 (14524)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	23,7000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TURBO	0	29,0000	2
48	Filtro PSL-123 (14525)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,5000	1
49	Filtro PSL 280 (14526)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	24,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	25,0000	2
50	Filtro PSL 417 (14527)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	34,9000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	36,0000	2
51	Filtro PSL 55 (14528)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	WEGA	0	9,0000	2
52	Filtro PSL 560 (14529)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,9900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	10,0000	2
53	Filtro PSL 562 (14530)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 34/2015 Data do Registro: 27/10/2015 Válido até: 27/10/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	11,0000
54	Filtro PSL 568 (14531)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	32,8000
55	Filtro PSL 619 (WO-130) (14532)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,5000
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	WEGA	0	11,0000
56	Filtro PSL-900 (14533)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,9000
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	18,9000
57	Filtro PSL 909 (14534)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	83,9900
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	84,0000
58	Filtro PSL 962 (WO-480) (14535)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,8000
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	24,5000
59	Filtro R- 12030 MB (14536)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	RACOR	0	51,0000
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	57,0000
60	Filtro T-250W (TB-1374X) (14537)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	66,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Filtro TR 1049 (AP-6774) (14538)	UND	JULIO SILVESTRI FILHOME (9125)	ORIGINAL FIL	0	67,0000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	55,0000	1
62	Filtro TR 7110 (14539)	UND	JULIO SILVESTRI FILHOME (9125)	TURBO	0	62,5000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	48,9900	1
63	Filtro P 550974 (17066)	UND	JULIO SILVESTRI FILHOME (9125)	XANFIL	0	49,0000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	FLITEGARD	0	21,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	22,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2015

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 34/2015		Data do Registro: 27/10/2015		Válido até: 27/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015

PROCESSO Nº 57/2015

(9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

(9125) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Braço do Trombudo, 27 de Outubro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 06/2016

DECRETO Nº 06 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis e considerando o disposto na Lei Complementar nº 31/2009,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano com área total 111.653,00 m² (Cento e onze mil seiscentos e cinquenta e três metros quadrados), objeto do registro imobiliário nº 13.722, do CRI da Comarca de Campos Novos (SC), com as disposições e condições estabelecidas neste Decreto.

Artigo 2º. O desmembramento da área será realizado da seguinte forma:

a) Lote 01 - Com área de 375,47 m² (trezentos e sessenta e cinco metros e quarenta e sete centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 12,10m com a Prefeitura Municipal;
Sul: 12,90m com a Rua Joaquim Fontana;
Leste: 30,00m com o lote 02;
Oeste: 30,00m com a Rua Selmo Heck.

b) Lote 02 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal;
Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana;
Leste: 30,00m com o lote 03;
Oeste: 30,00m com o Lote 01.

c) Lote 03 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal;

Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana;
Leste: 30,00m com o lote 04;
Oeste: 30,00m com o Lote 02.

d) Lote 04 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal;
Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana;
Leste: 30,00m com o lote 05;
Oeste: 30,00m com o Lote 03.

e) Lote 05 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal;
Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana;
Leste: 30,00m com a área Remanescente;
Oeste: 30,00m com o Lote 04.

f) Lote 06 - Com área de 513,80 m² (quinhentos e treze metros e oitenta centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 33,90m com o lote 07;
Sul: 34,59m com Rua Armino Leobet;
Leste: 15,00m com a área Remanescente;
Oeste: 15,00m com a Rua Selmo Heck

g) Lote 07 - Com área de 504,19 m² (quinhentos e quatro metros e dezenove centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 33,31m com o lote 08;
Sul: 33,90m com o Lote 06;
Leste: 15,00m com a área Remanescente;
Oeste: 15,00m com a Rua Selmo Heck

h) Lote 08 - Com área de 720,98 m² (setecentos e vinte metros e noventa e oito centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

Norte: 32,85m com José de Oliveira;
Sul: 33,31m com o Lote 07;
Leste: 24,41m com a área Remanescente;
Oeste: 19,51m com a Rua Selmo Heck.

i) Área Remanescente 107.738,56 (cento e sete mil, setecentos e trinta e oito metros e cinquenta e seis centímetros quadrados)

Norte: 182,37m com a José de Oliveira
Sul: 134,80m com José Joaquim da Rosa,
Leste: 547,55m com José Joaquim Rosa;
Oeste: 313,50m com a Rua Selmo Heck + 80,44m + 5,21m com José de Oliveira + 12,00m com a Rua Joaquim Fontana + 12,00m + 34,59m com a Rua Armino Leobet + 90,00m com a Prefeitura Municipal + 30,00m com o lote 05 + 15,00m com o lote 06 + 15,00m com o lote 07 + 24,41m com o lote 08.

Artigo 3º. O interessado deverá registrar o desmembramento aprovado perante o Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos (SC), entregando ao Município, no prazo de noventa dias, certidões atualizadas dos respectivos atos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 15 de janeiro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

LAUDO DE VISTORIA
REDE DE ÁGUA, LUZ E ESGOTO

1.LOCALIZAÇÃO

1.1. Vistoria executada no imóvel sito Rua Selmo Heck Centro do Município de Brunópolis.

1.2. DE PROPRIEDADE DE SR.(A): ADEMIL ANTONO DA ROSA CPF 773.848.819-00 e JUDITE TEREZINHA CONTE DA ROSA CPF 679.135.639-15.

1.3. ÁREA DO TERRENO DESMEMBRADO: 111.653,00 m² (Cento e onze mil seiscentos e cinquenta e três metros quadrados), sendo desmembrado 8 (oito) lotes.

1.4. MATRICULA: 13.722 do CRI de Campos Novos – SC.

2. ASPECTOS LOCAIS E ESPECIFICAÇÕES

Em vistoria feita no terreno acima identificado, constatou-se que: o terreno possui rede de energia elétrica e iluminação pública, rede água enganada, escoamento de águas pluviais ocorre por valas, existem as "bocas de lobo" a rede de esgoto é sistema individual de tratamento.

O terreno encontra-se em boa localização no centro da Cidade. Constatou-se ainda que faz as confrontações descritas na planta de situação atual e memorial descritivo apresentando e situa-se no Perímetro Urbano do Município de Brunópolis.

Brunópolis 15 de janeiro de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

MARCELO BUENO RIBEIRO
FISCAL DE TRIBUTOS

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2016 - PROCESSO SELETIVO SAMAE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE – Edital nº 001/2016

A Representante Sílvia Eliane Roso da Silva do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea “c” da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de pessoal em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação nas funções diversas abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas no presente Edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária será regido por este edital e seus anexos, e será executado pela Comissão do Processo Seletivo, instituída pela Portaria n. 25/2016.

1.2 O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.3 O Processo Seletivo terá por critério de seleção, prova teórica objetiva, conforme especificado neste edital.

1.4 As contratações resultantes do Processo Seletivo Simplificado serão feitas em conformidade com os artigos 8º e 9º da Lei Municipal n. 2.174/1997 e demais normas municipais pertinentes.

1.5 O Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, destina-se a selecionar candidatos para contratação temporária de profissionais, para o preenchimento de 07 (sete) vagas e à formação de cadastro reserva para preenchimento das vagas que vierem a surgir, para exercer as funções discriminadas conforme item 2 deste Edital.

1.6 Durante a vigência do contrato, a critério exclusivo do SAMAE, poderá haver remoção de lotação e de turno de trabalho, conforme a necessidade e conveniência do serviço.

1.7 O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.

1.8 As contratações de que tratam este edital poderão ser realizadas para vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando assegurado às partes contratantes o direito recíproco de rescisão, caso desejarem rescindir o contrato antes de expirado o termo ajustado, aplicando-se os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, conforme disposto no art. 481 da CLT.

1.9 O presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista a ausência de candidatos aprovados em concurso público e a necessidade temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos, buscando assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

2- DAS VAGAS, FUNÇÕES, REQUISITOS, REMUNERAÇÃO, DESCRIÇÃO E CARGA HORÁRIA

Nº DE VAGA	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO (R\$)	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
01 + CR*	AGENTE ADMINISTRATIVO	Ensino médio completo e curso de informática.	R\$ 1.704,65	Conforme Anexo I	40h semanais
01 + CR*	AGENTE DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)	Ensino Médio Completo, com registro no Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício da profissão. Curso Básico de Informática.	R\$ 1.988,76	Conforme Anexo I	40h semanais
01 + CR*	AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO	Ensino médio completo e carteira de habilitação categoria AB.	R\$ 1.704,65	Conforme Anexo I	40h semanais

01 + CR*	AGENTE DE OBRAS	Ensino Fundamental Incompleto e Comprovação de Tempo de Serviço	R\$ 1.704,65	Conforme Anexo I	40h semanais
02 + CR*	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS	Ensino Básico Incompleto	R\$ 1.065,41	Conforme Anexo I	40h semanais
01 + CR*	MECÂNICO	Ensino médio completo e curso	R\$ 1.704,65	Conforme Anexo I	40h semanais

* Cadastro de Reserva

2.1 A comprovação de escolaridade deverá ser feita através de apresentação de cópia e original do diploma, certificado, histórico escolar e demais documentos comprobatórios.

3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas na sede do SAMAE de Brusque, localizada na Rua Dr. Penido, n. 297, Centro de Brusque – SC, CEP: 88350-460, junto ao Setor de Recursos Humanos, no período de 01/02/2016 a 05/02/2016, no seguinte horário: das 13h30min às 17h00min.

4- DA INSCRIÇÃO

4.1 O candidato no ato da inscrição deverá entregar a ficha de inscrição (Anexo II) devidamente preenchida e revisada, tornando-se após a entrega, o único responsável pela exatidão das informações contidas na mesma.

4.2 Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento de procuração particular, com reconhecimento de assinatura em cartório, com poderes específicos para a inscrição no certame, que deverá ser anexada à ficha de inscrição.

4.3 A inscrição será efetuada sem custo algum para o candidato.

5- DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO

5.1 Para a inscrição, o candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado, possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos, não estar impossibilitado para contratação, inclusive em razão de demissão por atos de improbidade, não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo os casos permitidos pela Constituição Federal, ter aptidão física e mental para o exercício da função, que será comprovada posteriormente com atestado médico admissional e deverá apresentar a cópia e o original dos documentos abaixo relacionados, além dos demais documentos comprobatórios para compor os requisitos da função escolhida, conforme tabela do item 2:

- a) Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada;
- b) CPF;
- c) Carteira de Identidade;
- d) Título de Eleitor e certidão de quitação com obrigações eleitorais;
- e) Carteira de Trabalho com PIS/PASEP;
- f) Certidão de nascimento se solteiro e sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- h) Comprovante de escolaridade exigido (diploma, certificado de conclusão de curso ou histórico escolar);
- i) Comprovante de residência atualizado (água, luz, telefone) ou cópia do contrato de locação e declaração autenticada em cartório;
- j) Comprovante de quitação com obrigações militares (sexo masculino);
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (Anexo IV);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (Anexo V); e
- m) Declaração de bens (Anexo VI).

5.2 Com exceção do Cargo de Agente de ETA no qual será exigido a comprovação do registro no Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício da profissão somente no momento da contratação.

5.3 No ato de entrega da ficha de inscrição, todos os documentos exigidos neste edital deverão ser entregues conjuntamente, inclusive os inerentes a comprovação dos requisitos para a função escolhida, não sendo aceita a entrega tardia, sob pena de indeferimento, com exceção para o Agente de ETA conforme item 5.2 deste edital.

6- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

6.2 Cargo de Agente Administrativo, Agente de ETA, Agente de Leitura e Inspeção, Agente de Serviços Especiais e Mecânico

6.2.1- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

PROVA TEÓRICA OBJETIVA	N. Pontos
20 questões valendo 0,5 ponto por questão correta	0,5 ponto

6.2.2- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque, suas Autarquias e Fundações.

6.3- Cargo Agente de Obras

6.3.1 Estará classificado o candidato que comprovar no mínimo de 6 (seis) meses de tempo de serviço, cuja comprovação de tempo de serviço dar-se-á por meio do registro constante na Carteira de Trabalho – CTPS e atingir a nota mínima 5 na prova teórica objetiva.

6.3.2- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova teórica objetiva e o tempo de serviço, até o limite mínimo especificado no item 6.3.1, ou seja, o somatório do tempo de serviço e o resultado da prova (média aritmética, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 02 anos	05 pontos
De 02 anos e 01 dia até 03 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 04 anos	07 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	08 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	09 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	10 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	11 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	12 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	13 pontos
ACIMA DE 10 ANOS	15 pontos

6.3.3- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

6.3.4- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

6.3.5- Não haverá segunda chamada para a prova será em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

7- DA PROVA TEÓRICA OBJETIVA

7.1 Para todas as funções serão realizadas provas teóricas objetivas com os candidatos habilitados, para verificação do conhecimento para o exercício da função.

7.2 A prova teórica conterá 20 questões objetivas, valendo a pontuação de 0,50 décimos cada acerto/questão, que totalizarão 10 pontos, abrangendo os seguintes assuntos:

7.3 AGENTE ADMINISTRATIVO ☐ Conhecimentos Gerais e Específicos: Atendimento ao público. Relacionamento Interpessoal: Sigilo e ética profissional. Comunicação: emissor e receptor, canais de comunicação, mensagens, códigos, interpretações, ruídos na comunicação. Organização do trabalho: o ambiente e sua organização; rotinas de trabalho; organização e utilização do material de escritório; de consumo e permanente. O protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição. A documentação: conceito e importância, processos, tramitação. Noções de Arquivo. Português: Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monosemia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Noções de Redação Oficial. Matemática: números relativos, inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação); múltiplos e divisores, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; expressões numéricas; equações de 1º e 2º graus; sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal, sistema monetário brasileiro, números e grandezas proporcionais, razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regras de três simples e composta, porcentagem, juros simples, capital, tempo, taxas e montante; perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Noções de informática: Noções de funcionamento de computadores, impressoras, scanner, fac-símile, tablets. Conhecimento em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Outlook e Microsoft Power Point. Noções de Internet, correio eletrônico e ferramentas de navegação. Legislação: Lei nº 183 de 19 de agosto de 1965, dispõe sobre a criação do SAMAE. Lei Complementar nº 143 de 31 de agosto de 2009, dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Brusque. Lei Complementar nº 147 de 25 de setembro de 2009, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque. Decreto nº 5.792 de 25 de outubro de 2007, dispõe sobre o Regulamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE. Noções Gerais de Administração Pública.

7.4 PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE ETA: Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade; Técnicas de laboratório; Manual de Operações de

Estações de Tratamento de Água – ETA's; Química Geral; e Físico-Química.

7.5 PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO: Conhecimentos Gerais e Específicos: Atendimento ao público. Relacionamento Interpessoal: Sigilo e ética profissional. Hidrômetros: conceitos; tipo de hidrômetros: hidrômetro taquimétrico e hidrômetro volumétrico; vazão em um hidrômetro; tipos de vazão em um hidrômetro; campos de medição; erros de indicação; sistemas de transmissão de um hidrômetro; classe metrológica dos hidrômetros; inscrições e marcas obrigatórias no hidrômetro; numeração dos hidrômetros; instalações de hidrômetros. Corte e religação do fornecimento de água: procedimentos técnicos. Leitura dos hidrômetros e transcrição de dados. A fatura de água emitida pelo SAMAE: o que contém, interpretação dos seus dados, normas para pagamento. Noções De Informática: Noções de funcionamento de computadores, impressoras, scanner, fac-símile, tablets. Conhecimentos em nível de usuário do Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Outlook e Microsoft Power Point. Noções de Internet, correio eletrônico e ferramentas de navegação. Matemática: números relativos, inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação); múltiplos e divisores, máximos divisores comum e mínimos múltiplos comuns, frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; expressões numéricas; equações do 1º e 2º graus; sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal, sistema monetário brasileiro; números e grandezas proporcionais, razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regras de três simples e composta, porcentagem, juros simples, capital, tempo, taxas e montante; perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Legislação: Lei nº 183 de 19 de Agosto de 1965, dispõe sobre a criação do SAMAE. Lei Complementar nº 143 de 31 de Agosto de 2009, dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Brusque. Lei Complementar nº 147 de 25 de Setembro de 2009, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque. Decreto nº 5.792 de 25 de Outubro de 2007, que dispõe sobre o novo Regulamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE. Decreto nº 7.587 de 27 de Março de 2015, que fixa o valor das tarifas do SAMAE e dá outras providências. Resolução DENATRAN 453 de 26 de Setembro de 2013, disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados.

7.6 PARA FUNÇÃO DE AGENTE DE OBRAS E AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS: MATEMÁTICA: Adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas com as quatro operações. Regra de três simples e composta. Cálculo de áreas. Juros e porcentagem. **NOÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO:** Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para os trabalhos de limpeza e conservação e externos como capina, recolhimento de resíduos, trabalhos de alvenaria e pintura. EPIs-Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidados no trânsito (pedestre) e no transporte coletivo. O que fazer no caso de um acidente: engasgos, queimaduras, choque elétrico, atropelamento, etc.

7.7 PARA A FUNÇÃO DE MECÂNICO: Instalações hidráulicas de bombeamento / Tipos construtivos de bombas centrífugas, configurações de montagem, principais acessórios e instalação / Sistemas de vedação de bombas centrífugas / Principais problemas dinâmicos e mecânicos relacionados ao bombeamento em instalações hidráulicas / Conceitos básicos de metrologia e operação de instrumentos de medição na área de manutenção / Fundamentos aplicados à manutenção de instalações e sistemas hidráulicos, mecânicos e pneumáticos / Manutenção corretiva, preventiva e preditiva / Materiais de construção mecânica: aços carbono e aços liga, ferro fundido, alumínio e ligas de bronze / Processos de soldagem / Tubulações, acessórios e materiais utilizados em redes de abastecimento de água potável / Conceitos básicos da configuração de estações de tratamento de água.

IMPORTANTE:

Constitui matéria da prova todas as alterações das leis constantes do programa, aprovadas até a data de publicação do edital. As questões de informática poderão arguir conhecimentos de qualquer das versões de softwares em uso no mercado.

8- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 O critério de desempate para a seleção de todos os candidatos classificados será da seguinte forma:

- Mais idoso;
- Maior nível de escolaridade, devidamente comprovada;
- Que possuir o maior número de filhos;
- Candidato casado ou sob regime de união estável.

8.2 A comprovação do estado civil especificado na alínea "d" do item 8.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

8.3 Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios do item 8.1 o desempate se dará através do sistema de sorteio.

8.4 O sorteio público, se necessário, será realizado em sessão pública aberta a qualquer interessado, divulgado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina onde constarão data e local de realização.

9- DATAS DAS PROVAS

9.1 Para todas as funções a seleção se dará através de provas teóricas objetivas que serão aplicadas na UNIASSELVI/ASSEVIM, situada na Rua Gregório Diegoli, n. 35, Bloco C, Bairro São Luiz, Brusque – SC, no dia 10/02/2016 das 09h00min às 11h00min, devendo o candidato comparecer com trinta minutos de antecedência.

9.2 O tempo disponível para a realização das provas será de 02 (duas) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.

9.3 O comparecimento para a realização da prova não exime o candidato de previamente efetuar sua inscrição, entregando toda a documentação nos termos e datas dos itens 3, 4 e 5 deste edital.

9.4 Não será permitido ao candidato entrar no local da prova com atraso, ou seja, será desclassificado o candidato que não se apresentar pontualmente no local e horário solicitado.

9.5 O não comparecimento do candidato para a realização da prova ensejará sua desclassificação.

9.6 Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou portar qualquer tipo de equipamentos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras e/ou similares, bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, tablet, palmtop, receptor, gravador, bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria.

9.7 O candidato deverá comparecer ao local designado munido, obrigatoriamente, de documento de identidade e caneta esferográfica de tinta preta ou azul em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

10- DO RESULTADO

10.1 A divulgação do resultado provisório do Processo Seletivo para todas as funções será dia 15/02/2016. As listas dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas por meio do site do SAMAE de Brusque, no endereço eletrônico: <www.samaebru.com.br>, bem como em listas afixadas no mural da Autarquia.

11- DO RECURSO

11.1 O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo, o qual deverá ser oferecido na data de 16/02/2016.

11.2 O recurso deverá ser PROTOCOLADO no SAMAE, no Setor de Recursos Humanos, nos seguintes horários: 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

11.3 O recurso para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irresignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

11.4 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada nos itens 11.1 e 11.2; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração, com assinatura reconhecida, com poderes específicos para esse ato.

11.5 A divulgação dos recursos e resultado final será realizada no dia 19/02/2016.

12- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

12.1 Os candidatos aprovados e que irão ser contratados por esta Autarquia, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Em não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pelo SAMAE.

13.2 A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

13.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados feitos pela Comissão do Processo Seletivo.

13.4 O não pronunciamento do candidato, nos prazos estabelecidos pela Comissão do Processo Seletivo, implicará na perda do direito à contratação na função para a qual se habilitou, facultando à Comissão do Processo Seletivo a convocação dos próximos candidatos na ordem de classificação.

13.5 O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Autarquia, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

13.6 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do inteiro teor deste Edital, bem como de seus anexos, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente Processo Seletivo.

13.7 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais.

13.8 O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela autarquia.

13.9 O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

13.10 As despesas decorrentes das novas contratações temporárias correrão por conta das dotações orçamentárias:

Nº 80.001.0004.0122.0300.2291.3319000000000000 e

Nº 80.002.0017.0512.0301.2293.3319000000000000.

13.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Brusque/SC, 26 de Janeiro de 2016.

SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA
Representante – SAMAE Brusque/SC

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

DESCRIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

AGENTE ADMINISTRATIVO:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Executar atividades de natureza administrativas relacionadas às áreas de Recursos Humanos, Contábil-Financeira, Compras, Patrimônio e Cobrança.

9 Recepcionar os cidadãos, prestando atendimento, anunciando e encaminhando-os aos setores procurados, orientando sobre horários de atendimento, a fim de atender a todos com rapidez e eficiência.

9 Cadastrar e manter atualizadas as informações funcionais e outros relativos a servidores e terceirizados;

9 Elaborar relatório de frequência de servidores e terceirizados;

9 Preparar dados para o processamento da folha de pagamento;

9 Elaborar folha de pagamento, e outros relatórios mensais e anuais de acordo com a legislação vigente;

9 Elaborar portarias, declarações, certidões, autorizações e outros referentes à administração de pessoal;

9 Prestar informações em requerimento dos servidores, de acordo com os dados extraídos das fichas funcionais e a legislação pertinente;

9 Cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, mensais ou em períodos preestabelecidos;

9 Elaborar/auxiliar processo de concurso público partindo das necessidades efetivas, conforme quadro de lotação de pessoal;

9 Preparar cronograma de treinamentos, programação de treinamento e convocação ou convites para treinados;

9 Contatar com os responsáveis pelas avaliações de desempenho, auxiliando-os e informando quanto ao atendimento dos prazos de devolução dos formulários e emissão de relatórios, bem como, acompanhar os resultados das avaliações;

9 Contatar com os responsáveis pelas avaliações de desempenho, auxiliando-os e informando quanto ao atendimento dos prazos de devolução dos formulários e emissão de relatórios, bem como, acompanhar os resultados das avaliações;

9 Realizar outras atividades referentes à administração de pessoal;

9 Receber, classificar, realizar pesquisa de preços, dando encaminhamento às requisições de compras de materiais e serviços dos diversos setores;

9 Manter cadastro de fornecedor atualizado;

9 Cumprir todas as etapas referentes ao processo de compras e licitações, obedecendo rigorosamente as legislações específicas;

9 Emitir e controlar Contratos;

9 Publicar os atos legais previstos na Lei de Licitação e Contratos;

9 Emitir ordens de fornecimento;

9 Realizar tarefas referentes ao patrimônio, compreendendo cadastro de bens, controle de bens, bem como sugerir o leilão de bens inseríveis;

9 Desenvolver e cadastrar novos fornecedores de materiais e serviços;

9 Emitir registros cadastrais de fornecedores;

9 Prestar informações ao Tribunal de Contas referente as Licitações e Contratos;

9 Cadastrar em sistema próprio materiais e serviços;

9 Executar tarefas do setor de faturamento, compreendendo emissão de contas, referente ao consumo dos usuários, alimentando o sistema com dados apresentados pela leitura dos hidrômetros;

9 Analisar cadastros e contas e definir de acordo com as normas da Autarquia os serviços de corte, desligamento e religação de água;

9 Analisar situação dos hidrômetros;

9 Notificar débitos com a autarquia;

9 Definir estratégias e elaborar itinerários de cobrança de valores devidos, contatando devedores e negociando formas de pagamento;

9 Registrar informações de negociações com o devedor;

9 Elaborar relatórios de corte de fornecimento de água;
9 Verificar os comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento, das entradas em caixa e de outras transações financeiras;
9 Efetuar os cálculos necessários para se assegurar da exatidão das referidas transações;
9 Preparar a relação de cobrança e de pagamentos efetuados pela empresa, assim como o balanço das contas, especificando os saldos contra ou a favor, para facilitar o controle financeiro da empresa;
9 - Auxiliar na elaboração do PPA (Plano Plurianual);
9 - Auxiliar na elaboração da LDO (Leis das Diretrizes Orçamentárias);
9 - Auxiliar na elaboração da LOA (Lei Orçamentária Anual);
9 Auxiliar no registro de operações contábeis
9 Executar tarefas pertinentes a Tesouraria;
9 Assegurar o correto cumprimento dos processos envolvendo a autarquia, organizando e preparando documentos em geral, ordenando dados, efetuando cálculos de valores, apresentando relatórios estatísticos, observando rigorosamente prazos de entrega e datas de vencimento das obrigações inerentes ao seu setor;
9 Planejar e coordenar a execução de atividades em sua área de atuação, quando necessário e/ou solicitado, distribuindo tarefas, apurando irregularidades e analisando resultados;
9 Encaminhar informações ao Ministério Público, Previdência Social, Receita Federal, Tribunal de Contas e outros órgãos quando for solicitado;
9 Zelar pela manutenção e conservação de seus equipamentos e seu local de trabalho;
9 Realizar outras tarefas inerentes ao cargo.

AGENTE DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA):

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

9 Operar estações de tratamento de água conforme os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação vigentes;
9 Operar unidades de tratamento, controlando o correto funcionamento de todos os equipamentos e instalações de ETAs;
9 Efetuar coleta e análises físico-químicas em água;
9 Preparar as soluções químicas utilizadas no tratamento de água e controlar estoques de produtos químicos para evitar interrupção no tratamento;
9 Controlar as dosagens de produtos químicos aplicados nas Estações;
9 Preencher formulários de controle inerentes às ETAs;
9 Requisitar materiais e equipamentos necessários ao bom andamento dos serviços;
9 Contribuir com a correta distribuição de água a população permitindo sua passagem as tubulações principais através do bombeamento da água tratada e acionamento dos registros e válvulas;
9 Ler marcações de indicadores dos painéis de controle e telemetria para tomar providencias se necessário;
9 Preparar e aplicar soluções químicas dentro dos parâmetros preestabelecidos para manter padrões físicos, químicos e biológicos;
9 Atender e explicar o funcionamento de uma ETA a escolas, entidades, ou cidadãos, com prévio agendamento;
9 Atender ao telefone prestando informações sobre o funcionamento do sistema em horários em que não houver telefonista na Autarquia;
9 Executar a limpeza de unidades de tratamento de água;
9 Zelar pelo bom funcionamento, limpeza e ordem de instrumentos, equipamentos e dependências do setor;
9 Fazer uso de EPI's conforme normas da autarquia;
9 Executar demais atividades inerentes ao cargo.

AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

9 Efetuar e registrar leituras de hidrômetros, informar as irregularidades verificadas em ramais prediais, entregar faturas e outros documentos aos usuários, efetuar cortes e religação de água.
9 Ler e registrar em fichas e/ou equipamentos específicos a leitura registrada nos hidrômetros prediais, observando a rota diária;
9 Anotar anormalidades constatadas, tais como: alteração de cadastro, hidrômetros parados ou danificados, motivos que impossibilitem a leitura e outros considerados relevantes;
9 Informar as alterações das rotas de leitura;
9 Atualizar cadastros;
9 Entregar faturas, avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da Autarquia, aos respectivos usuários;
9 Comunicar ao setor competente os vazamentos de rede e ligações, falta de água e as ligações clandestinas, tão logo sejam constatados;
9 Encaminhar o consumidor ao escritório da Autarquia, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas;
9 Realizar retirada, colocação ou solicitar a instalação ou substituição de hidrômetros, bem como realizar corte e religação de água em prédios, residências ou outras instalações;
9 Executar serviços de manutenção de lacre nos hidrômetros;
9 Zelar e manter a limpeza dos instrumentos de trabalho;
9 Separar e colocar em ordem as faturas de água a serem entregues aos usuários;
9 Auxiliar em tarefas na área administrativa quando solicitado;
9 Atender, orientar e esclarecer o usuário sobre o consumo registrado nos hidrômetros;
9 Fazer uso de EPI's conforme normas da Autarquia;
9 Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

AGENTE DE OBRAS:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- 9 Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.
- 9 Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas entre outros, sempre que solicitado.
- 9 Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.
- 9 Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.
- 9 Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- 9 Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
- 9 Demolir e/ou construir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.
- 9 Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.
- 9 Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.
- 9 Fazer uso de EPI´s conforme norma da Autarquia

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS:**RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:**

- 9 Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas, descargas, transporte, armazenamento, limpeza e serviços auxiliares, na Autarquia.
- 9 Executar serviços de instalações, ampliações, consertos de redes e adutoras;
- 9 Executar reparos em ramais domiciliares de água;
- 9 Executar a abertura e fechamento de valas, com a remoção do pavimento reaterro e apiloamento da vala;
- 9 Auxiliar na operação de equipamentos de desobstrução, abrindo valas de acesso, quando for necessário;
- 9 Auxiliar nos levantamentos, nivelamentos e medições;
- 9 Executar serviços de carga, descarga, transporte e armazenamento de materiais em locais determinados;
- 9 Fazer escoramento de madeira nas valas, para evitar desmoronamentos;
- 9 Auxiliar na confecção de caixas para registros e armações de ferragens para concreto;
- 9 Participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturno, cumprindo as demais atribuições do cargo;
- 9 Fazer a limpeza nas captações de água;
- 9 Efetuar a limpeza e a manutenção das ferramentas, instrumentos bem como manter o asseio dos locais de trabalho;
- 9 Executar serviços de limpeza em geral, dentro de toda a autarquia;
- 9 Auxiliar nos serviços de montagem, instalação e reparos mecânicos, componentes e equipamentos;
- 9 Auxiliar na manutenção preventiva, testando e coletando dados técnicos de funcionamento de sistemas, conjuntos mecânicos e componentes;
- 9 Limpar e lubrificar bombas, bem como auxiliar na execução de pequenos reparos em válvulas hidráulicas;
- 9 Trabalhar segundo normas técnicas de segurança;
- 9 Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturno, cumprindo as demais atribuições do cargo;
- 9 Limpar filtros, decantadores, pré-sedimentadores e o depósito de produtos químicos;
- 9 Auxiliar na manutenção e conservação de represa;
- 9 Acompanhar descargas e produtos químicos;
- 9 Fazer tintas de produtos químicos, realizando a limpeza das mesmas;
- 9 Auxiliar nas manobras de registros, comportas e válvulas;
- 9 Fazer uso de EPI conforme norma da autarquia e outras estabelecidas no Laudo Ambiental.
- 9 Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

MECÂNICO:**RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:**

- 9 Executar serviços destinados a promover a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de conjuntos moto-bomba, máquinas e aparelhos utilizados nos sistemas de água.
- 9 - Executar serviços destinados a promover a operação e a manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos aparelhos e equipamentos mecânicos;
- 9 - Promover a desmontagem, verificação e montagem de bombas, motores, chaves, painéis e acessórios eletromecânicos;
- 9 - Promover a manutenção e recuperação de ferramentas;
- 9 - Executar serviços diversos com solda elétrica e corte com maçarico e acetileno;
- 9 - Efetuar instalações, reparos e revisões de aparelhos e acessórios eletromecânicos;
- 9 - Manter observância das normas de higiene e segurança do trabalho, no que tange aos sistemas de segurança e proteção dos aparelhos e equipamentos elétricos e mecânicos;
- 9 - Operar conjuntos Motobombas, seguindo instruções dos catálogos do fabricante e/ou instruções da Autarquia;
- 9 - Inspeccionar e anotar e corrigir problemas de mal funcionamento dos conjuntos Motobombas, relacionados com a amperagem, as altas temperaturas nos mancais da caixa de gaxetas, as vibrações e os ruídos estranhos;
- 9 - Manter a limpeza e a ordem no local de trabalho;
- 9 - Fazer uso de EPI's conforme normas da Autarquia;

9 - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

FICHA DE INSCRIÇÃO

1 – DADOS DO PROCESSO SELETIVO

1.1 Descrição da função escolhida (conforme Edital, item 2)	
---	--

2- DADOS PESSOAIS

2.1. – Nome Completo:					
2.2. CPF:					
2.3. Identidade:		2.3. Órgão Expedidor:			
2.4. Sexo:	M		F		
2.5. Data de Nascimento:		2.6. Estado Civil:			
2.7. Nacionalidade:					
2.8. Local de Nascimento (cidade/estado/País):					

2.9. Endereço completo:

2.9.1. Logradouro:	2.9.2. Cidade:	2.9.3. Estado:	2.9.4. CEP:
2.9.5. Telefone Residencial:	2.9.6. Telefone Comercial:	2.9.7. Telefone Celular:	
2.9.8. e-mail:			

3 – FORMAÇÃO ACADÊMICA

3.1. Escolaridade:

4ª série do Ensino Fundamental	()	3º Grau incompleto	()
Ensino Fundamental incompleto	()	3º Grau completo	()
Ensino Fundamental completo	()	Especialização	()
Ensino Médio incompleto	()	Mestrado	()
Ensino Médio completo	()	Doutorado	()

3.2. Cursos diversos (relacionados com a função):

3.2.1. Curso:	3.2.2. Local do curso:	3.2.3. Carga Horária:

4 – QUALIDADES/CARACTERÍSTICAS

Citar no mínimo três características/qualidades que possua profissionalmente:

ANEXO III

FORMULÁRIO DE RECURSO

Função: _____

[illegible]

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos. DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque (SC), ____ de ____ de 2016.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

ANEXO V

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque (SC), ____ de ____ de 2016.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

ANEXO VI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de venda atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor da Aquisição	Valor de venda atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Brusque (SC), ____ de ____ de 2016.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

DECRETO Nº 7.741, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO nº 7.741, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre pontos facultativos municipais no corrente exercício.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, inciso IV do art.82,

DECRETA:

Art. 1º O ponto será facultativo, para os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, nos seguintes dias do corrente exercício:

I – 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval;

II – 28 de outubro, Dia do Servidor Público Municipal, de acordo com o art. 272 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Parágrafo único. Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.742, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO nº 7.742, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Exclui servidores nominados no Decreto nº 7.736, de 12 de janeiro de 2016, retifica nome de servidor designado para responder pela Fundação Cultural de Brusque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, Considerando a nomeação de Miguel Comandoli Junior e Fabian Rodrigo de Oliveira Lemos, para os cargos de Secretário de Obras e Serviços Públicos e Secretário de Comunicação Social, respectivamente, por meio das Portarias nºs 10.439/16 e 10.442/16,

DECRETA:

Art. 1º Ficam excluídos do Decreto nº 7.736, de 12 de janeiro de 2016, os servidores Renato de Borba e Clarissa dos Santos Padilha, designados para responder, respectivamente, pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Fica retificado o nome do servidor público constante no Decreto nº 7.736, de 12 de janeiro de 2016, designado para responder pela Fundação Cultural de Brusque, passando de Israel Luiz de Souza para Israel Luiz Pereira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.716, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.716, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei n.º 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82.º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 5.646.772,08 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e oito centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade e Hospitalar

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.11 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – CEO

VALOR R\$ 4.800,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.11 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – CEO

VALOR R\$ 42.247,11

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 48.427,30

4.4.71.00 Transferência a Consórcio Público - Investimento

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 5.048,60

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.35.87 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – SAMU

VALOR R\$ 23.725,94

3.3.50.00 Outras Despesas Correntes – Transf a Inst. Privadas sem fins lucrativos

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 50.000,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 21.483,44

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.3.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 9.247,00

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 1.278,85

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 14.349,41

4.4.90.00 Outras Despesas Correntes – Investimento

0.3.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 28.760,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.16 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – PMAQ

VALOR R\$9.000,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.16 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 39.672,34

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.16 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 34.150,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.12 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – ACS

VALOR R\$ 366.412,84

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.12 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – ACS

VALOR R\$ 11.205,09

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.12 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – ACS

VALOR R\$ 50.000,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.13 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – NASF

VALOR R\$ 34.405,63

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.13 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – NASF

VALOR R\$ 821,01

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.15 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Saúde Bucal

VALOR R\$ 41.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 53.833,06

010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.93.00 Aplicações diretas decorrentes de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio do qual o e participe

0.3.38.21 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Farmácia Básica

VALOR R\$ 14.772,00

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (LGES)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 23.588,90

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância em Saúde

VALOR R\$ 47.122,33

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância em Saúde

VALOR R\$ 4.585,57

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância em Saúde

VALOR R\$ 1.724,99

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.21 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Farmácia Básica

VALOR R\$ 14.772,00

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (LGES)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 23.588,90

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade e Hospitalar

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 48.427,30

3.3.71.00 Transferência a Consórcio Público – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 5.048,60

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 50.000,00

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 21.483,44

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Receita de Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 53.833,06

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

4.4.90.00 Outras Despesas Correntes – Investimento

0.1.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 1.278,85

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.15	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Saúde Bucal
Valor Orçado	R\$ 400.400,00

Valor Arrecadado até 05/11/2015	R\$ 478.291,82
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 7.951,42
Excesso de Arrecadação	R\$ 85.843,24
Valor Utilizado no Decreto 7685 de 27/10/2015	R\$ 34.000,00
Valor Utilizado no Decreto 7691 de 05/11/2015	R\$ 10.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 41.843,24
Utilizado neste decreto	R\$ 41.000,00

0.1.38.13	Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União - NASF
Valor Orçado	R\$ 460.000,00
Valor Arrecadado até 10/12/2015	R\$546.000,00
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 5.053,27
Excesso de Arrecadação	R\$ 91.053,27
Utilizado no decreto 7703 de 26/11/2015	R\$ 29.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 62.053,27
Valor Utilizado neste decreto	R\$ 35.226,64

0.1.38.57	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – SAMU
Valor Orçado	R\$ 240.000,00
Valor arrecadado até a data de 10/12/2015.	R\$ 267.540,85
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 1.715,72
Excesso de Arrecadação	R\$ 29.256,57
Valor Utilizado no decreto 7703 de 26/11/2015	R\$5.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 24.256,57
Valor Utilizado neste decreto	R\$ 23.725,94

III - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
58.041-4	B.Brasil - Gestão Plena	0.1.38.20	R\$ 30.800,00
624005-3	Fms Fns/blvgs	0.1.38.20 0.3.38.20	R\$ 41.438,94 R\$ 40.499,98
Total			R\$ 112.738,92

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.20 0.3.38.20	R\$ 4.098,20 R\$ 2.671,44
DDO a pagar	0.1.38.20 0.3.38.20	R\$ 174,23 R\$ 4,46
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.20	R\$ 105.790,59
Valor Utilizado no decreto nº. 7703 de 26/11/2015	0.3.38.20	R\$ 17.000,00
Valor Utilizado neste decreto	0.3.38.20	R\$ 52.356,41

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
624002-9	Fms Fns/blatb	0.1.38.16 0.3.38.16	R\$ 202.048,76 R\$ 21.692,65
Total			R\$ 223.741,41

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.16	R\$ 158.455,25
DDO a pagar	0.1.38.16 0.3.38.16	R\$ 16.338,55 R\$ 275,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.16	R\$ 48.672,61
Utilizado neste decreto	0.3.38.16	R\$ 37.992,34
A utilizar	0.3.38.16	R\$ 10.680,27

IV – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.12	Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União - ACS
Valor Orçado	R\$ 2.132.000,00
Valor Arrecadado até 10/12/2015	R\$ 2.257.164,00

Provável Arrecadação até 31/12/2015	R\$ 2.439.684,00
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 249.625,93
Provável compensação de INSS	R\$ 57.000,00
Provável excesso de Arrecadação	R\$ 614.309,93
Utilizado no decreto nº. 7703 de 26/11/2015	R\$ 179.692,00
Valor a utilizar	R\$ 434.617,93
Valor utilizado neste decreto	R\$ 327.617,93
0.1.38.11	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – CEO
Valor Orçado	R\$ 151.800,00
Provável Arrecadação até 31/12/2015	R\$ 280.336,91
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 3.710,41
Excesso de Arrecadação	R\$ 132.247,32
Valor a Utilizado no decreto nº. 7691 de 05/11/2015	R\$ 10.000,00
Valor Utilizado no decreto nº. 7703 de 26/11/2015	R\$ 74.246,88
A Utilizar	R\$ 48.000,44
Utilizado neste decreto	R\$ 47.047,11
0.1.06.01	Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária
Valor Orçado	R\$ 915.000,00
Valor Arrecadado até 26/11/2015	R\$ 1.030.356,27
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 18.376,62
Excesso de Arrecadação	R\$ 133.732,89
Valor Utilizado no Decreto 7685 de 27/10/2015	R\$ 25.000,00
Valor Utilizado no Decreto 7691 de 05/11/2015	R\$ 28.300,00
Valor Utilizado no Decreto 7703 de 26/11/2015	R\$ 27.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 53.432,89
Utilizado neste decreto	R\$ 42.199,15
0.1.38.16	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PMAQ
Valor Orçado	R\$ 1.848.000,00
Valor arrecadado até a data de 26/11/2015.	R\$ 1.972.500,00
Valor compensado referente ao INSS	R\$ 201.057,77
Excesso de Arrecadação	R\$ 325.557,77
Valor a Utilizado no decreto nº. 7685 de 27/10/2015	R\$ 100.000,00
Valor a Utilizado no decreto nº. 7703 de 26/11/2015	R\$ 191.407,00
Valor a Utilizar	R\$ 34.150,77
Valor Utilizado neste decreto	R\$ 34.150,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária Municipal de Saúde

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 001/2016 SEFAZ

EDITAL Nº 001/2016

DATA: 25 de Janeiro de 2016.

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU E TAXA DE SEGURANÇA CONTRA SINISTROS – TSCS.

EXERCÍCIO DE 2016

O Secretário Municipal da Fazenda do Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 37 da Lei Complementar Municipal n. 34 de 28 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal, NOTIFICA os contribuintes constantes do rol anexo a este Edital que foi efetuado o LANÇAMENTO do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Segurança Contra Sinistros – TSCS, para o exercício de 2016, conforme segue:

I – Os valores venais utilizados para o lançamento e a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do exercício de 2016, foram apurados na forma dos artigos 182 a 187 da Lei Complementar n. 34 de 28 de dezembro de 1994 – Código Tributário

Municipal, tomando por base a situação fática do imóvel em 31 de dezembro de 2015, constante do Cadastro Imobiliário.

II – Os valores utilizados para o lançamento e cobrança da Taxa de Segurança Contra Sinistros – TSCS estão previstos nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Municipal n. 81 de 22 de dezembro de 2000.

III – As datas fixadas para pagamento dos tributos municipais, que recaírem em feriados, sábados e domingos, serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil, subsequente ao do vencimento, sem ônus de qualquer natureza.

IV – Expirado o prazo para pagamento de quaisquer das parcelas, ficam os contribuintes sujeitos aos acréscimos legais, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal n. 34 de 28 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal, a saber:

- a) correção monetária na forma prevista na legislação tributária municipal;
- b) multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês ou fração até atingir total de 20% (vinte por cento), sobre o valor do tributo atualizado;
- c) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o tributo atualizado.

V – O Calendário Fiscal estabelecido para arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a Taxa de Segurança Contra Sinistro – TSCS, referente o exercício de 2016 pela Lei Complementar Municipal n. 248 de 27 de novembro de 2015 está assim disposto:

a) Vencimentos: 1ª Parcela ou Cota Única 10/03/2016

2ª Parcela ... 10/04/2016

3ª Parcela ... 10/05/2016

4ª Parcela ... 10/06/2016

5ª Parcela ... 10/07/2016

6ª Parcela ... 10/08/2016

7ª Parcela ... 10/09/2016

8ª Parcela ... 10/10/2016

9ª Parcela ... 10/11/2016

10ª Parcela ... 10/12/2016

b) O Contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU em Cota Única no vencimento, terá desconto de 20% (vinte por cento) no valor devido.

c) Importante registrar que a partir deste exercício, o Contribuinte poderá realizar o recolhimento do IPTU em Cota Única diretamente na rede bancária, mesmo após o vencimento desta parcela, deixando de incidir no tributo o desconto de 20%, e sendo mantido o desconto de bom pagador, aplicando-se ainda os acréscimos legais descritos no item IV;

d) O Contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU em 3 (três) parcelas vencíveis em 10 de março, 10 de abril e 10 de maio de 2016, terá desconto de 10% (dez por cento) no valor devido;

e) O Contribuinte poderá fazer o pagamento do IPTU em até 10 (dez) parcelas mensais, conforme o calendário fiscal descrito no caput do art. 1º da Lei Complementar Municipal n. 248 de 27 de novembro de 2015, sem qualquer acréscimo no valor devido, respeitado o valor mínimo da parcela de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

f) Fica estabelecido o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do IPTU, referente exercício de 2016, para o contribuinte que estiver em dia com o IPTU de 2015 e anos anteriores, até 19 de dezembro de 2015;

g) O valor mínimo das parcelas do IPTU é de R\$ 50,00 (cinquenta reais), de acordo com o §5º do art. 2º, Lei Complementar Municipal n. 248, de 27 de novembro de 2015;

h) Os valores dos tributos municipais foram reajustados em 9,90% (nove vírgula noventa por cento), nos termos do artigo 5º da Lei Complementar Municipal n. 248 de 27 de novembro de 2015, combinado com a Lei Complementar Municipal n. 105 de 12 de dezembro de 2005 (Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, de outubro/2014 a setembro de/2015).

VI – As guias de recolhimento da(s) parcela(s), anexa(s) ao carnê de IPTU, já se encontram calculada(s) com o(s) desconto(s) previstos no item anterior.

VII – Além do benefício previsto no item V, será aplicada a legislação vigente, concernente às isenções, imunidades e não incidências.

VIII – Os carnês do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, serão distribuídos aos proprietários dos imóveis nos seguintes locais, datas e horário:

a) CRONOGRAMA DE ENTREGA IPTU 2016:

DATA	BAIRROS	LOCAL
03 e 04/02	Bateas, Volta Grande e Fazenda	Escola Pe. Theodoro Becker (Bateas)
03 e 04/02	Santa Terezinha e Nova Brasília	CEI Emilia Floriani (Santa Terezinha)
03 e 04/02	Dom Joaquim, Cristalina, Salto, Cedro Alto e Ribeirão do Mafra	CEI Tia Trude (Dom Joaquim)
03 e 04/02	Jardim Maluche, Souza Cruz, Barra de Águas Claras e Rua Bulcão Viana (lado direito)	Centro Comunitário Igreja Jardim Maluche
03 e 04/02	Azambuja, Rua Nova Trento, Rainha, 1º de Maio e Rua Bulcão Viana (lado esquerdo)	CEI Benta Vanolli (Azambuja)
03 e 04/02	Águas Claras, Santa Cruz e Paquetá	Salão Paroquial São Judas Tadeu (Águas Claras)

05 e 10/02	Rio Branco, Varginha, Guarani	E.E.B. João Hassmann (Guarani)
05 e 10/02	Bateas, Volta Grande e Fazenda	Escola Rotary Club Companheiro Ayres Gevaerd (Volta Grande)
05 e 10/02	Limeira Baixa, Rib. Paca, Rib. Macote e Rib. Tavares	Escola Prof. Augusta Dutra de Souza (Limeira)
05 e 10/02	São Pedro, Alsácia, Barriga Verde e São Leopoldo	Escola Prof. Georgina de Carvalho Ramos da Luz (São Pedro)
05 e 10/02	Santa Luzia, Zantão, Nova Itália e Moura	Escola José Vieira Côrte (Santa Luzia)
05 e 10/02	Azambuja, Rua Nova Trento, Rainha, 1º de Maio e Rua Bulcão Viana (lado esquerdo)	SENAI (Primeiro de Maio)
05 e 10/02	Águas Claras, Santa Cruz e Paquetá	Escola Municipal Paquetá
11 e 12/02	Cedrinho	Escola Pe. Vendelino Wiemes (Cedrinho)
11 e 12/02	Tomaz Coelho, Caçador e Serrinha	Escola Prof. Isaura Gouvêa Gevaerd (Tomaz Coelho)
11 e 12/02	Santa Luzia, Zantão, Nova Itália e Moura	Salão Capela Santa Cruz do Redentor (Zantão)
11 e 12/02	Rio Branco, Varginha, Guarani	Escola Rio Branco
11 e 12/02	Limoeiro, Planalto, Rua Itajaí e Jardim Azaleia	Escola Ângelo Dognini (Planalto)
11 e 12/02	Santa Rita	CEI Sofia Dubiella (Santa Rita)
15 e 16/02	Poço Fundo	Escola Poço Fundo
15 e 16/02	Steffen e Ceramica Reis	CEI Max Rodolfo Steffen (Steffen)
15 e 16/02	Ponta Russa	CEI Ponta Russa
15 e 16/02	Limoeiro, Planalto, Rua Itajaí e Jardim Azaleia	SESI
03/02 à 10/03	Centro I, Centro II, Loteamento Dell'Agnollo e São Luiz	Pavilhão Fenarreco

Observações:

- 1 – O horário de entrega dos carnês nos bairros e no Pavilhão da Fenarreco é das 08:30h às 17:00h, sem fechar para almoço.
- 2 – Os Carnês não retirados nos bairros nos respectivos dias, serão encaminhados ao Pavilhão da Fenarreco, e permanecerão naquele local até o dia 10/03/2016 ao meio-dia.
- 3 – O último dia para retirada do carnê no Pavilhão da Fenarreco será dia 10/03/2016, ao meio dia.

b) Os carnês do IPTU, estarão disponíveis para emissão também na página da Prefeitura, no endereço eletrônico www.brusque.sc.gov.br, pelo qual poderão ser impressos acessando o link Portal do Cidadão, em seguida digitar na barra de serviços "BUSCAR", o seguinte termo "Emissão de IPTU", no serviço "Emissão de guias de IPTU" selecionar "Acessar on-line", digitar o número do Cadastro Imobiliário ou Inscrição Imobiliária, selecionar a parcela e imprimir.

IX – As impugnações contra os lançamentos dos tributos constantes deste Edital, devidamente fundamentadas, deverão ser apresentadas até a data do vencimento da primeira parcela, observado o artigo 147 da Lei Complementar Municipal n. 34 de 28 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal e rito disposto nos artigos 2º a 6º do Decreto Municipal n. 3.138 de 04 de janeiro de 1995, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

X – As impugnações protocoladas após o prazo previsto no item anterior, serão indeferidas por decurso de prazo, sem a análise do mérito.

XI – As impugnações protocoladas dentro do prazo legal serão processadas, instruídas, analisadas e julgadas na forma do disposto nos artigos 147 a 174 da Lei Complementar Municipal n. 34 de 28 de dezembro de 1994 – Código Tributário Municipal combinado com os artigos 2º a 6º do Decreto Municipal n. 3138 de 04 de janeiro de 1995.

XII – Demais informações sobre o lançamento dos tributos poderão ser obtidas na retirada do carnê impresso ou mediante requerimento do proprietário do imóvel, formulado com clareza e objetividade e devidamente protocolado junto ao setor de protocolos da Secretaria da Fazenda.

PUBLIQUE-SE O EDITAL NA PÁGINA DA PREFEITURA MUNICIPAL WWW.BRUSQUE.SC.GOV.BR

AFIXE-SE O EDITAL NA PREFEITURA JUNTAMENTE COM O ROL DE LANÇAMENTOS/CONTRIBUINTES

Gabinete do Secretário da Fazenda do Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, em 25 de Janeiro de 2016.

Anderson Viana Zaguini AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	Neiva Regina Gonçalves AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
Marcos Bernhardt SECRETÁRIO DA FAZENDA	



PORTARIA N. 25/2016 SAMAE
PORTARIA SAMAE N. 25/2016

A Representante Silvia Eliane Roso da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea “c” da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista a ausência de candidatos aprovados em concurso público e ainda, a necessidade temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público a abertura de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016 para contratação em caráter temporário, que se regerá pelas regras estabelecidas em Edital, criado especialmente para o presente propósito.

Art. 2º Criar a Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016.

Art. 3º Designar para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016, os seguintes funcionários do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque: MANOELA MERÍZIO, JEAN WONS FERNANDES E DIEGO RIBEIRO PENA.

Art. 4º Atribuir à Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016 o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito do respectivo Processo Seletivo.

Art. 5º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 25 de janeiro de 2016.

SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA
Representante do SAMAE

PORTARIA Nº 24/2016 SAMAE
PORTARIA Nº 24/2016

A representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (três) dias ao servidor Maycon Eduardo Nicoletti, ocupante do cargo de Agente de ETA, devido ao falecimento de sua avó MARLENE KOCK DE BORBA no dia 14 de janeiro de 2016, conforme Declaração de óbito, Nº 108928 01 55 2016 4 00041 293 0016636 42 no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, à Rua Azambuja, 1089, Bairro Azambuja, Brusque-sc.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir do dia 14/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 21 de janeiro de 2016.

Silvia Eliane Roso da Silva SAMAE

PORTARIA Nº 26/2016 SAMAE
PORTARIA Nº 26/2016

O Prefeito Municipal de Brusque, juntamente com a representante do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, por término, do servidor JOSÉ MARIO BEUTING, matrícula 26832-1, do cargo de Mecânico;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/01/2016, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 25 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	SÍLVIA ELIANE ROSO DA SILVA SAMAE
--	--------------------------------------

PORTARIA Nº 2632/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2632/2015, de 26 de outubro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2185/2015 - referente ao Processo de Sindicância nº 01/2015 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,
RESOLVE

Considerando, os feriados ocorridos nas datas de 07/09/2015 (independência do Brasil), 12/12/2015 (Nossa Senhora Aparecida) ; Considerando, a dispensa no dia 22/10/2015 devido por motivo de força maior, devido a região do Vale do Itajaí estava passando por período de chuvas contínuas e enchentes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante, tendo em vista os fatos relatados para a Ouvidoria - Processo nº 13/29/2015, datado de 27/07/2015, onde no corpo da denúncia, extrai-se que o Parque Leopoldo Moritz, está sendo destruído (não mencionando nome), mencionando ainda quando da construção da obra não foi realizada consulta e ou audiência Pública. A irregularidade, em tese, constitui ilícitos administrativo, nos termos do art. 174, inciso IX, art. 178, 179 da LC 147/09, bem como criminal, nos termos do art. 313-A do Código Penal Brasileiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 24/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.676

DECRETO Nº 6.676, de 26 de janeiro de 2016.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere a Tomada de Preços nº 03/2016, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para execução de serviços de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização das Ruas Ricardo Angelli, Eloé Henrique Formighieri, Dinarte José Rodrigues e Haide Benetti Busato:

- I – Emerson Schmidt;
- II – Rômulo Machado de Souza;
- III – Juliana Nurilles Garbozza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 10/02/2016 às 16h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.679

DECRETO Nº 6.679, de 27 de janeiro de 2016.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 6.675/2016, que Estabelece horário especial de expediente para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA :

Art. 1º Fica retificado o art. 1º do Decreto nº 6.675, de 25 de janeiro de 2016, que Estabelece horário especial de expediente para Secretaria Municipal de Infraestrutura, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para Secretaria Municipal de Infraestrutura das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h48min, a partir de 1º de fevereiro de 2016.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.680

DECRETO Nº 6.680, de 27 de janeiro de 2016.

Estabelece horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h48min, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Fundação, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seus respectivos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.681

DECRETO Nº 6.681, de 27 de janeiro de 2016.

Estabelece horário especial de expediente para a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h48min, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seus respectivos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.682

DECRETO Nº 6.682, de 27 de janeiro de 2016.

Aprova desmembramento de terreno urbano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.400,00m² (um mil e quatrocentos metros quadrados), remanescente do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete conforme matrícula nº 31.087, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade do Município de Caçador, ficando após o desmembramento constituído de 07 (sete) lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote nº 126, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 127 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 125 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete sob matrícula nº 31.086 (Município de Caçador) medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

II - Lote nº 127, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando ao Norte, com o lote nº 128 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 126 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

III - Lote nº 128, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 129 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 127 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

IV - Lote nº 129, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 130 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 128 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

V - Lote nº 130, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 131 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 129 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

VI - Lote nº 131, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 132 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 130 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

VII - Lote nº 132, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 131, deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs 6.369, de 16 de abril de 2015 e 6.453, de 30 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.146

PORTARIA Nº 26.146, de 03 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Ewelín Aparecida Gomes Arteaga	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV. Franciele Perego	01/11/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.331

PORTARIA Nº 26.331, de 23 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal KLAITON STREY, matrícula 645, ocupante do cargo de Motorista Utilitário, 120 (cento e vinte) dias licença para tratamento de saúde, a contar do dia 01 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.380

PORTARIA nº 26.380, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de – data início
764	Darci Pires de Camargo	Auxiliar de Serviços Gerais	002	13/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.391

PORTARIA Nº 26.391, de 18 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 26.246, de 26 de novembro de 2015, que concedeu licença para tratamento de saúde a diversos Servidores, no que se refere a Servidora Pública Municipal DENISE CHIARELLO HARTMANN, conforme alta recebida nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.400

PORTARIA Nº 26.400, de 19 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.936, de 16 de setembro de 2015, que designou o Servidor Público Municipal PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA, Matrícula 210, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, para responder interinamente, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, face licença para tratamento de saúde da titular Denise Chiarello Hartmann, com efeitos a contar do dia 18 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.401

PORTARIA Nº 26.401, de 19 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso II, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal LUIZ GUSTAVO PAVELSKI, Matrícula 65, do Cargo em Comissão de Presidente da Fundação

Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, Referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.402

PORTARIA Nº 26.402, de 19 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso II, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal DENISE CHIARELLO HARTMANN, Matrícula 787, do Cargo em Comissão de Secretária de Infraestrutura, Referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.403

PORTARIA Nº 26.403, de 19 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA, Matrícula 210, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, para o cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura - do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.404

PORTARIA Nº 26.404, de 20 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal DENISE CHIARELLO HARTMANN, Matrícula 787, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal, para o cargo em comissão de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.405

PORTARIA Nº 26.405, de 20 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão LUIZ GUSTAVO PAVELSKI, para o cargo em comissão de Diretor Operacional de Serviços Urbanos, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.410

PORTARIA nº 26.410, de 21 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de – data início
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	Assistente Administrativo	002	16/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.411

PORTARIA Nº 26.411, de 21 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal VALQUIRIA GRANEMANN DE SOUZA PERAZZOLI, matrícula Nº 11058, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para exercer a Função de Confiança de Coordenadora de Programas Assistenciais, do "Grupo Ocupacional Confiança", Referência FCC-3, sobre seus vencimentos básicos, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016, enquanto perdurar impedimento da titular.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.431

PORTARIA Nº 26.431, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ANTONIO CARLOS MORAES DA CONCEIÇÃO, Matrícula 8337, cargo Agente Municipal de Segurança e Trânsito, 40 horas semanais, em exercício na DITTESC, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
12/03/2008 a 12/03/2013	01/02/2016 a 01/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.432

PORTARIA Nº 26.432, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida à Servidora Pública Municipal GLORIA RIBEIRO DOS SANTOS, Matrícula nº 1063, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental II, 36 (trinta e seis) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Morada do Sol, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.433

PORTARIA Nº 26.433, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	006	1/3	05/03/2010 a 05/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
25 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.052/2016

DECRETO N.º 3.052/2016

Altera o Decreto Municipal n.º 3.029, de 17 de novembro 2015.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a necessidade de sanar o equívoco ocorrido no momento em que foi redigido o CPF descrito no artigo 2º do Decreto Municipal n.º 3.029/2015;

DECRETA:

Art. 1º Altera o artigo 2º do Decreto Municipal n.º 3.029/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de ADÃO VALMOR DO AMARAL, portador do RG n.º 5.147.753-0 e inscrito no CPF sob o n.º 337.697.539-68, residente e domiciliado na referida área.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI COMPLEMENTAR N.º 082/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 082/2016

Altera a Lei Complementar Municipal n.º 039, de 02 de janeiro de 2012.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Seção XI do Capítulo IV do Título IV, alterado o caput do artigo 107 e o caput do artigo 108, bem como acrescido o § 4º ao artigo 107 e o § 4º ao artigo 108, todos da Lei Complementar Municipal n.º 039/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO XI

DA GRATIFICAÇÃO POR ATUAR EM COMISSÃO PERMANENTE OU ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Art. 107. O servidor efetivo ou comissionado designado para integrar comissão permanente ou especial de licitação perceberá gratificação mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais).

(...)

§ 4º O presidente da comissão permanente ou especial de licitação perceberá uma gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), não podendo esta ser somada com aquela prevista no caput deste artigo.

Art. 108. O servidor designado para atuar como pregoeiro, seja ele efetivo ou comissionado, perceberá gratificação mensal equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

(...)

§ 4º O servidor efetivo ou comissionado designado para integrar a equipe de apoio do pregoeiro perceberá gratificação mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de janeiro de 2016.

ÂNTONIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.893/2016

LEI N.º 2.893/2016

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal, bem como suas fundações e autarquias, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República e nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento desta Lei, entende-se como excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência ou emergência na realização de serviço público essencial e situações em que a transitoriedade e a excepcionalidade não justifiquem a criação ou ampliação do quadro efetivo.

Art. 2º São casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - emergência de atividades em saúde pública;

II - situações de emergência e calamidade pública, assim declaradas por Decreto do Poder Executivo Municipal;

III - combate a surtos endêmicos e epidêmicos;

IV - garantir a segurança do patrimônio público em situações emergenciais, quando não houver tempo hábil para a realização de concurso;

V - situações emergenciais de vigilância, inspeção e força tarefa para evitar danos ao meio ambiente, de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

VI - vacância de cargos públicos no período de até 12 (doze) meses após o término do prazo de validade do concurso público realizado para provê-los;

VII - admissão de profissionais do magistério público municipal para suprir demandas emergenciais e transitórias decorrentes da expansão das unidades de ensino ou abertura de turmas, projetos específicos e/ou disciplinas experimentais;

VIII - quando não existirem candidatos em número suficiente para preenchimento de vagas oferecidas em concurso público ou, ainda, na hipótese de não haverem candidatos interessados no provimento dos respectivos cargos para os quais tenham sido aprovados em concurso público válido, desde que tenha sido suprida integralmente a respectiva lista de classificação dos aprovados;

IX - admissão de profissionais para cumprimento de convênios e/ou para atender programas celebrados com o Governo Federal ou outros entes da Federação, cujas verbas sejam repassadas total ou parcialmente por estes;

X - substituir servidor nos casos abaixo elencados, desde que não haja substituto no quadro funcional:

a) afastamento por auxílio doença, licença à gestante e à adotante;

b) afastamento temporário de cargo em decorrência de licença prevista na Lei Complementar Municipal n.º 39/2012 ou n.º 19/2008, por período superior a 30 (trinta) dias, com exceção das licenças para participação em curso, congressos e competição esportiva oficial, bem como para tratar de interesses particulares, as quais não justificam a contratação temporária;

c) remanejamento ou readaptação;

d) aposentadoria, exoneração ou demissão;

e) nomeação para ocupar cargo comissionado.

XI – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

CAPÍTULO II

DA CONTRATAÇÃO

Art. 3º As contratações deverão ser propostas por despacho motivado e fundamentado do Secretário Municipal ou equivalente, justificando o interesse público e a necessidade da contratação, nos termos da presente Lei.

Art. 4º O recrutamento de novos servidores temporários será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito à ampla divulgação, com prazo de validade até 02 (dois) anos, de acordo com as disposições desta Lei e observados os critérios e condições estabelecidas no respectivo Edital.

Parágrafo único. A contratação para atender às necessidades decorrentes de emergência e calamidade pública, declaradas por Decreto do Poder Executivo Municipal, prescindirá de processo seletivo, observadas a qualificação e a competência técnica do contratado para realização de suas funções.

Art. 5º As contratações serão realizadas por tempo determinado, por até 01 (um) ano, prorrogável por no máximo mais 01 (um) ano, mediante despacho motivado e justificado e observando-se, ainda, os seguintes prazos:

I - nos casos dos incisos I a V do art. 2º, somente enquanto perdurar a situação que deu ensejo à contratação temporária e/ou seus efeitos;

II - nos casos do inciso X, alínea "a", do art. 2º, somente enquanto perdurar o afastamento do servidor efetivo;

III - nos casos do inciso X, alínea "b", do art. 2º, somente enquanto perdurar o afastamento decorrente da licença legal concedida ao servidor efetivo.

§ 1º Em qualquer caso, o prazo total da contratação, incluídas possíveis prorrogações, não excederá 02 (dois) anos.

§ 2º Nos casos do inciso IX do art. 2º, admitir-se-á a contratação, nos termos desta Lei, pelo prazo total do acordo, ajuste ou convênio firmado com outros entes públicos, ainda que exceda o prazo previsto no "caput" deste artigo.

Art. 6º (Suprimido).

Art. 7º A contratação por prazo determinado de que trata esta Lei se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência das disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 8º As contratações temporárias dar-se-ão por excepcional interesse público, nas situações dispostas no artigo 2º desta Lei, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da Administração Pública.

Art. 9º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores

da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 10. O pessoal contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos em Lei, regulamento ou no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão ou na nulidade do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 11. O recrutamento de pessoal será realizado por meio de processo seletivo público simplificado, mediante edital com ampla divulgação, o qual deverá conter as seguintes informações:

I - a quantidade de vagas, carga horária e remuneração;

II - prazo para inscrições;

III - requisitos, títulos e critérios de pontuação a serem utilizados na análise dos currículos e entrevista;

IV - os critérios de desempate;

V - prazo para recursos;

VI - prazo de validade do processo de seleção;

VII - documentação necessária para contratação.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

Art. 12. O vencimento do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntico ao vencimento inicial atribuído ao cargo efetivo em início de carreira da mesma categoria ou, inexistindo, de categoria equivalente.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos substituídos ou tomados como paradigma.

Art. 13. A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração, observada a conveniência da administração.

Art. 14. Serão assegurados aos servidores contratados temporariamente, sob o regime especial de que trata esta Lei, as seguintes vantagens:

I - adicional pela prestação de serviços extraordinários;

II - adicional pelo trabalho noturno;

III - férias e adicional de férias;

IV - adicionais de insalubridade e periculosidade na forma e desde que previsto na Lei Municipal n.º 2.824/2015;

V - gratificação natalina;

VI - salário-família conforme legislação federal;

VII - auxílio-transporte;

VIII - gratificação pela regência de classe no exercício da docência.

§ 1º Para aplicação das vantagens enumeradas neste artigo, deve ser utilizado como parâmetro e forma de aplicação o disposto sobre cada uma delas na Lei Complementar Municipal n.º 039/2012 e n.º 19/2008.

§ 2º O servidor contratado temporariamente que for convocado para atuar no Programa Acolher e Encaminhar receberá o adicional previsto no artigo 9º da Lei Complementar Municipal n.º 35/2011.

Art. 15. Os servidores contratados temporariamente podem usufruir somente as seguintes licenças, conforme o regramento disposto da Lei Complementar Municipal n.º 039/2012 e n.º 19/2008:

I - para tratamento de saúde;

II - à gestante e à adotante de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

III - paternidade de 08 (oito) dias;

IV - por 3 (três) dias consecutivos, na data ou a partir do evento considerado, em razão de casamento, bem como falecimento do cônjuge, companheiro(a), pais e descendentes até 2º grau, enteados, menor sob guarda ou tutela, madrasta ou padrasto e irmãos.

CAPÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 16. Estende-se aos servidores regidos por esta Lei os mesmos deveres, as mesmas proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, todas previstas na Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

CAPÍTULO VII

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Art. 17. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado, desde que ocorra aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

III - imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições previstas nos artigos 196 e 197, respectivamente, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012;

IV - imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;

V - por interesse público do Poder Executivo Municipal, desde que ocorra aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público pelo período de 02 (dois) anos, contados da data de encerramento do contrato.

§ 2º A parte que descumprir o aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, previsto nos incisos II e V deste artigo, deverá indenizar a outra parte com uma multa equivalente a um mês do vencimento do servidor contratado, conforme estabelecido no respectivo contrato.

Art. 18. Quando da rescisão do contrato, o contratado receberá férias proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço), saldo de salários com as respectivas vantagens previstas nesta lei e gratificação natalina proporcional.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a decretação de urgência, emergência e calamidade em saúde pública.

Art. 20. (Suprimido).

Art. 21. A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do prazo contratual, não enseja o direito à indenização equivalente à metade dos vencimentos restantes relativo ao período da contratação do servidor temporário.

Art. 22. O pessoal contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público será filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 23. O disposto nesta Lei se aplica aos contratos temporários em vigor na data de sua publicação, ainda que celebrados anteriormente a sua vigência.

Art. 24. Fica revogada a Lei Municipal n.º 1.252/1997.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 27 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 003/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, PARA ASSENTAMENTO DE TUBOS E PARA CONFECÇÃO DE BOCAS DE LOBO SANFONADAS, CAIXAS DE PASSAGEM E POÇO DE VISITA, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito Municipal Em Exercício

PR 004/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA SER DISTRIBUIDO AS CRIANÇAS, COM ORIENTAÇÃO MÉDICA, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e a Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito Municipal Em Exercício

PR 004/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (FRIOS, PÃES E BOLO) PARA COMPLEMENTAR A ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e a Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO DA SILVA NETO

Prefeito Municipal Em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 01/2016 , modalidade Pregão (na forma presencial)

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Junior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 1/2016, modalidade Pregão, na forma presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fixar percentual de desconto que será concedido sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, para futuras aquisições de medicamentos que não compõe a farmácia básica municipal. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Sesi Serviço Social da Indústria. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Não houve credenciamento de representante da licitante na sessão. O critério de julgamento é o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma. Passou-se a abertura do envelope da proposta, o percentual de desconto oferecido inicialmente foi de 17,00%, após o lance concedido pelo representante, a proposta fechou com percentual de desconto de 17,45%. Após o julgamento da proposta, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, sendo considerada habilitada. Considerando a classificação e habilitação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, a Pregoeira a declara vencedora deste Processo licitatório. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ENI DE FATIMA MACHOVSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 008.917.659-64, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 29 de Janeiro de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 27 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.548 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.548 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

92.00 -	Fundo Municipal de Saúde.	
92.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.842 -	Despesas Correntes	
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.842 -	Aplicações Diretas	
319004.00.842 -	Contração Por Tempo Determinado	R\$ 12.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

92.00 -	Fundo Municipal de Saúde.		
92.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS		
300000.00.842 -	Despesas Correntes		
310000.00.842 -	Outras Despesas Correntes		
319000.00.842 -	Aplicações Diretas		
319011.00.842 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 12.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.549 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.549 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ANGELA LUCIANA TEIXEIRA CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000853, Registro no Sistema sob nº 955552, ao Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Código 4 Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ANGELA LUCIANA TEIXEIRA CARDOSO, aprovada em 52º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.550 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.550 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000854, Registro no Sistema sob nº 955553, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil, e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.058,95 (um mil cincoenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, aprovada em 37º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.551 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.551 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear CLAUDISSANDRA FRANTZ PSCHIEDT, Matrícula Funcional nº 000855, Registro no Sistema sob nº 955554, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil, e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar

Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de CLAUDISSANDRA FRANTZ PSCHIEDT, aprovada em 36º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.552 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.552 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEVANDOSKI, Matrícula Funcional nº 000856, Registro no Sistema sob nº 955555, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEVANDOSKI, aprovada em 7º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos

endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.553 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.553 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear LUANA BRUNA RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000857, Registro no Sistema sob nº 955556, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de LUANA BRUNA RODRIGUES, aprovada em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.554 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.554 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, Matrícula Funcional nº 000858, Registro no Sistema sob nº 955557, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.555 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.555 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear ROSMARI DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000859, Registro no Sistema sob nº 955558, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ROSMARI DE OLIVEIRA, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.556 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.556 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, Matrícula Funcional nº 000860, Registro no Sistema sob nº 955559, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.588,42 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, aprovada em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.557 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.557 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear VANESSA HACKE DE FARIAS, Matrícula Funcional nº 000861, Registro no Sistema sob nº 955560, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de VANESSA HACKE DE FARIAS, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.558 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.558 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear MARIANE LOPES, Matrícula Funcional nº 000862, Registro no Sistema sob nº 955561, ao Cargo Público de Professor IV, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de MARIANE LOPES, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.559 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.559 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear ANA KAMILA DE RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000863, Registro no Sistema sob nº 955562, ao Cargo Público de Professor IV, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.588,42 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ANA KAMILA DE RODRIGUES, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.560 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.560 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear VIVIANA APARECIDA BUENO, Matrícula Funcional nº 000864, Registro no Sistema sob nº 955563, ao Cargo Público de Professor VIII, para exercer a Função de Professor de Geografia, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de VIVIANA APARECIDA BUENO, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.561 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.561 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear ANDREIA PYKOSZ KRAMAR, Matrícula Funcional nº

000865, Registro no Sistema sob nº 955564, ao Cargo Público de Professor VIII, para exercer a Função de Professor de Geografia, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.058,95 (um mil cinquenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ANDREIA PYKOSZ KRAMAR, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.562 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.562 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear LUCIANA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000866, Registro no Sistema sob nº 955565, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de LUCIANA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES, aprovada em 39º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.563 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.563 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear FERNANDA LEMOS MAROS, Matrícula Funcional nº 000867, Registro no Sistema sob nº 955566, ao Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Matemática, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de FERNANDA LEMOS MAROS, aprovada em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.564 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.564 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear JOSIANE SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000868, Registro no Sistema sob nº 955567, ao Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Matemática, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.058,95 (um mil cincoenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de JOSIANE SCHROEDER, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.565 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.565 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear MARIA DORALICE SESTREN ARBIGAUS, Matrícula Funcional nº 000869, Registro no Sistema sob nº 955568, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.058,95 (um mil cincoenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de MARIA DORALICE SESTREN ARBIGAUS, aprovada em 31º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.566 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.566 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear EMERSON CHRISTIAN RIBAS, Matrícula Funcional nº 000870, Registro no Sistema sob nº 955569, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de EMERSON CHRISTIAN RIBAS, aprovado em 32º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012/, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.567 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.567 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH, Matrícula Funcional nº 000871, Registro no Sistema sob nº 955570, ao Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.588,42 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH, aprovado em 32º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.568 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.568 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo

22; Decreta:

Art.1º) Nomear ANA CAROLINE KROL UHLIG, Matrícula Funcional nº 000872, Registro no Sistema sob nº 955571, ao Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ANA CAROLINE KROL UHLIG, aprovada em 32º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.569 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.569 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar JUSSARÁ ANTUNES TIBES, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955572, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 70º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.570 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.570 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar JOSILIANE OSSOVSKY, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955572, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.058,95 (um mil cincoenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 70º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.571 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.571 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar KELLY SACHT, para exercer o Cargo Público de Professor II, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Física, Registro no Sistema sob nº 955574, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 11º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.572 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.572 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar JULIANA PIAZ KOCAN, para exercer o cargo de Professor IX, para exercer a Função de Professor de História, Registro no Sistema sob o nº 955575, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e

dezessete reais, noventa centavos), pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 3º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.573 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.573 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar PETER HENRY GRIMM, para exercer o cargo de Professor IV, para exercer a Função de Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955576, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos), pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos

endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.574 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.574 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar CHARLINE DE ANDRADE, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955577, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.588,42 (um mil quinhentos e oitenta e oito reais, e quarenta e dois mil centavos) mensais, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 6º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.575 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.575 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar MARCIEL SIQUEIRA, para exercer o Cargo Público

de Professor II, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Física, Registro no Sistema sob nº 955578, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 10º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.576 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.576 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA, para exercer o Cargo Público de Professor I, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955579, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.438,33 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais, trinta e três centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.577 DE 27 DE JANEIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.577 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar SILVANE BERTI GALKOWSKI, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955580, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 71º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.578 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.578 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JOCELI SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000873, Registro no Sistema sob nº 955581, ao Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Código 4 Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JOCELI SCHIESSL, aprovada em 53º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.579 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.579 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos IV e VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com Srª. GABRIELA MACHADO KERSCHER, para exercer o Cargo Público e exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde, no Distrito de Fragosos, Registro no Sistema sob nº 955537, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento

Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 2A, Sub-Nível 21A, Referência A, no valor de R\$ 1.077,37 (um mil, setenta e sete reais, trinta e sete centavos) mensais, pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 27 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – A prorrogação de que trata o caput deste artigo pelo período de 27 de Janeiro de 2016 a 27 de Fevereiro de 2016, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular TERESINHA BAECTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016 FMS

Objeto: Fornecimento de medicamentos diversos (constantes da Revista ABC Farma), para uso emergencial, prescrito por médicos, necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas cadastradas no Programa de Distribuição de Medicamentos Excepcionais, do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório nº 01/2016 FMS, modalidade Pregão Presencial.

Dotação orçamentária:

· Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 – Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.030 – Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 – Material de Distribuição Gratuita; Recurso: 00.01.0099 – Receita Impostos e Transf. De Impostos - Saúde;

Valor: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).
Vigência: 27/01/2016 a 31/12/2016.
Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

PORTARIA Nº 12.757 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.757 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias ao Servidor Público Municipal ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000704, Registro no Sistema sob nº 955148, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de Dezembro de 2015 á 07 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.652 de 21 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.465/15 DE 26/01/2015 ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

DECRETO Nº 7.465/2016 DE 26/01/2016

ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido a partir de 01 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), o seguinte horário de funcionamento na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- Das 7:30 às 11:30
- Das 13:30 às 17:30

Art. 2º. O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, demais Secretarias e repartições públicas (Fundações e Autarquia) permanece inalterado.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
26 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.466/15 DE 26/01/2015 DECRETA PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 7.466/2016 DE 26/01/2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 08/02/2016 (segunda-feira), na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais, retornando as atividades no dia 10/02/2016 (quarta-feira).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13/2015

PORTARIA Nº 13/16 DE 19/01/16

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo, em desfavor da empresa ECOPAG, para apuração de infrações administrativas, conforme Decreto nº 7.056 de 04 de julho de 2014.

João Maria Ribeiro Junior – Presidente

Viviane Cristina Junho – Membro

James Adalcio dos santos – Membro

Art. 2º. O membro suplente substituirá quaisquer dos membros titulares da comissão em caso justificado de impedimento, afastamento, suspeição ou falta. Havendo substituição, o suplente substituto funcionará até o final do processo em lugar do titular.

Art. 3º. Compete à Comissão de Processo Administrativo autuar, instruir e processar, no âmbito do Município, o processo administrativo instaurado pelo Prefeito Municipal,

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2016.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 55/2016

PORTARIA Nº 55/16 de 20/01/2016

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora LETÍCIA PICCOLI CAIPER, portadora da CNH nº 05093559080, categoria B, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, do quadro de cargos efetivos da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 66/2016

PORTARIA Nº 66/2016 DE 26/01/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR E RESPONSABILIZAR A EMPRESA ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTOES EIRELI - ME NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o contrato administrativo nº 374/2014, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, na forma de cartão eletrônico, para os servidores do município de Campos Novos.

Considerando o ofício encaminhado pelos estabelecimentos comerciais do município de Campos Novos, informando que a supracitada não vem cumprindo com as obrigações assumidas, pois não vem quitando com o pagamento dos mesmos desde agosto de 2015.

Considerando que o descumprimento de cláusulas contratuais, a inexecução das obrigações do contratado constituem motivos para aplicação das penalidades legais da Lei nº 8.666/93, além de outras sanções contratuais;

Considerando que os casos de aplicação de penalidade devem ser formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura de processo administrativo para apurar e responsabilizar na execução do contrato administrativo nº 374/2014 e aplicar as sanções administrativas e contratuais cabíveis, referente à contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, na forma de cartão eletrônico, para os servidores do município de Campos Novos, decorrente do processo de licitação nº 147/2014, por parte da empresa ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTOES EIRELI - ME, inscrita no CPNJ sob o nº 12.826.444/0001-60, em face dos problemas narrados por ofício dos estabelecimentos comerciais de Campos Novos datado de 13 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Designar a Comissão de Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 13/2016, de 19/01/2016, para instruir e processar o processo administrativo em questão, para: (a) apurar o descumprimento de cláusulas do Contrato Administrativo nº 374/2014; (b) aplicar as sanções administrativas e contratuais pertinentes.

Art. 3º. Determinar à Comissão de Processo Administrativo que notifique a empresa ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTOES EIRELI - ME, na pessoa do seu representante legal, para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e juntar os documentos que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão de Processo Administrativo terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para concluir os trabalhos.

Art. 5º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E INTIME-SE

Prefeitura de Campos Novos, 26 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 011/2016

PORTARIA SAMAE CNO 011/2016, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor MURILO CAMPAGNONI, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.B, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, no período de 11/01/2016 à 30/01/2016, durante as férias de Alexandre Kunen, no qual fará jus à percepção de diferença salarial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2016.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 01 - CÂMARA DE VEREADORES DE CANELINHA

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANELINHA
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, através da Comissão de Justiça e Redação, com a finalidade de atendimento ao princípio comunitário e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, nos termos do inciso I, do § 4º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001), e do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, visando à atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos: 1. MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei Complementar nº 4, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Canelinha e dá outras providências, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, com auxílio dos técnicos da área de Planejamento Urbano e Jurídica do Município e da Câmara de Vereadores, representada pelo Projeto de Lei Complementar nº 01/2016; 2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 18 de fevereiro de 2016, com sua instalação marcada para as 19 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, sito à Rua Manoel Francisco Corrêa, nº 417, Bairro Areão, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina; 3. PARTICIPANTES: Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar sua inscrição até as 19:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2016, junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Canelinha; 4. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2016: O edital e o projeto de lei estarão disponíveis a partir desta data, no horário das 08:00 às 12:00 horas, no mesmo endereço supracitado. Outros esclarecimentos pelo telefone (48) 3264-0033. Canelinha, 28 de janeiro de 2016. ABEL GRIMM - Presidente da Comissão de Justiça e Redação

EXTRATO EDITAL 04/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2016
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de medicamentos destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, para o exercício 2016, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 12 de fevereiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 27 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 10/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2016
MODALIDADE: Chamada Pública nº 01/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, para atender os alunos matriculados nas Creches, Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Canelinha/SC, para o 1º Semestre de 2016, com recursos do FNDE. PERÍODO DE CADASTRO: 28 de janeiro de 2016 a 12 de fevereiro de 2016. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 27 de janeiro de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 11/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 11/2016
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade, de cestas básicas, para manter o programa de atenção às famílias carentes cadastradas nos programas sociais do Município, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 11 de fevereiro de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 27 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 06/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 16/02/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 111/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 185/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 111/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Motivo: Processo lançado com data de 2016. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 15/2016

Dispensa de Licitação n.º 02/2016

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 14, §1º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 e alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender aos alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de canoinhas, matriculados no ensino fundamental e educação infantil, em atendimento ao artigo 14, caput da Lei Federal nº 11.947/09.

Contratados: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – COMSOL (08.375.640/0001-98), valor R\$ 301.659,57 (trezentos e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos); RAUL SARDA JUNIOR (701.782.249-87), valor R\$ 19.996,20 (dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos); COOPERATIVA DE

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS (06.171.996/0001-84), valor R\$ 160.697,35 (cento e sessenta mil, seiscentos e noventa e sete e trinta e cinco centavos); INDÚSTRIA DE FARINHA E SUCOS CARRETEIRO LTDA – ME (08.398.843/0001-08), valor R\$ 19.993,80 (dezenove mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos); COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PORTO UNIÃO – CLAFPORTO (11.926.282/0001-79), valor R\$ 175.540,50 (cento e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos); ORLEI PEDROLI (016.088.029-73), valor R\$ 19.993,60 (dezenove mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos); MARCOS FRANCISCO OLBERTZ (729.953.949-72), valor R\$ 19.993,60 (dezenove mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Valor total: R\$ 717.874,62 (setecentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

A classificação dos fornecedores foi realizada em conformidade com a Chamada Pública nº 19/2015 e legislação pertinente a matéria mais especificamente o §1º do artigo 25 da resolução nº4 de 02/04/2015 MEC/FNDE.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 137/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 223/15

HOMOLOGAÇÃO: 27/01/16

CONTRATADO: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 73.944,00 (setenta e três mil novecentos e quarenta e quatro reais)

DATA: 27/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 149/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 242/15

HOMOLOGAÇÃO: 27/01/16

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 352.044,80 (trezentos e cinquenta e dois mil e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)

DATA: 27/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 01/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		1/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		68.920,00	
Licitação.....:		1/2016 - PR							
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 1 - 25824 - PERSIANAS EM PVC, LISA, COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA DE 90 MM - Unidade: M2									
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	QUEVEDO	400,000	0,0000	69,0000	27.600,00	Venceu	1	****
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP	CRISDAN	400,000	0,0000	69,1000	27.640,00	Perdeu	2	
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME	QUEVEDO	400,000	0,0000	69,5500	27.820,00	Perdeu	3	
16809	R&L INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO	ANDALUZ	400,000	0,0000	70,0000	28.000,00	Perdeu	4	
Item.....: 2 - 25825 - PERSIANA EM TECIDO NUANCE, LISA COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA - Unidade: M2									
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	QUEVEDO	400,000	0,0000	59,0000	23.600,00	Venceu	1	****
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP	CRISDAN	400,000	0,0000	59,1000	23.640,00	Perdeu	2	
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME	QUEVEDO	400,000	0,0000	59,3500	23.740,00	Perdeu	3	
16809	R&L INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO	ANDALUZ	400,000	0,0000	60,0000	24.000,00	Perdeu	4	
Item.....: 3 - 25826 - PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER, LISA, COR BEGE OU SI - Unidade: M2									
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	QUEVEDO	200,000	0,0000	88,6000	17.720,00	Venceu	1	****
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP	CRISDAN	200,000	0,0000	89,0000	17.800,00	Perdeu	2	
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME	QUEVEDO	200,000	0,0000	89,4500	17.890,00	Perdeu	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 1/2016

Licitação.....: 1/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Processo Administrativo: 68.920,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	- 25826	- PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER, LISA, COR BEGE OU SI	- Unidade: M2					
16809	R&L INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÕES	ANDALUZ	200,000	0,0000	90,0000	18.000,00	Perdeu	4

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 137/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/17

Total dos Itens Vencedores: 73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 6819 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MHV, 3558, N. 112 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 2 - 6821 - AUTOMÓVEL GOL, PLACAS MEK 8714, N. 33 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 3 - 6822 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MGP 8824, N. 94 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 4 - 6823 - AUTOMÓVEL SAVEIRO, PLACAS MHZ 2318, N. 115 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 5 - 6824 - AUTOMÓVEL SAVEIRO, PLACAS MHZ 2418, N. 116 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****

Página: 2/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 6827 - AUTOMÓVEL PALIO, PLACAS MHZ 7405. N. 52 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 7	- 6828 - AUTOMÓVEL GOL, PLACAS MEN 6084, N. 14 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 8	- 6829 - ÔNIBUS, PLACAS MHN 5177, N. 109 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 9	- 6832 - AUTOMÓVEL PALIO, PLACAS MEC 1103, N. 02 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 10	- 6834 - AUTOMÓVEL VAN DUCATO, PLACAS MFT 4287, N. 76 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****

Página: 3/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 6835 - AUTOMÓVEL GOL, PLACAS MHG 5905, N. 98 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 12	- 6836 - AUTOMÓVEL FIORINO, PLACAS MHP 2923, N. 105 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 13	- 6842 - AUTOMÓVEL VAN DUCATO, PLACAS MAP 5204, N. 91 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 14	- 6848 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MGP 9365, N. 96 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 15	- 6849 - AUTOMÓVEL CORSA, PLACAS MGV 8154, N. 93 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****

Página: 4/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 6850 - AUTOMÓVEL CORSA, PLACAS MGW 0574, N. 92 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 17	- 6851 - AUTOMÓVEL PEUGEOT, PLACAS MHC 3325, N. 97 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 18	- 6852 - AUTOMÓVEL VAN PEUGEOT, PLACAS ETM 7065, N. 118 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 19	- 6853 - AUTOMÓVEL GOL, PLACAS MHY 8632, N. 120 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 20	- 6854 - AUTOMÓVEL VOYAGE, PLACAS MHY 8532, N. 121 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/17

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21	- 6857 - CAMINHÃO TANQUE GMC, PLACAS AIZ 8170, N. 85 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 22	- 6861 - CAMINHÃO, PLACAS MAG 1283, N. 23 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 23	- 6864 - CAMINHÃO, PLACAS MCP 7135, N. 38 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 24	- 6865 - CAMINHÃO, PLACAS MCP 9974, N. 13 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 25	- 6866 - CAMINHÃO CAVALINHO, PLACAS MEI 1696, N. 63 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 6/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26	- 6867 - CAMINHÃO IVECO, PLACAS MFH 0137, N. 90 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 27	- 6868 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MFO 0795, N. 10 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 28	- 6870 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MGN 6362, N. 86 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 29	- 6871 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MGN 6372 N. 89 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 30	- 6872 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MGN 6442 N. 88 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 7/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31	- 6873 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MHQ 1671 N. 100 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 32	- 6874 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MHQ 1721, N. 103 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 33	- 6875 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MHQ 1761, N. 102 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 34	- 6876 - CAMINHÃO FORD CARGO, PLACAS MHQ 1791, N. 101 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 35	- 6877 - CAMINHÃO M.B. AXOR, PLACAS MHO 8531, N. 99 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 8/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36	- 6880 - MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 140 B, N. 29 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 37	- 6881 - MOTONIVELADORA CAT 120 B, N. 54 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 38	- 6882 - MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 140 B N. 107 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 39	- 6883 - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU, N. 72 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****
Item.....: 40	- 6884 - ESCAVADEIRA NEW HOLLAND E 215 B, N. 104 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 ****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 9/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41	- 6886 - AUTOMÓVEL S10, PLACAS ERM 2609, N. 110 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 42	- 6887 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MHV 3758, N. 113 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 43	- 6888 - AUTOMÓVEL UNO, PLACAS MHV 3628, N. 114 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 44	- 311045526 - AUTOMÓVEL PALIO, PLACAS MIZ 8607 Nº 126 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 45	- 311045527 - AMBULÂNCIA, PLACAS MKF 1239, Nº 128 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 10/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46	- 311045528 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 3133 6X4 - MKC 7574 N° 131 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 47	- 311045529 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 3133 6X4 - MKC 7584 N° 133 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 48	- 311045530 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 3133 6X4 - MKC 7594 N° 132 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 49	- 311045531 - CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIV 4219, N° 117 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 50	- 311045532 - AUTOMÓVEL PRISMA, PLACAS MIV 6468, N° 127 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/17

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 51	- 311045533 - AUTOMÓVEL FORD KÁ, PLACAS MJM 4603, N. 129 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 52	- 311045534 - AUTOMÓVEL FORD FIESTA, PLACAS MJM 4803, N. 130 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 53	- 311045535 - AUTOMÓVEL FIAT SIENA, PLACAS MMB 8253, N. 140 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 54	- 311045536 - AUTOMÓVEL FIAT SIENA, PLACAS MMB 8433, N. 141 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 55	- 311045537 - AUTOMÓVEL FIAT FIORINO, PLACAS MMB 8483, N. 142 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/17

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 56	- 311045538 - AUTOMÓVEL SAVEIRO, PLACAS MKR 3104, N. 143 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 57	- 311045539 - AUTOMÓVEL SPIN, PLACAS MLG 6174, N. 144 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 58	- 311045540 - AUTOMÓVEL SPIN, PLACAS MLG 6244, N. 145 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 59	- 311045541 - AUTOMÓVEL VAN, PLACAS MMD 9874, N. - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 60	- 311045542 - AUTOMÓVEL PALIO, PLACAS MLW 8368, N. 149 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 13/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61	- 311045543 - AUTOMÓVEL SPIN, PLACAS MLL 9168, N. 148 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 62	- 311045544 - AUTOMÓVEL FIAT SIENA EL 1.4 FLEX, PLACAS MLM 3172, N. 154 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 63	- 311045545 - AUTOMÓVEL FIAT DOBLO ADV. 1.8 FLEX, PLACAS MLU 1531, N. 147 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 64	- 311045546 - AUTOMÓVEL FIAT UNO VIVACE 1.0, PLACAS MLN 7922, N. 155 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 65	- 311045547 - AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, PLACA MLO 3596, N. 151 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 14/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 223/2015 Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66	- 311045548 - AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, PLACAS MLO 4946, N. 152 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 67	- 311045549 - AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, PLACAS MLO 4866, N. 153 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 68	- 311045550 - AUTOMÓVEL VW SAVEIRO 1.8, PLACAS MLY 4946, N. 160 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 69	- 311045551 - AUTOMÓVEL CHEVROLET CELTA 1.0, PLACAS QHB 2375, N. 159 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 70	- 311045552 - AUTOMÓVEL FIAT LINEA, PLACAS MFI 1757, N. 15 - Unidade: UN							
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Página: 15/17

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

73.944,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 71 - 311045553 - AUTOMÓVEL FIAT PALIO, PLACAS MLZ 3084, N. 156 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 72 - 311045554 - AUTOMÓVEL FIAT PALIO, PLACAS OKE 5834, N. 157 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 73 - 311045555 - AUTOMÓVEL FIAT PALIO, PLACAS OKE 5934, N. 158 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 74 - 311045556 - ONIBUS M. BENZ 1519 ANO 2014, PLACAS OKG 9579, N. 164 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 75 - 311045557 - AUTOMÓVEL UNO WAY 1.4, PLACAS QHR 8993, N. 167 - Unidade: UN								
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/17

Processo / Ano: 223/2015 - 137/2015 - PR Processo Administrativo: 73.944,00

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 76	- 311045558	- AUTOMÓVEL PALIO FIRE, PLACAS QHR 8973, N. 168 - Unidade: UN						
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 77	- 311045559	- AUTOMÓVEL UNO WAY 1.4, PLACAS QHR 9053, N. 166 - Unidade: UN						
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****
Item.....: 78	- 311045560	- AUTOMÓVEL FIAT STRADA WORKING CD, PLACAS QHJ 2814, N. 169 - Unidade: UN						
16953	SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME		12,000	0,0000	49,0000	588,00	Desclassif.	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/17

Processo / Ano: 223/2015

Licitação.....: 137/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA COM 78 (SETENTA E OITO) VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO DO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE RASTREAMENTO POR EQUIPAMENTO GPS.

Processo Administrativo: 73.944,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 78	- 311045560 - AUTOMÓVEL FIAT STRADA WORKING CD, PLACAS QHJ 2814, N. 169 - Unidade: UN							
16954	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		12,000	0,0000	79,0000	948,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0002/2016 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA FÉ LTDA EPP Valor : 300.000,00 (trezentos mil reais) Vigência : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório.: 0002 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA FÉ LTDA, via inexigibilidade de licitação nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016, cujo objeto trata de credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para usuários do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016</p>	
Capinzal, 27 de Janeiro de 2016	

FMS EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016
 PARA SERVIÇOS MÉDICOS EM PSIQUIATRIA

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I – DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento de Empresa para realização de consultas médicas especializadas em Psiquiatria para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2016.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 01/02/2016, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 – andar térreo da câmara de vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
 TELEFONE Nº 3555-8715.

Capinzal – SC, 28 de janeiro de 2016.

ORLANDO THOLL

Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO
 PROCESSOSELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: VANESSA DE MORAES MUNIZ

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO
 PROCESSOSELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: DIRLENA DE BORBA

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

TERMO DE CREDENCIAMENTO 0001/2016

Processo Licitatório nº 0020/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO 0001/2016

Edital de Credenciamento nº 0001/2016

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa:

A empresa RÁDIO CAPINZAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.604.470/0001-91, com sede à Rua Carmelo Zócoli, 205, Centro, na cidade de CAPINZAL, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a) LUIZ PEDRO SCARTON, CPF: 065.748.589-68 doravante simplesmente designadas contratada, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 01

Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional nos seguintes parâmetros de remuneração:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	cm/co	RÁDIO CAPINZAL LTDA	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Capa.	21,06	21,06
2	1,00	cm/co	RÁDIO CAPINZAL LTDA	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Contracapa.	17,05	17,05
3	1,00	cm/co	RÁDIO CAPINZAL LTDA	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada em preto e branco.	12,41	12,41
4	1,00	cm/co	RÁDIO CAPINZAL LTDA	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada colorida.	14,56	14,56

ITEM 02

Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h nos seguintes parâmetros de remuneração:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	1,00	Inser	JORNAL A SEMANA	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 15", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	17,74	17,74
6	1,00	Inser	JORNAL A SEMANA	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 30", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	23,63	23,63

7	1,00	Inser	JORNAL A SEMANA	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 45", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	32,78	32,78
8	1,00	Inser	JORNAL A SEMANA	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 60", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	41,57	41,57

- 1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.
2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Elemento: 3390399000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

- 1) Prestar os serviços acima descritos nas dependências.
- 2) Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.
- 3) Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).
- 4) Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.
- 5) Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.
- 6) Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.
- 7) Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

- a) Os valores pagos, são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.
- b) que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.
- c) O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;
- d) O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;
- e) É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;
- f) Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 0001/2016;
- g) O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2016;

Capinzal, 27 de Janeiro de 2016.

Município de Capinzal	RADIO CAPINZAL LIMITADA - EPP
CONTRATANTE	CONTRATADA

TERMO DE CREDENCIAMENTO 0002/2016

Processo Licitatório nº 0021/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2016

Termo de Credenciamento 0002/2016

Edital de Credenciamento nº 0001/2016

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa:

A empresa RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.683.782/0001-40, com sede à Av Xv De Novembro, 60, Centro, na cidade de CAPINZAL, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a) ELIZIANE MACIEL, CPF: 019.139.910-83 doravante simplesmente designadas contratada, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 02

Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h nos seguintes parâmetros de remuneração:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	1,00	Inser	RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 15", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	17,74	17,74
6	1,00	Inser	RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 30", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	23,63	23,63
7	1,00	Inser	RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 45", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	32,78	32,78
8	1,00	Inser	RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 60", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	41,57	41,57
Total						115,72

- 1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.
- 2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Elemento: 3390399000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

- 1) Prestar os serviços acima descritos nas dependências.
- 2) Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.
- 3) Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).
- 4) Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.
- 5) Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.
- 6) Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.
- 7) Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

- a) Os valores pagos, são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.
- b) que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.
- c) O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;
- d) O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;
- e) É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;
- f) Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 0001/2016;
- g) O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2016;

Capinzal, 27 de Janeiro de 2016.

Município de Capinzal	RADIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA - EPP
CONTRATANTE	CONTRATADA

Catanduvás

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

Edital nº. 003/2016

ABRE INSCRIÇÕES, DEFINE NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA O CONCURSO PÚBLICO A PROVER, EM CARÁTER PERMANENTE, VAGAS EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CATANDUVAS, SC.

O Prefeito Municipal de Catanduvás em exercício, Estado de Santa Catarina, Senhor Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei nº. 2.173 de 10 de junho de 2008, Lei nº. 2.426, de 22 de novembro de 2013, Lei Complementar nº. 66, de 21 de junho de 2010 e Lei Complementar nº. 19, de 04 de janeiro de 2002 e de outra legislação municipal aplicável à matéria, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acham abertas, no período de 26 de janeiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2016, as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO destinado a provimento, em caráter efetivo, para atender à necessidade de vagas de cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme adiante são identificados, o qual se regerá pelas disposições da legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

TABELA DE CARGOS

CARGO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	RENUMERAÇÃO
Agente de Serviços Gerais	15 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Agente de Construção e Manutenção	01 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Agente de Copa e Higienização	02 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	25 horas semanais	R\$ 533,57
Agente de Copa e Higienização	05 + CR	Alfabetizado com conhecimento básico	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Motorista de Ônibus	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "D"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.135,53
Motorista de Caminhão Basculante	02 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.135,53
Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Operador de Máquinas Pesadas Moto-niveladora	CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira	01 + CR	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação "C"	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 1.517,69
Cuidador Infantil	30 + CR	Ensino Médio	R\$ 50,00	30 horas semanais	R\$ 868,25
Auxiliar Administrativo	01 + CR	Ensino Médio	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 1.203,31
Auxiliar de Consultório Odontológico	01	Diploma de curso de nível médio e técnico profissionalizante, correspondente à profissão, com registro no respectivo conselho profissional	R\$ 80,00	40 horas semanais	R\$ 1.037,97
Agente Comunitário de Saúde*	07	Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital do CONCURSO PÚBLICO** e haver concluído o Ensino Fundamental.	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 1.098,56
Médico	02	Diploma de Curso Superior correspondente à profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 150,00	40 horas semanais	R\$ 15.712,26
Médico Ginecologista	01	Diploma de Curso Superior correspondente à profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 150,00	20 horas semanais	R\$ 8.169,78
Psicóloga	02	Diploma de Curso Superior correspondente à profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 150,00	40 horas semanais	R\$ 3.523,22

Assistente Social	02	Diploma de Curso Superior correspondente à profissão, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 150,00	40 horas semanais	R\$ 2.370,03
Professor de Educação Física	03 + CR	Diploma de Curso Superior, no curso de licenciatura plena em Educação Física, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 80,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Profissional de Educação Física	01	Ensino Superior Completo na área da Educação Física e Registro no CREF – Conselho Regional de Educação Física	R\$ 150,00	40 horas semanais	R\$ 2.370,04
Professor de Artes	02 + CR	Diploma de Curso Superior, no curso de licenciatura plena para Artes, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 80,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Professor de Inglês	02 + CR	Diploma de Curso Superior no curso de licenciatura plena em Letras – Língua Estrangeira, com registro no respectivo Conselho Profissional	R\$ 80,00	20 horas semanais	R\$ 987,58
Fiscal de Tributos	CR	Ensino Médio Completo	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 1.777,87
Técnico Esportivo – Judô	01	Ensino médio completo, no mínimo Faixa preta 5º DAN, nos termos da Confederação Brasileira de Judô, Curso de Credenciamento na Federação Catarinense de Judô, registro no Conselho Regional de Educação Física.	R\$ 50,00	40 horas semanais	R\$ 2.370,04
Merendeiro	03	Ensino fundamental completo.	R\$ 35,00	40 horas semanais	R\$ 853,71
Educador Social	03	Ensino superior completo na área de Pedagogia e/ou Magistério, Psicologia, Assistência Social, Sociologia.	R\$ 150,00	40 horas semanais	R\$ 2.370,04

* Para ingresso no cargo é necessário a realização do curso introdutório de Agente Comunitário de Saúde de Formação Inicial e Continuada, o qual será oferecido pela Prefeitura Municipal, após a convocação do CONCURSO PÚBLICO.

**ESF I – Centro: MICROÁREA 01 – Rua Severiano Guerreiro, Rua Santa Catarina, Rua da Paz, Rua da Pátria, Rua João Anísio Borges Guerreiro, Rua Costa e Silva (Lado Direito), Rua Irineu Bornhausen, Bairro Regina (Erveira), Loteamento Por do Sol. MICROÁREA 03 – Rua Coronel Rupp, Rua Duque de Caxias, Rua Almirante Barroso (Lado Direito), Rua da Pátria, Rua Severiano Guerreiro, Rua da Paz, Rua Felipe Schmidt, Rua Santa Catarina, Rua Almirante Tamandaré (Lado Esquerdo), Ruas Trajetos Loteamento Pinheiro. MICROÁREA 05 – Rua Maria Celina da Costa (Lado Esquerdo), Rua Celina Leon Karl, Rua Valentim Bittencourt, Rua da Pátria, Rua da Paz, Rua Alfredo Gomes (Lado Direito), Rua da Liberdade, Rua Pedro Ascoli, Rua Santa Catarina, Rua Felipe Schmidt, Rua Severiano Guerreiro, Rua Ipê, SC 463 Saída Água Doce. MICROÁREA 06 – Rua Alfredo Gomes (Lado Esquerdo), Rua da Liberdade, Rua Santa Catarina, Estrada Pedra Lisa, Rua Pedro Ascoli, Rua da Pátria, Rua Oraci Bucco (Lado Direito), Rua Eri Gomes Bittencourt, SC 463 Saída Água Doce. ESF II – Bairro Sayonara: MICROÁREA 02 – Rua 7 de Abril, Rua Julio de Castilhos, Rua Costa e Silva, Rua Irineu Bornhausen, Rua Ângelo Guerra, Transversal: Rua Ipê, Rua Nereu Ramos, Rua Rui Barbosa, Rua Olavo Bilac, Rua Tiradentes, Rua Senador Feijó. MICROÁREA 03 – Rua Almirante Tamandaré, Rua Duque de Caxias, Rua 7 de Abril, Rua Coronel Rupp, Rua Senador Feijó, Rua Tiradentes, Rua Hercílio Luz, Rua Rui Barbosa, Rua Olavo Bilac, Rua Nereu Ramos. MICROÁREA 04 – Rua Wenceslau Brás, Rua Almirante Barroso, Rua Duque de Caxias, Rua Coronel Rupp, Rua Nereu Ramos, Rua Tiradentes, Rua Olavo Bilac, Rua Rui Barbosa, Rua Hercílio Luz, Rua Senador Feijó.

1.1 O CONCURSO PÚBLICO a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), site: www.unoesc.edu.br e e-mail: concursopublico.jba@unoesc.edu.br, e compreenderá:

1ª Etapa – Prova objetiva de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter classificatório;

2ª Etapa – Avaliação de títulos para os cargos de Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física, Profissional de Educação Física, Educador Social, Técnico Esportivo - Judô e Cuidador Infantil, de caráter classificatório;

2ª Etapa – Prova prática para os cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira, de caráter classificatório;

3ª Etapa – Comprovação de requisitos e exames médicos, a ser realizada pela Administração Municipal após a homologação do CONCURSO PÚBLICO.

1.2 A Prefeitura Municipal nomeou uma Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO, por meio do Decreto nº

1.3 O presente CONCURSO PÚBLICO destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos discriminados na tabela do item 1 deste Edital e atribuições constantes no Anexo III.

1.4 O regime jurídico dos candidatos empossados será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Catanduvas, SC.

1.5 As etapas deste CONCURSO PÚBLICO serão realizadas na cidade de Catanduvas, SC, data e local a serem determinados no dia 04 de março de 2016, conforme Cronograma do Anexo IV.

1.6 O local de exercício dos candidatos nomeados e contratados será o Município de Catanduvas, SC.

1.6.1 Os candidatos aprovados no CONCURSO PÚBLICO serão convocados, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal.

1.7 A homologação do resultado final deste CONCURSO PÚBLICO poderá ocorrer por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

1.8 Os candidatos aprovados e classificados no CONCURSO PÚBLICO serão convocados, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, para a realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos, realização de exames médicos e apresentação de documentos.

1.9 Para todos os fins deste CONCURSO PÚBLICO será considerado o horário oficial de Brasília, DF.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972, Constituição Federal, § 1º do art. 12, de 05 de outubro de 1988, e Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998, art. 3º).

2.2 Ter na data da nomeação, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos.

2.3 Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do Serviço Militar.

2.4 Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5 Possuir aptidão física e mental.

2.6 Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da nomeação.

2.7 Comprovação de inexistência de condenação por crimes:

- a) Cometido em função do serviço público, contra qualquer pessoa;
- b) Cometido, fora do serviço público, contra qualquer pessoa;
- c) Referente ao uso ou tráfico de entorpecentes;
- d) Contra o patrimônio;
- e) Contra a fé pública; e
- f) De qualquer natureza, contra o erário público.

2.8 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

3.1 As inscrições devem ser realizadas no site www.unoesc.edu.br, das 13h do dia 26 de janeiro de 2016 às 21h30min do dia 25 de fevereiro de 2016.

3.1.1 Os candidatos poderão efetivar apenas inscrição para um cargo no CONCURSO PÚBLICO. Assim, quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição e efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, será considerada nula. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nessa situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

3.1.1.1 Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

3.2 Dos procedimentos para a inscrição

3.2.1 Para inscrição o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) estar ciente de todas as informações sobre este CONCURSO PÚBLICO disponíveis na página da Funoesc (www.unoesc.edu.br) e acessar o link para inscrição correlato ao certame;

b) cadastrar-se no período entre 13h, do dia 26 de janeiro de 2016 às 21h30min, do dia 25 de fevereiro de 2016, observado o horário oficial de Brasília, DF, por meio do requerimento específico disponível na página citada (vide Anexo X);

c) optar pelo cargo que deseja concorrer; e,

d) imprimir o boleto bancário que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o CANCELAMENTO da inscrição. ATENÇÃO: O banco confirmará o pagamento do boleto à Funoesc, e a inscrição via internet somente será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário, até a data do vencimento constante no documento.

3.2.2 Da reimpressão do boleto

3.2.2.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso até um dia antes da data do término das inscrições; a cada reimpressão do boleto constará a mesma data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.2.2.2 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e/ou lotéricas na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento do boleto de inscrição para o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento. No caso de pagamento do boleto, o candidato poderá, ainda, realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

3.2.2.3 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para este CONCURSO PÚBLICO.

3.2.2.4 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica sua insubsistência.

3.3 Disposições gerais sobre a inscrição no CONCURSO PÚBLICO

3.3.1 A Funoesc não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.

3.3.2 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.3.3 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do certame o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.4 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.6 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.7 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.8 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender, rigorosamente, ao estabelecido neste Edital.

3.3.9 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.10 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão ou cancelamento do CONCURSO PÚBLICO.

3.3.10.1 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.

3.3.11 Não haverá isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que preencherem os requisitos da Lei Estadual nº. 10.567/97 (Doador de Sangue).

3.3.11.1 O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO, conforme calendário constante no Cronograma (Anexo IV), com cópia da carteira de Doador de Sangue e/ou comprovação dessa condição, expedida pela entidade coletora oficial, e que comprove a última coleta nos 365 dias anteriores ao término das inscrições do certame.

3.3.11.2 A Comissão avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão nos sites: www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, e o resultado será divulgado até a data indicada no cronograma deste Edital (Anexo IV), não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

3.3.11.3 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente CONCURSO PÚBLICO desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o último dia das inscrições.

3.3.11.4 Os requerimentos de isenção realizados após o prazo estipulado no cronograma deste Edital serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida.

3.3.11.5 Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser protocolados no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, em requerimento próprio disponibilizado no Anexo V.

3.3.11.6 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga, terá sua isenção cancelada.

3.3.11.7 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa via fax ou correio eletrônico.

3.3.11.8 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção.

3.3.12 Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.13 As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Funesco do direito de excluir do CONCURSO PÚBLICO aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.3.13.1 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, como aqueles relativos à CPF, notas e desempenho nas provas, entre outros, considerando-se que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao CONCURSO PÚBLICO. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando, também, cientes os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.3.14 A Funesco disponibilizará nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), conforme cronograma constante no Anexo IV, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal (Anexo V).

3.3.15 A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste CONCURSO PÚBLICO.

3.3.16 O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.17 O candidato, pessoa com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários e, ainda, entregar pessoalmente ou enviar, até o dia 25 de fevereiro de 2016, impreterivelmente, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento (AR), para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funesco – localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar – laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.3.17.1 Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado à Funesco, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico concursopublico.jba@unoesc.edu.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nessa situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.3.17.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.17.2.1 Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata em razão do tempo despendido com a amamentação.

3.3.17.3 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.4 Da confirmação da inscrição

3.4.1 As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (endereço e sala), assim como orientações para a realização das provas, estarão disponíveis, conforme cronograma do Anexo IV, nos sites da Funesco (www.unoesc.edu.br) e da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC (www.catanduvas.sc.gov.br). As informações também poderão ser obtidas por meio da Central de Atendimento da Funesco, pelo e-mail concursopublico.jba@unoesc.edu.br.

3.4.2 No caso de a inscrição do candidato não ter sido aceita em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos nos quais os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, estes serão incluídos em local de provas especial, que será comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.1 A inclusão, caso realizada, será analisada pela Funoesc com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a impropriedade da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.4.3 Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento poderão ser comunicados no dia e na sala de realização das provas.

3.4.4 A confirmação de inscrição NÃO será enviada ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

3.4.5 A alocação dos candidatos nos locais designados para as provas será definida pela Funoesc.

4. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 As pessoas com deficiência, assim entendido aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente CONCURSO PÚBLICO, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

4.1.1 Do total de vagas existentes e que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

4.1.2 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e entregar pessoalmente ou enviar o laudo médico até o dia 25 de fevereiro de 2016, imprerivelmente, via SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), para a Coordenação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos da Funoesc – localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da organizadora e, no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

4.1.3 Conforme o § 2º do art. 37, do Decreto Federal nº. 3.298/1999, se na aplicação do percentual da reserva de vagas do total de vagas reservadas a cada cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

4.2.1 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente no momento da inscrição no CONCURSO PÚBLICO, com justificativa acompanhada de parecer original (ou cópia autenticada em cartório) emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser entregue pessoalmente ou enviado até o dia 27 de janeiro de 2016, via SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR) no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha se manifestado nesse sentido.

4.2.1.1 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Funoesc não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à organizadora. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este certame e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.2.2 O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação; a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3 A relação definitiva dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, no dia 29 de fevereiro de 2016.

4.3 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado no CONCURSO PÚBLICO, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência por cargo.

4.3.1 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a organizadora por meio do e-mail concursopublico.jba@unoesc.edu.br ou, ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 4.1.2 deste Edital, para a correção da informação, por se tratar apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

4.4 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, por ocasião da convocação para ingresso no cargo, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência

ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do art. 43 do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

4.4.1 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do cargo.

4.5 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado no Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência.

4.6 A não observância do disposto no subitem 4.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

4.6.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste CONCURSO PÚBLICO, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4.7 O candidato convocado, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do CONCURSO PÚBLICO, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.8 O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

4.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção deste certame consistirá na aplicação de prova objetiva de múltipla escolha para todos os cargos; avaliação de títulos para os cargos de Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física, Profissional de Educação Física, Técnico Esportivo – Judô, Educador Social e Cuidador Infantil, e prova prática para os cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira.

5.1 Da prova objetiva de múltipla escolha

5.1.1 Serão aplicadas provas objetivas de múltipla escolha, de caráter classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo I deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Nível	Cargo	Conhec. Espec.	Conhec. Gerais	Português	Matemática	Títulos ou Prova Prática
Alfabetizado	Agente de Serviços Gerais	15	10	10	5	NÃO
	Agente de Construção e Manutenção	15				NÃO
	Merendeiro	15				NÃO
	Agente de Copa e Higienização 25h	15				NÃO
	Agente de Copa e Higienização 40h	15				NÃO
	Motorista de Ônibus	15				SIM
	Motorista de Caminhão Basculante	15				SIM
	Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira	15				SIM
	Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora	15				SIM
	Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira	15				SIM
	Agente Comunitário de Saúde	15				NÃO
Médio	Cuidador Infantil	15	10	10	5	SIM
	Fiscal de Tributos	15				NÃO
	Auxiliar de Consultório Odontológico	15				NÃO
	Auxiliar Administrativo	15				NÃO
	Técnico Esportivo – Judô	15				SIM

Superior	Médico Ginecologista	15	10	10	5	NÃO
	Médico	15				NÃO
	Psicólogo	15				NÃO
	Assistente Social	15				NÃO
	Educador Social	15				SIM
	Professor de Artes	15				SIM
	Professore de Inglês	15				SIM
	Profissional de Educação Física	15				SIM
	Professor de Educação Física	15				SIM

5.1.1 As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter classificatório, constarão de 40 (quarenta) questões para todos os cargos; serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, tendo em vista que cada questão vale 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) décimos.

5.1.2 Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 05 (cinco) na prova objetiva.

5.1.3 As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.4 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no Cartão de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão por erro do candidato.

5.1.5 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.6 O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato, os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão de Respostas, como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.8 Não será permitido que as marcações no Cartão de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da Funoesc devidamente treinado.

5.1.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica.

5.2 Da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha

As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Catanduvas, SC, com data prevista para o dia 06 de março de 2016 (domingo), às 9h (nove horas), com 3h (três horas) para a sua realização.

5.2.1 Os locais de realização das provas escritas, para os quais deverão se dirigir os candidatos serão divulgados no dia 04 de março de 2016, nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.2.1.1 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste CONCURSO PÚBLICO.

5.2.2 Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes ao cadastro do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas escritas.

5.2.3 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante em seu cadastro ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.2.4 O Caderno de provas contém as informações pertinentes ao CONCURSO PÚBLICO, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do certame.

5.2.4.1 Ao terminar a conferência do Caderno de provas, caso esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu se encontra devidamente identificado no Caderno de provas.

5.2.4.2 No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação; é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.2.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, documento de identidade original, lápis preto e borracha.

5.2.6 Será admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos com inscrições homologadas afixada na entrada do local de aplicação.

5.2.7 Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de aplicação se o candidato estiver de posse do protocolo de inscrição, atestando que ele deveria estar devidamente relacionado naquele local.

5.2.7.1 A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Funoescc com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.2.7.2 Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.8 No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial de Brasília, DF, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador do certame, assim como de dois membros da comissão, testemunhas do fato.

5.2.8.1 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de dois candidatos que, com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os Cadernos de Provas, Cartões de Respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.2.9 Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

5.2.9.1 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.2.9.2 Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital, deverão declarar e assumir a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento desse procedimento acarretará a ELIMINAÇÃO do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador do certame, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.2.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

5.2.11.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, ainda, submetido à identificação especial.

5.2.11.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.2.11.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.2.11.4 Candidato que esteja portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

5.2.11.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 5.2.11 ou não apresentar o boletim de ocorrência conforme especificações do subitem 5.2.11.1 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do CONCURSO PÚBLICO.

5.2.11.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura.

5.2.11.7 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.2.11.8 Os candidatos deverão colocar seus objetos pessoais de natureza eletrônica, inclusive celular, que deverá estar desligado, no saco plástico porta-objetos disponibilizado pela fiscalização e guardá-lo embaixo de sua carteira, sob pena de serem eliminados do presente CONCURSO PÚBLICO caso não procedam dessa maneira.

5.2.12 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da Funoesc sobre tais equipamentos.

5.2.12.1 No caso de o candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo de seleção. Para evitar qualquer situação nesse sentido, o candidato deverá evitar portar, no ingresso ao local de provas, quaisquer equipamentos anteriormente relacionados.

5.2.12.2 Não será permitida, também, ao candidato, a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto estiver dentro da unidade de aplicação destas.

5.2.12.3 Para a segurança de todos os envolvidos no certame, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique essa situação, o candidato será encaminhado à Coordenação, à qual deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, devendo desmuniar a arma, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, a qual deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova.

5.2.13 Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.).

5.2.14 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala apenas poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador do certame.

5.2.15 Não haverá segunda chamada para as provas escritas. Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.2.16 Não haverá na sala de provas marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pela Coordenação do certame, conforme estabelecido no subitem 5.2 deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.2.17 O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o rascunho e, também, apenas a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização.

5.2.18 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Caderno de Provas e o Cartão de Respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do certame.

5.2.19 Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do CONCURSO PÚBLICO, o candidato que durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer questões/itens das provas;
- c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, calculadoras e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers, e/ou que se comunicar com outro candidato;
- e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou outros candidatos;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas e no Cartão de Respostas;
- h) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização;
- i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas;
- j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.2.9.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

5.2.19.1 Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e, caso seja verificado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no certame.

5.2.20 Visando à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.

5.2.20.1 Ao término da prova, o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso aos sanitários.

5.2.21 A ocorrência de quaisquer situações contidas no subitem 5.2.18 e 5.2.19 implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.21.1 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.22 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.2.23 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

5.2.24 São de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.2.24.1 O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação, especificando os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA SEGUNDA ETAPA

6.1 Da avaliação de títulos

6.1.1 A avaliação de títulos tem caráter apenas classificatório, e se submeterão a essa etapa os candidatos aprovados nas provas escritas objetivas de múltipla escolha que concorrem aos cargos de: Professor de Artes, Professor de Inglês, Professor de Educação Física, Profissional de Educação Física, Técnico Esportivo – Judô, Educador Social e Cuidador Infantil.

6.1.2 Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio de Títulos (Anexo IX) devidamente preenchido e assinado, deverão ser entregues identificados com nome e cargo, em envelopes lacrados, em cópia autenticada ou acompanhada dos respectivos originais, para conferência e autenticação da pessoa responsável por sua recepção, no período de inscrições deste Edital e consoante cronograma constante no Anexo IV, no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar.

6.1.3 Serão avaliados todos os títulos entregues.

6.1.4 Os documentos não serão devolvidos em hipótese alguma, mesmo que o candidato opte por entregar seus originais.

6.1.5 Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas, ou conferidos com os originais, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

6.1.6 A entrega dos documentos referentes à avaliação de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados por Comissão Avaliadora, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e legislação municipal pertinente.

6.1.7 A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

6.1.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital, exceto Correios.

6.1.8 Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo, assinatura do responsável e data.

6.1.9 Cada título será considerado uma única vez, não valendo sobreposição de horas para o cômputo de carga horária.

6.1.10 Os títulos considerados neste CONCURSO PÚBLICO, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

**CONCURSO PÚBLICO PARA CANDIDATOS AOS CARGOS DE
PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado com registro em órgão competente.	3,00 (três) pontos
b) Curso de Mestrado com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos
c) Curso de Pós-graduação na área específica, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	3,00 (três) pontos
d) Graduação com habilitação plena na área, com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos

**CONCURSO PÚBLICO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE
EDUCADOR SOCIAL**

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Curso de Doutorado com registro em órgão competente.	3,00 (três) pontos
b) Curso de Mestrado com registro em órgão competente.	2,00 (dois) pontos
c) Curso de Pós-graduação na área específica, com registro em órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	3,00 (três) pontos
d) Graduação com habilitação plena na área, com registro em órgão competente.	1,00 (um) pontos
e) Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área do SUAS – Sistema Único de Assistência Social com carga horária mínima de 80h.	1,00 (um) ponto

CONCURSO PÚBLICO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CUIDADOR INFANTIL

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de Cuidador Infantil com carga horária de no mínimo 80 (oitenta) horas.	<ul style="list-style-type: none"> • Para cursos com carga horária inferior a 80h (oitenta horas): 1,0 (um) ponto a cada 10h (dez horas) de curso • Para cursos com carga horária acima de 80h (oitenta horas): 8,0 (oito) pontos • Para cursos com carga horária de 120h (cento e vinte horas): 9,0 (nove) pontos • Para cursos com carga horária de 160h (cento e sessenta horas): 10,00 (dez) pontos 	10,00 (dez) pontos

CONCURSO PÚBLICO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE TÉCNICO ESPORTIVO – JUDÔ

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Graduação em judô faixa preta 5ª DAN (registrado na Confederação Brasileira de Judô).	2,00 (dois inteiros) para faixa preta 5ª DAN e 0,50 (cinquenta centésimos) para cada graduação acima até o 8ª DAN (não aproveitadas as demais).	3,50 (três vírgula cinquenta centésimos) pontos
b) Curso de Pós-graduação na área específica com registro no órgão competente, condicionado à comprovação da graduação na mesma área.	1,00 (um inteiro) por especialização.	2,00 (dois) pontos
c) Graduação com habilitação plena na área.	2,00 (dois inteiros) não aproveitadas às demais.	2,00 (dois) pontos
d) Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área específica promovidos pelas Federações vinculadas à Confederação Brasileira de Judô.	0,50 (cinquenta centésimos) por curso presencial, de no mínimo 20h (vinte horas), realizado a partir de 1º de janeiro de 2013.	2,50 (dois vírgula cinquenta centésimos) pontos.

6.1.11 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados no quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária.

6.1.12 Os diplomas expedidos por instituição estrangeira deverão estar revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

6.1.13 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.1.14 Outros comprovantes de conclusão de curso como: comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

6.1.15 Para receber a pontuação relativa aos títulos de doutorado, mestrado e pós-graduação, *latu sensu*, serão aceitos somente os

diplomas e/ou certificados com registro em órgão competente em que conste a carga horária. Nos documentos que comprovarem a realização de especialização, deverá constar que o curso foi realizado de acordo com a Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou, ainda, do Conselho Estadual de Educação (CEE).

6.1.16 Para receber a pontuação relativa ao título de graduação, com licenciatura plena, os candidatos entregarão o diploma e/ou certificado com registro em órgão competente.

6.1.17 Não receberá pontuação o candidato que apresentar diplomas ou certificados que não comprovem que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE.

6.1.18. A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou de ensino para o Cargo de Cuidador Infantil devem ter sido realizados na forma presencial não se computando pontos para cursos virtuais/online.

6.1.19 Para efeito de pontuação não será considerada fração de mês nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

6.1.20 A nota da avaliação de títulos será somada à da prova escrita objetiva para apuração da nota final do candidato.

6.1.21 A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

6.2 Da prova prática

6.2.1 As provas práticas têm caráter classificatório e serão aplicadas somente aos candidatos dos cargos de Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora e Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira.

6.2.2 Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos horários, data e local a serem determinados no dia 04 de março de 2016, conforme Cronograma do Anexo IV, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

6.2.3 Os candidatos aos cargos descritos realizarão prova prática na área de conhecimento em que atuarão, a fim de comprovar seu domínio sobre as tarefas determinadas pelo examinador técnico na área.

6.2.3.1 Os critérios de avaliação serão divulgados também no dia 04 de março de 2016.

6.2.4 A prova prática terá sua realização no dia 05 de março de 2016, quando já terá sido divulgada a relação dos candidatos com inscrições deferidas, em horários e locais diversos, de acordo com cada cargo.

6.2.5 Todos os candidatos com inscrições deferidas para os cargos assinalados no item 6.2.1 serão convocados para esta fase e deverão comparecer no local indicado para realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início:

- a) munidos de documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova;
- b) trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

6.2.5.1 Os candidatos deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua Carteira Nacional de Habilitação original e entregar-lhe uma fotocópia da mesma. Poderão também apresentar o comprovante autenticado de aprovação em exame de alteração de categoria junto ao Detran e, quando da contratação, deverão apresentar cópia autenticada do referido documento.

6.2.6 Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela Funoesc (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

6.2.7 Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO, nesta fase, o candidato que:

- a) retirar-se do recinto da prova durante sua realização sem a devida autorização ou não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada;
- b) não apresentar a documentação exigida;
- c) não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento dos pontos da prova prática; d) faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;
- e) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentando usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;
- f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.2.8 A Funoesc reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas

práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado nos sites da www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6.2.9 A prova prática será realizada perante os membros integrantes da Comissão Especial para a Coordenação e Acompanhamento deste CONCURSO PÚBLICO; o candidato será acompanhado do Instrutor e de um dos membros da comissão no transcorrer de toda a prova.

6.2.10 Veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Catanduvas, SC, no estado em que se encontrarem.

6.2.11 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará a desclassificação do candidato.

6.2.12 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.2.13. Terminado o prazo, o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

6.2.14 Concluída a prova, o candidato assinará o termo de realização da prova prática, que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

6.2.15 Para a prova prática, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), e o candidato será avaliado de acordo com as normas a serem publicadas.

6.2.16 Os resultados das provas práticas serão divulgados no site da Funoesc ou da Prefeitura Municipal no dia 09 de março de 2016, não sendo possível o conhecimento de seu resultado via telefone, fax ou e-mail.

7. DOS PROGRAMAS

7.1 Os programas/conteúdos programáticos das provas deste certame compõem o Anexo I do presente Edital.

7.2 O Anexo I, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

7.2.1 As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº. 6.583, de 29/09/2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas.

7.3 A Prefeitura Municipal de Catanduvas e a Funoesc não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este CONCURSO PÚBLICO quanto ao conteúdo programático.

7.4 Os itens das provas escritas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

7.5 Cada item das provas escritas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1 Será classificado o candidato que obtiver aprovação na prova escrita objetiva de múltipla escolha.

8.2 A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva de múltipla escolha e na avaliação de títulos ou prova prática para os cargos que a exigirem.

8.2.1 Para os cargos com avaliação de títulos a média final será calculada somando-se a nota da prova escrita objetiva com a nota da avaliação de títulos, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \frac{(NPO \times 7) + (NAT \times 3)}{10}$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NAT = Nota da avaliação de títulos.

8.2.2 Para os cargos com prova prática, será feita a soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva com os pontos obtidos na prova prática, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \frac{(NPO \times 6) + (NAT \times 4)}{10}$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva/escrita.

NAT = Nota da prova prática.

8.3 Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

- a) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Gerais;
- c) maior pontuação na prova objetiva de Português;
- d) maior pontuação na prova objetiva de Matemática;
- e) maior idade; e
- f) sorteio público.

8.3.1 Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso. Caso persista o empate, deverá ser observado o critério estabelecido no item 8.4, conforme estabelecido na Lei em vigor.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, a partir das 17h do dia da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (domingo).

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias, vide cronograma (Anexo IV), em requerimento próprio, conforme modelo do Anexo VI.

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita somente via protocolo, apenas no prazo recursal, à Funoesc, no seguinte endereço: Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, das 8h às 15h.

9.3.1 Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial e divulgação da pontuação provisória nas provas objetivas, avaliação de títulos e provas práticas, incluído o fator de desempate estabelecido, até 2 (dois) dias úteis após o dia subsequente à divulgação/publicação oficial das respectivas etapas (Anexos V a VIII).

9.4 Os recursos julgados serão divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina o subitem 9.3 deste Edital.

9.6 O recurso deverá ser individual, por questão ou resultado, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores, etc. e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.6.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.7 Serão rejeitados, também, liminarmente os recursos enviados fora do prazo, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E, ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

9.8 A decisão da Banca Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

9.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.10 O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

9.11 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.12 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.13 A publicação do resultado final e homologação do CONCURSO PÚBLICO, findados todos os recursos, será disponibilizada nos sites

www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do CONCURSO PÚBLICO, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.2 Os candidatos classificados serão convocados para a realização da Comprovação de Requisitos e Exames Médicos e serão submetidos à apreciação da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC.

10.2.1 O exame médico indicará se o candidato será considerado apto ou inapto, sendo que serão informados no ato da convocação os exames necessários.

10.2.1.1 A partir do exame médico e da avaliação dos exames, o candidato será considerado APTO ou INAPTO.

10.2.1.2. Além do previsto no item anterior, os candidatos com deficiência terão apurada, por uma equipe multiprofissional, a compatibilidade de suas limitações para com o exercício das atribuições do cargo, do que poderá resultar sua APTIDÃO ou INAPTIDÃO. Concluída por essa equipe a inexistência de deficiência, na hipótese de má-fé comprovada, o candidato perderá a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação dos portadores de deficiência.

10.2.1.3 A Administração Municipal orientará ao candidato o dia, o horário e o local para a realização do exame médico admissional.

10.2.1.4 O resultado será emitido sob a forma de Atestado Médico, sendo entregue uma cópia ao candidato.

10.2.1.5 Quando for evidenciada alguma alteração clínica na avaliação de saúde ou em exame complementar, o médico deverá, tomando como parâmetro as características do cargo, considerar o candidato APTO ou INAPTO.

10.2.1.6 O não comparecimento do candidato no dia, hora e local marcados para a realização do exame médico admissional poderá implicar na eliminação do certame. O candidato é responsável pelo exame médico.

10.3 Os candidatos aprovados não localizados serão convocados por meio de publicação em Diário Oficial.

10.4 O candidato convocado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC em data determinada na publicação do Diário Oficial.

10.4.1 Caso não compareça, o candidato será reclassificado para o final da lista, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

10.5 O candidato que, por qualquer motivo, não apresentar a documentação e os exames exigidos, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis – art. 20, da Lei nº. 291/2011 – perderá automaticamente o direito à nomeação.

10.6 A validade deste CONCURSO PÚBLICO é de 02 (dois) anos, contados da data da homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

10.7 O candidato que desejar relatar à Funoesc fatos ocorridos durante a realização do CONCURSO PÚBLICO ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato por e-mail: concursopublico.jba@unoesc.edu.br ou telefone: (49) 3551-2075.

10.8 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone na Funoesc enquanto estiver participando do CONCURSO PÚBLICO, e na Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, se aprovado, mediante correspondência, via SEDEX ou Carta Registrada com Aviso de Recebimento (AR). Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

10.8.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este CONCURSO PÚBLICO, divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br.

10.9 O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do certame em que o candidato efetuou a referida prova.

10.10 A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

10.11 A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da Funoesc, inclusive os pareceres referentes.

10.12 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

10.13 A Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC e a Funoesc se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas.

10.14 Os resultados divulgados nos sites www.unoesc.edu.br e www.catanduvas.sc.gov.br terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação.

10.15 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do certame.

10.16. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital poderão ser feitas somente por meio de Edital de Retificação.

10.17 Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da expiração do prazo de validade do certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

10.18 O prazo de impugnação deste Edital será de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da sua data de publicação.

10.19. Os candidatos classificados no CONCURSO PÚBLICO fora da quantidade das vagas oferecidas, ressalvados os casos de renúncias e desistências, não terão direito líquido e certo à nomeação na hipótese de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO, cabendo a Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, de acordo com a necessidade, promover a convocação dos candidatos classificados remanescentes (fora da quantidade de vagas oferecidas).

10.20. Durante a realização de qualquer prova/fase e/ou em nenhuma das etapas deste CONCURSO PÚBLICO será permitida a utilização de qualquer tipo de aparelho que realize a gravação de imagem, de som, ou de imagem e som pelo candidato, pelos seus familiares ou por quaisquer outros estranhos ao CONCURSO PÚBLICO. Caso haja qualquer necessidade de realização de uma ou mais modalidades de gravação aqui citadas, visando à produção do conhecimento a ser avaliado pela banca examinadora da organizadora do CONCURSO PÚBLICO, caberá à Funoesc e, somente a ela, a realização, o uso e a guarda de todo e qualquer material produzido.

10.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Funoesc, assessorados pela Comissão Especial de CONCURSO PÚBLICO constituída.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Catanduvas, SC, 26 de janeiro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito em exercício

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS

Conteúdos programáticos de Português, Matemática, Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para o cargo de Agente de Serviços Gerais, Agente de Construção e Manutenção, Agente de Copa e Higienização, Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante e Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoviveladora, Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira, Agente Comunitário de Saúde e Merendeiro

Português

Ortografia (emprego das letras: e, i, g, j, s, ss, c, ç, r, rr); pontuação; acentuação e separação silábica; encontros vocálicos; encontros consonantais; sinônimos, antônimos; sufixos e prefixos; flexões do substantivo (gênero, número e grau); tipos de frases (exclamativa, interrogativa, afirmativa, imperativa); classes de palavras (substantivo, adjetivo, verbo, pronome e numeral); interpretação de texto.

Matemática

Números naturais, racionais, reais e suas operações; Sequências numéricas; Expressões algébricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Noções de razão; Números decimais e operações; Interpretação de gráficos e tabelas; Noções de Polígonos Perímetro; MMC; MDC; Decomposição de números naturais; Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão; Problemas envolvendo operações básicas; Noções de sólidos geométricos e suas planificações e Noções de porcentagem.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Serviços Gerais

Conhecimentos e habilidades do uso de ferramentas. Prevenção e combate de incêndio, noções básicas de uso de extintores. Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções básicas de higiene e limpeza, manutenção e conservação das instalações. Acondicionamento, separação e distribuição de materiais e equipamentos de trabalho.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Construção e Manutenção

Execução de trabalhos de alvenaria, concretagem, ferramentas e equipamentos utilizados na reforma e na construção civil. Assentamento de tijolos; materiais básicos na execução de serviços; conhecimentos e habilidades do uso das ferramentas; acondicionamento de materiais. Uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); noções sobre o manuseio e utilização de equipamentos de proteção.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Agente de Copa e Higienização

Noções básicas de higiene, limpeza, conservação e manutenção; equipamentos, utensílios e produtos utilizados na limpeza e cozinha; uso adequado dos EPI's Equipamentos de Proteção Individual; armazenamento de produtos, Higiene e manipulação de alimentos.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Motorista de Ônibus e Motorista de Caminhão Basculante

Cidadania; Sinalização; Direção Defensiva; Transporte de Cargas; Direção de Ambulâncias; Transporte de Urgência e Emergência; Condução de Veículo da Espécie; Conhecimento Básico de Máquinas Leves; Noções Básicas de Lubrificantes e Combustíveis; Direção e Operação Veicular; Manobras; Manutenção e Conservação de Veículo; Noções de Mecânica Básica de Autos; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, abrangendo os seguintes tópicos: Administração de Trânsito, Regras Gerais para Circulação de Veículos, os Sinais de Trânsito, Registro e Licenciamento de Veículos, Condutores de Veículos, Deveres e Proibições, as Infrações à Legislação de Trânsito, Penalidades e Recursos.

Conhecimentos Específicos para o Cargo de Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Motoviveladora e Trator de Esteira

Condução e Operação de Máquinas da Espécie; Conhecimento Básico de Máquinas Pesadas, Motorizadas e Não Motorizadas; Conhecimento sobre Instrumentos do Painel de Comando; Direção Defensiva; Direção e Operação Veicular; Legislação e Sinalização de Trânsito; Manobras; Manutenção de Veículo; Noções de Mecânica Básica; Realização de Trabalhos Operacionais; Cidadania; Lubrificantes e Combustíveis; Inspeção Inicial da Máquina e Equipamento; Cuidados com Pneus e Rodas; Cuidados com Sistema de Esteiras; Sistema Hidráulico, Relações com o Meio Ambiente (Política Ambiental); Primeiros Socorros; Segurança na Operação e Normas de Segurança; Uso de Uniforme e Equipamentos de Proteção Individual.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde

Visita domiciliar, Atribuições do ACS, Educação em saúde e Promoção da saúde.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Merendeiro

Noções básicas de higiene e limpeza. Produtos de limpeza e higienização: aplicação, cuidados e segurança. Uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Boas práticas na manipulação, higienização e estocagem dos alimentos. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza, conservação do mobiliário e organização do local de trabalho. Comunicação, postura profissional e apresentação pessoal. Conservação dos equipamentos e utensílios de trabalho. Noções básicas de preparação de alimentos: trabalho na cozinha, preparação de café, lanches e refeições em geral.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Professor de Educação Infantil, Cuidador Infantil, Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Auxiliar de Consultório Odontológico, Auxiliar Administrativo, Técnico Esportivo – Judô e Fiscal de Tributos

Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, ss, c, ç, sc, sç, xc, z); classes de palavras (Advérbio, Substantivo, Adjetivo, Verbo, Preposição, Conjunção e Numeral) pronomes (possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos); flexões do substantivo (gênero, número e grau); prefixos e sufixos; homônimos, parônimos, sinônimos, antônimos, polissemia; emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); o processo de coordenação e subordinação (emprego dos conectivos); verbo: tempo, modo, vozes, conjugações; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações; Sequências numéricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Equações e inequações do 1º grau; Números decimais e operações; Sistemas de equação do 1ª grau com duas variáveis; Interpretação de gráficos e tabelas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Geometria plana e área de figuras planas; Círculo e circunferência; MMC e MDC; Equações do 2º grau; Noções de probabilidade; Porcentagem; Geometria Espacial e Geometria Analítica; Análise Combinatória; Números complexos; Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares;

Função do 1º e do 2º grau; Estatística: Média, mediana e moda; Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Trigonometria; Progressões Aritméticas e Geométricas; Função Exponencial e Logarítmica e Função Modular.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Cuidador Infantil

O papel do cuidador infantil, o processo de desenvolvimento infantil; nutrição infantil, cuidados com o recém-nascido, musicalização e brincadeiras na educação infantil, primeiros socorros na educação infantil, alimentação na educação infantil.

Conhecimento específico para o Cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico

Odontologia social. Histórico, legislação e papel do A.C.D - Atendente de Consultório Dentário. Promoção e prevenção em saúde bucal: Conceito Saúde e Doença, Biofilme Dentário, Cárie dentária, Doença periodontal, Controle químico e mecânico do biofilme dentário, Utilização de fluoretos, Odontologia preventiva, Vigilância Epidemiológica, Políticas de Saúde / SUS, Estratégia da Saúde da Família e o ASB. Cariostáticos e selantes oclusais. Materiais, equipamentos e instrumentais: manutenção e conservação. Materiais dentários: forradores e restauradores. Esterilização e desinfecção de materiais odontológicos e de superfície. Educação em Saúde. Noções de radiologia, odontopediatria, prótese, cirurgia, endodontia, dentística e anatomia bucal e dental (notação dentária). Ética profissional. Ergonomia aplicada à

Odontologia e trabalho a 4 mãos. Semiologia / Ficha Clínica.**Conhecimento específico para o Cargo de Auxiliar Administrativo**

Regras básicas de comportamento profissional no atendimento para com o público interno e externo. Protocolo e arquivamento de documentos. Conhecimentos básicos em informática. Organização, visão e habilidades em serviços rotineiros do setor administrativo. Correspondências Oficiais. Desenvolvimento motivacional, trabalho em equipe, ética, criatividade, flexibilidade, relacionamento interpessoal, administração do tempo, avaliação e feedback.

Conhecimento específico para o Cargo de Técnico Esportivo – Judô

Etimologia do termo arte marcial; diferenças entre artes marciais, esportes baseados nas mesmas e lutas; contextualização histórica, social, filosófica e educacional do judô; principais fatores envolvidos na conduta correta como instrutor no ensino do judô; procedimentos metodológicos que levam à uma aprendizagem, vivência e aprimoramento do praticante; competições e regras oficiais do judô; preparo e autocontrole emocional; a importância do contato físico nas artes marciais; fundamentos teóricos e técnicas básicas do judô.

Conhecimento específico para o Cargo de Fiscal de Tributos

DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos administrativos: conceito e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. Servidores públicos: formas de contratação, direitos, deveres e responsabilidades. Lei Orgânica do Município de Catanduvas e **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Direito Tributário: Definição e conteúdo. Autonomia do Direito Tributário. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Ingressos Públicos: Receitas Públicas. Receitas Originárias e Derivadas. Princípios Jurídicos da Tributação: Legalidade; Anterioridade, Igualdade, Competência, Capacidade Contributiva, Vedação ao Confisco, Liberdade de Tráfego. Tributos: Conceito e classificação jurídica. Natureza jurídica dos tributos. Espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. Sistema Tributário Nacional: Previsão Constitucional; Atribuição de Competência Tributária, Princípios Constitucionais Tributários, Limitações da Competência Tributária. Impostos de Competência da União. Impostos de Competência dos Estados e do Distrito Federal. Impostos de Competência dos Municípios. Sistema de Repartição das Receitas Tributárias. Fontes formais do Direito Tributário. As fontes formais principais: Leis e decretos. Obrigação Tributária. Conceito e Elementos. Espécies: obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória. Fator gerador da obrigação tributária principal e da obrigação tributária acessória. Aspectos do fato gerador e o momento de sua ocorrência. Sujeição ativa. Sujeição passiva. O crédito tributário. A constituição do crédito tributário: o lançamento como ato jurídico administrativo vinculado, de competência privativa da autoridade administrativa. Modalidades de lançamento: lançamento direto ou de ofício, lançamento por declaração, lançamento por homologação. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida Ativa: conceito e inscrição. Certidões negativas. A contagem dos prazos fiscais na legislação tributária.

Conteúdos programáticos de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais/Legislação e Conhecimentos Específicos para os cargos de Médico, Médico Ginecologista, Assistente Social, Psicólogo, Professor de Artes, Professor de Inglês e Professor de Educação Física

Português

Ortografia (emprego das letras: h, ch, x, e, i, o, u, g, j, s, sc, ss, xc, z); emprego de sinais de pontuação; acentuação gráfica; emprego da crase e dos porquês; sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise); flexões do substantivo (gênero, número e grau); preposições; o processo de coordenação e subordinação (emprego de conjunções); análise sintática, sintaxe de concordância: nominal e verbal; sintaxe de regência: nominal e verbal; conjugação verbal, emprego dos modos e tempos; elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza (ambiguidade e redundância).

Matemática

Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e suas operações; Sequências numéricas; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa e peso; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Equações e inequações do 1º grau; Números decimais e operações; Sistemas de equação do 1º grau com duas variáveis; Interpretação de gráficos e tabelas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano e planificações; Geometria plana e área de figuras planas; Círculo e circunferência; MMC e MDC; Equações do 2º grau; Noções de probabilidade; Porcentagem; Geometria Espacial e Geometria Analítica; Análise Combinatória; Números complexos; Determinantes, Matrizes e Sistemas Lineares; Função do 1º e do 2º grau; Estatística: Média, mediana e moda; Medidas de Dispersão: Desvio Médio, Variância e Desvio Padrão; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Trigonometria; Progressões Aritméticas e Geométricas; Função Exponencial e Logarítmica e Função Modular.

Conhecimentos Gerais/Legislação

História e geografia de Catanduvas. Atualidades sociais, políticas e econômicas locais, regionais e nacionais. Lei Orgânica do Município de Catanduvas. Estatuto do Servidor Público do Município de Catanduvas.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Médico

Doenças prevalentes da infância; cuidados primários na infância: crescimento e desenvolvimento; aleitamento materno; imunização; triagem neonatal; doenças diarreicas e terapia de reidratação oral; dermatoses na infância; parasitoses intestinais na infância; doenças infecciosas: intraútero e de maior relevância em saúde pública; sinais e sintomas em pediatria – diagnósticos diferenciais: icterícia, hipotireoidismo, obesidade, tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis; distopias genitais; ginecologia da infância e da adolescência; mastopatias benignas e malignas; urgências ginecológicas; oncologia ginecológica; prevenção de câncer de mama, rastreamento do câncer de mama; aborto; sistema amniótico; modificações gerais e locais do organismo materno; relações útero-fetais; gravidez; assistência pré-natal; puerpério e lactação; doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal; mortalidade pré-natal. Acolhimento, Abordagem em emergências clínicas: parada cardiorrespiratória, anafilaxia, urgências e emergências hipertensivas, hipertensão arterial sistêmica, hepatites, hepatopatias agudas e complicações das hepatopatias crônicas, diarreia, hemorragias digestivas, pancreatite, colelitíase, insuficiência renal aguda e crônica, emergências em pacientes sob diálise, nefrolitíase, distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-base, intoxicação exógena aguda, síndrome

de abstinência alcoólica, estado confusional agudo, tentativa de suicídio, crise de ansiedade, transtornos mentais comuns, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, meningite, paralisias flácidas agudas, tétano, infecções do trato urinário, infecções dos tecidos moles, doenças sexualmente transmissíveis, infecções virais comuns, dengue, leptospirose, influenza, rubéola, sarampo, botulismo, malária, esquistossomose, febre amarela, coqueluche, mononucleose, tuberculose, hanseníase, HIV/Aids, infecções agudas e crônicas do aparelho respiratório, acidentes por animais peçonhentos, notificação de doenças, neutropenia febril, anemia, diabetes mellitus, insuficiência adrenal, hipotireoidismo e hipertireoidismo, doenças dermatológicas, artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico, artrose, osteoporose, violência sexual, abordagem da exposição ocupacional a material biológico.

Conhecimento específico para o Cargo de Médico Ginecologista

Doenças sexualmente transmissíveis; distopias genitais; ginecologia da infância e da adolescência; mastopatias benignas e malignas; urgências ginecológicas; oncologia ginecológica; prevenção de câncer de mama, rastreio do câncer de mama; abortamento; sistema amniótico; modificações gerais e locais do organismo materno; relações úteros-fetais; gravidez; assistência pré-natal; puerpério e lactação; doenças intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal; mortalidade pré-natal.

Conhecimento específico para o Cargo de Assistente Social

Política de Assistência Social - fundamentos históricos e conceituais; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estatuto da Criança e do Adolescente. Sistema de Garantia de Direitos: Educação (Lei n.º 9.394); medidas de proteção e medidas socioeducativas; rede de atendimento; violência doméstica – Lei Maria da Penha. Acolhimento institucional. Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. Política de Saúde, Sistema Único de Saúde. Lei n.º 8.080/90; Lei n.º 8.142/90. Normatização do exercício profissional: Código de Ética Profissional (CFESS) e Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662 de 07/06/1993). Políticas de atenção social. Instrumentais técnicos do serviço social.

Conhecimento específico para o Cargo de Psicólogo

Origem e História da Psicologia. Principais correntes teóricas. Teorias e técnicas psicológicas. Psicologia do Desenvolvimento. Psicologia Clínica. Psicoterapia Cognitiva e Comportamental. Psicoterapia Psicanalítica. Psicoterapia Familiar. Psicoterapia Individual e de Grupos. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Resolução CFP N.º 007/2003 que Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica. Instrumentos técnicos e Avaliação Psicológica. Princípios Éticos da Psicologia, Código de Ética Profissional. Classificação Internacional dos Transtornos Mentais CID 10. Principais Teóricos. Sigmund Freud, Carl Gustav Jung. Alfred Adler. Carl Rogers. Burrhus Frederic Skinner. Michel Foucault. Teorias da personalidade. Psicopatologias. Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Artes

A arte e a educação, Histórico do ensino de Arte no Brasil e perspectivas, Histórico do ensino de Arte no Brasil e perspectivas, teoria e prática em arte nas escolas brasileiras, a arte como conhecimento, o conhecimento artístico como articulação de sentidos, conteúdos de arte no ensino fundamental, caracterização geral e eixos de aprendizagem, artes visuais.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Inglês

Concepção de Língua. Abordagens de ensino de língua estrangeira. Metodologia do ensino da língua inglesa. Compreensão de textos. Relação texto-contexto. Estratégias de leitura em língua inglesa. Gramática da língua inglesa. Leitura em língua inglesa. Inglês escrito e falado. Coerência, coesão, referência, substituição, marcadores discursivos, termos da oração. Fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica da língua inglesa.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Educação Física e Profissional de Educação Física

Esportes Coletivos e Individuais: Regras, aspectos técnicos, táticos e História. Pedagogia do Esporte. Parâmetro Curricular Nacional da Educação Física (séries iniciais e finais). Conteúdo da Educação Física Escolar. Ludicidade, Recreação, Jogos. Didática aplicada a Educação Física. Metodologia de Ensino da Educação Física Escolar. Desenvolvimento Motor. Fisiologia do Exercício. Treinamento Desportivo. Capacidades Físicas. Cineantropometria.

Conhecimentos específicos para o Cargo de Professor de Educador Social

Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATESTADO

Atesto para os devidos de direito que o(a) Sr(a) _____ é portador(a) da deficiência _____, código internacional da doença (CID) _____, sendo compatível a deficiência apresentada pelo(a) paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no CONCURSO PÚBLICO _____, conforme Edital do CONCURSO PÚBLICO.

Data: _____.

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a) e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente de Serviços Gerais, Agente de Copa e Higienização e Agente Comunitário de Saúde

Execução de serviços auxiliares, de menor complexidade nos diversos setores da administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; serviços de vigia e proteção de bens públicos; execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos, de bens públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; para os agentes comunitários de saúde iniciar a vinculação da população com os serviços de Estratégia da Saúde da Família, para um atendimento mais humanizado.

Agente de Construção e Manutenção, Motorista de Ônibus, Motorista de Caminhão Basculante, Operador de Máquinas Pesadas Retroescavadeira, Operador de Máquinas Pesadas Motoniveladora, Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira

Desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; serviços de borracheiro; execução de serviços de construção e reparo de calçamentos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; pequenos reparos.

Auxiliar de Consultório Odontológico, Auxiliar Administrativo e Fiscal de Tributos

Funções inerentes às atividades técnico profissionais, relacionadas à área de apoio às atividades esportivas, de saúde pública, contábeis, financeiras e de controle interno.

Assistente Social, Médico, Médico Ginecologista e Psicólogo

Execução de tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de administração, clínica geral em medicina, assistência social; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal.

Cuidador Infantil

Cuidar da higiene, conforto e alimentação da criança; observar as possíveis alterações no estado geral da criança; zelar pela integridade física e mental; prestar primeiros socorros; promover atividades lúdicas e de entretenimento; e demais atividades correlatas.

Professor de Artes, Professor de Inglês e Professor de Educação Física

1. Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos:

1.1 Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades;

1.2 Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da escola;

1.3 Zelar pela aprendizagem dos educandos;

1.4 Cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar integralmente de todos os períodos destinados ao planejamento, à avaliação ao desenvolvimento profissional e demais previstas no calendário escolar.

1.5 Estabelecer, com o apoio dos demais agentes da escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar;

1.6 Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade;

1.7 Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

2. Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e no ensino fundamental, voltadas para planejamento, administração, supervisão e inspeção escolar:

2.1 Coordenar a elaboração e a execução do projeto político-pedagógico da escola;

2.2 Realizar as tarefas administrativas inerentes à sua área;

2.3 Realizar as atividades pedagógicas definidas no projeto político-pedagógico da escola;

2.4 Velar pelo plano de trabalho de cada docente;

2.5 Prover os meios de recuperação dos alunos de menor rendimento;

2.6 Promover a articulação da escola com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

2.7 Informar os pais e responsáveis sobre frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do projeto político-pedagógico da escola;

2.8 Acompanhar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e famílias;

2.9 Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, em relação aos aspectos pedagógicos administrativos, financeiros, de recursos humanos e de materiais;

2.10 Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes;

2.11 Acompanhar e supervisionar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;

2.12 Assegurar o cumprimento das dias letivos e horas-aula estabelecidas.

Técnico Esportivo – Judô

Compete a execução de tarefas inerentes à sua capacitação profissional; organizar turmas e inscrever interessados para aulas de judô; auxiliar no desenvolvimento das atividades esportivas do Município; desenvolver atividades e ministrar aulas de judô com as crianças, adolescentes e demais participantes do projeto de judô; organizar e acompanhar seletivas de troca de faixa dos alunos; acompanhar os participantes em competições esportivas de judô, quando o Município participar; e desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo.

Merendeiro

Compete a verificar a ordem e a limpeza do local de trabalho antes de iniciar o serviço, bem como a existência dos utensílios necessários; consultar o cardápio diário, verificando se os gêneros alimentícios necessários a sua confecção estão devidamente separados; orientar e ajudar os auxiliares, se houver, sobre o pré-preparo dos gêneros; preparar refeições nas cozinhas da municipalidade, quando necessário;

fazer o pré-preparo de carnes; fazer o preparo de arroz, feijão, grelhados, assados e/ou frituras; preparar merendas nas cozinhas municipais, preparando previamente os ingredientes nas quantidades adequadas, com base em cardápios indicados pelo nutricionista ou em dietas pré-estabelecidas, cozinhando, temperando e controlando tempo de cozimento e dosagem de ingredientes, para posterior distribuição aos comensais; colocar à disposição dos usuários talheres, bandejas, pratos, copos e outros; observar e manter as condições de higiene da cozinha e utensílios, bem como sua fiscalização e conservação; receber e conferir alimentos para preparo das refeições e merendas, verificando sua quantidade e qualidade; efetuar registros e controles relativos a merendas e refeições distribuídas, consumo de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, solicitando sua requisição quando necessário; executar outras tarefas afins e correlatas quando determinadas pelo superior hierárquico, e desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo.

Educador Social

Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiente acolhedora; apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; apoiar e participar no planejamento das ações; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; apoiar no processo de mobilização e campanhas intersectoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Profissional de Educação Física

Reger turmas em atividades de educação física, desportivas e de lazer; atuando com estas atividades para crianças, adolescentes, adultos e idosos; Reger atividades esportivas e de lazer; Atuar na prática esportiva com público especificado; Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento; Organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; Ministrar aulas práticas, realizar caminhadas monitoradas, grupos de corrida, ginástica localizada, aeróbica, alongamentos, dentre outros; Manter disciplina; organizar e participar de reuniões; Colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho; Desempenhar tarefas afins.

ANEXO IV

CRONOGRAMA

ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

	Prazo Previsto
Publicação do Edital Normativo do CONCURSO PÚBLICO	26/01/2016
Período de Inscrições via internet	26/01/2016 a 25/02/2016
Prazo para solicitação da isenção da taxa de inscrição	26/01/2016 a 15/02/2016
Divulgação da análise preliminar dos pedidos de isenção	16/02/2016
Prazo para interposição de recurso contra análise preliminar dos pedidos de isenção	17/02/2016 e 18/02/2016
Divulgação definitiva dos pedidos de isenção	19/02/2016
Prazo para solicitação de condições especiais para realização das provas objetivas	26/01/2016 a 25/02/2016
Prazo para entrega de títulos	26/01/2016 a 25/02/2016
Prazo para entrega de laudo médico para pessoas com deficiência	26/01/2016 a 25/02/2016
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas	29/02/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto às inscrições deferidas ou indeferidas	1º/03/2016 e 02/03/2016
Divulgação da relação dos candidatos com inscrições deferidas após recursos	03/03/2016
Divulgação da relação definitiva dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência	03/03/2016
Divulgação dos critérios de avaliação, locais e horário das provas objetivas e práticas	04/03/2016
Realização das provas práticas	05/03/2016
Realização das provas objetivas	06/03/2016 às 9h
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares	06/03/2016 às 17h
Prazo de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares	07/03/2016 e 08/03/2016

Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos	09/03/2016
Divulgação e resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	09/03/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	11/03/2016 e 14/03/2016
Divulgação do resultado oficial definitivo das provas objetivas/práticas e avaliação de títulos após recurso	15/03/2016
Divulgação e publicação do resultado oficial da classificação final oficial preliminar do concurso público	15/03/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado da classificação final oficial preliminar do concurso público	16/03/2016 e 17/03/2016
Divulgação e publicação do resultado final e homologação do concurso público	18/03/2016

ANEXO V
MODELO DE RECURSO EM FACE DO INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DA TAXA
OU INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recurso em Face do Indeferimento da Isenção da Taxa ou Indeferimento de Inscrição
Nome do Candidato:
Cargo:
Inscrição nº.:
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de ____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

ANEXO VI
MODELO DE RECURSO EM FACE DA PROVA OBJETIVA

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recurso em Face de Questões da Prova Objetiva
Nome do Candidato:
Cargo:
Inscrição nº.:
Área/Disciplina:
Nº. DA QUESTÃO ____
Razões que fundamentam e justificam o recurso:
Data: ____ de ____ de 20__.
Assinatura do(a) recorrente

Obs.: Para cada questão contraditada da prova objetiva, apresentar um recurso, nos termos deste modelo.

ANEXO VII

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2016 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC
Recursos relativos à Avaliação de Títulos
Nome:

Cargo:

Inscrição nº.:

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: ____ de ____ de 20__.

Assinatura do(a) recorrente

MODELO DE RECURSO EM FACE DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

ANEXO VIII

MODELO DE RECURSO EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
OU CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR OFICIAL

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC

Recursos relativos às pontuações da Classificação da Prova Objetiva e Classificação Final Preliminar Oficial

☐ Prova Objetiva☐ Da Classificação

Nome:

Cargo:

Inscrição nº.:

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: ____ de ____ de 20__.

Assinatura do(a) recorrente

ANEXO IX

FORMULÁRIO PARA A RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, SC

Nome do Candidato:

Cargo:

Inscrição nº.:

(Preenchimento pela Funoesc)

I – TÍTULOS DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE

1. ☐ Conclusão de curso de Doutorado com registro em órgão competente:2. ☐ Conclusão de curso de Mestrado com registro em órgão competente:3. ☐ Conclusão de curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, que tenha sido aprovado, na Área de Educação ou de Ensino:4. ☐ Conclusão do curso de Graduação – Licenciatura Plena, na disciplina específica do cargo pretendido:5. ☐ Conclusão do curso de Magistério:

II – TÍTULOS DE CAPACITAÇÃO

a) Identificação completa dos títulos de participação em cursos, seminários, simpósios, congressos e outros cursos de capacitação, atualização ou treinamento profissional	Nº. horas

Declaração:

Declaro que todos os títulos identificados são verdadeiros e autênticos, conforme cópias ou originais anexados ao presente.

Joaçaba, SC, em ____/____/____

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável pela
Abertura do Envelope ANEXO X
ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

• Para acesso ao link de inscrições pelo sistema da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), o candidato deve acessar os endereços, a sua escolha:

CONCURSO PÚBLICO: <<https://acad.unoesc.edu.br/academico/portal/modules/evento/eventoInscricaoLogin.jsps?cod=2599>>.

• Caso o candidato já tenha efetuado algum cadastro na instituição Funoesc e possua código e senha de acesso (alunos, ex-alunos, professores e funcionários) deve inseri-los no primeiro quadrante.

• Se tiver esquecido sua senha, informe seu código e clique em “esqueceu senha?”. Informe os dados solicitados e cadastre uma nova senha, que será enviada por e-mail.

• Todavia, se não possuir cadastro siga os próximos passos e, ao final da página, informe seu CPF, no terceiro quadrante.

• No módulo Cadastro de Pessoa, o candidato deve informar os dados obrigatórios (documentos, endereço, telefones, e-mail, etc.) para o preenchimento da ficha de inscrição.

• No módulo Programa de inclusão, o candidato deve selecionar o cargo desejado e clicar em incluir. Note-se que o candidato pode optar por apenas 1 (um) cargo.

• Para confirmar a inscrição, o candidato necessita informar a senha numérica de 5 (cinco) dígitos, por exemplo, 12345, no campo senha e no campo confirmar senha. Após, clicar em confirmar inscrição abaixo do programa selecionado.

• Para concluir, clicar novamente em confirmar inscrição e em Ok.

• Nesse momento, sua inscrição foi efetuada com sucesso.

• Para que a efetivação da inscrição seja confirmada e homologada, é necessário que o candidato, na sequência, imprima o boleto bancário para pagamento e recolha o valor correspondente em qualquer banco. Não serão aceitos recolhimentos, transferências e por agendamento. O recolhimento do boleto deverá ser feito até o vencimento e respeitando, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, DF, sob pena de a inscrição não ser processada e recebida.

• OBSERVAÇÃO: Os candidatos que tiverem dificuldades de acesso ao portal da Funoesc devem entrar em contato com o setor de Extensão da Funoesc Joaçaba por meio do telefone (49) 3551-2173 – Lucimara ou 3551-2075 – Carolina, no horário das 07h às 13h.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 08-2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 08/2016
Pregão Presencial Nº.: 06/2016
Tipo: Menor Preço / Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CONCRETO USINADO FCK 20MPA.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 12 de fevereiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 12 de fevereiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:00hs às 18:00hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 28 de Janeiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 20/2016

DECRETO Nº 020/2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal 1.374, de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a constituição do Conselho Municipal de Política Cultural do município de Caxambu do Sul - SC, de que trata a Lei Municipal 1.374, de 23 de dezembro de 2015, destinado a auxiliar o Poder Executivo na formulação da política cultural do município de Caxambu do Sul.

Art. 2º O Conselho Municipal de Política Cultural, atuará como órgão colegiado de caráter normativo, consultivo, deliberativo, orientador e fiscalizador que objetiva institucionalizar a relação entre Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, execução e fiscalização da política cultural do município de Caxambu do Sul - SC, de acordo com as competências fixadas em lei.

Art. 3º O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído pelos seguintes membros titulares e suplentes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

TITULAR: Inês Marlene Basso

SUPLENTE: Luiz Antônio Bedin

TITULAR: Maikeli Bellei

SUPLENTE: Camila Bellei

TITULAR: Leandra Rohr

SUPLENTE: Élio Vedovatto

b) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

TITULAR: Ivan Carlos Bellei

SUPLENTE: Vanderlei Taffarel

c) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

TITULAR: Elenice Dutra Basso

SUPLENTE: Siumara Giacomelli Mucelini

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Grupo de Artesãos do Município.

TITULAR: Neri Zeni

SUPLENTE: Tereza Burtet

b) Grupos de Manifestações Tradicionais e Populares do município.

TITULAR: Elias Chiarello

SUPLENTE: Adelino Martiori

c) Associações Culturais do município.

TITULAR: Neusa da Silva

SUPLENTE: Crisnei Zanon

d) Área de música e/ou Artes Cênicas.

TITULAR: Eloir Dalmagro

SUPLENTE: Dirlei Brancher

e) Patrimônio Cultural material e imaterial do Município.

TITULAR: Thaíse dos Santos

SUPLENTE: Ivana Maria Cavalli

Art. 4º O presidente do Conselho será eleito entre seus pares, restando vedada a escolha do Titular do Órgão de Cultura, sendo o mesmo detentor do voto de minerva.

Art. 5º A secretaria-geral será exercida por um dos membros do conselho, igualmente eleito entre seus pares, com seu respectivo suplente.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 7º O exercício da função de conselheiro é considerada de relevante interesse público, não podendo ser remunerada sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 8º As competências dos órgãos que compõem o Conselho Municipal de Política Cultural, bem como a forma de atuação dos seus conselheiros serão estabelecidas no seu regimento interno, a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 27 de Janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 05/2016

PORTARIA Nº . 05/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2011. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor , ELZIO CARLOS SANZOVO,

ocupante do cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia à 11/02/2016 a 11/03/2016.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 21 de janeiro de 2016

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 06/2016

PORTARIA N. 06/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com a Seção IV, art. 73, da Lei Complementar n. 001/2001 de 6 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município) e;

Considerando a apresentação de requerimento do Senhor Egidio Thiel, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, requerendo licença para tratar de assunto particular, pelo período de até 12 (doze) meses;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem vencimento para tratar de assunto particular ao Servidor Público Municipal, senhor Egidio Thiel no período de até 12 (doze) meses, compreendido de 01 de fevereiro de 2016 á 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 26 de janeiro de 2016.

Certifico que esta portaria
Foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

ADITIVO DE VALOR CONTRATO 7/2014

MINUTA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 07/2014

ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA RECICLETAR UNIVERSO AMBIENTAL LTDA ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valores do contrato de execução de serviços para coletar, transportar e dar destinação final aos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e urbanos do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço n. 01/2014 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste aditivo, correspondente aos meses de janeiro a dezembro de 2016, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 14.503,97 (quatorze mil quinhentos e três reais e noventa e sete centavos) mensais, conforme previsto no Contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 27 de janeiro de 2016.
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Reciclar Universo Ambiental
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. Nº 07/2014
Objeto: execução de serviços para coletar, transportar e dar destinação final aos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e urbanos do Município. Contratada: Reciclar Universo Ambiental Ltda ME. Aditado de janeiro a dezembro de 2016. Valor do aditivo R\$ 14.503,97 (quatorze mil quinhentos e três reais e noventa e sete centavos) mensais. Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

ADITIVO LINK 82/2015

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO E VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 82/2015

ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA HIPERLIG INFORMÁTICA ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de quantitativo e valor têm por objeto a contratação de serviços de provedor de internet, banda larga 24 horas por dia, com 1 (um) link de internet dedicado

velocidade de 20 mb full duplex, com garantia de 100% de banda com respectivo suporte de assistência e manutenção.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do Processo Licitatório 41/2015 –Tomada de Preço n. 05/2015 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste aditivo, correspondente aos meses de janeiro a dezembro de 2016, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de 33.520,00 (trinta e três mil quinhentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.793,33 (dois mil setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), mediante requisição a ser emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, com a correspondente emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 23 de dezembro de 2015.
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

Hiperlig Informática ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. Nº 82/2015
Objeto: contratação de serviços de provedor de internet, banda larga 24 horas por dia, com 1 (um) link de internet dedicado velocidade de 20 mb full duplex, com garantia de 100% de banda com respectivo suporte de assistência e manutenção. Contratada: Hiperlig Informática ME. Aditado de janeiro a dezembro de 2016. Valor do aditivo R\$ 33.520,00 (trinta e três mil quinhentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.793,33 (dois mil setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos). Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO: 14 AO 20/2016

PREGÃO PRESENCIAL 04/2016
MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC
REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pela Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, Prefeita Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITORIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.924.851/0001-47 com sede na RUA MAL

DEODORO 337 – CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC, neste ato representada pelo Sr. ANGELO MATOS DA CAS.
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP, situado na RUA DORACI GALOTTI, 56 – CENTRO – SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC, neste ato representada pelo Sr. BRUNO SANTOS.
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME, situado na RUA JOAO ADALGISIO PHILIPPI, 570 – BAIRRO: FAZENDA SANTO ANTONIO – SÃO JOSE/SC, neste ato representada pelo Sr. EVANDRO MARCOS FERREIRA;
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, situado na RUA MANCIO COSTA, 68 – BLUMENAU/SC, neste ato representada pelo Sr. ENIO BOZZANO;
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME situado na RUA RIACHUELO, 888 – BAIRRO SANTO ANTONIO – HERVAL D OESTE/SC, neste ato representada pelo Sr. LUCIANO PILATTI;
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME, situado na RUA JOAO ADALGISIO PHILIPPI, 570 – BAIRRO: FAZENDA SANTO ANTONIO – SÃO JOSE/SC, neste ato representada pelo Sr. EVANDRO MARCOS FERREIRA;
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME, situado na AVENIDA 24 DE OUTUBRO, 930 – CENTRO – BOM RETIRO/SC, neste ato representada pelo Sr. ANDREI SCHMITZ, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2 - DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município. Caso os objetos a serem fornecidos sejam entregue via frete, será concedido o prazo máximo de 5 dias úteis para sua respectiva entrega.

2.5 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2016.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 5 dias se for via frete, a partir do recebimento

da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de

30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de janeiro/2016 a janeiro/2017.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:

Dot: Secretaria/Órgão

05, 08 Gabinete do Prefeito

11 Secretaria de Administração

16 Secretaria de Agricultura

26 e 33 Secretaria da Cidade e meio Ambiente

36 Secretaria de Transporte e Obras

43 Secretaria do Esporte, Turismo e Cultura

55, 56, 66, Secretaria de Educação

69,70, 73, 77, 80,82, 83 Fundo de Assistência Social

86 Fundo da Infância e Adolescência

90 Fundo Municipal da Defesa Civil

92,97 Fundo Municipal de Habitação

100 Fundo Municipal do Idoso

5 Secretaria Municipal de Saúde

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por

razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 26 de janeiro de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

DETENTORES:

TOPE ESPORTE

L.A INFORMATICA

MAXI MOVEIS E PAPELARIA

BOZZANOE BOZZANO

INFOTRIZ

JLM DISTRIBUIDORA

EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

Visto e aprovado por:

JOAO GUILHERME BISCARO

AOB/SC 28375

CONTRATO 14 AO 20

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
Fornecedor: 6063 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD									
11	294	BAMBOLÊ 75C	PANGUÊ	UN	100,000	0,0000	2,1900	219,00	Venceu
24	297	BOLA DE BASQUETE TAM OFICIAL DE ADULTO	PENALTY	UN	30,000	0,0000	65,3800	1.961,40	Venceu
25	327	BOLA DE BORRACHA MACIA (PARA BRINCADEIRAS INFANTIS)	LCM	UN	60,000	0,0000	14,2500	855,00	Venceu
27	300	BOLA DE PING PONG	STARFLEX	UN	60,000	0,0000	1,8800	112,80	Venceu
122	349	JOGO DE DOMINO COM 28 PEÇAS	PANGUÊ	UN	100,000	0,0000	33,8000	3.380,00	Venceu
138	467	MEDALHA 52MM - COM FITA AZUL	REMA	UN	2.500,000	0,0000	5,9900	14.975,00	Venceu
215	468	TROFEU VENCEDOR 30 CM - FUTSAL E VOLEIBOL	JEB'S	UN	100,000	0,0000	43,9900	4.399,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			25.902,20	
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
Fornecedor: 7997 - L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITORIO LTDA									
1	414	AGENDA - 20 X 15	foroni	UN	25,000	0,0000	23,9000	597,50	Venceu
42	305	CALCULADORA 12 DÍGITOS, ELETRÔNICA, COR PRETA.	masterprint	UN	40,000	0,0000	18,3000	732,00	Venceu
58	310	CARTOLINA TAMANHO 50X60CM. CORES DIVERSAS	vmp	UN	2.500,000	0,0000	0,9000	2.250,00	Venceu
62	2333	CARTUCHO ORIGINAL HP 21 PRETO/BRANCO XL	hp	UN	100,000	0,0000	71,9000	7.190,00	Venceu
63	2334	CARTUCHO ORIGINAL HP 22 COLORIDO XL	hp	UN	150,000	0,0000	82,9000	12.435,00	Venceu
64	2331	CARTUCHO ORIGINAL HP 60 COLORIDO XL	hp	UN	100,000	0,0000	174,9000	17.490,00	Venceu
65	2332	CARTUCHO ORIGINAL HP 60 PRETO/BRANCO XL	hp	UN	100,000	0,0000	164,9000	16.490,00	Venceu
96	334	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MMX45M	adelbras	UN	300,000	0,0000	3,8900	1.167,00	Venceu
104	339	FOLHA DE PAPEL ALMAÇO - COM PAUTA - PACOTE COM 10 UN	foroni	PCT	1.000,000	0,0000	1,3000	1.300,00	Venceu
111	436	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,5 MM	faber	UN	10,000	0,0000	1,7000	17,00	Venceu
112	437	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,7 MM	faber	UN	10,000	0,0000	1,6900	16,90	Venceu
118	2354	GRAMPO TRILHO DE METAL - CX COM 50	bw	UN	20,000	0,0000	11,7500	235,00	Venceu
124	351	LÁPIS DE COR GRANDE - CAIXA COM 12 LÁPIS	multicolor	UN	600,000	0,0000	8,8000	5.280,00	Venceu
126	435	LAPISEIRA 0,7 MM	faber	UN	25,000	0,0000	5,4900	137,25	Venceu
127	434	LAPISEIRA 0,5 MM	faber	UN	25,000	0,0000	4,9900	124,75	Venceu
131	317	LÍQUIDO CORRETIVO ATÓXICO, A BASE DE ÁGUA, 18ML.	frama	UN	50,000	0,0000	1,8900	94,50	Venceu
148	360	PAPEL CAMURÇA 40X60 CM	vmp	UN	1.000,000	0,0000	0,7600	760,00	Venceu
151	363	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE - AUTO COLANTE. ROLO COM 25M	polifix	UN	50,000	0,0000	67,6000	3.380,00	Venceu
159	372	PASTA AZ - ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE	frama	UN	30,000	0,0000	11,9900	359,70	Venceu
163	412	PASTA SUSPENSÃO	frama	UN	500,000	0,0000	1,4500	725,00	Venceu
174	418	PROTETOR PORTA DOCUMENTOS COM ABA - COM 100 UND	acp	UN	60,000	0,0000	1,0000	60,00	Venceu

Página: 2/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Forneecedor: 7997 - L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITORIO LTDA Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
192	2307	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA HP 2612A	supriamerica	UN	250,000	0,0000	80,0000	20.000,00	Venceu
195	2308	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA HP 36A	supriamerica	UN	50,000	0,0000	79,7000	3.985,00	Venceu
201	2321	TONER ORIGINAL HP M176 - 130 A- AMARELO CF 352 A	hp	UN	50,000	0,0000	168,4000	8.420,00	Venceu
202	2320	TONER ORIGINAL HP M176 - 130 A- AZUL CF 351 A	hp	UN	50,000	0,0000	168,4000	8.420,00	Venceu
203	2319	TONER ORIGINAL HP M176 - 130 A- PRETO CF 350 A	hp	UN	90,000	0,0000	168,4000	15.156,00	Venceu
204	2322	TONER ORIGINAL HP M176 - 130 A- VERMELHO CF 353 A	hp	UN	50,000	0,0000	168,4000	8.420,00	Venceu
213	2310	TONER ORIGINAL SANSUNG SCX 3200	samsung	UN	40,000	0,0000	207,0000	8.280,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	7.275,000			
Nr. do Processo: 4/2016 Forneecedor: 8130 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
22	296	BOBINA DE PAPEL PARDO 25 KG COM 1,23MT ALT	SAMPA	UN	20,000	0,0000	165,0000	3.300,00	Venceu
23	406	BOBINA FAX 215X30M	ALOFORM	UN	10,000	0,0000	7,9000	79,00	Venceu
41	2355	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA MÓVEL	NOVACRIL	UN	20,000	0,0000	59,4000	1.188,00	Venceu
53	2335	CARTUCHO COMPATIVEL EPSON STYLUS 135 COLORIDO	MASTER	UN	100,000	0,0000	34,8000	3.480,00	Venceu
54	2337	CARTUCHO EPSON STYLUS 194 COLORIDO	MASTER	UN	100,000	0,0000	34,9000	3.490,00	Venceu
55	2338	CARTUCHO EPSON STYLUS 194 PRETO/BRANCO	MASTER	UN	100,000	0,0000	34,9000	3.490,00	Venceu
56	2336	CARTUCHO EPSON STYLUS 135 PRETO/BRANCO	MASTER	UN	100,000	0,0000	19,9000	1.990,00	Venceu
60	2330	CARTUCHO ORIGINAL HP 122 COLORIDO XL	HP	UN	100,000	0,0000	175,0000	17.500,00	Venceu
61	2329	CARTUCHO ORIGINAL HP 122 PRETO/BRANCO XL	HP	UN	100,000	0,0000	155,0000	15.500,00	Venceu
72	314	COLA PARA ISOPOR 90ML	KOALA	UN	600,000	0,0000	2,7500	1.650,00	Venceu
75	321	DICIONARIO INGLES-PORTUGUES / POTUGUES-INGLES	MELHORAMENTC	UN	100,000	0,0000	8,0000	800,00	Venceu
76	320	DICONARIO DE PORTUGUES - NOVA REFORMA ORTOGRAFICA	MELHORAMENTC	UN	100,000	0,0000	8,0000	800,00	Venceu
97	336	FITA CREPE BRANCA - ROLO COM 50M	FLAX	UN	300,000	0,0000	3,8500	1.155,00	Venceu
116	2481	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/6, - CAIXA COM 5000 UN.	BRW	UN	100,000	0,0000	12,5000	1.250,00	Venceu
125	352	LÁPIS PRETO - CAIXA COM 72 UND	MULTICOLOR	CX	40,000	0,0000	85,0000	3.400,00	Venceu
149	361	PAPEL CARTÃO TAM A4 - PCT COM 20 FOLHAS	VMP	PCT	1,000,000	0,0000	3,4800	3.480,00	Venceu
152	362	PAPEL CREPON - TAMANHO 0,48X2,00M.	VMP	UN	600,000	0,0000	2,9500	1.770,00	Venceu
155	366	PAPEL LAMINADO - FOLHA	VMP	UN	1,000,000	0,0000	1,9900	1.990,00	Venceu
166	375	PERFURADOR E FOLHAS CAPACIDADE: 100 FOLHAS	CAVIA	UN	30,000	0,0000	97,5000	2.925,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descob(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
Fornecedor: 8130 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA									
168	377	PILCEL COLORIDO PARA QUADRO ACRILITO	BIC	UN	3.000,000	0,0000	6,0000	18.000,00	Venceu
171	376	PINCEL ATOMICO - CORES VARIADAS - APROVADO PELO INMETRO	JAPAN	UN	1.000,000	0,0000	4,6000	4.600,00	Venceu
190	1419	TNT ROLO1,40x50m	SB	UN	200,000	0,0000	97,9000	19.580,00	Venceu
194	2306	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA HP 35A	MASTER	UN	250,000	0,0000	98,5000	24.625,00	Venceu
214	391	TRANSFERIDOR 180º	WALEU	UN	30,000	0,0000	2,9000	87,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			136.129,00	
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016									
Fornecedor: 8150 - JLM COMERCIO DE PRD ALIM LTDA ME									
8	285	APONTADOR CAIXA COM 12 UN	MAKE	CX	300,000	0,0000	14,2500	4.275,00	Venceu
16	410	BLOCO DE LEMBRETES COM 100 FOLHAS	INFORMS	PCT	30,000	0,0000	5,9900	179,70	Venceu
26	299	BOLA DE ISOPOR VARIOS TAMANHOS	STOCK	UN	500,000	0,0000	1,8400	920,00	Venceu
28	298	BOLA DE VOLEI 6.0 OFICIAL DE MICROFIBRA	PENALTTY	UN	30,000	0,0000	269,1500	8.074,50	Venceu
31	301	BOLSA ALVEJADA 100% ALGODÃO PARA PINTURA	MARTINS	UN	200,000	0,0000	3,8400	768,00	Venceu
33	302	BORRACHA BRANCA CAIXA C/ 60UN.	ZAPP	UN	50,000	0,0000	24,8000	1.240,00	Venceu
40	407	CAIXA ARQUIVO	JLM	UN	200,000	0,0000	2,5300	506,00	Venceu
68	311	CLIPS - CAIXA COM APROX 1000 UNIDADES, GALVANIZADO, Nº 2/0	NEW	UN	15,000	0,0000	12,9500	194,25	Venceu
69	312	CLIPS - CAIXA COM APROX 1000UNIDADES, GALVANIZADO, Nº 5/0	NEW	CX	50,000	0,0000	11,9500	597,50	Venceu
70	313	COLA BRANCA - TUBO COM 500G	PIRATININGA	UN	500,000	0,0000	6,9500	3.475,00	Venceu
74	318	CORDA DE PULAR EM NILON - CABO EM MADEIRA	PANGUE	UN	100,000	0,0000	6,3600	636,00	Venceu
79	331	E.V.A-CORES DIVERSAS TAM 480x400X1,5MM,ATÓXICO, EMBORRACHADO	MAKE	UN	2.500,000	0,0000	1,8900	4.725,00	Venceu
93	335	FITA ADESIVA DUPLA FACE TRANSPARENTE 18MMX30M	FSP	UN	300,000	0,0000	6,6500	1.995,00	Venceu
95	332	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX50M	FSP	UN	300,000	0,0000	1,6400	492,00	Venceu
109	342	GIZ DE CERA 12 CORES GIZÃO	PIRATININGA	UN	200,000	0,0000	5,9900	1.198,00	Venceu
119	2486	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 - CX COM 5000 UN	RADEX	UN	200,000	0,0000	5,1900	1.038,00	Venceu
132	417	LIVRO CAIXA - COM 50 FOLHAS - CAPA DURA	SAO DOMINGOS	UN	20,000	0,0000	11,8900	237,80	Venceu
133	356	LIVRO DE ATA - COMPOSIÇÃO: CAPA DURA, 50 FOLHAS ENUMERADAS	PAG.BRASIL	UN	50,000	0,0000	14,8500	742,50	Venceu
135	309	MARCA TEXTO	MAKE	UN	100,000	0,0000	1,5900	159,00	Venceu
154	364	PAPEL DOBRADURA - FOLHA 50X60CM.	VMP	UN	1.000,000	0,0000	1,1900	1.190,00	Venceu
158	370	PAPEL VERGE - PCT COM 50 FLS	ROMITEC	PCT	100,000	0,0000	15,8500	1.585,00	Venceu
160	371	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	COLLORPRES	UN	70,000	0,0000	2,4900	174,30	Venceu

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 - JLM COMERCIO DE PRD ALIM LTDA ME									
Fornecedor: 8150			Licitação: 4/2016 - PR			Data da Homologação: 26/01/2016			
162	413	PASTA SANFONADA - EM PLASTICO	OAC	UN	20,000	0,0000	37,9500	759,00	Venceu
169	378	PINCEL - FORMATO CHATO, CERDAS MACIAS, Nº 04	JOCAR	UN	200,000	0,0000	2,7500	550,00	Venceu
170	380	PINCEL - FORMATO CHATO, CERDAS MACIAS, Nº 06	JOCAR	UN	200,000	0,0000	2,7900	558,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					7,235,000			36,269,55	
Nr. do Processo: 4/2016 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME									
Fornecedor: 8398			Licitação: 4/2016 - PR			Data da Homologação: 26/01/2016			
29	326	BOLA OFICIAL DE CAMPO	PENALTY	UN	30,000	0,0000	138,5000	4,155,00	Venceu
164	379	PEN DRIVE 8GB	MULTILASER	UN	40,000	0,0000	34,9000	1,396,00	Venceu
193	2309	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA HP 285A	POLITONER	UN	350,000	0,0000	75,5000	26,425,00	Venceu
196	2314	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA SANSUNG ML 2851 ND- SANSUNG 2850	POLITONER	UN	40,000	0,0000	99,0000	3,960,00	Venceu
197	2312	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA SANSUNG	POLITONER	UN	40,000	0,0000	98,5000	3,940,00	Venceu
199	2313	SCX 4623F - ML-T-D 105S	POLITONER	UN	40,000	0,0000	114,0000	4,560,00	Venceu
200	2487	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA SANSUNG SCX 5530FN - D5630B/SEE	POLITONER	UN	50,000	0,0000	118,0000	5,900,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					590,000			50,336,00	
Nr. do Processo: 4/2016 - BOZZANO E BOZZANO LTDA ME									
Fornecedor: 8521			Licitação: 4/2016 - PR			Data da Homologação: 26/01/2016			
7	283	APAGADOR DE FELTRO PARA QUADROS BRANCOS Nº 2610	KAZ	UN	100,000	0,0000	8,3400	834,00	Venceu
10	2349	BALÕES COLORIDOS DE LÁTEX LISOS Nº 7,0 - PCT COM 50 UND	SÃO ROQUE	UN	1,500,000	0,0000	9,2000	13,800,00	Venceu
30	325	BOLA OFICIAL DE FUTSAL	PENALTY	UN	30,000	0,0000	278,9000	8,367,00	Venceu
44	307	CANETAS ESFEROGRÁFICAS PRETA CAIXA COM 50 UNIDADES.	JOCAR	CX	50,000	0,0000	58,9000	2,945,00	Venceu
45	308	CANETAS ESFEROGRÁFICAS VERMELHA - CAIXA COM 50 UNIDADES.	JOCAR	CX	25,000	0,0000	58,9000	1,472,50	Venceu
46	306	CANETAS ESFEROGRÁFICAS AZUL	JOCAR	CX	50,000	0,0000	58,9000	2,945,00	Venceu
71	315	COLA COLORIDA COM GLIER 25G - CX COM 6 UN	PIRATININGA	CX	600,000	0,0000	24,4000	14,640,00	Venceu
78	330	DVD VIRGEM COM 120 MIN - TUBO COM 100 UN	ELGIN	TB	50,000	0,0000	159,0000	7,950,00	Venceu

Página: 5/8

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descob(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016 Fornecedor: 8521 - BOZZANO E BOZZANO LTDA ME									
114	2484	GRAMPEADOR GRANDE PARA PAPEIS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 16 CM -	KAZ	UN	50,000	0,0000	59,8000	2.990,00	Venceu
115	2485	GRAMPEADOR PROFISSIONAL - CAPACIDADE: 100 FOLHAS	KAZ	UN	40,000	0,0000	75,9000	3.036,00	Venceu
146	398	PALITO PÍCOLE - COM 100 UND	ESTILO	PCT	80,000	0,0000	5,9700	477,60	Venceu
147	397	PALITOS PARA CHURRASCO 3.5X250MM - 100 UN	ESTILO	PCT	80,000	0,0000	6,9900	559,20	Venceu
165	374	PERCEVEJOS LANTAGNADOS - CX COM 100 UN	BRW	CX	100,000	0,0000	5,8800	588,00	Venceu
167	348	PERFURADOR EM METAL COM CAPACIDADE 35 FOLHAS	KAZ	UN	100,000	0,0000	47,8000	4.780,00	Venceu
175	382	REFIL DE COLA QUENTE FINO E GROSSO	RENDICOLLA	UN	2,000,000	0,0000	1,4500	2.900,00	Venceu
183	2345	TEMPERA GUACHE - POTAO 250 ML - DIVERSAS CORES	PITATININGA	UN	500,000	0,0000	3,9900	1.995,00	Venceu
184	383	TESOURA GRANDE PARA ESCRITORIO	JOCAR	UN	400,000	0,0000	8,8000	3.520,00	Venceu
185	384	TESOURA PARA PICOTAR	MASTER PAPER	UN	200,000	0,0000	17,0000	3.400,00	Venceu
186	385	TESOURA PEQUENA SEM PONTA - COM MATERIAL RESISTENTE	JOCAR	UN	1,000,000	0,0000	5,9000	5.900,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->						6.955,000		83.099,30	
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016 Fornecedor: 8522 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME									
5	288	ALFINETE COM CABEÇA CAIXA COM 100 UNIDADES, Nº 29	ACC	UN	100,000	0,0000	5,8500	585,00	Venceu
12	427	BANER EM LONA PLOTADO 1,20X0,80CM - PERSONALIZADO	VC LUMINOSOS	UN	50,000	0,0000	80,0000	4.000,00	Venceu
13	428	BANER EM LONA PLOTADO 2,00X1,00M - PERSONALIZADO	VC LUMINOSOS	UN	50,000	0,0000	80,0000	4.000,00	Venceu
17	2519	BLOCO DE RECEITUÁRIO MEDICO ESPECIAL	CRUZEIRO	UN	200,000	0,0000	16,0000	3.200,00	Venceu
18	441	BLOCO DE REQUISICÃO COM DUAS VIAS - 100 FOLHAS	CRUZEIRO	UN	50,000	0,0000	6,0000	300,00	Venceu
19	213	BLOCO DE REQUISICÃO COMBUSTIVEL PERSONALIZADO	CRUZEIRO	UN	300,000	0,0000	5,3000	1.590,00	Venceu
20	440	BLOCO RECEITUÁRIO COM 100 FOLHAS	CRUZEIRO	UN	500,000	0,0000	6,0000	3.000,00	Venceu
21	295	BOBINA DE PAPEL PARDO 13 KK COM 60MT ALT	IRANI	UN	20,000	0,0000	87,5000	1.750,00	Venceu
35	304	CADERNO DE CALIGRAFIA 48 FOLHS PERSONALIZADO	CRUZEIRO	UN	450,000	0,0000	1,7800	801,00	Venceu
36	206	CADERNO PERSONALIZADO 60 FOLHAS COM ESPIRAL 14,0 x 20,2	CRUZEIRO	UN	1,500,000	0,0000	1,8600	2.790,00	Venceu
37	207	CADERNO PERSONALIZADO 96 FOLHAS COM ESPIRAL 14,0 x 20,2	CRUZEIRO	UN	1,000,000	0,0000	2,1800	2.180,00	Venceu
38	208	CADERNO PERSONALIZADO DE DESENHO 96 FOLHAS	CRUZEIRO	UN	1,000,000	0,0000	2,1600	2.160,00	Venceu

Página: 6/8

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descob(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016 Fornecedor: 8522 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME									
39	303	CADERNO QUADRICULADO 48 FOLHAS	PANAMERICANA	UN	100,000	0,0000	1,1500	115,00	Venceu
47	2523	CAPA BLOCO DE PRODUTOR RURAL - COM PAPEL TRIPLEX 350G	CRUZEIRO	UN	1,000,000	0,0000	1,5000	1.500,00	Venceu
48	221	CARIMBO AUTOMATICO P20	PRODAT	UN	50,000	0,0000	28,0000	1.400,00	Venceu
49	220	CARIMBO AUTOMATICO P55	PRODAT	UN	50,000	0,0000	60,0000	3.000,00	Venceu
51	214	CARTAO DE VISITA PERSONALIZADO	CRUZEIRO	UN	200,000	0,0000	0,4500	90,00	Venceu
52	2522	CARTAO SUS COLORIDO 0,7X0,11	CRUZEIRO	UN	1,000,000	0,0000	0,5000	500,00	Venceu
59	2327	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 COLORIDO XL	HP	UN	100,000	0,0000	139,0000	13.900,00	Venceu
66	2328	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 PRETO/BRANCO XL	HP	UN	100,000	0,0000	99,0000	9.900,00	Venceu
73	316	COMPASSO CORPO EM PLÁSTICO, PONTA 2,0MM	BRW	UN	100,000	0,0000	5,9000	590,00	Venceu
82	405	ENVELOPE 10X15 - BRANCO	FORONI	UN	500,000	0,0000	0,1300	65,00	Venceu
83	404	ENVELOPE A4 - BRANCO, PARDO, AMARELO	FORONI	UN	500,000	0,0000	0,2800	140,00	Venceu
84	215	ENVELOPE COLORIDO 1/2 OFICIO PERSONALIZADO	CRUZEIRO	UN	2.500,000	0,0000	0,6800	1.700,00	Venceu
85	216	ENVELOPE COLORIDO PERSONALIZADO SACO 24X34 CM	CRUZEIRO	UN	2.500,000	0,0000	0,9000	2.250,00	Venceu
86	217	ENVELOPE COLORIDO PERSONALIZADO 26X36 CM	CRUZEIRO	UN	2.500,000	0,0000	1,1000	2.750,00	Venceu
87	218	ENVELOPE COLORIDO PERSONALIZADO PARA OFICIO	CRUZEIRO	UN	2.500,000	0,0000	0,6500	1.625,00	Venceu
88	451	ETIQUETAS ADESIVAS DE 21X12 MM	JIM	UN	50,000	0,0000	2,8000	140,00	Venceu
89	425	FAIXA EM LONA - PERSONALIZADA - 4MT	VC LUMINOSOS	UN	25,000	0,0000	95,0000	2.375,00	Venceu
90	424	FAIXA EM LONA - PERSONALIZADA - 6MT	VC LUMINOSOS	UN	20,000	0,0000	130,0000	2.600,00	Venceu
94	333	FITA ADESIVA MARROM 50X50MT	EMBALANDO	UN	200,000	0,0000	4,3000	860,00	Venceu
100	2339	FITA NYLON PARA IMPRESSORA EPSON (13MM X 12 MTS)	MASTERPRINT	UN	50,000	0,0000	10,0000	500,00	Venceu
103	2352	FOLHA DE ISOPOR 1,00 x 1,20 M, 5CM	ISOTERM	UN	400,000	0,0000	6,0000	2.400,00	Venceu
105	341	FOLHA DE PAPELÃO ONDULADO COR PARDA 1000X1000MM - (PCTE C/5	VMP	PCT	500,000	0,0000	1,6800	840,00	Venceu
106	416	FOLHA PARA COMPROVANTE DE PAGAMENTO - COLORIDA	ALOFORM	CX	10,000	0,0000	240,0000	2.400,00	Venceu
108	211	FOLHAS A4 TIMBRADAS - TIMBRE PREFEITURA-GRAMPEADOR	NOBILY	UN	4,000,000	0,0000	0,2500	1.000,00	Venceu
113	345	FOLHAS GRAMPEADOR COM CAPACIDADE PARA 25	MASTERPRINT	UN	40,000	0,0000	24,5000	980,00	Venceu
117	2353	GRAMPO PLASTICO ESTENDIDO 300X9X112MM -PACOTE COM 50	DELLO	UN	30,000	0,0000	10,4500	313,50	Venceu
136	2344	MASSA DE MODELAR - POTE COM 250 ML	ACRILEX	UN	1,000,000	0,0000	6,0000	6.000,00	Venceu
137	359	MATRIZ	HELIOS	UN	500,000	0,0000	1,2000	600,00	Venceu
143	411	ORGANIZADOR DE MESA - 3 ESPAÇOS	MENNO	UN	20,000	0,0000	17,8000	356,00	Venceu
144	442	PACOTE PARA REMEDIO - PERSONALIZADO	HE	UN	5,000,000	0,0000	0,2000	1.000,00	Venceu
150	365	PAPEL CELOFANE- ROLO COM 50 FLS	VMP	UN	100,000	0,0000	24,0000	2.400,00	Venceu
153	368	PAPEL DE PRESENTE - 30X30CM	VMP	UN	100,000	0,0000	0,6000	60,00	Venceu

Página: 7/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descob(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 26/01/2016 Fornecedor: 8522 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME									
156	367	PAPEL OFICIO A4 BRANCO 75GR - CAIXA 5000	NOBYLI	CX	120,000	0,0000	162,8000	19.536,00	Venceu
161	431	FOLHAS/10 RESMAS	CRUZEIRO	UN	2.500,000	0,0000	1,5000	3.750,00	Venceu
172	381	PASTA F4 PERSONALIZADA COLORIDA COM PLASTIFICAÇÃO TRIFLEX -	BRW	UN	300,000	0,0000	26,7000	8.010,00	Venceu
173	438	PISTOLA PARA COLA QUENTE DE METAL	CRUZEIRO	UN	5.000,000	0,0000	0,5000	2.500,00	Venceu
176	212	PRONTUARIO MEDICO	WALEU	UN	1.000,000	0,0000	0,8700	870,00	Venceu
177	432	REGUA PLASTICA 30 CM PERSONALIZADA	WALEU	UN	50,000	0,0000	0,7500	37,50	Venceu
178	2520	REGUA PLASTICA 30CM	CRUZEIRO	UN	300,000	0,0000	9,0000	2.700,00	Venceu
179	386	REQUISICAO DE EXAMES CARBONADO COM DUAS VIAS - 2X0,50		M	100,000	0,0000	13,0000	1.300,00	Venceu
180	387	TECIDO JUTA - METRO		M	150,000	0,0000	20,0000	3.000,00	Venceu
181	393	TECIDO PARA BORDAR VAGONITE		M	150,000	0,0000	20,0000	3.000,00	Venceu
182	394	TECIDO PARA BORDAR PONTO CRUZ		M	100,000	0,0000	20,0000	2.000,00	Venceu
187	401	TECIDO PETICOSK METRO	HELIOS	UN	100,000	0,0000	4,0000	400,00	Venceu
189	390	TINTA CARIMBO 40 ML - COR PRETA		UN	150,000	0,0000	19,0000	2.850,00	Venceu
191	2305	TINTA SPRAY 400ML	MASTERPRINT	UN	50,000	0,0000	123,8000	6.190,00	Venceu
198	2311	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA BROTHER HL2130 - TN410	MASTERPRINT	UN	40,000	0,0000	94,5000	3.780,00	Venceu
205	2324	TONER COMPATIVEL IMPRESSORA SANSUNG SCX 4828FN - MLTD209L 2	HP	UN	50,000	0,0000	294,0000	14.700,00	Venceu
206	2323	TONER ORIGINAL HP PRO 200 COLOR M277DW-201 A- AZUL CF401A	HP	UN	90,000	0,0000	273,0000	24.570,00	Venceu
207	2325	TONER ORIGINAL HP PRO 200 COLOR M277DW-201 A- PRETO CF 400A	HP	UN	50,000	0,0000	294,0000	14.700,00	Venceu
208	2326	TONER ORIGINAL HP PRO 200 COLOR M277DW-201 A-AMARELO CF 402A	HP	UN	50,000	0,0000	294,0000	14.700,00	Venceu
209	2317	TONER ORIGINAL HP PRO-200 COLOR MFP M276MW - 131 A- AMARELO	HP	UN	30,000	0,0000	255,5000	7.665,00	Venceu
210	2316	TONER ORIGINAL HP PRO-200 COLOR MFP M276MW - 131 A- AZUL CF	HP	UN	30,000	0,0000	255,5000	7.665,00	Venceu
211	2315	TONER ORIGINAL HP PRO-200 COLOR MFP M276MW - 131 A- PRETO CF	HP	UN	50,000	0,0000	219,0000	10.950,00	Venceu

Página: 8/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2016 Fornecedor: 8522 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME			Licitação: 4/2016 - PR			Data da Homologação: 26/01/2016			
212	2318	TONER ORIGINAL HP PRÓ-200 COLOR MFP M276MW - 131A- VERMELHO CF	HP	UN	30,000	0,0000	264,0000	7.920,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					41,455,000			253.499,00	

Celso Ramos, 26 de Janeiro de 2016.

CONTRATOS 21 AO 23

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
286	21/2016	27/01/2016	31/12/2016	6/2016	Não	58.446,00		TUBOS E SIMILARES	AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
	Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.								
287	22/2016	27/01/2016	31/12/2016	6/2016	Não	41.000,00		TUBOS E SIMILARES	ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART
	Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.								
288	23/2016	27/01/2016	31/12/2016	6/2016	Não	36.040,00		TUBOS E SIMILARES	LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA - ME
	Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.								
Total: 3									

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ANEXO DO DECRETO 005

Ao Município de Chapadão do Lageado-SC
Ao Exmo. Senhor Prefeito José Braulio Inácio
Procedimento SIG nº 09.2014.00000096-5

RECOMENDAÇÃO nº 0005/2015/02PJ/ITU

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça abaixo assinada, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 129 da Constituição Federal; art. 26, I, b, da Lei n. 8.625/93, além do art. 6º, § 10º, da Resolução n.º 23/2007 do CNMP, e art. 24 do Ato 335/2014/PJ, passa a expor e Recomendar o que segue:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial os direitos difusos e coletivos, conforme art. 127 e art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n.º 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina); CONSIDERANDO que o art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação, além da resposta por escrito; CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante o art. 37 da CF;

CONSIDERANDO que diante do caráter permanente e definitivo do Programa Estratégia Saúde da Família, o procedimento adequado de admissão de pessoal (médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em enfermagem, auxiliares de enfermagem, entre outros profissionais) é o de cargo de provimento efetivo, mediante a realização de concurso público;

CONSIDERANDO que cargos de provimento efetivo são aqueles "predispostos a receberem ocupantes em caráter definitivo, isto é, com fixidez. Constituem-se na torrencial maioria dos cargos públicos e são providos por concurso público de provas ou de provas e títulos. A aludida fixidez é uma característica do cargo (uma vocação deste), não de quem nele venha a ser provido. Seu titular só após três anos de exercício, período que corresponde ao estágio probatório, é que nele se efetiva e adquire estabilidade, se avaliado favoravelmente" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2013, p. 310);

CONSIDERANDO que "A contratação temporária de pessoal para atender ao Programa Saúde da Família (PSF), excetuados os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, somente será possível na fase de implantação do programa no município, não sendo recomendável que ultrapasse o período de dois anos (um ano, prorrogado por igual período); após, o programa assumirá caráter de permanência (principalmente por constituir a saúde atividade típica do Município)[...]";

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Procedimento Preparatório n. 06.2013.00008779-3, sobre a contratação de servidores pelo Município de Chapadão do Lageado;

CONSIDERANDO o Edital Concurso Público n.º 02/2015, lançado pelo Município de Chapadão do Lageado, descrevendo na ementa que a forma de provimento da vaga de Enfermeiro será realizada por meio de emprego público, e os ocupantes de emprego público não adquirem estabilidade e são regidos pela CLT, resta caracterizada a irregularidade do Concurso Público n. 02/2015 do Município de Chapadão do Lageado;

CONSIDERANDO que "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência" (art. 11, I, da Lei n. 8.429/92);

CONSIDERANDO que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal dispõe que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

RESOLVE:

Recomendar ao Poder Executivo Municipal de Chapadão do Lageado, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito José Braulio Inácio, proceda à anulação do Concurso Público n. 02/2015, que abre inscrições para emprego público para vaga de Enfermeiro padrão do ESF, tendo em vista que a vaga em disputa deve ser preenchida por meio de cargo de provimento efetivo, em razão do caráter permanente e definitivo do Programa Estratégia Saúde da Família e dos serviços prestados.

Por fim, requisita, no prazo de 15 (quinze) dias, sejam comunicadas todas as providências tomadas pelo Exmo. Sr. Prefeito, informando as medidas administrativas adotadas, encaminhando-se a documentação respectiva.

Ituporanga, 17 de dezembro de 2015.

Caroline Sartori Velloso

Promotora de Justiça

DECRETO Nº 005, DE 26.01.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 005, DE 26.01.2016

Dispõe sobre a anulação do Concurso Público – Edital nº 02/2015 – Emprego, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO os termos da Súmula nº 473 do STF, que dispõe que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, e que, por conseguinte, deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 0005/2015/02PJ/ITU, expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina/Comarca de Ituporanga/SC, recebida por esta municipalidade em 19 de janeiro de 2016, que propõe a anulação do Concurso Público deflagrado por meio do Edital nº 02/2015, conforme cópia anexa;

CONSIDERANDO que não deve pairar qualquer vício de legalidade em certame de seleção de pessoal, bem como, que este deve se

pautar nos princípios norteadores da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Concurso Público – Edital nº 02/2015 – Emprego, que objetivava o preenchimento do Emprego Público de Enfermeiro Padrão do ESF – Estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Diante do disposto no caput do presente artigo, ficam conseqüentemente anulados todos os atos e procedimentos respectivos ao Concurso Público.

Art. 2º Fica assegurado aos candidatos que se inscreveram no Concurso Público Edital nº 02/2015 – Emprego, o direito à devolução do respectivo valor recolhido a título de inscrição.

§1º Os candidatos inscritos estão, pelo presente, convocados a entrar em contato no prazo de 30 (trinta) dias, com o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, das 07:30 às 13:30 horas, para encaminhamento dos procedimentos devidos para que o Município possa efetuar a devolução do valor da inscrição.

§ 2º A devolução da taxa de inscrição poderá ser requerida pelo candidato ou através de procuração, com poderes específicos.

§ 3º O requerimento de devolução da taxa, de que trata o art. 2º, caput, deverá constar:

I - o nome completo do candidato;

II - o valor da taxa de inscrição paga;

III - o número da conta bancária para devolução do valor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 26 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 036/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 036/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, CAMILA MOMM, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 28 de janeiro de 2016, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 32.000, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 32.000, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

Institui o Planejamento e Orçamento Democráticos – PODE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

CONSIDERANDO que em 25 de agosto de 2017, nossa Chapecó completa 100 anos de história e de emancipação político-administrativa, construída com muitas mãos, muitos sonhos e muito trabalho, integrando indígenas, caboclos e imigrantes, desbravadores que num conjunto de cores e suores, projetaram, vivem e desejam uma Chapecó cada vez melhor;

CONSIDERANDO que a construção do Planejamento Municipal exige uma mudança radical de metodologia, integrando as diferentes áreas governamentais e demandas da sociedade, definidas através de ampla participação da população, na sua elaboração, monitoramento e avaliação, em especial de curto prazo, como da Chapecó Centenário – 2017, da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2017 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 e de médio prazo, representado pelo Plano Plurianual Municipal – PPAM 2018-2021;

CONSIDERANDO que o Plano Plurianual Municipal representa a mais importante ferramenta de planejamento governamental estratégico e de gestão das políticas públicas, não somente pela obrigação constitucional de sua elaboração, mas principalmente pela necessidade que os municípios têm de racionalização dos insuficientes recursos públicos frente à grande e crescente demanda de ações e serviços reclamados pela sociedade;

CONSIDERANDO a vontade política da administração em construir um processo amplo e democrático de participação social, que contemple a integração das políticas setoriais e a participação da sociedade em todo o ciclo de gestão, de forma a consolidar a democracia e ampliar o capital social do município.

DECRETA,

Art. 1º Fica instituído o Planejamento e Orçamento Democráticos – PODE, tendo como eixo central a elaboração do planejamento municipal de curto e médio prazo da Chapecó Centenário – 2017, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO 2017, Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 e o do Plano Plurianual Municipal – PPAM 2018-2021, de forma democrática e participativa.

Art. 2º O Planejamento e Orçamento Democráticos – PODE, contempla especificamente o Planejamento Governamental e Orçamento Público, constituindo-se como um instrumento efetivo de moderna gestão pública, através de um processo de participação direta da comunidade, contribuindo com a qualificação das políticas públicas e com a política de desenvolvimento local.

Art. 3º Constituem os princípios e diretrizes básicas do PODE:

I - a promoção da participação efetiva da comunidade e do exercício ativo da cidadania, na definição de políticas públicas;

II – o fortalecimento do poder local;

III - a gestão participativa e democrática, descentralizada, compartilhada, intersetorial e solidária, no estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas da administração municipal, especialmente relacionados com a definição e execução dos programas e ações governamentais;

IV – a ampliação do controle social e empoderamento da sociedade, através de mecanismos de prestação de contas, definição de prioridades e de transparência das políticas públicas.

Art. 4º Constituem-se objetivos específicos do PODE:

I – implantar uma metodologia de intervenção informada, ativa e responsável dos cidadãos nos processos de governação local, garantindo a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na definição sobre a afetação e controle social dos recursos e políticas públicas municipais;

II - descentralizar a gestão pública, aproximando o governo do cidadão, na região onde ele vive, com respeito às organizações sociais e comunitárias;

III - fomentar a participação cívica e o diálogo entre os órgãos municipais, os cidadãos e a sociedade civil organizada, permitindo a definição dos problemas e o compartilhamento de programas, objetivos e metas a serem priorizados pela administração municipal;

IV - sensibilizar os diferentes atores sociais municipais para construção de uma visão de futuro sobre a cidade e seu território, de forma estratégica, integrada e participativa, na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento e orçamento municipal;

V – estimular a capacidade de todos os municípios ao exercício da cidadania, no desenvolvimento de atitudes, competências e práticas de participação, no fortalecimento das relações comunitárias e coletivas e na construção de uma cidade saudável e sustentável;

VI - promover o debate sobre desenvolvimento e poder local integrados, tendo como ponto central o ser humano e os interesses coletivos, a qualidade de vida e a sustentabilidade econômica, social, política e ecológico-ambiental;

VII - compartilhar com a sociedade a responsabilidade em relação à gestão e políticas públicas municipais e pela definição das ações prioritárias, para que a distribuição de recursos públicos aconteça de acordo com as necessidades por ela apontadas;

VIII - instrumentalizar os diferentes atores governamentais e não governamentais do município, na elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual Municipal, de forma estratégica e participativa, com transparência das ações e dos gastos públicos.

Art. 5º Esta ação vincula-se diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, através da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento e Gestão.

Art. 6º A instância inicial do processo proposto consiste na realização de audiências públicas regionais, abertas à população em geral, com

levantamento e discussão das demandas comunitárias, para efeitos de se consubstanciarem em ações e adequações aos programas orçamentários.

§ 1º Conjuntamente com as audiências previstas no caput, serão realizadas as audiências por segmentos, incluindo-se diretamente a sociedade civil organizada, servidores municipais, conselheiros municipais que participam dos diferentes Conselhos gestores constituídos, entidades empresariais e de trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa, entidades profissionais e organizações não governamentais.

§ 2º As audiências constituem-se como espaços democráticos de livre manifestação da sociedade, de forma individual e ou através de entidades constituídas.

Art. 7º São objetivos e atribuições das audiências:

I - levantar os problemas, as demandas e as prioridades comunitárias e por segmento;

II – apresentar e debater propostas e programas municipais e ou regionais;

III – submeter as ações e serviços governamentais à crítica da população, bem como a prestação de contas da administração municipal;

IV - escolher os conselheiros efetivos e suplentes que comporão o Conselho do PODE, conforme estabelecido no Anexo I, que estabelece o Cronograma das audiências e Anexo II, que estabelece o Número de Conselheiros titulares e suplentes comunitários e por segmento.

Art. 8º A intervenção contempla várias etapas com diferentes momentos e envolvimento dos atores sociais e políticos, conforme metodologia proposta no artigo 9º, prevendo um crescente nível de participação, culminando com a etapa de validação do Plano, através de ampla presença da sociedade.

Art. 9º Constam como etapas do PODE:

I - Etapa Preparatória – Prevê a fundamentação jurídico-legal do processo, a formação e sensibilização da Equipe de Trabalho e o treinamento dos dirigentes sobre a metodologia do planejamento estratégico, voltado à elaboração e gestão do Plano Plurianual.

II – Etapa “Ouvindo nosso Bairro” – Você conhece, você decide – Prevê a realização das audiências públicas comunitárias e por segmento, conforme previsto no artigo 6º, com a escolha de Conselheiros titulares e suplentes, com mandato de dois anos, que comporão o Conselho do PODE, instância máxima deste processo.

II - Etapa Diagnóstica e Situacional – Envolve as áreas técnicas do município, contemplando a elaboração de diagnóstico técnico, composto de levantamento de dados quantitativos e qualitativos em fontes primárias e secundárias, incluindo os programas constantes do PPAM, as ações e programas previstos nos respectivos planos setoriais e plano de governo, além de análise situacional, composta de descrição qualitativa dos dados, da elaboração do mapa inteligente, e de uma apresentação, discussão e validação coletiva e participativa.

III - Etapa Explicativa – Envolve todos os atores, através de uma oficina de sensibilização sobre a base legal do PPAM, a importância do planejamento estratégico, as responsabilidades dos diferentes atores e instituições municipais e a função social da cidade, através de técnicas ativas de planejamento, com a seleção e análise dos problemas considerados relevantes ao programa de intervenção, de forma participativa com os atores sociais.

IV - Etapa Estratégica – Envolve todos os atores, através de oficinas, aplicando-se ferramentas metodológicas específicas, em especial, a Análise de cenários, com aplicação da Matriz SWOT, definindo-se os referenciais estratégicos da administração a serem adotados como referência qualitativa no processo de planejamento, podendo nesta etapa serem definidas marcas de gestão.

V - Etapa Tático-Operacional - Consta a apresentação da análise orçamentária prevista para o quadriênio, com os atores envolvidos, com o estabelecimento de prioridades gerais e setoriais do município, que serão convertidas em Projetos e Programas pelos órgãos setoriais, e ações de desenvolvimento socioeconômico local, com os respectivos objetivos, metas e indicadores, dentre outros, conforme as decisões resultantes das oficinas.

VI - Etapa de Validação do PPAM – Prevê a análise da consistência e da viabilidade física e financeira da programação setorial elaborada, que após concluída na forma de minuta, será submetida à Conferência pública para validação do planejamento municipal estratégico e participativo, que após aprovação, será adequado em códigos, valores e linguagem, mensagem, projeto de lei e anexos que compõem o PPAM, com entrega ao Poder legislativo para análise e deliberação.

VII - Etapa de Gestão do PPAM - Elaborado e aprovado o PPAM inicia-se a sua execução, exigindo da administração a criação de canais abertos com a sociedade, com transparência e acesso às informações, para acompanhamento dos indicadores e avaliação do mesmo, tanto em relação aos seus resultados finais quanto aos seus processos intermediários, sob controle e fiscalização do Conselho do Planejamento e Orçamento Democráticos- PODE.

Art. 10. O Conselho do PODE, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, é composto pelos legítimos representantes das comunidades e dos segmentos sociais, escolhidos nas audiências respectivas e regido por Regimento Interno a ser aprovado pelos mesmos.

Art. 11. Compete ao Conselho do PODE, participar de todo o processo de planejamento e dos critérios a serem utilizados na definição e destinação de recursos, de acordo com as prioridades definidas, acompanhamento e fiscalização da execução das peças orçamentárias do município de Chapecó.

Art. 12. São atribuições dos Conselheiros que integram o Conselho do PODE:

I – participar diretamente em todas as instâncias e reuniões do PODE;

II – aprovar, acompanhar e fiscalizar todas as peças orçamentárias, desde sua elaboração até a conclusão das ações, obras e serviços previstos;

III - participar de cursos de qualificação ou capacitação para Conselheiros e de eventos referentes ao tema de gestão pública, planejamento e orçamento;

IV - solicitar informações ou esclarecimentos e retornos sobre temas e demandas, investimentos, serviços e ações do governo;

V – socializar com a sua comunidade ou segmento representado os assuntos relevantes ou de interesse, objetos de tomada de definição;

VI - propor e discutir os critérios para seleção de demandas de ações, obras ou serviços em microrregiões ou regiões do município;

VII - encaminhar as demandas de sua comunidade ou de seu segmento em prazo determinado pelos prazos orçamentários;

VIII – constituir e participar de Comissões específicas para acompanhar obras ou serviços públicos;

IX - manter intercâmbio e integração com os demais Conselhos Municipais de políticas setoriais;

X - garantir o cumprimento decisões tomadas pelo Conselho;

XI - aprovar o Regimento Interno das instâncias do PODeou de suas alterações.

Art. 13. Fica aprovada a Logomarca Oficial da Etapa "Ouvindo nosso Bairro" – Você conhece, você decide, constante do Anexo III do presente Decreto.

Art. 14. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 15. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 26 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 22 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS – INTERIOR DO MUNICÍPIO

DATA	HORA	DISTRITO	LINHA
06.02	08h30	Mal. Bormann	Gamelão/São José do Capinzal/Linha Saquetti
06.02	10h30	Mal. Bormann	Rodeio do Herval/São Francisco/Colégio Agrícola
07.02	10h30	Mal. Bormann	Sede Marechal Bormann
13.02	08h30	Mal. Bormann	Barra da Chalana
13.02	10h30	Mal. Bormann	Linha Bom Retiro/Serraria Reatto/Nova Aurora/Núcleo Hortifrutigranjeiro
14.02	10h30	Chapecó	Linha São Vendelino/Linha Pequena/Monte Alegre/Monte Castelo
16.02	09h30	Chapecó	Aldeia Kondá
17.02	09h30	Chapecó	Aldeia Toldo Chimbanguê
20.02	08h30	Chapecó	Linha São Roque/Monte Belo/Girardi/Sede Trentin
20.02	10h30	Chapecó	Baronesa da Limeira/Independência/Lajeado Liso/São Pedro A/ São Pedro B
21.02	10h30	Chapecó	Rodeio Bonito/Linha Tafona/Duque de Caxias/Caravágio/Pinhalzinho
27.02	08h30	Chapecó	Rodeio Chato/Linha Henrique
27.02	10h30	Chapecó	Linha Cachoeira/Almeida/Vailon/Beira Rio/Quadros/Barra do Cordeiro/Nossa Sra. De Lourdes
05.03	08h30	Chapecó	Linha Simonetto/Cabeceira da Divisa/Cascavel/Boa Vista
05.03	10h30	Chapecó	Faxinal dos Rosa/Cabeceira da Barragem/ Pereira/Bairro Lajeado
06.03	10h30	Figueira	Sede Figueira/Arvoredo/Pinheiro/Sede Querência
12.03	08h30	Alto da Serra	Alto da Serra/Pedro e Paulo/Antinhas/Sperotto/Bolsoni
12.03	10h30	Alto da Serra	Linha Batistello/Linhas arredores.
13.03	08h30	Chapecó	Colônia Cella/Colônia Bacia/Espelho das Águas/Trevo/Sarapião/Carraro/Tormen
19.03	08h30	Goio-Ên	Campinas/Serrinha/Capinzal/Villagos/Bouganville
19.03	10h30	Goio-Ên	Goio-Ên/Meia Serra/Corredeira do Cerne/Tope da Serra
20.03	10h30	Chapecó	Água Amarela/Praia Bonita/São Rafael/Palmeiras/Gramadinho/Lajeado Veríssimo

CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS – BAIRROS E CENTRO DO MUNICÍPIO

DATA		HORA	BAIRRO
26.01	Terça-feira	18h30	São Lucas
27.01	Quarta-feira	18h30	Desbravador/Vila Real
02.02	Terça-feira	18h30	Belvedere/Dom Gerônimo
03.02	Quarta-feira	18h30	Vila Rica
10.02	Quarta-feira	18h30	Alvorada

16.02	Terça-feira	18h30	Bela Vista
17.02	Quarta-feira	18h30	Engenho Braun/Jardins/Vila Mantelli/Loteamento Cantarelli/Rio dos Índios
23.02	Terça-feira	18h30	Cristo Rei
24.02	Quarta-feira	18h30	Eldorado/Água Santa
01.03	Terça-feira	19h00	Saic
02.03	Quarta-feira	18h30	Boa Vista
08.03	Terça-feira	18h30	São Pedro
09.03	Quarta-feira	18h30	Jardim América
15.03	Terça-feira	18h30	Esplanada/Monte Belo
16.03	Quarta-feira	18h30	Paraíso
22.03	Terça-feira	18h30	Seminário/Progresso (Expoente)
23.03	Quarta-feira	18h30	Pinheirinho
29.03	Terça-feira	18h30	Santa Maria
30.03	Quarta-feira	18h30	Presidente Médice
05.04	Terça-feira	18h30	Universitário
06.04	Quarta-feira	18h30	Santo Antônio
12.04	Terça-feira	18h30	São Cristóvão
13.04	Quarta-feira	18h30	Jardim Itália
19.04	Terça-feira	18h30	Líder
20.04	Quarta-feira	18h30	Passo dos Fortes
26.04	Terça-feira	18h30	Santa Paulina
27.04	Quarta-feira	18h30	Parque das Palmeiras
03.05	Terça-feira	18h30	Quedas do Palmital
04.05	Quarta-feira	18h30	Palmital
10.05	Terça-feira	18h30	Maria Goretti
11.05	Quarta-feira	18h30	Campestre/Dom Pascoal/Industrial
17.05	Terça-feira	18h30	Autódromo/Linha Tomazelli/Fronteira Sul
18.05	Quarta-feira	18h30	Bom Retiro
24.05	Terça-feira	18h30	Bom Pastor
25.05	Quarta-feira	18h30	Jardim Europa
31.05	Terça-feira	18h30	Santos Dumont/Palmital dos Fundos
01.06	Quarta-feira	18h30	Jardim do Lago/Juliana/Aurora
07.06	Terça-feira	18h30	Efapi/Thiago/Dona Rita I e II/Universidade I e II/Alice I e II/Mirante do Sul/Colatto
08.06	Quarta-feira	18h30	Zanrosso I e II/Colina do Sol/Campinas I e II
14.06	Terça-feira	18h30	Alta Floresta/Paraty/Araras
15.06	Quarta-feira	18h30	Auri Bodanese/Rosana/Wiltoldo/Parque das Mansões/Vila Páscoa/Vila Esperança/Popular V/Elias Galon/Califórnia/Cantarelli I e II/Residencial Jardim Ipê
21.06	Terça-feira	18h30	Centro

ANEXO II

CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE DO PODe - COMUNITÁRIOS E POR SEGMENTO

LOCAL - interior	No	LOCAL - Bairros	No	SEGMENTOS	No
Água Amarela	1	Água Santa	1	Poder Público Municipal	10
Aldeia Condá	1	Alvorada	2	Entidades Empresariais	5
Aldeia Toldo Chimbanguê	1	Araras	1	Entidades Sindicais de Trabalhadores	5
Almeida	1	Autódromo	1	Entidades Profissionais	3
Alto Capinzal	1	Bela Vista	4	Entidades Acadêmicas e de Pesquisas	3

Alto da Serra - sede	1	Belvedere	2	Organizações Não Governamentais	3
Arvoredo	1	Boa Vista	2	Conselhos gestores municipais*	25
Baronesa da Limeira	1	Bom Pastor	2		
Barra da Chalana	1	Bom Retiro	1		
Barra do Carneiro	1	Campestre	1		
Batistello	1	Centro	5		
Beira Rio	1	Cristo Rei	2		
Boa Vista	1	Desbravador	1		
Bolsoni	1	Dom Gerônimo	1		
Bom Retiro	1	Dom Pascoal	1		
Cabeceira da Antinha	1	Efapi	5		
Cabeceira da Divisa	1	Eldorado	2		
Cabrereira da Barragem	1	Engenho Braun	2		
Cachoeira	1	Esplanada	2		
Campinas	1	Fronteira Sul	1		
Caravágio	1	Industrial	1		
Cascavel	1	Jardim América	2		
Colônia Bacia	1	Jardim Europa	1		
Colônia Cella	1	Jardim Itália	2		
Corredeira do Cerne	1	Jardins	1		
Duque de Caxias	1	Lajeado	1		
ErculanoVailon	1	Líder	2		
Faxinal dos Rosa	1	Maria Goretti	2		
Gamelão	1	Monte Belo	1		
Girardi	1	Palmital	2		
GoioÊn - sede	1	Paraíso	2		
Gramadinho	1	Parque das Palmeiras	2		
Henrique	1	Passo dos Fortes	4		
Independência	1	Pinheirinho	2		
Lajeado Liso	1	Presidente Médice	4		
Lajeado Veríssimo	1	Progresso	1		
Marcon	1	Quedas do Palmital	2		
Marechal Bormann - sede	1	Saic	3		
Meia Serra	1	Santa Maria	4		
Monte Alegre	1	Santa Paulina	1		
Monte Belo	1	Santo Antônio	4		
Nossa Senhora de Lourdes	1	Santos Dumont	1		
Nova Aurora	1	São Cristóvão	5		
Núcleo Hortifrutigrangeiro	1	São Lucas	1		
Palmeiras	1	São Pedro	3		
Palmital dos Fundos	1	Seminário	3		
Passo dos Ferreiras	1	Trevo (Interior)	2		
Pedro e Paulo	1	Universitário	2		
Pequena	1	Vila Real	2		
Pereira	1	Vila Rica	2		
Pinhalzinho	1				
Pinheiro	1				
Praia Bonita	1				
Quadros	1				
Rio dos Índios	1				
Rodeio Bonito	1				
Rodeio Chato	1				
Rodeio do Herval	1				
São Francisco	1				
São José do Capinzal	1				
São Pedro A	1				
São Pedro B	1				
São Rafael	1				
São Roque	1				
São Vendelino	1				
Saqueti	1				
Sarapião	1				
Figueira - sede	1				

Sede Querência	1					
Serraria Reatto	1					
Serrinha	1					
Simonetto	1					
Sperotto	1					
Tafona	1					
Tomazelli	1					
Tope da Serra	1					
Tormen	1					

(*) O número de conselheiros descrito na coluna corresponde ao número de titulares. Para cada titular haverá um suplente.

(**) Cada Conselho gestor municipal, criado por Lei municipal, escolherá 1 conselheiro titular e 1 suplente para o Conselho do PODe.

ANEXO III

RESUMO DE DECRETOS - 28/01/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--	--

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
31997	18/01/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 31.638, de 17 de dezembro de 2015, que nomeou FABRICIO VELEDA CHIABOTTO DUARTE, para ocupar o cargo de Auxiliar de Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal
31998	22/01/2016	Exoneração, a pedido, de FATIMA TERESINHA DOS SANTOS
31999	22/01/2016	Exoneração, a pedido, de JULIANO DELGADO FRANZOZI
32001	22/01/2016	Revoga, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, da servidora pública municipal MARGARETE SANTIN
32002	22/01/2016	Revoga, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, do servidor público municipal SAULO SCAPIN DURIGON
32003	22/01/2016	Revoga, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, da servidora pública municipal MARIA LUCIANA FANK IDALGO FAGUNDES
32004	22/01/2016	Revoga, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, da servidora pública municipal MARIA FANK IDALGO FAGUNDES
32005	22/01/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal ELISA GRANDO
32006	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal EVANI GONÇALVES MACHADO
32007	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal EVANI FLORES DA ROSA
32008	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal SUELI DOS SANTOS
32009	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal MARLI SIEVE DA COSTA
32010	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal MARIA CHRISANTO DE MORAES
32011	22/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal ORLANDINA ALVES DE MEDEIROS
32012	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de SIVAL FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR
32013	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DOUGLAS LUCAS LIMA DE VARGAS
32014	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de RICARDO ULKOWSKI
32015	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de TAISE MAIARA ROATTI
32016	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de CARLA ADRIANE PATZLAFF
32017	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de MAIDA SUELEN DE OLIVEIRA COELHO
32018	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de MAILYN STEPHANEE BITTELBRUM BORDIGNON
32019	26/01/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ANDERSON RACHID PERON
32020	26/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal HELUISA TESSARI
32021	26/01/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ADEMAR DA SILVA MEDEIROS

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Gêneros Alimentícios, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 18/02/2016.

Abertura: Dia 18/02/2016, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 27 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 18.16

DECRETO SAF/ Nº. 18/16, de 08 de janeiro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.293, de 23 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte e Cultura

1.002 – Construção e Ampliação de Creches

4.4.90.00.00.00.00.00.0123(Salário Educação) – Aplicações Diretas	R\$ 145.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0197(Alienação Bens Educação) – Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edificações, San., Ref., Transp e Serv. Públicos

1.022 – Pavimentação e Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0127(Convênios com a União) – Aplicações Diretas	R\$ 78.000,00
TOTAL	R\$ 223.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do superávit financeiro exercício de 2015, nas fontes de recursos TCE 36 – Salário Educação, 87 – Alienação Bens Educação Básica e 34

– Recursos Convênios União – Outros, conforme artigo 10 da Lei Orçamentária Anual n. 1.293, de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 19.16

DECRETO SAF/Nº. 19/16, de 14 de janeiro de 2016.

REAJUSTA VALORES REFERENTES À TÍTULO DE ISS PELAS MICROEMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 10, alterado pela Lei Complementar n. 48, de 05 de dezembro de 2013, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustados os valores constantes no art. 10 da Lei Complementar 48, de 05 de dezembro de 2013, oriunda a Lei Complementar 25, de 23 de dezembro de 2009, referente o valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional, que aufram receita bruta, ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, que passam a vigorar com os seguintes valores:

I – até R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) ano – R\$ 47,19(quarenta e sete reais e dezenove centavos) mensais;

II – de R\$ 40.001,00(quarenta mil e um reais) a R\$ 60.000,00(sessenta mil reais) ano – R\$ 70,68(setenta reais e sessenta e oito centavos) mensais;

III – de R\$ 60.001,00(sessenta mil e um reais) a R\$ 80.000,00(oitenta mil reais) ano – R\$ 94,24(noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos) mensais;

IV – acima de R\$ 80.001,00(oitenta mil e um reais) ano – R\$ 117,81(cento e dezessete reais e oitenta e um centavos) mensais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 39/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 11/2014

ADITIVO Nº: 39/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ANTÔNIO QUAREZEMIN

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11/PMCS/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/PMCS/2014

Objeto do contrato: É objeto deste instrumento a locação do imóvel (parte térrea e todo o primeiro piso) de propriedade do locador, localizado na rua Paulino Búrigo, nº. 12, centro, neste município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município - sede da secretaria de educação e outros.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 20/02/2014.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 40/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 79/2014

ADITIVO Nº: 40/2015

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 60/PMCS/2014.

PREGÃO PRESENCIAL: 30/PMCS/2014

Objeto do contrato: Serviços de vigilância eletrônica nos imóveis municipais

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 26/06/2014.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 43/FMS/2015

CONTRATO Nº: 05/2014

ADITIVO Nº: 43/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ELEVADORES CASTELO LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/FMS/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FMS/2014

Objeto do contrato: É objeto deste instrumento os serviços de manutenção preventiva, uma vez por mês, procedendo na mesma ocasião, se necessário, a inspeção regulagem, ajustagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnicas de todas as partes dos equipamentos e fim de proporcionar ao elevador, devidamente instalado na sede da secretaria de saúde pública do município, sito à rua Angelo Peruchi, nº. 10, centro, cocal do sul/sc, um funcionamento eficiente, seguro e econômico.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 31/01/2014.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 3.459,10 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 46/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 68/2013

ADITIVO Nº: 41/2015

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12/PMCS/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 04/PMCS/2013

Objeto do contrato: É objeto deste instrumento a locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 460, centro comercial Dagostim, salas 30, 31, 32, 33, 34 e 35, medindo aproximadamente 150,00m², no centro de Cocal do Sul/SC, para nelas serem instalados serviços públicos de interesse do município - casa da cidadania e outros.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 01/03/2013.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 13.543,80 (treze mil quinhentos e quarenta e três e oitenta centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 51/FMS/2015

CONTRATO Nº: 122/2013

ADITIVO Nº: 51/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T. A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: NEURUS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/FMS/2013

CARTA CONVITE: 01/FMS/2013

Objeto do contrato: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de serviços de especialidade médica em neurologia.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 17/04/2013.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 69.120,00 (sessenta e nove mil cento e vinte reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 52/FMS/2015

CONTRATO Nº: 123/2013

ADITIVO Nº: 52/2015

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CARDIOEXPRESS CLINICA DE CARDIOLOGIA E MEDICINA DO ESPORTE E REABILITAÇÃO LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/FMS/2013

CARTA CONVITE: 01/FMS/2013

Objeto do contrato: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de serviços de especialidade médica em cardiologia.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 17/04/2013.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/PMCS/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/PMCS/2016

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de entrega de notificações, panfletos, informativos, folders e documentos correlatos, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul, para o exercício de 2016.

Executante: Pedro Jose Vieira Antunes

Razão da Escolha da executante: A empresa apresenta preços compatíveis com os praticados no mercado.

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso II, da lei nº 8.666/93.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 25 de janeiro de 2016

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

As demais cláusulas do Convênio nº. 16/2014, de 28 de julho de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

_____;

_____.

TERMO ADITIVO N. 03/2016

TERMO ADITIVO Nº 03/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 16/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E O PARAÍSO DA CRIANÇA DE URUSSANGA.

Pelo Segundo Termo Aditivo ao Convênio de repasse de contribuição financeira, nós abaixo assinados, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como ENTIDADE BENEFICIADA, o PARAÍSO DA CRIANÇA DE URUSSANGA, entidade filantrópica, com sede na Rua da Criança, 273, Centro, Urussanga/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 86.532.090/0001-87, temos justo e conveniado o que a seguir se descreve.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2016, o prazo de vigência do Convênio nº. 16/2014, de 28 de julho de 2014, referente repasse de valores financeiros, para pagamento de despesas de custeio, no atendimento as crianças abrigadas na referida entidade.


CLAUSULA SEGUNDA – DO REPASSE

O valor do repasse de R\$ 7.600,00(sete mil e seiscentos reais) conforme Cláusula Décima do Convênio nº. 16/2014, de 28 de julho de 2014, permanece inalterado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CÂMARA MUNICIPAL

SICONFI2015

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	951.880,35	0,00
Pessoal Ativo	951.880,35	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	951.880,35	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.261.252,12	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	951.880,35	2,31
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.475.675,13	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.351.891,37	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.228.107,62	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

	Apuração da Taxatividade de Retorno ao Limite da DTP					
Taxatividade de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Exercício em que Excedeu o Limite		Exercício do Primeiro Período Seguinte		Exercício do Segundo Período Seguinte	
	No Quadrimestre Anterior	% DTP (f)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (g = f/3%)	Limite (h) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (j) = (f-a)
	Limite Máximo (a)	% DTP (h)	% Excedente (c) = (a-b)			
Taxatividade de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-
Taxatividade de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-
Taxatividade de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado****Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (Poder Legislativo)****CNPJ:****Exercício: 2015****Período de referência: 2º semestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP		
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>		
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016 - FMS

Objeto: Aquisição, instalação e configuração de central telefônica para a Central de Rede de Frios com as linhas e ramais, contando ainda com a mensagem de voz gravada com as opções de encaminhamento para os diversos setores, com recursos obtidos através da proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde – FNS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 14 h e 15 min do dia 12/02/2016.

Início da Sessão: dia 12/02/2016, às 14h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 22 de janeiro de 2016.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de mobiliários e equipamentos diversos, para atender e equipar a Unidade Sanitária Central, através do Programa da Central de Rede de Frios, com recursos obtidos através da proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde – FNS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 12/02/2016.

Início da Sessão: dia 12/02/2016, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 27 de janeiro de 2016.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de peças para conserto do sistema de direção, escapamento e aceleração da Retroescavadeira JCB 214E PMC 474 e fornecimento de peças para conserto do sistema hidráulico e direção da Retroescavadeira Randon RD406A PMC 678, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/02/2016.

Abertura: dia 16/02/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 27 de janeiro de 2016.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção, visando ao atendimento das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, comprovados, conforme previsão da Lei nº 4.830 de 17 de dezembro de 2015, a qual institui o Banco Social de Materiais de Construção, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/02/2016.

Abertura: dia 16/02/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 27 de janeiro de 2016.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

ERRATA EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 1/2016 – FMS

ERRATA EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 1/2016 – FMS

Na publicação do Extrato da Justificativa nº 1/2016 FMS, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1920, pág. 802, na data de 27 de janeiro de 2016, onde lê-se: "MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, MARIA CRISTINA BERTA, em exercício"; leia-se: "MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado Prefeito Municipal em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER..."

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2016 – FMS

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2016 – FMS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, MARIA CRISTINA BERTA e a ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CONCÓRDIA - RFCC, inscrita no CNPJ sob nº 85.510.377/0001-88, representada pelo seu Presidente, senhora EUNICE CADORE FRANCAZAK

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde da Média e Alta Complexidade, destinado a realização do projeto de acolhimento e atendimento de pacientes portadoras de câncer

VALOR: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wolowszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25 de janeiro de 2016, para o internamento asilar de longa permanência, para a senhora Dirce Noemy Kapp, conforme determinação judicial, autos Nº0006742-19.2015.8.24.0019, a favor da empresa, ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA, no valor total de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2016

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, com sede na Rua da Independência, 246, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente,

senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de concórdia, nos serviços de combate à incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 900.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2016, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 27 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 03/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 03/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora VIRGINIA PEREIRA AMADOR, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 01 a 09 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 27 de janeiro de 2016.

ANDRESSA FUCHINA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 04/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 04/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor ROBERTO DEL POZZO, ocupante do cargo de Encarregado de Seção, em gozo de férias, para exercício

de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 01 a 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 27 de janeiro de 2016.

ANDRESSA FUCHINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 05/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 05/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora ANDRESSA FUCHINA, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 01 a 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes
Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 27 de janeiro de 2016.

VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 06/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 06/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor ALADIR LUIS POLETO, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 01 a 14 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 27 de janeiro de 2016.

ANDRESSA FUCHINA
Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 01/2016 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 01/2016 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: SÉRGIO BOCCA ME

OBJETO: Locação de duas vagas de garagem, para os veículos do Poder Legislativo, Vectra placas MHN 1423 e Focus placas QHH 0964.

VALOR TOTAL: R\$ 4.784,88 (quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903910

DATA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia - SC

CONTRATO Nº 02/2016 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 02/2016 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: AUTÔMATOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA

OBJETO: Locação de duas máquinas para preparar bebidas quentes (café), modelo Coffeemax III Special com gabinete de base com rodas.

VALOR TOTAL: R\$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339 03912

DATA DA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia SC

CONTRATO Nº 03/2016 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 03/2016 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de micro computadores, impressoras e manutenção de softwares.

VALOR TOTAL: R\$ 4.342,32 (quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339 03995

DATA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia - SC

CONTRATO Nº 04/2016 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 4/2016 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: TURBONET PROVEDOR LTDA

OBJETO: Contratação de serviço de hospedagem de e-mail, domínio e serviço de acesso à internet via ondas de rádio.

VALOR TOTAL: R\$ 7.998,00 (sete mil, novecentos e noventa e oito reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339 03997

DATA DA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia SC

CONTRATO Nº 05/2016 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 05/2016 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador.

VALOR TOTAL: R\$ 4.673,04 (quatro mil, seiscentos e setenta e três reais e quatro centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.339 03916

DATA DA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia SC

EXTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONTRATO Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONTRATO

INTERVENIENTE ANUENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CEDENTE: GOVERNANÇABRASIL AS TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA

CESSIONÁRIA: DUETO TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Serviço licença de uso por prazo determinado – locação de software de Sistemas de Gestão Pública – Legislativo e Testos Legais.

DATA ASSINATURA: 04.01.2016

DATA VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia - SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 03/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

OBJETO: Serviço de vigilância e monitoramento eletrônico nas dependências do prédio da Câmara de Vereadores.

ALTERAÇÕES: Fica alterado o valor para R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais mensais) e a vigência até 31 de dezembro de 2016.

DATA ASSINATURA: 29.12.2015

DATA VENCIMENTO: 31.12.2016

FORO: Comarca de Concórdia - SC

RGF ANEXO 1

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.190.393,36	0,00
Pessoal Ativo	2.190.393,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.190.393,36	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	209.448.396,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.190.393,36	1,05
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.566.903,77	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.938.558,58	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.310.213,39	5,40

FONTE:

CONCORDIA, 31/12/2015

 MAURO MENDES
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5

 LEOCIR DOMINGO ZANELLA
 Vice Presidente

 VILMAR COMASSETTO
 1º Secretário

 ARLAN GULIANI
 2º Secretário

 MARCIANO CORADI
 Responsável pelo Controle Interno

RGF ANEXO 5

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXILIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN. VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
				Do Exercício					
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	6.876,42	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	6.876,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES Presidente	DELAIR M. S. DALLEGRAVE Contador CRC SC 022.843/O-5	LEOCIR DOMINGO ZANELLA Vice Presidente
VILMAR COMASSETTO 1º Secretário	ARLAN GULIANI 2º Secretário	MARCIANO CORADI Responsável pelo Controle Interno

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN. VINCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício Anteriores (b)	(c)					
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES Presidente	DELAIR M. S. DALLEGRAVE Contador CRC SC 022.843/O-5	LEOCIR DOMINGO ZANELLA Vice Presidente
VILMAR COMASSETTO 1º Secretário	ARLAN GULIANI 2º Secretário	MARCIANO CORADI Responsável pelo Controle Interno

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN. VINCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
				Do Exercício					
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES Presidente	DELAIR M. S. DALLEGRAVE Contador CRC SC 022.843/O-5	LEOCIR DOMINGO ZANELLA Vice Presidente
VILMAR COMASSETTO 1º Secretário	ARLAN GULIANI 2º Secretário	MARCIANO CORADI Responsável pelo Controle Interno

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN. VINCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras	(d)				(e)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores						
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	6.876,42	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES Presidente	DELAIR M. S. DALLEGRAVE Contador CRC SC 022.843/O-5	LEOCIR DOMINGO ZANELLA Vice Presidente
VILMAR COMASSETTO 1º Secretário	ARLAN GULIANI 2º Secretário	MARCIANO CORADI Responsável pelo Controle Interno

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VNCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ordinário	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
				Do Exercício					
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.876,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.876,42	6.876,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES Presidente	DELAIR M. S. DALLEGRAVE Contador CRC SC 022.843/O-5	LEOCIR DOMINGO ZANELLA Vice Presidente
VILMAR COMASSETTO 1º Secretário	ARLAN GULIANI 2º Secretário	MARCIANO CORADI Responsável pelo Controle Interno

RGF ANEXO 6

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		209.448.396,17	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		2.190.393,36	1,05
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		12.566.903,77	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		11.938.558,58	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-6.876,42	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		46.078.647,16	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		33.511.743,39	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		14.661.387,73	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		6.876,42	6.876,42

FONTE:

CONCORDIA, 31/12/2015

MAURO MENDES
 Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
 Vice Presidente

VILMAR COMASSETTO
 1º Secretário

ARLAN GULIANI
 2º Secretário

MARCIANO CORADI
 Responsável pelo Controle Interno

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 070/2016

DECRETO Nº 070, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do Pasep
Modalidade de Aplicação: 339000 - 145
Fonte de Recursos: 1.0.16 - Vinculados – R\$ 100,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do Pasep
Modalidade de Aplicação: 339000 - 141
Fonte de Recursos: 1.0.00 - Vinculados – R\$ 100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para 13/01/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DECRETO N. 071/2016

DECRETO Nº071/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01/02/2016, a Sra. ANDRÉIA LANZARINI DIDOMENICO, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte horas) semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 072/2016

DECRETO Nº072/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01/02/2016, a Sra. DAIANE FÁVERO, para exercer o cargo de Professor do Ensino Fundamental (anos finais) - Ciências, com carga horária de 20 (vinte horas) semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 073/2016

DECRETO Nº073/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01/02/2016, a Sra. NAURIANE DI DOMENICO, para exercer o cargo de Professor do Ensino Fundamental (anos finais) - História, com carga horária de 10 (dez horas) semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 074/2016

DECRETO Nº074/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir de 01/02/2016, o Sr. ALAN FABIO FAVARETO, para exercer o cargo de Professor do Ensino Fundamental (anos finais) - Matemática, com carga horária de 20 (vinte horas) semanal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 075/2016

DECRETO Nº075/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01/02/2016, a Sra. PATRICIA MARCHI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte horas) semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 076/2016

DECRETO Nº076/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. MARCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016, que serão gozadas a partir de 15/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCIA DALAGASPERINA BOFF Ciente em ____/____/2016

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROESSO N. 17/2016 - DISPENSA CIGA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato do Sr. Mauro Arlindo Moresco, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento, que declarou dispensável a licitação, do inciso XVI, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 13 de Janeiro de 2016, Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação com adesão aos programas: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão de Obras; Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA; Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN., no valor total de R\$9.300,00 (Nove mil e trezentos reais).

Cordilheira Alta, 13 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2016

PARTICIPANTE: O Município de Coronel Freitas e a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira : Repasse de recursos na forma de subvenção social destinados ao desenvolvimento, promoção e execução de atividades e serviços de saúde médico/hospitalares de urgência e emergência aos munícipes residentes e domiciliados na cidade de Coronel Freitas.

VALOR: O valor do Convênio é de R\$840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais)

DOTAÇÃO: Ação: 2.088, Fonte 01.0000, item: 33.50.00 Vigência: 01/01/2016 à 31/12/2016 Assinado em 22/01/2016.

Coronel Freitas (SC), 22 de janeiro de 2016.

Cesar Luiz Martinelli

Prefeito em Exercício

Coronel Martins

PREFEITURA

ERRATA AO ANEXO DO TERMO ADITIVO Nº 094, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ERRATA AO ANEXO DO TERMO ADITIVO Nº 094, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração do teor do Anexo do Termo Aditivo nº 094, de 30 de dezembro de 2015, o qual possui erro na descrição da Cláusula, onde lê-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 30 de abril de 2015.

Leia-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 30 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 25 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 668, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 668, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

II – a estrutura e organização do orçamento;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – das metas fiscais;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº.

101/2000 são as identificadas nos anexos desta Lei.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos das Despesas fixarão as mesmas, ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal da Infância e da Adolescência;
- Fundo Municipal de Habitação.

Parágrafo Único – Os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência e Habitação para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde.

Art. 10 – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 – Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2016, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária

e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 – A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2016 e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 – O Orçamento para o exercício de 2016 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do Município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 – Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2016 a preços correntes.

Art. 29 – O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2016 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30 – Durante a execução orçamentária de 2016 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 35 – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 – O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 46 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, em 23 de dezembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 009 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 009 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	74	0132	17.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 0132, Aquisição de Implementos Agrícolas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 04 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ERRATA AO ANEXO DO TERMO ADITIVO Nº. 099, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ERRATA AO ANEXO DO TERMO ADITIVO Nº. 099, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Anexo da Publicação, do Termo Aditivo nº 099, de 30 de dezembro de 2015, o qual possui erro na data, onde lê-se:

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 099/2015 DE CONTRATO DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Leia-se:

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 099/2015 DE CONTRATO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 27 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 013, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o atestado médico apresentado na data de 21/01/2016;

CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Rafaela Nisczak dos Santos Marconsoni, ocupante do Cargo de Farmacêutica, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 19 de janeiro de 2016 a 16 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 19 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 21 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 015 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 015 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

Considerando que a servidora abaixo relacionada cumpriu com os requisitos previstos nos artigos 113 e 114 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 90 (noventa) dias, com gozo a partir do dia 10 de fevereiro a 09 de maio de 2016.

Nome	Cargo	Referências
Salete Biazin	Auxiliar de Serviços Gerais	02/2006 á 02/2009 02/2009 a 02/2012 02/2012 a 02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 25 de janeiro de 2016.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins -SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 01 de fevereiro de 2016, para início das atividades de cargo de provimento temporário, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	BEATRIS BANDEIRA	1º

A candidata supra relacionada devera apresentar-se até o dia 29 de janeiro de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);

7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3x4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil ou CEF);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 25 de janeiro de 2016.
Dirceu Favretto
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO COM DESPESAS DE PESSOAL

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.120.545,55	56.598,42	
Pessoal Ativo	17.098.757,98	56.598,42	
Pessoal Inativo e Pensionista	20.587,57	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.200,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	17.120.545,55	56.598,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.847.344,46	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	17.177.143,97	50,75	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	20.308.406,68	60,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	19.292.986,34	57,00	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	18.277.566,01	54,00	
FONTE:			

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.177.501,38	5.208.808,39
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.177.501,38	5.208.808,39
Interna	4.177.501,38	5.208.808,39
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.848.549,83	4.522.864,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.495.132,42	5.094.615,78
Demais Haveres Financeiros	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	671.673,61	596.842,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.328.951,55	685.943,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	35.516.304,74	33.847.344,46
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	11,76%	15,39%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	3,74%	2,03%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	42.619.565,69	40.616.813,35
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	38.357.609,12	36.555.132,02

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.177.501,38	5.208.808,39
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	3.677.832,78	3.560.709,19
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	3.677.832,78	3.560.709,19
Previdenciárias	3.677.832,78	3.560.709,19
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	499.668,60	1.648.099,20

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	129.302,04	388.767,38
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.125.405,16	958.396,79

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	35.516.304,74	35.305.873,11	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.813.587,04	7.767.292,08	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	7.032.228,34	6.990.562,88	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.210.000,00	1.285.400,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.210.000,00	1.285.400,00
Interna	1.210.000,00	1.285.400,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.210.000,00	1.285.400,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	40.000,00	40.000,00
Parcelamentos de Dívidas	40.000,00	40.000,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	40.000,00	40.000,00
Previdenciárias	40.000,00	40.000,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.847.344,46	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.285.400,00	3,80
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.415.575,11	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.874.017,60	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.369.314,11	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.325.400,00	3,92

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(e)						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores							
	(a)	(b)	(c)	(d)		(f) = (a - (b + c + d + e))		R\$ 1,00			
Alienação Bens Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienções de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienções de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienções de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienções de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS - Tesouro-f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS - Tesouro-f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Assistência Farmacêutica Básica	1.690,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.690,79	643,02	0,00			
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Assistência Farmacêutica Estratégica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Assistência Farmacêutica Estratégica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Atenção Ambulatorial e Hospitalar - IMAC	3.636,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.636,90	0,00	0,00			
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,71	0,00			
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.215,06	0,00			

Continua 1/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 2/7
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Demais Obrigações Financeiras	(e)					
									(b)	(c)
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
Bolsa Família	13.852,64	0,00	0,00	10,45	13.842,19	0,00	0,00	0,00		
Bolsa Família - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição Custeio Serviços Iluminacao Publica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição de Intervdo Dom.Eco.CIDE	2.604,94	0,00	0,00	0,00	2.604,94	0,00	0,00	0,00		
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição para o COSIP	1.819,05	0,00	7.759,79	720,85	(6.661,59)	8.823,71	0,00	0,00		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Militar	41.444,54	0,00	0,00	0,00	41.334,54	100,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensação Excepcional - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensação Excepcional - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Oper. Créd. Internas Outros Programas	478.864,65	0,00	0,00	0,00	457.604,80	134.065,32	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Bc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Bc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Tesc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Tesc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/7
R\$ 1,00

Continua 2/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										Continuação 37
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)						
										(c)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	7.882,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.882,15	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Decorrentes de Comp. Fin. pela Expl. de F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Decorrentes de Comp. Fin. pela Expl. de F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Educação - FNDE	70.324,74	0,00	0,00	145.836,31	0,00	(75.511,57)	0,00	0,00	0,00	
Passivos decorrentes de Fusão, Cisão ou Incorporação - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivos decorrentes de Fusão, Cisão ou Incorporação - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Prog. Dinheiro Direto na Escola PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA - Tesouro-Ex.Ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/7

R\$ 1,00

Continua 3/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/7

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD - Tesou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD - Tesou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	61.497,57	0,00	0,00	0,00	0,00	61.497,57	0,00	0,00
Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/7
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênios da União Saúde	59.318,95	0,00	0,00	8.999,82	0,00	50.319,13	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênio da Saúde	179.230,64	0,00	0,00	0,00	0,00	179.230,64	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social - Tesouro-Ex.C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	2.068.859,15	0,00	0,00	0,00	119,20	2.068.739,95	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB-(aplic.profs)	0,00	0,00	16.575,99	0,00	29.424,17	(46.000,16)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	43.212,01	0,00	0,00	0,00	0,00	43.212,01	288,17	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.287.231,77	0,00	32.014,44	176.205,98	31.243,49	3.047.767,86	204.630,23	0,00
Alienação Bens Outros Programas	289.416,69	0,00	0,00	0,00	0,00	289.416,69	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))										Continuação 67	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos							
										(a)	(b)
Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Civil	23.034,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.034,45	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Ant.	2.351,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.351,59	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Prefeitura	22.949,09	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	22.809,09	0,00	0,00		
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.353,86	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.974,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.974,11	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	118,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,57	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	33,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,28	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	381.348,93	0,00	0,00	306.656,81	0,00	109.740,56	(35.048,44)	83.403,43	0,00		
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	60.878,61	0,00	0,00	84.223,28	0,00	66.412,37	(89.757,04)	67.108,98	0,00		
Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recitas Impostos e Transf. de Impostos Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários	879.924,80	9.750,00	164.057,51	81.246,06	162.501,80	462.369,43	328.448,25	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Águas Corupá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continuação 6/7
R\$ 1,00

Continua 6/7

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/7
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
(a)	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			
Superavit Recursos Livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TAXA BOMBEIRO	98.969,15	0,00	0,00	0,00	0,00	98.969,15	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência da União - Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	32.384,74	0,00	0,00	0,00	18.869,16	13.515,58	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.807.384,01	9.750,00	555.077,60	81.246,06	357.523,89	803.786,46	496.314,52	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	5.094.615,78	9.750,00	587.092,04	257.452,04	388.767,38	3.851.554,32	700.944,75	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		33.847.344,46	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		17.177.143,97	50,75
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		20.308.406,68	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		19.292.986,34	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		685.943,63	2,03
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		40.616.813,35	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.446.415,78	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		1.285.400,00	3,80
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.415.575,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.369.314,11	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	700.944,75	3.851.554,32
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
Valor Total		700.944,75	3.851.554,32

FONTE:

Município de Concupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				RS 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE PESSOAS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESSTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL OUTRAS RECEITAS OUTRAS RECEITAS - CONVÊNIOS PAVIMENTAÇÃO DIVERSAS RUAS RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	44.746.784,41 37.844.734,41 6.630.845,13 3.369.681,00 1.428.126,63 1.833.037,50 242.550,00 242.550,00 232.601,25 232.601,25 30.318,75 30.318,75 2.006.025,00 27.851.868,03 27.517.968,03 0,00 333.900,00 850.526,25 420.661,50 17.640,00 359.856,00 52.368,75 6.902.050,00 1.000.000,00 1.000.000,00 262.500,00 157.500,00 105.000,00 5.587.050,00 0,00 5.587.050,00 52.500,00 52.500,00 0,00 0,00	44.746.784,41 37.844.734,41 6.630.845,13 3.369.681,00 1.428.126,63 1.833.037,50 242.550,00 242.550,00 232.601,25 232.601,25 30.318,75 30.318,75 2.006.025,00 27.851.868,03 27.517.968,03 0,00 333.900,00 850.526,25 420.661,50 17.640,00 359.856,00 52.368,75 6.902.050,00 1.000.000,00 1.000.000,00 262.500,00 157.500,00 105.000,00 5.587.050,00 0,00 5.587.050,00 52.500,00 52.500,00 0,00 0,00	8.001.644,18 6.057.245,49 654.884,00 443.360,72 210.939,62 583,66 145.949,49 145.949,49 52.889,15 52.889,15 4.864,68 4.864,68 489.699,68 4.615.401,71 4.540.232,40 20.000,00 55.169,31 93.556,78 27.838,80 0,00 38.724,25 26.993,73 1.944.399,69 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.538.971,75 17.722,10 1.921.249,65 2.518,29 2.518,29 2.908,65 592,50	17,88 16,01 9,88 13,16 14,77 0,03 60,17 60,17 22,74 22,74 16,05 16,05 24,41 16,57 16,50 0,00 16,52 11,00 6,62 0,00 10,76 51,55 28,17 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 34,70 0,00 34,39 4,80 4,80 0,00 0,00	40.794.383,78 33.833.377,36 4.413.667,21 3.159.611,74 1.250.210,05 3.845,42 401.203,95 401.203,95 320.837,94 320.837,94 25.116,33 25.116,33 2.446.776,09 25.669.521,58 25.410.243,59 53.606,66 205.671,33 556.254,26 173.650,02 26.375,41 282.021,08 74.207,75 6.961.006,42 2.995.771,77 2.995.771,77 264.475,45 243.960,00 20.515,45 3.196.308,61 262.522,10 2.933.786,51 16.965,91 16.965,91 887.484,68 18.523,70	91,17 89,40 66,56 93,77 87,54 0,21 165,41 165,41 137,93 137,93 82,84 82,84 121,97 92,16 92,34 0,00 61,60 65,40 41,28 149,52 78,37 141,70 100,85 259,58 259,58 100,75 154,90 19,54 57,21 0,00 52,51 32,32 32,32 0,00 0,00	3.952.400,63 4.011.357,05 2.217.177,92 210.069,26 177.916,58 1.829.192,08 -158.653,95 -158.653,95 -88.236,69 -88.236,69 5.202,42 5.202,42 -440.751,09 2.182.346,45 2.107.724,44 -53.606,66 128.228,67 294.271,99 247.011,48 -8.735,41 -21.839,00 -88.956,42 -1.595.771,77 -1.595.771,77 -1.975,45 -86.460,00 84.484,55 2.390.741,39 -262.522,10 2.653.263,49 35.534,09 35.534,09 -887.484,68 -18.523,70	
	44.746.784,41 37.844.734,41 6.630.845,13 3.369.681,00 1.428.126,63 1.833.037,50 242.550,00 242.550,00 232.601,25 232.601,25 30.318,75 30.318,75 2.006.025,00 27.851.868,03 27.517.968,03 0,00 333.900,00 850.526,25 420.661,50 17.640,00 359.856,00 52.368,75 6.902.050,00 1.000.000,00 1.000.000,00 262.500,00 157.500,00 105.000,00 5.587.050,00 0,00 5.587.050,00 52.500,00 52.500,00 0,00 0,00	44.746.784,41 37.844.734,41 6.630.845,13 3.369.681,00 1.428.126,63 1.833.037,50 242.550,00 242.550,00 232.601,25 232.601,25 30.318,75 30.318,75 2.006.025,00 27.851.868,03 27.517.968,03 0,00 333.900,00 850.526,25 420.661,50 17.640,00 359.856,00 52.368,75 6.902.050,00 1.000.000,00 1.000.000,00 262.500,00 157.500,00 105.000,00 5.587.050,00 0,00 5.587.050,00 52.500,00 52.500,00 0,00 0,00	8.001.644,18 6.057.245,49 654.884,00 443.360,72 210.939,62 583,66 145.949,49 145.949,49 52.889,15 52.889,15 4.864,68 4.864,68 489.699,68 4.61					

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Continuação 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	44.746.784,41	44.746.784,41	8.001.644,18	17,88	40.794.383,78	3.952.400,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	44.746.784,41	44.746.784,41	8.001.644,18	17,88	40.794.383,78	3.952.400,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)	—	2.320.066,72	—	—	1.819.689,18	—
Superávit Financeiro	—	2.320.066,72	—	—	1.819.689,18	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	39.212.525,82	10.812.020,92	6.809.615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	37.924.489,03	700.944,75
DESPESAS CORRENTES	31.048.314,66	35.317.999,11	5.009.583,36	31.868.370,11	3.449.629,00	6.177.476,78	31.306.386,26	4.011.612,85	30.724.367,59	561.983,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.387.683,50	18.976.627,82	3.403.396,01	17.175.723,82	1.800.904,00	3.351.562,42	17.119.125,40	1.857.502,42	16.612.592,82	56.598,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.000,00	265.000,00	10.517,14	66.147,47	198.852,53	20.971,55	66.147,47	198.852,53	66.147,47	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.895.000,00	2.342.271,97	372.689,19	2.172.779,57	169.492,40	467.827,42	2.172.524,53	169.747,44	2.172.524,53	255,04
Transferências a União	12.545.631,16	13.734.099,32	1.223.001,02	12.453.719,25	1.280.380,07	2.336.815,39	11.948.588,86	1.785.510,46	11.873.102,77	505.130,39
DESPESAS DE CAPITAL	13.173.469,75	14.181.547,63	296.839,89	7.344.155,71	6.837.391,92	632.439,13	7.205.194,81	6.976.352,82	7.200.421,44	138.960,90
INVESTIMENTOS	12.123.468,75	13.736.547,63	157.388,28	6.909.028,34	6.827.519,29	462.073,54	6.770.067,44	6.966.480,19	6.764.594,07	138.960,90
Amortização da Dívida	1.050.000,00	445.000,00	139.451,61	435.127,37	9.872,63	170.365,59	435.127,37	9.872,63	435.127,37	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	39.212.525,82	10.812.020,92	6.809.615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	37.924.489,03	700.944,75

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	39.212.525,82	10.812.020,92	6.809.615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	0,00	700.944,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.282.802,71	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	39.212.525,82	—	6.809.615,91	40.794.383,78	—	37.924.489,03	700.944,75

FONTE:

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARI OS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KULH KL ARUNDE CONTADORA
---	--	-------------------------------------

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.308.423,25	38.212.525,82	100,00	10.812.020,92	6.809.615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	700.944,75
Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	205.433,68	1.067.005,17	2,72	87.994,83	221.830,17	1.067.005,17	87.994,83	0,00
Ação Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	205.433,68	1.067.005,17	2,72	87.994,83	221.830,17	1.067.005,17	87.994,83	0,00
Administração	4.038.639,13	4.624.392,30	548.606,79	3.717.038,18	9,48	907.354,12	603.195,13	3.483.109,80	1.131.282,50	223.928,38
Administração Geral	3.986.138,13	4.558.892,30	548.598,79	3.657.256,06	9,33	889.636,24	600.301,41	3.437.203,68	1.119.688,62	220.052,38
Comunicação Social	52.500,00	67.500,00	3.008,00	58.782,12	0,15	7.717,88	2.893,72	55.906,12	11.593,88	3.876,00
Segurança Pública	1.037.650,00	1.064.328,21	9.552,59	96.011,58	0,24	988.316,63	19.377,16	94.390,53	969.367,88	1.651,05
Policimento	35.900,00	108.578,21	8.491,04	73.877,38	0,19	34.700,83	17.511,17	73.777,38	34.800,83	100,00
Defesa Civil	997.750,00	946.750,00	1.061,55	22.134,20	0,06	923.615,80	1.885,99	20.583,15	925.166,85	1.551,05
Assistência Social	887.250,00	1.419.328,43	181.016,33	1.206.731,14	3,08	212.597,29	241.856,52	1.179.795,53	239.532,90	26.935,61
Assistência ao Idoso	42.000,00	32.000,00	5.683,27	20.592,52	0,05	11.407,48	5.693,27	20.592,52	11.407,48	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	241.500,00	236.500,00	24.343,32	205.437,26	0,52	31.062,74	52.682,81	204.829,28	31.070,72	607,98
Assistência Comunitária	603.750,00	1.150.828,43	150.979,74	980.701,36	2,50	170.127,07	183.480,44	954.373,73	196.454,70	26.327,63
Saúde	6.445.218,78	10.111.606,23	1.094.436,50	8.247.787,59	21,03	1.863.806,64	1.652.614,59	8.122.505,18	1.989.101,05	125.292,41
Atenção Básica	5.894.760,65	9.518.394,61	1.017.507,45	7.778.491,22	19,84	1.739.903,39	1.580.265,06	7.654.130,00	1.864.264,61	124.361,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.100,00	285.784,80	19.418,62	261.266,38	0,67	24.498,42	26.101,94	261.266,38	24.498,42	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	191.048,13	138.987,16	5.123,55	114.650,83	0,29	24.336,35	22.156,15	114.007,81	24.979,37	643,02
Vigilância Sanitária	26.350,00	110.479,64	19.711,26	60.217,88	0,15	50.261,76	19.922,86	60.217,88	50.261,76	0,00
Vigilância Epidemiológica	57.980,00	57.980,00	2.675,62	33.151,28	0,08	24.808,72	4.167,58	32.883,11	25.096,89	288,17
Trabalho	10.500,00	10.500,00	0,00	891,61	0,00	9.608,39	0,00	891,61	9.608,39	0,00
Empregabilidade	10.500,00	10.500,00	0,00	891,61	0,00	9.608,39	0,00	891,61	9.608,39	0,00
Educação	14.716.688,75	12.888.832,75	1.896.905,80	11.329.338,78	28,88	1.560.493,97	2.181.108,37	11.228.581,49	1.661.251,26	100.757,29
Alimentação e Nutrição	316.732,50	516.851,07	26.731,60	392.556,32	1,00	124.295,75	75.506,32	322.709,02	194.142,05	68.946,30
E ensino Fundamental	11.157.683,75	9.204.293,08	1.459.959,51	8.259.043,41	21,06	945.249,67	1.683.717,40	8.233.837,21	970.455,87	25.205,20
E ensino Superior	42.000,00	28.010,00	0,00	28.005,87	0,07	4,13	2.284,61	28.005,87	4,13	0,00
Educação Infantil	3.095.242,50	3.138.178,60	410.214,69	2.648.283,62	6,75	480.894,88	444.618,04	2.642.578,83	486.556,77	5.704,79
Educação de Jovens e Adultos	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	52.500,00	1.500,00	0,00	1.450,56	0,00	49,44	0,00	1.450,56	49,44	0,00
Cultura	63.000,00	24.000,00	250,00	23.906,20	0,06	93,80	3.700,00	21.506,20	2.463,80	2.400,00
Diffusão Cultural	63.000,00	24.000,00	250,00	23.906,20	0,06	93,80	3.700,00	21.506,20	2.463,80	2.400,00
Urbanismo	10.140.317,75	12.724.340,85	506.733,52	9.060.080,43	23,11	3.684.250,42	817.513,41	8.917.297,40	3.807.043,45	142.763,03
Infra-Estrutura Urbana	4.493.725,00	6.916.000,11	-19.080,98	3.934.625,89	10,03	2.981.374,22	218.632,77	3.927.069,47	2.988.930,64	7.556,42
Serviços Urbanos	5.646.592,75	5.808.340,74	524.814,50	5.125.464,54	13,07	682.876,20	598.880,64	4.990.227,93	818.112,81	135.236,61
Habituação	147.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00
Habituação Urbana	147.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00
Saneamento	2.079.840,00	2.394.271,97	446.227,05	2.238.259,50	5,71	156.012,47	527.988,79	2.236.791,28	157.480,69	1.468,22
Saneamento Básico Urbano	2.079.840,00	2.394.271,97	446.227,05	2.238.259,50	5,71	156.012,47	527.988,79	2.236.791,28	157.480,69	1.468,22
Gestão Ambiental	84.000,00	67.000,00	0,00	66.656,62	0,17	343,38	6.196,66	57.489,99	9.510,01	9.166,63
Preservação e Conservação Ambiental	84.000,00	67.000,00	0,00	66.656,62	0,17	343,38	6.196,66	57.489,99	9.510,01	9.166,63

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	38.212.525,82	100,00	6.809,615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	700.944,75
Agricultura	988.100,00	1.035.100,00	78.932,81	576.248,33	1,47	87.503,52	571.513,62	463.586,38	4.734,71
Extensão Rural	988.100,00	1.035.100,00	78.932,81	576.248,33	1,47	87.503,52	571.513,62	463.586,38	4.734,71
Energia	274.050,00	470.236,00	123.225,07	432.408,64	1,10	151.303,96	423.594,53	46.711,07	8.823,71
Energia Elétrica	274.050,00	470.236,00	123.225,07	432.408,64	1,10	151.303,96	423.594,53	46.711,07	8.823,71
Desporto e Lazer	652.050,00	652.050,00	93.134,36	599.848,37	1,53	104.090,49	599.655,27	92.394,73	40.193,10
Desporto Comunitário	652.050,00	652.050,00	93.134,36	599.848,37	1,53	104.090,49	599.655,27	92.394,73	40.193,10
Encargos Especiais	1.522.500,00	762.500,00	148.988,75	550.293,68	1,40	191.337,14	537.493,07	225.005,93	12.800,61
Serviço da Dívida Interna	1.470.000,00	710.000,00	148.988,75	501.274,84	1,28	191.337,14	501.274,84	208.725,16	0,00
Outras Transferências	52.500,00	52.500,00	0,00	49.018,84	0,13	0,00	36.218,23	16.281,77	12.800,61
Reserva de Contingência	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
Reserva de Contingência	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	44.746.784,41	50.024.546,74	5.306.423,25	38.212.525,82	100,00	6.809,615,91	38.511.581,07	11.512.965,67	700.944,75

FONTE:

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADOR(A)VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Curitiba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.223.162,26	2.943.676,97	3.899.370,06	2.953.749,55	3.253.851,68	3.062.119,05	3.131.833,24	2.806.293,04	2.793.944,29	3.013.640,39	2.859.930,08	3.847.024,98	37.742.796,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	237.500,08	225.512,66	1.275.672,70	237.281,02	252.468,93	288.800,00	467.950,91	244.939,08	264.542,53	264.105,20	207.355,73	447.538,27	4.131.667,21
I.P.T.U.	260,23	62,88	839.066,24	49.151,30	46.069,79	46.250,08	39.510,45	38.776,62	36.136,71	9.022,29	7.285,87	19.018,93	1.431.601,39
I.R.F.	0,00	2.540,51	1.026,93	1.298,35	3.239,22	1.592,82	207.946,60	10.559,90	3.072,07	15,00	1.467,89	173.535,21	406.374,71
I.S.S.	168.742,98	135.721,81	106.905,63	85.870,65	87.989,90	110.735,69	101.361,89	92.347,89	108.431,14	115.987,98	88.908,75	99.881,67	1.227.666,50
I.T.B.I.	2.800,00	23.500,00	49.657,13	10.650,00	30.483,36	44.363,03	22.298,00	14.829,44	22.455,20	46.760,00	17.494,40	35.678,00	320.748,66
Outras Receitas Tributárias	65.696,87	63.897,46	279.216,77	90.320,51	84.714,66	85.670,38	96.833,97	87.415,23	96.246,41	92.316,93	92.208,82	119.314,46	1.254.065,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.028,85	24.101,20	13.995,77	27.983,18	28.339,69	14.697,18	15.590,09	20.946,79	15.268,80	74.370,01	69.201,79	76.747,70	401.203,95
RECEITA PATRIMONIAL	23.815,02	23.538,29	29.255,44	29.668,81	25.569,15	29.785,25	25.666,51	25.866,51	25.948,10	25.832,46	24.855,14	28.033,01	320.837,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	64,35	2.905,63	2.176,67	2.920,77	1.132,19	1.757,71	2.462,10	2.064,88	2.462,63	2.264,52	2.435,09	2.429,59	25.116,33
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	189.478,24	178.236,64	209.379,21	177.806,36	204.576,14	189.917,03	203.072,96	192.976,70	196.066,05	212.565,08	193.600,73	236.086,95	2.006.026,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.773.230,30	2.444.950,24	2.260.937,77	2.440.719,95	2.667.355,10	2.462.544,77	2.372.851,81	2.275.724,76	2.237.355,77	2.376.119,18	2.327.922,89	2.937.188,40	29.578.940,94
Cota-Parte do FPM	998.892,78	1.019.675,99	742.694,20	801.553,04	985.686,66	867.647,31	635.060,94	742.748,18	619.233,77	704.790,67	793.763,99	915.037,27	9.818.774,30
Cota-Parte do ICMS	765.308,92	690.594,23	683.675,56	735.122,92	695.613,65	666.619,00	672.970,52	646.459,82	674.735,32	697.669,12	701.856,37	685.170,27	8.303.332,61
Cota-Parte do IPVA	57.701,12	80.762,06	114.555,58	111.553,39	118.084,12	121.159,76	137.455,02	138.813,88	124.970,40	112.176,63	71.299,46	51.893,22	1.240.236,64
Cota-Parte do ITR	603,92	0,00	32,59	94,34	33,81	13,03	19,92	77,89	159,75	14.505,85	635,41	719,76	18.334,27
Outras Transferências Correntes	350.404,49	159.796,37	228.408,45	249.376,64	347.596,47	333.532,37	435.892,30	242.195,51	334.233,70	336.077,34	252.645,55	794.369,31	4.034.527,30
Transferências de LC 61/1989	15.941,79	9.494,49	9.304,10	9.744,55	10.992,95	10.470,81	9.645,71	10.263,50	10.234,36	11.870,98	10.815,52	10.679,69	128.446,46
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	11.639,37	2.909,84	2.909,84	2.909,84	2.909,84	2.909,84	2.909,84	2.909,84	2.909,84	34.916,09
Transferências do FUNDEB	534.377,28	494.307,10	482.099,29	521.635,69	526.437,69	500.192,65	478.887,56	492.257,24	459.470,63	468.116,75	491.966,75	506.610,04	5.963.363,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.045,52	44.424,01	67.786,70	37.369,46	59.100,49	34.644,12	38.468,61	42.764,32	52.769,31	55.383,94	34.557,71	58.999,07	556.254,26
DEDUÇÕES (II)	367.699,51	338.171,20	310.091,80	329.265,60	361.500,05	330.699,86	290.448,24	307.090,28	285.572,13	307.621,85	316.491,96	331.889,78	4.389.887,75
Ded. Res. p/ Form. do FUNDEB - ICMS Dison - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-2.327,67	-581,96	-581,96	-581,96	-581,96	-581,96	-581,96	-581,96	-581,96	-9.393,30
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	367.699,51	338.171,20	310.091,80	331.613,47	362.082,01	331.181,82	291.030,20	307.672,24	286.154,09	306.203,81	316.079,92	332.471,74	4.389.081,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.855.472,85	2.595.507,77	3.589.278,26	2.624.483,95	2.892.351,64	2.721.516,20	2.841.465,00	2.498.202,76	2.508.372,16	2.706.018,54	2.543.438,12	3.515.135,21	33.347.344,46
FORTE													
Curitiba, 27/01/2016													

DILVANE KUHLEBUNDE
CONTADOR(A)

JONIEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.177.501,38	5.309.602,75	5.208.808,39
DEDUÇÕES (II)	2.848.549,83	3.341.993,28	4.522.864,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.495.132,42	3.818.136,39	5.094.615,78
Demais Haveres Financeiros	25.091,02	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	671.673,61	501.234,13	596.842,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.328.951,55	1.967.609,47	685.943,63
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.328.951,55	1.967.609,47	685.943,63

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	-1.281.665,84	-643.007,92

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	60.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUH KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	37.612.133,16	33.512.539,42	33.321.062,07
Recetta Tributária	6.630.845,13	4.413.667,21	4.109.662,10
I.P.T.U.	1.408.774,50	1.131.601,39	1.111.577,70
I.S.S.	1.237.666,50	1.300.885,98	1.049.743,67
I.T.B.I.	324.465,75	320.749,66	416.377,67
I.R.R.F.	398.774,25	406.374,71	392.420,85
Outras Receitas Tributárias	3.261.164,13	1.254.055,47	1.139.542,21
Recetta de Contribuição	242.550,00	401.203,95	209.210,25
Recetas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	242.550,00	401.203,95	209.210,25
Recetta Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	232.601,25	320.837,94	295.979,31
(-) Aplicações Financeiras	232.601,25	320.837,94	295.979,31
Transferências Correntes	27.851.868,03	25.669.521,58	25.731.729,71
F.P.M.	8.627.724,00	7.855.207,60	7.538.317,38
I.C.M.S.	7.620.391,80	6.645.067,12	6.928.283,77
Convênios	333.900,00	205.671,33	278.926,51
Outras Transferências Correntes	11.269.852,23	10.963.575,53	10.986.202,05
Demais Receitas Correntes	2.886.870,00	3.028.146,68	3.270.460,01
Dívida Ativa	359.856,00	282.021,08	278.029,18
Diversas Receitas Correntes	2.527.014,00	2.746.125,60	2.992.430,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.902.050,00	6.961.006,42	3.630.788,64
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	2.595.771,77	405.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	262.500,00	264.475,45	0,00
Transferências de Capital	5.587.050,00	3.196.308,61	2.958.897,41
Convênios	5.587.050,00	2.933.786,51	2.650.037,41
Outras Transferências de Capital	0,00	262.522,10	308.860,00
Outras Receitas de Capital	52.500,00	904.450,59	266.891,23
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.639.550,00	4.100.759,20	3.225.788,64
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	43.251.683,16	37.613.298,62	36.546.850,71

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	35.317.999,11	31.868.370,11	31.066.868,09	31.306.386,26	30.653.657,19	561.983,85	413.210,90
Pessoal e Encargos Sociais	18.976.627,82	17.175.723,82	15.753.678,86	17.119.125,40	15.746.538,40	56.598,42	7.140,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	266.000,00	66.147,47	28.583,17	66.147,47	28.583,17	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.076.371,29	14.626.498,82	15.284.606,06	14.121.113,39	14.878.535,62	505.385,43	406.070,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	35.052.999,11	31.802.222,64	31.038.284,92	31.240.238,79	30.625.074,02	561.983,85	413.210,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	14.181.547,63	7.344.155,71	5.507.963,66	7.205.194,81	4.871.684,49	138.960,90	636.279,17
Investimentos	13.736.547,63	6.909.028,34	5.068.745,19	6.770.067,44	4.432.466,02	138.960,90	636.279,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	446.000,00	435.127,37	439.218,47	435.127,37	439.218,47	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	13.736.547,63	6.909.028,34	5.068.745,19	6.770.067,44	4.432.466,02	138.960,90	636.279,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	525.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	49.314.546,74	38.711.250,98	36.107.030,11	38.010.306,23	35.057.540,04	700.944,75	1.049.490,07
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.062.863,58	-1.097.952,36	439.820,60	-397.007,61	1.489.310,67	36.912.353,87	35.497.360,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.819.689,18	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	1.819.689,18	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-1.495.101,25	

FONTE:

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	671.673,61	662.323,61	-	9.350,00	75.915,09	1.049.490,07	867.953,12	-	-	257.852,04	267.202,04
EXECUTIVO	0,00	671.673,61	662.323,61	0,00	9.350,00	75.915,09	1.049.490,07	867.953,12	0,00	0,00	257.852,04	267.202,04
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	670.524,35	661.174,35	0,00	9.350,00	75.915,09	891.232,50	714.953,12	0,00	252.654,47	262.004,47	262.004,47
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	30.757,64	30.757,64	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.475,76	3.475,76	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	400,00	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	17.418,47	17.418,47	0,00	0,00	42.189,82	85.433,02	60.393,37	0,00	67.229,47	67.229,47	67.229,47
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	13.142,44	13.142,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE IND. COM. TUR. ESP. E LAZER	0,00	7.554,99	7.554,99	0,00	0,00	0,00	21.666,66	21.666,66	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	15.561,08	6.211,08	0,00	9.350,00	0,00	10.111,75	3.000,00	0,00	7.111,75	16.461,75	16.461,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	399.926,28	399.926,28	0,00	0,00	22.967,12	547.872,35	547.762,35	0,00	23.077,12	23.077,12	23.077,12
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	72.189,22	72.189,22	0,00	0,00	8.999,82	19.150,20	19.150,20	0,00	8.999,82	8.999,82	8.999,82
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	141.256,11	141.256,11	0,00	0,00	1.759,33	175.100,88	31.022,90	0,00	145.836,31	145.836,31	145.836,31
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	1.149,26	1.149,26	0,00	0,00	0,00	158.197,57	153.000,00	0,00	5.197,57	5.197,57	5.197,57
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	1.149,26	1.149,26	0,00	0,00	0,00	158.197,57	153.000,00	0,00	5.197,57	5.197,57	5.197,57
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-			-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	671.673,61	662.323,61	0,00	9.350,00	75.915,09	1.049.490,07	867.953,12	0,00	257.852,04	267.202,04	267.202,04

FONTE:

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADOR

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	2.595.771,77	-1.595.771,77
--	---------------------	---------------------	----------------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	14.181.547,63	7.344.155,71	7.205.194,81	138.960,90	6.837.391,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	14.181.547,63	7.344.155,71	7.205.194,81	138.960,90	6.837.391,92

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.181.547,63	-4.748.383,94	-	-	-8.433.163,69
--	-----------------------	----------------------	----------	----------	----------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANIINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP: CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	R\$ 1,00 SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	262.500,00	264.475,45	-1.975,45
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00	20.515,45	84.484,55
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	157.500,00	243.960,00	-86.460,00
TOTAL	262.500,00	264.475,45	-1.975,45

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
Investimentos	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
TOTAL	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (f) = (b) - (e+f)			SALDO ATUAL (i) = (h+i)		
	0,00				264.475,45		

FONTE:

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS					
								Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100				
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				3.627.666,00		3.627.666,00		3.394.644,65	93,58				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				1.408.774,50		1.408.774,50		1.131.601,39	80,33				
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				324.465,75		324.465,75		320.749,66	98,85				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				1.237.666,50		1.237.666,50		1.300.886,98	105,11				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				391.718,25		391.718,25		370.511,72	94,59				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				11.135,25		11.135,25		21.306,37	191,34				
Dívida Ativa dos Impostos				163.831,50		163.831,50		166.506,88	101,63				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				90.074,25		90.074,25		83.082,65	92,24				
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				21.984.621,75		21.984.621,75		19.548.044,87	88,92				
Cota-Parte FPM				10.784.655,00		10.784.655,00		9.818.774,80	91,04				
Cota-Parte ITR				36.051,75		36.051,75		18.334,27	50,86				
Cota-Parte IPVA				1.437.660,00		1.437.660,00		1.240.236,64	86,27				
Cota-Parte ICMS				9.525.489,75		9.525.489,75		8.306.332,61	87,20				
Cota-Parte IPI-Exportação				153.798,75		153.798,75		129.448,46	84,17				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				46.966,50		46.966,50		34.918,09	74,35				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				46.966,50		46.966,50		34.918,09	74,35				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				25.612.287,75		25.612.287,75		22.942.689,52	89,58				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS					
								Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				1.550.063,13		1.550.063,13		1.347.752,24	86,95				
Provenientes da União				1.550.063,13		1.550.063,13		1.347.752,24	86,95				
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00		0,00		0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				5.512,50		5.512,50		0,00	0,00				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				1.555.575,63		1.555.575,63		1.347.752,24	86,64				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
								Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100		
DESPESAS CORRENTES				5.320.242,78		8.613.724,63		7.313.803,33	84,91	7.202.409,92	83,62	111.393,41	
Pessoal e Encargos Sociais				3.106.614,00		4.271.646,44		3.415.987,83	79,97	3.360.602,59	78,67	55.385,24	
Outras Despesas Correntes				2.213.628,78		4.342.078,19		3.897.815,50	89,77	3.841.807,33	88,48	56.008,17	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	1.112.176,00	1.482.381,60	918.588,81	61,97	904.689,81	61,03	13.899,00
Investimentos	1.112.176,00	1.482.381,60	918.588,81	61,97	904.689,81	61,03	13.899,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.432.418,78	10.096.106,23	8.232.392,14	81,54	8.107.099,73	80,30	125.292,41
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.384.813,13	2.485.627,57	1.851.391,22	22,49	1.848.593,03	22,80	2.798,19
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.649.813,13	1.750.627,57	1.680.306,21	20,41	1.677.508,02	20,69	2.798,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	735.000,00	735.000,00	171.085,01	2,08	171.085,01	2,11	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.384.813,13	2.485.627,57	1.851.391,22	22,49	1.848.593,03	22,80	2.798,19
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.047.605,65	7.610.478,66	6.381.000,92	77,51	6.258.506,70	77,20	122.494,22
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			27,81				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x VIIb)/100]			2.939.597,49				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100
Atenção Básica	5.934.760,65	9.518.394,61	7.778.491,22	94,31	7.654.130,00	94,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.100,00	285.784,80	261.286,38	3,17	261.286,38	3,22
Suporte Profilático e Terapêutico	191.048,13	138.987,18	114.650,83	1,39	114.007,81	1,40
Vigilância Sanitária	28.350,00	110.479,64	60.217,88	0,73	60.217,88	0,74
Vigilância Epidemiológica	57.960,00	57.960,00	33.151,28	0,40	32.863,11	0,40
TOTAL	6.445.218,78	10.111.606,23	8.247.797,59	100,00	8.122.505,18	100,00
						125.292,41

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado em itálico refere-se ao valor em R\$ 100,00 e não ao R\$ 1,00. O valor em R\$ 1,00 é o valor em R\$ 100,00 dividido por 100.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

* O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

§ O valor apresentado na intercessão com a coluna "II" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Límite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHLL KLABUNDE CONTADORA
VALQUIRIA MICHALAK RESP. CONTROLE INTERNO		

Município de Corupá - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			44.746.784,41
Créditos Adicionais			5.277.762,33
Dotação Atualizada			50.024.546,74
Despesas Empenhadas			39.212.525,82
Despesas Liquidadas			38.511.581,07
Despesas pagas			0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			700.944,75
Superavit Orçamentário			2.282.802,71
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		39.212.525,82	
Liquidadas		38.511.581,07	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		700.944,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		33.847.344,46	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		60.000,00	-643.007,92
Resultado Primário		-1.495.101,25	-1.097.952,36
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.125.405,16	0,00	867.553,12
EXECUTIVO	1.125.405,16	0,00	867.553,12
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	671.673,61	0,00	662.323,61
EXECUTIVO	671.673,61	0,00	662.323,61
TOTAL:	1.797.078,77	0,00	1.529.876,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.302.675,36	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.427.648,27	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		2.595.771,77	-1.595.771,77
Despesa de Capital Líquida		7.344.155,71	6.837.391,92

Continua 1/2

Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						264.475,45	-1.975,45
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						0,00	262.500,00
					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					6.381.000,92	15,00	27,81
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP							
					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)							0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
 SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
 CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
 RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.634.722,00	3.634.722,00	3.430.507,84	94,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.641.732,75	1.641.732,75	1.351.114,40	82,30
1.1.1- IPTU	1.408.774,50	1.408.774,50	1.131.601,39	80,33
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.961,25	4.961,25	8.811,80	177,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	145.419,75	145.419,75	136.980,81	94,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	82.577,25	82.577,25	73.720,40	89,27
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	324.686,25	324.686,25	321.433,66	98,00
1.2.1- ITBI	324.465,75	324.465,75	320.749,66	98,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	220,50	220,50	684,00	310,20
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.269.528,75	1.269.528,75	1.351.584,87	106,46
1.3.1- ISS	1.237.666,50	1.237.666,50	1.300.885,98	105,11
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.963,50	5.963,50	11.810,57	198,38
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.411,75	18.411,75	29.526,07	160,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.497,00	7.497,00	9.362,25	124,88
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	398.774,25	398.774,25	406.374,71	101,91
1.4.1- IRRF	398.774,25	398.774,25	406.374,71	101,91
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.042.371,75	22.042.371,75	20.094.801,81	91,16
2.1- Cota-Parte FPM	10.784.655,00	10.784.655,00	10.365.531,74	96,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.784.655,00	10.784.655,00	9.818.774,80	91,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	430.547,17	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	116.209,77	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.525.489,75	9.525.489,75	8.306.332,61	87,20
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	46.966,50	46.966,50	34.918,09	74,35
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	211.548,75	211.548,75	129.448,46	61,19
2.5- Cota-Parte ITR	36.051,75	36.051,75	18.334,27	50,86
2.6- Cota-Parte IPVA	1.437.660,00	1.437.660,00	1.240.236,64	86,27
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.677.093,75	25.677.093,75	23.525.309,45	91,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	888.982,50	888.982,50	933.944,11	105,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	588.000,00	588.000,00	726.786,48	123,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	190.732,50	190.732,50	142.074,00	74,49
5.4- Transferências Diretas - PNATE	88.200,00	88.200,00	65.103,63	73,81
5.5- Outras Transferências do FNDE	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	359.503,20	359.503,20	199.897,24	55,60
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.489.985,70	1.489.985,70	1.133.841,35	76,10
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.399.081,05	4.399.081,05	3.902.435,81	88,71
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.156.931,00	2.156.931,00	1.963.567,20	91,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.905.097,95	1.905.097,95	1.861.265,49	87,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	42.309,75	42.309,75	25.889,69	61,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	7.210,35	7.210,35	3.666,76	50,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	287.532,00	287.532,00	248.046,67	86,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.972.242,50	5.972.242,50	6.006.230,87	100,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.944.680,00	5.944.680,00	5.996.368,77	100,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	27.562,50	27.562,50	9.922,10	36,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.545.598,95	1.545.598,95	2.093.932,96	135,48
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.366.749,50	4.429.865,32	4.427.648,27	99,95	4.427.648,27	99,95	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.796.749,50	1.370.947,41	1.370.883,82	100,00	1.370.883,82	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.570.000,00	3.058.917,91	3.056.764,45	99,93	3.056.764,45	99,93	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	605.493,00	1.557.437,77	1.557.437,77	100,00	1.557.437,77	100,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	185.493,00	680.231,19	680.231,19	100,00	680.231,19	100,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	420.000,00	877.206,58	877.206,58	100,00	877.206,58	100,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.972.242,50	5.987.303,09	5.985.086,04	99,96	5.985.086,04	99,96	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.985.086,04
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							73,72
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							25,93
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.419.273,44		6.419.273,44		5.881.327,36	91,62	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.664.742,50	2.793.678,60	2.567.019,57	91,89	2.561.314,78	91,88	5.704,79
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.493.443,75	7.029.668,24	6.839.510,85	97,29	6.814.304,65	96,94	25.206,20
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.990.000,00	3.936.124,49	3.933.971,03	99,95	3.933.971,03	99,95	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.503.443,75	3.093.543,75	2.905.539,82	93,92	2.880.333,62	93,11	25.206,20
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	12.158.186,25	9.823.346,84	9.406.530,42	95,76	9.375.619,43	95,44	30.910,99
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							2.093.932,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							9.922,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							2.103.855,06
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)							7.302.675,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							31,04
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	588.000,00	703.249,80	683.267,32	97,16	683.267,32	97,16	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.928.482,50	2.335.226,11	1.211.535,17	51,88	1.141.688,87	48,89	69.846,30
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.516.482,50	3.038.475,91	1.894.802,49	62,36	1.824.956,19	60,06	69.846,30
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.674.668,75	12.861.822,75	11.301.332,91	87,87	11.200.575,62	87,08	100.757,29

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		113.727,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.996.368,77	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		6.087.633,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		5.945.520,91	0,00
49.2 Restos a Pagar		142.112,78	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.922,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		32.384,74	0,00

Corupá, 27/01/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 8:30 horas do dia 11/02/2016, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo.

A partir das 09:00 horas do dia 11/02/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Janeiro de 2016.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS FIAT STRADA QHD 8632 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E VIATURA PÁLIO WEEKEND MLL 3067 DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 11/02/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 11/02/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 11/02/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 11/02/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Janeiro de 2016.

João Carlos Martins dos Santos Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 001/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 001/2016.				
Ficam pela presente, notificados os contribuintes abaixo relacionados, a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos valores referentes a Contribuição de Melhoria.				
O valor da contribuição de melhoria poderá ser pago integralmente com desconto de 10% se se feito à vista nos primeiros 30 (trinta) dias após a notificação de lançamento, conforme previsto no Art. 390, § 1º da LC 030/2003. A contribuição poderá ainda ser arrecadada em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com juros de mora de 1% ao mês, Art. 390 da LC 030/2003. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, a Fazenda Pública Municipal não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente; Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.				
Nº	NOME	CPF/CNPJ	PAVIMENTAÇÃO - AVENIDA / RUA	VALOR
1	Antonio Ferreira	533.735.299-72	Av. Salomão Carneiro de Almeida	301.26
2	Fabio Rafael B. de Almeida	047.000.189-50	Rua Paulo Londero Sperb	134.13
3	Zeneide Moraes de Oliveira	847.947.399-15	Rua Capitão Antonio Jose Pereira	382.05
4	José Leal de Oliveira	030.713.919-00	Rua Ver. Leonidas Bocaiuva de Moraes	756.55
5	Marcos Aurélio Pedroso	s/ cpf	Av. Duque de Caxias	1,213.94
6	Daniel Weber Pedroso	528.389.359-68	Rua Oscar Eggers	1,237.81
7	Maria Dolberth Fernandes	352.230.149-87	Rua Paulo de assis Mendes	646.05
8	Edmundo Julio Jung Marques	427.922.820-53	Rua Cristóvão Colombo	153.01
9	Reginaldo Silveira Pires	s / cpf	Rua Paulode Assis Mendes	470.79
10	Felisberto Ribeiro dos Santos	679.828.759-04	Rua Capitão Antonio Jose Pereira	470.22
11	Enoiri Guilherme Lutz	055.123.109-25	Av. Duque de Caxias	2,427.88
Curitibanos (SC), 25 de janeiro de 2016.				
TOTAL GERAL				8,193.69
<div> <div>Marcio José Prandi</div> <div>Fiscal de Tributos</div> </div>				

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL 001/2016

EDITAL N° 001/2016, de 27 de janeiro de 2016.

Abre inscrições e estabelece normas para Processo Seletivo destinado a Contratação de Professor de Inglês para Rede Municipal de Ensino.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. REGINALDO ALBERTO LISOT, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nº 0937/01 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 021/2009, 043/2013 e 007/2001, estabelece normas para a realização do Processo Seletivo Simplificado de prova de títulos para Professor de Inglês que será contratado em caráter temporário para atuação no Município de Erval Velho.

DO CARGO, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS.

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação
Professor de Inglês	40 horas	R\$ 2.088,32	Professor habilitado: a) Portador de Diploma habilitação de licenciatura plena na disciplina específica (Letras com habilitação em Inglês); b) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina, frequentados ou ministrados nos anos de 2014/2015, concluídos no período de 01/01/2014 a 31/12/2015; (0,5 - cinco décimos-para 40 horas de curso).
Professor de Inglês	40 horas	R\$ 1.629,95	Professor não habilitado: a) Matriculados em curso de licenciatura plena, na disciplina específica, (Letras com Habilitação em Inglês), comprovado mediante atestado de matrícula da Instituição de Ensino Superior; b) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina, frequentados ou ministrados nos anos de 2014/2015, concluídos no período de 01/01/2014 a 31/12/2015; (0,5 - cinco décimos-para 40 horas de curso).

O Edital completo estará disponível a partir do dia 27/01/2016 na Secretaria Municipal de Educação junto a Escola Básica Municipal Cesar Avelino Bragagnolo cito a Rua Cel. Honorato Vieira nº1073, Centro, ou pelo site www.ervalvelho.sc.gov.br

Erval Velho, SC, 27 de janeiro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 5º BETHA SISTEMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda
Objeto: Locação de sistemas de gestão pública
Número do Contrato: 0001/2013
Quarto Termo Aditivo: Aditivo de valor.
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0061/2012 na Modalidade Tomada de preço N.º 0010/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes. Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de janeiro de 2016.
GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CONTRATO 00072016 GABRIEL NAGEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0007/2016
Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratada: Gabriel Nagel Me
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.
Valor: R\$ 2.446.500,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de janeiro de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

CONTRATO 00232016 ACESSE CONCURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0023/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Acesse Concursos Ltda Me
Objeto: Contratação de empresa especializada visando a realização de concursos públicos e processo seletivo para provimento de cargos efetivos e temporários para o município de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0003/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de janeiro de 2016.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CONTRATO AVULSO 0022016 CPL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO AVULSO

Contrato avulso n.º 002/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: CPL Desenvolvimento de Software Ltda Me
Objeto: Locação de sistema de movimento econômico.
Valor: R\$ 7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais)
Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de janeiro de 2016.
GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL 00042016 MATERIAL HIG. E LIMP. EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0004/2016
Processo licitatório nº: 0008/2016
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação
Data do Recebimento: 15/02/2016 às 09h00 min.
Data da abertura: 15/02/2016 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.
Faxinal dos Guedes, SC, em 27 DE JANEIRO DE 2016
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL 00052016 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0005/2016
Processo licitatório nº: 0009/2016
Objeto: Registro de preços para a contratação de instituição financeira para realizar a autenticação de tarifas bancárias para cobrança de IPTU, para o município de Faxinal dos Guedes.
Data do recebimento: 16/02/2016 às 09h 00min.
Data da Abertura: 16/02/2016 às 09h 15min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.
Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de janeiro de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

INEXIGIBILIDADE 00062016 CONSULTAS E EXAMES

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2016

Processo Licitatório nº: 0010/2016

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAUDE PUBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 059/2016

	PORTARIA Nº 059/2016
	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE a funcionaria municipal FRANCIELY MARIA BALDO GENZ, ocupante do cargo de Professora pelo período de 120 dias, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 27 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 03/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

2. AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, CNPJ/MF nº 00.147.109/0001-56, estabelecida na Rua Farroupilha, em São José/SC, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Nocetti Lunardelli, portador da Cédula de Identidade nº 3.455.530 e CPF sob o nº 020.032.669-41;

3. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME., CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12, estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ademir Reus, representante legal, portador da CI nº 3669373 e inscrito no CPF sob o nº 932.407.759-72;

4. NADINE ALBERTON VIEIRA ME., CNPJ/MF nº 23.182.608/0001-80, estabelecida na Rodovia SC 108, 643, Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Artedânio Silva Vieira, representante legal, portador da CI nº 2.573.428 e inscrito no CPF sob o nº 715.671.949-15;

5. ELMO PAPELARIA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 03.999.762/0001-31, estabelecida na Rua Prefeito José Kehring, 5501, Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representada pelo Sr. Adenilson Broering, representante legal, portador da CI nº 3274976 e inscrito no CPF sob o nº 939.864.919-53;

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 03/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações**1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser

descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 03/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 27 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Melo

CPF: 844.078.839-87;

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PA-

PELARIA EIRELI Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Ricardo Nocetti Lunardelli

CPF: 020.032.669-41;

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME.

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Paulo Ademir Reus

CPF: 932.407.759-72;

NADINE ALBERTON VIEIRA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Artedânio Silva Vieira

CPF: 715.671.949-15;

ELMO PAPELARIA LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Adenilson Broering

CPF: 939.864.919-53;

EXTRATO DE CONTRATO FMS 90/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 90/2015

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – DD LABORATORIO BIOQUIMICO LTDA

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Contratual o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupo da Tabela unificada do SUS, para o exercício de 2016.

VALOR – Até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos entre as empresas credenciadas, conforme produção.

VIGÊNCIA – 04/01/2016 até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 32/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 30 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 09/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 09/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP

OBJETO – contratação de empresa especializada para a aquisição de lixeiras container de aço galvanizado para atender as necessidades da Secretaria de Educação, do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 17.235,00 (dezessete mil duzentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO - 0501.2015.4490 (89)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 191/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 07 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 13/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 13/PMF/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

OBJETO – contratação de empresa especializada para execução da adaptação e reforma de 751,89 m² da Escola de Educação Infantil Waldemar Casagrande, na Rua Francisco Ronchi, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 149.900,51 (cento e quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e um reais).

VIGÊNCIA – 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO - 0501.1005.4490 (50)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço Nº 188/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 26 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 14/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 14/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRA-PLANAGEM LTDA

OBJETO – prestação de serviços de pavimentação asfáltica, a ser executada na Rua Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha-SC, conforme contrato de operação de crédito, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades.

VALOR – R\$ 1.425.366,45 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 300 (trezentos) dias corridos (prazo de execução +

120 dias).

DOTAÇÃO – 0702.1017.4490 (128), 0702.1017.4490 (131) – Badesc Cidades.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Concorrência nº. 169/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 26 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF 01/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº. 01/2016

CONVENENTES – Município de Forquilha e Associação de Clubes de Mães do Município de Forquilha

OBJETO – O presente Convênio tem por objetivo o atendimento prioritário das mulheres residentes no Município de Forquilha, com intuito de proporcionar melhor qualidade de vida e complemento da renda familiar.

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DO VALOR – Até R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Municipal nº. 1.404 de 27 de novembro de 2008.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – 04.01 – 2.011.3350 (30).

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2016.

SIGNATÁRIOS – Vanderlei Alexandre, Prefeito Municipal e Marilda Casagrande Alexandre.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA Vanderlei Alexandre Prefeito Municipal	ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA Marilda Casagrande Alexandre Presidente da Associação
--	---

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF 02/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº. 02/2016

CONVENENTES – Município de Forquilha e Associação Forquilha-nhense dos Grupos de Terceira Idade

OBJETO – O presente Convênio tem por objetivo assegurar o atendimento ao idoso preconizando a valorização do ser humano, por meio de programas de integração social, atividades culturais e recreativas e demais ações que propiciem a proteção e a inclusão dos idosos residentes no Município de Forquilha.

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DO VALOR – Até R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Orgânica Municipal, Artigo nº. 160.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – 04.01 – 2.011.3350 (228).

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2016.

SIGNATÁRIOS – Vanderlei Alexandre, Prefeito Municipal e Leonilde Ana de Souza

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA Vanderlei Alexandre Prefeito Municipal	ASSOCIAÇÃO FORQUILHINHENSE DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE Leonilde Ana de Souza Presidente da Associação
--	---

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº 015, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0505 (248)	R\$	21.500,00
TOTAL	R\$	21.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0505 (161)	R\$	21.500,00
TOTAL	R\$	21.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 016/2016

DECRETO Nº 016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 17 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 490.333,00 (quatrocentos e noventa mil, trezentos e trinta e três reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (249)	R\$	13.572,00
3.3.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (250)	R\$	3.219,00
3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos 0.3.0200 (251)	R\$	9.920,00
4.4.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (252)	R\$	174,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
18.541.0016.2.037 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
3.1.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (253)	R\$	16.400,00
3.3.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (254)	R\$	6.308,00
4.4.71.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 0.3.0200 (255)	R\$	740,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (256)	R\$	200.000,00
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (257)	R\$	100.000,00
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.045 – Manutenção do Fundo Municipal de Câmeras de Vigilância Eletrônica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (258)	R\$	10.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (259)	R\$	100.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (260)	R\$	30.000,00
Total	R\$	490.333,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 27 DE JANEIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 017/2016

DECRETO Nº 017, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 17 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.518.617,16 (um milhão, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e dezessete reais e dezesseis centavos), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos – FMDD		
04.122.0002.2.003 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (188)	R\$	19.027,24
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (189)	R\$	3.115,56
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0292 (190)	R\$	41.581,48
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.1.007 – Construção e Reformas de Unidades Habitacionais Urbanas		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0289 (191)	R\$	47.074,55
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.306.0005.2.014 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0306 (192)	R\$	8.442,44
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0307 (193)	R\$	22.237,13
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0308 (194)	R\$	7.426,79
12.306.0005.2.016 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0302 (195)	R\$	5.127,94
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0317 (201)	R\$	3.653,39
12.306.0005.2.019 – Alimentação Escolar de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0304 (196)	R\$	4.390,94
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (197)	R\$	155.365,08
12.361.0005.2.017 – Transporte Escolar da Educação Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0303 (198)	R\$	20.042,27
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0310 (199)	R\$	17.213,53
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0313 (200)	R\$	4.658,59

12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9317 (202)	R\$	7.807,54
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (203)	R\$	200.000,00
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0316 (204)	R\$	172,13
12.366.0005.2.018 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0305 (205)	R\$	2.801,47
12.361.0005.1.012 – Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais.		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.8314 (206)	R\$	5.706,54
12.361.0005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.8313 (207)	R\$	17.653,31
12.362.0006.2.020 – Transporte Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0312 (208)	R\$	6.465,94
09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9267 (209)	R\$	12.121,93
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9270 (210)	R\$	28.207,78
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9271 (211)	R\$	2.275,04
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.1.020 – Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9259 (212)	R\$	97.683,58
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0217 (213)	R\$	10.706,74
15.453.0017.1.019 – Construção de Terminais de Passageiros		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0208 (214)	R\$	54.641,98
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0216 (215)	R\$	16.276,17
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9264 (216)	R\$	1.422,50
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9265 (217)	R\$	4.339,24
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (218)	R\$	12.106,51
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (219)	R\$	31.077,30
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0205(220)	R\$	30.584,84
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (221)	R\$	6.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (222)	R\$	30.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0205 (223)	R\$	10.000,00
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (224)	R\$	81.013,44
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (225)	R\$	200.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (226)	R\$	30.554,17
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0512 (227)	R\$	1.065,13
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0516 (228)	R\$	11.556,76
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0517 (229)	R\$	3.002,41
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0518 (230)	R\$	1.620,45
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0513 (231)	R\$	11.072,52
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (232)	R\$	10.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (233)	R\$	20.000,00
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (234)	R\$	28.403,63
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (235)	R\$	14.279,43
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0510 (236)	R\$	107,39
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (237)	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0523 (238)	R\$	20.983,63
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0524 (239)	R\$	23.923,21
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0505 (240)	R\$	8.998,30
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0511 (241)	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (242)	R\$	25.107,77
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0520 (243)	R\$	14.961,28
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0521 (244)	R\$	18.022,19
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0522 (245)	R\$	11.496,63
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0600 (246)	R\$	2.641,29
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0601 (247)	R\$	2.400,06
Total		
	R\$	1.518.617,16

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 27 DE JANEIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 018/2016

DECRETO Nº 018, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 17 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para

o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (263)	R\$	20.000,00
Total		
	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 27 DE JANEIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0176/2016

PORTARIA Nº 0176, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ERIKA VALENTE YOHEM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 276.113.578-40, na função de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2016 até 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0177/2016

PORTARIA Nº 0177, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício nº 005/2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROBERTO STANGUERLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 753.550.519-87, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0178/2016

PORTARIA Nº 0178, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0044 de 22 de outubro de 2015; e em conformidade com a comunicação interna nº 0011/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANTINA LOURENÇO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 918.652.049-00, contratado(a) em caráter temporário na função de INSTRUCTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0179/2016

PORTARIA Nº 0179, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014; e em conformidade com a comunicação interna nº 0012/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 026.264.499-11, contratado(a) em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 10 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0180/2016

PORTARIA Nº 0180, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014; e em conformidade com a comunicação interna nº 0013/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONECI HAASE, brasileiro(a), divorciado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 960.586.339-15, contratado(a) em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 09 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0181/2016

PORTARIA Nº 0181, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014; e em conformidade com a comunicação interna nº 0014/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LORENI TEREZINHA POSSERA COLMBELLI, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 918.587.639-91, contratado(a) em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0182/2016

PORTARIA Nº 0182, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0018 de 12 de agosto de 2015; e em conformidade com a comunicação interna nº 0015/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 737.624.669-04, contratado(a) em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 014/2016 = DR PROTESE = CRED. 01

CRENDECIAAMENTO 01/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU O CONTRATO Nº 14/20165 COM A EMPRESA DR PROTESE – LABORATORIOSLTDA - ME inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 23 268 088/0001-22, estabelecida na Rua prefeito Pio Alberti, 555, sub loja b, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTARIA, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 785/2016

VALOR UNITARIO DAS PROTESES, R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)

Informações e contrato na integra poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000 e ou e-mail, compras@freiRogerio.sc.gov.br .

Frei Rogerio - SC, 26 de janeiro de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2016

DECRETO N.º 006, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.000,00
3.1.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 007/2016

DECRETO N.º 007, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 42.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
3.1.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	2.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	40.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	40.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

0 8.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00

3.3.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	2.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	40.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	40.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 001/2016
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição de cestas básicas, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades das Famílias em situação de vulnerabilidade social.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/02/2016 as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 26 de janeiro de 2016.
José Chaves
Prefeito Municipal

BALANCETE ANALITICO

Página 1 de 9
Impresso em: 27/jan/2016
As 12:57:59 Horas

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA
Balancete Analítico
Período de Dezembro a Dezembro de 2015
Classe: Contábil



Descrição da Conta	DT	Saldo	Mês	Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE							
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA N							
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA N							
BANCOS CONTA MOVIMENTO – DEMAIS CONTAS							
BANCO DO BRASIL SA							
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDI							
FUNDOS DE INVESTIMENTO							
BANCO DO BRASIL S/A							
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
IMOBILIZADO							
BENS MÓVEIS							
BENS MÓVEIS – CONSOLIDAÇÃO							
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERR							
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉD							
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOC							
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS							
BENS DE INFORMÁTICA							
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS							
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
MÓVEIS E UTENSÍLIOS							
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS							
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO							
MOBILIÁRIO EM GERAL							
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE C							
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS							
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO							
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO							
VEÍCULOS							
VEÍCULOS EM GERAL							
DEMAIS BENS MÓVEIS							
OUTROS BENS MÓVEIS							
BENS IMÓVEIS							
BENS IMÓVEIS – CONSOLIDAÇÃO							
BENS DE USO ESPECIAL							
TERRENOS/GLEBAS							
ARMAZENS/GALPÕES							
INSTALAÇÕES							

AGARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/0-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA

Balancete Analítico

Período de Dezembro a Dezembro de 2015

Classe: Contábil

Página 2 de 9
 Impresso em: 27/jan/2016
 As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo Mês Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20000000000000000000	1.000.339,90CR	264.475,57	232.910,58	968.774,91CR
PASSIVO CIRCULANTE	21000000000000000000	66.572,39CR	188.072,68	146.686,33	35.007,40CR
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS	21100000000000000000	57.793,75CR	129.410,70	129.410,70	16.407,40CR
PESSOAL A PAGAR	21110000000000000000		129.410,70	129.410,70	
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	21111000000000000000		129.410,70	129.410,70	
PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	21111010000000000000		106.281,62	106.281,62	
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO E	21111010100000000000		106.281,62	106.281,62	
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	21111010102000000000		23.129,08	23.129,08	
FÉRIAS	21111010300000000000		23.129,08	23.129,08	
FÉRIAS (F)	21111010302000000000		58.661,98	58.661,98	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	21140000000000000000	57.793,75CR	57.793,75CR	17.275,63	16.407,40CR
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	21141000000000000000	57.793,75CR	57.793,75CR	17.275,63	16.407,40CR
INSS A PAGAR	21141010000000000000	57.793,75CR	57.793,75CR	17.275,63	16.407,40CR
INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REM	21141010100000000000	57.793,75CR	57.793,75CR	17.275,63	16.407,40CR
INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS (F)	21141010101000000000	33.683,03CR	24.110,72CR	17.275,63	16.407,40CR
INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS (F)	21141010102000000000	24.110,72CR		17.275,63	16.407,40CR
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PR	21300000000000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	21310000000000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	21311000000000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
FORNECEDORES NACIONAIS	21311010000000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	21311010100000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR (F)	21311010102000000000		34.875,38	53.475,38	18.600,00CR
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21800000000000000000	8.778,64CR	41.527,51	32.748,87	18.600,00CR
VALORES RESTITUIVEIS	21880000000000000000	8.778,64CR	41.527,51	32.748,87	18.600,00CR
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	21881000000000000000	8.778,64CR	41.527,51	32.748,87	18.600,00CR
CONSIGNAÇÕES	21881010000000000000	8.778,64CR	15.430,61	6.651,97	18.600,00CR
INSS	21881010200000000000		10.561,13	10.561,13	
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	21881010400000000000		12.789,91	12.789,91	
RENTENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21881011500000000000		12.789,91	12.789,91	
RENTENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21881011501000000000		2.745,86	2.745,86	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	21881019900000000000		1.061,27	1.061,27	
RENTENÇÃO A.S.P.G.	21881019902000000000		1.684,59	1.684,59	
RENTENÇÃO FARMÁCIA	23000000000000000000	933.767,51CR			933.767,51CR
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23700000000000000000	933.767,51CR			933.767,51CR
RESULTADOS ACUMULADOS	23710000000000000000	933.767,51CR			933.767,51CR
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	23711000000000000000	933.767,51CR			933.767,51CR
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONS	23711000000000000000	933.767,51CR			933.767,51CR
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANT	23711020000000000000				

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
 Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
 CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
 CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA

Balancete Analítico

Período de Dezembro de 2015

Classe: Contábil

Página 3 de 9
 Impresso em: 27/jan/2016
 As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo Mês Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	30000000000000000000	1.635,582,95	210.165,65		1.845.748,60
PESSOAL E ENCARGOS	31000000000000000000	1.311.162,96	138.020,70		1.449.183,66
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	31100000000000000000	1.009.974,97	129.410,70		1.139.385,67
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31110000000000000000	980.500,82	108.417,46		1.088.918,28
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31111000000000000000	980.500,82	108.417,46		1.088.918,28
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31111010000000000000	980.500,82	108.417,46		1.088.918,28
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31111010100000000000	358.118,44	30.442,38		388.560,82
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31111010100000000000	622.382,38	77.975,08		700.357,46
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31120000000000000000	29.474,15	20.993,24		50.467,39
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31121000000000000000	29.474,15	20.993,24		50.467,39
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31121010000000000000	28.616,96	20.993,24		28.616,96
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31121012200000000000	857,19	20.993,24		21.850,43
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31200000000000000000	234.260,00			234.260,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31220000000000000000	234.260,00			234.260,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31221000000000000000	234.260,00			234.260,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31221010000000000000	66.927,99	8.610,00		75.537,99
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31300000000000000000	66.927,99	8.610,00		75.537,99
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31320000000000000000	66.927,99	8.610,00		75.537,99
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	31321000000000000000	66.927,99	8.610,00		75.537,99
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	32000000000000000000	2.334,00			2.334,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	32400000000000000000	2.334,00			2.334,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	32420000000000000000	2.334,00			2.334,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33000000000000000000	236.499,99	44.423,38		280.923,37
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33100000000000000000	22.623,82	1.629,60		24.253,42
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33110000000000000000	22.623,82	1.629,60		24.253,42
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111000000000000000	22.623,82	1.629,60		24.253,42
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111010000000000000	7.788,35	553,29		8.441,64
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111500000000000000	105,00			105,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111600000000000000	3.160,70			3.160,70
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111700000000000000	397,05			397,05
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111200000000000000	5.161,25			5.161,25
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111220000000000000	926,78			926,78
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111240000000000000	574,19	25,31		599,50
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111250000000000000	61,70			61,70
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111260000000000000	483,70			483,70
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111290000000000000	246,10			246,10
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111390000000000000	1.970,00			1.970,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111500000000000000	270,00			270,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33111900000000000000	1.479,00	951,00		2.430,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33200000000000000000	213.876,17	42.793,78		256.669,95
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33210000000000000000	102.948,40	10.283,20		113.231,60
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33211000000000000000	102.948,40	10.283,20		113.231,60
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33211010000000000000	102.948,40	10.283,20		113.231,60
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33211010100000000000	102.948,40	10.283,20		113.231,60
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRA	33220000000000000000	2.112,60			2.112,60

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
 Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
 CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
 CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA

Balancete Analítico

Período de Dezembro de 2015

Classe: Contábil

Página 4 de 9
 Impresso em: 27/jan/2016
 As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo Mês Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	33221000000000000000	2.112,60			2.112,60
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	33221080000000000000	550,00			550,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	33221100000000000000	450,00			450,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33221110200000000000	450,00			450,00
SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	33221390000000000000	62,60			62,60
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍS	33221900000000000000	1.050,00			1.050,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	33230000000000000000	108.815,17	32.510,58		141.325,75
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	33231000000000000000	76.236,51	29.819,54		106.056,05
COMUNICAÇÃO	33231400000000000000	14.485,50	1.082,59		15.568,09
PUBLICIDADE	33231500000000000000	2.900,00	1.800,00		4.700,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	33231600000000000000	1.997,38	180,00		2.177,38
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTR	33231080000000000000	5.762,23	61,55		5.823,78
LOCAÇÕES	33231100000000000000	12.309,00	1.119,00		13.428,00
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA IN	33231110000000000000	432,00			432,00
ASSINATURAS DE PERÍODICOS E ANUIDADES	33231140000000000000	14.650,00	3.950,00		18.600,00
SEGUROS EM GERAL	33231290000000000000	4.639,95			4.639,95
SELEÇÃO E TREINAMENTO	33231300000000000000	4.180,00	2.460,00		6.640,00
SERV. MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOL. E LABOR	33231310000000000000	2.175,00	250,00		2.425,00
SERVIÇOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO	33231320000000000000	221,02	31,40		252,42
SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	33231360000000000000	3.196,00			3.196,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	33231460000000000000	1.312,00			1.312,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	33231510000000000000	720,00			720,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	33231560000000000000	1.418,67			1.418,67
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	33231900000000000000	5.837,76	18.885,00		24.722,76
PUBLICIDADE	33232000000000000000	18.651,66	1.361,04		20.012,70
LOCAÇÕES	33232050000000000000	1.100,00			1.100,00
SERVIÇOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO	33232100000000000000	17.421,66	1.361,04		18.782,70
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS - U	33232360000000000000	130,00			130,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	33233000000000000000	13.055,00	1.330,00		14.385,00
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA IN	33233060000000000000	3.145,00			3.145,00
SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUM	33233110000000000000	5.830,00	530,00		6.360,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	33233400000000000000	4.080,00	800,00		4.880,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	33234000000000000000	42,00			42,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS - M	33234900000000000000	42,00			42,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	33235000000000000000	830,00			830,00
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA IN	33235060000000000000	400,00			400,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	33235110000000000000	430,00			430,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35000000000000000000	84.920,00	27.499,57		112.419,57
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO	35100000000000000000	84.920,00	27.499,57		112.419,57
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA	35112000000000000000	84.920,00	27.499,57		112.419,57
INCENTIVOS	39000000000000000000	666,00	222,00		888,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO	39400000000000000000	666,00	222,00		888,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	39410000000000000000	666,00	222,00		888,00
OUTROS INCENTIVOS A EDUCAÇÃO	39411900000000000000	666,00	222,00		888,00

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
 Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
 CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
 CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA
Balancete Analítico
Período de Dezembro de 2015
Classe: Contábil

Página 5 de 9
Impresso em: 27/jan/2016
As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo	Mês	Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4000000000000000		1.696.000,00	00CR		154.000,00	1.850.000,00CR
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4500000000000000		1.696.000,00	00CR		154.000,00	1.850.000,00CR
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4510000000000000		1.696.000,00	00CR		154.000,00	1.850.000,00CR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO	4511000000000000		1.696.000,00	00CR		154.000,00	1.850.000,00CR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO	4511200000000000		1.696.000,00	00CR		154.000,00	1.850.000,00CR

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA
Balancete Analítico
Período de Dezembro de 2015
Classe: Contábil

Página 6 de 9
Impresso em: 27/jan/2016
As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo	Mês	Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E	5000000000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
ORÇAMENTO APROVADO	5200000000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
FIXAÇÃO DA DESPESA	5220000000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5221000000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
DOTAÇÃO INICIAL	5221100000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
CRÉDITO INICIAL	5221101000000000	1.850.000,00					1.850.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	5221200000000000	80.000,00					80.000,00
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	5221201000000000	80.000,00					80.000,00
CANCELAMENTO/REANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	5221900000000000	80.000,00					80.000,00

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA

Balancete Analítico

Período de Dezembro a Dezembro de 2015

Classe: Contábil

Página 7 de 9

Impresso em: 27/jan/2016

As 12:57:59 Horas

[illegible]

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/0-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA
Balancete Analítico
Período de Dezembro de 2015
Classe: Contábil

Página 8 de 9
Impresso em: 27/jan/2016
As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo	Mês	Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
CONTROLES DEVEDORES	7000000000000000	1.730.932,72			154.000,00		1.884.932,72
ATOS POTENCIAIS	7100000000000000	34.932,72					34.932,72
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7120000000000000	34.932,72					34.932,72
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7123000000000000	34.932,72					34.932,72
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	7123100000000000	34.932,72					34.932,72
CONTRATOS DE SERVIÇOS	7200000000000000	34.932,72					34.932,72
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7200000000000000	1.696.000,00			154.000,00		1.850.000,00
DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	7210000000000000	1.696.000,00			154.000,00		1.850.000,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	7211000000000000	1.696.000,00			154.000,00		1.850.000,00

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04



CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA

Balancete Analítico

Período de Dezembro a Dezembro de 2015

Classe: Contábil

Página 9 de 9

Impresso em: 27/jan/2016

As 12:57:59 Horas

Descrição da Conta	IT	Saldo	Mês	Anter.	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo	Atual
CONTROLES CREDORES	80000000000000000000	1.730.932,72	CR	604.026,61	758.026,61	1.884.932,72	CR	
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	81000000000000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	81200000000000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	81230000000000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	81231000000000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
CONTRATOS DE SERVIÇOS	81231020000000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
A EXECUTAR	81231020100000000000	34.932,72	CR	18.600,00	18.600,00	34.932,72	CR	
EXECUTADOS	81231020200000000000					16.332,72	CR	
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	82000000000000000000	1.696.000,00	CR	585.426,61	739.426,61	1.850.000,00	CR	
EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTIN	82100000000000000000	1.696.000,00	CR	585.426,61	739.426,61	1.850.000,00	CR	
EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	82110000000000000000	1.696.000,00	CR	585.426,61	739.426,61	1.850.000,00	CR	
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURS	82111000000000000000	70.412,68		110.826,14	181.238,82			
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURS	82111010000000000000	70.412,68		110.826,14	181.238,82			
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURS	82111010000000000000	144.073,96	CR	227.400,53	83.326,57	18.600,00	CR	
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURS	82112000000000000000	32.889,36	CR	247.199,94	232.910,58	18.600,00	CR	
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	82113010000000000000	24.110,72	CR	205.672,43	200.161,71			
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	82113020000000000000	8.778,64	CR	41.527,51	32.748,87			
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURS	82114000000000000000	1.589.449,36	CR		241.950,64	1.831.400,00	CR	
Diferença						0,00		

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CRC/SC 14.555/O-5 - CONTADOR
CPF... 420.240.999-04

COMPARATIVO DESPESAS

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA ESTADO DE SANTA CATARINA							Data: 28/01/2016 06:36:12		
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08							Página: 1 de 1		
Janeiro à Dezembro de 2015									
001.031.1002.2001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES	Crédito s			Despesa s					
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo		
	Órgão: 1 CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA								
	Unidade: 01.001 CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA								
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	1.730.000,00	80.000,00		1.810.000,00	1.716.921,63	1.716.921,63	93.078,37		
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.430.000,00			1.430.000,00	1.357.238,27	1.357.238,27	72.761,73		
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	1.430.000,00			1.430.000,00	1.357.238,27	1.357.238,27	72.761,73		
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00	80.000,00		380.000,00	359.683,36	359.683,36	20.316,64		
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	300.000,00	80.000,00		380.000,00	359.683,36	359.683,36	20.316,64		
4.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00		80.000,00	40.000,00	20.658,80	20.658,80	19.341,20		
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	120.000,00		80.000,00	40.000,00	20.658,80	20.658,80	19.341,20		
4.4.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	120.000,00		80.000,00	40.000,00	20.658,80	20.658,80	19.341,20		
Total do Proj/Ativ	1.850.000,00	80.000,00	80.000,00	1.850.000,00	1.737.580,43	1.737.580,43	112.419,57		
Total da Unidade	1.850.000,00	80.000,00	80.000,00	1.850.000,00	1.737.580,43	1.737.580,43	112.419,57		
Total do Órgão	1.850.000,00	80.000,00	80.000,00	1.850.000,00	1.737.580,43	1.737.580,43	112.419,57		
Total Despesa Corrente	1.730.000,00	80.000,00		1.810.000,00	1.716.921,63	1.716.921,63	93.078,37		
Total Despesa Capital	120.000,00		80.000,00	40.000,00	20.658,80	20.658,80	19.341,20		
Total Geral	1.850.000,00	80.000,00	80.000,00	1.850.000,00	1.737.580,43	1.737.580,43	112.419,57		
GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.									

GARUVA, 31 de Dezembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ
CONTADOR
CRC / SC 14.555/O-5

LRF - ADMISSÕES E CONTRATAÇÕES

CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA - SC

DEMONSTRATIVO DAS ADMISSÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIDORES E MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

LRF, art. 18 – parágrafo 1º

IN TCE 002/2001 – Art. 4º

2º SEMESTRE 2015

I – ADMISSÕES DE SERVIDORES

Nome do servidor	Data Admissão	Cargo	Nível/Ref.	Lei Complementar	Vencimento (R\$)
Ademir Luiz Bueno	21/08/2015	Assessor Parlamentar	CPC/25	48/2009	1375,15

II – MAO-DE-OBRA TERCEIRIZADA

Descrição das Atividades	Número do Contrato	Contratado	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Total (R\$)
Não houve contratações					

Reginaldo Mews Rosa
Presidente Mesa DiretoraGilmar Martins
Vice-Presidente Mesa DiretoraElvis Nei Estevam
Secretário Mesa DiretoraJosé Carlos Schutz
Contador**LRF - ANEXO I**

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

DESPESA COMPESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.357.238,27	0,00
Pessoal Ativo	1.357.238,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.357.238,27	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	1.357.238,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	45.908.334,64	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	2,96	
LIMITE MÁXIMO(incisos I,II e III, art. 20 da LRF)-(06,00%)	2.754.500,08	
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art. 22 da LRF)-(05,70%)	2.616.775,07	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <90% do LIMITE MÁXIMO>	2.479.050,07	

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/01/2016, Hora de emissão 06h e 21m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

REGINALDO MEWS ROSA

Presidente Mesa Diretora CPF: 006.063.009-45

GILMAR MARTINS

Vice-Presidente Mesa Diretora CPF: 003.549.929-02

ELVIS NEI ESTEVAM

SECRETARIO MESA DIRETORA CPF: 461.377.009-25

JOSE CARLOS SCHUTZ

Contador CPF: 420.240.999-04 CRC: 14.555/0-5/SC

LRF - ANEXO II

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho a Dezembro /2015

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Outras	0,00	0,00	0,00
Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta Demais Haveres Financeiros	- 0,00	167.338,65	- 18.600,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	0,00	167.338,65	0,00
	0,00	0,00	18.600,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	(167.338,65)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	43.735.167,95	44.022.436,67	45.908.334,64
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	(0,38)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	52.482.201,54	52.826.924,00	55.090.001,57
LIMITE DE ALERTA(inciso III do § 1º do art 59 da LRF)- <108%>	47.233.981,39	47.544.231,60	49.581.001,41

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	7.060,67	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV.(XI)=(IX)-(X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 28/01/2016, Hora de emissão 06h e 23m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

GILMAR MARTINS
Vice-Presidente Mesa Diretora CPF: 003.549.929-02

ELVIS NEI ESTEVAM
SECRETARIO MESA DIRETORA CPF: 461.377.009-25

JOSE CARLOS SCHUTZ
Contador
CPF: 420.240.999-04 CRC: 14.555/0-5/SC

LRF - ANEXO III

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho a Dezembro /2015

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Pag: 1/1

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2014	Saldo do Exercício de 2015	
		Até: Junho	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito Outras Garantias nos	0,00	0,00	0,00
Termos da LRF INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	43.735.167,95	44.022.436,67	45.908.334,64
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	9.621.736,95	9.684.936,07	10.099.833,62
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	8.659.563,25	8.716.442,46	9.089.850,26

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2014	Saldo do Exercício de 2015	
		Até: Junho	Até: Dezembro
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito Outras Garantias nos	0,00	0,00	0,00
Termos da LRF GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00

TOTAL CONTAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS <<nota>> CORRETIVAS:			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 27/01/2016, Hora de emissão 13h e 32m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

Reginaldo Mews Rosa	GILMAR MARTINS	ELVIS NEI ESTEVAM	JOSE CARLOS SCHUTZ
Pres. Mesa Diretora	Vice-Presidente Mesa Diretora	SECRETARIO MESA DIRETORA	Contador
	CPF: 003.549.929-02	CPF: 461.377.009-25	CPF: 420.240.999-04
			CRC: 14.555/0-5/SC

LRF - ANEXO IV

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho A Dezembro /2015

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

Pag: 1/1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
	0,00	0,00
	0,00	0,00
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) Mobiliária	0,00	0,00
Interna Externa Contratual Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(II) Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	45.908.334,64	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.345.333,54	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF)-<14,40%>	6.610.800,19	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.213.583,42	7,00

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO(V)=(IV+IIa)	0,00	0,00
--	------	------

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 27/01/2016, Hora de emissão 13h e 35m.

Reginaldo Mews Rosa	GILMAR MARTINS	ELVIS NEI ESTEVAM	JOSE CARLOS SCHUTZ
Pres. Mesa Diretora	Vice-Presidente Mesa Diretora	SECRETARIO MESA DIRETORA	Contador
	CPF: 003.549.929-02	CPF: 461.377.009-25	CPF: 420.240.999-04
			CRC: 14.555/0-5/SC

LRF - ANEXO V

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro /2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Pag: 1/1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FISCALIZADAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
00010000 - Recursos Ordinários	18.600,00	18.600,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	18.600,00	18.600,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.600,00	18.600,00	0,00
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (V) = (III + IV)	18.600,00	18.600,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 27/01/2016, Hora de emissão 13h e 15m.

Reginaldo Mews Rosa	GILMAR MARTINS	ELVIS NEI ESTEVAM	JOSE CARLOS SCHUTZ
Pres. Mesa Diretora	Vice-Presidente Mesa Diretora	SECRETARIO MESA DIRETORA	Contador
	CPF: 003.549.929-02	CPF: 461.377.009-25	CPF: 420.240.999-04
			CRC: 14.555/0-5/SC

LRF - ANEXO VI

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro /2015

Pag: 1/1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EM PENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010000 - Recursos Ordinários	0,00	18.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	18.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	18.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------	------

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

² A inscrição em Restos a Pagar Não Processados do exercício limita-se à Disponibilidade Líquida de Caixa.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 27/01/2016, Hora de emissão 13h e 13m.

Reginaldo Mews Rosa		GILM AR M ART INS		ELVIS NEI EST EVAM		JOSE CARLOS SCHUT Z
Pres. M esa Dire- tora		Vice-Presidente M esa Diretora		SECRET ARIO M ESA DIRET ORA		Contador
		CPF: 003.549.929-02		CPF: 461.377.009-25		CPF: 420.240.999-04
						CRC: 14.5 55/0-5/SC

LRF - ANEXO VII

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2015 a Dezembro/2015

LRF, Art. 48 - Anexo VII

Pag: 1/1

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.357.238,27	2,96
Limite Máximo(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.754.500,08	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	2.616.775,07	5,70

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(167.338,65)	(0,36)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	55.090.001,57	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.099.833,62	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Exter	7.345.333,54	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/ Oper. de Crédito p/ Antecipação da Receita	3.213.583,42	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRI- ÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 27/01/2016, Hora de emissão 13h e 44m.

Reginaldo Mews Rosa		GILMAR MARTINS		ELVIS NEI ESTEVAM		JOSE CARLOS SCHUTZ
Pres. Mesa Diretora		Vice-Presidente Mesa Diretora		SECRETARIO MESA DIRETORA		Contador
		CPF: 003.549.929-02		CPF: 461.377.009-25		CPF: 420.240.999-04
						CRC: 14.555/0-5/SC

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.702, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.702, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6665/2015, dos candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para os cargos abaixo descritos, em virtude da não apresentação de documentos comprobatórios exigidos no Edital, no momento da escolha de vaga:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	1º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SILVANA KUNEL PEREIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
KARLA TEIXEIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	7º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.703, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.703, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6675/2016, dos candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para os cargos abaixo descritos, em virtude da não apresentação de documentos comprobatórios exigidos no Edital, no momento da escolha de vaga:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ANGELA QUINTINO PEREIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	11º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.704, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.704, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6689/2016, dos candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para os cargos abaixo descritos, em virtude da não apresentação de documentos comprobatórios exigidos no Edital, no momento da escolha de vaga:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JANICE MAY DE OLIVEIRA	PROF. EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	8º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SANDRA SUELI SOARES FRITS-CHE	PROF. EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	9º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.705, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.705, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6675/2016, da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
RAQUEL SANTOS DA SILVA	PROF. EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.706, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.706, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6675/2016, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ROGER ARIEL ZIMERMANN	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	8º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.707, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.707, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6665/2015, da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
URSULA MARGARETE DE OLIVEIRA PATT	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	4º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 3.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 05/2015, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DAS SERVIDORAS M. M. K. E E. A. N. F.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de janeiro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2015, instaurado para apurar a responsabilidade das servidoras M. M. K. E E. A. N. F.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 07/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO POLIGUINDASTE DUPLO E CAIXAS COLETORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/02/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/02/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 27 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – MECANICA ALHO LTDA-ME

DO OBJETO – Serviço de mecânica nos veículos pesados, com fornecimento de peças para a frota do Samae de Governador Celso Ramos.

CLAUSULA PRIMEIRA – Do objeto

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do contrato firmado entre as partes, em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e modificações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA – Da Prorrogação

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 004/2015, com efeitos a contar a partir do dia 1º de janeiro de 2016, até o dia 31 de dezembro de 2016.

VALOR HORAS TRABALHADAS R\$ = 104,00 (Cento e quatro reais)

VALOR TOTAL DE 500 HORAS R\$ = 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais)

DOTAÇÃO – (8) 33.90.39.19 e (8) 33.90.30.39

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 004/2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa JM Equipamentos Ltda condicionou o fornecimento de peças para recuperação da Motoniveladora Case, exclusivamente, ao preço á vista, com desconto, conforme consta da Nota de Empenho nº 103/2016; considerando que este desconto contempla o interesse da Administração e o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica consoante adiante descrito:

Fornecedor: JM Equipamentos Ltda

Nota de Empenho nº 103/2016

Valor R\$ 1.450,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

RGF 3º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.703.235,70	0,00
Pessoal Ativo	8.572.982,75	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	130.052,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	200,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	118.283,16	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	118.283,16	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.584.952,54	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.783.221,39	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.584.952,54	51,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.062.939,55	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.609.792,57	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.156.645,60	48,60

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.568.447,97	1.343.419,06	1.075.487,38	894.126,68
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	886.917,37
Interna	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	886.917,37
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	111.009,37	79.775,33	7.209,41	7.209,31
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.691.308,95	1.432.995,20	1.263.044,09	1.064.666,17
Demais Haveres Financeiros	10.619,14	16.524,94	13.175,97	7.699,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.427.243,39	2.369.773,04	2.791.949,97	3.289.029,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.568.447,97	1.343.419,06	1.075.487,38	894.126,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.165.344,34	16.662.235,11	16.774.084,60	16.783.221,39
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,70%	8,06%	6,41%	5,33%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,70%	8,06%	6,41%	5,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.398.413,21	19.994.682,13	20.128.901,52	20.139.865,67
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.458.571,89	17.995.213,92	18.116.011,37	18.125.879,10

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	886.917,37
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	819.714,83	800.518,76	780.570,50	760.673,56
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	819.714,83	800.518,76	780.570,50	760.673,56
Previdenciárias	790.590,99	774.304,21	757.232,21	740.160,21
Demais Contribuições Sociais	29.123,84	26.214,55	23.338,29	20.513,35
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	637.723,77	463.124,97	287.707,47	126.243,81

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	725.315,30	920.252,90	1.515.729,91	2.216.663,61
DEPÓSITOS	190.382,66	206.333,27	154.150,69	192.075,22
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	706,16	1.804.588,45	1.806.476,45	211.732,42

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

FONTE:

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.166.241,67	16.662.235,11	16.774.084,60	16.783.221,39
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.556.573,17	3.665.691,72	3.690.298,61	3.692.308,71
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.200.915,85	3.299.122,55	3.321.268,75	3.323.077,84

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

 AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

 VILSON PONCIANO
 Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

 DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

 EDMAR KEMPER NANDI
 Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.783.221,39	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.685.315,42	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.416.783,88	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.174.825,50	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens Destinados a Outros Programas	5.946,88	0,00	5.795,68	0,00	0,00		151,20	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa (API)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	2.950,45	0,00	3.436,65	0,00	0,00		(486,20)	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS	3.402,19	0,00	0,00	0,00	2.693,90		708,29	0,00	0,00	
Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00		149,90	0,00	0,00	
Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF	25.977,22	0,00	1.562,52	0,00	717,43		23.697,27	0,00	0,00	
Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF - Superávit Financeiro	22.783,22	0,00	0,00	0,00	0,00		22.783,22	0,00	0,00	
Atenção Básica - Pab Fixo	(1.322,87)	0,00	26.492,34	0,00	0,00		(27.815,21)	0,00	0,00	
Atenção Básica - Pab Fixo - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - PMAQ	(215,88)	0,00	9.515,13	0,00	0,00		(9.731,01)	1.641,40	0,00	
Atenção Básica - PMAQ - Superávit Financeiro	636,44	0,00	636,44	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE	3.056,45	0,00	0,00	0,00	0,00		3.056,45	0,00	0,00	
Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE - Superávit Financeiro	118,71	0,00	0,00	0,00	0,00		118,71	0,00	0,00	
Atenção Básica - Superávit Financeiro do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Superávit Financeiro	2.300,00	0,00	1.400,00	0,00	0,00		900,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.040,66	0,00	2.940,00	0,00	0,00		4.100,66	0,00	0,00	

Continua 1/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/12

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Superávit I	14,09	0,00	0,00	0,00	0,00	14,09	0,00	0,00
Bolsa Família	10.741,06	0,00	0,00	0,00	0,00	10.741,06	0,00	0,00
Bolsa Família - Superávit Financeiro	7.534,42	0,00	0,00	0,00	0,00	7.534,42	0,00	0,00
Contr. de Int. Domínio Econômico (CIDE) - Superáv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Int. do Domínio Econômico (CIDE)	34,58	0,00	118,70	0,00	0,00	(84,12)	0,00	0,00
Contribuição de Int. do Domínio Econômico (CIDE) - Superávit Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	6.033,63	0,00	5.118,29	0,00	0,00	915,34	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP) - Superávit F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Transito - Civil	6.613,94	0,00	3.414,77	0,00	0,00	3.199,17	0,00	0,00
Convênio Transito - Civil - Superávit Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Transito - Civil - Superávit Financeiro	1.483,74	0,00	290,00	0,00	0,00	1.193,74	0,00	0,00
Convênio Transito - Militar	8.436,96	0,00	2.473,60	0,00	0,00	5.963,36	0,00	0,00
Convênio Transito - Militar - Superávit Ex. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Transito - Militar - Superávit Financeiro	1.735,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735,07	0,00	0,00
Convênio Transito - Prefeitura	7.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.625,00	0,00	0,00
Convênio Transito - Prefeitura - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Transito - Prefeitura Super. Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Demais Recursos - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	979,49	0,00	800,00	0,00	0,00	179,49	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP - Superávit Financeiro	373,58	0,00	322,64	0,00	0,00	50,94	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - Superávit do Ex. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão SUS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/12

R\$ 1,00

Continua 2/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)							
										(b)	(d)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS	3.372,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.372,40	0,00	0,00	0,00		
Índices de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS - Super.	82,25	0,00	0,00	0,00	0,00	82,25	0,00	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensão Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensão Excepcional - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operação de Crédito Externas para Progr. Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operação de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Superávit F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Supe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Externas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas p/Prog Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Especificações - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Rec	1.589,92	0,00	3.974,70	0,00	0,00	(2.384,78)	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Rec	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf. Decorantes de Comp.Financ. Explor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS - Superávit Financeiro	1.323,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323,92	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS Super Exerc Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/12
R\$ 1,00

Continua 3/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - S	71,40	0,00	0,00	0,00	0,00	71,40	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA	833,83	0,00	770,00	0,00	0,00	63,83	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA - Supe	64,04	0,00	0,00	0,00	0,00	64,04	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundament	1.602,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602,77	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundament	56,30	0,00	0,00	0,00	0,00	56,30	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio - Suje	501,85	0,00	171,10	0,00	0,00	330,75	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	2.246,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.246,81	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	11,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11,51	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)	486,40	0,00	0,00	0,00	0,00	486,40	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) - Superávit Fir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinc. Estaduais - Superávit Finac Exerc Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINARIO FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINARIO FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO VINCULADOS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS EDUCACAO - 25% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIO FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIO FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADO FEDERAL MERENDA ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADO SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DO ESTADO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DA UNIÃO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADO - TRANSPORTE ESCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS - Super. Ex. Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - Super. Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - Super. F Ex. Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Royalties de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Royalties de Petróleo - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Salário Educação	3.181,01	0,00	0,00	0,00	0,00	889,81	0,00	0,00			
Salário Educação - Superávit Financ do Exerc Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Salário Educação - Superávit Financeiro	346,27	0,00	0,00	0,00	0,00	346,27	200,00	0,00			

Continua 6/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RQGF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										Continuação 7/17		R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)									
										(b)	(d)	(e)	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))								
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - S	1.281,55	0,00	91,39	0,00	24,00	1.166,16	0,00	0,00	0,00				
Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (SAMU)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Serviços de Saúde - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Superávit Financ. de Alienações de Bens Destinados a Ouros Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Superávit Financeiro de Transferência do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual -	(1.621,26)	0,00	47.470,17	0,00	5.344,30	(54.435,73)	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual -	2.030,89	0,00	30.045,84	0,00	1.351,33	(29.366,28)	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento	24.314,53	0,00	18.104,95	0,00	0,00	6.209,58	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Sur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica	4.730,87	0,00	4.730,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Supe	63,24	0,00	0,00	0,00	0,00	63,24	0,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da	17.839,53	0,00	1.446,21	0,00	0,00	16.393,32	76,00	0,00	0,00				
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da	190,60	0,00	0,00	0,00	0,00	190,60	0,00	0,00	0,00				
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Apoio a Creches - Educação - Unã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Educação - Superávit Financeiro	1.453,07	0,00	0,00	0,00	1.453,06	0,01	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Est	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Est	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferência de Convênios - Educação - União	(592,86)	0,00	0,00	0,00	0,00	(592,86)	0,00	0,00	0,00				

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/12

Continuação 7/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)	(c)	(d)	(e)		
Transferência de Convênios - Educação - União - Superávit Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Estado - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação)	0,00	0,00	74.150,00	0,00	0,00	(74.150,00)	31.330,00	0,00	
Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Estados (não relacionados à educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Outros - Super. Ex. A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	97.240,85	0,00	0,00	0,00	0,00	97.240,85	12.961,14	0,00	
Transferência de Convênios - União (não relacionados à educação)	205.430,05	11.207,11	134.442,00	0,00	0,00	59.780,94	0,00	0,00	
Transferência do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do Fundeb - 60% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação - Estado - Superávit Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - Assistência Social - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais - S	68,99	0,00	0,00	0,00	0,00	68,99	68,99	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	891,64	0,00	0,00	0,00	0,00	891,64	95,75	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde - Estado - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde - União	2,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2,62	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde - União - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 8/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências de Convênios - União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União - Assistência Social - Super	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	3.523,07	0,00	1.806,87	0,00	0,00		0,00	1.716,20	0,00
Transferências do Fundeb - 40% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 60% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	12.534,76	0,00	1.712,26	0,00	187,65		0,00	10.634,85	0,00
Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	5.490,75	0,00	0,00	0,00	2,50		0,00	5.488,25	0,00
Vigilância Epidemiológica (em Saúde)	60,00	0,00	60,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica (em Saúde) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	531.857,34	11.207,11	391.865,59	0,00	14.085,13		114.699,51	46.495,78	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Alienacões de Bens Destinados a Saúde	7.624,47	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7.624,47	0,00
Alienacões de Bens Destinados a Saúde - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal - SB	7.165,93	0,00	6.470,79	0,00	0,00		0,00	695,14	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal - SB - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contr p/Cust Iluminação Púb (COSIP) Sup Ex Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Média Alta Compl Amb. Hosp. - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00

Continua 9/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio - Sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rec. de Imp Transf Imp - Educação - Sup. Financ. Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	1.216,05	82.522,07	471.170,22	0,00	55.443,70	(607.919,94)	3.441,70	0,00	
Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	(510.641,81)	65.904,90	182.621,13	0,00	51.345,52	(810.513,36)	1.848,87	0,00	
Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação - Superávit f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde Sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	(371.977,69)	0,00	0,00	0,00	0,00	(371.977,69)	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários exercício Anterior Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSO ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS EDUCAÇÃO - 25% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	1.006.709,00	447.290,95	1.622.822,72	0,00	71.200,87	(1.134.605,54)	159.484,07	0,00	
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	315.465,14	0,00	0,00	0,00	0,00	315.465,14	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçamento Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS Ordinários - Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Outras Fontes - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 10/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos Ordinários - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	33.949,66	0,00	4.387,90	0,00	0,00	29.561,76	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Transferências do Fundeb- 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	5.580,42	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,42	290,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	645,04	0,00	430,00	0,00	0,00	215,04	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172,00	172,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais - S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV	23.900,62	0,00	2.335,90	0,00	0,00	21.564,72	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Sup. Financ. Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	532.808,83	595.717,92	2.290.238,66	0,00	177.990,09	(2.531.137,84)	165.236,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.064.666,17	606.925,03	2.682.104,25	0,00	192.075,22	(2.416.438,33)	211.732,42	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 11/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 12/12
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	16.783.221,39	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.154.702,87	54,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.069.932,83	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.566.436,19	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	894.126,68	5,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.139.865,67	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.692.308,71	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.685.315,42	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.174.825,50	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	211.732,42	(2.416.438,33)

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

 AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

 VILSON PONCIANO
 Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

 DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

 EDMAR KEMPER NANDI
 Controlador Geral

RREO 6º BIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.703.235,70	0,00
Pessoal Ativo	8.572.982,75	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	130.052,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	200,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	118.283,16	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	118.283,16	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.584.952,54	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.783.221,39	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.584.952,54	51,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.062.939,55	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.609.792,57	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.156.645,60	48,60

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.568.447,97	1.195.111,53	894.126,68
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.457.438,60	1.163.713,48	886.917,37
Interna	1.457.438,60	1.163.713,48	886.917,37
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	111.009,37	31.398,05	7.209,31
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.691.308,95	1.365.111,16	1.064.666,17
Demais Haveres Financeiros	10.619,14	13.208,08	7.699,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.427.243,39	2.648.161,53	3.289.029,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.568.447,97	1.195.111,53	894.126,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.165.344,34	16.549.197,29	16.783.221,39
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,70%	7,22%	5,33%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,70%	7,22%	5,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.398.413,21	19.859.036,75	20.139.865,67
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.458.571,89	17.873.133,07	18.125.879,10

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.457.438,60	1.163.713,48	886.917,37
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	819.714,83	790.434,12	760.673,56
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	819.714,83	790.434,12	760.673,56
Previdenciárias	790.590,99	765.768,21	740.160,21
Demais Contribuições Sociais	29.123,84	24.665,91	20.513,35
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	637.723,77	373.279,36	126.243,81

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	725.315,30	1.269.842,29	2.216.663,61
DEPÓSITOS	190.382,66	237.236,91	192.075,22
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	706,16	1.327.324,14	211.732,42

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

FONTE:

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	16.166.241,67	16.549.197,29	16.783.221,39
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.556.573,17	3.640.823,40	3.692.308,71
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.200.915,85	3.276.741,06	3.323.077,84

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

 AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

 VILSON PONCIANO
 Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

 DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

 EDMAR KEMPER NANDI
 Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.783.221,39	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.685.315,42	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.416.783,88	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.174.825,50	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(e)						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens Destinados a Outros Programas	5.946,88	0,00	5.795,68	0,00	0,00		151,20	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa (API)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	2.950,45	0,00	3.436,65	0,00	0,00		(486,20)	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS	3.402,19	0,00	0,00	0,00	2.693,90		708,29	0,00	0,00	
Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00		149,90	0,00	0,00	
Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF	25.977,22	0,00	1.562,52	0,00	717,43		23.697,27	0,00	0,00	
Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF - Superávit Financeiro	22.783,22	0,00	0,00	0,00	0,00		22.783,22	0,00	0,00	
Atenção Básica - Pab Fixo	(1.322,87)	0,00	26.492,34	0,00	0,00		(27.815,21)	0,00	0,00	
Atenção Básica - Pab Fixo - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - PMAQ	(215,88)	0,00	9.515,13	0,00	0,00		(9.731,01)	1.641,40	0,00	
Atenção Básica - PMAQ - Superávit Financeiro	636,44	0,00	636,44	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE	3.056,45	0,00	0,00	0,00	0,00		3.056,45	0,00	0,00	
Atenção Básica - Programa Saúde na Escola - PSE - Superávit Financeiro	118,71	0,00	0,00	0,00	0,00		118,71	0,00	0,00	
Atenção Básica - Superávit Financeiro do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Superávit Financeiro	2.300,00	0,00	1.400,00	0,00	0,00		900,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade - Ambulatório e Hospitalar	7.040,66	0,00	2.940,00	0,00	0,00		4.100,66	0,00	0,00	

Continua 1/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)							
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(e)										
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício												
			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores											
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))									
Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Superávit I	14,09	0,00	0,00	0,00	0,00	14,09	0,00	0,00							
Bolsa Família	10.741,06	0,00	0,00	0,00	0,00	10.741,06	0,00	0,00							
Bolsa Família - Superávit Financeiro	7.534,42	0,00	0,00	0,00	0,00	7.534,42	0,00	0,00							
Contr. de Int. Domínio Econômico (CIDE) - Superáv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contribuição de Int. do Domínio Econômico (CIDE)	34,58	0,00	118,70	0,00	0,00	(84,12)	0,00	0,00							
Contribuição de Int. do Domínio Econômico (CIDE) - Superávit FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	6.033,63	0,00	5.118,29	0,00	0,00	915,34	0,00	0,00							
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP) - Superávit F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Convênio Transito - Civil	6.613,94	0,00	3.414,77	0,00	0,00	3.199,17	0,00	0,00							
Convênio Transito - Civil - Superávit Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Convênio Transito - Civil - Superávit Financeiro	1.483,74	0,00	290,00	0,00	0,00	1.193,74	0,00	0,00							
Convênio Transito - Militar	8.436,96	0,00	2.473,60	0,00	0,00	5.963,36	0,00	0,00							
Convênio Transito - Militar - Superávit Ex. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Convênio Transito - Militar - Superávit Financeiro	1.735,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735,07	0,00	0,00							
Convênio Transito - Prefeitura	7.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.625,00	0,00	0,00							
Convênio Transito - Prefeitura - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Convênio Transito - Prefeitura Super. Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
FIA Demais Recursos - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Fundo Especial do Petróleo - FEP	979,49	0,00	800,00	0,00	0,00	179,49	0,00	0,00							
Fundo Especial do Petróleo - FEP - Superávit Financeiro	373,58	0,00	322,64	0,00	0,00	50,94	0,00	0,00							
Fundo Especial do Petróleo - Superávit do Ex. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Gestão SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Gestão SUS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/12
R\$ 1,00

Continua 2/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Anteriores					
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)	(d)	(e)				
Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS	3.372,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.372,40	0,00	0,00		
Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS - Super	82,25	0,00	0,00	0,00	0,00	82,25	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensão Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Medicamentos de Dispensão Excepcional - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operação de Crédito Externas para Progr. Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operação de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Superávit F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Supe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Externas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas p/Prog Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Créditos Internas para Programas da Educação B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Especificações - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Rec	1.589,92	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.384,79)	0,00	0,00		
Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Rec	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transf. Decorantes de Comp. Financ. Explor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS - Superávit Financeiro	1.323,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323,92	0,00	0,00		
Outras Transferências do FNAS Super Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 3/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Outros Recursos do FNDE - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE - SUPERÁVIT DO EXERC. ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança (PAC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança (PAC) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção Integral à Família - Piso Básico Fixo (PBF)	6.345,87	0,00	1.692,47	0,00	0,00	4.653,40	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção Integral à Família - Piso Básico Fixo (PBF) - Superávit Financeiro	62,51	0,00	0,00	0,00	0,00	62,51	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos (PEJA)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos (PEJA) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Ensino Médio	319,76	0,00	100,00	0,00	219,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Ensino Médio - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundame	5.438,67	0,00	5.017,19	0,00	0,00	421,48	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundame	518,09	0,00	518,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Infantil	1.044,72	0,00	1.044,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Infantil - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Superávit Financeiro	71,31	0,00	0,00	0,00	0,00	71,31	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE	837,28	0,00	0,00	0,00	0,00	837,28	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE - Superávit Financeiro	79,07	0,00	0,00	0,00	0,00	79,07	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche	2.007,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.007,56	0,00	0,00	0,00

Continua 4/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 5/12

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	(b)					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - S	71,40	0,00	0,00	0,00	0,00	71,40	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA	833,83	0,00	770,00	0,00	0,00	63,83	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA - Supe	64,04	0,00	0,00	0,00	0,00	64,04	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundamen	1.602,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602,77	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundamen	56,30	0,00	0,00	0,00	0,00	56,30	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio - Su	501,85	0,00	171,10	0,00	0,00	330,75	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	2.246,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.246,81	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	11,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11,51	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)	486,40	0,00	0,00	0,00	0,00	486,40	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) - Superávit Fir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinc. Estaduais - Superávit Finac Exerc Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINÁRIO FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINÁRIO FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO VINCULADOS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS EDUCACAO - 25% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIO FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIO FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADO FEDERAL MERENDA ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADO SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DO ESTADO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DA UNIÃO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADO - TRANSPORTE ESCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS - Super. Ex. Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - Super. Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS - Super. F Ex. Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Royalties de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Royalties de Petróleo - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Salário Educação	3.181,01	0,00	0,00	0,00	0,00	889,81	0,00	0,00			
Salário Educação - Superávit Financ do Exerc Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Salário Educação - Superávit Financeiro	346,27	0,00	0,00	0,00	0,00	346,27	200,00	0,00			

Continua 6/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a - (b + c + d + e))			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - S	1.281,55	0,00	91,39	0,00	0,00	24,00	1.166,16	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (SAMU)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financ. de Alienações de Bens Destinados a Ouros Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro de Transferência do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual -	(1.621,26)	0,00	47.470,17	0,00	0,00	5.344,30	(54.435,73)	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual -	2.030,89	0,00	30.045,84	0,00	0,00	1.351,33	(29.366,28)	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento	24.314,53	0,00	18.104,95	0,00	0,00	0,00	6.209,58	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Sufr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica	4.730,87	0,00	4.730,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Supe	63,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,24	0,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da	17.839,53	0,00	1.446,21	0,00	0,00	0,00	16.393,32	76,00	0,00
Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da	190,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,60	0,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VNCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Apoio a Creches - Educação - Unã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Superávit Financeiro	1.453,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453,06	0,01	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Est	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Est	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - União	(592,86)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(592,86)	0,00	0,00

Continua 7/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
Transferência de Convênios - Educação - União - Superávit Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Estado - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação)	0,00	0,00	74.150,00	0,00	0,00	(74.150,00)	31.330,00	0,00			
Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Estados (não relacionados à educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Outros - Super. Ex. A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	97.240,85	0,00	0,00	0,00	0,00	97.240,85	12.961,14	0,00			
Transferência de Convênios - União (não relacionados à educação)	205.430,05	11.207,11	134.442,00	0,00	0,00	59.780,94	0,00	0,00			
Transferência do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferência do Fundeb - 60% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Educação - Estado - Superávit Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - Assistência Social - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais - S	68,99	0,00	0,00	0,00	0,00	68,99	68,99	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	891,64	0,00	0,00	0,00	0,00	891,64	95,75	0,00			
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Saúde - Estado - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Saúde - União	2,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2,62	0,00	0,00			
Transferências de Convênios - Saúde - União - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Continua 8/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências de Convênios - União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União - Assistência Social - Super	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	3.523,07	0,00	1.806,87	0,00	0,00	1.716,20	122,50	0,00
Transferências do Fundeb - 40% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 60% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	12.534,76	0,00	1.712,26	0,00	187,65	10.634,85	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	5.490,75	0,00	0,00	0,00	2,50	5.488,25	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica (em Saúde)	60,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica (em Saúde) - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	531.857,34	11.207,11	391.865,59	0,00	14.085,13	114.699,51	46.495,78	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienacões de Bens Destinados a Saúde	7.624,47	0,00	0,00	0,00	0,00	7.624,47	0,00	0,00
Alienacões de Bens Destinados a Saúde - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal - SB	7.165,93	0,00	6.470,79	0,00	0,00	695,14	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal - SB - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr p/Cust Iluminação Púb (COSIP) Sup Ex Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Média Alta Compl Amb. Hosp. - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 9/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))

Continuação 10/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio - Sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Imp Transf Imp - Educação - Sup. Financ. Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	1.216,05	82.522,07	471.170,22	0,00	55.443,70	(607.919,94)	3.441,70	0,00
Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	(510.641,81)	65.904,90	182.621,13	0,00	51.345,52	(810.513,36)	1.848,87	0,00
Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação - Superávit f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde Sup	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	(371.977,69)	0,00	0,00	0,00	0,00	(371.977,69)	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários exercício Anterior Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS EDUCAÇÃO - 25% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.006.709,00	447.290,95	1.622.822,72	0,00	71.200,87	(1.134.605,54)	159.484,07	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	315.465,14	0,00	0,00	0,00	0,00	315.465,14	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Orçamento Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - Outras Fontes - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos Ordinários - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS SAÚDE - 15% IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	33.949,66	0,00	4.387,90	0,00	0,00	29.561,76	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Transferências do Fundeb- 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	5.580,42	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,42	290,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Es	645,04	0,00	430,00	0,00	0,00	215,04	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172,00	172,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais - S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV	23.900,62	0,00	2.335,90	0,00	0,00	21.564,72	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Sup. Financ. Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	532.808,83	595.717,92	2.290.238,66	0,00	177.990,09	(2.531.137,84)	165.236,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.064.666,17	606.925,03	2.682.104,25	0,00	192.075,22	(2.416.438,33)	211.732,42	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 11/12

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 12/12
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
GRÃO PARÁ, 27/01/2016

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	16.783.221,39	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.154.702,87	54,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.069.932,83	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.566.436,19	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	894.126,68	5,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.139.865,67	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.692.308,71	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.685.315,42	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.174.825,50	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	211.732,42	(2.416.438,33)

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/01/2016

 AMILTON ASCARI
 Prefeito Municipal

 VILSON PONCIANO
 Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

 DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

 EDMAR KEMPER NANDI
 Controlador Geral

Guaraciaba

PREFEITURA

ERRATA TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 21.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ERRATA ao Terceiro Termo Aditivo, Contrato 21/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri

Considerando a ocorrência de erro formal:

CLÁUSULA SEGUNDA:

ONDE SE LÊ: O preço ajustado para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL do contrato 21/2013, será de R\$ 2.894,63 (dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) mensais, perfazendo um total de R\$ 34.735,56 (trinta e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

2.2 - Os valores contratados e especificados no item supracitado serão reajustados de acordo com o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses a ser realizado no mês de Fevereiro/2016.

O valor total do contrato é R\$ 34.735,56 (trinta e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

LEIA-SE "O preço ajustado para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL do contrato 21/2013, será de R\$ 3.100,88 (três mil e cem reais e oitenta e oito centavos) mensais, perfazendo um total de R\$ 37.210,56 (trinta e sete mil duzentos e dez reais e cinquenta e seis centavos).

2.2 - Os valores contratados e especificados no item supracitado serão reajustados de acordo com o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses a ser realizado no mês de Fevereiro/2016.

O valor total do contrato é R\$ 37.210,56 (trinta e sete mil duzentos e dez reais e cinquenta e seis centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 27 de janeiro de 2016.

ROQUE LUIZ MENGHINI, JONAS MARCELO RAMON,
Prefeito Municipal Gerente Regional

Testemunhas:

Lílian Gruber Aldo Justino Salvi
CPF: 028.193.729-02 CPF: 430.670.189-15

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 17.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (CARNE DE GADO, CARNE DE FRANGO, ARROZ E OUTROS) PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO EM COMUNIDADES DISTANTES DURANTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICIPIO.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.730,30 (treze mil setecentos e trinta reais e trinta centavos)

=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 30.16 AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 36/16, Edital de Pregão Presencial Nº 30/16, Objeto: Aquisição de Mão-de-Obra para manutenção da iluminação pública; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 11/02/16; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 11/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 27 de janeiro 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.670.451,56	0,00
Pessoal Ativo	12.670.191,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	260,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	262.750,98	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	262.750,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.407.700,58	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.648.750,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.407.700,58	50,34
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.310.325,39	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.644.809,12	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.979.292,85	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.026.232,34	2.000.997,02	2.148.226,20
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.446.659,10	1.421.423,78	1.540.027,19
Interna	1.446.659,10	1.421.423,78	1.540.027,19
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	579.573,24	579.573,24	608.199,01
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.464.719,20	1.881.279,80	886.692,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.603.942,49	2.217.357,20	890.942,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	139.223,29	336.077,40	4.250,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-438.486,86	119.717,22	1.261.534,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.871.251,22	22.762.109,47	24.648.750,73
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,71%	8,79%	8,72%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,10%	0,53%	5,12%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	25.045.501,46	27.314.531,36	29.578.500,88
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	22.540.951,32	24.583.078,23	26.620.650,79

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.446.659,10	1.421.423,78	1.540.027,19
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.446.659,10	1.421.423,78	1.540.027,19

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.446.659,10	1.421.423,78	1.540.027,19

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	43.956,33	57.601,05	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.587.736,50	4.030.508,65	377.965,81
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		R\$ 1,00
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	20.871.251,22	22.762.109,47		24.648.750,73
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.591.675,27	5.007.664,08		5.422.725,16
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.132.507,74	4.506.897,68		4.880.452,64
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00		0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	146.161,39	146.161,39
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	146.161,39	146.161,39
Interna	146.161,39	146.161,39
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	146.161,39	146.161,39
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.648.750,73	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	146.161,39	0,59
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.943.800,12	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.549.420,11	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.725.412,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	146.161,39	0,59

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	(b)						
		(a)								
Piso da Atenção Básica (PAB.FIXO)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso da Atenção Básica (PAB.FIXO) - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação de Alimentação e Nutrição (FAN)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde		15.137,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.137,16	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens - Superávit		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Outros Programas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação em Serviços de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica-Estado - SUPERAVIT		28,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,05	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica-Estado - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	28,05	0,00	(28,05)	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Estratégic		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmaceutica Básica-SUS		6.228,40	0,00	0,00	0,00	45,97	0,00	6.182,43	0,00	0,00
Assistência Farmaceutica Básica-SUS - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complex. Ambul. e Hospitalar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		5.438,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.438,45	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIOS E/OU CONTRIBUIÇÕES - FACIG		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADESC OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família - IGDBF		7.813,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.813,06	0,00	0,00
Bolsa Família - IGDBF - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIDE - SUPERÁVIT		288,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288,45	0,00	0,00
Construção pavilhão Convênio 728566/2009-MI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB. DE CUST. SERV.ILUM.PIBL. - COSIP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
contrib. intervenção dom.econ. CIDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Custeio Iluminação Pública - COSIP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		74,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,98	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviço de Iluminação Pública-C		0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continua 1/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
FES EQUIPAMENTO PARA SALA IMUNIZAÇÃO - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FES/MAC - INCENTIVO A RESSONANCIAS E TOMOGRAFIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FMAS BASICA CUSTEIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FMAS BASICA CUSTEIO - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FMAS Básica Investimento - FEAS/SC	11.748,47	0,00	0,00	0,00	0,00	11.748,47	0,00	0,00	0,00	
FMAS Básica Investimento - FEAS/SC - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FMAS Benefícios Eventuais Custeio Estado - SUPERAVIT	0,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,00	0,00	0,00	
FNAS SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS	29.946,49	0,00	0,00	0,00	0,00	29.946,49	389,18	0,00	0,00	
FNDE - Programa Brasil Carinhoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNDE/MEC - Brinquedos Didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNDE/Programa Brasil Carinhoso - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS - INCENTIVO REDE CEGONHA - SUPERAVIT	259,31	0,00	0,00	0,00	0,00	259,31	0,00	0,00	0,00	
FNS - INCENTIVO REDE CEGONHA - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS MAC REDE CEGONHA - RCE - RCEG	53,57	0,00	0,00	0,00	0,00	53,57	0,00	0,00	0,00	
FNS Requalificação das UBS Ampliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS REQUALIFICAÇÃO DAS UBS AMPLIAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS/Estruturação da Rede de Serv da Atenção Básica - Bloco In	100.439,61	0,00	0,00	0,00	0,00	100.439,61	0,00	0,00	0,00	
FNS/Estruturação da Rede de Serv da Atenção Básica - Bloco In	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS/Estruturação da Rede de Serv da Atenção Básica - Bloco In	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FNS/MAC - INCENTIVO A RESSONANCIAS E TOMOGRAFIAS - FUNDEB - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petroleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundosocial - Convênio FES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNREBOM - SUPERÁVIT	7.806,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.806,35	0,00	0,00	0,00	
Gestão do Sus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GOV. EST. S C - SDR/SMOeste- Conv. 19.004/2009-7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Governo Estado/SDR/SMOESTE - Conv CRAS 8268/2010-6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MAC/UNIAO - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatori	7.134,50	0,00	0,00	0,00	0,00	7.134,50	0,00	0,00	0,00	
MAC/UNIAO - MAC/UNIAO - superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MDS - Programa BCP na Escola - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MDS - Programa BCP na Escola	40,79	0,00	0,00	0,00	0,00	40,79	0,00	0,00	0,00	

R\$ 1,00

Continua 3/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)					
	MEC/FNDE - TC-PAC N° 200285/201 - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MIN. EDUC/FNDE - TC-PAC N°200285/201 - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MIN. EDUC.-Contr.Rep.0310818-30/09 Cv.SICONV 719805	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Minist. Cidades Ct. Repasse 0310.818-30/2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINIST. DA EDUCAÇÃO/FNDE - TC-PAC N° 200285/201	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINIST. DESENAGRARIO-Contr.Rep.0306992-70/2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINIST.INTEGRAÇÃO NACIONAL - CONV.696/2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério da Agric. Pec. e Abast. (MAPA) CT 387.426-16/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades - Construção Asfalto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades Convênio 764542/2011	46.723,05	0,00	0,00	46.599,95	0,00	123,10	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades Convênio 764542/2011 S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades Convênio 766677/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades Convênio 766677/2011 S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério das Cidades/Conv 789446/2013 - Pavimentação com F	27.673,58	0,00	0,00	143.101,39	0,00	(115.427,81)	0,00	0,00	0,00
	Ministério do Turismo - Parque Ecológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério do Turismo - Parque Ecológico e Turístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ministério do Turismo - Pavimentação Asfáltica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINISTÉRIO INTEGRAÇÃO NACIONAL-712537/2009-MI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MINISTÉRIO INTEGRAÇÃO NACIONAL-CONV.728566/2009-MI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - CIVIL	2.211,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.211,60	0,00	0,00	0,00
	MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - CIVIL - Superávit	36,66	0,00	0,00	0,00	0,00	36,66	0,00	0,00	0,00
	MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - PREFEITURA	2.645,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.645,47	0,00	0,00	0,00
Multas Trânsito - SUPERÁVIT	9.395,75	0,00	0,00	0,00	0,00	9.395,75	0,00	0,00	0,00	
NASF Núcleo de Apoio á Saude da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	81.421,47	0,00	0,00	0,00	0,00	81.421,47	0,00	0,00	0,00	
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA BADESC PACTO POR SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 4/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Outras Transf. decorren. de Compens. Financ. p/Exploraç. de Re-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv.da Educação - FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo - Incremento Temporário - superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo/Incremento Temporário	32,23	0,00	0,00	0,00	0,00	32,23	0,00	0,00
PAC 2 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR FNDE Aquisição Mobiliário Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR FNDE Aquisição Mobiliário Creche - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR FNDE Aquisição Mobiliário Creche - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAVIMENTAÇÃO URBANA SDR - CONV 9563	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	415,71	0,00	0,00	0,00	0,00	415,71	0,00	0,00
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Superávit	33,52	0,00	0,00	0,00	0,00	33,52	0,00	0,00
Piso da Atenção Básica (PAB.FIXO)	3.794,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.794,70	0,00	0,00
Piso de transição de Alta Complexidade - Família Acolhedora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de transição de Alta Complexidade - Família Acolhedora - SI	55,89	0,00	0,00	0,00	0,00	55,89	0,00	0,00
Piso de transição de Média Complexidade	2.013,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.013,09	0,00	0,00
Piso de transição de Média Complexidade - SUPERÁVIT	34,78	0,00	0,00	0,00	0,00	34,78	0,00	0,00
Piso de transição de Média Complexidade - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Controle da Dengue (PCD) - FES/SC	19.482,58	0,00	0,00	0,00	0,00	19.482,58	0,00	0,00
Programa de Controle da Dengue (PCD) - FES/SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Controle da Dengue (PCD) - FES/SC - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.818,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.818,31	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - SUPERÁVIT	262,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 5/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/15

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos					
				Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
					De Exercícios Anteriores	(b)			
		(a)							
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		840,55		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Requalificação de UBS Reforma		42.438,45		0,00	0,00	11.565,95	30.872,50	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE		567,50		0,00	0,00	0,00	567,50	0,00	0,00
Programa Sentinela		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROPOSTA TRANSF Nº 8863 SDR		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROPOSTA TRANSF Nº 8863 SDR S		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FAMÍLIA ACOLHEDORA - FEI		15.250,26		0,00	0,00	0,00	15.250,26	0,00	0,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FAMÍLIA ACOLHEDORA - FEI		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Radio Patrulha - Recursos do Conv.-049704-5		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FMAS BASICA CUSTEIO		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FMAS SERV CONV E FORT VINCULOS		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FNAS SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS - SUPERAVIT		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FNDE PAR INFRAESTRUTURA ESCOLAR MOBILIÁRIO		2.484,33		0,00	0,00	0,00	2.484,33	0,00	0,00
REC FNS ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV DA ATENÇÃO		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FNS REDE CEGONHA		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FUNDO DE HABITAÇÃO COHAB		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FUNDO DE HABITAÇÃO COHAB - SUPERAVIT		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FUNDO EST APOIO MUNICIPIOS		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MAPA EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MAPA TC 799359/2013		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN INTEGRAÇÃO NACIONAL PAV SÃO LUIZ		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN INTEGRAÇÃO NACIONAL PAV SÃO LUIZ - SUPERAV		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN INTEGRAÇÃO NACIONAL PAV SÃO LUIZ S		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN SAUDE AQUIS EQUIP SAÚDE		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC SEC ESTADO SEG PÚBLICA PROG BEM TE VI		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Rem. de Dep.Banc. Vinculados - outros		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Gov SC Transf. nº 201300194 S		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Ministério da Educação/Processo 23400010952201276 Ônil		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Ministério da Saúde/FUNASA Conv. Coop. Téc.		10.653,11		0,00	0,00	0,00	10.653,11	0,00	0,00
Rec. Ministério da Saúde/FUNASA Conv. Coop. Téc. - Superávit		75.459,96		0,00	0,00	0,00	75.459,96	0,00	0,00

Continua 6/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/15

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos					
			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
				De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
REC. MULTAS PREV. NA LEGISL. TRANSITO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN	24,13	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - SUPERÁVIT	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - superavit	274,76	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - superavit	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - SUPERÁVIT	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - superavit	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinc. Estado-Casan	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. UNIÃO - PNAE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. UNIÃO - SUS VIG. E PROMOÇÃO DA SAUDE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINC. UNIÃO - SUS VIG.SANITÁRIA - SUPERÁVIT	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS ESTADO - FARMÁCIA BÁSICA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS ESTADO - MAC	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS ESTADO - PSF ESTADO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS APAE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS CRAS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS IDOSO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS PBT/DPBV	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS PETI	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - FNAS SENTINELA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - PAB VARIÁVEL OUTROS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - PNATE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.E PROM.SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.EPIDEMIOLOGICA	26.560,11	0,00		0,00	0,00	0,00	26.560,11	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.EPIDEMIOLOGICA - SUF	2.295,00	0,00		0,00	0,00	0,00	2.295,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.EPIDEMIOLOGICA - SUF	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.SANITÁRIA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - A C S	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - A C S	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - A C S	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - A C S	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - A C S	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 7/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/15

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhamos e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		(a)						(f) = (a - (b + c + d + e))	
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - FARM.BÁSICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - PAB FIXO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - SAÚDE BUCAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - SAÚDE DA FAMÍLIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. VINCULADOS UNIÃO SUS - SIS FRONTEIRA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC.VINC. UNIÃO - SUS VIG. PROM SAÚDE - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC.VINCULADOS ESTADO - TRANSP.ESCOLAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da remuneração depósito bancário fundef-40		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
receita remuner. dep. bancário 60 fundef		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA REMUNERAÇÃO DEPBANC. cide		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recur.Vinc.Gov. Estado SC/SDR/Conv. 18694/2009-5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO APOIO A CRECHES		74,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74,07	0,00
RECURSO APOIO A CRECHES - SUPERAVIT		384,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384,02	0,00
RECURSO APOIO A CRECHES - SUPERAVIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Casan Reparo Ruas - Superávit		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO CASAN REPAROS RUAS		351,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351,64	0,00
Recurso Defesa Civil Programa Transferência nº 201300212		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Defesa Civil Programa Transferência nº 201300212 S		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ministério do Turismo CT 767331/2011		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ministério do Turismo CT 767331/2011 S		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso SST Co-Financiamento FEAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências para o FIA - IR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Estado (40% FUNDEB)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Estado (60% FUNDEB)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do FNDE referentes ao PDDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Min. Cidades Ct. repasse 324.649-76/10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Min. Turismo Ct Repasse 327.181-00/10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOIRO - FUNDO RESSARC.ESTADOS EXI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOIRO - ICMS - MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOIRO - IPVA - MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 8/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVERNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Educação MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FUNDAM	136.159,49	0,00	0,00	0,00	0,00	136.159,49	0,00	0,00
Recursos Fundef 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Fundef 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos IGD Suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Saúde - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/S.M.O - Situação emerg. Conv.2943/2-2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/S.M.O - Situação emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Sus Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Sus Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Sus União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCUL. Conv.nr.14.505/2010-0 - SDR/SMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados - Conv. com a União -SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO UNIÃO MDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - FNAS IGDBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - FUNREBOM	64.088,12	0,00	0,00	0,00	0,00	64.088,12	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.586,70	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 9/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS UNIÃO - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS UNIÃO - FUNASA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS-ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
remun. de depósito bancário saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. - SAL. EDUCAÇÃO - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. VINC. - FUNDEB 40% - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEPÓSITOS BANC. - SAÚDE ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEPÓSITOS BANC. - SUS UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. - PNAE UNIÃO - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. - PNATE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. - TRANSP. ESC. ESTADO - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - CIDE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - PNAE UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEP. BANC. REC. VINC. - TRANSP. ESC. ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEPÓS. BANC. REC. VINC. - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEPÓS. BANC. REC. VINC. - SAL. EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo FEP	136.572,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo FEP - SUPERÁVIT	2.607,11	0,00	0,00	0,00	0,00	74.619,43	0,00	0,00
Royalties de Petróleo FEP - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.607,11	0,00	0,00
Salário Educação - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	290,65	0,00	0,00	0,00	0,00	290,65	0,00	0,00
Saúde Bucal - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 11/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Saúde da Família	993,73	0,00	0,00	0,00	0,00	993,73	0,00	0,00
Saúde da Família - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. Estado Educação - SED/FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. Estado Educação - SED/FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. Estado Educação - SED/Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS - FNAS - SUPERAVIT	29,53	0,00	0,00	0,00	0,00	29,53	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Convenio Radiopatrulha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF (40%)	2.799,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.799,83	0,00	0,00
transf. de convenio de estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. de convenio de saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. de convenio para fins de educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DO FNDE - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS ORDIN.VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. SUS Estado - Co-Financiam. At. Básica	53.022,13	0,00	0,00	0,00	0,00	53.022,13	0,00	0,00
TRANSF. SUS ESTADO-FES - Co-Financiam. At. Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. SUS ESTADO-FES - Co-Financiam. At. Básica SUPEF	2.489,51	0,00	0,00	0,00	0,00	2.489,51	0,00	0,00
TRANSF. SUS ESTADO-FES - Co-Financiam. At. Básica Supera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. SUS- Prog.Melhoria Acesso e da Qualid.-PMAQ	37.135,13	0,00	106,70	0,00	0,00	37.028,43	0,00	0,00
Transf. SUS- Prog.Melhoria Acesso e da Qualid.-PMAQ - SUPERJ	9.062,83	0,00	0,00	0,00	0,00	9.062,83	0,00	0,00
Transferência de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	1.990,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.990,41	0,00	0,00
Transferência de Recursos do FNAS - IGD-SUAS - SUPERAVIT	457,08	0,00	0,00	0,00	0,00	457,08	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB/FUDEFF (60%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do Salário Educação	4.773,31	0,00	0,00	0,00	0,00	4.773,31	0,00	0,00
Transferência do Salário Educação - SUPERAVIT	306,15	0,00	0,00	0,00	0,00	306,15	0,00	0,00

R\$ 1,00

Continua 11/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 12/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Transferência do Salário Educação - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS	18.912,80	0,00	0,00	0,00	0,00	18.912,80	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS - SUPERAVIT	6,16	0,00	0,00	0,00	0,00	6,16	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Diretas do FNDE - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Diretas do FNDE - PDDE - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferêncis do Governo do Estado - SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Escolar Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Escolar Estado - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trasnfr Recursos FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
UNIÃO/MAPA-Ct.Rep.0316370-61/2009 Cv.SICONV 728401	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigância em Saúde SANITARIA	8.045,05	0,00	0,00	0,00	0,00	8.045,05	0,00	0,00	0,00	
Vigância em Saúde SANITARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigância em Saúde SANITARIA - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	1.050.248,54	0,00	180,72	263.220,26	0,00	786.847,56	18.975,88	0,00	0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - EDUCAÇÃO	36.895,42	0,00	0,00	0,00	0,00	36.895,42	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - EDUCAÇÃO - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE	19.040,21	0,00	0,00	0,00	0,00	19.040,21	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS GERAL	212.273,25	0,00	0,00	0,00	0,00	212.273,25	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS GERAL - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação em Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica-Estado	292,88	0,00	292,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio 0408/2007 Melhorias Sanitárias Domiciliares FUNASA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONVÊNIO N° 2013TR002537 SDR FACIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 12/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 13/15
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Convênio Trânsito - Prefeitura Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - SDR - Programa Telefonia Internet Rural FEP - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - Programa Brasil Carinhoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNS - INCENTIVO REDE CEGONHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNS Requalificação das UBS Ampliação	1.442,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.442,89	0,00	0,00
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS PREVISITAS NA LEG. TRANSITO - MILITAR	6.647,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.647,18	0,00	0,00
MULTAS PREVISITAS NA LEG. TRANSITO - MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF Núcleo de Apoio à Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAR FNDE Aquisição Mobiliário Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Requalificação de UBS Reforma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROPOSTA TRANSF Nº 8863 SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FNS REDE CEGONHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC FUNDO EST APOIO MUNICIPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MAPA EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN INTEGRAÇÃO NACIONAL PAV SÃO LUIZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC MIN SAUDE AQUIS EQUIP SAÚDE	28.130,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.130,41	0,00	0,00
REC SEC ESTADO SEG PÚBLICA PROG BEM TE VI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinc. Estado-Casan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.494,48	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Casan Reparo Ruas - Superávit	354,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,60	0,00	0,00
Recurso Defesa Civil Programa Transferência nº 201300212	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ministério do Turismo CT 767331/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso SST Co-Financiamento FEAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 13/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 14/15

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Recursos do Estado (40% FUNDEB)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos do Estado (60% FUNDEB)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - F E P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - F E P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - F E P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Educação MDE	411,81	0,00	0,00	0,00	0,00	411,81	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA										
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAM. MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	18.334,96	0,00	(18.334,96)	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Saúde	19.767,54	0,00	0,00	0,00	0,00	19.767,54	19.371,82	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Saúde - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Saúde SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	573.820,26	0,00	(573.820,26)	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos próprios	163.988,79	0,00	4.250,26	29.229,10	0,00	130.489,43	42.060,98	0,00	0,00	
Recursos Sus Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REMUN. DEP BANC. - FUNDEB 60% - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REMUN. DEP BANC. REC.VINC. - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 14/15

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 15/15
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXA COLETA LIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Coleta de Lixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
transf. de convenio para fins de educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Escolar Estado	114,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,64	0,00	0,00
Transporte Escolar Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	489.339,62	0,00	4.543,14	621.384,32	0,00	(136.587,84)	73.927,28	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.539.588,16	0,00	4.723,86	884.604,58	0,00	650.259,72	92.903,16	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	24.648.750,73
DESPESAS COM PESSOAL	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.407.700,58 50,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	13.310.325,39 54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	12.644.809,12 51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	613.361,90 2,49
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.578.500,88 120,00
GARANTIA DE VALORES	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00 0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.422.725,16 22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	146.161,39 0,59
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00 0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.943.800,12 16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.725.412,55 7,00
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	92.903,16 650.259,72

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2015

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00						
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE PESSOAS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIEAÇÃO DE BENS ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	30.528.832,38 29.528.832,38 2.502.000,00 1.673.000,00 679.000,00 150.000,00 100.000,00 526.854,62 350.000,00 176.854,62 534.185,00 23.931.392,60 23.916.392,60 0,00 15.000,00 1.934.400,16 229.400,16 0,00 705.000,00 1.000.000,00 1.000.000,00 1.000.000,00 0,00					

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.528.832,38	30.528.832,38	5.027.643,00	16,47	25.671.501,03	4.857.331,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	30.528.832,38	30.528.832,38	5.027.643,00	16,47	25.671.501,03	4.857.331,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	920.408,37	—	—	852.145,02	—
Superávit Financeiro	—	920.408,37	—	—	852.145,02	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	8.476.864,94	4.950.649,74	24.525.760,68	8.569.768,10	24.521.036,82	92.903,16
DESPESAS CORRENTES	26.419.244,40	29.537.394,96	2.942.217,62	23.934.102,66	5.603.292,30	4.819.627,50	23.889.786,20	5.677.608,76	23.855.062,34	74.316,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.913.383,16	14.861.218,99	2.938.034,46	13.495.079,09	1.366.139,90	2.966.408,33	13.495.079,09	1.366.139,90	13.495.079,09	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	130.000,00	132.500,00	2.078,00	132.078,00	422,00	22.811,76	132.078,00	422,00	132.078,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.375.861,24	14.543.675,97	2.105,16	10.306.945,57	4.236.730,40	1.810.407,41	10.232.629,11	4.311.046,86	10.227.905,25	74.316,46
DESPESAS DE CAPITAL	4.099.587,98	3.548.133,82	-319.850,72	684.561,18	2.863.572,64	131.022,24	665.974,48	2.882.159,34	665.974,48	18.586,70
INVESTIMENTOS	3.969.587,98	3.428.633,82	-322.662,39	566.359,82	2.862.274,00	121.458,53	547.773,12	2.880.860,70	547.773,12	18.586,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	119.500,00	2.811,67	118.201,36	1.298,64	9.563,71	118.201,36	1.298,64	118.201,36	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	8.476.864,94	4.950.649,74	24.525.760,68	8.569.768,10	24.521.036,82	92.903,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	8.476.864,94	4.950.649,74	24.525.760,68	8.569.768,10	0,00	92.903,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.145.740,35	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	—	4.950.649,74	25.671.501,03	—	24.521.038,82	92.903,16

FONTE:

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
---	---	--

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
					% (b/Total b)		% (d/Total d)		R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					100,00				
Legislativa	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	3,84	4.950.649,74	24.525.760,68	8.569.768,10	92.903,16
Ação Legislativa	1.013.500,00	1.013.500,00	186.744,79	945.556,29	3,84	197.815,50	945.556,29	67.943,71	0,00
Administração	2.660.000,00	2.664.000,00	253.601,56	2.451.902,27	9,96	476.860,37	2.436.066,98	217.933,02	15.835,29
Administração Geral	2.164.000,00	2.260.000,00	176.771,20	2.105.520,42	8,55	401.843,06	2.089.685,13	170.314,87	15.835,29
Controle Interno	234.000,00	234.000,00	45.463,76	214.252,22	0,87	45.650,71	214.252,22	19.747,78	0,00
Administração de Receitas	162.000,00	160.000,00	29.366,60	132.129,63	0,54	29.366,60	132.129,63	27.870,37	0,00
Defesa Nacional	75.000,00	75.000,00	11.046,75	63.060,23	0,26	11.939,77	63.060,23	11.939,77	0,00
Defesa Terrestre	75.000,00	75.000,00	11.046,75	63.060,23	0,26	11.939,77	63.060,23	11.939,77	0,00
Segurança Pública	302.000,00	321.440,44	17.218,98	269.813,20	1,10	35.624,12	251.226,50	70.213,94	18.586,70
Policimento	30.000,00	31.357,90	-636,60	20.463,99	0,08	2.305,40	20.463,99	18.893,91	0,00
Defesa Civil	272.000,00	290.082,54	17.855,58	249.349,21	1,01	33.318,72	230.762,51	59.320,03	18.586,70
Assistência Social	1.009.800,00	1.142.177,78	163.838,78	920.779,50	3,74	254.336,99	919.119,60	223.058,18	1.659,90
Administração Geral	210.000,00	264.230,49	52.688,13	251.765,75	1,02	59.844,65	251.765,75	12.464,74	0,00
Assistência ao Idoso	149.500,00	127.500,00	12.661,56	109.990,37	0,45	42.223,36	108.853,26	18.646,74	1.137,11
Assistência à Criança e ao Adolescente	299.500,00	335.341,77	49.861,93	254.727,93	1,03	58.745,77	254.338,75	107.003,02	389,18
Assistência Comunitária	335.800,00	395.105,52	46.827,16	287.495,45	1,17	89.323,21	287.361,84	107.743,68	133,61
Educação Especial	15.000,00	20.000,00	1.800,00	16.800,00	0,07	4.200,00	16.800,00	3.200,00	0,00
Previdência Social	280.000,00	293.000,00	61.878,65	279.486,71	1,14	61.878,65	279.486,71	13.513,29	0,00
Previdência do Regime Estatutário	280.000,00	293.000,00	61.878,65	279.486,71	1,14	61.878,65	279.486,71	13.513,29	0,00
Saúde	5.940.481,06	7.381.843,67	720.756,00	6.462.346,90	26,25	1.204.889,16	6.442.975,08	938.866,59	19.371,82
Administração Geral	395.000,00	375.000,00	58.893,69	359.218,99	1,46	71.585,91	357.743,36	17.256,64	1.475,63
Atenção Básica	4.106.547,48	5.704.572,99	607.051,48	5.051.390,92	20,52	1.005.959,18	5.033.494,73	671.078,26	17.996,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.152.933,58	1.122.270,68	47.232,15	911.259,31	3,70	105.598,39	911.259,31	211.011,37	0,00
Vigilância Sanitária	286.000,00	180.000,00	9.578,68	140.477,68	0,57	21.752,68	140.477,68	39.522,32	0,00
Educação	10.564.583,34	10.949.065,40	1.230.899,35	6.731.199,08	27,34	1.483.560,93	6.718.167,74	4.230.897,66	13.031,34
Erisno Fundamental	5.181.336,14	5.725.900,65	799.378,57	4.297.602,24	17,46	965.320,49	4.287.448,50	1.438.452,15	10.153,74
Erisno Médio	192.000,00	174.982,72	-886,83	140.278,89	0,57	14.196,36	140.278,89	34.703,83	0,00
Erisno Superior	140.000,00	92.000,00	-8.560,00	83.440,00	0,34	21.720,00	83.440,00	8.560,00	0,00
Educação Infantil	4.994.247,20	4.899.182,03	440.759,84	2.161.951,12	8,78	481.957,44	2.159.610,38	2.739.571,65	2.340,74
Educação de Jovens e Adultos	57.000,00	57.000,00	207,77	47.926,83	0,19	364,64	47.389,97	9.610,03	536,86
Cultura	192.000,00	192.000,00	-8.051,54	147.679,49	0,60	40.883,45	145.615,94	46.384,06	2.063,55
Diffusão Cultural	192.000,00	192.000,00	-8.051,54	147.679,49	0,60	40.883,45	145.615,94	46.384,06	2.063,55
Urbanismo	980.000,00	921.599,01	124.708,05	680.782,48	2,77	177.431,14	676.802,35	244.796,66	3.980,13
Infra-Estrutura Urbana	980.000,00	921.599,01	124.708,05	680.782,48	2,77	177.431,14	676.802,35	244.796,66	3.980,13
Habitação	181.000,00	156.000,00	6.283,38	27.058,78	0,11	6.283,38	27.058,78	128.941,22	0,00
Habitação Urbana	181.000,00	156.000,00	6.283,38	27.058,78	0,11	6.283,38	27.058,78	128.941,22	0,00
Saneamento	200.000,00	200.000,00	5.200,00	10.215,00	0,04	5.200,00	10.215,00	189.785,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	200.000,00	200.000,00	5.200,00	10.215,00	0,04	5.200,00	10.215,00	189.785,00	0,00
Gestão Ambiental	170.000,00	170.000,00	36.329,90	145.209,80	0,59	36.329,90	145.209,80	24.790,20	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	155.000,00	155.000,00	36.329,90	144.959,31	0,59	36.329,90	144.959,31	10.040,69	0,00
Recursos Hídricos	15.000,00	15.000,00	0,00	250,49	0,00	0,00	250,49	14.749,51	0,00
Agricultura	1.876.000,00	2.011.000,00	83.099,22	1.897.522,84	7,71	260.538,40	1.897.522,84	113.477,16	0,00
Administração Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	112,00	0,00	0,00	112,00	6.888,00	0,00
Extensão Rural	155.000,00	180.000,00	15.873,37	168.160,99	0,68	65.063,86	168.160,99	11.839,01	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
					(b/Total b)		(d/Total d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (i)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	100,00	4.950.649,74	24.525.760,88	8.569.768,10	92.803,16
Agricultura	1.876.000,00	2.011.000,00	83.099,22	1.897.522,84	7,71	260.638,40	1.897.522,84	113.477,16	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.634.000,00	1.704.000,00	54.925,50	1.611.285,28	6,54	169.115,83	1.611.285,28	92.714,72	0,00
Defesa Agropecuária	80.000,00	120.000,00	12.300,35	117.964,57	0,48	26.358,71	117.964,57	2.035,43	0,00
Indústria	576.000,00	477.500,00	-44.048,22	225.904,96	0,92	186.040,53	225.904,96	251.595,04	0,00
Promoção Industrial	576.000,00	477.500,00	-44.048,22	225.904,96	0,92	186.040,53	225.904,96	251.595,04	0,00
Comércio e Serviços	131.000,00	100.000,00	-1.163,11	44.137,70	0,18	55.862,30	43.432,18	56.567,82	705,52
Promoção Comercial	95.000,00	64.000,00	0,00	20.000,00	0,08	44.000,00	20.000,00	44.000,00	0,00
Turismo	36.000,00	36.000,00	-1.163,11	24.137,70	0,10	11.862,30	23.432,18	12.567,82	705,52
Energia	200.000,00	399.239,81	51.214,03	333.285,93	1,35	59.951,88	316.234,66	83.005,15	17.051,27
Energia Elétrica	200.000,00	399.239,81	51.214,03	333.285,93	1,35	59.951,88	316.234,66	83.005,15	17.051,27
Transporte	3.080.467,98	3.413.162,67	-345.888,12	1.831.641,51	7,44	243.364,56	1.831.551,51	1.581.611,16	90,00
Transporte Rodoviário	3.080.467,98	3.413.162,67	-345.888,12	1.831.641,51	7,44	243.364,56	1.831.551,51	1.581.611,16	90,00
Desporto e Lazer	667.000,00	678.000,00	43.680,80	631.203,83	2,56	125.643,79	630.676,19	47.323,81	527,64
Desporto Comunitário	637.000,00	652.000,00	37.377,45	609.328,23	2,48	119.260,44	608.800,59	43.199,41	527,64
Lazer	30.000,00	26.000,00	6.283,35	21.875,60	0,09	6.283,35	21.875,60	4.124,40	0,00
Encargos Especiais	520.000,00	537.000,00	25.037,65	519.877,34	2,11	82.887,27	519.877,34	17.122,66	0,00
Serviço de Dívida Interna	180.000,00	186.000,00	4.871,30	184.871,30	0,75	32.357,10	184.871,30	1.128,70	0,00
Outras Transferências	20.000,00	20.000,00	0,00	9.450,00	0,04	2.002,50	9.450,00	10.550,00	0,00
Outros Encargos Especiais	320.000,00	331.000,00	20.166,35	325.556,04	1,32	48.527,67	325.556,04	5.443,96	0,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.528.832,38	33.095.528,78	2.622.366,90	24.618.663,84	100,00	4.950.649,74	24.525.760,88	8.569.768,10	92.803,16

FONTE:

GUARACIABA . 27/01/2016

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/C-7

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

KATIA ELIOA KAIERS
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARACIABA - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO/2014 A NOVEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sem/2015	Out/2015	Nov/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)		2.482.007,12	2.433.596,92	2.154.014,41	2.085.845,46	2.233.004,86	2.336.801,45	2.267.986,85	2.480.547,15	2.107.681,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	27.133.335,46
RECEITA TRIBUTÁRIA		144.561,84	115.337,51	127.208,94	162.856,10	186.212,59	149.317,67	162.128,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	2.175.889,09
I.P.T.U.		3.975,48	0,00	0,00	0,00	0,00	543,07	28.242,23	251.470,67	27.860,42	28.199,48	8.769,00	550,98	346.811,33
I.R.R.F.		60.690,85	17.008,86	11.434,72	80.531,74	36.703,64	22.496,52	34.652,96	63.176,26	37.748,14	39.247,29	35.729,44	39.642,10	476.462,52
I.S.S.		40.828,81	50.811,32	59.473,75	44.775,01	74.769,23	36.986,79	61.114,33	46.100,59	67.069,75	43.388,05	57.786,67	51.394,77	636.499,07
I.T.B.I.		27.318,76	14.020,58	16.606,22	10.993,75	12.530,00	26.504,74	13.316,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.275,35	18.277,00	224.597,63
Outras Receitas Tributárias		11.777,94	33.486,75	39.684,25	26.555,60	62.209,72	60.786,55	25.482,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.485,55	9.005,62	466.726,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		10.367,14	12.121,97	10.393,70	10.904,86	11.709,89	12.361,89	12.897,87	12.588,86	12.877,69	13.088,18	13.489,62	12.984,20	100.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		22.565,40	23.113,53	24.036,94	31.216,67	27.555,97	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	273.032,23
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		86.203,17	10.845,56	39.065,57	59.770,30	66.204,84	53.394,49	34.338,09	29.000,38	35.820,65	37.462,77	32.711,91	25.522,02	511.590,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.144.040,15	2.106.484,05	1.848.467,19	1.768.475,69	1.925.483,12	2.061.996,81	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.999,15	1.903.285,01	1.890.128,68	1.876.322,12	23.223.279,81
Cota-Parte do F.P.M.		1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	786.549,34	696.117,85	508.046,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.611,19	8.177.531,47
Cota-Parte do I.C.M.S.		638.769,55	669.319,53	596.706,01	599.375,67	644.290,85	609.663,31	594.351,30	589.819,03	566.592,14	591.384,76	611.864,88	615.134,76	7.316.830,79
Cota-Parte do I.P.V.A.		30.648,69	38.823,52	52.387,45	81.173,90	76.989,55	92.994,98	94.323,43	105.237,42	90.840,67	94.286,06	90.075,62	60.577,06	879.624,49
Outras Transferências Correntes		116,48	59,46	109,70	38,12	0,00	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	18.834,27
Transferências da LC 61/1989		140.389,13	291.289,81	101.810,74	219.918,45	254.748,02	268.167,82	354.272,39	373.177,55	306.338,81	446.312,33	325.867,33	280.357,59	3.361.743,94
Transferências da LC 87/1996		10.364,23	13.971,50	8.312,56	8.154,50	8.540,53	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	114.457,39
Transferências da LC 87/1996		4.855,78	0,00	0,00	0,00	10.201,20	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	32.908,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		264.354,86	293.906,02	272.709,92	265.665,71	287.470,53	290.116,90	275.653,39	263.917,85	271.280,32	258.722,70	274.509,40	271.136,92	3.000.000,00
DEDUÇÕES (II)		280.986,06	304.257,10	294.789,11	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.830,17	284.965,55	4.991.470,19
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		280.986,06	304.257,10	294.789,11	256.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.830,17	284.965,55	4.991.470,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.201.021,06	2.129.339,82	1.859.225,30	1.829.267,76	1.956.352,14	2.036.059,21	1.992.703,09	2.237.715,60	1.854.946,84	1.942.685,22	1.925.942,99	1.901.065,03	29.528.832,38
FONTE:														
GUARACIABA - 27/01/2016														

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL



Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.433.696,92	2.154.014,41	2.085.945,46	2.233.004,86	2.335.801,45	2.267.496,85	2.480.547,15	2.107.691,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	3.239.697,52	27.891.025,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	115.337,51	127.208,94	162.856,10	186.212,59	143.317,67	162.128,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	172.128,41	2.203.423,66
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	543,07	28.242,23	251.470,67	27.860,42	39.247,29	8.769,00	39.642,10	2.333,83	347.969,68
I.R.R.F.	17.008,86	11.434,72	80.331,74	36.703,64	22.486,52	34.052,96	63.176,26	37.748,14	38.247,29	37.748,14	39.642,10	67.181,23	484.952,90
I.S.S.	50.811,32	59.473,75	44.775,01	74.769,23	38.986,79	61.114,33	46.100,59	67.069,75	43.388,05	57.786,67	51.394,77	53.867,23	648.537,49
I.T.B.I.	14.020,58	16.606,22	10.993,75	12.530,00	26.504,74	13.236,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.375,35	18.277,00	21.206,26	218.475,13
Outras Receitas Tributárias	33.496,75	39.694,25	26.555,60	62.209,72	60.786,55	25.462,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.495,55	9.066,62	27.537,86	502.488,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.121,97	10.393,70	10.904,86	11.709,89	12.361,89	12.897,87	12.588,86	12.877,69	13.098,18	13.890,62	12.984,20	13.810,40	148.239,13
RECEITA PATRIMONIAL	23.113,53	24.036,94	31.218,67	27.555,97	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	14.787,45	265.254,28
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.845,56	39.106,57	58.770,30	66.204,84	53.384,49	34.538,09	29.000,38	35.820,65	37.482,77	32.711,91	25.522,02	45.809,87	468.197,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.106.484,05	1.848.467,19	1.788.473,69	1.925.483,12	2.081.696,81	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.969,15	1.802.285,01	1.890.128,68	1.876.322,12	2.269.331,70	23.348.571,36
Cota-Parte do F.P.M.	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	785.549,34	686.117,85	508.048,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.611,19	732.029,81	7.855.019,95
Cota-Parte do I.C.M.S.	669.319,53	598.736,01	599.375,67	644.290,85	609.663,31	584.251,30	589.818,03	586.582,14	591.364,76	611.464,88	615.134,76	600.510,38	7.275.571,62
Cota-Parte do I.P.V.A.	33.823,52	52.987,45	81.173,90	78.989,55	92.984,98	94.323,43	105.237,42	90.840,67	94.286,06	90.675,62	60.377,06	33.166,34	914.046,00
Cota-Parte do ITR	59,46	109,70	38,12	0,00	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	685,13	19.400,92
Outras Transferências Correntes	291.289,81	101.810,74	219.918,45	254.748,02	268.167,82	354.272,39	373.177,55	306.339,81	445.312,30	325.967,33	280.351,59	611.841,59	3.833.196,40
Transferências da LC 61/1989	13.971,50	8.312,56	8.154,50	8.540,53	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	9.380,10	113.453,26
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	10.201,20	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	30.603,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	293.906,02	272.709,92	285.865,71	287.470,53	290.116,90	275.653,39	263.917,85	271.280,32	295.722,70	274.509,40	271.136,92	279.190,05	3.304.279,71
DEDUÇÕES (II)	304.257,10	294.789,11	286.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	275.659,79	3.424.275,13
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	304.257,10	294.789,11	286.577,70	276.652,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.966,55	275.659,79	3.424.275,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.129.339,82	1.859.225,30	1.829.267,76	1.956.352,14	2.036.059,21	1.992.213,09	2.237.715,60	1.854.946,84	1.942.685,22	1.925.842,99	1.921.065,03	2.964.037,73	28.528.832,38

FONTE:

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 0190440-7

KATIA ELOISA KAIERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			2015		2014			
Caixa								0,00
Bancos Conta Movimento								0,00
Investimentos								0,00
Outros Bens e Direitos								0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00						
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00						
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00						
Pessoal Civil	0,00	0,00						

Continua 2/4

Município de GUARACIABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
 Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

GUARACIABA , 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	0,00			1.000.000,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	3.548.133,82	684.561,18	665.974,48	18.586,70	2.863.572,64
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.548.133,82	684.561,18	665.974,48	18.586,70	2.863.572,64
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.548.133,82	-684.561,18	-	-	-1.863.572,64

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.026.232,34	2.048.374,07	2.148.226,20
DEDUÇÕES (II)	3.367.299,42	1.646.179,21	1.534.864,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.576.417,15	2.130.664,90	1.539.588,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	209.117,73	484.485,69	4.723,86
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.341.067,08	402.194,86	613.361,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.663.168,49	1.623.392,31	1.822.579,63
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.004.235,57	-1.221.197,45	-1.209.217,73

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	11.979,72	1.795.017,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENEGHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.351.977,76	24.383.496,45	22.006.307,90
Receita Tributária	2.502.000,00	2.203.423,66	1.987.311,50
I.P.T.U.	413.000,00	347.969,68	319.999,82
I.S.S.	650.000,00	649.537,49	613.124,90
I.T.B.I.	230.000,00	218.475,13	246.659,27
I.R.R.F.	380.000,00	484.952,90	386.715,97
Outras Receitas Tributárias	829.000,00	502.488,46	420.811,54
Receita de Contribuição	100.000,00	149.239,13	106.995,72
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	100.000,00	149.239,13	106.995,72
Receita Patrimonial Líquida	350.000,00	0,00	4.685,00
Receita Patrimonial	526.854,62	265.254,28	583.471,24
(-) Aplicações Financeiras	176.854,62	265.254,28	578.786,24
Transferências Correntes	23.931.392,60	20.106.296,23	18.941.101,90
F.P.M.	9.408.068,16	6.284.016,17	6.365.018,68
I.C.M.S.	7.661.400,09	5.822.858,43	5.498.984,41
Convênios	15.000,00	0,00	32.367,75
Outras Transferências Correntes	6.846.924,35	7.999.421,63	7.044.731,06
Demais Receitas Correntes	2.468.585,16	1.924.537,43	966.213,78
Dívida Ativa	705.000,00	326.515,59	147.159,60
Diversas Receitas Correntes	1.763.585,16	1.598.021,84	819.054,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.000.000,00	1.022.750,30	3.601.100,84
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	149.317,10	99.400,00
Transferências de Capital	0,00	873.433,20	3.501.700,84
Convênios	0,00	627.041,91	2.493.458,08
Outras Transferências de Capital	0,00	246.391,29	1.008.242,76
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	873.433,20	3.501.700,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	29.351.977,76	25.256.929,65	25.508.008,74

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VII)	29.537.394,96	23.934.102,66	21.750.273,24	23.859.786,20	21.517.541,87	74.316,46	232.731,37
Pessoal e Encargos Sociais	14.861.218,99	13.495.079,09	11.951.635,54	13.495.079,09	11.951.635,54	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	132.500,00	132.078,00	128.156,20	132.078,00	128.156,20	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.543.675,97	10.306.945,57	9.670.481,50	10.232.629,11	9.437.750,13	74.316,46	232.731,37
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.404.894,96	23.802.024,66	21.622.117,04	23.727.708,20	21.389.385,67	74.316,46	232.731,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.548.133,82	684.561,18	4.927.862,31	665.974,48	2.538.281,44	18.586,70	2.389.580,87
Investimentos	3.428.633,82	566.359,82	4.830.723,49	547.773,12	2.441.142,62	18.586,70	2.389.580,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	119.500,00	118.201,36	97.138,82	118.201,36	97.138,82	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.428.633,82	566.359,82	4.830.723,49	547.773,12	2.441.142,62	18.586,70	2.389.580,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.843.528,78	24.368.384,48	26.452.840,53	24.275.481,32	23.830.528,29	92.903,16	2.622.312,24
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.491.551,02	888.545,17	-944.831,79	981.448,33	1.577.480,45	25.164.026,49	22.885.696,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	852.145,02	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	852.145,02	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53 inciso V)

	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	209.117,73	209.117,73	-	-	2.938.929,11	2.938.929,11	74.477,82	884.604,58	884.604,58
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	209.117,73	209.117,73	0,00	0,00	2.938.929,11	2.938.929,11	74.477,82	884.604,58	884.604,58
	ENCARGOS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.938.929,11	2.938.929,11	74.477,82	884.604,58	884.604,58
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	60.515,37	60.515,37	0,00	0,00	12.934,81	12.934,81	0,00	0,00	0,00
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	11.387,71	11.387,71	0,00	0,00	112.162,20	112.162,20	360,68	0,00	0,00
	SECRET. MUNIC. AGRIC.M/ AMBIENTE E DESENV E	0,00	14.097,12	14.097,12	0,00	0,00	4.074,07	4.074,07	643,66	0,00	0,00
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULT/ESPORTE E JUV	0,00	50.928,51	50.928,51	0,00	0,00	700,13	275,01	425,12	0,00	0,00
	SECRETARIA MUN. DA INDUSTRIA E COMERCIO E	0,00	1.403,16	1.403,16	0,00	0,00	56.771,92	50.110,99	6.660,93	-0,00	-0,00
	SECRETARIA MUN. DA SAUDE, SANEAM. E ASSISIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.035,61	99,00	136,61	21.800,00	21.800,00
	SECRETARIA MUNIC TRANSPORTE OBRAS E SERI'	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580.536,74	580.536,74	0,00	578.510,21	578.510,21
	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDUSTRIA E COMÉRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.717,41	46.934,91	46.934,91
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	0,00	8.164,93	8.164,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	9.379,07	9.379,07	0,00	0,00	20.428,53	20.428,53	2.985,03	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SE	0,00	53.241,86	53.241,86	0,00	0,00	38.715,18	35.928,12	2.787,06	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	2.122.379,64	2.122.379,64	8.771,32	219.359,46	219.359,46
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	209.117,73	209.117,73	0,00	0,00	2.938.929,11	2.938.929,11	4.477,82	884.604,58	884.604,58

ROQUE LUIZ MENEZHINI	ERONI JAMIR CASSEL	KATIA ELOISA KAIBERS
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7	CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.192.730,40	2.192.730,40	1.824.720,41	83,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	868.801,74	868.801,74	429.135,47	49,39
1.1.1- IPTU	563.000,00	563.000,00	347.969,68	61,81
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.801,74	25.801,74	1.028,19	3,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	380.000,00	380.000,00	54.724,29	14,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	25.413,31	50,83
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(150.000,00)	(150.000,00)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	218.475,13	94,99
1.2.1- ITBI	230.000,00	230.000,00	218.475,13	94,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	713.928,66	713.928,66	692.156,91	96,95
1.3.1- ISS	650.000,00	650.000,00	649.537,49	99,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.928,66	3.928,66	2.811,75	71,57
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	26.037,67	104,15
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.000,00	35.000,00	13.770,00	39,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	380.000,00	380.000,00	484.952,90	127,62
1.4.1- IRRF	380.000,00	380.000,00	484.952,90	127,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.651.625,31	22.651.625,31	16.648.500,80	73,50
2.1- Cota-Parte FPM	12.019.247,96	12.019.247,96	8.292.425,40	68,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.019.247,96	12.019.247,96	7.855.019,85	65,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	344.437,74	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	92.967,81	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.576.749,99	9.576.749,99	7.278.571,62	76,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	30.603,60	76,51
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	117.315,19	117.315,19	113.453,26	96,71
2.5- Cota-Parte ITR	18.687,68	18.687,68	19.400,92	103,82
2.6- Cota-Parte IPVA	879.624,49	879.624,49	914.046,00	103,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.844.355,71	24.844.355,71	18.473.221,21	74,36
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	580.079,22	580.079,22	569.887,27	98,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	350.000,00	350.000,00	394.203,17	112,63
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	1.440,00	72,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	120.000,00	120.000,00	88.218,00	73,52
5.4- Transferências Diretas - PNATE	100.000,00	100.000,00	79.414,32	79,41
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.079,22	8.079,22	6.611,78	81,84
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	266.735,10	266.735,10	459.699,57	172,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	846.814,32	846.814,32	1.029.586,84	121,58

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.737.655,19	4.737.655,19	3.242.275,13	68,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.611.179,80	2.611.179,80	1.571.003,68	60,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.915.349,90	1.915.349,90	1.455.713,19	76,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	6.120,72	76,51
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.463,03	23.463,03	22.690,30	96,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.737,57	3.737,57	3.880,10	103,81
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	175.924,89	175.924,89	182.867,14	103,95
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.005.760,68	3.005.760,68	3.328.490,37	110,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	3.304.279,71	110,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.760,68	5.760,68	24.210,66	420,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.737.655,19	-1.737.655,19	62.004,58	-3,57
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.702.760,68	2.709.519,68	2.691.793,35	99,35	2.691.793,35	99,35	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.302.760,68	1.107.522,52	1.089.796,19	98,40	1.089.796,19	98,40	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.601.997,16	1.601.997,16	100,00	1.601.997,16	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	303.000,00	719.038,07	717.217,89	99,75	717.217,89	99,75	0,00
14.1- Com Educação Infantil	83.000,00	294.511,71	292.772,90	99,41	292.772,90	99,41	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	220.000,00	424.526,36	424.444,99	99,98	424.444,99	99,98	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.005.760,68	3.428.557,75	3.409.011,24	99,43	3.409.011,24	99,43	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.409.011,24
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							80,87
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							21,55
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							-2,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	6.211.088,93	6.211.088,93	4.618.305,30	74,36			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.775.760,68	4.660.034,23	1.949.077,16	41,83	1.946.736,42	41,78	2.340,74
23.1- Creche	3.220.000,00	3.088.000,00	526.657,07	17,05	524.316,33	16,98	2.340,74
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.220.000,00	3.088.000,00	526.657,07	17,05	524.316,33	16,98	2.340,74
23.2- Pré-escola	20.000,00	20.000,00	2.975,00	14,88	2.975,00	14,88	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.000,00	20.000,00	2.975,00	14,88	2.975,00	14,88	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.719.088,94	5.080.612,46	3.357.077,33	66,08	3.357.077,33	66,08	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.620.000,00	2.026.523,52	2.026.442,15	100,00	2.026.442,15	100,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.099.088,94	3.054.088,94	1.330.635,18	43,57	1.330.635,18	43,57	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.494.849,62	9.740.646,69	5.306.154,49	54,47	5.303.813,75	54,45	2.340,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							62.004,58
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							24.210,66
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							86.215,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							5.219.939,25
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							28,26
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	355.000,00	426.304,89	421.797,10	98,94	421.797,10	98,94	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	198.079,22	216.406,49	157.422,28	72,74	157.422,28	72,74	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	553.079,22	642.711,38	579.219,38	90,12	579.219,38	90,12	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.047.928,84	10.383.358,07	5.885.373,87	56,68	5.883.033,13	56,66	2.340,74

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	97.277,71	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.304.279,71	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.422.968,25	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.422.968,25	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	24.210,66	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.799,83	0,00

GUARACIABA , 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENEGHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GUARACIABA , 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	159.436,00	-159.436,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	149.317,10	-149.317,10
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	10.118,90	-10.118,90
TOTAL	0,00	159.436,00	-159.436,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	9.180,00	9.180,00	9.180,00	9.180,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	9.180,00	9.180,00	9.180,00	9.180,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.180,00	9.180,00	9.180,00	9.180,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	137.137,93		150.256,00
			287.393,93

FONTE:

GUARACIABA, 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				2.342.730,40	2.342.730,40	1.824.720,41	77,89		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				563.000,00	563.000,00	347.969,68	61,81		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				230.000,00	230.000,00	218.475,13	94,99		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				650.000,00	650.000,00	649.537,49	99,93		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				380.000,00	380.000,00	484.952,90	127,62		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				29.730,40	29.730,40	3.839,94	12,92		
Dívida Ativa dos Impostos				405.000,00	405.000,00	80.761,96	19,94		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				85.000,00	85.000,00	39.183,31	46,10		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				22.651.625,31	22.651.625,31	16.211.095,25	71,57		
Cota-Parte FPM				12.019.247,96	12.019.247,96	7.855.019,85	65,35		
Cota-Parte ITR				18.687,68	18.687,68	19.400,92	103,82		
Cota-Parte IPVA				879.624,49	879.624,49	914.046,00	103,91		
Cota-Parte ICMS				9.576.749,99	9.576.749,99	7.278.571,62	76,00		
Cota-Parte IPI-Exportação				117.315,19	117.315,19	113.453,26	96,71		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				40.000,00	40.000,00	30.603,60	76,51		
Desoneração ICMS (LC 87/96)				40.000,00	40.000,00	30.603,60	76,51		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				24.994.355,71	24.994.355,71	18.035.815,66	72,16		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				1.040.000,00	1.040.000,00	1.375.601,56	132,27		
Provenientes da União				950.000,00	950.000,00	1.225.401,56	128,99		
Provenientes dos Estados				90.000,00	90.000,00	150.200,00	166,89		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				1.040.000,00	1.040.000,00	1.375.601,56	132,27		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				3.735.481,06	5.404.364,93	4.675.632,97	86,52	4.657.736,78	86,18
Pessoal e Encargos Sociais				1.953.822,48	2.215.799,76	1.963.353,05	88,61	1.963.353,05	88,61
Outras Despesas Correntes				1.781.658,58	3.188.565,17	2.712.279,92	85,06	2.694.383,73	84,50
DESPESAS DE CAPITAL				15.000,00	152.978,74	128.851,31	84,23	128.851,31	84,23
Investimentos				15.000,00	152.978,74	128.851,31	84,23	128.851,31	84,23

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	152.978,74	128.851,31	84,23	128.851,31	84,23	0,00
Investimentos	15.000,00	152.978,74	128.851,31	84,23	128.851,31	84,23	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.750.481,06	5.557.343,67	4.804.484,28	86,45	4.786.588,09	86,13	17.896,19
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVh)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	673.822,48	1.371.021,13	1.173.102,25	24,42	1.173.102,25	24,51	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	673.822,48	1.371.021,13	1.173.102,25	24,42	1.173.102,25	24,51	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	673.822,48	1.371.021,13	1.173.102,25	24,42	1.173.102,25	24,51	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.076.658,58	4.186.322,54	3.631.382,03	75,58	3.613.485,84	75,49	17.896,19
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIB)/100]							
							926.009,68

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		
Inscritos em 2014	112.512,88	350,68	104.947,20	7.565,68	0,00
TOTAL	112.512,88	350,68	104.947,20	7.565,68	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-	-		-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	2.451.547,48	4.255.072,99	3.752.747,29	78,11	3.734.851,10	78,03	17.896,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.012.933,58	1.122.270,68	911.259,31	18,97	911.259,31	19,04	0,00
Vigilância Sanitária	286.000,00	180.000,00	140.477,68	2,92	140.477,68	2,93	0,00
TOTAL	3.750.481,06	5.557.343,67	4.804.484,28	100,00	4.786.588,09	100,00	17.896,19

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

GUARACIABA , 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b) R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

GUARACIABA , 27/01/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		30.528.832,38	
Previsão Atualizada		30.528.832,38	
Receitas Realizadas		25.671.501,03	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		852.145,02	
DESPESAS			
Dotação Inicial		30.528.832,38	
Créditos Adicionais		2.566.696,40	
Dotação Atualizada		33.095.528,78	
Despesas Empenhadas		24.618.663,84	
Despesas Liquidadas		24.525.760,68	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		92.903,16	
Superavit Orçamentário		1.145.740,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		24.618.663,84	
Liquidadas		24.525.760,68	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		92.903,16	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		24.648.750,73	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.795.017,84	0,00
Resultado Primário	0,00	888.545,17	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.898.011,51	74.477,82	2.938.929,11
EXECUTIVO	3.898.011,51	74.477,82	2.938.929,11
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	209.117,73	0,00	209.117,73
EXECUTIVO	209.117,73	0,00	209.117,73
TOTAL:	4.107.129,24	74.477,82	3.148.046,84
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.219.939,25	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.691.793,35	60%

Continua 1/2

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14				R\$ 1,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida				684.561,18	2.863.572,64
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				149.317,10	-149.317,10
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				9.180,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				3.631.382,03	15,00
20,13					
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)				0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL

RREO 6º BIMESTRE/2015

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)						SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00					0,00
TOTAL	0,00	0,00					0,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00	0,00				0,00	
FONTE:							

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioiro Maldaner
PresidenteEdio Jaco Maldaner
Vice-PresidentePaulo Meneghini
1º SecretárioPedro Luiz Trevisol
2º SecretárioLizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	945.556,29	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	945.556,29	0,00	-945.556,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	—	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O SEMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Semestre	Até o Semestre		No Semestre	Até o Semestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.013.500,00	1.013.500,00			67.943,71			67.943,71	945.556,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	945.900,00	985.900,00	488.104,31	945.556,29	49.082,71	511.827,52	945.556,29	49.082,71	936.817,29	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	690.000,00	780.000,00	421.658,06	776.608,30	3.391,70	421.658,06	776.608,30	3.391,70	776.608,30	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.900,00	205.900,00	60.111,25	160.208,99	45.691,01	83.834,46	160.208,99	45.691,01	160.208,99	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	67.600,00	27.600,00	6.335,00	8.739,00	18.861,00	6.335,00	8.739,00	18.861,00	8.739,00	0,00
INVESTIMENTOS	67.600,00	27.600,00	6.335,00	8.739,00	18.861,00	6.335,00	8.739,00	18.861,00	8.739,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Guaratuba - SC
CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS/ATEO SEMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Semestre	Até o Semestre (f)		No Semestre	Até o Semestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	945.556,29	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	945.556,29	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	—	511.827,52	945.556,29	—	945.556,29	0,00

FONTE:

Guaratuba, 25/01/2016

Claudioomiro Maldaner Presidente	Edu Jaco Maldaner Vice-Presidente	Paulo Meneghini 1º Secretário
Pedro Luiz Trevisol 2º Secretário	Lizete Maria Neitzke Grimm Contadora - CRC/SC-031740/O-7	

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Semestre	Até o Semestre (b)		No Semestre	Até o Semestre (d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	0,00
Legislativa	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	0,00
Ação Legislativa	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.013.500,00	1.013.500,00	488.104,31	945.556,29	67.943,71	511.827,52	945.556,29	67.943,71	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudio Niro Maldaner
Presidente

Edio Jaco Maldaner
Vice-Presidente

Paulo Meneghini
1º Secretário

Pedro Luiz Trevisol
2º Secretário

Lizete Maria Naitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-081740/O-7

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	%(h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		%
					Até o Semestre (b)	(c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	0,00		0,00		0,00	0,00	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	%(h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COMA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							0,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	%(h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COMA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O SEMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O SEMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioмиro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
---------------------------------------	------	------	------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	27.600,00	8.739,00	8.739,00	0,00	18.861,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	27.600,00	8.739,00	8.739,00	0,00	18.861,00

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-27.600,00	-8.739,00	-	-	-18.861,00
--	-------------------	------------------	----------	----------	-------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudio Niro Maldaner Presidente	Edio Jaco Maldaner Vice-Presidente	Paulo Meneghini 1º Secretário
Pedro Luiz Trevisol 2º Secretário	Lizete Maria Neitzke Grimm Contadora - CRC/SC-031740/O-7	

Município de Guaraciaba - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioмиro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioмиro Maldaner
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRPJ/F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências da LC 61/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências da LC 87/1966	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudio Miotto	Edio Jaco Malteiner	Paulo Meneghini
Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário
Pedro Luiz Trevisol	Lizete Maria Néliz Gilm	
2º Secretário	Controladora - CRCSC-0374010-7	

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES								
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL								
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Guaraciaba - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Guaraciaba - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECETAS REALIZADAS
		Até o Semestre/2015
		Até o Semestre/2014
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Guaraciaba - SC
 Continuação 4/4
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioniro Maldaner Presidente	Lizete Maria Nätzke Grimm Contadora - CRC/SC-031740/O-7
------------------------------------	--

Município de Guaraciaba - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioomiro Maldaner Presidente	Edio Jaco Maldaner Vice-Presidente	Paulo Meneghini 1º Secretário
Pedro Luiz Trevisol 2º Secretário	Liziele Maria Naitzke Grimm Contadora - CRC/SC-031740/O-7	

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	73.284,58	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	73.284,58	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-73.284,58	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-73.284,58	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	73.284,58	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudimiro Maldaner
Presidente

Edio Jaco Maldaner
Vice-Presidente

Paulo Meneghini
1º Secretário

Pedro Luiz Trevisol
2º Secretário

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		0,00	0,00		0,00
Recarga Tributária		0,00	0,00		0,00
I.P.T.U.		0,00	0,00		0,00
I.S.S.		0,00	0,00		0,00
I.T.B.I.		0,00	0,00		0,00
I.R.R.F.		0,00	0,00		0,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	0,00		0,00
Recarga de Contribuição		0,00	0,00		0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00		0,00
Outras Contribuições		0,00	0,00		0,00
Recarga Patrimonial Líquida		0,00	0,00		0,00
Recarga Patrimonial		0,00	0,00		0,00
(-) Aplicações Financeiras		0,00	0,00		0,00
Transferências Correntes		0,00	0,00		0,00
I.C.M.S.		0,00	0,00		0,00
Convênios		0,00	0,00		0,00
Outras Transferências Correntes		0,00	0,00		0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00		0,00
Dívida Ativa		0,00	0,00		0,00
Diversas Receitas Correntes		0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00		0,00
Alienação de Ativos (V)		0,00	0,00		0,00
Transferências de Capital		0,00	0,00		0,00
Convênios		0,00	0,00		0,00
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		0,00	0,00		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		0,00	0,00		0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	985.900,00	936.817,29	858.808,66	936.817,29	858.808,66	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	780.000,00	776.608,30	749.307,10	776.608,30	749.307,10	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	985.900,00	936.817,29	858.808,66	936.817,29	858.808,66	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	205.900,00	160.208,99	109.501,56	160.208,99	109.501,56	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	985.900,00	936.817,29	858.808,66	936.817,29	858.808,66	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	27.600,00	8.739,00	3.348,00	8.739,00	3.348,00	0,00	0,00
Investimentos	27.600,00	8.739,00	3.348,00	8.739,00	3.348,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	27.600,00	8.739,00	3.348,00	8.739,00	3.348,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.013.500,00	945.556,29	862.156,66	945.556,29	862.156,66	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.013.500,00	-945.556,29	-862.156,66	-945.556,29	-862.156,66	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							0,00

FONTE:

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioмиro Maldaner
Presidente

Edio Jaco Maldaner
Vice-Presidente

Paulo Meneghini
1º Secretário

Pedro Luiz Trevisol
2º Secretário

Lizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIIB)/100]							0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00	0,00		0,00		
0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Semestre (m)	% (m/Total m) *100
0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
TOTAL					

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Guaraciaba - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioomiro Maldaner
PresidenteLizete Maria Neitzke Grinim
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			945.556,29	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			1.013.500,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			1.013.500,00	
Despesas Empenhadas			945.556,29	
Despesas Liquidadas			945.556,29	
Despesas pagas			0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Semestre	
Despesas Empenhadas			945.556,29	
Liquidadas			945.556,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-945.556,29	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			8.739,00	18.861,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Guaraciaba - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guaraciaba, 25/01/2016

Claudioмиro Maldaner Presidente	Edio Jaco Maldaner Vice-Presidente	Paulo Meneghini 1º Secretário
Pedro Luiz Trevisol 2º Secretário	Lizete Maria Neitzke Grimm Contadora - CRC/SC-031740/O-7	

Guarujá do Sul

PREFEITURA

14/2016

DECRETO Nº 14/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.500,18 (vinte e dois mil, quinhentos reais e dezoito centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.365.0014.2.091

3.1.90.00-00.00.278- Aplicações Diretas R\$ 22.500,18

Soma R\$ 22.500,18

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 22.500,18.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
27 de janeiro de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 011/2016

Decreto Administrativo nº 011/2016.

Finda Turno único e contém outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Civis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1º A partir da data de 01 de fevereiro de 2016, finda o Turno Único na jornada de trabalho dos Servidores, adotado através do Decreto nº 0133/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,
em 25 de janeiro de 2016 –
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.
JOSE CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 012/2016

Decreto Administrativo 012/2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o Feriado Municipal na data de 09/02/2016, alusivo a CARNAVAL, É QUE:

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º Na data de 08 de fevereiro de 2016(Segunda-Feira), e na data de 10 de fevereiro de 2016(Quarta-Feira), até às 13 Horas, fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais.

Parágrafo único. A reposição da jornada de trabalho será na proporção de 01h00min por dia, para os servidores com jornada de trabalho em período integral, e de 00h30m para os servidores com jornada de trabalho de 20 horas semanais, totalizando 12(doze) dias úteis, a partir da na data de 11/02/2016.

Art. 2º O presente Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,
em, 25 de fevereiro de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 013/2016

Decreto Administrativo nº. 013/2016.

Concede Reajuste nas Tarifas de Passagens de Transportes Coletivos.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e, de conformidade com o EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/97 de 07 de fevereiro de 1997, conforme item 2.2 da Tabela de Preços da proposta da empresa vencedora e, em consonância à Resolução nº 008/2015, expedida pelo Conselho Administrativo do DETER, anexo ao requerimento da Empresa GSTUR COMERCIO DE TRANSPORTES LTDA (concessão transferida conforme Decreto Administrativo 013/2008):

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado a aplicação de reajuste num percentual de 4,0% (quatro vírgula zero por cento), sobre as tarifas de passagens vigentes, nos serviços de transportes coletivos de passageiros no Município de Guarujá do Sul, da Concessão Edital de Concorrência 01/97, a vigorar a partir das 00:00 horas da data de 01 de Fevereiro de 2016, conforme Tabelas abaixo :

Valores das Passagens a vigorar a partir de:
01 de Fevereiro de 2016

ITINERÁRIOS	Baixo Araras	Cattani	Maidana	Pessegueiro	Guarujá do Sul
Alto Araras	2,11	3,69	4,11	6,38	7,44
Baixo Araras		2,11	3,69	4,66	6,93
Cattani			3,29	3,69	5,87
Maidana				3,29	5,80
Pessegueiro					3,48

Parágrafo único Este Decreto deverá estar afixado no interior dos Veículos, e demais recintos de embarques.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,
27 de fevereiro de 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL JANEIRO/2015 À DEZEMBRO/2015**

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	428.558,32	0,00
Pessoal Ativo	428.558,32	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	428.558,32	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.181.269,01	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	428.558,32	3,02
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	850.876,14	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	808.332,33	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	765.788,53	5,40

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	55.095,86	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	55.176,03	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	80,17	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-55.095,86	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.030,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VNCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recettas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Tesouro -Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		14.181.269,01	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		428.558,32	3,02
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		850.876,14	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		808.332,33	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.119.879,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.269.003,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		992.688,83	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE:

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ADITIVO DO EDITAL Nº. 001/2016/SMECE

ADITIVO DO EDITAL Nº. 001/2016/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de cargos em caráter temporário na forma do Edital de Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 314/2013 de 09 de dezembro de 2013, torna público:

[...].

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º [...]

Parágrafo Único: A escolha que se refere o caput deste artigo poderá ser realizada por intermédio de procuração legalmente constituída, com firma reconhecida em cartório.

[...].

Art. 16.A. Os candidatos aprovados para os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor de Anos Iniciais serão convocados na seguinte ordem:

1º) Habilitados com Graduação

2º) Habilitados com Magistério

3º) Não Habilitados

4º) Não Entregaram Documentos

Art. 16.B. Os candidatos aprovados para os demais cargos de Professor serão convocados na seguinte ordem:

1º) Habilitados com Graduação

2º) Não Habilitados

3º) Não Entregaram Documentos

Herval d'Oeste, 27 de janeiro de 2016.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2016

PORTARIA Nº 096/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor ALCIDES JARENTCHUK (Matr. 591), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 26 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIA Nº 097/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 910/2015, da Servidora SILVANA PAGANI PEROTONI (Matr. 70), ocupante em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2014 e 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas a partir de 27 de janeiro de 2016 a 05 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2883/2016

DECRETO Nº 2883, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. M. de Infraestrutura, Obras e Transp.

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782– Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 1007 Aquis. Máq. e Veículos

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários

Valor: R\$ 77.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

DECRETO Nº 2884/2016

DECRETO Nº 2884, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação

de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0202 – Sec. De Planejamento e Gestão

Função: 04 – Administrativo

Subfunção: 122– Administração Geral

Programa: 0402 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2018 Manutenção das Atividades Administrativas

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

DECRETO Nº 2885/2016

DECRETO Nº 2885, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 581/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.024,00 (Cinco mil e vinte e quatro reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0202 – Sec. De Planejamento e Gestão

Função: 04 – Administrativo

Subfunção: 122– Administração Geral

Programa: 0402 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2018 Manutenção das Atividades Administrativas

Modalidade de Aplicação: 31710000 – Transf. A Consórcios Públicos

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.252,00

Modalidade de Aplicação: 33710000 – Transf. A Consórcios Públicos

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 772,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 5.024,00 (Cinco mil e vinte e quatro reais) na seguinte rubrica

orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0202 – Sec. De Planejamento e Gestão
Função: 04 – Administrativo
Subfunção: 122– Administração Geral
Programa: 0402 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2018 Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.024,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado:

DECRETO Nº 2886/2016

DECRETO Nº 2886, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Em Exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 4.493,53 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo
Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição
Programa: 1002 Alimentação Escolar
Projeto/Atividade: 2025 Programa Suplem. Alimentação Escolar
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1337- Superávit Exercício Anterior- Recursos PNAE
Valor: R\$ 4.493,53

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

DECRETO Nº 2887/2016

DECRETO Nº 2887, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 581/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 03 – Fundos Municipais
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301– Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2039 Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 33720000 – Execução Orçam.Deleg.a Consórcios P.
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 3.400,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 03 – Fundos Municipais
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301– Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2039 Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 31710000 – Transf. A Consórcios Públicos
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 3.000,00
Modalidade de Aplicação: 33710000 – Transf. A Consórcios Públicos
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado:

DECRETO Nº 2888/2016

DECRETO Nº 2888, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro

consolidado no valor de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais) no orçamento de 2016 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0302 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244– Assistência Comunitária

Programa: 0801 – Assistência Social Geral

Atividade: 2047 – Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1335 – Superávit Fin. Recursos do FNAS União

Valor R\$ 14.400,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado:

Ilhota

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 2º COLOCADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO RESCINDIR CONTRATO ADMINISTRATIVO E CONVOCAR 2º COLOCADO

A Prefeitura Municipal de Ilhota/SC, na pessoa de sua Excelência o Prefeito Municipal Sr. Daniel Christian Bosi, RESOLVE:

I – Em face do que preceitua o art. 78, inciso XVI da Lei 8.666/1993, RESCINDIR DE FORMA AMIGÁVEL o contrato administrativo nº. 011/2015, firmado entre o Município de Ilhota e a empresa AGR Engenharia Agrimensura Ltda, cujo objeto era a execução de pavimentação de via urbana, em trecho da rua Gelindo Furlani (Antiga Zelindro Furlani), em conformidade com contrato de repasse nº 801336/2014/Ministério das Cidades/Caixa, de acordo com processo nº 2622.1014584-99/2014.

II – Em face do que expõe o art. 64 § 2º da Lei 8.666/1993, CONVOCAR, a empresa Sanecon Saneamento e Construções Ltda segundo classificado no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015, para querendo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado assinar contrato cujo objeto é a de execução de pavimentação de via urbana, em trecho da rua Gelindo Furlani (Antiga Zelindro Furlani), em conformidade com contrato de repasse nº 801336/2014/Ministério das Cidades/Caixa, de acordo com processo nº 2622.1014584-99/2014.

Ilhota, 27 de janeiro de 2016.

ALEX MIRANDA

Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Ilhota

DECRETO 102 2016

Decreto nº 102, de 27 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a execução orçamentária os órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da lei da LDO de 2016 e da Lei Orçamentária de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, VI e XVIII da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 42, § 2º da LDO nº 1783 de 17 de dezembro de 2014 e os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e art. 13º, LOA nº 1784 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Até a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2016 e da Lei Orçamentária de 2016, os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município somente poderão empenhar as dotações orçamentárias, constantes do respectivo Orçamento de 2015, destinadas ao atendimento de:

I – Pagamento dos funcionários públicos efetivos, professores, comissionados, contratados, estagiários e os encargos sociais;

II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;

III- dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços da Educação;

IV - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços de Assistência Social;

V – Ações em andamento de caráter continuado;

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável;

VII - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção Defesa Civil;

§ 1º A movimentação e os empenhos das dotações a que se refere os incisos I a VI do caput de que trata o presente Decreto, ficam vinculados ao limite máximo de 1/12 (um doze avos) do valor previsto na referida Lei 1784/2014 do orçamento de 2015, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Leis da LDO e LOA para o exercício de 2016;

§ 2º Na execução das despesas de que trata os incisos I a VI do caput deverá ser dada precedência ao empenho, a cada mês, de até 1/12 (um doze avos) do valor anual previsto nos contratos de operação e funcionamento dos órgãos, tais como locação, serviços e manutenção.

Art. 2º Os Secretários deverão, no âmbito de suas competências, adotar as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Compete ao Município e aos demais órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto e adotar as providências para a responsabilização dos dirigentes e dos servidores que praticarem atos em desacordo com as disposições nele contidas.

Art. 4º Registre-se e Publique-se.

Ilhota, 27 de janeiro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 011 - TP 008 2015 - AGR ENG.

RETIFICAÇÃO do Extrato de Rescisão Contratual Referente ao Contrato nº 011/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Tomada de Preços nº 008/2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação de via urbana, em trecho da rua Gelindo Furlani (Antiga Zelindro Furlani), em conformidade com Contrato de Repasse nº 801336/2014/Ministério das Cidades/Caixa, de acordo com Processo nº 2622.1014584-99/2014, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: AGR ENGENHARIA AGRIMENSURA LTDA

Valor: R\$ 254.527,40 (Quatrocentos e noventa mil cento e vinte e oito reais e quarenta centavos)

Fundamento Legal: o Artigo 78, incisos XVI da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Assinatura: 25/01/2016

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 016/2016

EDITAL SEAGP Nº 016/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 de Janeiro a 27 de Fevereiro de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de janeiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 016/2016

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar Cuidador/ Educador
Jacqueline Vieira da Silva

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 15/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 15/2016

DISPENSA Nº 03/2016

Objeto: Locação de imóvel visando atender as atividades da sub-agência de correios vinculada à secretaria de administração e gestão pública da prefeitura municipal de Imbituba, no bairro de Araçatuba.

Contratada: NATALIA COUTO DE SOUZA

Valor Total: R\$ 8.80000 (Oito mil e oitocentos Reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 28 de Janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 01/2016 (PM)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 11 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, chapeação, pintura, funilaria, fornecimento e reposição de peças originais de primeira linha ou genuínas para a frota de veículos da guarnição especial de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de Janeiro de 2016.

Marcello da Silva Klingelfus

Tem Cel PM – Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 (SEAST)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas, do dia 11 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de cestas básicas a serem distribuídas às famílias cadastradas na secretaria de assistência social - SEAST, do município de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de Janeiro de 2016.
Célia David da Silva
Secretária Municipal da SEAST

Representante legal
Contratada

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 03/2016, que tem como objeto a "aquisição de tubos, blocos de concreto, lajota, meio-fio e calha para uso da SEAPI, e superintendências sul, norte e oeste".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 11 de Fevereiro de 2016, às 11:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/87 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/87 A03

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

CNPJ 78.867.769/0002-80

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31 DE MARÇO DE 2016 OU ATÉ HOMOLOGAÇÃO DO NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 174/2014 Pregão 104/2014

Imbituba, 20 de janeiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Posto Oficinas Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/88 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A05

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

CNPJ 78.867.769/0002-80

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31 DE MARÇO DE 2016 OU ATÉ HOMOLOGAÇÃO DO NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 25 de Janeiro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário municipal de
agricultura, pesca e infraestrutura-
SEAPI- Contratante

Posto Oficinas Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/15 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2016/15 A00

Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP.

CNPJ 01.098.455/0001-54

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Preço: R\$197.500,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 114/2015 Pregão 67/2015

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Publiciti Distribuidora De Livros Ltda Epp.
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/17 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/17 A00

Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME

CNPJ 10.524.158/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA REPOSIÇÃO NAS ROÇADEIRAS LATERAIS

Preço: R\$ 23.952,50 Prazo:31/12/2016

Fundamento: Processo nº04/2016 Pregão 04/2016

Imbituba, 25 de Janeiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário municipal de
Infraestrutura e mobilidade urbana
Contratante

Soethe Comercio De Maquinas Ltda Me

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/20 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2016/20 A00

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

CNPJ 86.431.749/0001-09

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSAGEM AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 1.026.105,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 145/2015 Pregão87/2015

Imbituba, 20 de janeiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Santo Anjo Da Guarda Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/13 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/13 A03

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31 DE MARÇO DE 2016 OU ATÉ HOMOLOGAÇÃO DO NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 25 de Janeiro 2016

Celia David Da Silva

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 33/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 33, de 27 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Flávio Sanceverino	Agente Administrativo	042.292.119-02	01/02/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de fevereiro de 2016.

Imbituba, 27 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1725/16

. DECRETO Nº 1725/16

. De 26 de janeiro de 2016

Nomeia Profissionais Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei 5019, alterada pela Lei 5227, e, considerando o Edital 001/2015, homologado pelo Decreto 1660/15,

DECRETA,
Art. 1º - Ficam nomeados para integrar a equipe dos profissionais do Núcleo de apoio a Saúde da Família – NASF, os servidores classificados no Processo Seletivo de que trata o Edital 001/2015, homologado pelo Decreto 1660/15, conforme segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Leosa Marilene Traebert	Assistente Social	40h/s
Maria Salete Erbs Dias	Assistente Social	40h/s
Nayara Elmisan Zolet	Educador Físico	40h/s
Karoline Marceli Hardt	Fisioterapeuta	20h/s
Maria Ediléia Ribeiro da Silva	Fonoaudióloga	20h/s
Ana Paula Soares	Nutricionista	20h/s
Luci Borges Lauriano	Psicólogo	20h/s
Milena Mery da Silva	Terapeuta Ocupacional	20h/s

§ 1º - Os profissionais acima terão o prazo de 05 (cinco) dias para manifestarem interesse em permanecer na equipe.

§ 2º - As desistências deverão ser formalizadas através de "Termo de Desistência" próprio, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na sua publicação.

Município de Indaial em 26 de janeiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

DECRETO Nº 1726/16

. DECRETO Nº 1726/16

. De 27 de janeiro de 2016

EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2016, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

Janeiro

01 - Sexta-feira, Confraternização Universal - Feriado Nacional

Fevereiro

08 - Segunda-feira, Carnaval - Ponto Facultativo

09 - Terça-feira, Carnaval - Ponto Facultativo

Março

21 - Segunda-Feira, Emancipação do Município - Feriado Municipal (Lei 3382/05)

25 - sexta-feira, Sexta-Feira da Paixão - Feriado Municipal/Nacional

Abril

21 - Quinta-feira - Tiradentes - Feriado Nacional

22 - Sexta-feira - Ponto Facultativo

Mai

01 - Domingo - Dia do Trabalho - Feriado Nacional

26 - Quinta-feira - Corpus Christi - Feriado Nacional

27 - sexta-feira - Ponto Facultativo

Junho

Não há feriados e pontos facultativos

Julho

Não há feriados e Pontos Facultativos

Agosto

Não há feriados e Pontos Facultativos

Setembro

07 - Quarta-feira - Independência do Brasil -Feriado Nacional

Outubro

12 - Quarta-feira - Nsa. Sra. Aparecida - Feriado Nacional

Novembro

02 - Quarta-feira - Finados - Feriado Nacional

14 - Segunda-feira - Comemoração Dia do Servidor Público - Ponto Facultativo

15 - Terça-feira - Proclamação da República - Feriado Nacional

Dezembro

25 - Domingo - Natal - Feriado Nacional

26 - Segunda-Feira - Segundo Dia Natal - Feriado Municipal (Lei 3382/05)

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviço, sobreaviso ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de janeiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 07/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 07/2016 para aquisição de merenda escolar. A abertura das propostas se dará no dia 15/02/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 27 de janeiro de 2016.

Milto Borga

Prefeito Municipal em exercício

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 12/02/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 12/02/2016. Objeto da licitação: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsório e tratamento especializado para pacientes D.T. e L.T, para o exercício de 2016. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 27/01/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE DE 2015 PODER LEGISLATIVO

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	501.572,49	0,00
Pessoal Ativo	501.572,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	501.572,49	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.978.827,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	501.572,49	2,18
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.378.729,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.309.793,16	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.240.856,68	5,40
FONTE:		

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00				0,00		0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS	1.329,20	0,00		0,00		0,00	1.329,20	1.329,20	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.329,20	0,00		0,00		0,00	1.329,20	1.329,20	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.329,20	0,00		0,00		0,00	1.329,20	1.329,20	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	22.978.827,35
DESPESAS COM PESSOAL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	501.572,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	1.378.729,64
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	1.309.793,16
DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Consolidada Líquida	-1.329,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00
GARANTIA DE VALORES	
Total das Garantias Concedidas	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.055.342,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.676.612,38
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.608.517,91
RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	1.329,20
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	1.329,20
Valor Total	1.329,20

FONTE:

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.939/2015

DECRETO Nº 2.939/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DEFINE NOVO VALOR MÁXIMO DO SUBSÍDIO MUNICIPAL NO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica definido por este Decreto o novo valor máximo do subsídio Municipal, no Programa Porteira Adentro, para o exercício de 2016, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 1.700/2013.

Art. 2º O beneficiário terá direito a usufruir o subsídio máximo de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) anualmente, respeitando-se o limite máximo de horas, quilômetros (km) ou metros cúbicos (m³) de cada tipo de serviço.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 26 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 028/2016

PORTARIA N º. 028/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, até a data de 03/03/2016, os efeitos da Portaria 351/2015 de 03/11/2015, redação dada pela Portaria nº 360/2015, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora LIZIANE JOSINO, nascida em 10/08/1982, portadora do CPF nº 053.596.569-99, RG. nº 9.644.093-6, SSP/PR, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (40h/sem), em substituição aos servidores em atuação junto ao SAMU, durante o período de gozo de férias regulamentares.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/01/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

DECRETO 007/2016

DECRETO Nº 007/2016, de 21 de janeiro de 2016.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com Inciso II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.437, de 14 de dezembro de 2015 e Inciso IV do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) utilizando como recursos o Produto das Operações de Créditos Autorizadas, nos termos do inciso II do artigo 4º da Lei Municipal 2.437, e inciso IV, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

1.045 - Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá – subestação Linha Alegre

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	1.239.461,09
--	--------------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento de Agricultura

1.004 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	321.572,15
--	------------

05.02 – Departamento do Meio Ambiente

1.002 - Sistema de Captação e Distribuição de Água Potável

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	750.000,00
--	------------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.001 - Infraestrutura Urbana

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	188.966,76
--	------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 21 de janeiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL 018 - PS 002/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL018 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que “dispõe sobre a contratação por tempo

determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 29 de janeiro 2016, às 08 h na Secretaria Municipal de Administração, Itá/SC.

Estagiários

014	Paulo Vinicius Hassemer
036	Amanda Porn

Itá, 27 de janeiro de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO III - PS 004/2015

Edital do Processo Seletivo 004/2015

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 29 de janeiro de 2016 às 10h na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itá.

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Pedagogia (02 vagas)

Posição	Nome	Assinatura
18	Adriane Dannenhauer	
19	Daniela Nádia Ferreira	

Educação Física (02 vagas)

Posição	Nome	Assinatura
8	Joice Cristina Marafon	
9	Raimundo Lopes Falcão	

Inglês (01 vaga)

Posição	Nome	Assinatura
2	Charliane Carla Tedesco de Camargo	

Itá, 27 de janeiro 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 190 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.127.2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTOCICLETA ON/OFF ROAD PARA SER UTILIZADA NO POLICIAMENTO OSTENSIVO PELA POLICIA MILITAR DE ITAPEMA.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do: Processo nº 190 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.127.2015
Objeto: Aquisição de 01 (uma) motocicleta ON/OFF ROAD para ser utilizada no Policiamento Ostensivo pela Polícia Militar de Itapema. Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 15/02/2016. Abertura do Pregão: 15/02/2016 às 14:00(catorze) horas. Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.127.2015” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019 / 3268-8009.

Itapema, 27 de janeiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

PROCESSO Nº 3 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.001.2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO BRITADOR COM PENEIRA.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do: Processo nº 3 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.001.2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de equipamento britador com peneira. Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 11/02/2016.

Abertura do Pregão: 11/02/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.001.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 26 de janeiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Designa comissão de avaliação e vistoria de veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59, combinado com a alínea p do inciso I do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os senhores PEDRO REINOLDO CAGLIARI, ANTONIO VANDERLEI GAIKE e a empresa AUTO MECANICA SIRIMAR LTDA, CNPJ nº 85.174.944/0001-38 para, sob a presidência do primeiro designado, compor a comissão para a realização da vistoria e avaliação do veículo CHEVROLET/CLASSIC LS, placas ISX2717, ano fabricação 2012 ano modelo 2012, RENAVAN 457427957, CHASSI 9BGUSU19F0CB244041, cor prata, para a prestação de serviço de táxi na Linha Santa Fé Alta, interior do município de Itapiranga - SC.

§ 1º A Comissão designada no caput do artigo deverá, no prazo de cinco dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação do referido veículo, bem como outras referências de interesse da Administração Municipal.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5, de 13 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC, 26 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Altera veículo para serviços de táxi.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o veículo do Ponto de Táxi da Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga SC, para o veículo CHEVROLET/

CLASSIC LS, placas ISX2717, ano de fabricação e modelo 2012, RENAVAN 457427957, CHASSI 9BGUSU19F0CB244041, cor prata, de propriedade de Canísio Eidt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 27 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DISPENSA Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 14/2016

Dispensa de Licitação nº 14/2016

Partes: Município de Itapiranga e Wolfgang

Johannes Lengert.

Objeto: contratação dos serviços de meteorologia e de fornecimento de dados meteorológicos do município de Itapiranga e região, destinados para a Secretaria da Agricultura.

Fundamento: inciso II, o artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$:715,00 mensais.

Vigência: 31/12/2016.

Itapiranga - SC., 27 de janeiro de 2016

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA

COMPRAS E SERVIÇOS Nº 15/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 15/2016, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para manutenção do Programa de Melhoramento Genético da Secretaria da Agricultura, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone: (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 27 de janeiro de 2015

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 2655/2016 NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E DELIBERAR SOBRE A SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO DO EDITAL N°050/2015.

DECRETO MUNICIPAL NO 2655/2016

Data: 27 de janeiro de 2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E DELIBERAR SOBRE A SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO DO EDITAL N°050/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando a C.I. 17/2016 Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para acompanhar e deliberar sobre a segunda etapa do concurso público municipal, bem como executar os serviços a cargo do município em conformidade com o disposto em contrato, que será composta pelos seguintes membros:

1. Sandra Regina F. da Silva – Presidente;
2. Wilmara Jaqueline Madeira Pitta;
3. Susinei Ribeiro Schultz;
4. Neide Terezinha Becher Lupatelli;
5. Cristiane Regina de Bittencourt Costa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 27 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

PROCESSO N° 01/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n° 123/06, Lei Complementar n° 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 11 de fevereiro de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de mobiliário escolar para equipar as novas salas da EMEF Frei Valentim, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 25 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 033/2016 DO EDITAL N° 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO N° 33/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital n° 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 28/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
7	20	Anos Iniciais 1º a 3º	Edna Rafaela da Silva	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 27 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 34/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 28/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
8	20	Anos Iniciais 1º a 3º	Josiane Letícia Silva de Lima	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 27 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais legislações complementares, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM JACINTO MACHADO AOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS E AS NORMAS CONTIDAS EM EDITAL.". Os ENVELOPES serão recebidos no dia 29/02/2016 até às 08h45min com abertura dos mesmos às 09h00min nesta mesma data, no Setor de Licitações do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, sito a RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Setor de Licitações, no mesmo endereço acima citado ou através de solicitação encaminhada pelo seguinte endereço eletrônico: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações através do Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado – SC, 26 de Janeiro de 2016.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/SAMAE
O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Diretor do SAMAE e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 11/02/2016 às 08h45min, com entrega dos envelopes até as 08h30min da mesma data, no Prédio da Prefeitura Municipal, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SAMAE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2016.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações do SAMAE, sito à Prefeitura Municipal no endereço RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO – SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado – SC, 26 de Janeiro de 2016.
AMILTON GHELLERE
Diretor do SAMAE

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

LAUDO DE VISTORIA DE VEÍCULO EDITAL E ATA DE ABERTURA DO PREGÃO 54/2015-FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

LAUDO DE VISTORIA DE VEÍCULO

Edital e Ata de abertura do Pregão 54/2015-FMS.

EMPRESA:

KS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI ME
Rua Roberto Holler, 10 - Albertina - Rio do Sul SC
Telefone 3325-1529 - 3330-5826 - 9983-2307
CNPJ 17.349.685/0001-89

PLACA DO VEÍCULO: MPY 9178

PARECER GERAL: VERIFICOU-SE AS CONDIÇÕES GERAIS DO VEÍCULO E A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DA EMPRESA, VEÍCULO E MOTORISTA.

PROBLEMAS ENCONTRADOS NA VISTORIA:

- NÃO APRESENTOU ALVARÁ DA EMPRESA;
- 04 CINTOS DE SEGURANÇA NÃO ESTAVAM FUNCIONANDO;
- ASSOALHO ADAPTADO NO LOCAL RESERVADO AO CADEIRANTE NÃO OFERECE SEGURANÇA;
- AS ADAPTAÇÕES REALIZADAS NO VEÍCULO NÃO PASSARAM POR VISTORIA DE ÓRGÃO CREDENCIADO PELO INMETRO E NÃO FORAM REGULARIZADAS JUNTO AO DETRAN;
- NÃO POSSUI SELO DE ACESSIBILIDADE DO INMETRO;
- NO DOCUMENTO DO VEÍCULO CONSTA NÚMERO DE PASSAGEIROS DIVERGENTE AO EXISTENTE NO VEÍCULO;

() APROVADO (X) REPROVADO

Jaraguá do Sul, 16 de DEZEMBRO de 2015.

CARIMBO / ASSINATURA VISTORIADOR (A)

SUPERVISÃO DE CONTROLE DO TRANSPORTE URBANO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015, COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015, COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2016, o Município de Jaraguá do Sul, por si, e pelos órgãos da Administração Direta, com sede a Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Barra do Rio Molha, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, 1111, nesta cidade de Jaraguá do Sul-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ Nº 13.170.158/0001-51, neste ato representado pelo Gerenciador do Fundo Sr. Antonio Marcos Da Silva, doravante denominado FUNDO e a empresa RFM SCHERER LTDA-ME estabelecida à Inácio Zacko, nº103, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº09.465.558-0001-17, representada, neste ato, pelo Sr Aurea Tecilla Scherer, CPF sob o nº760.901.249-15 doravante, denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao Pregão Presencial nº23/2015-FMAS, para Registro de Preços, Homologado em 21/01/2016, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 6.737/2009, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a Aquisição de gêneros alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família ao longo de 07 (sete) meses, segundo as conveniências da administração direta.

1.1.1 – Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:



Item	Qtd	Unid	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Marca
38	35	pcte	Broa de araruta: Farinha de trigo, amido de milho, açúcar, ovos, margarina, araruta e fermento químico. Isenta de gordura vegetal hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 01 kg	R\$ 20,00	R\$ 700,00	SCHERERPAN
39	35	pcte	Broa de côco: Farinha de trigo, amido de milho, açúcar, ovos, margarina, água, coco e fermento químico. com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Isenta de gordura vegetal hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 01 kg	R\$ 20,20	R\$ 707,00	SCHERERPAN
127	275	kg	Pão de Hambúrguer. Contendo no mínimo 50 g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória e registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação. Isento de gordura vegetal hidrogenada.	R\$ 9,90	R\$ 2.722,50	SCHERERPAN
128	215	kg	Pão tipo cachorro quente, 50g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória e registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação.	R\$ 9,19	R\$ 1.975,85	SCHERERPAN
129	420	kg	Pão tipo francês, 50g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória com registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação.	R\$ 8,50	R\$ 3.570,00	SCHERERPAN
130	399	un	Pão tipo pluma fatiado. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar fermento biológico, sal, gordura vegetal e fermento biológico. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 5,55	R\$ 2.214,45	SCHERERPAN
131	399	un	Pão de batata. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Farinha de trigo especial, batata cozida, açúcar, sal, gordura vegetal e fermento biológico. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 6,40	R\$ 2.553,60	SCHERERPAN
132	315	un	Pão fatiado integral. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Ingredientes: farinha de trigo especial, fermento biológico, óleo, sal, água, mel, farinha de trigo integral. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 5,40	R\$ 1.701,00	SCHERERPAN

Estabelecidos no edital e nesta Ata de Registro.

1.2 - A existência de preços registrados NÃO obriga o FUNDO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições, de acordo com Decreto Municipal nº 6.737/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REVISÃO/READEQUAÇÃO DE PREÇOS

2.1 - A detentora deverá submeter à apreciação da Secretaria da Administração Municipal, qualquer alteração que influencie nos preços praticados, devendo para tanto apresentar os documentos emanados dos órgãos competentes que comprovem a referida alteração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA.

3.1 – A Detentora do Registro de Preço, ao longo da validade do registro, será convocada a assinatura da Ata de Registro, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo Município, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e nesta ata.

3.2 - No ato da assinatura, o representante da adjudicada deverá caso exigido, apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade, ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório competente, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa.

3.3 - O prazo de validade deste registro de preço será de 07 (sete) meses, contado da assinatura da ata de registro.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

4.1 – Pagamento: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS

42, de 3 de julho de 2009;

4.2 – QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS e será encaminhado por via fac-símile ou e-mail.

4.3 – LOCAIS DE ENTREGAS: As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Walter Marquardt nº 1.111 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC

CNPJ 13.170.158/0001-51 – Inscrição Estadual: Isento

CLÁUSULA QUINTA - DA AQUISIÇÃO

5.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento, constantes do registro de preços a serem firmadas entre o FUNDO e a DETENTORA DA ATA, serão formalizadas através de Autorização de Fornecimento, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro e demais anexos integrantes.

5.2 - Na hipótese do primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não entregar o pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições por ela proposta.

5.4 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o FUNDO poderá comprar de mais de um Detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo FUNDO, observado às condições do Edital e o preço registrado.

5.5 - Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração direta, sob o controle do Órgão Gerenciador do Sistema do SRP (da Secretaria Municipal de Assistência Social).

5.6 - Os pedidos deverão ser efetuados através Autorização de Fornecimento protocolizado ou enviados através de "fac-símile e/ou e-mail", neles constando: data, valor unitário, quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pelo FUNDO, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério do FUNDO;

6.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato:

- a) a entrega dos produtos com atraso;
- b) a entrega de produtos diversos do especificado na proposta;
- c) a apresentação dos produtos em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) a entrega parcial dos produtos solicitados.

6.3 - Considerar-se-á descumprimento total do contrato, sujeito as penalidades previstas no item 6.4.2 a 6.4.4:

- a) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- b) a não entrega do produto.

6.4 - As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

6.4.1 - Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério do Contratante.

6.4.2 - Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

6.4.3 - Multa de 20% sobre o valor adjudicado, quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços.

6.4.4 - Multa de 10% sobre o valor homologado, quando:

6.4.4.1 – Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;

6.4.4.2 – Desatender às determinações da fiscalização;

6.4.4.3 – Não obedecer às condições de entrega especificadas na Ata de Registro de Preços;

6.4.4.4 - Se negar a entregar os produtos após o recebimento da Autorização de Fornecimento;

6.5 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor.

6.6 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.7 - Aplicar-se-á as disposições previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

6.8 - Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo do Fundo e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

6.9 - Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

6.10 - A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública.

6.11 – A ata de registro de preços poderá ser cancelada diante da aplicação de penalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

7.1 - O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a previa defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1 – Pelo FUNDO, quando:

a) a Fornecedorora não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;

b) a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar a Ata de Registro de Preço ou de entregar o Pedido decorrente do registro de preços;

c) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações.

7.1.2 - Pelo Detentor da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, devidamente justificado e aceito pelo Município.

7.2 - O cancelamento da ata de registro de preço e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador do SRP (da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município Contratante), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3 - A comunicação da rescisão do contrato, nos casos previstos no inciso I do item 6.12., será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do município, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação, pelo decurso de prazo.

7.5 - A solicitação da fornecedora ou prestadora de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da entrega dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada ao Fundo a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderá ser realizado novas licitações para fornecimento, constantes do registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA DISCRICIONARIEDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1 – Nos termos do Artigo 15 do Decreto Municipal 6.737/2009, a existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as aquisições decorrentes deste registro, que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultado ao FUNDO, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – A contratada obriga-se a:

9.1.1 – Entregar os produtos conforme estabelecido nesta Ata de Registro e no edital;

9.1.2 – Respeitar a Ata de Registro de preços, aceitando os pedidos parcelados conforme necessidade do FUNDO;

9.1.3 – Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.4 – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos produtos adquiridos e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como pelo emprego de equipamento de proteção individual conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 3.214 e anexos;

9.1.5 - Efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes aos produtos objeto da licitação.

9.1.6 – Manter os valores propostos, registrados na Ata, no período de 01(um) ano, aceitando os pedidos parcelados conforme necessidade da FUNDO e entregando somente a quantidade solicitada.

9.1.7 – Após recebimento da Autorização de Fornecimento via fac-símile ou e-mail, não cabe mais a empresa justificar necessidade de revisão dos valores, tendo a obrigação de entrega conforme Registrado em Ata.

9.1.8 – A empresa terá o direito de revisão dos preços, desde que, justificado e comprovado em documentos para o FUNDO, com antecedência ao recebimento da Autorização de Fornecimento.

9.1.9 – Caso a empresa não apresentar comprovação para revisão dos valores dos produtos adjudicados com antecedência ao recebimento da Autorização de Fornecimento, deverá manter o preço e prazo de entrega conforme Registrado em Ata, sob pena no que diz respeito a cláusula sexta desta Ata de Registro.

9.1.10 - A empresa vencedora deverá manter seus dados como telefones, endereços, e-mails, fax-símile, etc, atualizados perante o FUNDO, sob pena de rescisão unilateral da presente ata.

9.1.10.1 – A empresa vencedora deverá encaminhar os dados via e-mail a cada 60(sessenta) dias para compras.social@jaraguadosul.sc.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93, bem como o disposto no Edital de Pregão original e demais alterações em vigor.

10.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ou do futuro contrato ou Autorização de fornecimento.

10.3 - A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da Ata, estimativa de utilização anual estabelecida desta ata, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

10.4 - As especificações dos produtos não expressamente declaradas nesta Ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

10.5 - A detentora da Ata deverá comunicar ao Órgão Gerenciador do SRP, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APRECIACÃO DO TCE

11.1 – O presente Instrumento será objeto de apreciação e cadastro no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina não se responsabilizando a CONTRATANTE se a Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1 - Os recursos orçamentários para as despesas no exercício de 2016, será(ão) o(s) seguinte(s):

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2016	Recurso
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	33	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	36	Federal

08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	35	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	40	Estadual
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	39	Federal

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da cidade de Jaraguá do Sul - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preço, ou Pedido, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

ANTONIO MARCOS DA SILVA Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	RFM SCHERER LTDA-EPP Aurea Tecilla Scherer CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

Edson Willian Piotto CPF – 064.710.429-65	Sérgio Felipe dos Santos CPF – 477.072.60-91
--	---

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO: Pregão Presencial nº 23/2015-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: RFM SCHERER LTDA-EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a Aquisição de gêneros alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família ao longo de 07 (sete) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Obs.: Quaisquer alterações acerca das entregas serão informadas ao fornecedor antecipadamente.

Item	Qtd	Unid	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Marca
38	35	pcte	Broa de araruta: Farinha de trigo, amido de milho, açúcar, ovos, margarina, araruta e fermento químico. Isenta de gordura vegetal hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 01 kg	R\$ 20,00	R\$ 700,00	SCHERERPAN
39	35	pcte	Broa de côco: Farinha de trigo, amido de milho, açúcar, ovos, margarina, água, coco e fermento químico. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Isenta de gordura vegetal hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 01 kg	R\$ 20,20	R\$ 707,00	SCHERERPAN
127	275	kg	Pão de Hambúrguer. Contendo no mínimo 50 g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória e registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação. Isento de gordura vegetal hidrogenada.	R\$ 9,90	R\$ 2.722,50	SCHERERPAN
128	215	kg	Pão tipo cachorro quente, 50g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória e registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação.	R\$ 9,19	R\$ 1.975,85	SCHERERPAN
129	420	kg	Pão tipo francês, 50g por unidade, embalagem plástica própria para alimentos, contendo até 20 (vinte) unidades, peso de até 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória com registro no órgão competente. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação.	R\$ 8,50	R\$ 3.570,00	SCHERERPAN

130	399	un	Pão tipo pluma fatiado. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar fermento biológico, sal, gordura vegetal e fermento biológico. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 5,55	R\$ 2.214,45	SCHERERPAN
131	399	un	Pão de batata. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Farinha de trigo especial, batata cozida, açúcar, sal, gordura vegetal e fermento biológico. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 6,40	R\$ 2.553,60	SCHERERPAN
132	315	un	Pão fatiado integral. Contendo 500g e 20 fatias sem vácuos. Ingredientes: farinha de trigo especial, fermento biológico, óleo, sal, água, mel, farinha de trigo integral. Embalagem com dados do fornecedor e validade. A entrega do produto não deverá ser superior à 01 dia da data da fabricação	R\$ 5,40	R\$ 1.701,00	SCHERERPAN

Pagamento: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2016 serão as seguintes::

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2016	Recurso
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	33	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	36	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	35	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	40	Estadual
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	39	Federal

DATA DA ASSINATURA: 25/01/16

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: ANTONIO MARCOS DA SILVA E AUREA TECILLA SCHERER

ANTONIO MARCOS DA SILVA
Gerenciador do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

CMJS - PORTARIA Nº 15/2016

PORTARIA Nº 15/2016

Exonera Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. WILSON PINTER. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 60/2009, de 20 de Maio de 2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 16/2016

PORTARIA Nº 16/2016

Nomeia Assessor da Presidência.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. VALDEMIRO BAKUN NETO, para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 26 de janeiro de 2016.

JOSE OZORIO DE AVILA

Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 17/2016

PORTARIA Nº 17/2016

Nomeia Diretor Jurídico.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. IZIDORO DA SILVA FLÔR, para o cargo de provimento em comissão de Diretor Jurídico.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 26 de janeiro de 2016.

JOSE OZORIO DE AVILA

Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 18/2016

PORTARIA Nº 18/2016

Exonera Diretora de Suporte Legislativo.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SUPORTE LEGISLATIVO, a SRA. ELISABETE BERTOLI. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 50/2009, de 20 de Maio de 2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 27 de janeiro de 2016.

JOSE OZORIO DE AVILA

Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 19/2016

PORTARIA Nº 19/2016

Nomeia Assessor de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. JERRI BACK LUFT, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 27 de janeiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

EXTRATO DO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

E X T R A T O D O A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO: Pregão Presencial nº 23/2015-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: COMERCIAL THOMEK LTDA - EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a Aquisição de gêneros alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família ao longo de 07 (sete) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Obs.: Quaisquer alterações acerca das entregas serão informadas ao fornecedor antecipadamente.

Item	Qtd	Unid	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Marca
123	50	un	Ovo de chocolate (mínimo 400g) - Ingredientes: açúcar, manteiga de cacau, leite em pó integral, massa de cacau, lactose, emulsificantes lecitina de soja e aromatizante. Pode conter traços de amêndoas, amendoim, avelã, castanha de caju, castanha-do-pará e nozes. Isento de gordura hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. O produto será embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente	R\$ 45,60	R\$ 2.280,00	GAROTO
124	50	pcte	Ovos de chocolate sortidos – ovos até 30g.. Composição: chocolate ao leite; açúcar; cacau; gordura vegetal; lactose, contendo glúten; isento de gordura hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. O produto será embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente. Embalagem de no mínimo 500g	R\$ 59,00	R\$ 2.950,00	DO PARKE

Pagamento: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes presente ata de registro de preços, no exercício de 2016 serão as seguintes::

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2016	Recurso
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	33	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	36	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	35	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	40	Estadual
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	39	Federal

DATA DA ASSINATURA: 25/01/16

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.
SIGNATÁRIOS: ANTONIO MARCOS DA SILVA E OSMAR KASMIRSKI

ANTONIO MARCOS DA SILVA
Gerenciador do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

EXTRATO DO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

E X T R A T O D O A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO: Pregão Presencial nº 23/2015-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA FRONTAL LTDA-EPP

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a Aquisição de gêneros alimentícios (secos, hortifrutigranjeiros, laticínios, carne, sucos) destinado à manutenção dos programas: Abrigo Institucional para criança e adolescente e Abrigo Institucional Casa de Passagem para adulto e família ao longo de 07 (sete) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Obs.: Quaisquer alterações acerca das entregas serão informadas ao fornecedor antecipadamente.

Item	Quant.	Unid	Produto	Valor un	Valor total	MARCA
1	320	pç	Abacaxi de característica alongada, de cor verde-escuro, firme sem manchas, partes amolecidas e sem presença de líquido na base, as folhas da coroa devem estar bem aderidas. Apresenta peso médio entre 1,2 a 1,5 KG. OBS: grande e doce.	R\$ 4,40	R\$ 1.408,00	INATURA
2	148	kg	Abóbora tipo moranga, de primeira e acondicionada de forma a evitar danos físicos, apresentando-se íntegras com grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca, com características íntegras e de primeira qualidade. Validade não inferior a uma semana.	R\$ 2,35	R\$ 347,80	INATURA
3	258	kg	Achocolatado em pó, instantâneo. Ingredientes obrigatórios: açúcar, cacau em pó, lecitina de soja e maltodextrina. Valor nutricional mínimo: 07 vitaminas, 03 g de proteínas em 100g do produto seco. Embalagem primária de até 01 kg cada. Com Registro no Ministério da Saúde. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	R\$ 10,75	R\$ 2.773,50	NUTRIMENTAL
4	280	un	Achocolatado. Embalagem 200ml. Ingredientes: Leite integral reconstituído, açúcar, soro do leite em pó, cacau, extrato de malte, sal, lecitina de soja. Espessantes, estabilizantes, aromatizante. Enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem tetrapak. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 1,55	R\$ 434,00	FRIMINHO
5	24	un	Açúcar baunilha, embalagem com 40gr. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e data de validade.	R\$ 2,20	R\$ 52,80	HORTA E SABOR
6	318	pcte	Açúcar refinado, embalagem plástica de 05 kg 1ª qualidade, prazo de validade mínimo de 10 meses, com registro no órgão sanitário competente.	R\$ 10,80	R\$ 3.434,40	ALTO ALEGRE
7	160	un	Água de côco. Contendo 200ml. Composição: água de coco concentrada, sacarose. Embalagem tetra pak. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 2,45	R\$ 392,00	KERO COCO
8	424	pç	Alface tipo americana com peso mínimo de 250g a unidade, de primeira qualidade, folhas frescas, grau de evolução de tamanho completo, cor e aroma próprios da espécie, livre de insetos e enfermidades, sem nenhum tipo de lesão mecânica e física, que alterem sua aparência, livres de folhas externas e da maior parte possível de terra aderente, livres de umidade externa aromas e sabores não próprios, livre de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 2,75	R\$ 1.166,00	INATURA
9	34	kg	Alho bulbo inteiro; nacional; boa qualidade; firme e intacto; sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido. Isento de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 15,50	R\$ 527,00	INATURA

10	215	kg	Almôndegas industrializadas congeladas: Carne bovina moída em formato de almôndegas. INGREDIENTES: carne bovina, água, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, cebola, sal, condimentos naturais e outros componentes característicos do produto. Aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa; cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas; odor: próprio; A porcentagem de água ou gelo não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) em peso. A carne deverá apresentar-se livre de parasitos, sujidade e larva; livre de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. O produto deverá ter em sua composição: gordura (máx.) 18%. E o peso unitário aproximado entre 15 e 20 gramas.	R\$ 14,97	R\$ 3.218,55	AURORA
11	120	kg	Ameixa; fruta fresca, graúda; de primeira; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e madura; com polpa firme e intacta. Sem perfurações e cortes, sem danos de origens físicas ou mecânicas, oriundos do manuseio e transporte; sem enfermidades, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; acondicionados em embalagem que mantenha sua integridade.	R\$ 9,70	R\$ 1.164,00	INATURA
12	15	un	Ameixa em calda; composto e obtida de frutas inteiras ou pedaços; sem sementes; cozido com água e açúcar; preparado com frutas sãs e limpas; isento de parasitos, sujidades e larvas; com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; sem adição de aromatizante e coloração artificial; sendo considerado como peso líquido com 400 gramas; acondicionado em lata fechada, validade mínima 10 meses a contar da data da entrega.	R\$ 8,40	R\$ 126,00	TOZZI
13	15	pcte	Amendoim descascado - granulado apresentando bom estado de conservação, sem nenhum sinal de mofo, embalagem plástica de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 7,15	R\$ 107,25	GUIMARAES
14	7	un	Amido de milho, embalagem de 01 kg, própria para alimentos, prazo de validade mínimo de 10 meses. Com registro no órgão sanitário competente.	R\$ 7,15	R\$ 50,05	LOREMIL
15	138	pcte	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, acondicionado em embalagem de 5Kg polietileno transparente. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 10 meses da data de fabricação. Registrado no órgão competente.	R\$ 10,85	R\$ 1.497,30	CATARINAO
16	42	pcte	Arroz integral, classe longo fino, tipo 1, acondicionado em embalagem de 1Kg polietileno transparente. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 10 meses da data de fabricação. Registrado no órgão competente.	R\$ 4,20	R\$ 176,40	URBANO
17	140	lata	Atum, lata de no mínimo 120g (peso drenado). Pescado em conserva preparado com pescado fresco, limpo e ralado, em óleo comestível, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Isento de ferrugem e danificação das latas, sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 24 meses. Fabricação máxima de 60 dias da entrega. Registrado no órgão competente.	R\$ 5,25	R\$ 735,00	BEIRA MAR
18	22	pcte	Aveia instantânea em flocos finos; isenta de sujidades, parasitas e larvas, Embalagem de no mínimo 450g gramas, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	R\$ 6,60	R\$ 145,20	GRANOMEL
19	12	un	Azeitona em conserva, verde, com caroço, não fatiada, imersa em líquido salgado, tamanho graúdo e coloração uniformes, acondicionada em vidro lacrado e vedado, contendo 500g. Registrado no órgão competente.	R\$ 8,60	R\$ 103,20	HEMMER
20	200	pcte	Balas de gelatina. Sabores diversos. Embalagem de no mínimo 70g. Composição: xarope de glicose, açúcar, água, dextrose, óleo de palma, gelatina, acidulante ácido cítrico, ácido láctico, antioxidantes. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de até seis meses.	R\$ 4,35	R\$ 870,00	FINI

21	63	pcte	Bala de goma. Contendo mínimo 200g. Sabores sortidos. Composição: Açúcar, xarope de glicose, amido de milho modificado, aromatizantes. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 4,30	R\$ 270,90	DORI
22	295	kg	Banana branca tipo especial, de primeira qualidade, tamanho médio a grande, casca livre de fungos, íntegra, maturação natural.	R\$ 3,10	R\$ 914,50	INATURA
23	455	kg	Banana caturra de primeira, apresentado grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas	R\$ 2,10	R\$ 955,50	INATURA
24	105	kg	Banana maçã de primeira, apresentado grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas	R\$ 4,80	R\$ 504,00	INATURA
25	100	pcte	Batata Palha tradicional - de primeira qualidade. - Integro e crocante. - Embalado em plástico resistente, com no mínimo 400g - Com identificação do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Registrado no órgão competente.	R\$ 9,78	R\$ 978,00	YOKI
26	69	kg	Batata doce roxa raiz tuberculizada comestível de polpa tenra, açucarada. Pode apresentar-se com a pele roxa ou branca com manchas roxas. Sem presença de início de brotação. Livre de fertilizantes, isentos de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica.	R\$ 2,70	R\$ 186,30	INATURA
28	612	kg	Batata inglesa; média e uniforme; não apresentar os defeitos aparentes como: arroxamento, brotos, rachadura, podridão, defeitos internos, coração oco. Deve estar isenta de excesso de substâncias terrosas, sujidades, corpos estranhos aderidos a superfície externa; em embalagem atóxicas; contendo identificação do produto, peso líquido.	R\$ 3,00	R\$ 1.836,00	INATURA
29	456	un	Bebida láctea fermentada com polpa de frutas- diversos sabores – Sachê de 900ml, a embalagem deve ser de plástico, resistente, reforçada e íntegra. Com Registro no Ministério da Agricultura. Com informação nutricional no rótulo. Data de fabricação e prazo de validade mínimo de 30 dias	R\$ 2,95	R\$ 1.345,20	LACTOVALLE
30	75	kg	Beterraba média, raiz tuberculizada, firme sem sintomas de murcha, cor vermelha intenso, sem rachaduras, sem sinais de broto. Apresenta peso que varia entre 200 e 300 gramas. Livre de fertilizantes isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica.	R\$ 3,05	R\$ 228,75	INATURA
31	10	un	Bicarbonato de sódio, pacote de no mínimo 50 gramas, validade de no mínimo 18 meses, c/ data de embalagem não superior a 60 dias.	R\$ 2,60	R\$ 26,00	HORTA E SABOR
32	280	pcte	Biscoito (bolacha) doce tipo Maria, embalagem plástica de 360g, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses. Isento de gordura vegetal hidrogenada. Com Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 3,70	R\$ 1.036,00	NINFA
33	265	pcte	Biscoito água e sal – isento de gordura vegetal hidrogenada, embalagem de no mínimo 360g.	R\$ 3,80	R\$ 1.007,00	NINFA
34	45	pcte	Biscoito Integral – embalagem: pacote com mínimo de 360g, isento de gordura vegetal hidrogenada.	R\$ 4,00	R\$ 180,00	ORQUIDEA
35	215	pcte	Bolacha de Maizena - Embalagem de no mínimo 360g. Composição: farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro do leite, lecitina de soja, fermento químico. Isento de gordura vegetal hidrogenada. O produto deverá ser embalado de modo que preserve a qualidade do alimento embalado, com dados de identificação do produto e validade de até 4 meses. Registrado no órgão competente.	R\$ 3,25	R\$ 698,75	NINFA

36	57	cx	Bombons sortidos com embalagem de no mínimo 355 gramas, diversos sabores. Isento de gordura hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. O produto será embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente. Validade de até 06 meses da data de fabricação. Registrado no órgão competente.	R\$ 9,40	R\$ 535,80	GAROTO
37	17	pct	Bombons sortidos acondicionados em embalagem de 1 kg, do tipo "Sonho de Valsa". Composição: Açúcar, manteiga de cacau, óleo vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, lactose, castanha de caju, cacau em pó, massa de cacau, leite em pó, integral, flocos de arroz, amido de milho, gordura de manteiga desidratada, sal, lecitina de soja, xarope de glucose, fermento químico. Contém glúten. Isento de gordura hidrogenada ou parcialmente hidrogenada. Produto embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente. Validade de até 06 meses da data de fabricação. Registrado no órgão competente.	R\$ 30,90	R\$ 525,30	GAROTO
40	235	pç	Brócolis, hortaliça fresca, maço tamanho médio, de primeira qualidade; coloração uniforme; isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico. Validade não inferior a uma semana	R\$ 3,80	R\$ 893,00	INATURA
41	730	pcte	Café, extra forte ou super forte, torrado, moído, alto-vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500 gr. Com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 7,15	R\$ 5.219,50	COCAMAR
42	36	pote	Canela em pó, frasco de 25 a 40g; com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	R\$ 2,85	R\$ 102,60	HORTA E SABOR
43	18	pote	Canela em rama (casca) - proveniente de cascas sãs, limpas e secas, acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem de no mínimo 15g.	R\$ 3,20	R\$ 57,60	MAKRI
44	67	pcte	Canjica branca ou amarela, de primeira qualidade, com grãos beneficiados, polidos, limpos, isentos de sujidades, parasitas e larvas, embalagem de 500g contendo as especificações do produto, marca do produto, data de fabricação e prazo de validade.	R\$ 3,40	R\$ 227,80	ZAELI
45	54	kg	Caqui tipo café, fruta fresca, tamanho médio, coloração uniforme; devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, sem perfurações e cortes, sem danos de origens físicas ou mecânicas, oriundos do manuseio e transporte. Sem enfermidades, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas; acondicionados em embalagem que mantenha sua integridade.	R\$ 4,85	R\$ 261,90	INATURA
46	240	kg	Carne bovina tipo bife, 1ª qualidade, congelado, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, embalagem plástica própria para amêndoas alimentos, de polietileno a vácuo de 01kg a 02kg, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 20,90	R\$ 5.016,00	MENESTRINA
47	240	kg	Carne bovina tipo filé americano, 1ª qualidade, congelado, sem cartilagens e sem gorduras, embalagem plástica própria para alimentos, de polietileno a vácuo de 01kg a 02kg, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 19,00	R\$ 4.560,00	MENESTRINA
48	450	kg	Carne bovina moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de até de 01kg a 02kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno a vácuo, devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 17,85	R\$ 8.032,50	MENESTRINA

49	240	kg	Carne bovina tipo filé duplo, 1º qualidade, congelado, sem cartilagens e sem gorduras, embalagem plástica própria para alimentos, de polietileno a vácuo, de 01kg a 02kg, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 24,98	R\$ 5.995,20	MENESTRINA
50	425	kg	Carne bovina tipo músculo, congelada, sem osso, sem cartilagens, sem gordura, 1ª qualidade, embalagens até 01kg a 02kg própria para alimentos, de polietileno a vácuo devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 15,80	R\$ 6.715,00	MENESTRINA
51	242	kg	Cebola extra, para consumo fresco; graúda; com mais de 70% da superfície do bulbo coberta; pelo catafilo (película externa da cebola); não apresentar defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo, como brotos, dano mecânico, mancha negra(carvão); parcialmente sem película ou podre.	R\$ 3,00	R\$ 726,00	INATURA
52	284	kg	Cenoura, tipicamente de cor laranja com textura lenhosa. As raízes devem ser firmes, com cor laranja intensa, sem pigmentação verde ou roxa na parte superior, com comprimento e diâmetro variando entre 15 a 20 cm. Livre de fertilizantes, isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica. OBS: lisa, uniforme e graúda.	R\$ 3,40	R\$ 965,60	INATURA
53	30	un	Cereal de arroz, produto à base de arroz pré-cozido, enriquecido com vitaminas e ferro, instantâneo. Embalagem de 400g. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 13,90	R\$ 417,00	MUCILON
54	120	kg	Cereal sabor chocolate. Ingredientes: semolina de milho, açúcar, cacau em pó, soro de leite em pó, licor de cacau, sal, ácido ascórbico. Enriquecido com vitaminas e minerais. Isento de gordura vegetal hydrogenada ou parcialmente hydrogenada.	R\$ 18,80	R\$ 2.256,00	DON FIORELLO
55	30	Kg	Cereal ou Flocos de Milho açúcarado, enriquecido com vitaminas e sais minerais, embalagem de até 1Kg por unidade, prazo de validade mínima de 08 meses.	R\$ 15,90	R\$ 477,00	GRANOMEL
56	146	maço	Cheiro verde de primeira qualidade, em maços de 100 gramas cada	R\$ 2,55	R\$ 372,30	INATURA
57	40	un	Chocolate branco; tablete mínimo 150g, preparado com açúcar, cacau, gordura vegetal; lactose, contendo glúten; isento de gordura vegetal hydrogenada ou parcialmente hydrogenada.. O produto será embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente.	R\$ 5,40	R\$ 216,00	GAROTO
58	110	un	Chocolate ao leite, tablete mínimo 150g; preparado com açúcar; cacau; gordura vegetal; lactose, contendo glúten; isento de gordura hydrogenada ou parcialmente hydrogenada. O produto será embalado em folha de alumínio, com dados de identificação do produto e validade. Registrado no órgão competente.	R\$ 4,55	R\$ 500,50	GAROTO
59	340	un	Chocolate tipo baton. Contendo 16g. Açúcar, leite em pó integral, cacau, gordura vegetal, castanha de caju, lecitina de soja e aromatizantes. Isento de gordura vegetal hydrogenada ou parcialmente hydrogenada. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 0,90	R\$ 306,00	GAROTO
60	20	un	Chocolate pó - com no mínimo 50% cacau em pó, validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega, o produto deverá ser embalado em saco plástico transparente, atóxico, resistente, hermeticamente vedado, peso 200g. Mínimo. Registrado no órgão competente.	R\$ 12,40	R\$ 248,00	LORENZ
61	26	un	Chocolate em barra. Composição Açúcar, cacau, gordura vegetal, gordura anidra de leite, leite em pó integral, emulsificante, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, aromatizante. Contém glúten. Contendo 1 kg.. Isento de gordura vegetal hydrogenada ou parcialmente hydrogenada. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 14,90	R\$ 387,40	GAROTO
62	89	pcte	Chocolate granulado, preparado com cacau em pó, açúcar, amido de milho, podendo ser adicionado leite e outras substâncias. Validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega. Embalado em saco plástico transparente, atóxico, resistente, hermeticamente vedado, peso 150g. Registrado no órgão competente.	R\$ 2,95	R\$ 262,55	MIL CORES

63	143	kg	Chuchu, fresco, tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; lavado ou escovado, coloração uniforme; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico. Validade não inferior a uma semana.	R\$ 2,90	R\$ 141,70	INATURA
64	159	pcte	Côco ralado. Composição: 100g de amêndoas de coco puro, parcialmente desidratado; obtido por processo tecnológico adequado; isento de impurezas, sujidades e ranço; validade min. de 10 meses a contar da entrega. Embalagem apropriada; registrado no órgão competente.	R\$ 3,50	R\$ 556,50	ZAELI
67	306	pç	Couve-Flor, hortaliça fresca, tamanho médio, de primeira qualidade; limpa, coloração uniforme; isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico. Validade não inferior a uma semana.	R\$ 4,28	R\$ 1.309,68	INATURA
68	82	maços	Couve mineira de primeira; fresco, folhas grandes, totalmente verdes, composto de no mínimo 06 folhas o maço, em perfeito estado para o consumo, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Não deve apresentar quaisquer lesões.	R\$ 2,60	R\$ 213,20	INATURA
69	455	kg	Coxa e Sobrecoxa de Frango - congelado, 1ª qualidade, peso de até 0 kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: Data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 6,60	R\$ 3.003,00	AGROVENETOO
70	245	kg	Coxinha da asa congelada, 1ª qualidade, contendo até 01kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: Data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 8,35	R\$ 2.045,75	AGROVENETO
71	17	pote	Cravo da Índia embalagem de no mínimo 10g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	R\$ 3,05	R\$ 51,85	HORTA E SABOR
72	268	un	Creme de leite; apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%; embalado em lata sem danos internos e externos ou tetra pak, pesando 300 gramas, com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	R\$ 5,10	R\$ 1.366,80	NESTLE
73	35	pcte	Creme de leite pasteurizado (NATA) em pacotes plásticos de 400g com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, informações nutricionais, data de fabricação e validade, peso, identificação do fornecedor. Validade mínima 30 dias.	R\$ 4,60	R\$ 161,00	LACTOVALE
74	46	un	Doce melado de cana, embalagem com no mínimo 900g, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 06 meses. Com registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 9,15	R\$ 420,90	TIAO
75	127	un	Doce de fruta cremoso, embalagem com no mínimo 900g, c/ tampa e lacre de proteção. Sabores: Banana, uva, morango e goiaba. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 8,70	R\$ 1.104,90	NECTAR
76	47	un	Doce de Leite em pasta, embalagem – pote com 400g, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 06 meses. Com registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,85	R\$ 180,95	NECTAR
77	13	pote	Emustab, embalagem com 200 g, que não estejam enferrujadas, estufadas, amassadas, trincadas, apresentarem vazamentos nas tampas, formação de espumas, ou qualquer outro sinal de alteração do produto. Validade mínima 12 meses a partir da data da entrega.	R\$ 6,30	R\$ 81,90	SELECTA
78	195	un	Ervilha em conserva – embalado em lata sem danos internos e externos ou tetra pak, 200gr (peso drenado), sem ferrugens e que contenham data de fabricação e validade - produto com no máximo 30 dias de fabricação. Composição: ervilha, água, açúcar e sal. Validade mínima – 6 meses na data da entrega.	R\$ 1,55	R\$ 302,25	QUERO
79	314	lata	Extrato de tomate, isento de fermentações. Composição: tomate, açúcar e sal. Não deve indicar processamento defeituoso; embalagem de no mínimo 340g. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e validade.	R\$ 2,65	R\$ 832,10	QUERO

80	45	pcte	Farinha de mandioca sub-grupo: fina, tipo 1, classe branca, com embalagem plástica de 01 kg, atóxica, que contenham data de fabricação e validade de 01 kg, 1ª qualidade. Validade mínima de 6 meses.	R\$ 4,20	R\$ 189,00	JARAGUA
81	56	pcte	Farinha de milho fina tipo fubá – amarela composição: 100% milho, com embalagem plástica de 01 kg. Prazo de validade mínima de 06 meses. Com Registro no órgão sanitário competente.	R\$ 2,96	R\$ 165,76	JARAGUA
82	9	pcte	Farinha de rosca: Obtida pela moagem de pães torrados, acondicionados em plásticos transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de cinco meses a partir da data de entrega. Pacote de 500g	R\$ 3,40	R\$ 30,60	BELPAO
83	149	pcte	Farinha de trigo especial, tipo 1, embalagem plástica de 05 kg, 1ª qualidade, validade mínima de 04 meses. Com registro no Órgão Sanitário competente.	R\$ 12,92	R\$ 1.925,08	SUDOESTE
84	50	un	Farinha láctea. Composição: Açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, malte, sal, vitaminas(B1, B2, B6, B12, D, E, ácido fólico, ácido pantotênico), cálcio e aromatizantes. Embalagem (sache) de no mínimo 210g, filme de poliestireno impresso.	R\$ 5,95	R\$ 297,50	NUTRIMENTAL
85	27	kg	Farinha de trigo integral, embalagem de 01 kg, 1ª qualidade, validade mínima de 06 meses. Com informação nutricional no rótulo. Registro no órgão Sanitário competente.	R\$ 4,50	R\$ 121,50	NORDESTE
86	285	pcte	Feijão preto tipo 1, grupo anão, com embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 06 meses, com registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 4,62	R\$ 1.316,70	RAINHA DO LAR
87	130	pcte	Feijão Vermelho tipo 1, classe cores, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 06 meses.	R\$ 8,15	R\$ 1.059,50	RAINHA DO LAR
88	17	pcte	Fermento biológico, seco, instantâneo, embalado a vácuo, 500 gr c/ validade mínima de 01 ano. Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 12,95	R\$ 220,15	FLEISCHMANN
89	180	lata	Fermento químico lata c/ 100g. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Registro no MS.	R\$ 2,85	R\$ 513,00	ROYAL
90	105	kg	Frango inteiro caipira 1ª qualidade, peso aproximadamente 05 kg por unidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno à vácuo, devendo constar data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 8,98	R\$ 942,90	MORGANA
91	730	un	Gelatina em pó, sabores: uva, morango, limão e framboesa. Embalagem de no mínimo 30g. Prazo validade mínimo 180 dias da data da entrega	R\$ 1,25	R\$ 912,50	BRETZKE
92	3	Kg	Gengibre raiz uniforme; não apresentar os defeitos aparentes como: rachadura, podridão, defeitos internos. Deve estar isento de excesso de substâncias terrosas, sujidades, corpos estranhos aderidos a superfície externa; em embalagem atóxicas; contendo identificação do produto, peso líquido.	R\$ 16,90	R\$ 50,70	INATURA
93	469	bandeja	Iogurte com polpa de fruta – diversos sabores – acondicionado em potes plásticos lacrados de no mínimo 90g, embalados em bandeja plástica com 06 unidades. Na embalagem deverá constar os dados do fabricante. Prazo de validade de no mínimo 24 dias a contar da data da entrega.	R\$ 3,78	R\$ 1.772,82	FRIMESA
94	781	kg	Laranja pera tipo especial, de 1ª qualidade, madura. A laranja deverá apresentar tamanho médio, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade.	R\$ 2,10	R\$ 1.640,10	INATURA
95	222	un	Leite condensado; composto de leite desnatado, açúcar e lactose (tradicional); de consistência cremosa e textura homogênea; validade mínima 10 meses a contar da entrega; acondicionado em lata ou TP 395 gr (embalagem isenta de danos).	R\$ 3,70	R\$ 821,40	PIRANCAJUBA

96	95	vidro	Leite de côco natural, concentrado, açúcarado, obtido do endosperma de coco, procedente de frutos sãos e maduros. Isento de sujidades, parasitas e larvas. Com aspecto: cor, cheiro e sabor próprios. Validade mínima de 14 meses a contar da entrega. Acondicionado em frasco de vidro de 500ml. Registrado no órgão competente.	R\$ 6,95	R\$ 660,25	MENINA
97	30	pcte	Leite em pó integral instantâneo, embalado em saco aluminizado de 400g cada. Validade de no mínimo 09 meses da data da entrega. Registrado no órgão competente.	R\$ 9,55	R\$ 286,50	PIRANCAJUBA
98	5087	L	Leite integral tipo longa vida – Composição: leite integral e estabilizante. Embalagem primária: caixa tetra pak, aspecto físico: líquido, unidade de fornecimento caixa com 1 litro. Validade mínima de 4 (quatro) meses e fabricação não superior a 30 (trinta) dias da entrega do produto.	R\$ 2,53	R\$ 12.870,11	PIRANCAJUBA
99	43	kg	Limão taiti, tamanho médio, firme, com casca fina e lisa, de colorido uniforme, tendo o peso de acordo com o volume, apresentar peso médio entre 40 e 60 gramas.	R\$ 3,90	R\$ 167,70	INATURA
100	62	kg	Linguiça toscana, de 1ª qualidade, resfriada, em sacos de polietileno, em embalagens de 01 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade, marcas e carimbo oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária.	R\$ 12,95	R\$ 802,90	AURORA
101	17	und	Louro proveniente de folhas sãs, limpas e secas, acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem de no mínimo 5g.	R\$ 2,10	R\$ 35,70	BRETZKE
102	585	kg	Maça Fuji, de primeira qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, consistência firme, embalada em caixa de papelão, protegida contra impactos, contendo rotulagem e prazo de validade.	R\$ 4,50	R\$ 2.632,50	INATURA
103	101	pcte	Macarrão tipo Aletria, com embalagem plástica de 500 gr. Validade mínima de 10 meses. Registro no órgão competente.	R\$ 3,15	R\$ 318,15	ORQUIDEA
104	220	pcte	Macarrão tipo espaguete, grão duro, com ovos, embalagem plástica de 500 gr. Validade mínima de 10 meses. Registro no órgão competente.	R\$ 3,40	R\$ 748,00	PETYBON
105	240	pcte	Macarrão tipo Parafuso, com ovos, com embalagem plástica de 500 gr. Validade mínima de 10 meses. Registro no órgão competente.	R\$ 3,35	R\$ 804,00	OGLIARI
106	171	und	Maionese Light, 0% de gordura trans. Produto na forma cremosa, homogênea, sem separação de líquido, embalagem conforme determina a legislação vigente. Embalado com tampas invioláveis, contendo peso líquido de 500g. Rotulagem perfeitamente dentro dos padrões da legislação. Validade mínima de 6 meses	R\$ 5,60	R\$ 957,60	PURITY
107	260	kg	Mamão comum inteiro, verdolengo, tamanho médio, sem defeitos graves (danos profundos, queimado do sol, podridão, lesão ou manchas).	R\$ 3,80	R\$ 988,00	INATURA
108	130	kg	Manga, madura, fresca, em bom estado de conservação, sem amassados ou qualquer outra alteração em seu aspecto, cor ou sabor.	R\$ 4,90	R\$ 637,00	INATURA
109	370	un	Margarina vegetal entre 60% e 80% de lipídeos, com sal. Não contem glúten. Registro no Ministério da Agricultura. Validade mínimo de 6 meses. Não contém glúten. Data de fabricação não superior a 30 dias. Embalagem pote plástico de 500g.	R\$ 4,20	R\$ 1.554,00	DELICIA
110	7	cx	Maria Mole. Composição: açúcar, clara de ovos, gelatina incolor, coco ralado. O produto deverá ser embalado de modo que preserve a qualidade do alimento embalado, com dados de identificação do produto e validade. De até 4 meses. Registrado no órgão competente. Caixa com 50 unidades.	R\$ 24,25	R\$ 169,75	PRINCESA

111	250	un	Massa de pizza. Tamanho médio. Composição: farinha de trigo, água, sal, óleo, leite, ovos, fermento biológico e conservantes. Embalagem que mantenha sua qualidade, contendo dados do fornecedor e validade.	R\$ 3,40	R\$ 850,00	AIJO
112	25	un	Massa fresca para lasanha, embalagem com 500 gr, devidamente embalados e identificados com o nome do produto, identificação do fabricante, data de fabricação, vencimento, modo de conservação e lista de ingredientes utilizados. Registrado no órgão competente.	R\$ 6,75	R\$ 168,75	AIJO
113	335	kg	Melancia tamanho médio, fresco, em bom estado de conservação sem amassados ou qualquer outra alteração em seu aspecto, cor ou sabor. Fruta da época.	R\$ 2,00	R\$ 670,00	INATURA
114	250	kg	Melão comum maduro, fresco, em bom estado de conservação ou qualquer outra alteração em seu aspecto, cor ou sabor.	R\$ 3,95	R\$ 987,50	INATURA
115	76	pcte	Milho de pipoca, tipo 1, embalagem de polietileno atóxico de 500 gramas, com identificação na embalagem (rótulo dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	R\$ 2,95	R\$ 224,20	PINDUCA
116	321	un	Milho verde em conserva – lata ou tetra pak (isenta de danos ou ferrugens) , 200gr (peso drenado); que contenham data de fabricação e validade - produto com no máximo 30 dias de fabricação. Composição: milho, água, açúcar e sal. Validade mínima – 6 meses na data da entrega.	R\$ 1,75	R\$ 561,75	QUERO
117	45	kg	Milho verde de primeira qualidade, apresentando tamanho e coloração uniforme, deve ser bem desenvolvido com polpa firme e intacta, sem perfurações e cortes, sem danos de origens físicas ou mecânicas oriundos do manuseio e transporte; sem enfermidades, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas. Acondicionados em embalagem que mantenha sua integridade. Tamanho médio.	R\$ 5,45	R\$ 245,25	INATURA
118	305	un	Mistura para bolo, diversos sabores, Pacote em polietileno atóxico contendo no mínimo 400 gramas. Validade 6 meses da data da entrega.	R\$ 3,55	R\$ 1.082,75	NORDESTE
119	47	Bandeja	Morango - coloração uniforme e sem manchas, firme e bem desenvolvidos, sem ferimentos ou defeitos, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor próprias; não estando danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica, que afete sua aparência, com ausência de sujidades. Fruta da época. Bandeja contendo 250 g.	R\$ 5,25	R\$ 246,75	INATURA
120	186	kg	Mortadela sem gordura, 1ª qualidade embalado em saco plástico próprio para alimentos, peso até 500gr por unidade. Devendo constar: data de fabricação/validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.	R\$ 6,98	R\$ 1.298,28	AURORA
121	435	un	Óleo de soja refinado com embalagem plástica (PET) de 900ML, validade mínima de 08 meses. Com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 3,50	R\$ 1.522,50	COCAMAR
122	15	un	Orégano acondicionado em embalagens de polietileno atóxico de no mínimo 50g com identificação no rótulo dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	R\$ 4,40	R\$ 66,00	MAKRI
125	595	dz	Ovos de galinha, médios, vermelhos, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas. Acondicionados em embalagem tipo caixas de papelão, contendo 01 dúzia por unidade, rótulo e especificações na embalagem. Produto com inspeção Federal ou Estadual do Ministério da Agricultura. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem.	R\$ 4,70	R\$ 2.796,50	KASULKE
126	6	pcte	Paçoca de Amendoim - isento de fungos e corpos estranhos. Validade 2 meses. Embalagem primária, plástico atóxico. Embalagem com 50 unidades	R\$ 21,90	R\$ 131,40	IRLOFIL

133	35	pcte	Pastilhas de chocolate ao leite (tipo confete) confeitadas coloridas e aromatizadas artificialmente. Ingredientes: açúcar, massa de cacau, leite em pó integral, gordura vegetal, manteiga de cacau, emulsificantes lecitina de soja, corantes. Embalagem mínima 80g. Data de validade mínima 3 meses.	R\$ 4,85	R\$ 169,75	DORI
134	5	pcte	Pé de moleque - isento de fungos e corpos estranhos. Validade 2 meses. Embalagem primária, plástico atóxico. Embalagem secundária caixa com 50 unidades	R\$ 21,90	R\$ 109,50	IRLOFIL
135	260	kg	Peito de Frango congelado, sem pele e sem ossos, peso de 01 kg por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	R\$ 10,58	R\$ 2.750,80	AGROVENETO
136	260	kg	Peixe – filé de tilápia congelado, até 02 kg cada, limpo, com cor, cheiro, sabor e textura próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas, acondicionado em saco próprio, transparente, atóxico, hermeticamente fechado, em embalagem pesando cerca de 02kg	R\$ 22,84	R\$ 5.938,40	LAR
137	41	un	Pepino em conserva, embalagem de vidro peso líquido 300gr, inteiros de 1ª qualidade tamanho pequenos. Devendo constar: data fabricação/validade mínima 10 meses, com registro no ministério da saúde.	R\$ 4,88	R\$ 200,08	LANGA
138	165	kg	Pepino tipo comum ou japonês (para salada) - coloração uniforme e sem manchas, firme e bem desenvolvidos, sem ferimentos ou defeitos, apresentando grau de evolução completo do tamanho, não estando danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Ausência de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 3,60	R\$ 594,00	INATURA
139	37	un	Pêssego em calda, composto obtido de frutas inteiras ou metades, sem caroço e cozidas em água e açúcar. preparado com frutas sãs e limpas. isento de sujidades, parasitas e larvas. com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sem adição de aromatizante e coloração artificial sendo considerado como peso drenado 450g. acondicionado em lata fechada, validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	R\$ 7,05	R\$ 260,85	LAR
140	35	kg	Pêssego - fresco de primeira qualidade, apresentando tamanho e coloração uniforme, deve ser bem desenvolvido com polpa firme e intacta sem perfurações e cortes, sem danos de origens físicas ou mecânicas, oriundos do manuseio e transporte; sem enfermidades, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas. Acondicionados em embalagem que mantenha sua integridade. Tamanho médio. Fruta da época.	R\$ 6,75	R\$ 236,25	INATURA
141	20	kg	Pinhão, sem a presença de larvas ou sinal de apodrecimento. Semente da época.	R\$ 9,35	R\$ 187,00	INATURA
142	240	pcte	Pipoca doce. Pacote contendo de 30 a 50g. Composição: Milho, açúcar. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	R\$ 0,95	R\$ 228,00	BILU
143	29	un	Pimenta do reino aroma, cor e sabor que são próprios da variedade; estejam livres de insetos. Isentas de terra, umidade anormal, odores e sabores estranhos. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem de 10g.	R\$ 3,25	R\$ 94,25	BRETZKE
144	148	un	Pó para flan, diversos sabores, embalagem com no mínimo 60g. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e validade.	R\$ 1,75	R\$ 259,00	BRETZKE
145	365	un	Pó para pudim, diversos sabores, embalagem no mín. 40g. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e validade.	R\$ 2,39	R\$ 872,35	BRETZKE
146	255	kg	Presunto cozido fatiado, espessura fina, resfriado, 1ª qualidade, peso de 500gr por unidade, embalagem em saco plástico próprio para alimentos. Devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias. Com registro no órgão competente.	R\$ 21,60	R\$ 5.508,00	FRICASA

147	349	kg	Queijo mussarela fatiado, espessura fina resfriado, 1ª qualidade, peso de 500gr por unidade, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias. Com registro no órgão competente.	R\$ 21,95	R\$ 7.660,55	LACTOVALLE
148	55	pcte	Queijo parmesão ralado - embalado em plástico apropriado com 100g e inviolável, com validade mínima de 2 meses da data da entrega. Registrado no órgão competente.	R\$ 4,75	R\$ 261,25	PARMISSIMO
149	140	un	Refrigerante 2 litros sabores diversos validade mínima de 02 meses a contar da data da entrega. livre de sujidades, parasitas e larvas. acondicionado em pet com tampa de rosca contendo 2 litros cada. Registrada no órgão competente.	R\$ 4,00	R\$ 560,00	THOM
150	144	pç	Repolho verde, hortaliça de folhas enoveladas, tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico. Validade não inferior a uma semana.	R\$ 3,05	R\$ 439,20	INATURA
151	118	pcte	Sagu sem sabor, devendo conter em sua composição: sagu de fécula de mandioca. O produto deverá ser de fácil preparo, necessitando apenas da adição de água e ser de cozimento rápido. Embalagem de 500g. Validade 12 meses, data de embalagem não superior a 30 dias.	R\$ 4,95	R\$ 584,10	PINDUCA
152	131	pcte	Sal refinado iodado, com embalagem plástica de 01 kg. Com registro no Ministério da Saúde, validade mínima de 12 meses.	R\$ 1,35	R\$ 176,85	CRUZEIRO
153	53	kg	Salsicha de frango inteira, resfriada, 1ª qualidade, peso de até 01kg por unidade, embalagem em polietileno, a vácuo, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente. Prazo de validade mínimo de 45 dias e data de fabricação máxima de 10 dias na data da entrega.	R\$ 8,60	R\$ 455,80	AURORA
154	148	kg	Salsicha hot dog inteira, resfriada, 1ª qualidade, peso de até 01kg por unidade, embalagem em polietileno, a vácuo, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente. Prazo de validade mínimo de 45 dias e data de fabricação máxima de 10 dias na data da entrega.	R\$ 9,78	R\$ 1.447,44	AURORA
155	132	maço	Salsa, 1ª qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, intactas, firmes e bem desenvolvidas, aroma, cor e sabor que são próprios da variedade; estejam livres de insetos e doenças, assim como de seus danos. Isentas de terra aderente, umidade anormal, odores e sabores estranhos.	R\$ 1,85	R\$ 244,20	INATURA
156	9	pcte	Semente de linhaça, pacotes 200gr, deves ter a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e / ou ministério da saúde.	R\$ 5,20	R\$ 46,80	ZAELI
157	285	un	Sorvete cremoso, 1ª qualidade, vários sabores, embalado em pote plástico de 02 litros, lacrado. Contendo dados do fornecedor e informação nutricional. Com validade para 180 dias contados da data de da entrega.	R\$ 16,75	R\$ 4.773,75	FRUTALIA
158	110	un	Suco vários sabores embalagem de 150ml a 200ml. Diversos sabores, embalagem tetra pak. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 2,05	R\$ 225,50	PURITY
159	70	un	Suco de soja – vários sabores de 150ml a 200ml. Diversos sabores, embalagem tetra pak. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 1,95	R\$ 136,50	ADES
160	190	L	Suco de uva integral, sem corantes ou aromas artificiais, não alcoólico. Embalagem, de 01 litro com dados de identificação produto, marca do fabricante, prazo de validade. Validade de 06 (seis) meses. Registrado no órgão competente.	R\$ 12,40	R\$ 2.356,00	PANIZZON
161	310	un	Suco de fruta - Sabores: abacaxi, uva, morango, maracujá, tangerina, laranja, sem corantes ou aromas artificiais, com adição de açúcar, não alcoólico, , com validade de seis meses. Embalagem tetra pack de 01 Litro, adequada para manutenção e preservação da qualidade nutricional do produto, garantindo segurança no manuseio, transporte e preparo do mesmo (não será aceita embalagem de vidro) Rótulo e especificações. Com registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 5,70	R\$ 1.767,00	PURITY

162	70	pcte	Suspiro. Embalagem contendo de no mínimo 100g. Ingredientes: Açúcar, clara de ovo e água. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R\$ 3,55	R\$ 248,50	CHIODINI
163	228	kg	Tangerina poncã de 1ª qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, íntegra, maturação natural. Fruta da época.	R\$ 4,00	R\$ 912,00	INATURA
164	655	kg	Tomate, fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico. Validade não inferior a uma semana. Fruta da época.	R\$ 4,80	R\$ 3.144,00	INATURA
165	9	kg	Uva passa preta, obtida por perda parcial de água da fruta madura (branca). de consistência própria, ausência de sujidades, parasitas e larvas. acondicionada em embalagem de 01kg, atóxico. Registrado no órgão competente.	R\$ 24,40	R\$ 219,60	ZAELI
166	70	kg	Uva Itália madura, de 1ª qualidade, bagos graúdos e unidos em cachos, polpa intacta e sem fermentos. Fruta da época.	R\$ 7,60	R\$ 532,00	INATURA
167	90	kg	Vagem, leguminosa capsular, plana, verde e lisa, de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresca, limpa, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Validade não inferior a uma semana.	R\$ 6,65	R\$ 598,50	INATURA
168	145	un	Vinagre de álcool, embalagem plástica de no mínimo 750ml. Prazo de validade mínimo de 12 meses. Com Registro no Ministério da Agricultura.	R\$ 1,30	R\$ 188,50	HEINNIG

Pagamento: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS e será encaminhado por via fac símile ou e-mail. As entregas serão efetuadas diretamente conforme previsto no Anexo IX do Edital 23/2015-FMAS.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes apresente ata de registro de preços, no exercício de 2016 serão as seguintes::

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2016	Recurso
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	33	Próprio
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	34	Estadual
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	36	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – aplicações diretas	35	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	38	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	40	Estadual
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – aplicações diretas	39	Federal

DATA DA ASSINATURA: 25/01/16

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: ANTONIO MARCOS DA SILVA E RENATO HORNBERG

ANTONIO MARCOS DA SILVA
Gerenciador do Fundo Municipal
de Assistência Social - FMAS

ISSEM - PORTARIA Nº 575/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 575/2015 – ISSEM

De 11.09.2015

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VANDERLEIA SCHULLER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.09.2015 a 18.11.2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.09.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de setembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 696/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 696/2015 – ISSEM

De 27.10.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARINEZ BORCK LARROZA, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2015 a 18.11.2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.10.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 740/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 740/2015 – ISSEM

De 19.11.2015.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSEMAR DE HONORATO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.11.2015 a 14.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.11.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de novembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 804/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 804/2015 – ISSEM

De 16.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. BERNADETE RENGEL, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.12.2015 a 31.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 805/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 805/2015 – ISSEM

De 16.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARGUIDA HARDT MOURA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.12.2015 a 18.12.2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de dezembro de 2015.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 806/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 806/2015 – ISSEM

De 16.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CLAUDIA REGINA GUEBERT, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.12.2015 a 24.12.2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de dezembro de 2015.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 807/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 807/2015 – ISSEM

De 16.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSENY DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.12.2015 a 28.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 808/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 808/2015 – ISSEM

De 16.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. RODRIGO MACHADO, lotado na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.12.2015 a 13.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 809/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 809/2015 – ISSEM

De 17.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARCIA LUCIA BRAUN, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.12.2015 a 16.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 810/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 810/2015 – ISSEM

De 17.12.2015

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JACKSON GRIMM, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.12.2015 a 28.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 811/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 811/2015 – ISSEM

De 17.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GILVANY PEREIRA, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 21.12.2015 a 19.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 812/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 812/2015 – ISSEM

De 17.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DIRLENE MARA SOARES KERN, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.12.2015 a 20.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 813/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 813/2015 – ISSEM

De 17.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ALFREDO BRAUN, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.12.2015 a 06.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 814/2015 – ISSEM

PORTARIA Nº 814/2015 – ISSEM

De 17.12.2015.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ANTONIO SCHLEPKA, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 22.12.2015 a 21.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de dezembro de 2015.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

PMJS - DECRETO Nº 10.704/2016

D E C R E T O Nº 10.704/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.122.03002.304 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.160 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

TOTAL R\$ 49.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos CIDE, no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito em Exercício

PMJS - DECRETO Nº 10.705/2016

D E C R E T O Nº 10.705/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 127.400,63 (Cento e vinte e sete mil, quatrocentos reais e sessenta e três centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.310 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 66.341,34

09.01.311 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 61.059,29

TOTAL R\$ 127.400,63

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto

correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.168 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 127.400,63

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito em Exercício

PMJS - DECRETO Nº 10.706/2016

D E C R E T O Nº 10.706/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 491.700,00 (Quatrocentos e noventa e um mil e setecentos reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.312 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 245.850,00

09.01.313 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 245.850,00

TOTAL R\$ 491.700,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Convênio Ministério das Cidades - Pavimentação de Vias - Contrato de Repasse 819825/2015, no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais); e ao Convênio Ministério das Cidades - Pavimentação de Vias - Contrato de Repasse 819650/2015, no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito em Exercício

PMJS - PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIANº 003/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 770/2015/Semed, de 18/12/2015, da Secretaria Municipal da Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal CELIA REICHERT

ENGELMANN, matrícula 7996, como COORDENADORA do Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito

em Exercício

PMJS - PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIANº 004/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 001/2016/DGP, de 13/01/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/01/2016, por 30 (trinta) dias, o prazo para ELISETE MARTINS DE LIMA, nomeada pela Portaria Nº 1395/2015, de 07/12/2015, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/01/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito

em Exercício

PMJS - PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIANº 005/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e com fundamento no §2º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 005/2016/DGP, de 18/01/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/01/2016, por 30 (trinta) dias, o prazo para ROZELI BOSSY, nomeada pela Portaria Nº 953/2015, de 22/07/2015, prorrogado pela Portaria Nº 1049/2015, de 18/08/2015, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/01/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito

em Exercício

PMJS - PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIANº 006/2016

Substitui Conselheiras do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1436/2015/Semsa, de 17/12/2015, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 08/12/2015, JUCELIA APARECIDA KEMSKI, como conselheira titular, em substituição à Zenilda Vitalina de Santana Cagnini; e IVANIRA TECILLA GUIMARÃES SOUZA, como conselheira suplente, em substituição à Jucelia Aparecida Kemski, para representarem a Associação Beneficente Novo Amanhã, na qualidade de Representantes de Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 735/2015, de 29/05/2015, no que se refere a designação de Zenilda Vitalina de Santana Cagnini e Jucelia Aparecida Kemski.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 09/06/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/12/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

JAIME NEGHERBON

Prefeito

em Exercício

PMJS - PORTARIA Nº 007/2016 - DE 25/01/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

PORTARIANº 007/2016 - de 25/01/2016

Instaura Processo Administrativo em Face do OBJETO DO CONTRATO DE PERMISSÃO Nº 0036/1996 E SEUS ADITIVOS, CONDIÇÕES À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/1996 "PROGRAMA NOSSO ASFALTO".

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 189/2015

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 189/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor Siro Benedito Pinheiro, matrícula 458, para o nível "E", do cargo de Operador de ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2015.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

REF: RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS E DA ASSINATURA DO CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2015 – FMS - SRD.

Ofício nº 003/2016/Semsa

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

URGENTE

AO

SR.

SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS

REF: RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS E DA ASSINATURA DO CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2015 – FMS - SRD.

Considerando o requerimento de prazo de 05(cinco) dias para apresentação de documentos e da assinatura de contrato, objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 054/2015 solicitado pela empresa contratada K.S. Transportes e Turismo Eireli ME, protocolado na Secretaria Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul, temos a considerar que:

No caso em epígrafe, o pedido da empresa carece de elementos de sustentação, uma vez que conforme a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências, prevê em seu artigo 4º, inciso VII que as propostas apresentadas deverão conter os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

Da mesma forma, a Lei nº 8.666/93, prevê em seu artigo 48 que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

O item 4.2.9.1 do Edital de Pregão Presencial n. 054/2015, relaciona como documento necessário que a licitante que apresente a Declaração de disponibilidade do veículo e caso for declarada vencedora do certame, terá que realizar a vistoria do veículo e entregar o Laudo no ato da assinatura do contrato;

Mais adiante, no item 8.2. aduz que para assinatura do Contrato a empresa vencedora deverá apresentar uma cópia autenticada do Seguro APP e o Laudo de vistoria do veículo, Ocorre que em vistoria realizada pela Supervisão de Controle e Transporte Urbano opinou-se pela reprovação do veículo, tendo em vista diversos problemas apontados, citando especialmente o não cumprimento de normas do INMETRO, incluindo a falta do selo de

acessibilidade, bem como não oferecer segurança aos passageiros devido a problemas com o cinto de segurança, dentre outros elencados;

Desta forma, conforme detida análise dos fatos apresentados, indeferimos o requerimento de solicitação de prazo, concluindo que não há motivos que sustentem o seu elastecimento.

Atenciosamente,

Emanuela Christian Wolff

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

SAMAE - PORTARIA SAMAE JSU Nº. 188/2015

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 188/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor Adriano Pereira, matrícula 454, para o nível "E", do cargo de Operador de ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2015.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAE JSU Nº. 190/2015

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 190/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor Marcos Roberto Besen, matrícula 459, para o nível "E", do cargo de Operador de ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2015.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAE JSU Nº. 191/2015

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 191/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, a servidora Valmira Cristiana Peyerl Palhano, matrícula 288, para o nível "J", do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2015.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAE JSU Nº. 192/2015

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 192/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, a servidora Debora Kohler Packer, matrícula 488, para o nível "D", do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/09/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2015.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

67/2015 FMS TA 02

CONTRATO Nº 67/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GEOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 223, centro, 89.600-000, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, estabelecida na RUA 12 DE MAIO, 152 – SALA 02, Bairro VILA ALEMANHA, no Município de LUZERNA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO DELFINO PINTO, portador da C. I. nº 863.685.846 e CPF nº 639.561.289-15, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2015/FMS, firmado em 26/01/2015, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014/FMS – CONVITE Nº 2/2014/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços, por hora trabalhada, de manutenção elétrica, de fiação de telefonia e cabeamento de rede, destinados à manutenção do prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde e das demais unidades mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA e a CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 26 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLAUSULA SEGUNDA

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em 11,2762%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de janeiro a dezembro de 2015, passando o valor da hora para R\$ 27,82 (vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), a contar de 26 de janeiro de 2016.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 16.692,00 (dezesesseis mil seiscentos e noventa e dois reais), correspondentes a 600 (seiscentas) horas de serviço.

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 21 de janeiro de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA
PAULO DELFINO PINTO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

76/2015 FMS TA 01

CONTRATO Nº 76/2015 – FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CLINICA VETERINARIA BARBIERI LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.550.643/0001-98, estabelecida na RUA FELIPE SCHMIDT, 295, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. SHIRLEY APARECIDA CEVEY BARBIERI, portadora da Carteira de Identidade nº 1.880.224, inscrita no CPF sob o nº 579.182.959-00, residente e domiciliada na RUA TIRADENTES, 1000, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 76/2015/FMS, firmado em 09/04/1960, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2015/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 08/2015/FMS, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba, onde se ADITA a homologação no dia 09/04/2015, CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 4.504,00 (quatro mil quinhentos e quatro reais), correspondentes a 12,496% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a contratação adicional de:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Esterilização cirúrgica em machos (cães e gatos)	02	un	79,50	159,00
2	Esterilização cirúrgica em fêmeas (cães e gatos)	22	un	197,50	4.345,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 21 de janeiro de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CLINICA VETERINARIA BARBIERI LTDA
SHIRLEY APARECIDA CEVEY BARBIERI


Testemunhas:

1. _____

2. _____

CÂMARA MUNICIPAL

SICONFI 3º QUADRIMESTRE 2015

 <p>siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.617.270,22	0,00
Pessoal Ativo	1.617.270,22	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.617.270,22	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	105.668.174,08	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.617.270,22	1,53
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.340.090,44	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.023.085,92	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.706.081,40	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro TESOURONACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (Poder Legislativo) Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social CNPJ: Exercício: 2015 Período de referência: 3º quadrimestre
---	--

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2015****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

<div>siconfi</div> <div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div>	<div>Relatório de Gestão Fiscal</div> <div>Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (Poder Legislativo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2015</div> <div>Período de referência: 3º quadrimestre</div>
--	---

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao


Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	EMPRENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar, Liquidados e Não a Pagar	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)			

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (VII(d)-(b+c+dhe))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Débitos Obrigatórios Financeiras				
Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados						

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Controlo do Total de Disponibilidade de Caixa	Controlo do Total de Disponibilidade de Caixa					Controlo do Total de Disponibilidade de Caixa
	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício Anteriores (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)	Demais Obrigação as Financiaras	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (II)=(a-b+c-d+e)	
TOTAL DOS RECURSOS VINCIADOS (I)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCIADOS (II)						
TOTAL (III) = (I + II)						
RESGATE PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2015
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
	105.668.174,08

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.617.270,22	
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	6.340.090,44	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	6.023.085,92	5,70
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2015
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JEAN CARLOS DA SILVA:07688820952
Date: 2016.01.27 13:48:28 BRST
Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Instituição: Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by LUIZ VASTRES:34754857968
Date: 2016.01.27 13:51:39 BRST
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PLASS

BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO/2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Dezembro
Página: 1

Santa Catarina
PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	568.313,05	ORÇAMENTÁRIAS	-331.441,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	333.155,57	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-338.162,39
RECEITA PATRIMONIAL	146.154,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.584,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	89.002,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-346.746,79
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.720,60
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.720,60
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	359.027,98	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.184.785,02
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.569,97	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.811,81
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	87.197,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	663.514,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	245.260,51	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	485.459,21
SALDOS ANTERIORES	12.510.239,90	SALDOS ATUAIS	12.584.237,70
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.510.189,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.584.187,70
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
TOTAL	13.437.580,93	TOTAL	13.437.580,93

Joacaba, 26/01/2016

JULIANA DARTORA BESSATI Presidente	JULIO CESAR BISSANI Diretor Executivo	ADONES MARCIANO Contador
---------------------------------------	--	-----------------------------

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0057/2015 PUBLICAÇÃO EM IMPRENSA ESCRITA**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0078/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2015

PROTOCOLO JHL 3402/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0057/2015 – Licitação 0078/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Contratação de órgão de imprensa escrita, de grande circulação estadual, para publicação dos avisos de licitação do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 21/01/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 12/02/2016 às 14h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 28/01/2016 a 12/02/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 de janeiro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 053/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA

(3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 053/2014)

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPF/MF sob nº 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº 15, centro, no município de Lacerdópolis-SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, neste ato representada pelo senhor Ernesto Muniz de Souza Júnior residente e domiciliado na cidade de Criciúma-SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2014 de 29 de setembro de 2014, originário do Processo de Licitação nº 025/2014, Pregão Presencial nº 010/2014, Tipo Menor Preço Global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula Primeira

Para melhor atender o interesse da Administração Pública, observado os princípios da legalidade e razoabilidade, e ainda, o disposto no inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666/93, atualizada, por convocação do CONTRATANTE, as partes, por meio deste Instrumento, resolvem aditar o Contrato administrativo supramencionado conforme consta.

Cláusula Segunda

Fica prorrogada a realização da prestação de serviços descritos na Cláusula Primeira, disposto no Contrato nº. 053/2014, epigrafado, entre 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Terceira

As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE 04.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PRORATIV. 04.123.1002.2.006 Manut. Serv. Contabilidade, Tesouraria e Tributação

Complemento 3390.39.11.00 — Locação de Softwares

Cláusula Quarta

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 053/2014 de 29/09/2014, não afetadas pelo presente Termo Aditivo.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificadas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis, 29 de dezembro de 2015

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CNPF/MF:

Nome:

CNPF/MF:

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 151/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 151/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ARISTOTELES WALTRICK FILHO inscrito no CPF n.º 020.936.859-49, com sede a Rua Lauro Muller, 636 apt. 121- Centro – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do do Processo Licitatório nº 95/2015, correlato à Dispensa de Licitação 59/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Almojarifado Central - SEML

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusula permanece inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0023-66, com sede a Rua Bom Jesus, 336 – Bairro Ipiranga – CEP 88.504-720 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 60/2015, correlato à Dispensa de Licitação 18/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde será instalado a escola Itinerante da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0023-66, com sede a Rua Bom Jesus, 336 – Bairro Ipiranga – CEP 88.504-720 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 61/2015, correlato à Dispensa de Licitação 24/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde será instalado a escola CEIM BEM TE VI da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0023-66, com sede a Rua Bom Jesus, 336 – Bairro Ipiranga – CEP 88.504-720 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 61/2015, correlato à Dispensa de Licitação 24/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde será instalado a escola CEIM BEM TE VI da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 27 de Fevereiro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELCI PEREIRA BORGES, inscrito no CPF nº 069.243.609-04, com sede a Rua Eleutério da Silva Furtado, 755 – Bairro Centenário – Lages/SC CEP 88.512-060

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 70/2015, correlato à Dispensa de Licitação 25/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel situado a Rua Eleutério da Silva Furtado s/n. – Centenário – Lages/SC, a ser utilizado como anexo a EMEB Antônio Joaquim Henriques.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado Até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado Até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 203/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 203/2015 PML.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: LUIZ PAULO KLOCK inscrito no CPF sob n.º 105.979.729-157, com endereço a Av. Belizário Ramos, 2212 – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 135/2015, correlato à Dispensa de Licitação 35/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito a Rua Zeca Neves, 78 – Centro a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Educação como instalações do CEIM Filhos dos Funcionários. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 01 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 11-2016 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 11-2016 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Pertinentes a Obtenção de Licenças Ambientais e Sonda-gem.

Abertura: 24/02/2016 às 17:00

Valor Estimado Total: R\$ 309.481,15

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de janeiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 05/2016 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016-PML

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento e implantação de uma Estação Meteorológica de Superfície, tipo EMS-3, para a Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA Categoria “A”, no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Lages, SC

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, no que se diz respeito ao Termo de Referência que será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Lages.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 16:00 horas do dia 27/01/2016, para às 14:30 do dia 10/02/2016.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de janeiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 06/2016 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016-PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO DE SCANNER DE INSPEÇÃO DE BAGAGENS/VOLUMES ATRAVÉS DE RAIOS-X, PARA O AEROPORTO FEDERAL ANTÔNIO CORREIA PINTO DE MACEDO, NESTA CIDADE

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, no que se diz respeito ao Termo de Referência que será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Lages.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 16:00 horas do dia 28/01/2016, para às 10:00 do dia 11/02/2016.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de janeiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº4 /2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº4 /2016 PMLM

PROCESSO Nº4/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de fevereiro de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição proteções para laterais para quadra de esportes, obedecendo integralmente as condições fixadas no termo de referência bem como das normas técnicas da ABNT para o Ginásio Nelson Riguetto, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 27 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº5/PMLM/1/FMS/6/HMHL/2016

EDITAL DE PREGAO Nº5/PMLM/1/FMS/6/HMHL/2016

PROCESSO Nº5/PMLM/1/FMS/6/HMHL/2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de fevereiro de 2016 às 10:00h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Oleos lubrificantes e congêneres de forma PARCELADA para atender as necessidades da frota do Município de Lauro Muller, no decorrer do exercício de 2016, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 27 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO Nº1 /2016 PMLM

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO Nº1 /2016 PMLM

PROCESSO Nº1/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no item 8.4 referente a habilitação quando cita empresa de direito público entende-se como todos os entes da esfera municipal, estadual e federal. Assim mantendo-se a mesma data e horário para abertura do certame para dia 2 de fevereiro de 2016 às 10:30h

Lauro Muller, 27 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO Nº2 /2016 PMLM

ESCLARECIMENTO EDITAL DE PREGAO Nº2 /2016 PMLM

PROCESSO Nº2/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no item 8.4 referente a habilitação quando cita empresa de direito público

entende-se como todos os entes da esfera municipal, estadual e federal. Assim mantendo-se a mesma data e horário para abertura do certame para 02 de fevereiro de 2016 às 10:00h.

Lauro Muller, 27 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº04/2016 HMHL

Inexigibilidade de Licitação Nº04/2016 HMHL

PROCESSO Nº04/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de plantão médico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de 18/01/2016 a 30/04/2016, conforme credenciamento 01/2016

Contratadas:

CLINICA MEDICA MACHADO E ZANATTA S/S LTDA

CLINITAC CLINICA MEDICA S/S

JAB SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME

CLINICA DR CESARE TIBALDESCK LTDA

Contratante: HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Valor: R\$ 349.440,00 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta reais) a ser dividido entre todos os credenciados

Vigência: 18/01/2016 a 30/04/2016

Lauro Muller, 27 de 01 de 2016.

JAIR F. MADEIRA.

Presidente da Comissão de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº05/2016 HMHL

Inexigibilidade de Licitação Nº05/2016 HMHL

PROCESSO Nº05/2016

Objeto: Contratação de empresa e pessoa física para prestação de serviços de especialidades médicas para atendimento das demandas do Hospital Municipal para o exercício de 2016 período de 21/01/2016 a 31/05/2016.

Item Credenciado: Cirurgias Gerais (médio) e Cirurgias Gerais (pequeno)

Contratada: JAB SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME.

Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Item Credenciado: Anestesias (eletivas e urgentes)

Contratada: Volnei Coral

Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Item Credenciado: Consultas Psiquiátricas

Contratada: Vicente Ganem.

Valor: 18.000,00 (dezoito mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Item Credenciado: Parto (normal e cesária), Cirurgias Ginecológicas, Sobreaviso de Maternidade e Laudos de ultrasson.

Contratada: CLINICA DR CESARE TIBALDESCK LTDA

Valor: 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

Vigência: 01/02/2016 a 31/05/2016

Lauro Muller, 27 de 01 de 2016.

JAIR F. MADEIRA.

Presidente da Comissão de Licitação

RETIFICACAO EDITAL DE PREGAO N° 03/2016 HMHL

RETIFICACAO EDITAL DE PREGAO N° 03/2016 HMHL

PROCESSO N°03/2016 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram retificações referentes as unidades de medida dos itens do certame marcado para 04 de fevereiro de 2016 às 10:30h, para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de higiene, limpeza e copa e cozinha o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 27 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: Aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) e serviços de lavagem para máquinas e veículos da frota municipal, conforme descrição e características constantes no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 08/02/2016. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 08/02/2016. Obtenção do Edital e maiores Informações pelo site: www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 25 de Janeiro de 2016.
José Vanderlei de Campos - Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 006/2016

DECRETO Nº 006, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 250,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Função	28	Encargos Especiais	100,00
Sub-função	845	Outras Transferências	100,00
Programa	00	Encargos Especiais	100,00
Projeto/Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recurso	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	100,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	150,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	150,00
Função	26	Transporte	150,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	150,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	150,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	150,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	150,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	150,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	150,00
Fonte de Recursos	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	150,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			250,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE Superávit	0.1.0016	250,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		250,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2016.

Termo de Convênio que celebram entre si o Município de Leoberto Leal e o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, n.º 20, bairro Centro, inscrito sob o CNPJ n.º 82.924.390/0001-50, doravante denominado Município, neste ato representado pela Prefeita Municipal, o Sra. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA e o CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Prefeito Vânio Collasso de Oliveira, s/n, Centro, Município e Comarca de Ituporanga/SC, inscrito sob o CNPJ n.º 08.957.907/0001-55, doravante denominado Conselho, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Moacir Cordeiro, celebram entre si o presente Termo de Convênio, autorizado por Lei Municipal n.º 1.135, de 18 de Março de 2015 e Lei Federal n.º 8.666/93, visando o repasse mensal de recursos financeiros.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente convênio tem por finalidade o repasse mensal de recursos financeiros que será concedido

ao Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com o objetivo de prestar assistência material e psicológica aos apenados e seus familiares residentes no município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS: Para a execução do Termo de Convênio, o Município de Leoberto Leal, fará o repasse mensal de recursos financeiros, no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), em moeda vigente no Brasil, de dotação orçamentária específica, sendo o pagamento realizado até o dia 10 de cada mês. O valor estipulado na presente cláusula poderá ser reajustado anualmente, observando-se o percentual de variação do INPC do exercício anterior, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.135/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos pelo Município de Leoberto Leal ao Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, sendo depositados até o dia 10 (dez) de cada mês, na Conta Corrente de n.º 211.116-0, agência 1389-7, do Banco do Brasil S/A, em nome do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO: Compromete-se o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga a:

I - Prestar assistência psicológica aos apenados e seus familiares residentes no município de Leoberto Leal, contratando para tanto profissional habilitado, que serão remunerados por conta do repasse previsto na cláusula segunda deste convênio.

II – Promover a humanização do atendimento as famílias dos detentos de Leoberto Leal.

III – Prestar assistência material individualizada aos apenados, em caráter excepcional, nos casos emergenciais, respeitando o devido processo legal, e desde que tal assistência não possa ser prestada por outros meios ou órgãos.

IV – Aplicar os recursos financeiros recebidos do Município de Leoberto Leal, na manutenção dos recursos físicos e humanos que compreendem a estrutura do Conselho da Comunidade, com o objetivo de assegurar que os apenados possam ser assistidos no processo de ressocialização.

V – Aplicar os recursos financeiros recebidos do Município de Leoberto Leal, quando necessário, nas entidades que possuem convênio ou fazem parte do programa de Prestação de Serviços à Comunidade com o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga;

VI – Aplicar os recursos financeiros recebidos do Município de Leoberto Leal e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

VII – Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

VIII – Possuir conta específica, em qualquer Agência Bancária do Município de Ituporanga/SC, para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;

IX – Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, ficando a disposição dos órgãos de controle externo e interno, pelo prazo de 05 (cinco) anos. E prestar contas bimestralmente, ao Município de Leoberto Leal, dos recursos financeiros deste recebidos, cuja prestação de contas estará disponível no site do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O conveniado deverá em até 60 (sessenta) dias, após o recebimento dos recursos de que trata a Cláusula Segunda, apresentar ao Município a prestação de contas, em conformidade com a Legislação vigente e Instrução Normativa nº 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Compromete-se o Município de Leoberto Leal a:

I – O Município de Leoberto Leal obriga-se a transferir os recursos financeiros para a manutenção e execução deste convênio na forma estabelecida na cláusula terceira;

II – Acompanhar a execução do objeto do convênio, conforme plano de trabalho;

III – Analisar a prestação de contas deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura em 04/01/2016 e terá vigência até 31/12/2016, podendo ser denunciado a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TERMOS ADITIVOS: O presente convênio terá sua vigência prorrogada por meio de Termos Aditivos, por igual período, desde que não haja manifestação das partes em contrário. Havendo manifestação, as mesmas deverão enviar por escrito uma comunicação a outra parte com, 60 (sessenta) dias de antecedência, contados antes da data de seu término do prazo de vigência do convênio. Parágrafo Único: É vedado aditar convênio com o intuito de modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação da despesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO: As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Ituporanga.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO: Este Termo de Convênio entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

E, por estarem assim acordes, firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas adiante firmadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Leoberto Leal/SC

MOACIR CORDEIRO
Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga/SC

Testemunha: _____

Nome: Karla Adriana Engel França

CPF n.º 948.384.109-72

Função: Professora

Testemunha: _____

Nome: Rosimeri Schmidt Scheidt

CPF n.º 825.094.419-49

Função: COORDENADOR DO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

R.G.F - 6º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.197.353,24	0,00
Pessoal Ativo	6.517.951,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	660.431,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	18.970,80	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	526.996,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	58.496,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	468.500,14	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.670.356,34	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.023.725,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.670.356,34	55,48
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.492.811,87	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.168.171,27	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.843.530,68	48,60

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

DÉBORA VENTURIN
Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	447.100,00	368.200,00	289.300,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	447.100,00	368.200,00	289.300,00
Interna	447.100,00	368.200,00	289.300,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	601.630,64	456.729,77	1.864.036,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	602.622,09	809.112,56	1.925.930,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	991,45	352.382,79	61.894,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-154.530,64	-88.529,77	-1.574.736,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.349.814,82	11.820.242,36	12.023.725,68
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,94%	3,11%	2,41%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-1,36%	-0,75%	-13,10%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.619.777,78	14.184.290,83	14.428.470,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.257.800,01	12.765.861,75	12.985.623,73

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	447.100,00	368.200,00	289.300,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	447.100,00	368.200,00	289.300,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	63.917,26	647,83
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.608,11	992.571,38	1.208.657,90

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
RÉGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	8.033.944,18	8.774.977,41	9.620.825,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.046,72	3.573,97	4.835,10
Investimentos	7.950.298,44	8.781.667,71	9.620.024,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	3.400,98	10.264,27	4.034,22
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	540,00	27.175,11	140,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-8.033.944,18	-8.774.977,41	-9.620.825,41

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

DÉBORA VENTURIN
Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	11.349.814,82	11.820.242,36	12.023.725,68
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.496.959,26	2.600.453,32	2.645.219,65
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.247.263,33	2.340.407,99	2.380.697,68

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

DÉBORA VENTURIN
Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.023.725,68	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.923.796,11	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.731.416,50	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	841.660,80	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

DÉBORA VENTURIN
Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2.253,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.253,48	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.817,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.817,32	0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	43.306,34	0,00	0,00	0,00	0,00	43.306,34	337,33	0,00	0,00	
Atenção Básica	111.014,33	991,45	0,00	85,68	0,00	109.937,20	11.309,23	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar	18.418,75	0,00	0,00	0,00	0,00	18.418,75	762,00	0,00	0,00	
Cofinanc. da Assist. Farmacêutica Básica - Estado	1.032,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.032,91	879,38	0,00	0,00	
Componente Implantação de Ações e Serv. de Saúde	3.351,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.351,53	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	6,56	0,00	0,00	0,00	0,00	6,56	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	108,85	0,00	0,00	0,00	0,00	108,85	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumini	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	24,33	0,00	0,00	0,00	0,00	24,33	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito/SSP-SC-Parte Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito/SSP-SC-Parte Pol. Militar e C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Ministério das Cidades para Pavimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	3.121,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.121,31	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	2.597,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.597,93	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	2.855,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.855,78	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	1.353,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353,10	0,00	0,00	0,00	
Gestão do SUS	1.831,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.831,12	0,00	0,00	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - IGD	4.295,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.295,14	455,00	0,00	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - IGD - Superavit	2.725,52	0,00	0,00	0,00	0,00	2.725,52	0,00	0,00	0,00	
Operação de Créditos Internas p/ Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas p/ Prog. da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	11.755,65	0,00	0,00	0,00	0,00	11.755,65	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	17.724,04	0,00	0,00	0,00	0,00	17.724,04	106,85	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos do FUNDE	3.638,74	0,00	46.967,82	0,00	0,00	(43.329,08)	0,01	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.328,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328,49	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	803,52	0,00	0,00	0,00	0,00	803,52	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	275,49	0,00	0,00	0,00	0,00	275,49	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	772,17	0,00	8.301,08	0,00	0,00	(7.528,91)	0,00	0,00
Rec. de Remuneração de Depósitos de Poupança - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ordinários	1.839,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.839,45	88,84	0,00
Salário Educação	236,21	0,00	0,00	0,00	0,00	236,21	0,00	0,00
Salário Educação - Superavit	12.640,42	0,00	0,00	0,00	0,00	12.640,42	0,00	0,00
Transf. do Sistema Único da Assist. Social - SUAS/Estado	655,92	0,00	0,00	0,00	0,00	655,92	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	3.589,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.589,98	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	3.589,89	0,00	0,00	(3.589,89)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	29.608,62	0,00	0,00	0,00	0,00	29.608,62	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estados/Outros	1.374.707,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.374.707,31	913.832,74	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	126.344,92	0,00	0,00	0,00	0,00	126.344,92	245.850,00	0,00
Transferências de Recursos do FUNDEF - 60%	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - (aplicação em outras despesas da t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - (aplicação em outras despesas da t	3.404,26	0,00	0,00	0,00	0,00	3.404,26	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - (aplicação na remuneração dos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - Estado	57.083,47	0,00	0,00	0,00	0,00	57.083,47	10.503,43	0,00

Continua 2/4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
Vigilância em Saúde	43.145,57	0,00	0,00	0,00	0,00	43.145,57	148,40	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.889.688,53	991,45	59.458,79	85,68	0,00	1.829.132,61	1.184.273,21	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Componente Implantação de Ações e Serv. de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - IGD - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros recursos do FUNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	2.443,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.443,85	2.443,85	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	4.159,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4.159,18	4.159,18	0,00	
Recurso Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recurso Ordinários	22.512,21	0,00	0,00	0,00	647,83	21.864,38	0,00	0,00	
Recurso Ordinários	0,00	0,00	1.444,16	97,50	0,00	(1.541,66)	17.598,48	0,00	
Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	7.146,90	0,00	0,00	0,00	0,00	7.146,90	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suprimento da Camara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. do Sistema Único da Assist. Social - SUAS/Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estados/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Transferências do Sistema Único de Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	36.262,14	0,00	1.444,16	97,50	647,83	34.072,65	24.201,51	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.925.930,67	991,45	60.902,95	183,18	647,83	1.863.205,26	1.208.474,72	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	9.624.859,63	3.400,98	633,24	0,00	633,24	9.620.192,17	140,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DEBORA VENTURIN

Secretária de Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL

Auditor de Controle Interno

DEBORA VENTURIN

Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	12.023.725,68	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.670.356,34	55,48
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.492.811,87	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.168.171,27	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.574.736,27	-13,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.428.470,82	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.645.219,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.923.796,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	841.660,80	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.208.474,72	1.863.205,26

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 08/01/2016

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretária da Administração e Finanças

GIAN CARLOS KNAUL
Auditor de Controle Interno

DÉBORA VENTURIN
Contadora CRC-SC nº 027848/O-4

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2169

DECRETO Nº 2169 de 27 de janeiro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I, do art. 05, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 112.211,92 (cento e doze mil reais e duzentos e onze reais e noventa e dois centavos), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificado, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

2.4.7.1.02.00.01.00 – Convênio PAR – Construção da Escola
Detalhamento de Recursos: 114 – Convênio PAR – Construção da escola

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 112.211,92

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares.

Categoria Econômica - 4.4.90. - Aplicações Diretas – Investimentos

Fonte: 22 - Transferências de Convênios – Educação

R\$ 112.211,92

Detalhamento: 114 – Convênio PAR – Construção Escola

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 27 de janeiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 003/2016 - PP 003/2016 - GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 003/2016 - PML

Pregão Presencial nº 003/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em gestão da saúde e segurança ocupacional, para atender os servidores do Município (aproximadamente 230 servidores), conforme descrito no Anexo I – Projeto Básico do Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 10 de fevereiro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 10 de fevereiro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3912

DECRETO Nº. 3912

DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

FIXA PRAZO MÁXIMO PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS DE LEI REFERENTE À CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica determinado, como prazo máximo para recebimento de requerimentos visando repasse de subvenção social, auxílio e contribuição financeira, o dia 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Os requerimentos deverão ser encaminhados acompanhados de seus respectivos projetos, e ficam sujeitos a apreciação e avaliação do 'Comitê Municipal de Gestão Governamental', instituído pelo Decreto Municipal nº. 3.881, de 10 de dezembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 26 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3913

DECRETO Nº. 3913

DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

ESTENDE A VALIDADE DOS ALVARÁS DE LICENÇA – LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 ATÉ A DATA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o atraso na implantação do novo sistema eletrônico pela empresa PÚBLICA para cálculos de tributos, emissão de guias e boletos e expedição de alvarás;

CONSIDERANDO os inúmeros pedidos de renovação dos Alvarás de Licença, Localização e Funcionamento e da necessidade dos estabelecimentos estarem com a documentação devidamente regularizada para o efetivo funcionamento.

DECRETA

Art. 1º Fica estendida a validade dos alvarás de licença – localização e funcionamento do exercício de 2015 até a data limite de 15 de fevereiro de 2016, ficando assegurados todos os direitos inerentes previstos na legislação municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 27 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016.

FORNECEDOR: MANTOMAC COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA .
CNPJ: 79.879.318/0002-25

OBJETO: aquisição de peças e contratação de mão de obra para revisão de 250 horas do Rolo Compactador Vibratório CAT 150 - Motor Cummins QSB 3.3, considerando o período de garantia, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V.
VALOR: R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)

Mafra, (SC) 26 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 028/2013

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 028/2013

Contrato nº: 028/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MAURÍCIO PRUESS

CNPJ/CPF: 988.077.069-20

Modalidade Processo Licitatório n.º 130/2013. Dispensa por Justificativa n.º 104/2013.

Data Assinatura do termo aditivo: 27 de janeiro de 2016.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO PP - 04/2016 - FMS

Aviso de Suspensão Sine Die

Convite 004/2016 - FMS

A Prefeitura Municipal de Maracajá – SC, através do Fundo Municipal de Saúde , comunica aos interessados do Processo Licitatório 04/2016 – Pregão Presencial, a Suspensão Sine Die da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, prevista para 01/02/2016 às 13:45 hs, referente a aquisição de material odontológico para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício 2016, para readequação do referido edital.

Maracajá – SC, 27 de janeiro de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

DECRETO 05/2016

DECRETO Nº 05 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;

Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;

Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;

Considerando, o relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através do edital de convocação e de posse nº 04/2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 04/2016, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: www.maracaja.sc.gov.br.

Parágrafo único - Esta convocação pertence a quarta chamada pública ao concurso público nº 01/2015.

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 04, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 04, para a pretendida admissão.

Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 04.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 25 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 25 de Janeiro de 2016.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

**ANEXO I
RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO****NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO****FAXINEIRA/COPEIRA**

Inscrição	Nome	Classificação
78060	Ana Maria Martins de Farias	3º

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Inscrição	Nome	Classificação
69002	Claudionor Cândido	1º
75872	Laênio Luiz Rocha	2º

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL

Inscrição	Nome	Classificação
78294	Dilnei Fausto Borges	1º
76237	Ari Zappe	2º

ENSINO MÉDIO**AGENTE DE SAÚDE ESF**

Inscrição	Nome	Classificação
78603	Paula Borges Teixeira	1º
76705	Rafaela Tomaz Leandro	2º
68702	Cassandra Bavaresco Ribeiro Dordetti	3º
68803	Maria Terezinha Cândido	4º
77713	Sandre da Silva	5º
78162	Margarete Coelho Farias	6º

AUXILIAR DE AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Classificação
78117	Kamila Cadorin Apolinário	5º

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Inscrição	Nome	Classificação
78498	Janaina Vieira Martins	1º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Nome	Classificação
75829	Silvana Bilésimo	1º
69776	Bárbara Barcelos Rosa	2º
72166	Ana Elizia Jerônimo	3º

ENSINO SUPERIOR**ENFERMEIRO ESF**

Inscrição	Nome	Classificação
77599	Bruna Teixeira da Silva	1º

FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome	Classificação
72635	Bruna Giusti Destro	1º

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Nome	Classificação
70602	Jader Mickael Souza	1º

ODONTÓLOGO ESF

Inscrição	Nome	Classificação
70310	Everton Santos Ferreira	1º

PSICÓLOGO

Inscrição	Nome	Classificação
68758	João Roges Silva da Luz	2º

Maracajá/SC, 25 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 04
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 25 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO

FAXINEIRA/COPEIRA

Inscrição	Nome	Classificação
78060	Ana Maria Martins de Farias	3º

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Inscrição	Nome	Classificação
69002	Claudionor Cândido	1º
75872	Laênio Luiz Rocha	2º

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL

Inscrição	Nome	Classificação
78294	Dilnei Fausto Borges	1º
76237	Ari Zappe	2º

ENSINO MÉDIO

AGENTE DE SAÚDE ESF

Inscrição	Nome	Classificação
78603	Paula Borges Teixeira	1º
76705	Rafaela Tomaz Leandro	2º
68702	Cassandra Bavaresco Ribeiro Dordetti	3º
68803	Maria Terezinha Cândido	4º
77713	Sandre da Silva	5º
78162	Margarete Coelho Farias	6º

AUXILIAR DE AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Classificação
78117	Kamila Cadorin Apolinário	5º

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Inscrição	Nome	Classificação
78498	Janaina Vieira Martins	1º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Nome	Classificação
75829	Silvana Bilésimo	1º
69776	Bárbara Barcelos Rosa	2º
72166	Ana Elizia Jerônimo	3º

ENSINO SUPERIOR

ENFERMEIRO ESF

Inscrição	Nome	Classificação
77599	Bruna Teixeira da Silva	1º

FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome	Classificação
72635	Bruna Giusti Destro	1º

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Inscrição	Nome	Classificação
70602	Jader Mickael Souza	1º

ODONTÓLOGO ESF

Inscrição	Nome	Classificação
70310	Everton Santos Ferreira	1º

PSICÓLOGO

Inscrição	Nome	Classificação
68758	João Roges Silva da Luz	2º

Maracajá/SC, 25 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1 CPF;
 - 4.2 Identidade (RG);
 - 4.3 Título de Eleitor;
 - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
 - 4.5 Certidão de casamento;
 - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
 - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
 - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10 Comprovante de Residência atual;
 - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);
- 9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);
- 10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

- ☐ Não possuo bens a declarar
☐ Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

LOCAL E DATA: Maracajá/SC, _____ de Janeiro de 2016.

Assinatura

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, ____ de Janeiro de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O (acumulação legal de cargos)

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: _____

Órgão: _____

Carga Horária: _____

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, ____ de Janeiro de 2016.

Assinatura do Candidato

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, de Janeiro de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maracajá/SC, ____ de Janeiro de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):

1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

1.1.1 Hemograma

1.1.2 Glicose

1.1.3 Parcial de Urina

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior

1.2.1 Colesterol

1.2.2 Triglicerídeos

1.2.3 Eletrocardiograma com laudo

1.2.4 Acuidade visual

2. EXAMES ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:

2.1 FAXINEIRA/COPEIRA: Raio X Ombro Direito, Raio X Ombro Esquerdo, Rx Coluna Lombo Sacra;

2.2 MOTORISTA DE AMBULÂNCIA: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletrocefalograma, Glicemia em Jejum, Laudo Psicossocial NR35, Teste de Acuidade Visual;

2.3 MOTORISTA DE AUTOMÓVEL: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletroencefalograma, Glicemia em Jejum, Laudo Psicossocial NR35, Teste de Acuidade Visual.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

DECRETO 10/2016

DECRETO Nº 10 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

PRORROGA SINDICÂNCIA PARA VERIFICAR A COMUNICAÇÃO Nº 1117/2015 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUANTO A USO DE RECURSOS UTILIZADOS PARA CUSTEAR FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO NO DIA DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando, a solicitação da prorrogação da vigência da Comissão ora constituída, solicitada por meio do Ofício/Com.Sind.Nº 002/2016, pela Comissão de Sindicância constituída pelo Decreto nº 102 de 22 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias a Comissão de Sindicância para apuração de Notícia de Fato por meio da Comunicação nº 1117/2015 realizada na Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no dia 02 de dezembro de 2015 que trata da utilização de recursos públicos para custear festa de confraternização no dia do idoso, em 01 de outubro de 2015, promovido pelo Clube de Mães de Maracajá.

I – A Comissão terá nova vigência de 30 (trinta) dias contados da publicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 27 de Janeiro de 2016.

	Wagner da Rosa Prefeito Municipal
--	--------------------------------------

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 27 de Janeiro de 2016.

	Valmir Carradore Secretário de Administração
--	---

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO

DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 01/2016

PROFESSOR ANOS INICIAIS - HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
95	ADICIRLÉIA PAGANINI CARDOSO	4,0
26	ANA CARLA CRISTIANO	2,0
14	AURIDÉIA RÉUS CARDOSO	2,0
33	BARBÁRA DA SILVA ROQUE	4,0
105	BRUNA CANDIOTTO TREVISOL	4,0
52	DARLANI CRISTINA SANT ANA	4,0
98	DIRLENE JOANA CORTES DA SILVA	4,0
13	ELIETE SCARDUELLI	4,0
04	FRANK BECKER	2,0
50	JOSIANE CUSTÓDIO DA ROCHA	2,0
110	JOSIANI FERNANDES DE OLIVEIRA WARLING	2,0
19	JULIA BILÉSIMO SERAFIM DA SILVA	2,0
31	LIZIE ALVES	4,0
03	MARA RUBIA LEANDRO DE OLIVEIRA MOTTA	2,0
108	NARAMIRTIZ DE SOUZA DE OLIVEIRA	2,0
99	REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA	4,0
23	ROSILÉIA DA SILVA TEIXEIRA BARBOSA	4,0
48	SAMARA CUSTÓDIO DA ROCHA	2,0
117	SAMARA PORTAN CUSTODIO	4,0
35	SANDRA REGINA BARCELOS ROSA	4,0
42	SUZANA GARCIA DA ROCHA	4,0
24	VANUZA FERNANDES	2,0

PROFESSOR ANOS INICIAIS – NÃO HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
74	ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO	1,0
77	GABRIELA MACHADO DA ROCHA	1,5
20	MARCIA REGINA VIEIRA TESA	1,0
44	TATIANE DASSOLER DE SOUZA	1,0

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
15	AURIDÉIA RÉUS CARDOSO	2,0
103	BRUNA CANDIOTTO TREVISOL	4,0
51	DARLANI CRISTINA SANT ANA	4,0
104	FRANCIANE DA SILVA	4,0
02	GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SAMARIVA	2,0
49	JOSIANE CUSTÓDIO DA ROCHA	2,0
09	JOSIANI FERNANDES DE OLIVEIRA WARMLING	2,0
18	JULIA BILÉSIMO SERAFIM DA SILVA	2,0

30	LIZIE ALVES	4,0
85	MAIKON ROCHA DA SILVA	2,0
47	SAMARA CUSTODIO DA ROCHA	2,0
116	SAMARA PORTAN CUSTÓDIO	4,0
64	SILVANA LAURENTINO COSTA	4,0
38	TAMIRES FIGUEIREDO	2,0

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
73	ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO	1,0
114	ANA CLAUDIA MONTICILLI MARTINS	1,0
45	CRISLAINE DONDOSSOLA DA SILVA	1,0
29	DAIANE GOMES DE SOUZA	1,0
76	GABRIELA MACHADO DE ARAÚJO	1,0
54	JAYNE SOARES DE OLIVEIRA	1,0
37	RENATA ALVES CORDEIRO	1,0

AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
75	ALINE LOH BORGES	0,5
11	ANDRÉIA RESENDE	1,5
53	BRUNA DA SILVA	1,0
39	CRISTINA GONÇALVES	1,5
28	DAIANE GOMES DE SOUZA	1,0
10	DEBORA TEIXEIRA MOTA CUSTÓDIO	0,5
08	ELAINE APARECIDA DA SILVA KRUGER	1,5
96	FRANCIELE BERTOJA MOTA	1,0
70	FRANCIELLE DAGOSTIM	0,5
41	GISELE REZENDE DARÓS	1,0
91	GISLEINE ROCHA ESTEVAM	1,0
22	GRAZIELA DE FREITAS	0,5
105	JESSICA ELIAS DE DEUS	0,5
113	JOYCE MOTA GONÇALVES	0,5
101	JULIA DE OLIVEIRA GOMES	0,5
90	JULIO CESAR GONÇALVES	0,5
100	LUANA FRANCISCA GOMES	0,5
17	MARCIA GARCIA	0,5
40	MÁRCIA SORATO ROCHA	1,0
66	MARIA AMÉLIA LEANDRO CARDOSO	1,0
111	MARLENE MANOEL DE FREITAS	0,5
68	MICHELE CARRADORE	0,5
36	NATALIA SIMOES ROCHA COMICOLI	0,5
12	RAQUEL RUTE DOS SANTOS	1,5
60	ROSIANE BORGES LUIZ	0,5
01	TAMARA CRISTINA LEANDRO DE OLIVEIRA	1,0
27	TANIA DE OLIVEIRA	0,5
43	TATIANA DASSOLER DE SOUZA	1,0
94	VELUSA VIEIRA DA CRUZ	0,5

TÉCNICO PEDAGÓGICO

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
07	MARIA DAS GRAÇAS FELISBERTO DAROS	2,0
42	SAIONARA MINATTO	4,0

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
86	ALEXANDRE WASZCENKO TEIXEIRA	7,0
106	ANDIARA DOS SANTOS BARBOM	4,0
59	CAMILA INACIO PREMOLI	2,0
82	DAIANI LOCH	4,0
55	EDSON JOSUE DA SILVA	2,0
26	FERNANDA GLEIKA MARTINELLO	2,0
25	KATYELE LAURENTINO ESPINDULA	2,0
88	LAYS LAURENTINO COSTA	4,0
120	MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS	2,0

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
119	CAROLINE BOAVENTURA DE SOUZA	1,0
83	FABIANO DELFINO SARTOR	1,0
79	FABRICIO JOÃO ROCHA	1,0
107	FELIPE ROCHA DE SOUZA	1,0
113	IAGO MICLES BARBOSA	1,0
112	JOÃO MANOEL DE ALMEIDA	1,0
97	MARCIA LEANDRO GOMES	1,0
102	SUZEN DA ROCHA	1,0
80	TAYSE TEIXEIRA CARDOSO	1,0

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
16	LÚCIO VÂNIO MORAES	10,0

PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
121	LUCAS CAMILO SELAU	2,0

PROFESSOR DE HISTÓRIA NÃO HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
118	TASSIO REINALDO FIGUEIREDO	1,0

PROFESSOR DE ARTES – HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
46	ALINE MELLO ROSSO	2,0
57	REGINA PEREIRA DE FREITAS	2,0

PROFESSOR DE ARTES – NÃO HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
61	LEISLA COSTA PEREIRA	0,5
87	PAULA BRILLINGER RODRIGUES	1,0
94	MATEUS ROSSO FERRARI	1,0
109	GRAZIANE PEREIRA FERNANDES	1,0

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
34	LOYVANA CAROLINA PERUCHI	7,0
05	SORAIA SOARES DA LUZ	2,0
67	VANESSA MARTINS	2,0

PROFESSOR DE MATEMÁTICA- HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
58	JOEL ROSSO	4,0

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS
89	FLÁVIA MAZON COMICOLI	4,0

MERENDEIRA		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	
81	DAIANE MARTINS GOMES DOS SANTOS	
65	ELIENE REUS DAROS	
32	MARIA APARECIDA LUIZ	
115	MARIA MAGNA NUNES	
06	MARIA REGINA RÉUS	

SERVENTE DE ESCOLA		
NÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	
84	ANDRESSA GEOVANA MARCANSSONI	
78	BÁRBARA RODRIGUES DE FREITAS	
21	EDEVÂNIA DUARTE JACOBS	
62	ELISA MARIA PEDRO	
69	JANIELLI SCARPARI MATIAS	
46	JULIANA BALTAZAR DA ROSA	

63	PAULO RICARDO OCHOA
72	RENATA DA LUZ PEDROSO
93	RITA DE CASSIA DE FREITAS
71	TAMIRES GRIGIO WATERKEMPER

MARACAJÁ, 27 DE JANEIRO DE 2016.
DENNER LUCAS CASAGRANDE
Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 55/2015_PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 55/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 55/2015 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016, que gerou o seguintes resultados: Itens – 01; 04; 05; 06; 07; 09; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 22; 23; 25; 26; 27; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 36; 38; 39; 40; 44; 45; 46; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 59; 60; 61; 62; 64; 65; 67; 68; 70; 71; 77; 79; 80; 83; 85; 86; 89; 90; 91; 94; 97; 98; 101; adjudicado para a empresa Barfe Comercial de Alimentos Ltda - ME no valor adjudicado de R\$ 53.766,75 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos); Itens – 02; 10; 11; 12; 21; 35; 41; 42; 43; 47; 57; 58; 63; 69; 87; 92; 93; 95; 96; 99; 100 adjudicado para a empresa COPOL Distribuidora de Alimentos Ltda; valor adjudicado: R\$ 27.672,40 (vinte e sete mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos); Itens – 72; 73; 74; 75 adjudicado para a empresa Jean Richard Minatto – ME; valor adjudicado R\$ 25.966,00 (vinte e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais); Itens – 13 adjudicado para o produtor rural Jorge Matos Heme; valor adjudicado R\$ 12.500,00 (dez mil e quinhentos reais); Itens – 03; 08; 24; 28; 37; 66; 76; 81; 82; 84; 88, adjudicado para a empresa Marcelo Ronzoni – ME, valor adjudicado R\$ 33.828,50 (trinta e três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos); Itens – 78, adjudicado para a empresa Polpas e Sucos Ros-Ind. Com. Frutas Naturais Ltda – ME, valor adjudicado R\$ 7.784,00 (sete mil setecentos e oitenta e quatro reais); Valor total adjudicado, R\$ 161.516,65 (cento e sessenta e um mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

Maracajá/SC, 29 de julho de 2015.
Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro

Republicado por incorreção

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 87/2016

DECRETO Nº 87, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada KELIANE DE ALMEIDA ZANKOSKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 096.780.629-17, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 24 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o inciso II do art. 1º, do Decreto nº 55, de 14 de janeiro de 2016.

Maravilha – SC, 25 de janeiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 93/2016

DECRETO Nº 93, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada ELAINE MARIA FARIA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 625.313.959-20, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Área ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 26 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de janeiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 94/2016

DECRETO Nº 94, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada GISELI LUANA MALMANN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 082.041.899-12, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 26 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de janeiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 001/2016

Município de Marema/FMS-Fundo Mun. de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 002/2016 - Pregão Presencial/FMS n. 001/2016 para aquisição de exames laboratorial para atendimento aos Usuários do Posto de Saúde. Processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 15/02/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 15/02/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00mi, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 26 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3264 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3264 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.845.0170.0081 – Transferências a Entidades e Associações

0304 – 333500000 – Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

0304 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO RECURSOS NA SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Balancete das Receitas e Despesas no período de 01.01.2015 a 31.12.2015

RECEITAS		RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 4.387.594,11	RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.023.296,03
Transferências do Município	R\$ 2.946.057,94	Transferências do Município	R\$ 685.758,18
Receitas de Convênio (PAB, SISVAN, Vigilância Sanitária, ETC)	R\$ 1.441.536,17	Receitas de Convênio (PAB, SISVAN, Vigilância Sanitária, ETC)	R\$ 337.537,85
DESPEAS		DESPEAS	
DESPEAS CORRENTES	R\$ 4.292.275,02	DESPEAS CORRENTES	R\$ 1.003.392,73
Despesas com Pessoal	R\$ 1.954.064,75	Despesas com Pessoal	R\$ 483.587,01
Despesas com Obrigações Sociais	R\$ 493.463,35	Despesas com Obrigações Sociais	R\$ 112.581,12
Despesas com Transferências Consórcios Públicos	R\$ 515.050,00	Despesas com Transferências Consórcios Públicos	R\$ 109.050,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.129.696,92	Outras Despesas Correntes	R\$ 239.774,60
Despesas com Transferências a Instituições Privadas (Hospital)	R\$ 200.000,00	Despesas com Transferências a Instituições Privadas (Hospital)	R\$ 58.400,00
DESPEAS DE CAPITAL	R\$ 91.882,00	DESPEAS DE CAPITAL	R\$ 148.557,51
Despesas com Equipamentos e Material Permanente (Moveis, Equipamentos e Veículos)	R\$ 91.882,00	Despesas com Obras e Instalações	R\$ 29.208,51
TOTAL DAS DESPEAS	R\$ 4.384.157,02	Despesas com Equipamentos e Material Permanente (veículo, moveis, Bebedoro)	R\$ 119.349,00
		TOTAL DAS DESPEAS	R\$ 1.151.950,24
SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO	R\$ 3.437,09		

RECEITAS COM IMPOSTOS	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	14.357.853,41	100,00
Valor Mínimo a ser Aplicado na Saúde	2.153.678,01	15,00
Despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.384.157,02	30,53
(-) Despesas com recursos de convênios	1.423.161,52	9,91
Total das Despesas com Saúde	2.960.995,50	20,62
Valor acima do limite	807.317,49	5,62

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente de Controle Interno

DEMONSTRATIVO DO APLICAÇÃO RECURSOS NA EDUCAÇÃO

Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação no Ano de 2015		
RECEITAS COM IMPOSTOS	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	14.357.853,41	100,00
Mínimo de Aplicação em Educação	3.589.463,35	25
DESPEAS COM ENSINO INFANTIL	Valor (R\$)	

Educação Infantil	2.019.311,26	14,06
(-) Deduções (PNAC, Convênio FNDE)	14.181,71	0,12
Total das Despesas com Ensino Infantil	2.005.129,55	13,97
DESPEAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)	%R. imp.
Ensino Fundamental + Depto Educação	3.689.117,40	25,69
(-) Deduções – Alienação Bens, Sal. Educ. Transporte Escolar	878.629,97	6,12
(-) Ganho com Fundeb	1.043.451,36	7,27
(+) Saldo Bancário disponível do Fundeb	101.602,23	0,71
Total das Despesas com Ensino Fundamental	1.868.638,30	13,01
DESPEAS COM EDUCAÇÃO	Valor (R\$)	% R.Total
Total das Despesas com Educação Infantil	2.019.311,26	14,06
Total das Despesas com Ensino Fundamental	3.689.117,40	25,69
Total das Despesas com Merenda Escolar	395.656,01	2,76
Total das Despesas com Esporte	571.299,97	3,98
Total das Despesas com Ensino Superior	97.828,20	0,68
Total das Despesas com Especial	42.000,00	0,29
Total das Despesas com Cultura	364.413,90	2,54
Total das Despesas com Educação	7.179.626,74	50,00
		.
Despesas educação (sem convênios, esporte, Merenda e Superior)	3.873.767,85	26,98
Gastos com Remuneração de Profissional do Magistério		
DESPEAS COM PROFISSIONAL DO MAGISTERIO	Valor (R\$)	%
Total dos Recursos Oriundos do Fundeb	3.556.121,06	100
60 % dos Recursos Oriundos do Fundeb	2.133.672,64	60
Total dos Gastos efetuados com Profissional Magistério	2.534.085,10	71,26
Valor acima do limite (60% do Fundeb c/ Profissional)	400.412,46	11,26

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente de Controle Interno

EXTRATO CONTRATO Nº 001-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AUTO POSTO CORAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 69.800,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 001-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado AUTO POSTO CORAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 69.800,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 002-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 766.300,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 002-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 56.200,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 003-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Valor: R\$ 20.178,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 003-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 69.467,65

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 004-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Valor: R\$ 21.875,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 004-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado FUFA – SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 8.974,50

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 005-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 005/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Valor: R\$ 99.686,50

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 005-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 005/2016
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2016.
Valor: R\$ 240.967,70
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 006-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 006/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: MARCELO RONZONI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.
Valor: R\$ 29.037,50
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 006-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 006/2016
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: CONSULTING CURSOS E TREINAMENTOS E ASSESSORIA LTDA ME
Objeto: Prestação de Serviços é a execução de Serviço de Assessoria/Consultoria na Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Meleiro.
Valor: R\$ 6.600,00
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 007-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 007/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PANIFICADORA ROSSI LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS

FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Valor: R\$ 16.267,00

Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 007-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 007/2016
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA EPP
Objeto: Prestação de Serviços é a Execução dos Serviços de Coleta, Transporte e Destino Final dos Resíduos de Serviço de Saúde ("lixo hospitalar") gerados na Unidade Central de Saúde, situadas na sede do Município e na Unidade Básica de Saúde do Distrito de Sapiiranga.
Valor: R\$ 7.800,00
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 008-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 008/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PRODUTOS COLONIAIS LUIGE LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.
Valor: R\$ 11.664,00
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 05/07/2016.
Data da assinatura: 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 008-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 008/2016
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO DE PRONTO ATENDIMENTO EMERGENCIAL E URGENCIAL 24 HORAS POR DIA, INCLUINDO DISPONIBILIZAÇÃO DE LOCAL FÍSICO ADEQUADO, VISANDO O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.
Valor: R\$ 203.500,00
Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016.
Data da assinatura: 25 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 009-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 009/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DO TELHADO EXISTENTE E EXECUÇÃO DE NOVO TELHADO NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO LUIZ DE PELEGRINI DE SAPIRANGA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXA AO PROCESSO.

Valor: R\$ 148.995,91

Vigência: Início: 06/01/2016 Término: 30/06/2016.

Data da assinatura: 06 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 010-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 010/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Objeto: Prestação de serviço de Pavimentação com Lajota Sextavada e Drenagem Pluvial na Estrada Municipal MEL 354, Bairro Barra do Cedro - Meleiro/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha orçamentária e projeto básico em anexo ao processo.

Valor: R\$ 287.085,61

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 12/01/2017.

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 011-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 011/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOÃO PAULO DUARTE MEI

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 7.800,00

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 012-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 012/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação.

Valor: R\$ 3.900,00

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 013-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 013/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANTONIO EDEMICIO TEIXEIRA

Objeto: Locação de uma sala comercial localizada na Rua 14 de Dezembro nº 657, Bairro Sapiiranga – Meleiro/SC, para fins de funcionamento da agência de correio comunitário de Sapiiranga (AGC) conforme termo de convênio nº 2002/2014, e prestação de serviço na recepção e entrega das correspondências no correio comunitário de Sapiiranga.

Valor: R\$ 2.600,00

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 29/02/2016.

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 014-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 014/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ PAULO POLLA MEI

Objeto: Prestação de Serviço de aulas de capoeira para participantes do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município, junto as crianças e adolescentes atendidas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com uma carga horária de 30 horas mensais, no período de Janeiro a fevereiro de 2016.

Valor: R\$ 2.000,00

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 29/02/2016.

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 015-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 015/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 76.078,20

Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 21 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 016-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 016/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: M.D.A ARMARINHOS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 14.146,60

Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 21 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 017-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 017/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 32.825,90

Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 21 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 018-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 018/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: INNO INFORMÁTICA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 53.204,60

Vigência: Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 019-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 019/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JB CORAL COMÉRCIO LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 20.442,00

Vigência: Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 020-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 020/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: NADINE ALBERTON VIEIRA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 32.640,09

Vigência: Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 021-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 021/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 700,06

Vigência: Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 022-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 022/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 453,00

Vigência: Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 22 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 023-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 023/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MELEIRO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 44.000,00

Vigência: Início: 15/02/2016 Término: 14/12/2016.

Data da assinatura: 25 de janeiro de 2016.

NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 12.2015

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Dezembro de 2015 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
12.2015	Federal	DNPM – CEFEM	1.971,36
12.2015	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.727,08
12.2015	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
12.2015	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
12.2015	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	36.504,00
12.2015	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.230,00
12.2015	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
12.2015	Federal	PMAQ – Programa Melhoria do Acesso da Qualidade	24.800,00
12.2015	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	26.250,00
12.2015	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.445,19
12.2015	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	1.806,67
12.2015	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	3.055,40
12.2015	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
12.2015	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
12.2015	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.430,00
12.2015	Federal	Programa Centro Ref. Assistência Social/CRAS	24.990,00
12.2015	Federal	SE – Salário Educação	27.108,56
12.2015	Federal	FIA – Transferências Instituições Privadas	30.000,00
12.2015	Federal	FIA – Transferências de Pessoas	1.000,00
12.2015	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	5.897,26
12.2015	Estadual	OT (Outras Transferências)	24.825,00
12.2015	Federal	Receita de Convênio nº 1.002.761-12/2012	122.500,00
12.2015	Federal	Receita de Convênio nº 1.003.004-70/2012	125.397,50
			520.948,47

Jonnei Zanette Adair Pasini

Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 6º bimestre de 2015, e os Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2015, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL

BALANÇO ORÇAMENT. 6º BIM DE 2015

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	391.491,70	153.441,52	327.462,03
Dívida Mobiliária	89.595,89	77.845,47	66.395,89
Dívida Contratual	301.895,81	75.596,05	261.066,14
Interna	301.895,81	75.596,05	261.066,14
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.214.001,99	1.044.088,09	1.534.188,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.814.514,34	2.860.509,54	1.767.024,20
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	600.512,35	1.816.421,45	232.835,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-822.510,29	-890.646,57	-1.206.726,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.656.017,71	19.958.001,19	20.055.559,04
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,10%	0,77%	1,63%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,41%	-4,46%	-6,02%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	22.387.221,25	23.949.601,43	24.066.670,85
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.148.499,13	21.554.641,29	21.660.003,76

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	301.895,81	75.596,05	261.066,14
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	99.596,05	75.596,05	261.066,14
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	99.596,05	75.596,05	261.066,14
Previdenciárias	99.596,05	75.596,05	261.066,14
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	202.299,76	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	88.832,95	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.084,78	7.559.108,86	7.084,78

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

MELEIRO, 20/01/2016

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

BALANÇO ORÇAMENT. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.453.453,98	15,91	24.209.436,86	86,46
RECEITAS CORRENTES	26.168.000,00	26.168.000,00	3.698.145,48	14,13	20.065.599,04	76,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.473.000,00	3.473.000,00	250.472,93	7,21	1.907.347,81	54,92
IMPOSTOS	2.143.000,00	2.143.000,00	227.780,19	10,63	1.582.487,12	73,84
TAXAS	1.260.000,00	1.260.000,00	22.084,78	1,75	322.797,69	25,62
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.000,00	70.000,00	607,96	0,87	2.063,00	2,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	190.000,00	65.749,35	34,60	278.071,20	146,35
CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -	190.000,00	190.000,00	65.749,35	34,60	278.071,20	146,35
RECEITA PATRIMONIAL	253.800,00	253.800,00	19.743,60	7,78	183.766,59	72,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	253.800,00	253.800,00	19.743,60	7,78	183.766,59	72,41
RECEITA AGROPECUÁRIA	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	779.000,00	779.000,00	113.984,30	14,63	688.323,78	88,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.304.700,00	20.304.700,00	3.007.955,24	14,81	16.514.688,08	81,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.721.200,00	19.721.200,00	2.950.166,89	14,96	16.099.426,86	81,64
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	7.000,00	7.000,00	30.000,00	428,57	77.738,23	1.110,55
TRANSF. DE PESSOAS	2.000,00	2.000,00	1.000,00	50,00	1.000,00	50,00
TRANSF. DE CONV.	574.500,00	574.500,00	26.788,35	4,66	336.522,99	58,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	972.500,00	972.500,00	240.280,06	24,71	503.361,58	51,76
MULTAS E JUROS DE MORA	301.500,00	301.500,00	21.746,46	7,21	127.828,98	42,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	4.000,00	4,00	5.500,10	5,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	312.000,00	312.000,00	50.093,47	16,06	197.438,41	63,28
RECEITAS DIVERSAS	259.000,00	259.000,00	164.420,13	63,48	172.594,09	66,64
RECEITAS DE CAPITAL	1.832.000,00	1.832.000,00	755.308,50	41,23	4.153.877,82	226,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.500,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	46.500,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	162.800,00	313,08
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	162.800,00	392,29
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.705.500,00	1.705.500,00	755.308,50	44,29	3.991.077,82	234,01
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.705.500,00	1.705.500,00	755.308,50	44,29	3.991.077,82	234,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.453.453,98	15,91	24.209.436,86	86,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.453.453,98	15,91	24.209.436,86	3.790.563,14
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.453.453,98	15,91	24.209.436,86	3.790.563,14
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.649.818,71	—	—	874.702,49	—
Superávit Financeiro	—	1.649.818,71	—	—	874.702,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	12.135.994,55	3.816.688,68	23.889.250,12	12.135.994,55	23.745.727,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	22.400.500,00	23.718.478,13	1.098.570,73	17.917.587,95	5.800.890,18	3.349.362,69	17.917.587,95	5.800.890,18	17.917.587,95	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.896.500,00	13.247.070,79	2.118.861,38	10.825.046,74	2.422.024,05	2.158.085,26	10.825.046,74	2.422.024,05	10.825.046,74	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	170.000,00	-3.071,08	26.958,91	143.041,09	1.365,35	26.958,91	143.041,09	26.958,91	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.304.000,00	10.301.407,34	-1.017.219,57	7.065.582,30	3.235.825,04	1.189.912,08	7.065.582,30	3.235.825,04	7.065.582,30	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.586.500,00	12.293.766,54	-2.072.973,59	5.971.662,17	6.322.104,37	467.325,99	5.971.662,17	6.322.104,37	5.828.139,05	0,00
INVESTIMENTOS	5.106.500,00	11.813.766,54	-2.071.968,28	5.594.749,54	6.219.017,00	430.142,41	5.594.749,54	6.219.017,00	5.451.228,42	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	480.000,00	480.000,00	-1.005,31	376.912,63	103.087,37	37.183,58	376.912,63	103.087,37	376.912,63	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	12.135.994,55	3.816.688,68	23.889.250,12	12.135.994,55	23.745.727,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	12.135.994,55	3.816.688,68	23.889.250,12	12.135.994,55	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	320.186,74	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	—	3.816.688,68	24.209.436,86	—	23.745.727,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 2001/2016

JONNEI ZANETTE Prefeito Municipal	ADAIR PASINI Contador CRC/SC 022584/0-3	DIOGENES PAZINI MANFREDINI Agente Controle Interno
JAIR LUIZ CANELA Secretário de Administração e Finanças		

DEMONST. DE REC. ALIEN. ATIVOS REF. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	52.000,00				162.800,00	-110.800,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.500,00				0,00	10.500,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	41.500,00				162.800,00	-121.300,00	
TOTAL	52.000,00				162.800,00	-110.800,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00	162.800,00				162.800,00	
FONTE:							

MELEIRO, 20/01/2016

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONST. DESP. FUNC. DO 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				(b/Total b)			(d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)									
Legislativa	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	100,00	3.816.888,68	23.889.250,12	12.135.994,55	0,00
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	138.173,11	767.950,64	3,21	150.610,77	767.950,64	132.049,36	0,00
Administração	900.000,00	900.000,00	138.173,11	767.950,64	3,21	150.610,77	767.950,64	132.049,36	0,00
Administração Geral	2.300.000,00	2.300.000,00	123.328,34	1.966.944,70	8,23	334.712,71	1.966.944,70	333.055,30	0,00
Assistência Social	2.300.000,00	2.300.000,00	123.328,34	1.966.944,70	8,23	334.712,71	1.966.944,70	333.055,30	0,00
Assistência ao Idoso	1.266.000,00	1.436.509,78	-43.234,93	613.113,89	2,57	113.328,44	613.113,89	823.396,89	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	158.000,00	158.000,00	-6.295,86	34.739,13	0,15	5.900,95	34.739,13	123.260,87	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.000,00	32.000,00	0,00	7.296,00	0,03	608,00	7.296,00	24.704,00	0,00
Assistência Comunitária	340.000,00	434.000,00	-6.386,98	184.638,57	0,77	28.877,86	184.638,57	249.361,43	0,00
Saúde	736.000,00	812.508,78	-30.552,09	388.440,19	1,62	77.851,63	388.440,19	426.069,59	0,00
Atenção Básica	5.083.000,00	5.834.683,41	206.741,78	4.384.157,02	18,35	768.706,84	4.384.157,02	1.450.506,39	0,00
Vigilância Epidemiológica	4.943.000,00	5.635.793,56	223.594,85	4.255.940,53	17,82	752.890,70	4.255.940,53	1.379.853,03	0,00
Educação	120.000,00	131.000,00	13.020,23	77.335,91	0,32	14.620,23	77.335,91	53.684,09	0,00
Alimentação e Nutrição	8.208.000,00	8.693.121,94	394.767,83	6.243.912,87	0,21	1.195,91	50.880,58	16.989,27	0,00
Educação Especial	540.000,00	590.851,10	-106.968,93	395.656,01	28,14	1.238.946,23	6.243.912,87	2.449.209,07	0,00
Educação Infantil	5.167.500,00	5.488.819,13	121.222,89	3.688.117,40	1,66	66.358,37	395.656,01	195.195,09	0,00
Educação de Jovens e Adultos	115.500,00	115.500,00	-8.843,70	97.828,20	0,41	750.340,85	3.688.117,40	1.798.701,73	0,00
Educação Especial	2.290.000,00	2.402.951,71	388.357,47	2.019.311,26	15,44	8.347,50	97.828,20	17.671,80	0,00
Cultura	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	409.699,51	2.019.311,26	383.640,45	0,00
Divulgação Cultural	556.000,00	801.000,00	-123.111,35	364.413,90	0,18	0,00	0,00	35.000,00	0,00
Urbanismo	5.072.000,00	8.011.896,44	-766.881,28	5.042.220,09	0,18	4.200,00	42.000,00	18.000,00	0,00
Serviços Urbanos	3.556.000,00	3.805.074,50	-86.434,21	2.664.703,73	1,53	147.113,55	364.413,90	436.586,10	0,00
Habituação	177.000,00	177.000,00	0,00	0,00	0,00	147.113,55	364.413,90	436.586,10	0,00
Habituação Rural	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	147.113,55	364.413,90	436.586,10	0,00
Habituação Urbana	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	513.224,43	5.042.220,09	2.969.676,35	0,00
Saneamento	1.723.500,00	3.690.908,77	-892.942,95	1.667.105,51	21,11	68.765,22	2.377.516,36	1.829.305,58	0,00
Saneamento Básico Rural	1.663.500,00	3.620.908,77	-892.942,95	1.667.105,51	9,95	444.423,21	2.664.703,73	1.140.370,77	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.442.000,00	2.572.635,13	-78.353,52	1.787.632,49	11,15	0,00	0,00	177.000,00	0,00
Agricultura	1.442.000,00	2.572.635,13	-78.353,52	1.787.632,49	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00
Extensão Rural	168.500,00	168.500,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00
Indústria	168.500,00	168.500,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
Promoção Industrial	401.000,00	746.009,20	14.315,57	571.299,97	6,98	137.484,32	1.667.105,51	1.953.893,26	0,00
Desporto e Lazer	401.000,00	746.009,20	14.315,57	571.299,97	7,48	195.164,20	1.787.632,49	785.002,64	0,00
Desporto Comunitário	680.000,00	680.000,00	12.794,54	471.999,04	7,48	195.164,20	1.787.632,49	785.002,64	0,00
Encargos Especiais	680.000,00	680.000,00	12.794,54	471.999,04	0,04	0,00	8.500,00	160.000,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	680.000,00	680.000,00	12.794,54	471.999,04	0,04	0,00	8.500,00	160.000,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.000.000,00	36.025.244,67		23.889.250,12	12.135.994,55	3.816.688,68	23.889.250,12	12.135.994,55	0,00
Reserva de Contingência	13.000,00	13.000,00	-974.402,86	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Reserva de Contingência	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.000.000,00	36.025.244,67	-974.402,86	23.889.250,12	12.135.994,55	3.816.688,68	23.889.250,12	12.135.994,55	0,00

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 02384/0-3

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONST. GARANT. VALORES 2º SEM DE 2015

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	18.656.017,71	19.958.001,19	20.055.559,04
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.104.323,90	4.390.760,26	4.412.222,99
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.693.891,51	3.951.684,24	3.971.000,69

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

DEMONST. OP. CREDITO E DESP. CAPITAL REF. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)						
	46.500,00	0,00			46.500,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL						
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	12.293.766,54	5.971.662,17	5.971.662,17	0,00	6.322.104,37	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.293.766,54	5.971.662,17	5.971.662,17	0,00	6.322.104,37	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)						
	-12.247.266,54	-5.971.662,17	-	-	-6.275.604,37	
FONTE:						

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 20/01/2016

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONST. OPERAÇÃO CREDITO 2º SEM DE 2015

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	239.139,53	239.139,53
Parcelamentos de Dívidas	239.139,53	239.139,53
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	239.139,53	239.139,53
Previdenciárias	239.139,53	239.139,53
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.055.559,04	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.208.889,45	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.888.000,50	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.403.889,13	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	239.139,53	1,19

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONST. PESSOAL DO 2º SEM DE 2015MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOALORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.221.407,62	0,00
Pessoal Ativo	10.054.204,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	167.203,62	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.221.407,62	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.055.559,04	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.221.407,62	50,97
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.830.001,88	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.288.501,79	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.747.001,69	48,60

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JONNEI ZANETTE
Prefeito MunicipalADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle InternoJAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONST. PPP REF. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JAIRO LUIZ CANELA Secretario de Administração e Finanças	DIOGENES PAZINI MANFREDINI Agente Controle Interno	ADAIR PASINI Contador CRC/SC 022984/0-3
JONNEI ZANETTE Prefeito Municipal		

DEMONST. REC. DESP. PREV. DO 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

DEMONST. RESTOS A PAGAR REF. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL											
SECRET. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	600.512,35	0,00	600.512,35	88.312,35	0,00	511.200,00	0,00	0,00	0,00	96.397,13
FONTE:											

MELEIRO, 20/01/2016

JAIRO LUIZ CANELA	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	ADAIR PASINI
Secretário de Administração e Finanças	Agente Controle Interno	Contador CRC/SC 0239840-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONST. RESULT. NOMINAL DO 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	391.491,70	109.724,73	327.462,03
DEDUÇÕES (II)	1.214.001,99	983.870,98	1.534.188,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.814.514,34	2.183.795,27	1.767.024,20
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	600.512,35	1.199.924,29	232.835,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-822.510,29	-874.146,25	-1.206.726,70
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-822.510,29	-874.146,25	-1.206.726,70

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	-332.580,45	-384.216,41

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-31.289,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONST. RESULT. PRIMÁRIO NO 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	25.914.200,00	19.871.792,45	18.476.556,74				
Receita Tributária	3.473.000,00	1.907.347,81	1.611.305,03				
I.P.T.U.	500.000,00	354.716,09	340.652,36				
I.S.S.	800.000,00	633.728,99	522.295,82				
I.T.B.I.	130.000,00	334.299,24	150.958,51				
I.R.R.F.	713.000,00	259.742,80	228.472,51				
Outras Receitas Tributárias	1.330.000,00	324.860,69	368.925,83				
Receita de Contribuição	190.000,00	278.071,20	235.046,73				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00				
Outras Contribuições	190.000,00	278.071,20	235.046,73				
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	253.800,00	183.766,59	179.460,97				
(-) Aplicações Financeiras	253.800,00	183.766,59	179.460,97				
Transferências Correntes	20.304.700,00	16.514.688,08	15.703.081,74				
F.P.M.	5.680.000,00	4.713.012,25	4.773.764,06				
I.C.M.S.	5.680.000,00	4.525.047,50	4.700.362,63				
Convênios	574.500,00	336.522,99	329.142,58				
Outras Transferências Correntes	8.370.200,00	6.940.105,34	5.899.812,47				
Demais Receitas Correntes	1.946.500,00	1.171.685,36	927.123,24				
Dívida Ativa	312.000,00	197.438,41	120.114,71				
Diversas Receitas Correntes	1.634.500,00	974.246,95	807.008,53				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.832.000,00	4.153.877,82	3.500.899,83				
Operações de Crédito (III)	46.500,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos (IV)	28.000,00	0,00	0,00				
Alienação de Ativos (V)	52.000,00	162.800,00	120.600,00				
Transferências de Capital	1.705.500,00	3.991.077,82	3.380.299,83				
Convênios	1.705.500,00	3.991.077,82	3.380.299,83				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.705.500,00	3.991.077,82	3.380.299,83				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	27.619.700,00	23.862.870,27	21.856.856,57				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.718.478,13	17.917.587,95	16.683.894,12	17.917.587,95	16.683.894,12	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	13.247.070,79	10.825.046,74	9.842.343,84	10.825.046,74	9.842.343,84	0,00	0,00

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.718.478,13	17.917.587,95	16.683.894,12	17.917.587,95	16.683.894,12	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	170.000,00	26.958,91	144.978,53	26.958,91	144.978,53	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.301.407,34	7.065.582,30	6.696.571,75	7.065.582,30	6.696.571,75	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.548.478,13	17.890.629,04	16.538.915,59	17.890.629,04	16.538.915,59	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.293.766,54	5.971.662,17	5.316.591,59	5.971.662,17	5.309.506,81	0,00	7.084,78
Investimentos	11.813.766,54	5.594.749,54	4.520.078,56	5.594.749,54	4.512.993,78	0,00	7.084,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	480.000,00	376.912,63	796.513,03	376.912,63	796.513,03	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.813.766,54	5.594.749,54	4.520.078,56	5.594.749,54	4.512.993,78	0,00	7.084,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	13.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	35.375.244,67	23.485.378,58	21.058.994,15	23.485.378,58	21.051.909,37	0,00	7.084,78
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.755.544,57	377.491,69	797.862,42	377.491,69	804.947,20	23.862.870,27	21.849.771,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	874.702,49	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	874.702,49	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							-537.000,00

FONTE:

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

MELEIRO, 20/01/2016

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONST. SIMPL. REL. GESTAO FSICAL 2º SEM. 2015

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	20.055.559,04	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.221.407,62	50,97
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.830.001,88	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	10.288.501,79	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.206.726,70	-6,02
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.066.670,85	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.412.222,99	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.208.889,45	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.403.889,13	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	1.527.103,95

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JAIRO LUIZ CANELA
 Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
 Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
 Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

DESP. REGIME PREVIDENCIA REF. 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-5

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 6º BIM DE 2015

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Feb/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.919.542,24	1.726.698,02	1.820.983,12	1.928.657,55	2.011.322,04	2.118.225,06	1.800.006,64	1.728.063,84	1.646.175,62	1.754.474,89	1.826.122,45	2.288.267,27	22.598.228,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	94.822,76	107.061,92	206.690,58	171.621,89	215.295,13	390.020,93	147.512,41	126.224,17	126.224,17	95.676,45	117.043,12	133.429,81	3.473.000,00
IPTU	0,00	0,00	16.032,17	26.529,74	63.537,45	181.491,78	15.984,71	14.193,75	12.286,95	5.625,14	7.368,13	11.686,27	354.734,81
I.R.R.F.	17.985,77	30.426,45	21.894,69	19.745,16	20.455,22	20.051,62	18.743,74	19.816,27	14.275,41	18.006,90	23.745,40	33.690,77	500.000,00
I.S.S.	61.160,65	54.124,85	35.091,73	51.294,87	48.121,01	57.287,83	63.259,63	46.025,69	46.881,45	46.463,28	62.884,13	61.133,87	800.000,00
I.T.B.I.	8.460,23	8.020,48	63.769,80	35.240,85	44.495,11	19.519,11	28.951,37	30.059,32	48.625,04	18.625,31	12.559,91	14.731,71	130.000,00
Outras Receitas Tributárias	7.216,11	14.490,14	69.801,98	38.811,27	38.674,34	82.253,39	20.572,95	16.067,14	8.305,79	5.953,82	10.485,55	12.207,19	133.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.253,67	23.593,73	23.710,19	25.165,16	23.992,04	23.530,26	22.471,02	22.409,91	22.217,85	22.806,82	43.630,44	276.071,20	190.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	13.163,92	12.979,99	16.930,78	15.028,38	16.553,13	18.571,80	21.538,95	16.892,64	17.523,35	14.940,04	8.257,76	11.485,64	253.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	64.039,01	48.793,50	51.320,44	51.263,44	59.611,66	53.910,57	61.310,41	55.396,35	51.447,13	59.162,97	54.495,05	58.469,25	779.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.724.537,51	1.517.675,27	1.483.141,41	1.636.505,07	1.662.739,52	1.633.789,79	1.514.650,41	1.476.990,81	1.406.472,00	1.541.865,51	1.543.436,04	1.880.763,44	23.427.700,00
Cota-Parte do FPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.893,82	591.411,98	514.388,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	7.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	521.098,03	463.700,75	465.694,16	500.597,53	473.692,80	453.948,32	471.701,42	440.216,85	459.475,30	475.092,57	477.943,97	453.153,24	7.100.000,00
Cota-Parte do IRVA	29.256,46	52.586,48	82.889,29	84.912,56	92.822,34	102.428,94	94.725,27	82.058,13	78.515,86	76.850,28	64.874,20	38.141,08	1.100.000,00
Outras Transferências Correntes	86,29	1.206,13	289,19	183,65	495,61	98,99	76,09	909,22	6.396,30	11.401,79	422,66	603,55	15.000,00
Transferências da LC 61/1989	249.946,81	91.996,37	203.881,24	248.268,31	184.971,49	259.184,51	276.656,82	203.415,75	203.298,06	252.374,28	223.785,20	531.379,27	3.655.700,00
Transferências da LC 87/1996	10.856,11	5.315,12	6.335,77	6.635,77	7.485,89	7.130,30	6.599,29	6.989,14	6.989,29	8.093,82	7.365,08	7.272,57	29.351.116,11
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	7.925,07	1.981,52	1.981,52	1.981,52	1.981,52	1.981,52	1.981,52	1.981,52	1.981,52	15.000,00
Transferências do FUNDEB	313.768,12	230.994,81	263.761,24	307.051,36	309.877,89	294.429,27	281.904,27	289.759,28	216.345,31	293.207,86	298.605,03	298.203,75	4.151.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.928,17	18.613,61	33.898,72	28.975,61	33.740,56	27.816,71	32.523,43	30.169,96	17.199,65	20.302,10	80.771,57	159.488,49	972.590,00
DEDUÇÕES (II)	232.124,31	226.942,63	200.099,55	216.237,31	233.577,82	216.035,00	191.217,60	195.591,11	185.373,50	199.256,63	206.006,96	210.235,28	3.123.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	232.124,31	226.942,63	200.099,55	216.237,31	233.577,82	216.035,00	191.217,60	195.591,11	185.373,50	199.256,63	206.006,96	210.235,28	3.123.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	1.687.417,93	1.499.755,39	1.620.883,57	1.712.420,24	1.777.744,22	1.902.190,06	1.608.789,04	1.532.502,73	1.460.802,12	1.555.218,26	1.620.115,49	2.078.031,99	26.168.000,00

FONTE:

MELEIRO, 20/01/2016

ADAIR PASINI
Prefeito MunicipalDIOGENES PIZZINI MANFREDINI
Agente Controle InternoJAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016 PARA ESCOLHA DE VAGAS DO QUADRO ACT REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE MODELO/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 001/2016 –

CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS DO QUADRO DE ACT (ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO) CONFORME PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 02/2014 NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO DE 2016.

A Diretora Municipal de Educação, Jussane M. T. Frandoloso em suas atribuições legais, convoca todos os professores classificados no processo seletivo edital nº 02/2014, para a escolha de aulas do quadro de vagas do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Física e Artes, conforme as datas e condições que segue: dia 28 de janeiro de 2016 no horário das 09:00 horas nas dependências do Departamento Municipal de Educação.

- A escolha de aulas dos professores classificados se dará conforme segue o quadro de vagas e horário.
- A escolha ocorrerá conforme classificação processo seletivo 002/2014

ENSINO FUNDAMENTAL

ESCOLA	CARGA HORÁRIA	ORIGEM DA VAGA	TURNO	TURMA	HORÁRIO
E.R.M. PROF GRISELDI M ^a MULLER	20 h	VINCULADA	MAT	4ºANO 401	07:30 AS 11:30
E.R.M. PROF GRISELDI M ^a MULLER	20 h	VINCULADA	MAT	5º ANO 501	07:30 AS 11:30
E.R.M. PROF GRISELDI M ^a MULLER	20h	EXCEDENTE	MAT	4º ANO 402 (2º PROFES-SOR)	07:30 AS 11:30
E.R.M. PROF GRISELDI M ^a MULLER	20 h	LICENÇA MATERNIDADE PROF ILIANA	VES	3º ANO 302	13:15 AS 17:15

EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME DA ESCOLA	CARGA HORÁRIA	ORIGEM DA VAGA	TURNO	SÉRIE/TURMA	HORÁRIO
C E I PEQUENO LAR (CASA)	20 HS	EXCEDENTE	MATUTINO	BERÇARIO I 101 INTEGRAL	07:30 AS 11:30
C E I PEQUENO LAR (CASA)	20 HS	EXCEDENTE	VESPERTINO	BERÇARIO I 101 INTEGRAL	13:30 AS 17:30
C E I PEQUENO LAR	20HS	VINCULADA	VESPERTINO	BERÇARIO II 202	13:30 AS 17:30
C E I PEQUENO LAR	20HS	VINCULADA	VESPERTINO	MATERNAL I 301	13:30 AS 17:30
C E I PEQUENO LAR J.I.CANTINHO ALEGRE E CASA	20HS	EXCEDENTE	MATUTINO	CONTAÇÃO DE HISTORIA	07:30 AS 11:30
C E I PEQUENO LAR J.I.CANTINHO ALEGRE E CASA	20HS	EXCEDENTE	VESPERTINO	CONTAÇÃO DE HISTORIA	13:30 AS 17:30
C E I PEQUENO LAR	20HS	LICENÇA MATERNIDADE PROF DANIELA	MATUTINO	MATERNAL I 302	07:30 AS 11:30
C E I PEQUENO LAR	20HS	LICENÇA MATERNIDADE PROF DANIELA	VESPERTINO	MATERNAL I 302	13:30 AS 17:30

JUSSANE M. T. FRANDOLOSO
DIRETORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, Márcia Teresinha Jacoby, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato com a empresa Tucano Gestão Ambiental Ltda objetivando a prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos de serviços de saúde – Grupo A1, A4.B e E. Para os resíduos dos grupos A1, A4 e E, será pago o valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo pagos mensalmente o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Para os resíduos do grupo B, será pago o valor de R\$ 7,00 (sete reais) por quilo cotetado.

Modelo (SC), 27 de janeiro de 2016.
MARCIA TERESINHA JACOBY
Gestora FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO ADM Nº 011/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO ADM Nº 011/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: POSTO MODELO LTDA
VALOR: R\$ 11.815,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando o aditamento do preço do contrato Administrativo nº 011/2016, sendo reajustado em R\$ 0,085 (oito centavos e cinco) por litro de óleo diesel comum, que após este reajuste passa a ter o valor de R\$ 3,153 (três reais e quinze centavos) por litro de óleo diesel comum.

Modelo (SC), 27 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003/2016 AO CONTRATO ADM Nº 069/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003/2016 AO CONTRATO ADM Nº 069/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: MARIA FRIDA KLEIN - MEI

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou aditamento do contrato 069/2014 objetivando reajuste de valor no total de R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais) no ano de 2016, sendo acrescentado R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais ao valor antes pago de 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais, totalizando 1.000,00 (mil reais) por mês a contratada.

Modelo (SC), 27 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003/2016 AO CONTRATO ADM Nº 070/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 003/2016 AO CONTRATO ADM Nº 070/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: CLARICE FÁTIMA PADILHA

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou aditamento do contrato 070/2014 objetivando reajuste de valor no total de R\$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais) no ano de 2016, sendo acrescentado R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais ao valor antes pago de 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais, totalizando 1.000,00 (mil reais) por mês a contratada.

Modelo (SC), 27 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005/2015 AO CONTRATO ADM Nº 033/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005/2015 AO CONTRATO ADM Nº 033/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando o aditamento do prazo de vigência do contrato Administrativo nº 033/2013 em mais (12) doze meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, sendo que este aditivo terá validade de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Modelo (SC), 27 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA Nº 034/2016 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Claudecir Leonir Bolis	07.03.2014 a 06.03.2015	01.02.2016 a 10.02.2016 (10 dias)
Gelson Luiz Bortolin	10.06.2014 a 09.06.2015	11.02.2016 a 11.03.2016 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de janeiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 KALBRINK

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016

Aos vinte e sete dias do mes e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de ERECHIM-RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05.760.614/0001-95, neste ato representada por: ROBSON TEIXEIRA DA LUZ , cpf nº 740.892.770-00, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRONICO ELETRODOMESTICOS,

MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados

conforme especificações e delimitações constantes em Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	20,00	UNI	POLTRONA EM CORINO COM PÉS DE MADEIRA ASSEBTO FIXO EM ESPUMA D-26 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS; ENCOSTO FIO EM ESPUMA D-23 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS ; BRAÇOS ESPUMA D-23 PÉS EM MADEIRA NA COR TABACO (TB) OU EM MADEIRA REVESTIDO DE ALUMINIO ESTRUTURA MADEIRA REFLORESTADA DE EUCALIPTO OU PINUS COMPENSADO OU MDF; ALTURA 0,80 LARGURA 0,76 PROFUNDIDADE 0,75 NAS CORES VERMELHO COM DETALHES EM PRETO E DOURADO AMARELO COM DETALHES EM MARROM LILÁS COM DETALHES EM PRETO LARANJA COM DETALHES EM MARROM. (142563)	426,4585	8.529,17

02	10,00	UND	FORNO ELÉTRICO 44L - TIMER ATÉ 2 HORAS COM AVISO SONORO DOURADOR LUZ INTERNA COM PROTEÇÃO CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA TERMOSTATO DE 50°C A 320°C PORTA COM ABERTURA LATERAL FRONTAL EM TERMOPLÁSTICO GRADE CROMADA REMOVÍVEL (2 ALTURAS) BANDEJA ESMALTADA PARA RESÍDUOS CORPO INTERNO AUTOLIMPANTE CORPO EXTERNO EM AÇO INOX ESCOVADO PORTA COM VIDRO DUPLO ESPELHADO E SERIGRAFADO ISOLAMENTO TÉRMICO EM FIBRA CERÂMICA PÉS ANTIDERAPANTES CONTROLE INDEPENDENTE DAS RESISTÊNCIAS PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO (PORTARIA 371) ALTURA 27,00 CENTÍMETROS LARGURA 39,00 CENTÍMETROS PROFUNDIDADE 43,00 CENTÍMETROS PESO 14,80 QUILOS (142562)	464,769	4.647,69
03	10,00	UND	LIQUIDIFICADOR 450W EXCLUSIVO SISTEMA ALL-METAL DRIVE: ACOPLAMENTO MOTOR-LÂMINAS 100% METAL PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE AO PRODUTO; CONJUNTO DE FACAS DESMONTÁVEL QUE FACILITA A LIMPEZA E GARANTE MELHOR HIGIENE; APARELHO EM POLIPROPILENO COM ACABAMENTO EM AÇO INOX ESCOVADO; ENROLADOR DE FIO NA BASE; 12 VELOCIDADES E PULSAR; JARRA DE VIDRO DE 1,25 LITROS À PROVA DE CHOQUE TÉRMICO; TAMPAS HERMÉTICAS E INQUEBRÁVEIS DE SILICONE COM SOBRETAMPA ACRÍLICA DESTACÁVEL. (37697)	213,2299	2.132,30
04	10,00	UND	BATEDEIRA 250 WATTS TIGELA COM CAPACIDADE 4,0 L BATEDEIRA COM TIGELA DE 4L E SUPORTE PARA GUARDAR OS BATEDORES. 2 EM 1 PARA MAIOR FACILIDADE DE USO, PODE SER USADA COMO BATEDEIRA DE MÃO OU MONTADA NA BASE. TIGELA COM GRANDE CAPACIDADE POSSUI 4L E FEITA COM MATERIAL MUITO RESISTENTE POSSUI TRÊS VELOCIDADES + PULSAR. BATE MASSAS LEVES E MÍDIAS E FACILITA O PREPARO DE SUAS RECEITAS. (142564)	162,633	1.626,33
05	5,00	UND	FERRO DE PASSAR ROUPAS A VAPOR 220 VOLTS (38685)	67,2216	336,11
06	10,00	UND	MAQUINA DE COSTURA COM PEDAL, COR BRANCA, COM LUZ DE LED E 18 TIPOS DE PONTO, CASEADOR 4 PASSOS, COM CARRETEL, PRENDEDOR DE RETRÓS, SAPATILHA PARA USO ESPECIAL, SAPATILHA PARA CADA BOTÃO, SAPATILHA PARA PREGAR ZIPER, SAPATILHA PARA PREGAR BOTÕES PASSADOR DE LINHA, CARTELA DE AGULHA DUPLA, BOBINAS, FELTRO PARA PINO PORTA- RETRÓS, PINO PORTA RETRÓS, PINCEL PARA LIMPEZA, PLACA ISOLADORA DOS DENTES, VELOCIDADE 850 RPM. (36937)	672,2164	6.722,16

07	10,00	UND	<p>FOGÃO A GÁS 6 BOCAS 2 POTÊNCIAS DE QUEIMADORES: 2,0 E 1,7 KW - AGILIDADE NA COZINHA MAIS TEMPO PARA VOCÊ SE RENOVAR. GRADE MESA - FACILIDADE PARA MOVIMENTAR AS PANEIS ENQUANTO COZINHA. ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL - PRATICIDADE E SEGURANÇA NO USO DOS QUEIMADORES E DO FORNO. 1 PRATELEIRA FIXA - PRÁTICA E SEGURA PARA RENOVAR SEU JEITO DE COZINHAR. PUXADOR ROBUSTO - MAIS SEGURANÇA E PRATICIDADE NA HORA DE CONFERIR SUA RECEITA. VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA COM O DISPOSITIVO QUE CORTA O GÁS SE AS CHAMAS DOS QUEIMADORES SE APAGAREM. FORNO AUTOLIMPANTE - SEU FORNO MUITO MAIS FÁCIL DE LIMPAR. PORTA DO FORNO EM VIDRO TOTAL TAMPA EM VIDRO TOTAL - MAIS BONITO E MODERNO. E MAIS FÁCIL DE LIMPAR. VIDRO DUPLO NA PORTA DO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA TODA A SUA FAMÍLIA. CAPAS DOS QUEIMADORES ESMALTADAS - NÃO RETÉM A SUJEIRA E COM ISSO SEU PRODUTO FICA LIMPO POR MAIS TEMPO.(38755)</p>	621,6195	6.216,20
08	10,00	UND	<p>TV LED 42" TELA LED DE 43" E IMAGEM FULL HD COM RESOLUÇÃO 1920X1080 PIXELS, OFERECENDO IMAGENS DE QUALIDADE, CENAS COM MAIOR PROFUNDIDADE E RIQUEZA DE DETALHES. INTELIGENTE, ALÉM DE FUNCIONAR COMO UMA TV CONVENCIONAL, ELA FOI DESENVOLVIDA PARA ACESAR A INTERNET E APLICATIVOS ON DEMAND (COM WI-FI INTEGRADO), SENDO IDEAL PARA USUÁRIOS QUE DESEJAM CONTROLAR, CONFIGURAR E PERSONALIZAR SUA PROGRAMAÇÃO. ESTE MODELO CONTA COM RECURSOS EXCLUSIVOS QUE TORNAM A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO INTERATIVA E INTERESSANTE:CONTENDO : 1 TV 431 CONTROLE REMOTO 2 PILHAS AAA 4 PARAFUSOS (M4XL14) 2 BASES 1 CABO DE FORÇA 1 MANUAL DO USUÁRIO 1 ORGANIZADOR DE CABOS1 QUICK START GUIDE (WEBOS) (39695)</p>	1.510,6799	15.106,80
09	10,00	UND	<p>MESA EM L MEDIDA 1,70 CM X 1,70 CM X 68 CM PROFUNDIDADE.TAMPO: MDF 25MM EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO. BORDAS POST FORMADAS 180°, NO SENTIDO LONGITUDINAL, E FITA ABS NO SENTIDO TRANSVERSAL. PÉS: ESTRUTURA METÁLICA, CONFECCIONADA EM TUBO METÁLICO DE 30X30MM NA BASE SUPERIOR E OBLONGO DE 29X58MM NA BASE INFERIOR, CALHA PASSA FIOS NA VERTICAL DE 30X200MM. PONTEIRAS DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM REGULAGEM DE ALTURA, COR CINZA. PINTURA EPÓXI A PÓ, COM SECAGEM EM ESTUFA A 180°. SAIA: MDF 15MM EM LAMINADO DECORATIVO DE BAIXA PRESSÃO. BORDAS REVESTIDAS POR FITA MELAMÍNICA DA MESMA COR. ACABAMENTOS: SOBRE OS PARAFUSOS APARENTES DEVERÃO SER APLICADOS TAPA FUROS DE PVC, DA MESMA COR. DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. OBS.: CADA SOLICITANTE ESCOLHERÁ A COR NO MOMENTO DA COMPRA. OPÇÕES DE CORES: CINZA, BEGE, PRETO E/OU AZUL.(39683)</p>	415,6177	4.156,18

10	3,00	UND	FRUTEIRA DE CHÃO 79CM ALTURA 29 CM LATERAL 41 CM PROFUNDIDADE 79CM PESO 4,680 KG MATERIAL EM MADEIRA DESCRÇÃO DO TAMANHO 29X41X79 . (142568)	209,6159	628,85
11	3,00	UND	CAMA BOX 138X188 COM COLCHÃO D MOLAS ENSACADAS INDIVIDUALMENTE COM NÍVEL DE CONFORTO FIRME, COMPOSTO POR MATÉRIA-PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, REVESTIDO COM TECIDO COM TRATAMENTO ANTÍÁCAROS, ANTIFUNGOS E ANTIALÉGICO. SÃO 700 MOLAS ENSACADAS, DENSIDADE D-23, BORDADO MATELASSE E RESPIROS NAS LATERAIS PARA GARANTIR O CONFORTO NECESSÁRIO PARA UMA BOA NOITE DE SONO DESENVOLVIDO PARA ATENDER ADEQUADAMENTE PESSOAS COM O PESO APROXIMADO DE ATÉ 120 KG . PROFUNDIDADE 188 CM(142569)	932,4292	2.797,29
12	3,00	UND	ROUPEIRO 2 PORTAS DE CORRER VOLUME 1: 1 TRILHO INFERIOR 1 TRILHO GUIA SUPERIOR 4 ANTIEMPENAMENTO 6 PERFIL 1 BASE 1 RODAPÉ FRONTAL 1 LATERAL DIREITA 1 APLIQUE 1 LATERAL ESQUERDA 4 FUNDOS 1 RODAPÉ CENTRAL 1 CHAPÉU 1 RODAPÉ TRASEIRO 4 FUNDO DE GAVETA VOLUME 2 4 CORREDIÇAS METAL 2 MANUAL DE MONTAGEM 1 KIT FERRAGEM 8 LATERIAS DE GAVETA 4 TRASEIRO GAVETA 2 CABIDEIROS 1040MM 1 CABIDEIRO 512 MM – 2 PUXADORES 1 DIVISÃO DIREITA 2 TAMPO GAVETA 1 PRATELEIRA 2 PRATELEIRAS 2 LATERAL GAVETA 4 FRENTE DE GAVETA 3 TRASEIRO GAVETA 6 LATERAL GAVETA 1 GAVETA TRASEIRA 2 COLUNAS 1 DIVISÃO ESQUERDA VOLUME 3: 8 PORTAS ALTURA 201 CM LARGURA 212 CM PROFUNDIDADE 50 CM PESO 52,4KG DIMENSÕES 68X610X2105CM; (142626)	631,7389	1.895,22
13	6,00	UND	Ventilador de coluna- 3 velocidade, voltagem 220v, potencia minima 45w	148,1767	889,06
14	5,00	UND	Notebook, intel core, 14 polegadas, memoria RAM minimo de 4GB, HD 1TB, Áudio de alta definição, com dois alto-falantes estéreo, Placa de vídeo integrada, Wireless padrão - 802.11b/g/nEntrada padrão RJ-45 tipo Gigabit 10/100/1000, Leitor e gravador de DVD e CD, HDMI,USB, Leitor de cartão SD, Windows 8.1 - 64 bits; Microsoft Office 2013 Trial; McAfee® Internet Security; Adobe® Reader®; Entre outros disponíveis via Windows App Store, Bivolt, Notebook; Cabo de energia; Kit de manuais e termo de garantia; Fonte carregadora de bateria bivolt no padrão AC, com 12 meses de garantia.	2.233,4932	11.167,47
15	40,00	UND	COLHÃO SOLTEIRO 1 QUALIDADE	267,4409	10.697,64
16	50,00	UND	CADEIRINHAS INFANTIS COLORIDAS PARA 4 E 6 ANOS	68,6673	3.433,37
18	5,00	UND	MICRO-ONDAS ELETRICO 30 L COR CINZA ESPELHADO LARGURA 53,9 CM ALTURA 30,0 CM PROFUNDIDADE 39,8 CM PESO 16,4 KG VOLTAGEM 220V GARANTIA DE 12 MESES CAPACIDADE 30 LITROS FUNÇÃO GRATINAR PAUSA/CANCELAR LIGAR + 30 SEGUNDOS TRAVA DE SEGURANÇA (142737)	397,5473	1.987,74
19	6,00	UND	TABLET 5 POLEGADAS OU MAIS ANDROID 4.4 OU SUPERIOR CAMERA TRASEIRA GPS CONECTIVIDADE 3G E WI-FI ARMAZENAMENTO DE NO MINIMO 16 GB	805,9369	4.835,62
20	60,00	UND	CAMA BERÇO COM COLCHÃO PARA BEBE ATE 3 ANOS	477,0568	28.623,41
21	40,00	UND	CADEIRINHA PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBE	249,3706	9.974,82
22	20,00	UND	BERÇO VIME 4 RODINHAS- TIPO MOISES	469,8287	9.396,57

TOTAL DO LOTE			
135.800,00			

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante. 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); NADIR RIBEIRO, portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o	
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.	
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.	

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 68/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer

órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 27 de Janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

KALBRINK M. E.E LTDA ME
ROBSON T. DA LUZ

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: NADIR RIBEIRO-664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 JVC

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016

Aos vinte e sete dias do mes e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: JVC COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de VIDEIRA-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.831.581/0001-06, neste ato representada por: CLOVIS KNEBEL DE SIQUEIRA , cpf nº 461.381.700-59, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRONICO ELETRODOMESTICOS,

MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados conforme especificações e delimitações constantes em Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 02					
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
17	5,00	UNI	GANGORRA DINOSSAURO- de polietileno DIMENSÕES Altura: 42 cm ;largura: 56 comprimento: 154 cm Idade sugerida: 1 a 3 anos.	271,154	1.355,77
23	10,00	UNI	BALANÇO INFANTIL-Balanço ideal para crianças de 9 meses a 4 anos, produto de qualidade, bem seguro e sem cantos que possam machucar as crianças. Material resistente, durável e antitóxico, ideal para ambientes externos e internos • Tamanho: alt.25cm x larg.25cm x comp.37cm Material: Plástico +Balanço + Cordas + Ganchos	106,9822	1.069,82
24	10,00	UND	TRICICLO XODO VERMELHO - material em plástico injetado, medidas 60,5 cm	53,1547	531,55
25	2,00	UND	CASINHA TROPICAL PLUS ACOMPANHA CADEIRINHA MEDIDAS 158X126X158CM PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	2.052,1745	4.104,35
26	2,00	UND	TREZINHO DA ALEGRIA COM 03 VAGÕES MEDIDAS 212X86X122CM, PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	1.503,8066	3.007,61
27	2,00	UND	PLAYGROUND MODULAR MEDIDAS 4,10X3,14X2,22CM PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	4.102,3305	8.204,66
28	2,00	UND	GIRA GIRA PRODUTO ATÓXICO, PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM COM EIXO INTERNO METÁLICO, POSSUI ADITIVOS UV, MEDIDAS ALTURA 0,55CMX1M, PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	433,9844	867,97
29	2,00	UND	ESCORREGADOR COM BALANÇO, MEDIDAS 173X184X120CM, PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	1.207,7552	2.415,51
30	2,00	UND	PLAYGROUND JUNIOR MEDIDAS 132X76X78,5 PLÁSTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	696,3936	1.392,79
45	5,00	UND	MIUDINHAS DREAMS - bonecas diversas, 190x140x100mm	104,2908	521,45
46	12,00	UND	MINI FORMULA I- Faixa etária recomendada: À partir de 1 ano Dimensões do produto: 18x13x12 cm Dimensões do produto com embalagem: 20x15x14 cm Peso aproximado do produto: 200g Composição / Material: Plástico	7,0649	84,78

47	12,00	UND	MINI CAÇAMBA- MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO COLORIDO POSSUI 4 CM DE COMPRIMENTO	7,0649	84,78
48	12,00	UND	MINI JIPE- material plastico, 5 cm de comprimento	7,0649	84,78
50	4,00	UND	SACOLAO MULTI IDEIAS- confeccionado em plastico polipropileno atoxico, de alto brilho, com cores vivas, contendo 1000 peças com diversos encaixes, nos formatos, rodas livres com rolamento, semicirculo, chave de boca dupla e barras paralelas em tres tamanhos diferentes. Acondicionado em sacola pvc cristal.	131,2046	524,82
51	12,00	UND	MINI CARREGADEIRA- a carregadeira é movido a pilha 4xaa1.5v nao incluidas, movido a controle remoto, dimensoes 45x17x20cm, funções do carrinho: para frente, para tras e para os lados.	94,1982	1.130,38
52	1,00	UND	MINI CAR COM 48 PEÇAS- material plastico 10cm x 10cm x 10cm	97,5624	97,56
53	10,00	UND	TRICICLO CHARME ROSA- Capacidade de Peso 21kg, Idade Recomendada A partir de 3 anos, Material Estrutura Tubular / Termoplástico	53,1547	531,55
54	10,00	UND	TRICICLO XODO AZUL - material em plastico injetado, medidas 60,5 cm.	53,1547	531,55
56	2,00	UND	KIT GIBITEKA II COM 140 VOLS	370,0643	740,13
57	1,00	UND	KIT VOLEI MODELO I COM REDE DE 0,57X4,5 PRODUTO ATOXICO, PEÇAS RETO MOLDADAS E INJETADAS COM REGULAGEM DE ALTURA POSSUI ADITIVOS ANTI-UV DIMENSOES; ALT1,05X2,02X0,55.	588,7386	588,74
58	1,00	UND	KIT BASQUETE MODELO I PRODUTO ATOXICO COMPOS DE PEÇAS RETO MOLDADAS PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ACOMPANHA REDE EM NYLON PARA CESTA E DUAS BOLAS. POSSUI ADITIVOS ANTI-UV DIMENSOES; 2,30X0,55.	534,9111	534,91
TOTAL DO LOTE 28.900,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante. 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); NADIR RIBEIRO, portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.
- CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o	
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	

9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.	
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.	

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 68/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre

as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer

órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 27 de Janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

JVC C.L.J.P LTDA ME

CLÓVIS K. DE SIQUEIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: NADIR RIBEIRO-664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016 ESPORTE CENTER

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016

Aos vinte e sete dias do mes e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME , pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de FRAIBURGO-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 22.528.813/0001-91, neste ato representada por: ANDERSON CORDEIRO PIROLI , cpf nº 044.949.089-08 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janerio/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRONICO ELETRODOMESTICOS,

MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados

conforme especificações e delimitações constantes em Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 02					
ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
31	3,00	PAR	PAR DE REDE PARA TRAVE DE CAMPO FIO DE SEDA	442,92	1.328,76
32	1.000,00	M2	REDE DE PROTEÇÃO P/ QUADRA FIO DE SEDA, BITOLA Nº4 MALHA 10 INSTALADA NO LOCAL SOLICITADO	16,5851	16.585,10
33	20,00	UND	APITO PARA PROFESSORES FOX 40	24,607	492,14

34	20,00	UND	CONE PLASTICO COM 50 CM	18,3076	366,15
35	20,00	UND	CONE PRATO PARA TREINAMENTO	7,3821	147,64
36	10,00	UND	CARTAO PARA ARBITRAGEM	9,7444	97,44
37	4,00	UND	PRANCHETA MAGNETICA PARA FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO	137,799	551,20
38	10,00	UND	REDES PARA CARREGAR BOLAS	25,0991	250,99
39	5,00	UND	CRONOMETRO 1º QUALIDADE	136,8147	684,07
40	3,00	UND	PLACAR DE MESA PARA JOGOS COM MARCADOR DE FALTAS	137,799	413,40
41	50,00	JG	BARALHO PARA JOGO DE TRUCO	12,3035	615,18
42	50,00	JG	BARALHO PARA JOGO CANASTRA	14,5673	728,37
43	50,00	UND	JOGO DE DOMINO EM MADEIRA COLORIDO C/ ESTOJO	25,5912	1.279,56
TOTAL DO LOTE 23.540,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante. 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); NADIR RIBEIRO, portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

- b) multa,
 c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
 d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
 b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
 c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o	
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.	
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.	

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 68/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer

órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 27 de Janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

ESPORTE C.F.LTDA ME

ANDERSON C. PIROLI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: NADIR RIBEIRO-664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 RA DE CAMPOS

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016

Aos vinte e sete dias do mes e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: RA DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI-ME , pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de RIO DO SUL -SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 22.528.813/0001-91, neste ato representada por: RODRIGO ALVES DE CAMPOS , cpf nº 080.057.959-39 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRONICO ELETRODOMESTICOS, MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados conforme especificações e delimitações constantes em Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 04					
ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
44	1,00	UND	MOVEIS SOB MEDIDA PARA SALA DE VACINA CONFORME PROJETO: MATERIAL: MDF 15MM NA COR BRANCO, FUNDO 6MM NA COR BRANCO 2 FACES, PARA PORTAS DOBRADIÇA DE PRESSÃO, PARA GAVETAS TRILHOS TELESCOPICO, PUXADORES EM ALUMINIO, PARTE TAMPO EM MARMORE COM CUBA JA INCLUSO, RESTANTE DOS TAMPOS EM FORMICA BRILHO NA COR BRANCA.	7.899,00	7.899,00
TOTAL DO LOTE 7.899,00					

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante. 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); NADIR RIBEIRO, portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.
- CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o	
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	

7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.	
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.	

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 68/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer

órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 27 de Janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

RA DE C.D.EIRELI ME

RODRIGO A. DE CAMPOS

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: NADIR RIBEIRO-664.958.909-82

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMAS 01 E 02 2016

Município de Morro da Fumaça FMAS. Edital de Dispensa de Licitação 001/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: 20 de Maio, nº 379, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do Telecentro Comunitário - Programa de Inclusão Digital. Data: 27/01/2016 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça FMAS. Edital de Dispensa de Licitação 002/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: Pedro Frasson, nº 79, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do PRONATEC. Data: 27/01/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 05,06 E 07/ 2016

Município de Morro da Fumaça FMS. Edital de Dispensa de Licitação 007/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (uma) casa de Alvenaria, na Rua Francisco Mroczkoski, 101, Bairro Estação Cocal, neste Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento de uma Unidade Básica do Vila Rica, conforme anexo. Data: 27/01/2016 às 09:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça FMS. Edital de Dispensa de Licitação 006/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (uma) casa de Alvenaria, com 126 m², a Rua Natal Sartor, nº 200, Bairro Monte Verde em Morro da Fumaça/SC, funcionamento do Ambulatorial do posto de saúde Valsechi. Data: 27/01/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Município de Morro da Fumaça FMS. Edital de Dispensa de Licitação 005/2016. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo sito a Rua Genovefa Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para o almoxarifado do Fundo Municipal de Saude.. Data: 27/01/2016 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

LEI Nº. 1691/2015

LEI nº. 1691/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DE CLAUDIA FABIANA DA SILVA E A INDENIZAR, CONFORME OS TERMOS DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais regimentais,
Faz saber que a câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, com fundamento no art. 5º, alínea “i”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, parte do imóvel urbano de propriedade de Claudia Fabiana da Silva, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 027, de 23 de Fevereiro de 2015, conforme descrito a seguir:

Localizado na Rua B do Loteamento “Ana Maria”, lote 07 da quadra 04, com área de 65,03 m² (sessenta e cinco vírgula três metros quadrados), ou sejam: 25,50 metros ditos de ambos os lados por 2,60 m e 2,50 m. Confrontações sendo frente ao Sul com a Rua B; fundos ao norte com a Rua Projetada; Oeste com o lote nº 06 e ao leste com terras de Elias Maccari.

Art. 2º - O bem objeto da desapropriação de que trata esta Lei destina-se ao Município, para conservação e melhoramento de vias públicas, observadas as limitações administrativas existentes sobre o imóvel.

Art. 3º - A título de indenização pela desapropriação de parte do imóvel, a dação em pagamento far-se-á com torna a favor do proprietário do imóvel, Sra. Claudia Fabiana da Silva, no valor de R\$ 8.779,05 (oito mil setecentos e setenta e nove reais e cinco centavos), que será pago em parcela única, no ato da assinatura da escritura pública de desapropriação com dação em pagamento.

Art. 4º - Seguem como parte integrante desta lei, as três avaliações imobiliárias realizadas, o mapa de localização com as devidas especificações, cópia de escritura pública e cópia do decreto nº 024, de 23 de Fevereiro de 2015.

Art. 5º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 15 de Abril de 2015

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 177/2015 PMN

PREGÃO PRESENCIAL 177/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 09 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES TECNOLÓGICA, 3 A COM., COM. VITÓRIA, PROJETO CULTURAL, RATZKOB, L. MOHR, WRS, ADL COMERCIAL, ELO COMERCIO, SOLO COMERCIAL, DANNA COMERCIAL, BAGATOLI, DIST. ALIM. OLIVEIRA, MM COMERCIO, KELLY ADS, BLUNAC, BONA GENTE, PJ SERV. TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E POSSUIDORES DO BENEFÍCIO DE ME/EPP COM EXCEÇÃO DO LICITANTE SOLO COMERCIAL QUE O REPRESENTANTE APENAS DEIXOU OS DOCUMENTOS E FOI EMBORA (NÃO COMPROVANDO QUE POSSUÍA O BENEFÍCIO DE ME/EPP, NEM CREDENCIANDO REPRESENTANTE) APOS AS INFORMAÇÕES E ASSINATURA DOS PRESENTES NOS CREDENCIAMENTOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

O PALET DO ITEM 41 NÃO ESTÁ BATENDO A MEDIDA (120X100X170) DESTA FORMA O LICITANTE PROJETO CULTURAL FOI DECLASSIFICADO NO ITEM 41 POIS SUA MEDIDA FOI 120X100X16 CM, O LICITANTE KELLY ADS FOI DESCLASSIFICADO EM TODOS OS ITENS POIS NÃO COLOCOU A VALIDADE DA PROPOSTA, O LICITANTE SOLO COMERCIAL FOI DESCLASSIFICADO EM TODOS OS ITENS POIS NÃO COLOCOU VALIDADE DA PROPOSTA NEM ASSINOU AS PROPOSTAS, AS 11:15 FOI DISPONIBILIZADO AOS LICITANTES AS PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, SENDO QUE AS 11 : 40 A SESSÃO FOI SUSPensa SENDO AGENDADO SEU RETORNO PARA AS 14 HORAS NO MESMO LOCAL, ONDE SERÁ DADO INÍCIO A ETAPA DE LANCES.

NO RETORNO DO ALMOÇO O LICITANTE BAGATOLI PEDIU A DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM 42 DOS LICITANTES PROJETO CULTURAL E DANNA COMERCIAL ALEGANDO QUE SEUS PROSPECTOS ERAM MONTADOS, A COMISSÃO NÃO ACEITOU E MANTEVE AS PROPOSTAS (AS MARCAS COTADAS PELOS LICITANTES PROJETO CULTURAL E DANNA SÃO AS MESMAS DOS LICITANTES BAGATOLI E MM COMERCIO , ALÉM DOS LICITANTES MENCIONADOS TEREM APRESENTADOS OS PROSPECTOS APROVADOS PELA COMISSÃO NO QUAL MENCIONAVAM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DOS CONCORRENTES) VISANDO A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, ECONOMIA ETC, MANTEM-SE AS PROPOSTAS DOS LICITANTES MENCIONANDO AINDA QUE CASO ELES NÃO FORNEÇAM NOS PREÇOS COTADOS NA PROPOSTA QUE SERÁ ABERTO PROCESSO ADMINISTRATIVO PELO PREGOEIRO PODENDO SUSPENDER OS MESMOS DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES. APÓS A ETAPA DE LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORES DOS LANCES, FOI VERIFICADO QUE O LICITANTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA APRESENTOU UMA CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA EM NOME DE PESSOA FÍSICA E NÃO EM NOME DA EMPRESA, SENDO INABILITADA, APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DOS SEGUNDO COLOCADOS NOS ITENS EM QUE O DIST. ALIMENT. OLIVEIRA HAVIA VENCIDO, E FOI CONSTATADO QUE OS DEMAIS ATENDERAM COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. Não houve menção a recursos.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 180/2015 PMN -- REPUBLICADO--

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2015 PMN

---republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 12/02/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 12/02/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 27 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

ERRATA Nº01/EDITAL Nº001/2016 – PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

Navegantes, 27 de Janeiro de 2016.

ERRATA Nº01/EDITAL Nº001/2016 – PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

Acrescenta a este Edital vagas disponíveis para ampliação de carga horária na disciplina de Educação Física.

ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA		
QUANTIDADE DE VAGAS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
02	MATUTINO	10h
01	VESPERTINO	10h
01	MATUTINO	20h
01	VESPERTINO	20h
TOTAL DE VAGAS: 05		

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária de Educação

EXTRATO CONTRATUAL Nº 025/2016.

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº025/2016.

Processo: IL05/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratado: Cantor Rick – MARCOS PAULO DO NASCIMENTO 26027986816

CNPJ: 17.776.657/0001-48.

Valor: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR RICK, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2016 NA PRAÇA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE ACORDO COM CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2016, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE

TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016.

VIGÊNCIA: 27/01/2016 – 26/04/2016.

Recursos: 2.060.3390.00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 27 de janeiro de 2016.

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016 PMN.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº 05/2016.

Processo: IL05/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR RICK, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2016 NA PRAÇA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE ACORDO COM CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2016, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Contratado: Cantor Rick – MARCOS PAULO DO NASCIMENTO 26027986816

CNPJ: 17.776.657/0001-48.

Valor: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 27 de janeiro de 2016.

PORTARIA 163 COMISSÃO AVALIAÇÃO PROCESSO HABILITAÇÃO PROFESSORES EFETIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA Nº 163 DE 27 DE JANEIRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE PROCESSO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que procederá à avaliação do processo de habilitação destinado à alteração da carga horária semanal de trabalho dos ocupantes do cargo efetivo de professor da Rede Municipal de Ensino, conforme o Edital 001/2016, cujos integrantes são os seguintes:

- Gislene Rodrigues – Presidente;
- Graziela Cristiane Corrêa – Membro;
- Luiza Ramos de Lima Couto – Membro;
- Nerozilda Pinheiro Ferreira – Membro;
- Patricia Duarte Cidral – Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JANEIRO DE 2016.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC Fone/Fax: (047) 3342-3583

RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

OBS.:NÃO HOUE PEDIDOS DE RECURSOS

INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Aline Paula Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu
Funcionária: Fabiane Pedroni Veshoski da Luz Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vergina Guedes Lemos
Funcionária: Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto
Funcionária: Rosangela Natalina Cursel Ouriques Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. José dos Passos Lemos
Funcionária: Ana Regina Claudino Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alcireia da Conceição Couto
Funcionária: Ana Paula da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Solange Pasquali
Funcionária: Viviani Taimara Bernardes Galvez Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva

Funcionária: Vanderleia Bona Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Lucimar Vequi Andreani Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Solange Pasquali	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Rosane de Siqueira Prestes Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Profa. Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: João Evangelista Chagas Santos Neto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Portal do Saber	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Terezinha Feuser Stasun Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Marlene de Souza Couto
Funcionária: Marínez de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emilio
Funcionária: Elizabete Klimke do Nascimento Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva
Funcionária: Magrit Decker Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Prof.ª Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes
Funcionária: Edinéia Mônica de Andrade Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Rosana de Fátima Gaya	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva
Funcionária: Edinéia Mônica de Andrade Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva

Funcionária: Ana Paula Espindola Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral
Funcionária: Leonilda de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral
Funcionária: Geovanita Samanta Hellgren Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)
Funcionária: Marínez de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Maria das Neves Emilio
Funcionária: Salete de Fátima da Luz Agliardi Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Bruce Cranston Kay
Funcionária: Luciana da Luz Silva Reis Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira
Funcionária: Luciana Margi da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira
Funcionária: Alice da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay
Funcionária: Lourdes de Fátima Waltrick dias Caldeira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Portal do Saber
Funcionária: Ana Rúbia do Amaral Rosa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Portal do Saber	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)
Funcionária: Priscila Cristina Regis Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emilio

RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA
CONFORME EDITAL 031/2015/SME
OBS.:NÃO HOUE PEDIDOS DE RECURSOS

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA

Funcionária: Elza Aniceto da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emílio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Marlene de Souza Couto
Funcionária: Marta Eni Dutra Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos
Funcionária: Fernanda dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto
Funcionária: Fernanda dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto
Funcionária: Vanessa Cristina Nascimento Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alesandra Zilda da Silva
Funcionária: Geovanita Samanta Hellgrenn Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alessandra Zilda da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral
Funcionária: Elisandra Pereira Bento Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Silvette Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Clarinda Maria Gaya
Funcionária: Maria da Paz Alves Romão Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Clarinda Maria Gaya	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Silvette Couto de Miranda
Funcionária: Seloni Aparecida Ramos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Bernardete Maria Sedrez da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emílio
Funcionária: Ariane da Costa Mendes Wanger Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Maria das Neves Emílio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Bernardete Maria Sedrez da Silva

Navegantes, 26 de Janeiro de 2016.
Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (047) 3342-3583

**RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA
CONFORME EDITAL 031/2015/SME
OBS.:NÃO HOUE PEDIDOS DE RECURSOS**

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Rosângela Oliveira Macelan Ramsdorf Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Sandra Mery Brandl Hemmer Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Leonora Schimitz
Funcionária: Maris Stella Corrêa Corsani Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Leonora Schimitz
Funcionária: Jocelene Leal de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Maria de Lourdes Antunes
Funcionária: Patricia Mengarda Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Clarinda Maria Gaya
Funcionária: Mariléia da Silva Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof.ª Maria de Lourdes Antunes

**RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA
CONFORME EDITAL 031/2015/SME**

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Mariza Maria Amorim Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Vilna Correa Pretti

Funcionária: Mariza Maria Amorim Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti
Funcionária: Mônica Leal Cunha Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Idilzamar Francisco Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC
Funcionária: Idilzamar Francisco Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa
Funcionária: Fabiana Francisco Bolsoni Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa
Funcionária: Fabiana Francisco Bolsoni Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa
Funcionária: Luciana Andréia Almeida Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria
Funcionária: Rita de Cássia da Cunha Bittencourt Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Silvia Teresinha Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Silvia Teresinha Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya
Funcionária: Shirley Regina Delfino Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller

Funcionária: Jessana Nicoletti Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller
--	--

Navegantes, 26 de Janeiro de 2016.

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (047) 3342-3583

RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA
CONFORME EDITAL 031/2015/SME
OBS.:NÃO HOUVE PEDIDOS DE RECURSOS

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - LÍNGUA PORTUGUESA	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Daniela de Toffel Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - CIÊNCIAS	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Magda Marçal Bagatini Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti
Funcionária: Joyce Karina Balera Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II - EDUCAÇÃO FÍSICA	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Fabiano Vianna Filardo Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental

Funcionária: Letícia Maria Nardi Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Vanessa Carolina Franco Miranda Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo
Funcionária: Harry Kreutzfeld Júnior Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - INGLÊS

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Gilca Onélia de Jesus Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller
Funcionária: Marilúcia de Oliveira Said Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - MATEMÁTICA

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Carlos Alberto Dias Camargo Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Arlete Moura Fonseca Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - HISTÓRIA

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Fabrícia Gisele Pereira Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo
Funcionária: Clarice Alves de Miranda Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental
Funcionária: Rosmeire Pereira Frigo de Souza Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – ENSINO RELIGIOSO

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Jaime Lamoglia Junior Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ensino Religioso Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – ARTES

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Albertina Mazzi Flores Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Idília Machado Ferreira	Área/ Disciplina: Artes Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello
Funcionária: Albertina Mazzi Flores Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Izilda Reiser Mafrá	Área/ Disciplina: Artes Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo

RESULTADO OFICIAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – MATEMÁTICA

CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Flavio Costa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa
Funcionária: Aline de Fátima Mello Florêncio Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – LÍNGUA PORTUGUESA

CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Eusemarie Coelho de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Eusemarie Coelho de Souza Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Maira Palumbo Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti
Funcionária: Maira Palumbo Pacheco Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II – EDUCAÇÃO FÍSICA	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Frederico Peixoto Ferrão Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello
Funcionária: Harry Kreutzfeld Junior Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira

Navegantes, 26 de Janeiro de 2016.

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria de Educação

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/15

HOMOLOGAÇÃO: 26/01/2016

CONTRATADO: OENING E MATTEUSSI INFORMÁTICA LTDA

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN.

NAVEGANTES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CENSO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES VINCULADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIO, COMPREENDENDO CAPTURA DE BIOMETRIA DIGITAL E TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A SUA GESTÃO E DIVULGAÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 98.000,00 (Noventa oito mil reais)

DATA: 26/01/2016 - JAN ULLRICH - Diretor Presidente.

atendimento dos segurados em horário diverso do seu horário de trabalho;

CONSIDERANDO as diversas críticas realizadas por segurados ativos que não conseguiam deslocar-se até o NavegantesPREV em seu horário de repouso por esse estar fechado;

CONSIDERANDO que o NavegantesPREV não presta serviço público a todos os Municípios, mas somente aos servidores públicos efetivos do Município, sendo necessário ter atendimento em horário diferenciado;

CONSIDERANDO que a redução da carga horária de 8 (oito) horas diárias divididas em dois turnos para um turno ininterrupto de 6 (seis) horas diárias, reduzirá ao máximo as despesas relacionadas ao Poder Público sem afetar a função social, objetivos e finalidades da Autarquia;

CONSIDERANDO ser medida de extrema necessidade para adequar a realidade dos objetivos do NavegantesPREV e aumentar a eficiência do serviço prestado:

RESOLVE:

Art. 1º Modificar a jornada de trabalho de todos os servidores públicos que compõem a equipe do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes para cumprir o horário de 01 (um) expediente corrido, de segunda-feira a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 2º Fica determinado ainda, que o horário de atendimento ao público será de segunda-feira a sexta-feira das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 10 de fevereiro de 2016.

Navegantes, 27 de janeiro de 2016.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

PORTARIA NORMATIVA Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

PORTARIA NORMATIVA Nº 01/2016

Dispõe sobre o horário de expediente e funcionamento do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPREV, disciplinando a modificação da jornada de trabalho e horário de atendimento ao público, e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 27-B da Lei Complementar nº 99 de 23 de maio de 2011 e do Art. 47, "g" da Lei Complementar nº 152 de 25 de maio de 2012, CONSIDERANDO o cumprimento dos dispositivos constitucionais em que a Administração Pública direta e indireta obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, finalidade, eficiência e preservação do interesse público;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa que dispõe o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPREV, em virtude de sua personalidade jurídica prevista na Lei Complementar nº 99 de 23 de maio de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o horário de

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - PSI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - PSI

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES NAVEGANTESPREV

Resolução 01/2016

NAVEGANTES/SC**1. INTRODUÇÃO**

O Poder público deve possuir todo o cuidado com a Segurança das informações. Diariamente a Terra evoluiu de um modelo industrial para um modelo baseado em conhecimento, com uma ascensão muito rápida na área da Tecnologia da Informação, assim a segurança da informação deve ser entendida como parte fundamental das ações do setor público, ou seja, qualquer incidente de segurança subentende-se como alguém agindo contra a ética e os bons costumes de toda a sociedade.

Os riscos à vulnerabilidade nos sistemas informativos vêm crescendo em uma velocidade proporcional e muitas vezes superior ao avanço tecnológico, dessa forma, faz-se necessário programar uma política de segurança.

Essa política deve definir normas e procedimentos que visem minimizar os riscos com perdas e violações de qualquer um de seus bens. Em toda política de segurança da informação faz-se necessário ter uma idéia clara daquilo que se quer proteger, contra quem queremos defender e quais obstáculos que essa política oferece para o funcionamento normal do sistema. Podemos assumir que todos os dados referentes a uma empresa fazem parte do seu patrimônio.

Esta Política de Segurança da Informação restringe-se à defesa das informações, sistemas e demais periféricos informatizados da empresa.

2. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**2.1 Dados e Informação**

Do ponto de vista da teoria das decisões, a organização pode ser visualizada como uma série estruturada de redes de informação que ligam as necessidades de informação de cada processo decisório às fontes de dados.

CHIAVENATO (2000) diz que, os dados são os elementos que servem de base para a formação de juízos ou para a resolução de problemas. Um dado é apenas um índice, um registro, uma manifestação objetiva, passível de uma análise subjetiva, isto é, existe a interpretação da pessoa para a sua manipulação. Em si, os dados têm pouco valor. Todavia, quando classificados, armazenados e relacionados entre si, os dados permitem a obtenção da informação. Todos os dados exigem processamento (classificação, armazenamento e relacionamento), para que possam ganhar significado e consequentemente produzir informações. Mesmo não registradas contabilmente em forma monetária, as Informações constituem um dos objetos de maior valor para as instituições.

BALLONI (2002) diz que, atualmente a informação é de valor altamente significativo e pode representar grande poder para quem a possui, seja pessoa, seja a empresa. A informação apresenta-se como recurso estratégico sob a ótica da vantagem competitiva. Possui valor, pois está presente em todas as atividades que envolvem pessoas, processos, sistemas, recursos financeiros, tecnologias, etc.

2.2 Segurança da Informação

A segurança da informação é de extrema importância para todos que estão ligados de alguma forma à Instituição, pois afeta diretamente todos os negócios ou serviços dessa, tornando-se necessária a proteção dos chamados ativos de informação. Esses ativos podem ser impressos, armazenados em discos rígidos, mídias removíveis, cloud storage, etc...

Entendemos por ativos de informação todas as peças de informação que uma empresa possui, demandando necessidades em termos de proteção.

Notamos que por mais eficiente que sejam os softwares e a segurança de todo um sistema, nunca estaremos totalmente a salvo de ameaças virtuais, a preocupação e cuidado com a Segurança das Informações tem que ser uma constante no dia a dia dos

participantes do Instituto.

A segurança está relacionada à necessidade de proteção contra o acesso ou manipulação, intencional ou não, de informações confidenciais por elementos não autorizados, e a utilização não autorizada do computador ou seus dispositivos periféricos.

A segurança é um requisito essencial para o funcionamento confiável e robusto dos sistemas de informação. A crescente dependência do uso da informática em todos os setores da atividade humana, aliada à facilidade de acesso aos sistemas de informação através da Internet, trouxe à tona muitos problemas e desafios para a operação segura desses sistemas.

2.3 Da Política de Segurança

Em toda Política de Segurança faz-se necessário ter uma idéia clara daquilo que se quer defender, contra quem queremos defender e quais os entraves que essa política oferece para funcionamento normal do sistema. Uma Política de Segurança de uma empresa define as normas e procedimentos que melhor atendam ao propósito da mesma, minimizando os riscos com perdas e violações de qualquer um dos seus bens.

A política de segurança não define procedimentos específicos de manipulação e proteção da informação, mas atribuem direitos e responsabilidades às pessoas (usuários, administradores de redes e sistemas, funcionários, gerentes, etc.) que lidam com essa informação.

A implantação de uma política de segurança baseia-se na aplicação de regras que limitam o acesso de uma entidade às informações e recursos com base na comparação do seu nível de autorização relativo a essa informação ou recurso, na designação da sensibilidade da informação ou recurso e na forma de acesso empregada, portanto:

Fica instituída no âmbito do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – Navegantesprev as seguintes normas:

Art. 1º A Política de Segurança tem como objetivo estruturar, elaborar, administrar e manter uma política de segurança da informação, por intermédio da utilização dos ativos e recursos de informática do NAVEGANTESPREV e pelo desenvolvimento do comportamento ético e profissional de seus usuários.

Parágrafo único – Essa resolução aplica-se à informação em qualquer meio ou suporte e destina-se aos seguintes usuários: servidores efetivos, cedidos, comissionados, temporários, estagiários, conselheiros, segurados ativos e inativos, dependentes e pessoas físicas ou jurídicas contratadas pelo NAVEGANTESPREV.

Art. 2º Essa Política de Segurança norteará a implementação de medidas de proteção de dados que deverão ser aplicadas a toda e qualquer informação, com vistas ao resguardo da imagem e das finalidades institucionais do NAVEGANTESPREV. As normativas devem ser lidas, entendidas e seguidas em todos os níveis hierárquicos para que a informação tenha o grau de confidencialidade, integridade e segurança exigidos.

Parágrafo único - A Política de Segurança foi organizada com o objetivo de atender aos seguintes critérios de segurança:

I. Estrutura física: Relacionada à segurança dos ativos computacionais, instalações prediais e documentos em meio físico abrangendo, também, o controle de acesso de pessoas às instalações do NAVEGANTESPREV;

II. Estrutura lógica: Relacionada a toda e qualquer informação em meio digital, seja em equipamentos, tráfego de informações pela rede, por correio eletrônico ou armazenado em estações de trabalho dos usuários;

III. Recursos humanos: Relacionada à educação e conscientização de cada usuário sobre a responsabilidade para com a segurança da informação, por meio de sugestões e ações educativas.

Art. 3º Toda informação produzida ou recebida derivada da atividade profissional pelos usuários pertence ao NAVEGANTESPREV.

As exceções deverão ser explícitas e formalizadas previamente em documento entre as partes envolvidas.

Art. 4º Os equipamentos de informática, comunicação, sistemas, correio eletrônico, internet, extranet e informações deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades de interesse do NAVEGANTESPREV, sendo vedado:

I. O acesso a redes sociais, "salas de bate-papo", sites de vídeos ou similares, para fins particulares;

II. O acesso a sites não confiáveis, impróprios ou que não estejam relacionados ao desempenho de atividades fim do Instituto;

III. O uso de contas particulares de correio eletrônico para fins institucionais;

IV. O uso e a instalação de jogos ou o download de arquivos que comprometam o tráfego da rede (vídeos, imagens, músicas, etc.), para fins particulares;

V. O uso de dispositivos móveis de armazenamento sem aplicação de antivírus;

VI. A duplicação de softwares;

VII. O acesso, armazenamento, edição ou distribuição de qualquer material de cunho sexual ou preconceituoso;

VIII. O armazenamento de arquivos pessoais e/ou não pertinentes às atividades fim do NAVEGANTESPREV nos computadores e na rede de dados do Instituto;

IX. O consumo de alimentos e bebidas nas mesas de trabalho, próximo aos equipamentos eletrônicos e em locais que armazenem informações de forma física;

X. O uso indevido de impressoras para fins particulares;

XI. A retirada de equipamentos eletrônicos ou arquivos físicos da sede do NAVEGANTESPREV sem a autorização da autoridade competente.

XII. Os servidores efetivos, cedidos, comissionados e estagiários ficam cientes de que os ambientes, sistemas, computadores e redes do NAVEGANTESPREV poderão ser monitorados e gravados, mediante prévia informação.

XIII. Os e-mails encaminhados pelo correio eletrônico institucional deverão adotar assinatura padrão com as seguintes informações:

a. Nome completo do servidor;

b. Cargo, registro no órgão fiscalizador da profissão, setor e certificações (se houver);

c. Nome do Instituto, por extenso;

d. Telefones do NAVEGANTESPREV;

e. Endereço do site e correio eletrônico do NAVEGANTESPREV.

Art. 5º Fica vedada a divulgação ou reprodução de informações produzidas ou recebidas como resultado de atividade com o NAVEGANTESPREV, sem a autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os usuários deverão ser cientificados da existência da Política de Segurança e sobre o uso correto dos ativos disponibilizados ao estabelecerem vínculo com o Instituto, de forma a minimizar os possíveis riscos de segurança, bem como garantir o conhecimento de suas responsabilidades.

Art. 7º Esta Política de Segurança poderá ser revista e atualizada periodicamente, sempre que algum evento relevante motive sua revisão.

Art. 8º O NAVEGANTESPREV adotará providências no sentido de garantir:

I. Que os equipamentos estejam em bom estado de conservação para atender as demandas do Instituto e não comprometam a segurança das informações produzidas;

II. O backup das informações armazenadas em seus computadores de forma periódica, preferencialmente, em servidor que esteja localizado fisicamente em local distinto da sede do Instituto e após o horário comercial (períodos em que não houver nenhum ou pouco acesso de usuários aos equipamentos).

Art. 9º. O NAVEGANTESPREV exime-se de toda e qualquer responsabilidade decorrente do uso indevido, negligente ou imprudente dos recursos, serviços e informações, reservando-se o direito de analisar dados e evidências para obtenção de provas a serem utilizadas em processos investigatórios, bem como adotar as medidas legais cabíveis.

§ 1º O usuário que tomar conhecimento de qualquer irregularidade sobre essa Política de Segurança deverá comunicar, imediatamente, a autoridade competente do NAVEGANTESPREV.

§ 2º O descumprimento dos requisitos previstos nesta Política de Segurança sujeitará o usuário às medidas administrativas e legais cabíveis previstos no Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 10º O NAVEGANTESPREV realizará, sempre que julgar necessário, ações preventivas e educativas visando garantir a aplicação da Política de Segurança.

Art. 11º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação no diário oficial.

Navegantes, 25 de janeiro de 2016.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2016 "A"

PORTARIA Nº 001/ 2016 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal BRUNA ELVIRA NUNES, matrícula nº 6720, ocupante do cargo de Enfermeira, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossas Senhoras da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 25 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário**PORTARIA Nº 021/2016**

PORTARIA Nº 021/ 2016

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal SIMONE MORAIS NUNES, matrícula nº 6953, ocupante do cargo de Médica Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário**PORTARIA Nº 023/2016**PORTARIA Nº 023/ 2016
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal DIOGO MARCHIORI, matrícula nº 323, concursado, ocupante do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2003 a 02/05/2008, a contar de 06 de janeiro de 2016 a 04 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário**PORTARIA Nº 025/2016**PORTARIA Nº 025/ 2016
Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal EDILENE MICHELI BASSI, matrícula nº 6977, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 026/2016

PORTARIA Nº 026/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal RENATH ANDREIA DAROS-SI, matrícula nº 6978, para exercer o cargo de Provimto em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 028/2016

PORTARIA Nº 028/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal JOSÉ MARCOS MAZZOLA, matrícula nº 6979, para exercer o cargo de Provimto em Comissão de Ouvidor Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1024/2015

PORTARIA Nº 1.024/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do item XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o § 4º, do art. 100, da Lei 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1014/2014 "A", que Concedeu Licença Sem Vencimento à Servidora Pública Municipal GRACIA REGINA VALLE MURARO, matrícula nº 133, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 16 de dezembro de 2015 a 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 18 de dezembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Orleans

PREFEITURA

EDITAL ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

O Município de Orleans torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para cadastro de reserva no cargo de professor de Língua Portuguesa, Inglês e Filosofia com atuação na Educação Básica - Lei nº 2076/2007.

Inscrições: A Ficha de Inscrição e o Edital completo contendo as informações e orientações estará disponível aos interessados a partir de 28/01/2016 no mural das publicações da Secretaria de Educação e no site www.orleans.sc.gov.br.

Para efetuar a inscrição o candidato deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça Celso Ramos, 193 – Centro – Orleans, no período de 01 a 12 de janeiro de 2016, no horário das 13 às 17 horas, preencher a Ficha de Inscrição e anexar os documentos solicitados no Edital do Processo Seletivo Nº 001/2016.

Orleans (SC), 28 de janeiro de 2016.
ELIETE BIANCO ZANINI DAMÁZIO
Secretária Municipal de Educação

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 337

DECRETO Nº 337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pelo Município de Ouro, e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pelo Município de Ouro.

CAPÍTULO II

Do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI

Art. 2º O preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI no Sistema de Informações Ambientais on line deverá ser realizado:

I - pelas atividades ou empreendimentos indicados no Anexo I da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente CONSEMA nº 014/2012, licenciadas pelo município, como requisito prévio ao licenciamento ambiental municipal;

II - pelas atividades ou empreendimentos não constantes de nenhuma listagem de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, nos casos em que se requeira manifestação do município.

§ 1º No caso de empreendimentos ou atividades já licenciados, o o preenchimento de FCEI, deverá ser efetuado por ocasião do pedido de renovação da licença.

§ 2º O preenchimento do formulário FCEI e a entrega de todos os documentos referidos no art. 10 deste Decreto constituem condições para a formalização do requerimento e sua posterior análise pelo órgão ambiental municipal.

§ 3º A formalização do requerimento constante do inciso III deste artigo somente se dará com a entrega de documento que confirme as coordenadas geográficas da atividade ou empreendimento.

Art. 3º O FCEI poderá ser obtido do na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou via Internet.

Art. 4º O empreendimento ou atividade cadastrada na forma do art. 2º deste Decreto e que não proceder à entrega da documentação, será objeto de ação fiscalizatória pelos agentes fiscais do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 5º Efetuado o cadastro do empreendimento on line, o mesmo indicará, com base no código da atividade constante da listagem de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental e/ou atividades florestais, a Instrução Normativa - IN aplicável ao licenciamento da atividade ou empreendimento, assim como o Termo de Referência - TR para os estudos ambientais necessários, para que seja dado início ao procedimento de licenciamento.

CAPÍTULO III

Do Licenciamento Ambiental

Art. 6º São passíveis de licenciamento ambiental pelo município, por meio de Resolução do CONSEMA, ou do órgão ambiental municipal definido segundo a política municipal de meio ambiente, as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental.

Art. 7º A expansão de atividade licenciada também necessita do competente licenciamento ambiental, nos termos de resolução do CONSEMA, ou do órgão ambiental municipal definido segundo a política municipal de meio ambiente.

Art. 8º O licenciamento ordinário será efetuado por meio da emissão de Licença Ambiental Prévia - LAP, Licença Ambiental de Instalação - LAI e Licença Ambiental de Operação - LAO.

§ 1º O órgão ambiental municipal poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO) em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o seguinte:

I - para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP, o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da formalização do requerimento, ressalvados os casos em que houver Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 120 (cento e vinte) dias;

II - para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI, o prazo máximo de 90 (noventa) dias; e

III - para a concessão da Licença de Operação - LAO, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração de estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 3º A suspensão prevista no parágrafo anterior terá início com o recebimento, pelo empreendedor, da solicitação de elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos e findará com entrega deles no protocolo junto ao órgão ambiental municipal ou ao sistema de licenciamento on line.

Art. 9º O procedimento interno de licenciamento ambiental deverá atender aos seguintes prazos, para processos em fase de LAP e LAI:

I - 5 (cinco) dias para a abertura do processo administrativo e encaminhamento ao Gerente de Meio Ambiente;

II - 5 (cinco) dias para a nomeação da equipe técnica e encaminhamento da documentação;

III - 50 (cinquenta) dias, para a realização de vistoria técnica, análise dos documentos e estudos ambientais e elaboração do parecer técnico conclusivo, sendo que nos licenciamentos sujeitos a EIA/RIMA esse prazo será de 80 (oitenta) dias;

IV - 15 (quinze) dias para a realização de parecer jurídico, caso necessário;

V - 10 (dez) dias para decisão da Comissão sobre deferimento ou indeferimento da licença ambiental; e

VI - 5 (cinco) dias para emissão da licença ou ato de indeferimento.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo serão controlados por meio de licenciamento on line.

Seção I

Da Abertura do Processo de Licenciamento Ambiental

Art. 10. A abertura do processo se dará com a entrega nos protocolos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou via sistema de licenciamento on line da:

I - documentação completa prevista em Instrução Normativa - IN e no Termo de Referência - TR aplicáveis ao licenciamento da atividade ou do empreendimento; e

II - localização do empreendimento ou atividade, por meio de suas coordenadas geográficas ou planas conforme especificado no Anexo Único deste Decreto.

§ 1º É admitido o envio dos documentos para formalização do processo de licenciamento via correio, com aviso de recebimento – AR, considerando-se como data de protocolo, a data chegada da postagem no órgão ambiental.

§ 2º Serão designados, mediante portaria específica, do Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), os servidores responsáveis pelo protocolo e formalização dos processos de licenciamento e autorização ambiental.

§ 3º Fica vedada a abertura e a tramitação de processos sem que sejam feitos os registros e atualizações correspondentes no sistema de licenciamento on line.

Art. 11. No caso de licenciamento de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, submetida a EIA/RIMA, o empreendedor deverá, antes da abertura do processo de licenciamento ambiental, protocolizar na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), por meio de ofício, termo de referência para o EIA/RIMA, que será submetido à análise e manifestação da Diretoria de Meio Ambiente.

§ 1º A protocolização do termo de referência não implica abertura do processo de licenciamento.

§ 2º A aprovação do termo de referência pela Diretoria de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) não exclui a possibilidade de solicitação de estudos complementares ao EIA/RIMA apresentado pelo empreendedor, conforme disposto no § 2º do art. 8º deste Decreto.

Art. 12. Ao receber a documentação, o responsável pela abertura do processo deverá conferi-la, a fim de verificar sua adequação às exigências constantes em instrução normativa e termo de referência aplicáveis ao licenciamento da atividade ou empreendimento, efetuando a paginação sequencial, devidamente carimbada e rubricada, nos casos em que a documentação esteja completa.

Parágrafo único. A documentação apresentada deverá ser ordenada na mesma sequência estabelecida por instrução normativa de que trata

o caput.

Art. 13. Os processos de licenciamento, autorização ambiental, ou autorização para corte de vegetação, deverão tramitar, concomitantemente, em meio físico e no sistema de licenciamento on line.

Parágrafo único. O sistema de licenciamento on line gerará o número sequencial identificador do processo, assim como indicará o código da atividade e o município responsável.

Art. 14. Aberto o processo, deverá ser ele remetido ao Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) para que este despache dando o encaminhamento devido segundo a natureza do licenciamento pretendido.

Art. 15. Na hipótese da atividade ou empreendimento abranger mais de um município, sendo algum destes não pertencente a área de competência de atuação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o processo de licenciamento deverá ser instaurado e julgado em conjunto com a FATMA.

Seção II

Da Instrução e Análise do Processo de Licenciamento

Art. 16. A instrução e análise dos processos cabem exclusivamente à equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), sob a supervisão e responsabilidade da Gerência de Meio Ambiente.

Art. 17. Aberto o processo, o Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) indicará o técnico ou equipe técnica responsável pela análise do procedimento de licenciamento.

§ 1º O responsável pelo processo será o coordenador da equipe técnica.

§ 2º No caso de licenciamento submetido a EAS e/ou EIA/RIMA, a equipe técnica designada para a análise do processo deverá ter caráter multidisciplinar, com técnicos habilitados, sendo que as substituições devem ser justificadas.

§ 3º A designação do técnico ou da equipe técnica e seu coordenador, responsável pela análise do procedimento administrativo deverá ser registrada nos autos do processo administrativo e no Sistema de Licenciamento on line do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 18. Poderá ser solicitado formalmente pelo coordenador do processo de licenciamento, à Gerência de Meio Ambiente, desde que justificado, apoio técnico ou jurídico.

Parágrafo Único - Em razão da matéria submetida à análise, poderá ser solicitado formalmente pelo coordenador do processo de licenciamento, à Gerência de Meio Ambiente, desde que justificado, a contratação de consultoria externa para apoiar a equipe técnica de análise e elaboração do parecer técnico conclusivo.

Art. 19. Durante o procedimento de licenciamento ambiental poderão ser realizadas reuniões técnicas entre a equipe responsável pelo licenciamento ambiental e o empreendedor e/ou seus representantes.

Parágrafo único. As reuniões técnicas deverão ser documentadas por meio de ata, a ser juntada ao respectivo processo de licenciamento ambiental.

Art. 20. A ausência ou inadequação de documentos apresentados e necessários à análise do processo administrativo de licenciamento ou autorização ambiental não será razão suficiente para o seu imediato indeferimento, devendo ser notificado o empreendedor para que apresente os documentos faltantes ou substitua aqueles considerados inadequados em prazo razoável, nunca inferior a 20 (vinte) dias.

Art. 21. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, caso contrário, o processo de licenciamento ambiental será arquivado definitivamente.

Parágrafo único. O prazo estipulado no caput deste artigo poderá ser prorrogado desde que haja solicitação fundamentada do empreendedor e concordância expressa da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 22. Toda documentação juntada ao processo deverá receber a paginação sequencial, devidamente carimbada e rubricada.

Art. 23. É obrigatória a execução de prévia vistoria in loco durante o procedimento de licenciamento ambiental, devendo, após a sua realização, ser preenchido o Relatório de Vistoria, conforme modelo descrito no Anexo Único deste Decreto, o qual deverá ser anexado ao processo de licenciamento.

Parágrafo único. Poderá ser dispensada realização de vistoria técnica para as atividades definidas em portaria pela Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 24. O coordenador da equipe responsável ou o técnico responsável pela análise do processo deverá verificar, antes da elaboração do parecer técnico conclusivo, a necessidade de:

I - solicitar ao empreendedor a apresentação da outorga preventiva de recursos hídricos, como requisito para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP;

II - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no caso de atividades ou empreendimentos em que os usos ou interferências nos recursos hídricos sejam necessários para sua implantação, como condição para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI;

III - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para a concessão da Licença Ambiental de Operação - LAO e sua renovação;

IV - solicitar anuência do órgão gestor da Unidade de Conservação - UC afetada, na forma da legislação vigente, sempre que a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental afetá-la ou sua zona de amortecimento, como condição para concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP; e

V - solicitar manifestação do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural nos casos de licenciamento ambiental com EIA/RIMA e/ou nos casos definidos por portaria da FATMA, ou da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 25. Nos casos em que o pedido de Autorização de Corte - AuC de vegetação estiver vinculado a uma atividade licenciável, a AuC deve ser ela analisada com a Licença Ambiental Prévia - LAP e expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação - LAI ou Autorização Ambiental - AuA da atividade.

Art. 26. É obrigatória a elaboração de parecer técnico conclusivo, embasador da concessão ou indeferimento das licenças e autorizações, emitido pelo técnico ou equipe técnica responsável, conforme os modelos constantes no Anexo Único deste Decreto.

§ 1º A conclusão pelo indeferimento da licença ou autorização ambiental poderá fundamentar-se na insuficiência de subsídios técnicos, inviabilidade jurídica ou ambiental.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o responsável técnico, entendendo serem os defeitos sanáveis, notificar o empreendedor para que proceda as alterações, sendo que, não procedidas satisfatoriamente no prazo concedido, deverá indeferir o pedido arquivando o processo, sem possibilidade de recurso ao órgão administrativo superior da CPIMMOC.

§ 3º As informações e os pareceres técnicos devem ser elaborados no Sistema de Licenciamento on line do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) e juntados ao processo físico.

§ 4º Após sua emissão, o parecer técnico referido no caput deste artigo deverá ser encaminhado à comissão competente, que irá deferir ou indeferir o pedido de licença ou autorização ambiental requerida.

Seção III Do EIA/RIMA e sua Audiência Pública

Art. 27. Será obrigatória a realização de audiência pública para toda atividade ou empreendimento que exigir o EIA/RIMA, para fins de licenciamento ambiental.

Art. 28. A Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), a partir da avaliação preliminar da adequação do EIA/RIMA, oficiará ao empreendedor para que ele publique edital no Diário Oficial do Estado e na imprensa local comunicando a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para consulta dos estudos.

Parágrafo único. A audiência pública somente poderá ser realizada após o decurso do prazo mencionado no caput deste artigo e seu agendamento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, na imprensa local e nos sites oficiais na internet, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) e do município, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 29. A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito, não possuindo caráter deliberativo.

Art. 30. A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados, definido pela Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), preferencialmente na localidade de instalação do empreendimento.

§ 1º Em função da localização geográfica do empreendimento e da complexidade do tema, a Gerência de Meio Ambiente poderá agendar mais de uma audiência pública sobre a mesma atividade submetida a EIA/RIMA.

§ 2º Deverá o empreendedor cumprir os requisitos exigidos pela Gerência de Meio Ambiente para a realização da audiência pública, constantes no Anexo Único, deste Decreto, sob pena de adiamento da audiência pública.

Art. 31. A audiência pública será dirigida por representante da Gerência de Meio Ambiente que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 32. Ao final de cada audiência pública será lavrada ata sucinta.

§ 1º Serão anexados à ata todos os documentos escritos e assinados que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a sessão.

§ 2º No prazo de 7 (sete) dias após a realização da audiência pública, poderão ser encaminhadas manifestações escritas referentes à reunião pública.

Art. 33. A ata da audiência pública, seus anexos, assim como os documentos enviados na forma prevista no § 2º do artigo anterior, deverão ser considerados, juntamente com o EIA/RIMA, na elaboração do parecer técnico conclusivo.

Subseção Única

Das demais Audiências Públicas e das Reuniões Técnicas Informativas

Art. 34. A Gerência de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública nos casos de atividade/empreendimento passível de licenciamento mediante apresentação de EAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado, motivadamente, por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

Art. 35. Nos processos de licenciamento ambiental, sempre que necessário, a Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá determinar ao empreendedor a realização de reuniões técnicas informativas.

Seção IV

Do Deferimento ou Indeferimento do Pedido de Licenciamento

Art. 36. Ficam criadas a Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA, na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), e a Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA.

Art. 37. Compete à Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA:

I - decidir, após apreciação do parecer técnico conclusivo referido no art. 26 deste Decreto, sobre o deferimento ou indeferimento de licença ambiental de atividades submetido à seu julgamento;

II - requerer complementação do parecer técnico conclusivo ou novas informações, ao responsável pelo processo;

III - requerer, conforme a matéria submetida à análise, a inclusão de novos técnicos na equipe ou a contratação de consultoria externa para apoiar a análise do processo e elaboração do parecer técnico conclusivo;

IV – Requerer a realização de audiência pública sempre que entenderem necessária.

Art. 38. A Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA será composta pelos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sendo presidida pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o qual terá voto qualificado.

§ 1º A CMLA, havendo processos a serem julgados, reunir-se-á semanalmente, com a presença mínima de 3 (três) membros, lavrando-se ata de suas reuniões, as quais deverão ser juntadas nos processos de licenciamento ambiental sob análise no sistema de licenciamento ambiental.

Art. 39. Compete à Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) a emissão de Certidões e Autorizações ambientais, mediante a apresentação de RAPs, e demais deliberações relacionadas ao licenciamento ambiental, que fujam da competência da CMLA ou da CCLA.

Parágrafo único - Compete à Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) após a decisão final da CMLA ou quando for o caso da CCLA, a emissão da competente licença ambiental.

Art. 40. Compete à Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA:

I - julgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua protocolização, os recursos contra as decisões da Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental, assim como, os recursos das decisões da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC);

Art. 41. A Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA será composta no mínimo pelo Diretor de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC); pelo Consultor Jurídico, um analista de meio ambiente, sendo presidida pelo primeiro.

§ 1º A CCLA, havendo recursos a serem julgados, reunir-se-á semanalmente, com a presença mínima de 3 (três) membros, lavrando-se ata de suas reuniões, as quais deverão ser juntadas nos processos de licenciamento ambiental sob análise no sistema de licenciamento ambiental.

§ 2º O Gerente de Meio Ambiente terá voto qualificado no caso de empate na deliberação da CCLA.

Art. 42. Após o deferimento da licença ou autorização ambiental, o técnico responsável pelo processo elaborará no sistema de licenciamento on line a minuta de licença ou autorização, conforme o Anexo Único deste Decreto, com base na decisão proferida pela Comissão.

Art. 43. No caso do indeferimento da licença ou autorização ambiental, o técnico responsável pelo processo elaborará o ato de indeferimento com base na decisão proferida pela Comissão, que deverá ser encaminhado ao empreendedor.

Parágrafo único. O ato de indeferimento da licença ou autorização ambiental deverá ser inserido no sistema de licenciamento on line.

Seção V

Da Emissão da Licença, Autorização ou Ato de Indeferimento

Art. 44. As licenças e autorizações ambientais emitidas serão a Licença Ambiental Prévia - LAP, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, a Licença Ambiental de Operação - LAO, a Autorização Ambiental - AuA, a Autorização de Corte de Vegetação - AuC; e outras certidões, conforme os modelos constantes no Anexo Único deste Decreto, nos padrões do sistema on line.

Parágrafo único. Licenças e autorizações ambientais serão expedidas em papel, diretamente no sistema on line, ou retiradas junto ao Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC);

Art. 45. O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), por seu Programa Ambiental, estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - o prazo de validade da Licença Ambiental Prévia - LAP deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

II - o prazo de validade da Licença Ambiental de Instalação - LAI deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III - o prazo de validade da Licença Ambiental de Operação - LAO deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos;

IV - o prazo de validade da Autorização Ambiental - AuA não poderá ser superior a 4 (quatro) anos; e

V - o prazo de validade da Autorização de Corte de Vegetação - AuC não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 1º A LAP e a LAI poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º O Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá estabelecer prazos de validade específicos para a LAO de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º Na renovação da LAO de uma atividade ou empreendimento, Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III deste artigo.

§ 4º A renovação da LAO e da Autorização Ambiental de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva o Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 5º Decorrido o prazo de validade da LAP, LAI, AuC sem que haja solicitação de prorrogação ou de renovação nos casos de AuA ou LAO, e respeitados os prazos máximos a que se refere este artigo, a continuidade das atividades dependerá da formulação de novo pedido de licença.

Art. 46. O vencimento da licença ambiental deverá ser informado pelo sistema de licenciamento on line, em campo específico, bem como deverá ser emitido aviso ao Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), 150 (cento e cinquenta) dias antes do vencimento da licença.

Art. 47. Transcorrido o prazo de validade da LAO ou AuA, sem o devido pedido de renovação, deverá ser comunicado à Fiscalização.

Art. 48. As licenças, autorizações, certidões ambientais ou ofícios de indeferimento deverão ser entregues por intermédio de carta com Aviso de Recebimento - AR ou diretamente ao empreendedor ou seu representante legal pelo protocolo do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Parágrafo único. O AR ou recibo contendo o nome legível, assinatura e data de entrega do documento deverão ser juntados ao processo administrativo.

Art. 49. As publicações dos pedidos e da concessão de licenças de atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de significativo impacto ambiental, devem ser feitas no órgão de imprensa oficial e em periódico de circulação local.

Parágrafo único. Nos demais casos, as publicações dos pedidos e da concessão de licenças devem ser feitas na página da Internet do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Seção VI

Do Recurso Administrativo

Art. 50. O empreendedor poderá impetrar recurso administrativo à CCLA, no prazo de 20 (vinte) dias contados da comunicação do deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou autorização ambiental.

§ 1º Havendo o deferimento do recurso, a CCLA remeterá o processo ao técnico ou à equipe responsável por sua análise, para as providências necessárias à emissão ou reformulação da licença ou autorização ambiental, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 2º Havendo o indeferimento do recurso administrativo, o empreendedor será notificado da decisão e o processo arquivado, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 51. Ultrapassado o prazo recursal disposto no art. 50 deste Decreto, sem manifestação do empreendedor, o processo administrativo deverá ser encaminhado para arquivamento, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Seção VII Do Arquivamento

Art. 52. A Presidência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) deve designar, mediante portaria, para a sede do próprio consórcio, servidor responsável pelo arquivamento de processos de licenciamento.

Art. 53. São considerados de valor mediato não evidente e de guarda temporária, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, os processos administrativos com documentação incompleta, que deverão ser mantidos em arquivo por 5 (cinco) anos.

Art. 54. Os demais processos administrativos de licenciamento ambiental são considerados de valor mediato evidente e guarda permanente, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, devendo ser mantidos em arquivo.

Art. 55. A consulta a qualquer processo administrativo arquivado deverá ser requerida formalmente ao Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), para consulta in loco nas unidades de arquivo.

Parágrafo único. O requerimento de consulta, com os dados do requerente deverá ser juntado aos autos do processo.

Art. 56. Estão autorizados a fazer a retirada, no caso de processos de licenciamento físicos, nas dependências do arquivo do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou de ter acesso e praticar atos no processo eletrônico, os técnicos responsáveis pela análise, os procuradores jurídicos, o Gerente e o Presidente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), os auditores e controladores internos, os agentes responsáveis pelo licenciamento e de fiscalização, salvo nos casos de vistoria de atividades ou empreendimentos submetidos à fiscalização ou licenciamento.

§ 1º Os demais interessados na retirada física do processo de licenciamento das dependências do arquivo, na visualização e prática de atos no processo on line, deverão encaminhar requerimento formal ao Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o qual constatando não haver prejuízo aos requerentes do processo, determinará a forma e limites do acesso.

§ 2º Os requerimentos previstos nos parágrafos anteriores deverão ser juntado aos autos do processo, com os dados do requerente.

§ 3º Caso haja solicitação do Ministério Público ou do Poder Judiciário de remessa do processo de licenciamento original, será, quando necessária, providenciada sua cópia, que permanecerá na sede no sistema do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 4º Caso haja solicitação do Ministério Público ou do Poder Judiciário, de acesso ao processo on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o Gerente do Programa Ambiental deste órgão efetuará a cópia eletrônica e fornecerá à autoridade solicitante.

CAPÍTULO IV Das Disposições Finais

Art. 57. Toda e qualquer tramitação do processo de licenciamento deverá ser registrada no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), e no caso do processo físico, o protocolo gerado será devidamente rubricado pelo recebedor e juntado ao processo.

Art. 58. Os prazos estabelecidos neste Decreto serão controlados por meio do sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 59. O pedido de cópia de processo de licenciamento ou de parte dele por qualquer interessado deverá ser realizado mediante requerimento justificado, com identificação do requerente, ao Gerente do Meio Ambiente da CPIMMOC.

Art. 60. É vedado copiar o projeto técnico ou parte dele, no caso de sigilo industrial, assim solicitado pelo empreendedor e deferido pelo Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 61. No caso de atividades ou empreendimentos licenciados mediante EIA/RIMA, Relatório Ambiental Prévio - RAP, Estudo Ambiental Simplificado - EAS e Estudo de Conformidade Ambiental - ECA, o empreendedor deverá apresentar ao Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), relatório de acompanhamento do cumprimento das condicionantes de implantação e/ou operação, conforme estabelecido nas licenças, e de acordo com a periodicidade estabelecida em instrução normativa aplicável.

Parágrafo único. O relatório de acompanhamento deverá ser registrado sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 62. O Documento de Arrecadação de Receitas Municipais dos valores referentes à taxa de prestação de serviços ambientais, será emitido on line pelo Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 63. O Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) disponibilizará para consulta, na sua página na Internet, cópia da licença ou da autorização ambiental.

Art. 64. O presente Decreto entrará em vigor a data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
27 de janeiro de 2016

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

DOCUMENTOS E ROTEIROS DO RITO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Formato de coordenadas geográficas e planas
2. Exigências mínimas para audiências públicas
3. Relatórios de vistoria
 - 3.1. Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI
 - 3.2. Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI
 - 3.3. Relatórios de Vistoria para primeira LAO
 - 3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO
 - 3.5. Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva
 - 3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados
4. Pareceres técnicos
 - 4.1. Pareceres Técnicos para LAP
 - 4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI
 - 4.3. Pareceres Técnicos para LAI
 - 4.4. Pareceres Técnicos para LAO
 - 4.5. Pareceres Técnicos para LAO corretiva
5. Licenças Ambientais
 - 5.1. Licença Ambiental Prévia - LAP
 - 5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI
 - 5.3. Licença Ambiental de Instalação - LAI
 - 5.4. Licença Ambiental de Operação - LAO
6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação
 - 6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC
 - 6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação
 - 6.3. Modelo do formulário da Autorização Ambiental - AuA

1. Formato de coordenadas geográficas ou planas UTM

Coordenadas Geográficas:
Apresentados em graus, minutos e segundos.
Datum: SAD 69.
Referenciados a Greenwich, Longitude W; Latitude S.

Coordenadas Planas Universal Transversa Mercator - UTM
Apresentados sem decimais (exemplo: 627.412 E; 6.932.415 N)
Datum: SAD 69
Referenciados no Meridiano Central 51°W (500.000 m) e no Equador (10.000.000 m) - Fuso 22.

2. Exigências mínimas para audiências públicas

- Apresentar local fechado com capacidade para no mínimo 30 (trinta) pessoas sentadas, e com banheiros.
- Gravação audiovisual da audiência na íntegra.
- Colocação de duas faixas, de convite à audiência, conforme o modelo abaixo identificado.
- Circulação de carro ou moto de som volante no município em que está sendo proposto o empreendimento, um dia antes e no dia da realização da audiência, priorizando os bairros mais próximos do local em que está sendo proposto o empreendimento.
- Colocação de faixas e cartazes relativos à audiência, próximo ao local, e na área de influência do futuro empreendimento, com os dizeres:

CONVITE (modelo)
Município de Ouro
Sistema Municipal de Meio Ambiente(SMMA)/CPIMMOC.
Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Unidade
LOCAL:
ENDEREÇO:
DATA:
HORÁRIO:

3. Relatórios de vistoria

3.1.Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Topografia;
11. Observações sobre o solo;
12. Recursos hídricos;
13. Cobertura vegetal e biodiversidade;
14. Infraestruturas existentes no local;
15. Observações do entorno;
16. Outras observações e/ou informações relevantes;
17. Auto de infração;
18. Local, data e equipe técnica; e
19. Relatório fotográfico.

3.2.Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço/local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Situação do cronograma de execução da obra;
 11. Atendimento aos projetos;
 12. Conflitos nos procedimentos de implantação;
 13. Acompanhamento dos programas ambientais;
 14. Outras observações e/ou informações relevantes;
 15. Auto de infração;
 16. Local, data e equipe técnica; e
 17. Relatório fotográfico.
- 3.3.Relatórios de Vistoria para primeira LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Atendimento aos projetos aprovados;
 11. Acompanhamento dos programas ambientais;
 12. Outras observações e/ou informações relevantes;
 13. Auto de infração;
 14. Local, data e equipe técnica; e
 15. Relatório fotográfico.
- 3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Conformidade de operação;
 11. Controles ambientais;
 12. Acompanhamento dos programas ambientais;
 13. Outras observações e/ou informações relevantes;
 14. Auto de infração;
 15. Local, data e equipe técnica; e
 16. Relatório fotográfico.
- 3.5.Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Situação ambiental da área;
11. Conformidade de operação;
12. Controles ambientais;

13. Uso de APP e existência de área verde;
 14. Programas ambientais;
 15. Outras observações e/ou informações relevantes;
 16. Auto de infração;
 17. Local, data e equipe técnica; e
 18. Relatório fotográfico.
- 3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

DO RELATO

10. Aspectos objeto da vistoria;
11. Outras observações e/ou informações relevantes;
12. Auto de infração;
13. Local, data e equipe técnica;
14. Relatório fotográfico;

4. Pareceres técnicos

4.1. Pareceres Técnicos para LAP

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Descrição e caracterização da área:
 - Meio Físico;
 - Meio Biótico;
 - Meio Sócio-Econômico;
22. Aspectos florestais:
 - Reserva Legal;
 - Uso de APP;
 - Autorização de Corte de Vegetação;
 - Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção;
 - Área verde;
23. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
24. Programas ambientais;
25. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;

- Compensação do SNUC;
 - 26. Análise técnica;
 - 27. Conclusão;
 - 28. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAP;
 - Condicionantes para LAI;
 - 29. Documentos que fundamentam o parecer;
 - 30. Local e data; e
 - 31. Equipe técnica.
- 4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
 21. Atividades da implantação;
 22. Descrição e caracterização da área:
 - Meio Físico;
 - Meio Biótico;
 - Meio Sócio-econômico;
 23. Aspectos florestais:
 - Reserva Legal;
 - Uso de APP;
 - Autorização de Corte de Vegetação;
 - Espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção;
 - Área verde;
 24. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
 25. Controles Ambientais;
 26. Programas ambientais;
 27. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;
 28. Análise técnica;
 29. Conclusão;
 30. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAP/LAI;
 - Condicionantes para LAO;
 31. Documentos que fundamentam o parecer;
 32. Local e data; e
 33. Equipe técnica.
- 4.3. Pareceres Técnicos para LAI

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;

6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Atividades da implantação;
22. Aspectos florestais;
23. Controles ambientais;
24. Programas ambientais;
25. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;
26. Atendimento das condições de validade da licença anterior
27. Análise técnica
28. Conclusão
29. Condições de validade e condicionantes
 - Condições de validade da LAI
 - Condicionantes para LAO
30. Documentos que fundamentam o parecer
31. Local e data
32. Equipe técnica

4.4.Pareceres Técnicos para LAO

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais;
22. Controles ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas compensatórias:
 - Compensação pelo uso de APP;
 - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
 - Compensação do SNUC;

25. Atendimento das condições de validade da licença anterior;
26. Análise técnica;
27. Conclusão;
28. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAO;
 - Condicionantes da próxima LAO;
29. Documentos que fundamentam o parecer;
30. Local e data; e
31. Equipe técnica.

4.5.Pareceres Técnicos para LAO corretiva

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais:
 - Reserva Legal;
 - Uso de APP;
 - Área Verde;
22. Controles Ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas Compensatórias;
25. Análise técnica;
26. Conclusão;
27. Condições específicas e condicionantes:
 - Condições específicas da LAO;
 - Condicionantes da próxima LAO;
28. Documentos que fundamentam o parecer;
29. Local e data; e
30. Equipe técnica.

5. Licenças Ambientais

5.1.Licença Ambiental Prévia - LAP

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

O Município de Ouro no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº
....., concede a presente Licença Ambiental Prévia à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de:

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em:

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas: Da Viabilidade

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município, de de 2016.	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
---	---

Documentos anexos

Condições de validade:

1. Descrição do empreendimento:
2. Ações Mitigadoras:
3. Aspectos florestais:
4. Programas ambientais:
5. Medidas compensatórias:
6. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Instalação - LAI deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao órgão ambiental municipal sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.

5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

O Município de Ouro no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental Prévia com dispensa de Licença Ambiental de Instalação à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição da atividade:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas: Da Viabilidade e Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Esta Licença dispensa a Licença Ambiental de Instalação – LAI.

II. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas

de anuência do órgão ambiental.

III. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

IV. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto 337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município de Ouro, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
---	---

Documentos anexos

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Ações mitigadoras:
5. Controles ambientais:
6. Programas ambientais:
7. Medidas compensatórias:
8. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
9. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a ao órgão ambiental sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.3.Licença Ambiental de Instalação - LAI

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI nº /

O Município de Ouro no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental de instalação à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº 337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Prazo de validade
() meses, a contar da presente data.
Data, local e assinatura

Local e Data: Município de Ouro, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
---	---

Documentos anexos

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades da fase de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Controles ambientais:
5. Programas ambientais:
6. Medidas compensatórias:
7. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
8. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.

V. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao órgão ambiental municipal sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.4.Licença Ambiental de Operação - LAO

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO nº /

O Município de Ouro no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº
....., concede a presente Licença Ambiental de Operação à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento:

Localizada em

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto Nº 337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Prazo de validade

() meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data:
Município de Ouro, de de .

Nome Completo
Cargo ocupado
Nº de matrícula

Documentos anexos

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento;
2. Aspectos florestais;
3. Controles ambientais;
4. Programas ambientais;
5. Medidas compensatórias;
6. Condições específicas;

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
 - II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
 - III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
 - IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
 - V. De acordo com o artigo 45, Inciso V, § 4 do Decreto nº 337, DE 27 DE JANEIRO DE 2016, a renovação desta Licença Ambiental de Operação – LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
 - VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao órgão ambiental municipal, sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/ empreendimento licenciado por este documento.
6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação

6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria/Parecer técnico nº;
2. Objetivo;
3. Número do processo;
4. Empreendedor ou proprietário e CPF/CNPJ;
5. Endereço para correspondência;
6. Empreendimento e CPF/CNPJ;
7. Endereço local do imóvel;
8. Coordenadas geográficas ou planas;
9. Código da atividade e descrição;
10. Processos vinculados/Licença vinculada/Histórico de AuC;
11. Bacia Hidrográfica;
12. Unidades de Conservação;
13. Zona costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
14. Atendimento da instrução normativa; e
15. Responsabilidades técnicas.

DA VISTORIA DE CAMPO

16. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
17. Pessoas contatadas;
18. Condições do tempo;
19. Características da área e da vegetação objeto de extração/supressão/corte/manejo;
20. Características das demais áreas;
21. Outras observações e/ ou informações relevantes;
22. Auto de infração; e
23. Relatório Fotográfico.

DO PARECER

24. Matrícula e área total do imóvel;
25. Caracterização do imóvel;
26. Da área objeto de extração/supressão/corte/manejo;
27. Reserva Legal, Reposição Florestal e Área verde;
28. Medidas compensatórias:
 - Área de compensação pelo uso de APP;
 - Área de compensação pelo corte da Mata Atlântica;

29. Análise dos técnicos;
30. Conclusão;
31. Documentos que fundamentam o parecer;
32. Local, data e equipe técnica;

6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação

Município de Ouro Gerência de Meio Ambiente - CPIMMOC Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro Telefone/fax: 49 3555-1300		AuC Nº / /	selo
Identificação do Proprietário			
CPF OU CNPJ:		NOME DO PROPRIETÁRIO:	
RG:	DATA EXPEDIÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	Nº. CTF/IBAMA:
Endereço			
CEP:	LOGRADOURO:	COMPLEMENTO:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	TELEFONE:	
Localização da Atividade			
ENDEREÇO DA ATIVIDADE:			
MUNICÍPIO:		PROCESSO FATMA: VEG//	
Dados do Imóvel			
Latitude(S): G: M: S:	Longitude(W): G: M: S:	MATRÍCULA NO CRI:	
ÁREA TOTAL:	ÁREA PRESERVAÇÃO PERMANENTE:	RESERVAL FLORESTAL LEGAL:	
ÁREA AUTORIZADA:	ÁREA REMANESCENTE:		
Dados da AuC			
FINALIDADE:		VALIDA ATÉ:	
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Especificação de outro tipo de exploração:		dia/mês/ano	
Matéria Prima a Ser Extraída			
VOLUME TOTAL (toras especificar no verso):			
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO:			
ENQUADRAMENTO / RESPONSÁVEL TÉCNICO:			
Assinaturas			
LOCAL E DATA: Local, xx de xx de xxxx .		PARECER TÉCNICO Nº:	
TÉCNICO ANALISTA / MATRÍCULA:		CARIMBO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE:	

- Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.
- Deverão ser respeitadas as áreas de Preservação Permanente, previstas na Lei 12.651/2012 (Código Florestal).
- O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.
- Ao término das atividades encaminhar ao órgão ambiental municipal o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.
- O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF – Documento de Origem Florestal.

[illegible]

Adotar todas as medidas para minimizar os impactos junto às Áreas de Preservação Permanente.
Todos os trabalhos deverão ser acompanhados por técnicos habilitados
Deverão ser resgatadas parte das bromélias que por ventura forem encontradas nas áreas de supressão e implantadas em áreas apropriadas, em quantidade suficiente, visando garantir a manutenção das espécies nas áreas remanescentes de floresta.
Observar as condicionantes da Licença Ambiental de Instalação.

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Município de Ouro Gerência de Meio Ambiente - CPIMMOC Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro Telefone/fax: 49 3555-1300	AuA Nº	
--	--------	--

O Município de Ouro no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº e parecer técnico nº , concede a presente Licença Ambiental Prévia à:

EMPREENDEDOR:

Nome		CPF / CNPJ	
Endereço			
Bairro		Município	CEP

PARA ATIVIDADE DE:

Descrição da atividade:

Código:

Nome do empreendimento

Endereço:

Coordenadas geográficas ou planas:

CONDIÇÕES GERAIS:

A presente autorização Ambiental concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e técnica do empreendimento, equipamento ou atividade quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente autorização ambiental, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. Cópia da presente autorização deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

DAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO:

Esta Autorização Ambiental é válida pelo período de meses a contar da presente data, conforme Processo n.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

Local e Data:

Município, de de .

Nome Completo

Cargo ocupado

Nº de matrícula

DECRETO 338

DECRETO Nº 338, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Disciplina o procedimento administrativo de fiscalização ambiental do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SMMA e institui o Comitê de Julgamento - CJ e o Comitê Central de Julgamento - CCJ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CAPÍTULO I

DO COMITÊ DE JULGAMENTO - CJ E DO COMITÊ CENTRAL DE JULGAMENTO - CCJ

Art. 1º O Comitê de Julgamento - CJ será constituído por (um) representante da Assessoria Jurídica, (um) representante dos analistas em meio ambiente da CPIMMOC, e pelo Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio

Oeste Contestado.

Art. 2º Será atribuição do Comitê de Julgamento - CJ a aplicação das sanções administrativas através do despacho de penalidade em fase de decisão do processo em primeira instância.

§ O analista em meio ambiente componente do CJ será nomeado pelo Gerente de Meio Ambiente da CPIMMOC.

Art. 3º O Comitê Central de Julgamento - CCJ - será constituído por (um) representante da Assessoria Jurídica, (dois) representantes dos analistas em meio ambiente da CPIMMOC, pelo Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado e por um representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente designado pelo presidente do Conselho.

Art. 4º Qualquer membro do Comitê de Julgamento, ou do Comitê Central de Julgamento, que de algum modo tenha interesse direto ou indireto na questão a ser julgada estará automaticamente impedido de atuar perante os Comitês.

Art. 5º São atribuições do Comitê Central de Julgamento - CCJ o conhecimento, a análise e a aquiescência ou não das decisões prolatadas pelo Comitê de Julgamento.

Parágrafo único. Deverá o CCJ homologar todos os termos de compromissos firmados entre o autuado e o CJ.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º O processo administrativo de fiscalização ambiental inicia-se de ofício, em razão do conhecimento da ocorrência de infração às regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, por meio da emissão de notificação ao administrado, lavratura de auto de infração ou termos próprios que visem aplicar medidas decorrentes do poder de polícia e sanções de caráter administrativo ambiental.

Art. 7º Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a primeira via do auto de infração.

Parágrafo único. A instauração do processo dar-se-á na sede do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

Art. 8º O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

I - auto de infração ambiental;

II - relatório de fiscalização;

III - defesa prévia;

IV - manifestação; e

V - tomada de decisão.

§ 1º Quando necessários outros documentos, pareceres ou esclarecimentos, a autoridade administrativa os solicitará através de despacho.

§ 2º Todos os documentos devem ser anexados no respectivo processo, sendo que, no caso de implantação de processo eletrônico deverão ser inseridos no sistema informatizado utilizado no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 3º Os processos administrativos devem ser instaurados e mantidos na unidade operativa do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado CPIMMOC.

§ 4º Todo processo administrativo que necessitar de laudo técnico específico terá seu encaminhamento direcionado pelo Gerente de Meio Ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, para o técnico habilitado que produzirá o laudo.

Art. 9º Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração gerada fisicamente ou por sistema informatizado utilizado no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado das instituições.

§ 1º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo agente que proceder à juntada de qualquer documento aos autos.

§ 2º Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade, cabendo à autoridade administrativa mandar supri-las.

§ 3º A autuação do processo será formalizada em sua capa, pelo profissional que o procedeu, dando o número do processo.

CAPÍTULO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. Toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

Art. 11. As infrações administrativas ambientais serão apuradas pela lavratura do auto de infração ambiental ou qualquer outro documento a que der origem.

§ 1º A lavratura do auto de infração ambiental será exercida pelo agente fiscal credenciado, assim definido pela legislação vigente no ato da assinatura da presente.

§ 2º São agentes fiscais no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado os técnicos credenciados portadores de carteira específica de identificação a ser expedida pela Presidência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 3º São agentes fiscais no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado da Polícia Militar Ambiental agentes públicos indicados para atividade de fiscalização ambiental através de portaria interna.

Art. 12. O agente fiscal poderá solicitar, antes da lavratura do auto de infração ambiental, a elaboração de parecer jurídico, parecer técnico e/ou a realização de análises laboratoriais referentes às infrações administrativas ambientais constatadas que devem ser elaborados por profissionais devidamente habilitados.

§ 1º Os pareceres jurídicos poderão ser solicitados à Consultoria Jurídica do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 2º As análises laboratoriais referentes às infrações administrativas ambientais poderão ser solicitadas à Gerência do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 13. O auto de infração ambiental deverá ser lavrado em impresso próprio do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) nele devendo constar:

I - a identificação do órgão fiscal autuante;

II - os dados do autuado;

III - o local da infração administrativa ambiental, bem como a hora, dia, mês e ano da constatação da infração administrativa ambiental;

IV - a descrição sumária e o indicativo do grau de gravidade da infração administrativa ambiental;

V - o fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;

VI - identificação e assinatura do autuado/preposto e das testemunhas, caso existam; e

VII - identificação e assinatura do agente fiscal autuante.

Parágrafo único. O auto de infração deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

Art. 14. O auto de infração ambiental será expedido em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

I - a primeira via, servirá para a formação do processo administrativo de fiscalização ambiental;

II - a segunda via, ao autuado;

III - a terceira via, ao agente autuante.

Art. 15. Ao ser entregue o auto de infração ambiental, o dirigente ou preposto, no caso de pessoa jurídica ou o responsável, no caso de pessoa física, deverá lançar o seu recebido.

§ 1º No caso de recusa do autuado em assinar o auto de infração, e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de duas testemunhas, certificando o ocorrido em seus versos e entregando as vias correspondentes ao autuado.

§ 2º No caso da ausência do autuado ou da recusa do mesmo em receber a via correspondente ao auto de infração e seu respectivo termo, o agente de fiscalização certificará o ocorrido em seus versos, remetendo-o, por via postal com o Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio válido que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º Na hipótese de evasão do infrator, o agente de fiscalização deverá lavrar os termos pertinentes ao caso concreto, certificando o ocorrido e encaminhando todo o material à unidade do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 4º Deverá ser informado ao autuado, quando da comunicação da multa a ser paga, que terá o prazo de até 20 (vinte) dias, para pagar a

multa indicada com 30% (trinta por cento) de desconto ou interpor defesa prévia.

Art. 16. Após o agente autuante ter encaminhado as vias do auto de infração à Gerência do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), a autoridade determinará a inserção dos dados no sistema de informação e a autuação do processo administrativo infracional, na forma do artigo 8º, parágrafo 2º.

§ 1º O auto de infração não deve conter rasuras, devendo conter todos os dados conforme o art. 13 deste Decreto.

§ 2º No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao agente autuante a substituição do auto de infração, antes da instauração do processo para a apuração de infrações ambientais prevista no art. 7º.

Art. 17. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, ou de ofício, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 18. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 19. São nulos os atos nos casos de:

I - incompetência;

II - vício de forma;

III - ilegalidade do objeto;

IV - inexistência dos motivos; e

V - desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas:

I - a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

II - o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;

III - a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

IV - a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e

V - o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 20. No caso de devolução do auto de infração, termos próprios ou demais intimações pelos Correios, com a informação de que não foi possível efetuar sua entrega o responsável pela autuação processual promoverá, nesta ordem:

I - a busca de endereço atualizado e nova intimação, se constatada alteração de endereço, uma única vez; e

II - a intimação por edital ou entrega pessoal.

Art. 21. Quando o comunicado dos Correios indicar a recusa do recebimento, o autuado será dado por intimado.

Art. 22. Cada auto de infração lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um auto de infração para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

CAPÍTULO IV DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 23. Após a lavratura do auto de infração ambiental, o agente fiscal que participou da vistoria deverá elaborar o relatório de fiscalização.

Parágrafo único. No relatório de fiscalização deverão constar:

I - o número e a data em que o relatório de fiscalização foi elaborado;

II - a identificação e endereço do infrator;

III - o local da infração administrativa ambiental;

IV - as coordenadas geográficas;

V - o motivo pelo qual foi realizada a vistoria e a data da vistoria;

VI - as infrações administrativas ambientais constatadas;

VII - as medidas adotadas;

VIII - a assinatura do agente fiscal ou dos agentes fiscais que participaram da vistoria e outras informações necessárias para a elucidação dos fatos (croquis de localização, fotografias e/ou imagens digitalizadas);

IX - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

X - antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e

XI - situação econômica do infrator.

CAPÍTULO V DA DEFESA PRÉVIA

Art. 24. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada na sede do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 1º O protocolo de recebimento deve conter a data de recebimento e o agente que o procedeu.

§ 2º A defesa deve ser apensada no processo administrativo e encaminhada ao agente fiscal responsável pela lavratura do auto de infração ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art. 25. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada nos seguintes prazos:

I - 20 (vinte) dias, contados da data da comunicação do valor da multa a ser paga, quando entregue imediatamente ao autuado; e

II - 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação do valor da multa por via postal registrada, com Aviso de Recebimento - AR, iniciando-se o referido prazo da juntada do aviso de recebimento ao processo administrativo de fiscalização ambiental.

Art. 26. Se o infrator não protocolizar a defesa prévia referente à comunicação do valor da multa, lavrada nos prazos estipulados no artigo anterior, deverá ser certificado no processo administrativo de fiscalização ambiental a sua revelia, sendo o feito encaminhado ao Comitê Julgador do processo administrativo, no intuito de ser dado prosseguimento à sua análise.

Art. 27. Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado em sua defesa prévia, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo.

Parágrafo único. Na fase da defesa prévia, o autuado deve fazer as alegações de fato e de direito, demonstrar as provas que possuir, arrolar testemunhas e indicar outros meios de prova.

Art. 28. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput deste artigo.

Art. 29. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

CAPÍTULO VI DA MANIFESTAÇÃO ACERCA DA DEFESA PRÉVIA

Art. 30. Compete ao agente fiscal que lavrou o auto de infração ambiental, após o recebimento da defesa prévia, elaborar a manifestação sobre ela.

Art. 31. Na referida manifestação sobre a defesa prévia deverão constar:

I - o número e a data em que a manifestação foi elaborada;

II - a origem do processo e a área de interesse;

III - o assunto a ser manifestado, a data e hora da inspeção de campo;

IV - a identificação da pessoa física/jurídica autora dos fatos;

V - a manifestação, favorável ou não à manutenção do auto de infração ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental vigente; e

VI - o local, a data e assinatura do agente fiscal ou dos agentes fiscais que participaram da elaboração da mesma; outras informações necessárias à elucidação dos fatos.

Art. 32. Após a elaboração, pelo agente fiscal autuante, da manifestação sobre a defesa prévia, o processo administrativo de fiscalização ambiental será encaminhado ao Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) da Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental.

CAPÍTULO VII DA TOMADA DE DECISÃO

Art. 33. Ao receber o processo administrativo, o órgão executor deverá encaminhá-lo para o Comitê Julgador - CJ, acompanhado da minuta de decisão sobre penalidades previstas no § 2º do art. 75 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, para seu julgamento.

§ 1º A decisão será encaminhada ao infrator, através de ofício, por via postal registrada, com Aviso de Recebimento - AR.

§ 2º Na impossibilidade da intimação da decisão por AR, deverá esta ser feita pessoalmente.

§ 3º Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, após 2 (duas) tentativas devidamente certificadas nos autos, deverá ela ser feita através de publicação no órgão de imprensa oficial.

Art. 34. O julgamento do processo será feito pelo Comitê Julgador - CJ do processo administrativo ambiental.

§ 1º O Comitê seguirá a constituição conforme disposto no art. 1º deste Decreto.

§ 2º A decisão do Comitê se dará por maioria simples, sendo que o parecer do voto contrário deverá ficar consignado no processo.

Art. 35. Na decisão deverá constar:

I - o número do auto de infração ambiental, do termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito;

II - a data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;

III - o prazo de pagamento;

IV - a denominação do infrator;

V - o endereço do local em que ocorreu a infração;

VI - o fundamento legal da multa; e

VII - as medidas a serem adotadas.

Art. 36. Dentre as medidas a serem adotadas, deverão estar incluídas:

I - as sanções previstas para a conduta;

II - o valor da multa aplicada;

III - a expedição da guia oficial de recolhimento da multa;

IV - a solicitação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para recuperação da área degradada.

§ 1º Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada, a mesma deve ser licenciada, conforme legislação municipal e a lei 12.651 de 25 de maio de 2012.

§ 2º No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos na legislação municipal, e na lei 12.651 de 25 de maio de 2012.

Art. 37. O Comitê Julgador do processo administrativo poderá solicitar a elaboração de parecer jurídico, parecer técnico e/ou a realização de análises laboratoriais, assinados por profissionais devidamente habilitados, no intuito de obter mais informações para fundamentar a tomada de decisão.

Art. 38. O valor da multa será definido pelo Comitê Julgador do processo administrativo após análise da manifestação sobre a defesa prévia elaborada pelo agente fiscal, desde que sejam respeitados os limites estabelecidos no Decreto nº 9.605/1998, devendo a tomada de decisão ser devidamente justificada.

Art. 39. Caso sejam constatadas que não foram cumpridas no prazo estipulado as determinações estabelecidas na decisão expedida pelo Comitê Julgador do processo administrativo relativamente a obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Consultoria Jurídica do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados no processo administrativo ambiental.

Art. 40. A multa estabelecida na decisão deverá ser paga pelo infrator dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º O recolhimento deverá ser feito em conta própria do fundo municipal de meio ambiente, mediante guia oficial a ser gerada pelo comitê julgador do processo administrativo.

Art. 41. Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo município.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, juntamente com a respectiva defesa prévia do auto de infração lavrado.

§ 2º O Comitê Julgador do processo administrativo competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

§ 4º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente.

§ 5º Os valores apurados nos §§ 3º e 4º serão recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação.

§ 6º A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita através de relatório assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade - ART ou Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§ 7º A comprovação da recuperação da área degradada e o cumprimento do termo de compromisso deverão ser feitos pelo infrator, nos termos do parecer técnico da análise do PRAD.

§ 8º Quando da assinatura de termo de compromisso, será nomeado, por portaria do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) o responsável por acompanhar o seu cumprimento.

Art. 43. No termo de compromisso deverão constar:

I - número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;

II - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

III - histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de

implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 90 (noventa) dias e o máximo de 3 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

V - modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;

VI - fixação de multa diária pelo descumprimento, como as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;

VII - suspensão das penalidades impostas na decisão final;

VIII - prazo de vigência;

IX - data, local e assinatura do infrator;

X - o foro competente para dirimir litígios entre as partes; e

XI - previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no órgão de imprensa oficial do CPIMMOC, às expensas do infrator, sob pena de ineficácia, sendo que nos casos de infrações de pequeno potencial ofensivo e de infratores de poucas condições econômicas será admissível a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

Art. 44. O termo de compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias, contados da protocolização do requerimento.

§ 1º O requerimento deverá ser protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da comunicação do valor da multa a ser paga.

§ 2º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

Art. 45. Da data da protocolização do requerimento, e enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Art. 46. Por ocasião da lavratura do termo de compromisso, deverá ser expedido boleto bancário no valor de 10% (dez por cento) do valor indicado no auto de infração.

Parágrafo único. O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de expedição do boleto.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
27 de janeiro de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO E CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0013/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DA COSTA DE CAMARGO

Objeto: Contratação de profissional habilitado para realização de oficina com entrega de árvores e plantas frutíferas com as famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) do município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:800,00 (oitocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 20 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0014/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: R F CARDINAL HUTH-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitação de professores da Rede Municipal de Ensino, com carga horária de 40 (quarenta) horas de curso. Valor certo e ajustado de R\$:7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO V DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado) para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 22 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0009/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TRR GILIOLI LTDA

Objeto: Registro de preço para Contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel B S 500 comum) para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 18 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0011/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VALDIR CANDEO GOULART

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino esquina com Rua Augusto Simonetto, 130, centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 131,80 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº 7.060. Livro número 19 folha

283/285. No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. Onde se lê o valor certo e ajustado de R\$:8.100,00 (oito mil e cem reais). Passa a ser o valor certo e ajustado de R\$:8.953,74 (oito mil e novecentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0004/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: JOACABA PNEUS LTDA

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de pneus novos, câmera de ar, protetor de câmera, estopa para todas as secretarias do Município de Ouro Verde - SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 25 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0006/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDIANE REGINA GOULART

Objeto: contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a farmácia da unidade de saúde e responsável pelos programas com atendimento da população do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de janeiro a dezembro de 2016. Onde se lê o valor certo e ajustado de R\$:37.759,40 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos). Passa a ser o valor certo e ajustado de R\$:37.769,40 (trinta e sete mil setecentos e Sessenta e nove reais e quarenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0090/2016.

PORTARIA Nº. 0090/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
210578-23	Natan Pamplona Goulart	R\$ 1.900,00	Diretor EB Guilherme W. Filho

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 153/2015 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº153/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 153/2015, no dia 19 de novembro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº153/2015 tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para serviço de pavimentação asfáltica das Ruas: Nelson Floriano Campos, localizada no bairro Pachecos e José Valério de Souza, localizada no bairro Barra do Aririú. Pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas: Jorgino Damásio Espíndola e Antônio da Bicota, localizada no bairro Barra do Aririú, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 16 de outubro de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CONVÊNIO Nº 041, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 041, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Que entre si celebram o Município de Palhoça/SC, com a interveniência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento e o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO, neste ato, representado por seu gestor, MARCELO FETT, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 910.406.399-68, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 82.515.859/0001-06, situada à Rodovia SC 401, Km 01, Lote 02, Parque Tecnológico Alfa, Bairro João Paulo, CEP 88030-000, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, Sr. CARLOS GUILHERME ZIGUELLI, brasileiro, portador do CPF nº 564.875.689-53; pelo Diretor Dr. SÉRGIO FERNANDES CARDOSO, brasileiro, portador do CPF 298.599.309-10, doravante denominado SEBRAE/SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.313, 19 de novembro de 2015, e Decreto Legislativo nº 388/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem como objetivo a parceria das partes convenientes para o desenvolvimento e execução pelo SEBRAE/SC de PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS – MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

1.2. O CONVENIENTE declara conhecer a metodologia e o conteúdo dos serviços deste instrumento.

1.3. O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS – MUNICÍPIO DE PALHOÇA irá atender Micro Empreendedores Individuais, Micro e Pequenos Empresários do referido município, de acordo com as seguintes ações:

- a. 200 horas de consultoria para acompanhamento e monitoramento in loco das ações do projeto;
- b. 03 reuniões locais de monitoramento;
- c. 01 pesquisa para mensurar os resultados do projeto no território anualmente;
- d. 01 relatório de execução do projeto;
- e. 01 diagnóstico do território com base no Sistema de Indicadores Sócio Econômicos de Desenvolvimento Territorial;
- f. 01 mapeamento e desenvolvimento de banco de oportunidades locais;
- g. 60 horas de consultorias junto à rede de cooperação;
- h. 01 capacitação dos integrantes da rede de cooperação nos temas empreendedorismo, liderança e cooperação;
- i. 01 workshop de desenvolvimento territorial;
- j. 3.000 horas de consultorias em atendimento;
- k. 02 capacitações na temática Mercado, Cooperação e Lideranças setoriais ou outra de acordo com a necessidade do grupo;
- l. 01 palestra com a temática de acordo com a necessidade do grupo de pessoas do território;
- m. 04 oficinas SEI;
- n. 02 capacitações com soluções Na Medida;
- o. 01 evento para inclusão dos pequenos negócios nas oportunidades locais;
- p. 01 rodada de negócios;
- q. 01 visita técnica (prospecção de mercado);
- r. 01 curso: como fornecer para a Prefeitura;
- s. 02 cursos/palestras para acesso a serviços financeiros;
- t. 1000 horas de atendimentos às empresas no programa Negócio a Negócio;
- u. 15 cursos de educação empreendedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração até 31 de dezembro de 2017.

Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEBRAE/SC

Ao SEBRAE/SC caberá:

- a. Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazo da lei, bem como da contrapartida, se for o caso;
- b. Manter o cadastro atualizado junto ao Município;
- c. Indicar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas, de forma detalhadas;
- d. Não repassar os recursos recebidos para outras empresas, entidades, associações e/ou órgãos da administração pública direta e/ou indireta da esfera Municipal, Estadual e/ou Federal, salvo em casos expressamente autorizados pelo Município, mediante legislação específica;
- e. Colocar à disposição da CONVENIENTE, pessoal qualificado e metodologia própria para o desenvolvimento das ações;
- f. Colocar à disposição da CONVENIENTE, consultores credenciados, durante o prazo de vigência e execução deste instrumento;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Ao MUNICÍPIO caberá:

- a. Repassar pontualmente o recurso previsto na cláusula sétima;
- b. Aprovar a prestação de contas da CONVENIADA, desde que dentro dos ditames legais;
- c. Fiscalizar a utilização dos recursos e cumprimento das cláusulas vigentes;
- d. Propor alterações quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;
- e. Por sua expensa, colocar à disposição da CONVENIADA, um (01) técnico selecionado pelo Município, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do projeto, ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O pessoal utilizado por uma das partes na execução das atividades relacionadas ao presente termo, nas condições de empregado, autônomo,

empreiteiro ou a qualquer outro título não configura vinculação ou direito em relação à outra parte, ficando a cargo exclusivo do respectivo conveniente a integral responsabilidade no que se refere a seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A rescisão ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a. A rescisão poderá ser determinada independentemente de notificação ou interpelação judicial quando ocorrer a inexecução total ou parcial injustificada, ou ainda pela execução inadequada do objeto deste instrumento;
- b. O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS VALORES

Para a consecução do objeto, previsto na Cláusula Primeira deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará a importância global de R\$ 84.140,00 (oitenta e quatro mil reais, cento e quarenta reais).

- a. R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no exercício de 2015, parcelado em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas;
- b. R\$ 28.070,00 (vinte e oito mil e setenta reais) no exercício de 2016, parcelado em até 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas;
- c. R\$ 28.070,00 (vinte e oito mil e setenta reais) no exercício de 2017, parcelado em até 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos provenientes do presente instrumento serão custeados pela seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 239

Órgão: 11 – SECRETARIA DESENV. ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

Unidade: 001 – Secretaria Desenv. Econômico e Sustentável

Função: 0023 – Comércio e Serviços

Subfunção: 0661 – Promoção Industrial

Programa: 0020 – Desenv sustentável

Ação: 2084 – Func. e Manutenção da Secret. de Des. Sustentável

Elemento: 3339000000000000000 – Aplicações Diretas

Vínculo: 01000142 – Recursos Ordinários Livres

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- a. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
- b. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
- c. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- d. Balancete de Prestação de Contas e Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
- e. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- f. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
- g. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
- h. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
- i. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais;
- j. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- k. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
- l. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículos automotor, quando na hipótese;
- m. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
- n. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 1. Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
 2. Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
 3. Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
 4. Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

o. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

p. Declaração encargos que incidirem sobre o presente Convênio isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Convênio se dará no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça – Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da execução do presente instrumento.

Por estarem entre si cooperados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para que surtam idênticos efeitos, na presença de testemunhas abaixo.

Palhoça, 19 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Camilo Nazareno Pagani Martins – Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO

Marcelo Fett Alves – Secretário Municipal

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC

Carlos Guilherme Ziguelli

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC

Sérgio Fernandes Cardoso

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

PORTARIA Nº. 0078/2016.

PORTARIA Nº. 0078/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1444 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MORGANA PAMPLONA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que devera ser 03/01/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0079/2016.

PORTARIA Nº. 0079/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1452 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GLADIS ELISA BECKER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/01/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0080/2016.

PORTARIA Nº. 0080/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0810 de 06 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VALDECIR AVILA DIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/01/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0081/2016.

PORTARIA Nº. 0081/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1449 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FERNANDA BOING NIENKOETHER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta

desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/02/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0082/2016.

PORTARIA Nº. 0082/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1462 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PATRICIA DE MEDEIROS FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/02/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0083/2016.

PORTARIA Nº. 0083/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeito a contar de janeiro de 2016.

SERVIDOR	CNH
Antonio Carlos dos Santos	526271635

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0084/2016.

PORTARIA Nº. 0084/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TAMARA DO NASCIMENTO, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0085/2016.

PORTARIA Nº. 0085/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3745793-3	Diego Oliveira Mendonça	80%
260089-2	Rafael Porto Costa	60%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
400903-1	Rodrigo Chaves	18%
401171-1	Kátia Luciane Borges de Pinto	27%

ANEXO III

MATRICULA	NOME	DE	PARA
401494-1	Elaine Regina Perugini da Silva	27%	60%

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0086/2016.

PORTARIA Nº. 0086/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 11 de dezembro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
401407-3	Sandro Adriani Teixeira Borges Junior	60%

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0087/2016.

PORTARIA Nº. 0087/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
128035-1	Cristina Brust	R\$ 1100,00	Diretor CEI Vó Laura

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0088/2016.

PORTARIA Nº. 0088/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
211074-6	Heluise Marions de Abreu de Souza	R\$ 1250,00	Diretor CEI Criança Feliz

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0089/2016.

PORTARIA Nº. 0089/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
801858-1	Brandiane de Souza Marquezini	R\$ 1100,00	Diretor CEI Santa Marta

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0091/2016.

PORTARIA Nº. 0091/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402063-2	Eduardo Souza Kremer dos Santos	R\$ 820,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801850-3	Andreia Coelho Hinkel	R\$ 522,00
122097-2	Ivone Izabel Gonçalves	R\$ 579,00
800786-1	Rosi Maria Varella	R\$ 635,00

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300061-1	Nazareno dos Santos	R\$ 700,00	R\$ 1000,00
300505-3	Sherem de Abreu	R\$ 1000,00	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0092/2016.

PORTARIA Nº. 0092/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARIA JOSELIA HORSTMANN FELISBINO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de janeiro de 2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0093/2016.

PORTARIA Nº. 0093/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2141 de 22 de abril de 1998, que Averbou Tempo de Serviço da servidora MARLOVE ASSING MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu como Professor 13/02/1989 a 31/12/1989, 02/01/1990 a 31/12/1990, 02/01/1991 a 31/12/1991, 02/01/1992 a 30/06/1992.

Averbar o tempo que contribuiu como Agente Administrativo Auxiliar 01/07/1992 a 31/07/1992.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0094/2016.

PORTARIA Nº. 0094/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adeli Nicolau Santos	ACE	45	17/12/15	I – M 23
Alexandre Ise Firmino da Silva	Administrador	25	23/11/15	I – F 31-2
Aline Junckes	Professor	180	22/12/15	I –
Amália Alaide Pereira	Assistente Administrativo	60	17/12/15	I – M 15-5
Amantino Rodrigues Raulino	Socorrista	20	17/12/15	I –
Ana Maria Rosa	ACS	05	04/01/16	I – M 54-0
Andrea Ewers	ACS	30	04/01/16	I – F 41-2
Andreia Althoff de Pinho	ACS	30	04/01/16	I – G 56
Andreia de Oliveira	ASO	180	19/12/15	I -
Andreia Patrícia Alves	Socorrista	02	22/12/15	I – M 25-5, II – J 06-9
Andreia Patrícia Alves	Socorrista	01	25/12/15	I – M 25-5, II – J 06-9
Andreia Patrícia Alves	Socorrista	05	27/12/15	I – M 25-5, II – J 06-9
Angela Eger Cordeiro	Assistente Administrativo	04	15/12/15	I – Z 76-3
Catarina Maria Nunes	ASO	60	21/12/15	I – M 54-2, II – M 75-1
Celia Kuhn	ASO	20	14/12/15	I – M 66-3
Cibele de Oliveira França	Medico	13	17/12/15	I –
Cibele de Oliveira França	Medico	180	04/01/16	I –
Cintia Cristina Matos	ACS	04	15/12/15	I – Z 76-3
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeira	04	27/12/15	I – Z 76-3
Débora May	Técnico em Contabilidade	180	16/12/15	I –
Elaine de Melo Marcos	ACS	60	15/12/15	I – C 40, II – F 33-3
Eleomar Paes	Psicóloga	05	16/12/15	I – H 10-2, II – H 57-1
Eliane Mara Dransfield	Psicóloga	01	09/12/15	I – Z 76-3
Eliane Mara Dransfield	Psicóloga	04	14/12/15	I – Z 76-3
Eloisa Nunes da Rosa	Técnico em Enfermagem	07	21/12/15	I – G 56-0
Gabriel Werlich	Socorrista	07	04/12/15	I – B 35-8
Graziela Flonizia Schultz	Assessor	09	10/12/15	I – O 21-0, O 20
Hariane Pagani	Dentista	15	16/12/15	I – N 60-9
Hariane Pagani	Dentista	15	30/12/15	I – N 60-9
Iracema Zimmermann	ACS	30	15/12/15	I -
Jane Campos de Souza	Assistente Social	12	04/01/16	I – Z 54-0
Jane Lucia Ferreira	Professor	90	25/11/15	I -
Juliano Augusto Leopoldo	Assistente Administrativo	05	14/12/15	I – S 93-4, II – S 92-1, III – S 82-3

Juliano Augusto Leopoldo	Assistente Administrativo	60	18/12/15	I – S 93-4, II – S 92-1, III – S 82-3
Julio Marcelino	Socorrista	15	15/12/15	I – K 72-0
Kamila Gandolphi Sozua	Técnico em Enfermagem	15	15/12/15	I -
Kátia Regina Gonçalves Nocetti	Telefonista	02	10/12/15	I – M 54, II – J 01
Kátia Regina Gonçalves Nocetti	Telefonista	04	15/12/15	I – M 54, II – J 01
Luciana Maria da Silva	Assistente Social	180	22/12/15	I –
Márcia Valdete Dutra Alves	Merendeira	02	01/12/15	I – B 35-8
Márcia Valdete Dutra Alves	Merendeira	01	04/12/15	I – B 35-8
Márcia Valdete Dutra Alves	Merendeira	01	15/12/15	I – B 35-8
Maria Eunice Damasceno	ASO	01	03/12/15	
Maria Eunice Damasceno	ASO	01	08/12/15	
Maria Eunice Damasceno	ASO	07	12/12/15	
Maria Eunice Damasceno	ASO	15	17/12/15	
Mariza Neubauer Ocampos	ASO	23	07/12/15	I – M 25-5, II – M 65-9
Nilson Fermino de Lima	Técnico em Enfermagem	02	21/12/15	
Nilson Fermino de Lima	Técnico em Enfermagem	04	24/12/15	
Priscila Pierri	Pedagogo	01	04/12/15	I – K 42, II – Z 76-3
Priscila Pierri	Pedagogo	01	07/12/15	I – K 42, II – Z 76-3
Priscila Pierri	Pedagogo	05	14/12/15	I – K 42, II – Z 76-3
Rosineia Marli Martins	ACS	90	04/01/16	I – M 54-5, II M 54-1, III – S 99-5
Samara Valdeia Wagner	ASO	15	18/12/15	I – M 54, II – S 70, III – S 32-3
Samara Valdeia Wagner	ASO	30	04/01/16	I – M 54, II – S 70, III – S 32-3
Solange Antunes Paz	Professor	14	04/12/15	I – D 25-9
Talisneia Souza Candida	Assessor	14	17/12/15	I –
Tânia Cruz da Silva	ASO	30	12/12/15	I – M 65-8

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0095/2016.

PORTARIA Nº. 0095/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para BRANDIANE DE SOUZA MARQUEZINI, matrícula nº. 801858-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0096/2016.

PORTARIA Nº. 0096/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para NATAN PAMPLONA GOU-LART, matrícula nº. 210578-23, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0097/2016.

PORTARIA Nº. 0097/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ANDREIA COELHO HINKEL, matrícula nº. 801850-3, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0098/2016.

PORTARIA Nº. 0098/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para HELUISE MARION DE ABREU, matrícula nº. 211074-6, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0099/2016.

PORTARIA Nº. 0099/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para IVONE IZABEL GONÇAL-VES, matrícula nº. 122097-2, titular do cargo de Professor, o per-centual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0100/2016.

PORTARIA Nº. 0100/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para CRISTINA BRUST, matrícula nº. 128035-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura na edificação de cabeceiras e abas de concreto da ponte na localidade de Lageado dos Grein. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 11 de fevereiro de 2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 11/02/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 27 de janeiro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 004/2016

CONTRATO 004/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal nº 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anélio Nicocelli, 1720 - Bairro Figueirinha - Guaramirim/SC, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 638.924.309-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Concorrência nº 088/2015, no qual a contratada se compromete com a Execução de pavimentação asfáltica em CBUQ e sinalização de trânsito, na Avenida Papa João XXIII em uma área de 14.258,00m², com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme projetos arquitetônicos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2 - O prazo de vigência do Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da data de sua assinatura e emissão de ordem de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

3 - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são

obrigações das partes:

3.1.1 - DA CONTRATANTE

- a) Dar condições para a CONTRATADA executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.
- b) Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.

Parágrafo único: A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

- c) Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas.

- d) Efetuar os pagamentos na forma convencionada na CLÁUSULA NONA.

- e) Permitir que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à CONTRATADA.

- g) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

3.1.2 - DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste contrato e seus adendos.

- b) Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas para execução exigidas na licitação.

- c) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, como também, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro constantes no presente Edital.

Parágrafo primeiro: Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a contratada ficará sujeita às multas estabelecidas no Edital;

Parágrafo segundo: É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, conforme preconiza o § 1º, artigo 95 da Lei Federal 9.503, a sinalização da obra, devendo para isto dispor de todos os dispositivos de sinalização necessários previstos no item 3.7 - Dispositivos de Uso Temporário - do Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro;

Parágrafo terceiro: Além da sinalização da obra é de inteira responsabilidade da contratada a sinalização do desvio do trânsito via que estiver em obras;

- d) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura, tudo, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias);

- e) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;

- f) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;

- g) Executar todos os serviços complementares julgados necessários

para que o local tenha condições de uso satisfatório;

h) A administração não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

Parágrafo primeiro: Os serviços subcontratados pela contratada, serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratada para ressarcimento do dano causado;

Parágrafo segundo: A contratada deverá saldar, nas datas e prazos contratados, os compromissos onerosos que realizar junto a empresas subcontratadas, para evitar que estas, venham a se manifestar, verbalmente, diretamente ou judicialmente contra a contratada e a Prefeitura;

i) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as máquinas e equipamentos necessários, ficando responsável por seu transporte e guarda;

j) Proceder à substituição, em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços;

k) Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas;

l) A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados;

m) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los;

n) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso;

o) Entregar o local, objeto desta licitação, limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a sua utilização imediata;

Parágrafo único: Concluído o objeto contratado, deverá a contratada comunicar o fato, por escrito à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra, com vistas à sua aceitação provisória.

p) Prestar manutenção da obra, durante o período de garantia, da seguinte forma:

1 - Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura;

2 - Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura;

3 - Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo estipulado, a contratada ficará sujeita à multa estabelecida no Edital;

q) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

r) Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral;

s) Todo o pessoal contratado para a execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser registrado em carteira pelo regime CLT, em nome da Contratada;

Parágrafo único: Caso a contratada necessite subcontratar parte dos serviços da obra, os empregados desta terceirizada deverão atender a todas as condições de trabalho, como se fossem seus empregados, tais como, uso de equipamentos de proteção individual e regime de registro pela CLT em nome da terceirizada;

t) Fornecer aos seus funcionários, equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva, adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;

u) Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

Parágrafo primeiro: Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal, impostos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

Parágrafo segundo: Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

Parágrafo terceiro: Apresentar, antes do início dos serviços, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

v) A contratada deverá assinar o contrato e constituir a garantia contratual dentro dos prazos estipulados no Edital;

x) Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção;

y) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do Parágrafo Primeiro, alínea "d", do Inciso II, do Artigo 65, da Lei 8.666/93 e Alterações Complementares;

w) A contratada deverá apresentar ensaio de laboratório do CBUQ executado, após compactado com o rolo.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO4 – O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte:

4.1.1 – O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da data da emissão da Ordem de Serviço.

4.1.2 – O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

4.1.3 – Os serviços a serem executados preveem obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

4.1.4 – Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços.

Parágrafo único: A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

4.1.5 – A fiscalização da CONTRATANTE solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irre recuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal.

Parágrafo primeiro: Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da CONTRATANTE, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras".

Parágrafo segundo: Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA.

4.1.6 – À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:

a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.

b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da CONTRATADA.

4.1.7 – Caberá à comissão fiscalizadora da CONTRATANTE o dever de:

a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste CONTRATO.

b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

4.1.8 – A CONTRATADA deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

4.1.9 – A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral.

4.1.10 – As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este CONTRATO se vincula, às quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5 – As Obras, objeto do presente Contrato, deverão ser executadas de acordo com as especificações e condições estabelecidas no cronograma, no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço pela Prefeitura Municipal de Papanduva.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

6.1 – A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.2 – A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

6.3 – À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA.

6.4 – Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

6.5 – No preço contratado estão incluídos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais.

6.6 – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

7 – O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço Global.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR

8 – Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ 1.534.981,28 (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), referente a execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Os recursos financeiros para a execução deste instrumento são provenientes do Convênio com o Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM nº 2015TR001380 e contrapartida com recursos próprios do município

9.2 – O pagamento será efetuado à contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal que será emitida após a medição da etapa conforme Cronograma Físico-Financeiro.

9.2.1 – Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

9.2.2 – A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

9.2.3 – A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

9.2.4 – A CONTRATADA deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

9.2.5 – A comissão fiscalizadora da CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

9.2.6 – Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

Parágrafo único: Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.2.7 – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

9.2.8 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

10 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11 – As dotações orçamentárias são contempladas através do projeto atividade 10.12 – Pavimentação de Vias Urbanas - elemento de despesa 4.4.90.00 – Aplicações diretas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 – A contratada prestará garantia ao Contrato (garantia por lote), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso,

o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela contratada;

12.2 – Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1 – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

12.2.2 – Seguro-Garantia;

12.2.3 – Fiança Bancária;

Parágrafo único: A Garantia, quando em dinheiro, será depositada em conta bancária específica e designada pelo município, atualizada monetariamente pelo índice de correção utilizado pela caderneta de poupança.

12.3 – O comprovante de que a contratada prestou garantia, conforme exigido no Item 12.1 deste contrato, deverá ser entregue no Departamento de Licitações da Prefeitura de Papanduva, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato.

Parágrafo único: A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia;

12.4 – Em não sendo prestada a garantia contratual no prazo estipulado no item anterior, o contrato será rescindido.

12.5 – Caso a contratada venha a solicitar prorrogação de prazo de execução da obra, e se for atendida, se a garantia não for constituída em espécie, a contratada deverá prorrogar o prazo da CAUÇÃO GARANTIA apresentada, por igual ou superior prazo do Aditivo de Prazo.

Parágrafo único: A constituição da garantia deverá obedecer aos mesmos critérios da garantia inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 – Advertência, por escrito.

13.1.2 – Multa.

13.1.3 – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2 – Será aplicado multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no item 13.1.2, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

13.3 – Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de 30(trinta) dias, estabelecido no item 13.2.

13.4 – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

13.5 – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

13.6 – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente

ao abatimento da dívida, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

13.7 – Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

13.8 – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a CONTRATANTE, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

13.9 – A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE.

Parágrafo único: Ressalta-se que a terceirização de serviços pela CONTRATADA não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14 – O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15 – A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

16.1 – A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

16.2 – Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

16.3 – Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

16.4 – Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17 – Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANÁLISE

18 – A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19 – A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20 – Fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 26 de janeiro de 2016.

Dario Schicovski

Mauricio Vogelsanger

Pela Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski

Ricardo Zenfe

Matrícula: 50

Matrícula: 2675

Paraíso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMS

MUNICÍPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 11 de fevereiro de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA NA GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, CONSULTORIA CONTÁBIL NA ÁREA DA SAÚDE, CAPACITAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E AGENTES COMUNITÁRIA DE SAÚDE, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE". Conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 27 de Janeiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 FMS

MUNICÍPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 FMS

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:00 horas do dia 11 de fevereiro de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC", conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Descrição dos Itens da Licitação por LOTE.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 27 de Janeiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Passo de Torres

PREFEITURA

EDITAL 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 001/2016

1 – Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Motorista de Veículo em Geral e Arquiteto, nas Secretarias Municipais do Município de Passo de Torres.
2 – Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 737 de 29 de abril de 2011 e 990 de 06 de maio 2015.
3 - Inscrições: no dia 05 de fevereiro de 2016, das 13h e 30 min às 18h e 30 min, na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, sito à rua Beira Rio nº 20 – Centro – Passo de Torres S/C.
4 – Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno da Prefeitura Municipal, Sito à Rua Beira Rio, 20 - Centro – Passo de Torres.

Passo de Torres – SC de 26 de janeiro de 2016.

Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado:

Alexandre Angelo Felipe
Presidente

Marinelma Gonçalves Scheffer
Vice-Presidente

Marilda Rodrigues da Silva Ferreira
Membro

EXTRATO DE CONTRATO Nº004/2016 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 004/2016/PMPT
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Conveniente: Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima SC
Valor R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
Vigência: Início 08.01.2016 Término: 31.12.2016
15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.031- Manutenção das ações de saúde pública
3.3.50.00.00.00.00.00.0001 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos (11) – Transferência R\$ 48.000,00
Objeto: Pronto Atendimento à noite no horário das 18 horas às 08 horas em dia de semana, e no sistema de 24 horas em sábados, domingos e feriados.

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº002/2016 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 002/2016/PMPT
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PASSO DE TORRES
Valor R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência: Início 08.01.2016 Término: 31.12.2016
Dotação: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2007 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – (11) Transferência R\$ 36.000,00.
Objeto: Manutenção das atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Passo de Torres.

Passo de Torres, 08 de janeiro de 2016.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº003/2016 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 003/2016/PMPT
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Conveniente: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN
Valor R\$ 109.188,00 (cento e nove mil, cento e oitenta e oito reais)
Dotação: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
2057 – Apoio a criança e ao adolescente em situação de risco
3.3.50.00.00.00.00.00.0100. – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – (8)
Transferência R\$ 109.188,00
Objeto: Atendimento de crianças em regime de abrigo provisório.

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016**

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de acesso a rede mundial de computadores (internet), através de fibra optica, na velocidade de 8mbps, bem como sua instalação, na Câmara de Vereadores de Passo de Torres/SC.

Contratado: Open Computadores Ltda ME CNPJ: 19.156.301/0001-37

Processo Administrativo: 03/2015

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 27 de janeiro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 15/2016

DESIGNAR: o funcionário efetivo AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, ocupante do cargo de Contador, para responder por atribuição específica - Coordenação dos trabalhos de elaboração e atualização das leis relativas ao PPA, LDO e LOA - percebendo um adicional de função no percentual de 60% (sessenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 256/2015. Penha/SC, 27 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 16/16

DESIGNAR: o funcionário efetivo ALMIR ROGÉRIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de CONTADOR DE FUNDOS, para responder por atribuição específica – Operacionalização do e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão) Contabilidade – percebendo um adicional de função no percentual de 60% (sessenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 257/2015.

Penha/SC, 27 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

ERRATA DE EDITAL PP02/2016 - PMP**MUNICÍPIO DE PENHA**

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**ERRATA DE EDITAL Nº01/2016 - PMP****PREGÃO PRESENCIAL
Nº02/2016-PMP****Processo Administrativo
Nº 02/2016 - PMP**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA SEREM INSTALADAS NO
MUNICÍPIO DE PENHA/SC**

Onde se Lê:

6.1.6. - O proponente deverá apresentar no envelope de propostas a Ficha e/ou catálogo técnico dos produtos cotados, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência – Anexo I.

Leia-se:

Suprime-se este item.

ONDE SE LÊ:**13 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
02	Placas de Sinalização, com sinais de <u>PROIBIDO ESTACIONAR e PARE</u> , com as seguintes características: medidas 0,60X0,80mts, confeccionada em chapa de aço galvanizado nº. 18, com espessura de 1,25mm, com aplicação de fundo primer (fosfatização)	UN	50	270,00	13.500,00

Avenida Dr. Nereu Ramos, nº. 190 – Centro – CEP: 88.385-000 – Penha/SC - Telefone/Fax: (47) 3345-0200 – Página Internet: www.penha.sc.gov.br

1



MUNICÍPIO DE PENHA

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



	<p>E/OU pintura eletrostática, acabamento com pintura automotiva em ambos os lados, atrás da placa deverá ser preto fosco, deverá ter aplicação de revestimento em adesivo vinil reflexivo importado, apresentar selo de garantia de durabilidade de no mínimo 03 (três) anos. As formas padrão dos sinais de advertência e/ou regulamentação deverão obedecer às normas estabelecidas pelo DENATRAN. A placa deverá vir acompanhada de poste para sinalização viária, com as seguintes características: 2,0"x 2,00mm x 3,00m, confeccionada em aço galvanizado eletrolítico, sem emendas transversais, tampão de plástico (para uma das pontas). A placa deverá ser instalada, fixada em bloco de concreto e circunferência de 30 a 40 cm de profundidade.</p> <p>OBS: A empresa vencedora da licitação deverá instalar as placas nos locais designados pelo Município de Penha sem nenhum custo. Os locais serão determinados pela Secretaria de Planejamento bem como o cronograma de instalação das placas, sendo que a empresa deverá obedecer rigorosamente as determinações da referida Secretaria.</p>				
	TOTAL				R\$ 72.450,00



MUNICÍPIO DE PENHA

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
02	<p>Placas de Sinalização, com sinais de <u>PROIBIDO ESTACIONAR e PARE</u>, com as seguintes características: medidas 0,60X0,80mts, confeccionada em chapa de aço galvanizado nº. 18, com espessura de 1,25mm, com aplicação de fundo primer (fosfatização) E/OU pintura eletrostática, acabamento com pintura automotiva em ambos os lados, atrás da placa deverá ser preto fosco, deverá ter aplicação de revestimento em adesivo vinil reflexivo importado, apresentar selo de garantia de durabilidade de no mínimo 03 (três) anos. As formas padrão dos sinais de advertência e/ou regulamentação deverão obedecer às normas estabelecidas pelo DENATRAN. A placa deverá vir acompanhada de poste para sinalização viária, com as seguintes características: 2,0"x 2,00mm x 3,00m, confeccionada em aço galvanizado eletrolítico, sem emendas transversais, tampão de plástico (para uma das pontas). A placa deverá ser instalada, fixada em bloco de concreto e circunferência de 30 a 40 cm de profundidade.</p> <p>OBS: A empresa vencedora da licitação deverá instalar as placas nos locais designados pelo Município de Penha sem nenhum custo. Os locais serão determinados pela Secretaria de Planejamento bem como o cronograma de instalação das placas,</p>	UN	60	265,00	15.900,00

3

Avenida Dr. Nereu Ramos, nº. 190 – Centro – CEP: 88.385-000 – Penha/SC - Telefone/Fax: (47) 3345-0200 – Página Internet: www.penha.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE PENHA

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



	sendo que a empresa deverá obedecer rigorosamente as determinações da referida Secretaria.				
	TOTAL				R\$ 72.450,00

No item 2 houve um erro de digitação em relação à quantidade e ao preço, embora o valor total esteja correto e a proposta no Betha Autocotação estava digitada com as quantidades e valores corretos de acordo com a requisição da Secretaria responsável, dessa forma como alteramos a proposta, prorroga-se este Edital para mais 8 (oito) dias úteis de acordo com a Lei 8.666/93.

Desta forma fica prorrogado para as seguintes datas:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 15/02/2016

HORÁRIO: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/02/2016

HORÁRIO: 14h00min

Daniele S. de S. Lunge
Secretária de Administração

Penha, 27 de janeiro de 2016.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 125/2015

DECRETO Nº. 125, de 10 de Dezembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);
DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura
Proj./Atividade – 2.022 Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (58) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0113 – Recursos FUNDEB-60%
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0113 – FUNDEB -60% na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 10 de Dezembro de 2015.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 126/2015

DECRETO Nº. 126, de 15 de Dezembro de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 6.550,00 (Seis mil, quinhentos e cinquenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.1.71.00.00.00.00.00 – (1) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários

..... R\$ 500,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.3.71.00.00.00.00.00 – (5) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 500,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (6) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 4.000,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 4.4.71.00.00.00.00.00 – (12) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 500,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (14) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 1.050,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 6.550,00 (Seis mil quinhentos e cinquenta reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (2) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 6.550,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Dezembro de 2015.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 127/2015

DECRETO Nº. 127, de 15 de Dezembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 23.028,00 (Vinte e três mil e vinte e oito reais) os saldos das Modalidades de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminadas:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (2) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 22.242,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (4) Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 786,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 23.028,00 (Vinte e três mil e vinte e oito reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Dezembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 02 2016 - MATERIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 04/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO (PAÇO MUNICIPAL). O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 12/02/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 28 de janeiro de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO N.º 4.347, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO N.º 4.347, DE 25 DE JANEIRO DE 2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o Carnaval no dia 09 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO que referida data será na segunda-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município, no dia 08 de fevereiro de 2016 (segunda-feira).

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º No dia 10/02/2016 (quarta-feira de cinzas), o expediente ao público será das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de janeiro de 2016
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.344, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.344, DE 06 DE JANEIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal da Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 8.222,72 (Oito mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 9 – Saúde com Qualidade
Atividade: 2.52 – Manutenção piso atendimento básica variável – União

Fonte: 0338 3.1.90.00.00

Total Suplementado
..... R\$ 8.222,72

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal da Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.988-9 – ATENÇÃO BÁSICA UNIÃO).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.345, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.345, DE 06 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de Novembro de 2015; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação a proceder suplementação no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 14 – Urbanização de Vias
Atividade: 1.10 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Aplicações Diretas
..... R\$ 245.850,00
Fonte 134

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Contrato de Termo de Compromisso nº 799793/2013/MCIDADES/CAIXA (Ministério das Cidades), Processo nº 2623.1013729-77/2013 representado pelo Caixa Econômica Federal. Destinado a execução de passeios públicos no Município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.346, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.346, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 5.150,00 (Cinco mil cento e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451– Infra-Estrutura Urbana

Programa: 14 – Urbanização de Vias

Atividade: 1.10 – Pavimentação de Ruas e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Aplicações Diretas

Fonte 389

Total Suplementado
..... R\$ 5.150,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 1.833-1 – (ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.348, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.348, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ILTER DAL PIZZOL, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 296.597.609-49, residente na Rua Padre Trudo Plesseres, nº 292, Centro, município de Pinheiro Preto - SC, para o exercício fiscal

de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 04/2016, do Livro 18 folhas 25.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.349, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.349, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte AUGUSTO RODRIGUES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 950.766.119-00, residente na Rua Pedro Zago, 90, São José, município de Pinheiro Preto - SC para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 02/2016, do Livro 18 folhas 25.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.350, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.350, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ANTONIO CAMILO LOCH, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 337.782.139-20, residente na Rua Luiz Vieceli, 20, São José, município de Pinheiro Preto – SC, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 05/2016, do Livro 18 folhas 25.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.351 DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.351 DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte AUGUSTINO DOTTA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.962.179-00, residente na Rua Antonio Costenaro Filho, 600, São José, município de Pinheiro Preto – SC, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 03/2016, do Livro 18 folhas 25.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.352, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.352, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos às contribuintes MARIA ZÉLIA RIGO E MARIA RIGO, brasileiras, aposentadas, inscritas no CPF sob nº 065.712.719-15 e 065.712.809-06, respectivamente, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, Município de Pinheiro Preto - SC, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 07/2016, do Livro 18 folhas 26.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela

autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.353, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.353, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte PAULINA ALMEIDA, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 215.351.089-91, residente na Rua Luiz Vieceli, 187, São José, Município de Pinheiro Preto – SC, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 09/2016, do Livro 18 folhas 26.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.354, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.354, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ENEIDA RABUSKE BAVARESCO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 003.932.109-60, residente na Rua Pedro Zago, 115, São José, Município de Pinheiro Preto – SC, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 08/2016, do Livro 18 folhas 26.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015-ANDRESSA GUZZI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
075.483.649-54	ANDRESSA GUZZI	Atendente de Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015-DAIANE RAMOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 004/2015, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
4.443.161	DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS	Contador

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
 - Carteira de Identidade;
 - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
 - Certificado de Reservista;
 - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
 - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
 - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
 - Carteira nacional do S.U.S;
 - Certidão de Casamento;
 - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
 - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
 - Carteira de Trabalho (CTPS);
 - Comprovante de conta corrente bancária;
 - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
 - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
 - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 042, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 042, DE 25 DE Janeiro DE 2016.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA IVONETE ZANFERRARI APTA PARA O CARGO DE Servente, Concurso público 01/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata IVONETE ZANFERRARI, para o cargo de Servente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 043, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 043, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA JUSSARA BOESING APTA PARA O CARGO DE Atendente de Creche, Concurso público 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata JUSSARA BOESING, para o cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 044, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR ACIDENTE DE TRÂNSITO NOTICIADO, EM RAZÃO DE DEFEITOS NA VIA PÚBLICA MUNICIPAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a missiva encaminhada pelo senhor Algacir Tonetta, dando conta de que em razão do “derramamento de óleo na pista na Rua Germano Zanella nº S/N, Bairro São José” provocado pela Administração Pública, através do caminhão placa QHD 8705, redundou em acidente de trânsito com danos materiais, envolvendo veículo próprio;

Considerando que é dever da administração apurar os fatos e, se for o caso, apurar os prejuízos;

Considerando que já fora instaurado Processo Administrativo autuado sob n. 056/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão de sindicância para apurar os fatos relativos ao acidente de trânsito noticiado, nomeando para compô-la os seguintes servidores públicos municipais:

I – Maria Helena Mattana Mariani - Assistente de Coordenação e Planejamento;

II – Hadriel Dalmolin - Fiscal de Obras e Tributos;

III – Ideraldo Beal -Motorista.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 037, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 037, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 058/2015 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 058/2015, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - AUTO POSTO DOM DOMÊNICO, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.563.006/0001-81, no respectivo item e preço unitário: combustível gasolina comum, pelo preço de R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) por litro;

II - SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.578.202/0001-87, nos respectivos itens e preços unitários:

a) Óleo Arla32, R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por litro;

b) Combustível Óleo Diesel S10, R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) por litro;

c) Combustível Óleo Diesel Comum, R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos) por litro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 038, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA BRUNA BERTONCELLO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora BRUNA BERTONCELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigilante sanitário, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 25/03/2014 a 24/03/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 25 de janeiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 25 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 039, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 055/2015 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 055/2015, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa: INFO-PASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.656.613/0001-70, nos respectivos preços mensais:

I – Unidade Básica de Saúde, R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais;

II – Sede Administrativa do Município, R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 040, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 060/2015 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 060/2015, modalidade pregão presencial, cujo objeto visa a aquisição de pedra brita, e adjudica o objeto licitado à empresa BRITAGEM VANZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.696.617/0001-10, pelas seguintes quantidades e valores:

I - 4.000 Toneladas de pedra brita nº 01, pelo preço de R\$ 30,00 (trinta reais) por tonelada;

II - 500 toneladas de pedrisco, pelo preço de R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos) por tonelada;

III - 500 toneladas de brita nº 02 R\$ 30,00 (trinta reais) por tonelada;

IV – 400 toneladas de pedra brita mista R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos) por tonelada;

V - 500 toneladas de pó de pedra R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos) por tonelada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 041, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93, e

CONSIDERANDO que a servidora Bruna Bertoncello, está em gozo de férias;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado como membro provisório, a servidora Silvana Mugnol, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tesouraria, no período de 25 à 29 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 25 de Janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 045, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DECLARA FRUSTRADO CERTAME LICITATÓRIO, EDITAL Nº 003/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que não houve interessados para o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada frustrada o certame licitatório, edital nº 003/2016, pela ausência de interessados.

Parágrafo único. Determina ao setor competente o lançamento de outro certame.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 046, DE 26 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA IVONETE ZANFERRARI PARA o cargo efetivo de Servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 001/2014;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, IVONETE ZANFERRARI,

brasileira, inscrita no CPF nº 765.169.629-87 para exercer o cargo efetivo de Servente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo Municipal, 26 de janeiro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 047, DE 26 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA JUSSARA BOESING PARA o cargo efetivo de Atendente de Creche I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 002/2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, JUSSARA BOESING, brasileira, inscrita no CPF nº 029.620.869-85 para exercer o cargo efetivo de Atendente de Creche I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo Municipal, 26 de janeiro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO ADITIVO Nº 05/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO
ADITIVO Nº 05/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES N.º: 08/2013

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS nº 08/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA, autorizado através do Processo n.º 338/2012, Licitação n. 057/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ-MF n.º. 07.862.858/0001-04
Endereço: Rua Amadeu Nardi, 29- Tangará- SC
Representada por: SÉRGIO ALBERTO RHODEN

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo de Licitação 0338/2012,

Pregão Presencial nº 057/2012, homologado 02/01/2013; Processo Administrativo nº 04/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO

Prorrogar o prazo de vigência do contrato de fornecimento nº 08/2013, para até 16/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

3.1 O Município, na data de 02/01/2013, firmou contrato com a empresa RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA, contrato nº 08/2013, cujo objeto visava a prestação de serviços de Transportes de alunos de Pinheiro Preto à Videira, licitação nº 57/2012, modalidade Pregão Presencial.

3.2 Tendo em vista condição vantajosa para a administração, na forma apurada no processo Administrativo de Expediente nº 04/2016, fica prorrogado o contrato nº 08/2013, firmado com a empresa RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA, por mais um período compreendido entre 01/02/2016 à 16/12/2016.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 1,54 (um real com cinquenta e quatro centavos) por km/rodado, valor este obtido mediante atualização monetária de 5% no preço anteriormente praticado (R\$ 1,47) na forma apurada através do processo de expediente nº 04/2016.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 1,54 (um real com cinquenta e quatro centavos) por km/rodado, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças
Função: 4 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 3 – Administração Geral
Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3390-0000

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

- a) Início: 01/02/2016;
- b) Término: 16/12/2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLAUSULA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As demais cláusulas do contrato nº 008/2013 permanecem inalteradas.

7.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de

prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
RHODENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
SÉRGIO ALBERTO RHODEN

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 26 de Janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 010/2016

TERMO ADITIVO Nº 010/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 217/2015

Termo Aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME, autorizado através do Processo nº 138/2015, Licitação nº 004/2015, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME
CNPJ-MF nº E OU CPF. 14.748.098/0001-74
Endereço: Rua Severino Fuga, nº 140- Bairro Vila Pedrini
Representada por: Valnéia Bonelli da Silva

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Licitação nº 004/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 217/2015, cujo objeto visa a execução de serviços de melhorias na escola fundamental- Espaço Educativo Urbano II, no Município de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 004/2015 tem seu termo final para 31/12/2015.

2.2. Considerando o excesso das precipitações pluviais, que ocorreram nos meses vigentes do contrato, os quais ficaram bem acima da normalidade, interferindo assim na execução dos serviços da obra;

2.3. Considerando o acréscimo dos serviços a serem executados na obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 217/2015, onde seu término será para 30/03/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 217/2015 continuam inalteradas.

Pomerode

PREFEITURA

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2013 PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 001/2013.

Dispensa de Licitação n.º 001/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA XV DE NOVEMBRO, NR. 234 – CENTRO, POMERODE/SC, PARA AS INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/12/2016.

Valor mensal do aluguel – reajuste abaixo INPC - R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Valor total – 12 meses – R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajuste do valor mensal do aluguel abaixo do índice previsto pelo INPC no período, em conformidade com as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 002/2013 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2013 PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 002/2013.

Dispensa de Licitação n.º 002/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA HEINRICH PASSOLD, NR. 54 – CENTRO, POMERODE/SC, PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, ONDE FUNCIONARÃO OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/12/2016.

Valor mensal do aluguel – reajuste abaixo INPC - R\$4.350,00 (quatro mil e trezentos e cinquenta reais).

Valor total – 12 meses – R\$52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajuste do valor mensal do aluguel abaixo do índice previsto pelo INPC no período, em conformidade com as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 003/2013 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2013
PRORROGAÇÃO**

Processo Administrativo n.º 003/2013.

Dispensa de Licitação n.º 003/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: THEKLA EMMA IDA RAMTHUN.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL – SALA COMERCIAL LOCALIZADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 228, ANDAR SUPERIOR – CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL A SER OCUPADA DE 85M² (OITENTA E CINCO METROS QUADRADOS), CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PARA O ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE/SC.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/12/2016.

Valor mensal do aluguel – reajuste INPC - R\$1.000,00 (um mil reais).

Valor total – 12 meses – R\$12.000,00 (doze mil reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajuste do valor mensal do aluguel pelo INPC, em conformidade com as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 004/2013 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS CRECHES DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 12/02/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 12/02/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 27 de Janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 003/2016 - RH

PORTARIA Nº 003, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, a partir de 02 de janeiro de 2016, o contrato de trabalho de Luana Saragiotto Gomes do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 004/2016 - RH

PORTARIA Nº 004, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, a partir de 02 de janeiro de 2016, o contrato de trabalho de Nayana Riesemberg da Cunha Ribas das funções do cargo de Médico (Anestesiologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 005/2016 - RH

PORTARIA Nº 005, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO Em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de agosto de

2009 a agosto de 2014, da servidora Mariléia Puff Boruch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 006/2016 - RH

PORTARIA Nº 006, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de janeiro a 04 de abril de 2016 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Luana Saragiotto Gomes, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde Santa Rosa, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 007/2016 - RH

PORTARIA Nº 007, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Luana Saragiotto Gomes, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 20h (vinte) horas semanais,

conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda da Unidade de Saúde Santa Rosa e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 008/2016 - RH

PORTARIA Nº 008, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO Em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Afonso Wasmann Neto para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral do Município, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 184, de 04 de fevereiro de 2013.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 009/2016 - RH

PORTARIA Nº 009, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Contabilidade, no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Dinarte Ribeiro Guedes Neto, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 010/2016 - RH

PORTARIA Nº 010, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária do servidor efetivo Alberto Aurélio Posenatto, ocupante do cargo de Médico (Cardiologista), de 05 (cinco) horas semanais para 35 (trinta e cinco) horas semanais, para atender a demanda, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3º - Revoga a Portaria nº 762, de 30 de outubro de 2015.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 011/2016 - RH

PORTARIA Nº 011, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de janeiro a 04 de abril de 2016 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Henrique Bittencourt Mamcarz, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde Santa Rosa, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 012/2016 - RH

PORTARIA Nº 012, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Henrique Bittencourt Mamcarz, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 20h (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda da Unidade de Saúde Santa Rosa e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 013/2016 - RH

PORTARIA Nº 013, de 06 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 06 de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2010 a outubro de 2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Noemi Moreira de Castilho Boin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 014/2016 - RH

PORTARIA Nº 014, de 15 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daiane França Felício, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português) do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término da estabilidade puerperal da servidora.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 015/2016 - RH

PORTARIA Nº 015, de 22 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022150.1.00003/16-7, datada de 22 de janeiro de 2016, da servidora LINDARCI KOBROSKI WOLF.

Considerando que a interessada deseja averbar somente o tempo de contribuição conforme consta às páginas 2 de 2 da referida certidão.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 1.444 dias, ou seja, 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento
- 01/02/1991 a 19/01/1995 – Município de Porto União 03a 11m 19d
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 016/2016 - RH

PORTARIA Nº 016, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 286 de 16 de março de 2015, que designa o servidor Marcelo Heimann, Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

PORTARIA N.º 017/2016 - RH

PORTARIA Nº 017, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Ernani Opautchak, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração Em Exercício e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei Nº 11.947/2009 e pela Resolução Nº 38/2009 do Ministério da Educação, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos) do dia 11 (onze) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para CHAMADA PÚBLICA, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2016, do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município de Presidente Castello Branco fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 27 DE JANEIRO DE 2016.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 15 (quinze) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2016, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 27 DE JANEIRO DE 2016.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 16 (dezesesseis) de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de empresa do ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento escolar, com veículos de idade máxima de fabricação de 10 anos, para o ano letivo de 2016, destinado aos alunos residentes no município para cursos técnicos e superiores para o município de Concórdia/SC, no trajeto descrito e especificado no anexo I deste edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – SC, 27 DE JANEIRO DE 2016.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 06 2016 - INTERNET MAIS MEDICOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2016 QUE ENTRE SI FAZEM FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU E LEONETE TEREZINHA SORA SEZERINO

Aos 25 dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 14.488.313/0001-45, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Benito Brand doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ sob nº. 20.358.054/0001-30, com sede a rua 22 de Julho, 34 no município de Presidente Nereu, doravante denominada "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via radio na residência do Medico José Juan Aguilera Navarro, do Programa Mais Médicos, conforme determina a lei Nº 30/2012 do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar a internet;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do serviço;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, e quando o atendimento decorrer de defeito do aparelho fornecido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;
- 8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à

operacionalização do Sistema.

- 9) Fornecer o equipamento para pleno funcionamento dos serviços em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 4) Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;
- 5) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 6) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do link sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

- a – Advertência por escrito;
 - b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;
 - c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;
 - d – Rescisão unilateral do contrato pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com ao SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.
- 10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.
- 10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1) A importância de 580,00 (quinhentos e oitenta reais) pelo serviço de instalação da internet via rádio.

1.1.) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 770,00 (setecentos setenta reais) dividido em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 70,00 (setenta reais).

1.2.) As parcelas mensais serão pagas até o quinto dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço é irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 11 (onze) meses, até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

10.01- Depto Educação
2022 - Manut. Ensino Fundamental
3.3.90.39.97 - Despesas de Teleprocessamento
1.020000 - Receitas de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 2) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 25 de janeiro de 2016.

BENITO BRAND
GESTOR FUNDO DE SAÚDE
Contratante

Leonete Terezinha Sora Sezerino
Contratada

Testemunhas:

Elisandra Dela Beneta Knihs
CPF: 065.001.199-67

Valdeci José Comandoli
CPF: 018.560.459-51

CONTRATO 13/2016- LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA CASA DA CIDADANIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2016 QUE ENTRE SI FAZEM FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU E LEONETE TEREZINHA SORA SEZERINO

Aos 25 dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 14.488.313/0001-45, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Benito Brand doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ sob nº. 20.358.054/0001-30, com sede a rua 22 de Julho, 34 no município de Presidente Nereu, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via rádio na residência do Médico José Juan Aguilera Navarro, do Programa Mais Médicos, conforme determina a lei Nº 30/2012 do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar a internet;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do serviço;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, e quando o atendimento decorrer de defeito do aparelho fornecido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;
- 8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.

9) Fornecer o equipamento para pleno funcionamento dos serviços em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 4) Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;
- 5) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 6) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do link sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

- a – Advertência por escrito;
- b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;
- c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;
- d – Rescisão unilateral do contrato pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

- 1) A importância de 580,00 (quinhentos e oitenta reais) pelo serviço de instalação da internet via rádio.
 - 1.1.) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais) dividido em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 70,00 (setenta reais).
 - 1.2.) As parcelas mensais serão pagas até o quinto dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço é irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 11 (onze) meses, até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

10.01- Depto Educação
2022 - Manut. Ensino Fundamental
3.3.90.39.97 - Despesas de Teleprocessamento
1.020000 - Receitas de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 2) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 25 de janeiro de 2016.

BENITO BRAND
GESTOR FUNDO DE SAÚDE
Contratante

Leonete Terezinha Sora Sezerino
Contratada

Testemunhas:

Elisandra Dela Beneta Knihs
CPF: 065.001.199-67

Valdeci José Comandoli
CPF: 018.560.459-51

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5106, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5106, de 22 de janeiro de 2016.

“EXONERA E NOMEIA MARCUS BAUERMANN COSTA”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010; e com a Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado a partir de 04 de janeiro de 2016, o servidor MARCUS BAUERMANN COSTA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, sendo nomeado para a partir de 05 de janeiro de 2016, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do artigo 2º, inciso V, e § 6º, do artigo 54, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

22 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5108, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5108, de 26 de janeiro de 2016.

“DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIRO MILITAR (FUNREBOM)”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei nº 2.118, de 29 de novembro de 1988,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam designados para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiro Militar (FUNREBOM), os seguintes membros:

I - GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul;

II - DAVI PEREIRA DE SOUZA, 1º Tenente BM - Comandante Interino da 3ª Companhia, 5º Batalhão de Bombeiro Militar;

III - GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração;

IV - CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal da Fazenda;

V - JEAN DOUGLAS SENEM, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

VI - ALEX DETLEV OHF, Presidente da ACIRS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

26 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5110, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5110, de 26 de janeiro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002; e com o relatório encaminhado pela empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda.,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2015, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º- O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

26 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**ANEXO I
PEDAGOGO**

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252491	Sandra Teresinha Ribeiro Pereira	04/08/1968	0,60	0,80	1,50	4,80	7,70	10,00	17,70
2	239023	Sergio Cassimiro De Oliveira	08/10/1957	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
3	249203	Maria Bernadete Back	08/05/1952	0,00	1,00	1,50	4,80	7,30	8,00	15,30
4	249655	Nair Camargo Giehl	10/04/1959	0,30	0,60	1,50	4,80	7,20	8,00	15,20
5	238240	Geani Cristina Godoy Lange Bridi	05/04/1983	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	8,00	14,60
6	252515	Santília Dos Anjos	10/06/1971	0,90	1,00	0,60	4,00	6,50	8,00	14,50
7	251374	Rosinei Raquel Orlandi Limberger	27/08/1973	0,00	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00	14,50
8	249850	Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva	14/09/1977	0,90	1,00	0,90	3,20	6,00	8,00	14,00
9	252770	Caroline Kolankiewicz	10/06/1986	0,90	1,00	0,90	3,20	6,00	8,00	14,00
10	245037	Scharlene Loruana Schlemper	01/09/1981	0,60	0,60	1,50	3,20	5,90	8,00	13,90
11	246505	Regiane Aparecida Espindola	10/01/1974	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
12	246218	Rosemery Lehmkuhl	26/10/1968	0,90	0,80	1,20	2,80	5,70	8,00	13,70
13	237661	Maisa Adriana Carvalho Franca	29/09/1973	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	0,00	6,60
14	253299	Pamela Andre	21/11/1992	0,60	1,00	0,90	3,20	5,70	0,00	5,70
	246825	Adair Koerich	11/10/1968	0,90	0,80	0,30	1,60	3,60		
	238268	Luiz Cesar Cichoski	30/07/1971					Ausen- te		

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	242347	Charles Alexandre Porto	30/12/1978	0,90	1,00	0,90	4,00	6,80	0,00	6,80
2	253236	Evanita De Lara	31/05/1968	0,30	0,80	1,50	4,00	6,60	0,00	6,60
3	238684	Jean Munoko Vava	06/02/1984	0,90	0,80	0,90	2,80	5,40	0,00	5,40
4	251398	Emilia Frutuoso Lange	12/12/1972	0,60	1,00	1,20	2,40	5,20	0,00	5,20
	247128	Eduardo Silvester Strubel	27/01/1991					Ausen- te		

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	244051	Numan Heber Maurente Ferro Junior	23/05/1990	0,60	0,60	1,50	3,60	6,30	8,00	14,30
2	252426	Joanes Montibeller	20/06/1985	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	8,00	14,20
3	248136	Janderson Machado	18/05/1994	0,60	0,80	1,50	3,60	6,50	6,00	12,50

4	251335	Juliano Angelo Marcilio	22/10/1984	0,30	0,60	1,50	4,00	6,40	6,00	12,40
5	251416	Dalila Stange	18/06/1994	0,60	0,60	1,20	3,20	5,60	6,00	11,60
6	239840	Munynque Mittelmann	31/07/1995	0,60	0,80	1,50	5,20	8,10	0,00	8,10
7	242629	Cristina Viana Jochem	05/09/1991	0,60	0,80	1,50	4,00	6,90	0,00	6,90
	245165	Luis Fernando Ramos	09/06/1992	0,00	0,60	0,60	3,60	4,80		
	241592	Robson Fabiano Da Silva	13/09/1974					Ausen- te		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	238265	Margaret Carvalho	07/07/1966	0,90	0,40	1,20	5,20	7,70	0,00	7,70
2	253824	Rosana Henckel	09/08/1986	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	0,00	7,60
3	243267	Marcia Regina Santos Bueno	01/08/1968	1,20	0,80	0,90	4,40	7,30	0,00	7,30
4	239789	Sonia Buchling Bleichvel	09/02/1981	0,90	0,80	1,50	3,60	6,80	0,00	6,80
5	237748	Stephanie Klehm Krieger	19/09/1988	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
6	243208	Geiciani Pricila Wisneski	04/06/1987	0,30	1,00	1,20	4,00	6,50	0,00	6,50
7	249034	Leticia De Farias	26/07/1993	0,30	1,00	0,60	4,40	6,30	0,00	6,30
8	249378	Judit Maria Bach Muller	06/08/1957	0,00	1,00	0,60	4,40	6,00	0,00	6,00
9	238333	Scheila Mara Bressan	26/04/1991	0,30	0,60	0,30	4,00	5,20	0,00	5,20
	251749	Ariella Schipitoscki Borges	10/07/1987	0,00	0,80	0,90	3,20	4,90		
	251843	Bianca Da Silva Orso	09/04/1995	0,00	0,60	0,90	2,80	4,30		
	238781	Julimar Demetrio	25/09/1978	0,00	1,00	0,60	1,60	3,20		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	241835	Cleide Aparecida Abreu Lopes	12/05/1978	0,90	1,00	1,50	5,60	9,00	8,00	17,00
2	237711	Ivonete Do Prado	26/10/1968	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	8,00	16,60
3	253556	Jessica Martins Holdorf	25/07/1991	0,60	0,60	1,50	5,60	8,30	8,00	16,30
4	247780	Marisa Lopes Queiroz Andrade	01/02/1986	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	8,00	16,30
5	248478	Daniela Paul Parma	09/10/1987	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	8,00	16,30
6	241354	Djeines Magui Dos Santos Fernandes	01/08/1978	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	8,00	16,30
7	246473	Naca Claudino Dos Santos	18/09/1985	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	8,00	16,30
8	238084	Ivonete Schlessner	22/07/1987	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	8,00	16,30
9	249941	Susana Maria Ferreira Vieira	24/08/1985	1,20	1,00	1,20	4,80	8,20	8,00	16,20
10	238030	Ana Claudia Morais	20/05/1989	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
11	249465	Eime Das Gracas Oliveira	18/12/1965	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	8,00	16,10
12	249406	Adeline Schaffer Nau	19/06/1985	0,60	0,80	1,50	5,20	8,10	8,00	16,10
13	250534	Vanessa Da Rocha	26/09/1982	0,60	0,60	1,20	5,60	8,00	8,00	16,00
14	246207	Rosemery Lehmkuhl	26/10/1968	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
15	250829	Tania Regina Ferreira	08/12/1976	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
16	250772	Cristiane Nienkotter Parma	15/04/1990	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
17	251596	Amandia Carolina Dos Santos Subtil De Oliveira	15/12/1976	0,90	0,60	1,20	5,20	7,90	8,00	15,90
18	242485	Noeli Steinheuser	02/05/1980	0,60	0,60	1,50	5,20	7,90	8,00	15,90
19	246460	Sidiane Laurete	14/08/1977	0,90	1,00	1,20	4,80	7,90	8,00	15,90
20	238090	Maria Aline Aparecida Busarello	06/09/1983	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	8,00	15,90
21	252902	Carla Cristiane Alves	11/12/1986	0,90	0,80	0,90	5,20	7,80	8,00	15,80
22	253137	Talita Harbs	01/03/1984	0,60	0,80	1,20	5,20	7,80	8,00	15,80
23	249299	Jerusa Schiochet	26/09/1980	1,20	1,00	1,20	4,40	7,80	8,00	15,80
24	246236	Jamile De Oliveira	18/06/1983	0,60	0,60	0,90	5,60	7,70	8,00	15,70
25	252516	Santilia Dos Anjos	10/06/1971	0,90	1,00	0,60	5,20	7,70	8,00	15,70
26	249430	Silvana Da Silva	28/11/1984	0,60	1,00	0,90	5,20	7,70	8,00	15,70

27	238287	Deise Abreu	20/10/1986	0,30	1,00	1,20	5,20	7,70	8,00	15,70
28	247318	Patricia Mello Sordi	10/10/1986	0,00	1,00	1,50	5,20	7,70	8,00	15,70
29	252684	Diandra Rocha Zucatelli	12/04/1990	0,00	1,00	1,50	5,20	7,70	8,00	15,70
30	248765	Thaina Luana Da Rosa	15/09/1991	0,60	0,60	1,20	5,20	7,60	8,00	15,60
31	249851	Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva	14/09/1977	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	8,00	15,60
32	247132	Neiva Weiss	23/12/1971	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
33	247768	Maneide Macedo Da Silveira	02/03/1975	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
34	249605	Carla Francycle Souza	15/05/1983	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
35	237864	Gesica Eliane Martins	07/01/1991	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
36	247625	Rosilene Dumke Petri	29/07/1983	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
37	246928	Editte Cardoso Samulewski	23/02/1985	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
38	250509	Patricia Stupp	24/01/1987	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	8,00	15,60
39	247505	Cristiani Blasius	13/01/1992	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	8,00	15,60
40	252583	Franciele Aparecida De Oliveira	08/11/1985	1,20	0,60	0,90	4,80	7,50	8,00	15,50
41	250951	Ana Elisabete Amorim Hoepers	14/09/1965	0,60	1,00	0,60	5,20	7,40	8,00	15,40
42	242806	Valdete Maria Avi Ponticelli	10/10/1968	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
43	243777	Myrian Holler Knaesel	09/09/1971	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
44	240603	Janara Daiane Brusque	22/03/1988	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
45	251714	Elenice De Jesus	19/08/1982	0,90	0,80	0,00	5,60	7,30	8,00	15,30
46	251061	Luciana Mara Barbosa Passing	24/07/1982	1,20	0,60	0,30	5,20	7,30	8,00	15,30
47	246017	Ana Carolina Mees	14/06/1987	0,00	0,60	1,50	5,20	7,30	8,00	15,30
48	251033	Mary Leide Kammer	02/10/1981	0,60	0,40	1,50	4,80	7,30	8,00	15,30
49	252296	Ana Lucia De Matos	12/07/1987	0,60	1,00	0,90	4,80	7,30	8,00	15,30
50	249055	Kauana Karuze Da Silveira Xavier	26/11/1985	0,30	1,00	1,20	4,80	7,30	8,00	15,30
51	241915	Nicoli Pereira	05/07/1993	0,60	0,80	0,60	5,20	7,20	8,00	15,20
52	249473	Patricia Kohls Von Paraski	03/08/1977	0,90	1,00	0,90	4,40	7,20	8,00	15,20
53	250897	Simone Mafazzolli	02/12/1982	0,30	0,60	0,60	5,60	7,10	8,00	15,10
54	249485	Claudete Aparecida Rosa Farias	23/10/1972	0,60	1,00	0,30	5,20	7,10	8,00	15,10
55	253777	Claudineia Tabarelli	06/09/1986	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	8,00	15,10
56	245038	Scharlene Loruana Schlemper	01/09/1981	0,60	0,60	1,50	4,40	7,10	8,00	15,10
57	253765	Miorgana Regina Erckmann	16/07/1976	0,60	1,00	1,50	4,00	7,10	8,00	15,10
58	248574	Jaqueline Scheidt	23/07/1987	0,60	1,00	0,60	4,80	7,00	8,00	15,00
59	251683	Fabiana Tholl	26/03/1985	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	8,00	15,00
60	249433	Vanessa Leticia Lino De Aviz	27/08/1985	0,60	0,80	1,20	4,40	7,00	8,00	15,00
61	250046	Emanuella Muriel Cunha	01/06/1989	0,30	0,80	1,50	4,40	7,00	8,00	15,00
62	249489	Ana Paula Cardozo Hoepers	03/07/1980	0,30	0,80	0,60	5,20	6,90	8,00	14,90
63	251669	Monique Novak	22/02/1990	0,60	0,60	0,90	4,80	6,90	8,00	14,90
64	253189	Juliana Aparecida Farias	10/10/1984	0,30	0,60	1,20	4,80	6,90	8,00	14,90
65	239611	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	8,00	14,90
66	247271	Danubia Gonzaga	12/03/1981	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	8,00	14,90
67	249705	Luciana Machado	07/03/1983	0,60	0,80	0,60	4,80	6,80	8,00	14,80
68	246368	Regina Dumke Verlick	25/10/1972	0,00	0,80	1,20	4,80	6,80	8,00	14,80
69	247756	Taise Busarello	08/04/1987	0,00	0,80	1,20	4,80	6,80	8,00	14,80
70	237818	Maristela Coelho Klaumann	18/11/1972	0,90	0,60	0,90	4,40	6,80	8,00	14,80
71	250668	Kallani Diona Muller	24/02/1988	0,60	0,60	1,20	4,40	6,80	8,00	14,80
72	237782	Maria Claudia Finardi Luchtenberg	22/04/1977	0,90	1,00	1,20	5,60	8,70	6,00	14,70
73	250064	Jussara De Fatima Scheitz	17/11/1979	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
74	241971	Elaine Haverroth	30/08/1982	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
75	247315	Vaniela Kreusch	11/09/1989	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
76	251176	Marilise Schwartz	17/04/1962	0,90	1,00	0,30	4,40	6,60	8,00	14,60

77	243414	Vanessa Cristina Dos Santoa Back	20/03/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	8,00	14,60
78	249906	Ketrin Bosco	14/11/1985	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	8,00	14,60
79	252645	Suelem Fernanda Conzatti	24/11/1989	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	8,00	14,60
80	243431	Zenilde Frainer Machado	21/05/1951	0,00	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00	14,50
81	249878	Ivone Ines Sawicki	19/11/1974	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
82	250437	Graziele Inara Cardoso	21/12/1992	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
83	252566	Mirian Brodwolf	12/04/1969	0,90	0,80	1,20	3,60	6,50	8,00	14,50
84	239788	Elaine Cristina Da Rocha	03/12/1988	0,60	0,40	0,60	4,80	6,40	8,00	14,40
85	241111	Joelma Paulina Capistrano Cachoeira	25/02/1974	0,60	0,80	0,60	4,40	6,40	8,00	14,40
86	244932	Janete Schutz Weiss	03/11/1984	0,00	0,80	0,30	5,20	6,30	8,00	14,30
87	250488	Elizete Martendal Dolsan	21/03/1978	0,60	0,40	0,90	4,40	6,30	8,00	14,30
88	249074	Tatiane Da Silva Medices Schussler	04/04/1976	0,60	0,60	1,50	3,60	6,30	8,00	14,30
89	252581	Sonia Regina Poli	02/08/1966	0,30	0,40	0,30	5,20	6,20	8,00	14,20
90	248344	Raquel Wiggers	27/12/1983	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	6,00	14,20
91	254313	Priscila Paula Schneider Machado Da Silva	16/07/1987	0,30	0,80	0,30	4,80	6,20	8,00	14,20
92	250727	Fernanda Rohling	23/12/1987	0,00	0,60	1,20	4,40	6,20	8,00	14,20
93	253043	Silene Felizari	18/07/1968	0,60	1,00	0,60	4,00	6,20	8,00	14,20
94	241859	Daniela Cristina Silveira Ramos Fronza	09/02/1976	0,60	1,00	0,60	4,00	6,20	8,00	14,20
95	243204	Viviane Eger Bittencourt	10/03/1981	0,30	0,80	0,60	4,40	6,10	8,00	14,10
96	249972	Jaqueline Janaina Vargas	14/03/1984	0,00	0,60	0,60	4,80	6,00	8,00	14,00
97	241702	Bernardete Candido Nunes	22/10/1967	0,30	1,00	0,30	4,40	6,00	8,00	14,00
98	247874	Jania Carla Dos Santos	12/05/1974	0,60	0,80	0,60	4,00	6,00	8,00	14,00
99	246490	Antonia Araujo De Lima	02/08/1968	0,00	0,80	0,30	4,80	5,90	8,00	13,90
100	253838	Margit Fuck Wollinger	28/02/1958	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	8,00	13,90
101	251540	Susan Catarine Stahnke Rodrigues	31/01/1990	0,60	0,80	0,90	3,60	5,90	8,00	13,90
102	237790	Adriana Tonon	28/12/1978	0,60	0,80	0,00	4,40	5,80	8,00	13,80
103	249379	Judit Maria Bach Muller	06/08/1957	0,00	0,80	0,60	4,40	5,80	8,00	13,80
104	245272	Dariane Becker Da Silva	29/09/1987	0,60	0,60	0,60	4,00	5,80	8,00	13,80
105	250073	Tasiani Arnold	16/02/1978	0,30	0,60	0,90	4,00	5,80	8,00	13,80
106	241593	Claudete Rodrigues Dos Santos	04/11/1977	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	8,00	13,80
107	243387	Danieli Mafazzolli Schuller	25/10/1986	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
108	251255	Sulamita Batista Correa	11/06/1991	0,30	1,00	1,20	5,20	7,70	6,00	13,70
109	242645	Daiana Ramos Da Silva	12/01/1985	0,00	1,00	0,30	4,40	5,70	8,00	13,70
110	250700	Vivian Marilda Mayer	07/02/1980	1,50	1,00	1,20	4,00	7,70	6,00	13,70
111	240444	Rosinha Soares	18/11/1982	0,30	0,80	0,00	4,40	5,50	8,00	13,50
112	254431	Bruna Cestonaro Do Nascimento	13/05/1986	0,90	0,80	0,90	4,80	7,40	6,00	13,40
113	251689	Augusta Aparecida Da Silva Cordova Garbin	06/07/1961	0,30	0,60	0,90	3,60	5,40	8,00	13,40
114	240369	Graziele Cristina Goral Franz	31/03/1981	0,30	0,60	0,90	3,60	5,40	8,00	13,40
115	250224	Fabricia Aparecida Hinckel	16/02/1985	0,30	1,00	0,90	3,20	5,40	8,00	13,40
116	249483	Carla Nauila Goedert Schiestl	04/08/1988	0,30	0,80	0,60	3,60	5,30	8,00	13,30
117	237936	Adelaine Soares Da Rosa	29/04/1984	0,60	0,40	0,60	3,60	5,20	8,00	13,20
118	253755	Aucely Maria Otto Roberti	15/08/1962	0,00	0,80	1,20	3,20	5,20	8,00	13,20
119	250503	Daiana Patricia De Oliveira Saldanha	18/01/1985	0,90	0,80	0,60	2,80	5,10	8,00	13,10
120	253208	Roseli Teresinha Da Rocha Losi	21/12/1969	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	6,00	13,00
121	246468	Simone Schussler	27/08/1981	0,60	1,00	0,90	4,40	6,90	6,00	12,90
122	240335	Maiara Cristina Weiss	11/10/1992	0,90	0,60	0,90	4,40	6,80	6,00	12,80
123	253585	Milce Gomes De Almeida Macaneiro	09/10/1972	0,00	1,00	0,90	4,80	6,70	6,00	12,70
124	252592	Janete Rodrigues Cardoso Chirulli	04/02/1972	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	6,00	12,70
125	246653	Roseneide Aparecida De Moura	10/07/1978	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	6,00	12,60
126	240528	Karine Sarda Grunfeld	29/12/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	6,00	12,60

127	239501	Viviani De Campos	04/06/1986	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	6,00	12,60
128	252544	Gislaine Schwambach Navarro Lins	07/02/1983	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	6,00	12,50
129	253028	Sintia Luciano Ruckert	03/06/1987	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	6,00	12,50
130	244107	Raquel Maria Menel	29/07/1979	0,90	0,60	0,90	4,00	6,40	6,00	12,40
131	249579	Claudia Prust Wessner	28/07/1988	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	6,00	12,40
132	253308	Josiane Schulze	24/06/1994	0,90	0,80	0,60	4,00	6,30	0,00	12,30
133	252035	Etiane Maiara Domingos	16/03/1988	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	6,00	12,20
134	254463	Juliana Taise Dos Santos Pinheiro	03/10/1984	0,60	0,60	0,30	3,60	5,10	6,00	11,10
135	238768	Monica Ariane De Paula	15/01/1993	1,20	1,00	1,50	5,60	9,30	0,00	9,30
136	249589	Daiane Mariano Rode	30/11/1984	0,60	1,00	1,50	6,00	9,10	0,00	9,10
137	253801	Carla Fuck Wollinger	07/06/1988	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	0,00	8,60
138	251003	Sheena Carla Parma	25/11/1989	1,20	1,00	0,60	5,60	8,40	0,00	8,40
139	249880	Adriana Leicht Prust	04/04/1983	0,90	0,80	1,50	5,20	8,40	0,00	8,40
140	251198	Eliane Vinotti Schmidt	30/11/1983	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	0,00	8,30
141	242752	Cintia Lusía Batisti	01/10/1985	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	0,00	8,30
142	246168	Katia Regina Jeremias Krambeck	03/07/1972	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
143	248337	Rosemeri Dos Santos Fernandes	21/10/1981	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
144	251827	Cariane Felaco Souza	05/01/1991	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
145	250382	Janine Clara Marhold Freiburger	01/05/1992	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	0,00	8,30
146	237894	Daiane Mauricio	04/11/1996	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	0,00	8,30
147	251995	Carla Rode Kirchner	06/08/1986	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	0,00	8,20
148	238949	Joselaine Cristine Barbosa	25/01/1992	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	0,00	8,10
149	241771	Ane Caroline Steinbach	18/09/1988	0,30	1,00	1,20	5,60	8,10	0,00	8,10
150	238372	Janaina Feder	11/05/1991	0,30	1,00	1,50	5,20	8,00	0,00	8,00
151	249364	Tamires Eger	23/10/1990	1,20	1,00	0,90	4,80	7,90	0,00	7,90
152	251141	Edna Koch Schowambach	04/02/1976	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
153	253226	Deize Araujo Gross	23/05/1987	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
154	253703	Bianca Pierina Sperandio	23/03/1995	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
155	238241	Geani Cristina Godoy Lange Bridi	05/04/1983	0,60	0,80	1,20	5,20	7,80	0,00	7,80
156	242858	Gessi Luana Koglin	05/08/1992	1,20	1,00	1,20	4,40	7,80	0,00	7,80
157	239424	Marcela Barbosa Bechtold	13/02/1982	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	0,00	7,60
158	247992	Rosilene Maria Da Motta De Souza	04/10/1982	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	0,00	7,60
159	239790	Sonia Buchling Bleichvel	09/02/1981	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	0,00	7,60
160	249035	Leticia De Farias	26/07/1993	0,30	1,00	0,60	5,60	7,50	0,00	7,50
161	240551	Bruna Leticia Laurindo	23/05/1995	0,60	0,80	0,90	5,20	7,50	0,00	7,50
162	245281	Lucimeri De Fatima Köpp Sandri	12/02/1982	0,60	1,00	1,50	4,40	7,50	0,00	7,50
163	239264	Sabrina Amorim Blanck	08/05/1980	0,30	1,00	0,90	5,20	7,40	0,00	7,40
164	253540	Alessandra Marques Dos Santos	15/05/1989	0,90	0,60	1,50	4,40	7,40	0,00	7,40
165	240150	Marcia Aparecida Rizzo	29/01/1979	0,00	0,80	0,90	5,60	7,30	0,00	7,30
166	253318	Vanessa Martins	18/05/1994	0,60	1,00	0,90	4,80	7,30	0,00	7,30
167	251224	Claudiane Gisele Fronza Cristofolini	20/03/1984	0,30	1,00	1,20	4,80	7,30	0,00	7,30
168	250209	Regiane Figueiredo	05/12/1977	0,00	1,00	1,50	4,80	7,30	0,00	7,30
169	249564	Sabrina Franco	14/06/1989	0,90	0,80	1,20	4,40	7,30	0,00	7,30
170	242628	Maria Madalena Hulse Bach	27/05/1985	0,60	1,00	1,20	4,40	7,20	0,00	7,20
171	240502	Juliana Pintarelli Avi	25/03/1987	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	0,00	7,20
172	240072	Giana Tambosi De Souza	12/10/1990	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	0,00	7,20
173	244692	Magali Cristina Schon	14/05/1984	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	0,00	7,10
174	244984	Liana De Souza	18/05/1984	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	0,00	7,10
175	240906	Rosimeri Batista Dos Santos	23/09/1981	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	0,00	7,00
176	253844	Marileia Aparecida Da Costa Dos Santos	17/06/1980	1,20	0,80	0,60	4,40	7,00	0,00	7,00

177	244893	Roselita Maria Sebold	01/02/1966	0,60	0,60	0,90	4,80	6,90	0,00	6,90
178	243209	Geiciani Pricila Wisneski	04/06/1987	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	0,00	6,90
179	254142	Adele Caroline Rohling Belli	27/01/1991	1,20	0,80	0,90	4,00	6,90	0,00	6,90
180	252538	Grasiela Goedert Sperber	15/01/1986	0,90	0,80	1,20	4,00	6,90	0,00	6,90
181	238252	Janaina Sens Eichholz	11/03/1984	0,30	0,40	0,90	5,20	6,80	0,00	6,80
182	254073	Odete Aparecida Pereira	12/07/1966	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
183	249462	Eliete Lessa	12/04/1975	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
184	251675	Angela Aparecida Silva	28/07/1983	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
185	239135	Acelia De Pin	07/01/1962	0,60	0,80	0,90	4,40	6,70	0,00	6,70
186	251868	Marcia Terezinha Dela Justina	27/11/1969	0,60	1,00	1,50	3,60	6,70	0,00	6,70
187	254485	Vanessa Guilz Marconsini	16/10/1989	0,60	0,60	0,60	4,80	6,60	0,00	6,60
188	252456	Luciara Julia Avi	09/10/1981	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	0,00	6,60
189	253600	Mileide Dos Santos Schlindwein	08/11/1979	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60
190	239086	Kerolin Duane Bilk	23/02/1982	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	0,00	6,60
191	249131	Aline Kuchler	17/11/1990	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	0,00	6,50
192	251098	Eliane Maria Garcia Rausch	26/03/1976	0,60	0,60	0,90	4,40	6,50	0,00	6,50
193	251439	Lathoya Djessica Da Silva	31/08/1993	0,30	1,00	1,20	4,00	6,50	0,00	6,50
194	253758	Zeli Batista Barboza	17/05/1972	0,90	0,80	1,20	3,60	6,50	0,00	6,50
195	242348	Juliana Januario Alves Heinz	21/05/1990	0,60	0,80	0,60	4,40	6,40	0,00	6,40
196	252201	Cineide Marileia Moser	08/07/1985	0,00	0,80	1,20	4,40	6,40	0,00	6,40
197	253803	Carlane Goede	21/02/1979	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	0,00	6,40
198	251762	Joana Paula K. De Campos	10/12/1984	0,00	0,80	0,90	4,40	6,10	0,00	6,10
199	238065	Juliete Aparecida Homem	07/09/1991	0,60	0,60	0,90	4,00	6,10	0,00	6,10
200	251021	Jeane Ferreira	16/08/1972	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
201	250330	Joseane De Assis	07/11/1986	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
202	251733	Patricia Eliane Bieging	19/05/1991	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
203	239223	Tania Moreira Toassi	20/08/1986	0,30	0,60	1,50	3,60	6,00	0,00	6,00
204	237760	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	12/10/1993	0,30	0,60	0,60	4,40	5,90	0,00	5,90
205	238531	Lucelia Baggio	30/06/1983	0,60	0,40	0,90	4,00	5,90	0,00	5,90
206	237749	Stephanie Klehm Krieger	19/09/1988	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	0,00	5,90
207	240922	Litiele Soares Da Silva	01/12/1994	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	0,00	5,90
208	252165	Wanderleya Regina Mees	17/04/1972	0,30	0,80	1,20	3,60	5,90	0,00	5,90
209	238190	Edineia Rohling Neumann	30/03/1986	0,00	0,80	0,60	4,40	5,80	0,00	5,80
210	242845	Gessi De Fatima Triunlina Toassi	27/03/1972	0,30	0,60	0,90	4,00	5,80	0,00	5,80
211	243966	Maria De Lurdes Mayer	23/04/1962	0,60	0,40	1,20	3,60	5,80	0,00	5,80
212	251753	Joice Mara Schmitz	20/07/1986	0,00	1,00	0,30	4,40	5,70	0,00	5,70
213	249248	Helena Ferrari De Oliveira	10/08/1960	0,60	0,80	0,30	4,00	5,70	0,00	5,70
214	239099	Ana Patricia Pedroni	09/07/1994	0,30	0,80	0,60	4,00	5,70	0,00	5,70
215	247149	Priscilla Ferrari Da Silva	31/03/1989	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	0,00	5,60
216	238168	Joraci Silverio Lemos Pollheim	16/06/1973	0,30	0,80	0,90	3,60	5,60	0,00	5,60
217	252743	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	13/02/1990	0,60	1,00	1,20	2,80	5,60	0,00	5,60
218	243930	Cristiane Oderdenge	21/11/1982	0,60	0,40	0,90	3,60	5,50	0,00	5,50
219	240420	Elena Valim Filagrana	13/09/1996	0,00	0,60	0,00	4,80	5,40	0,00	5,40
220	252800	Patricia Pereira	17/10/1995	0,60	1,00	0,60	3,20	5,40	0,00	5,40
221	253607	Luciene Barth Errath	22/02/1964	0,00	1,00	0,30	4,00	5,30	0,00	5,30
222	244949	Laci Pereira Da Silva	20/08/1967	0,30	0,60	1,20	3,20	5,30	0,00	5,30
223	250439	Aparecida Bauner Boell	08/09/1965	0,00	0,80	0,00	4,40	5,20	0,00	5,20
224	238334	Scheila Mara Bressan	26/04/1991	0,30	0,60	0,30	4,00	5,20	0,00	5,20
225	241941	Fabiane Andrea Da Silva	27/08/1978	0,00	0,80	0,30	4,00	5,10	0,00	5,10
	249645	Djenane Schneider	12/09/1973	0,30	0,80	0,60	3,20	4,90		

	240738	Katiane Soares Lourenco	12/11/1984	0,00	0,80	1,20	2,80	4,80		
	250846	Marlene Fatima De Oliveira Da Rosa	04/09/1965	0,00	0,80	0,30	3,60	4,70		
	244036	Elene Pereira De Souza Belli	10/07/1980	0,00	0,80	0,30	3,60	4,70		
	250198	Zilma Silveira Ramos	08/02/1954	0,00	0,80	0,60	3,20	4,60		
	250028	Carla Regina Pereira	18/10/1978	0,60	0,20	0,60	3,20	4,60		
	240372	Rita Malkowski Felipe	24/06/1965	0,30	0,60	0,00	3,60	4,50		
	254052	Angenete Marian	23/11/1977	0,00	1,00	0,30	3,20	4,50		
	243886	Rosana Maria Korb	27/09/1982	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	238707	Franciane Knopf	10/09/1977	0,90	0,60	0,60	2,40	4,50		
	245260	Camila Eigen	28/11/1994	0,60	0,60	0,00	3,20	4,40		
	251368	Andreia Silveira	10/05/1980	0,00	1,00	0,60	2,80	4,40		
	243182	Monica Machado	13/11/1972	0,30	0,80	0,00	3,20	4,30		
	237649	Josiane Schroder	30/04/1983	0,00	0,80	0,30	3,20	4,30		
	251755	Cleia Demarchi	27/02/1968	0,00	0,60	1,20	2,40	4,20		
	251492	Vivian Suhelen Piva	10/01/1983	0,30	0,80	0,60	2,40	4,10		
	238987	Sandra Regina Costa Krüger	22/04/1972	0,60	0,40	0,60	2,40	4,00		
	253738	Ana Lucia Stein De Oliveira	08/07/1994	0,00	0,40	0,60	2,80	3,80		
	239526	Taina Luana Valle	14/07/1995	0,30	0,20	0,90	2,40	3,80		
	252559	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	27/01/1982	0,30	0,80	0,30	2,00	3,40		
	249576	Dilva Nazari Franco	05/03/1957	0,30	0,60	0,30	2,00	3,20		
	254192	Ivone Kohls	18/10/1964	0,00	0,80	0,60	1,60	3,00		
	251225	Janaina Brignoli	02/01/1982	0,30	0,20	0,00	0,80	1,30		
	238618	Maria De Lourdes Mayer Moellmann	20/06/1963					Ausente		
	252785	Roselete Aurora Marhold	31/07/1964					Ausente		
	254053	Cineide Maria Huntemann Ferreira	28/03/1965					Ausente		
	241553	Marli Teresinha Fronza Soares	22/06/1965					Ausente		
	252837	Tatiana Costa Spindola Vieira	07/01/1980					Ausente		
	250396	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983					Ausente		
	244251	Jaqueline Cruz	10/08/1985					Ausente		
	250323	Angela Maria Rech	19/10/1985					Ausente		
	252975	Bruna Daiane Vargas	30/03/1986					Ausente		
	237961	Patricia Cristina Hoppe	08/04/1988					Ausente		
	243473	Lucelia Backes	17/03/1990					Ausente		
	249190	Gesica Bittencourt Da Silva	19/09/1992					Ausente		
	243291	Rafaela Pinheiro Dos Santos	27/02/1994					Ausente		
	238273	Amabile Caroline Zandonai	21/04/1994					Ausente		
	240181	Loredana Priscila Costa	22/04/1994					Ausente		
	237664	Leia Dos Santos Abreu	18/10/1994					Ausente		
	254602	Danelise De Cordova	27/02/1995					Ausente		

PROFESSOR EMPREENDEDORISMO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
---------------	-----------	-----------	------------	----	----	-----	-----	----	----	----



1	253820	Marcos Alberto Slomski	15/12/1987	0,90	1,00	1,20	4,40	7,50	6,00	13,50
2	246109	Emerson Carlos Rodrigues	02/10/1976	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
	241959	Raquel Nazari	10/03/1981					Ausen- te		
	251086	Deisi Cristina Becker	19/07/1988					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	249075	Tatiane Da Silva Medices Schussler	04/04/1976	0,60	0,60	1,50	3,20	5,90	8,00	13,90
2	242349	Juliana Januario Alves Heinz	21/05/1990	0,30	0,80	0,60	4,40	6,10	6,00	12,10
3	241874	Andreia Patricia De Andrade	27/08/1974	0,90	1,00	0,90	2,80	5,60	0,00	5,60
	253269	Rafaela Dos Santos	01/11/1990					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	254437	Marcos Vinicius Hendges	03/03/1985	0,90	1,00	1,50	3,60	7,00	10,00	17,00
2	252599	Joao Olivio Dos Santos Cavalheiro	27/06/1987	1,20	0,80	0,90	2,40	5,30	8,00	13,30
3	240326	Cristiane Schmidt Oberziner	28/04/1983	0,90	0,80	1,20	2,40	5,30	8,00	13,30
4	249085	Claudia Duraes Saraiva Abdonur	22/10/1972	0,60	0,80	1,20	4,40	7,00	0,00	7,00
5	241641	Driele Valiati Feifarech	29/10/1991	1,20	1,00	0,90	2,80	5,90	0,00	5,90
6	239014	Lucimara Wiessner	04/06/1992	0,60	0,80	1,50	2,80	5,70	0,00	5,70
	249516	Jeruza Piasson Da Cruz	02/06/1977	0,90	1,00	0,90	2,00	4,80		
	252810	Carla Raguele Loch	17/07/1985	0,00	1,00	0,60	2,80	4,40		
	253825	Rosana Henckel	09/08/1986	0,60	1,00	1,20	1,60	4,40		
	249239	Ana Maria De Oliveira	01/11/1962	0,30	0,60	1,20	1,60	3,70		
	253831	Daniela Reuter Köpp	21/09/1972					Ausen- te		
	237822	Luana Aparecida Hermann	09/10/1985					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	239957	Thiago Airton Pereira	19/01/1987	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	8,00	14,60
2	246254	Juliana Sebold	18/08/1984	0,30	1,00	0,90	3,60	5,80	6,00	11,80
3	252664	Alexsandro Junior Venturi	01/06/1992	0,30	0,80	1,20	3,20	5,50	6,00	11,50
4	251484	Leandro Ledra	01/08/1986	0,30	0,80	1,50	2,40	5,00	6,00	11,00
5	240391	Daiana Felipe	17/03/1991	1,20	0,60	1,20	3,60	6,60	0,00	6,60
6	252738	Michele Souza	21/05/1988	0,60	0,80	0,30	4,00	5,70	0,00	5,70
7	240031	Tiago Martins Da Silva	16/07/1992	0,60	1,00	0,90	3,20	5,70	0,00	5,70
8	253215	Talita Felber	25/03/1994	0,60	0,80	1,50	2,80	5,70	0,00	5,70
9	251039	Neri Alves Dos Santos	21/05/1979	0,60	0,80	0,90	3,20	5,50	0,00	5,50
10	242609	Rodrigo Otto Guckert	09/08/1989	0,30	0,40	0,90	3,60	5,20	0,00	5,20
	242604	Graciano Bittencourt Ledra	04/10/1980	0,60	0,80	0,90	2,40	4,70		
	241787	Jorge Batista Da Silva	22/06/1953	0,00	0,80	0,60	3,20	4,60		
	241888	Cassia Beppler	04/08/1993	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	238154	Luciana Luiza Lucini	08/01/1975	0,00	0,40	0,90	2,80	4,10		
	237950	Alessandra Soares Machado	22/09/1991	0,30	0,60	0,60	2,00	3,50		
	250806	Larissa Ariane Menel	30/05/1994	0,30	0,40	0,60	2,00	3,30		
	242310	Jeberton Luis Fermino	03/07/1979	0,30	0,80	0,60	1,60	3,30		
	239305	Ronald Carvalho	24/10/1976					Ausen- te		
	237803	Vanessa De Souza	14/08/1982					Ausen- te		

	250173	Evelyn Cristiane Benatto	05/11/1983					Ausen- te		
--	--------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--------------	--	--

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO RELIGIOSO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	239488	Rodrigo Reis Silveira	16/06/1991	0,60	1,00	0,90	5,20	7,70	0,00	7,70
2	238685	Jean Munoko Vava	06/02/1984	0,90	0,80	0,90	3,60	6,20	0,00	6,20
3	239493	Alcione Beuting Bernardo	11/02/1992	0,30	0,80	1,20	3,20	5,50	0,00	5,50
4	244560	Alcionir Dos Santos	05/10/1976	1,20	1,00	0,30	2,80	5,30	0,00	5,30
	243359	Josiane Mottin	21/08/1988					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	242074	Thiago Coutinho Arraes	06/07/1989	0,90	1,00	1,50	6,00	9,40	6,00	15,40
2	244359	Fabio Macedo De Castro Faria	17/07/1983	1,50	1,00	1,50	5,20	9,20	6,00	15,20
3	243732	Rosane Teresinha Katafesta	07/11/1980	0,30	1,00	1,20	3,60	6,10	8,00	14,10
4	245877	Sirlene Guetten Subtil	01/04/1972	0,60	0,60	0,90	4,00	6,10	6,00	12,10

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	251628	Diomir Odilon Garbin	31/12/1964	1,20	1,00	1,50	5,20	8,90	8,00	16,90
2	251387	Tatiane Sanches	23/08/1982	0,90	0,80	1,20	4,00	6,90	8,00	14,90
3	251503	Jose Ademir Fonseca	28/07/1967	0,60	1,00	0,30	4,80	6,70	8,00	14,70
4	242578	Simone Hintemann	06/03/1976	0,00	0,80	0,60	4,00	5,40	8,00	13,40
5	240198	Napoleao Moreira De Castilho Neto	09/11/1983	0,60	0,80	0,90	4,00	6,30	0,00	6,30
6	253237	Evanita De Lara	31/05/1968	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	0,00	6,20
	238478	Rene Celso Moreno Castro	17/05/1979					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	241707	Valmira Rohling Ledra	17/09/1965	1,50	1,00	1,50	3,20	7,20	8,00	15,20
2	253065	Natacha Felipe	29/04/1994	0,90	0,80	0,90	4,00	6,60	0,00	6,60
3	250542	Maria Yara Elias Porath	10/01/1988	0,60	1,00	0,90	4,00	6,50	0,00	6,50
	251070	Ricardo De Moraes	22/12/1994	0,30	1,00	0,30	1,60	3,20		
	238931	Sandra Herbst	31/01/1978	0,60	0,20	0,60	1,60	3,00		
	237826	Venilde Tomaz De Oliveira	04/08/1961	0,00	0,20	1,20	1,60	3,00		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252536	Caroline Friedel	24/09/1991	0,60	1,00	1,50	4,40	7,50	8,00	15,50
2	248666	Cleide Fronza	12/04/1991	0,90	0,60	1,50	3,60	6,60	8,00	14,60
3	252336	Cleusa Schlickmann Orlandi	11/08/1976	0,00	0,80	1,50	3,20	5,50	8,00	13,50
4	251725	Alexandre Schot	21/10/1974	0,90	1,00	1,50	4,40	7,80	0,00	7,80
5	253535	Natanael Costa Spindola	21/03/1975	1,20	1,00	1,50	4,00	7,70	0,00	7,70
6	240038	Sara Cristina Stacheski Martins	16/07/1992	0,90	1,00	1,50	4,00	7,40	0,00	7,40
7	242630	Cristina Viana Jochem	05/09/1991	0,60	0,80	1,50	3,60	6,50	0,00	6,50
8	239694	Suelen Sasse	17/12/1997	0,90	1,00	1,50	2,40	5,80	0,00	5,80
	252156	Denise Truch	23/08/1994	0,00	0,80	1,50	2,40	4,70		
	240625	Catiana Forster	18/11/1981					Ausen- te		
	254446	Patricia De Souza Fiamoncini	18/02/1982					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252492	Sandra Teresinha Ribeiro Pereira	04/08/1968	0,60	0,80	1,50	4,80	7,70	10,00	17,70
2	239024	Sergio Cassimiro De Oliveira	08/10/1957	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	8,00	16,60
3	250996	Schirley Marileia Bell	24/11/1961	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
4	240879	Marlene Terezinha Tridapalli Demarchi	18/06/1961	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
5	249656	Nair Camargo Giehl	10/04/1959	0,30	0,80	1,20	5,20	7,50	8,00	15,50
6	249942	Susana Maria Ferreira Vieira	24/08/1985	1,20	1,00	1,20	4,00	7,40	8,00	15,40
7	249204	Maria Bernadete Back	08/05/1952	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	8,00	15,20
8	246517	Maria De Lourdes Tonon Tillmann	27/08/1961	0,60	0,80	0,90	4,80	7,10	8,00	15,10
9	252584	Franciele Aparecida De Oliveira	08/11/1985	1,20	0,60	1,20	4,00	7,00	8,00	15,00
10	251375	Rosinei Raquel Orlandi Limberger	27/08/1973	0,00	1,00	1,50	4,40	6,90	8,00	14,90
11	237865	Gesica Eliane Martins	07/01/1991	0,60	1,00	1,20	4,00	6,80	8,00	14,80
12	253618	Cintia Schreiber	25/03/1982	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	6,00	14,60
13	243415	Vanessa Cristina Dos Santoa Back	20/03/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	8,00	14,60
14	249490	Ana Paula Cardozo Hoepers	03/07/1980	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
15	239612	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	8,00	14,40
16	250773	Cristiane Nienkotter Parma	15/04/1990	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	8,00	14,40
17	254490	Janice Nunes Martins Scharf	14/07/1985	1,20	1,00	1,50	4,40	8,10	6,00	14,10
18	251177	Marilise Schwartz	17/04/1962	0,90	0,80	0,00	4,40	6,10	8,00	14,10
19	248555	Sandra Regina Dos Santos	25/04/1972	0,00	1,00	0,60	4,40	6,00	8,00	14,00
20	251399	Emilia Frutuoso Lange	12/12/1972	0,60	1,00	1,20	3,20	6,00	8,00	14,00
21	241860	Daniela Cristina Silveira Ramos Fronza	09/02/1976	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	8,00	13,80
22	246506	Regiane Aparecida Espindola	10/01/1974	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
23	252771	Caroline Kolankiewicz	10/06/1986	0,90	1,00	0,90	2,80	5,60	8,00	13,60
24	249907	Ketrin Bosco	14/11/1985	0,30	1,00	0,90	3,20	5,40	8,00	13,40
25	252297	Ana Lucia De Matos	12/07/1987	0,60	1,00	0,90	2,80	5,30	8,00	13,30
26	238939	Raquel Wiggers	27/12/1983	0,90	1,00	1,50	3,60	7,00	6,00	13,00
27	243388	Danieli Mafazzolli Schuller	25/10/1986	0,90	0,80	0,90	2,40	5,00	8,00	13,00
28	253586	Milce Gomes De Almeida Macaneiro	09/10/1972	0,00	1,00	0,90	4,40	6,30	6,00	12,30
29	247454	Graciele Cristine Barcelos	27/08/1975	0,90	0,60	1,50	3,20	6,20	6,00	12,20
30	244108	Raquel Maria Menel	29/07/1979	0,90	0,60	0,90	3,60	6,00	6,00	12,00
31	249590	Daiane Mariano Rode	30/11/1984	0,60	1,00	1,50	5,60	8,70	0,00	8,70
32	253814	Michele Deola	22/04/1983	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
33	237896	Alciris De Oliveira Zabel	07/03/1960	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	0,00	8,20
34	238950	Joselaine Cristine Barbosa	25/01/1992	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	0,00	8,10
35	238373	Janaina Feder	11/05/1991	0,30	1,00	1,50	5,20	8,00	0,00	8,00
36	253227	Deize Araujo Gross	23/05/1987	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
37	253066	Natacha Felipe	29/04/1994	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	0,00	7,60
38	240552	Bruna Leticia Laurindo	23/05/1995	0,60	0,80	0,90	5,20	7,50	0,00	7,50
39	237662	Maisa Adriana Carvalho Franca	29/09/1973	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	0,00	7,40
40	251199	Eliane Vinotti Schmidt	30/11/1983	0,90	1,00	1,20	4,00	7,10	0,00	7,10
41	242753	Cintia Lusía Batisti	01/10/1985	0,90	1,00	1,20	4,00	7,10	0,00	7,10
42	253845	Marileia Aparecida Da Costa Dos Santos	17/06/1980	1,20	0,80	0,60	4,40	7,00	0,00	7,00
43	238266	Margaret Carvalho	07/07/1966	0,90	0,40	1,20	4,40	6,90	0,00	6,90
44	253319	Vanessa Martins	18/05/1994	0,60	1,00	0,90	4,40	6,90	0,00	6,90
45	251004	Sheena Carla Parma	25/11/1989	1,20	1,00	0,60	4,00	6,80	0,00	6,80
46	241897	Grasiele Lazzari Ribas	25/02/1986	0,90	0,80	1,50	3,60	6,80	0,00	6,80
47	252532	Sandra Maria Sestren	18/01/1970	0,60	1,00	1,50	3,60	6,70	0,00	6,70
48	250546	Joelma Felber Leandro	29/10/1975	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60
49	239265	Sabrina Amorim Blanck	08/05/1980	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60

50	240151	Marcia Aparecida Rizzo	29/01/1979	0,60	1,00	0,90	4,00	6,50	0,00	6,50
51	241773	Ane Caroline Steinbach	18/09/1988	0,30	0,80	0,90	4,40	6,40	0,00	6,40
52	252744	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	13/02/1990	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	0,00	6,40
53	244292	Jecika Campestrini	11/03/1991	1,20	0,80	0,60	3,60	6,20	0,00	6,20
54	249722	Ronaldo Pollheim	23/12/1976	0,00	1,00	1,50	3,60	6,10	0,00	6,10
55	241865	Bruna Luisa Fermino	15/04/1994	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	0,00	5,80
56	251763	Joana Paula K. De Campos	10/12/1984	0,00	0,80	0,90	4,00	5,70	0,00	5,70
57	237651	Marise Wuerges	29/03/1971	0,30	1,00	0,30	4,00	5,60	0,00	5,60
58	250195	Pamela Andre	21/11/1992	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	0,00	5,60
59	239100	Ana Patricia Pedroni	09/07/1994	0,30	0,80	0,60	3,60	5,30	0,00	5,30
60	249916	Jessica Moretto Schelder	06/08/1991	0,30	1,00	0,30	3,60	5,20	0,00	5,20
61	244693	Magali Cristina Schon	14/05/1984	0,30	1,00	0,60	3,20	5,10	0,00	5,10
	240062	Ana Paula Augusto Da Silva	27/06/1980	0,00	1,00	0,30	3,60	4,90		
	253674	Cristiane Mariano Schulz Dimas	09/05/1988	0,00	0,60	0,60	3,60	4,80		
	238169	Joraci Silverio Lemos Pollheim	16/06/1973	0,30	0,80	0,90	2,80	4,80		
	239224	Tania Moreira Toassi	20/08/1986	0,30	0,60	1,50	2,40	4,80		
	240370	Graziele Cristina Goral Franz	31/03/1981	0,00	0,60	0,90	3,20	4,70		
	251844	Bianca Da Silva Orso	09/04/1995	0,00	0,60	0,90	3,20	4,70		
	252316	Adriana Tonon	28/12/1978	0,60	0,80	0,00	3,20	4,60		
	247179	Edna Da Silva	11/07/1971	0,60	0,60	0,60	2,80	4,60		
	240336	Maiara Cristina Weiss	11/10/1992	1,20	0,60	1,20	1,60	4,60		
	250816	Djenane Schneider	12/09/1973	0,30	0,80	0,60	2,80	4,50		
	251080	Iara Cristina Tenfen Stupp	16/02/1996	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	250029	Carla Regina Pereira	18/10/1978	0,60	0,20	0,60	2,80	4,20		
	241121	Joelma Paulina Capistrano Cachoeira	25/02/1974	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00		
	244477	Roseneide Aparecida De Moura	10/07/1978	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00		
	252709	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	12/10/1993	0,30	0,60	0,60	2,40	3,90		
	251754	Ariella Schipitoscki Borges	10/07/1987	0,00	0,80	0,60	2,40	3,80		
	252560	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	27/01/1982	0,60	0,40	0,30	2,00	3,30		
	253739	Ana Lucia Stein De Oliveira	08/07/1994	0,00	0,60	0,90	1,60	3,10		
	240421	Elena Valim Filagrana	13/09/1996	0,00	0,60	0,00	2,40	3,00		
	237665	Leia Dos Santos Abreu	18/10/1994					Ausente		

PROFESSOR ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	251034	Mary Leide Kammer	02/10/1981	0,60	0,40	1,50	3,60	6,10	8,00	14,10
2	250844	Juliana Moretti	09/04/1987	0,30	0,80	0,30	4,40	5,80	8,00	13,80
3	250047	Emanuella Muriel Cunha	01/06/1989	0,30	0,80	1,50	3,20	5,80	8,00	13,80
4	243733	Rosane Teresinha Katafesta	07/11/1980	0,60	0,80	1,20	2,80	5,40	8,00	13,40
5	244052	Numan Heber Maurenre Ferro Junior	23/05/1990	0,60	0,20	1,50	2,80	5,10	8,00	13,10
6	251485	Leandro Ledra	01/08/1986	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	6,00	12,20
7	246474	Naca Claudino Dos Santos	18/09/1985	1,20	0,80	1,50	4,00	7,50	0,00	7,50
8	251663	Daniela Bianchet	02/04/1985	0,30	0,80	1,20	2,80	5,10	0,00	5,10
	253002	Jamille De Oliveira	18/06/1983	0,60	0,40	0,90	2,00	3,90		
	249240	Ana Maria De Oliveira	01/11/1962	0,00	0,60	1,20	2,00	3,80		
	237827	Venilde Tomaz De Oliveira	04/08/1961	0,60	0,80	0,90	1,20	3,50		
	238269	Luiz Cesar Cichoski	30/07/1971					Ausente		

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;
 *PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;
 *PT = Nota da Prova de Títulos;
 *NF = Nota Final.

PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL - PNE

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
	238781	Julimar Demetrio	25/09/1978	0,00	1,00	0,60	1,60	3,20		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	238768	Monica Ariane De Paula	15/01/1993	1,20	1,00	1,50	5,60	9,30	0,00	9,30
2	252165	Wanderleya Regina Mees	17/04/1972	0,30	0,80	1,20	3,60	5,90	0,00	5,90
3	241941	Fabiane Andrea Da Silva	27/08/1978	0,00	0,80	0,30	4,00	5,10	0,00	5,10

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;
 *LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;
 *CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
 *MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;
 *PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;
 *PT = Nota da Prova de Títulos;
 *NF = Nota Final.

PORTARIA Nº 0068/RH

PORTARIA Nº. 0068/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, com efeito retroativo, a partir de 20 de janeiro de 2016, os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano 2016, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
Luciana Francisco	Educação Infantil	40 horas	CEI Tia Béa	CEI Adelaide Ledra
Paulo César Wolf	Filosofia	10 horas	EM Ella Kurth	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 25 de janeiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ALEXSANDRE JUNIOR VENTURI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ALEXSANDRE JUNIOR VENTURI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ANA CLAUDIA MORAIS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANA CLAUDIA MORAIS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação

deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ANA PAULA CARDOZO HOEPERS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CARLA CRISTIANE ALVES**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CARLA CRISTIANE ALVES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CARLA FRANCYELE SOUZA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CAROLINE FRIEDEL**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAROLINE FRIEDEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR MATEMÁTICA, 20 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CAROLINE KOLANKIEWICZ**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAROLINE KOLANKIEWICZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PEDAGOGO, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CHARLES ALEXANDRE PORTO**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CHARLES ALEXANDRE PORTO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR FILOSOFIA, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - CRISTINE NIENKOTTER PARMA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CRISTIANE NIENKOTTER PARMA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS

SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - DEISE ABREU ANDRADE

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DEISE ABREU ANDRADE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - DIOMIR ODILON GARBIN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIOMIR ODILON GARBIN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR HISTÓRIA, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015. Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - EDITE CARDOSO SAMULEWSKI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EDITE CARDOSO SAMULEWSKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - EIMÊ DAS GRAÇAS OLIVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EIMÊ DAS GRAÇAS OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que

deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PEDAGOGO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - GESICA ELIANE MARTINS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GESICA ELIANE MARTINS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - IVONETE DO PRADO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IVONETE DO PRADO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JAMILE DE OLIVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JAMILE DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá

automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JANICE NUNES MARTINS SCHARF
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JANICE NUNES MARTINS SCHARF com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JULIANA JANUÁRIO ALVES HEINZ
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JULIANA JANUÁRIO ALVES HEINZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ARTES, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015. Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JULIANA SEBOLD

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JULIANA SEBOLD, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que

deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARIA BERNARDETE BACK
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA BERNARDETE BACK, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PEDAGOGO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARILISE SCHWARTZ
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARILISE SCHWARTZ com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARISA LOPES QUEIROZ ANDRADE
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARISA LOPES QUEIROZ ANDRADE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - MONICA ARIANE DE PAULA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MONICA ARIANE DE PAULA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - PNE, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - NACA CLAUDINO DOS SANTOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - NAIR CAMARGO GIEHL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NAIR CAMARGO GIEHL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PEDAGOGO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - NEIVA WEISS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NEIVA WEISS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá

automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - NOELI STEINHEUSER
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NOELI STEINHEUSER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - PATRICIA MELLO SORDI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PATRICIA MELLO SORDI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - RODRIGO REIS SILVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RODRIGO REIS SILVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ROSEMERY LEHMKUHL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSEMERY LEHMKUHL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ROSILENE DUMKE PETRI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSILENE DUMKE PETRI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá

automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SANDRA REGINA DOS SANTOS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PEDAGOGO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 26 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SANTILIA DOS ANJOS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANTILIA DOS ANJOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PEDAGOGO, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SCHIRLEY MARILEIA BELL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SCHIRLEY MARILEIA BELL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SILVANA DA SILVA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SILVANA DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SUSANA MARIA FERREIRA VIEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - TATIANE DA SILVA MEDICES SCHUSSLER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TATIANE DA SILVA MEDICES SCHUSSLER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ARTES, 30 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá

automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - THIAGO AIRTON PEREIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) THIAGO AIRTON PEREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - VALDETE MARIA AVI PONTICELLI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - VANESSA DA ROCHA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VANESSA DA ROCHA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40 HORAS SEMANAIS,

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2016.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 889, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 889, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Câmara de Vereadores de Rio do Sul

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Rio do Sul, no período ordinário, compreendido entre 1º de fevereiro e 15 de dezembro de cada ano, terá seu funcionamento da seguinte forma:

I – Segunda-feira, das 12 horas às 18 horas, em turno único;

II – Terça-feira à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas, em turno único.

Parágrafo único. A carga horária dos servidores será de 30 horas semanais, em períodos diários de 6 horas.

Art. 2º No período de recesso, compreendido entre 16 de dezembro de um ano a 31 de janeiro do ano seguinte, a Câmara terá seu funcionamento em turno único, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 827, de 17 de março de 2015.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 835, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

RESOLUÇÃO Nº 835, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Altera a Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010, que Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Inciso I, do art. 86, da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86 ...

I - ordinárias, em número de seis ao mês, realizadas nas segundas-feiras e as restantes nas quintas-feiras de cada mês, com duração máxima de três horas, com início às 15 horas nas segundas-feiras e às 10 horas nas quintas-feiras”. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de janeiro de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Rio Fortuna

PREFEITURA

FMS LIC 03 PR 02 MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna/SC torna público que realizará, através de pregoeiro oficial, no dia 17 de fevereiro de 2016 às 08horas, na sede da Prefeitura, Av. Sete de Setembro, nº 730, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto Aquisição de Materiais Odontológicos para a Unidade Básica de Saúde. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações, das 7h às 13h, ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 27 de janeiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

PREF LIC 03 PR 03 TUBOS CONCRETO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público que fará realizar no dia 16 de fevereiro de 2016 às 08horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto Tubos de Concreto para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Rio Fortuna/SC. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo telefone: (48) 3653-1122 ou no site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 26 de janeiro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 7938

PORTARIA Nº 7938/2016

HABILITA À POSSE SERVIDORA NOMEADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADA PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeada através da Portaria nº 7927/2016, publicada em 18/01/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 27 de janeiro de 2016, a candidata:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:

CARGO: Auxiliar de Enfermagem 40 H

Nome: Claudete Conrado Becker

Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 27 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7939

PORTARIA Nº 7939/2016

NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear candidata abaixo relacionada para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo a mesma comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência do candidato em ingresso no serviço público municipal.

DA NOMEAÇÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:

CARGO: Técnica Administrativa I, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

Naira Lucia Vaccarin Cambruzzi 2º Lugar

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogadas as disposições em contrário.

Registrada e publicada a portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelandia SC, 27 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelandia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos.

Salto Veloso

PREFEITURA

CT Nº. 001/2016 – EL DE ALMEIDA LTDA ME

CT Nº. 001/2016 – EL DE ALMEIDA LTDA ME

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: EL DE ALMEIDA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016.

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 101.550,00

CT Nº. 002/2016 – ANSILIERO & NESI FRUTARIA LTDA ME

CT Nº. 002/2016 – ANSILIERO & NESI FRUTARIA LTDA ME

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: ANSILIERO & NESI FRUTARIA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016.

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 111.180,90

CT Nº. 003/2016 – AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

CT Nº. 003/2016 – AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016.

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 46.539,74

CT Nº. 004/2016 –TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

CT Nº. 004/2016 –TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA

SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016.

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 111.033,75

CT Nº. 005/2016 – NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CT Nº. 005/2016 – NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016.

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 36.994,64

CT Nº. 006/2016 – SERVIÇOS DE SAUDE VIDEIRA S/S LTDA

CT Nº. 006/2016 – SERVIÇOS DE SAUDE VIDEIRA S/S LTDA

DATA: 25/01/2015

CONTRATADO: SERVIÇOS DE SAUDE VIDEIRA S/S LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDIATRIA, NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE DE SAÚDE.

PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 FMS

INÍCIO: 25/01/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR:R\$ 64.440,00

DECRETO MUNICIPAL N. 003/2016

DECRETO Nº 003/2016, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 50.089,51 (Cinquenta Mil Oitenta e Nove Reais e Cinquenta e um Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.346,57

Fonte: 1389.00000
RED: 161

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 3.270,13
Fonte: 1318.00000
RED: 156

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 3.421,64
Fonte: 1332.00000
RED: 155

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 14.091,09
Fonte: 1336.00000
RED: 158

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 3.784,62
Fonte: 1337.00000
RED: 159

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.378,25
Fonte: 1366.00000
RED: 157

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.055 – PISO BASICO FIXO
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 21.150,74
Fonte: 1335.00000
RED: 160

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.646,47
Fonte: 1332.00000
RED: 162

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 25 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 008/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 11 de Fevereiro de 2016 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha e materiais de limpeza, destinados à manutenção das Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Shopping, Terminal Rodoviário, Capela Mortuária e Parque de Exposições. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 27 de Janeiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA Nº 032/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerados, as seguintes servidores:

- SIRLEI PRESTES PEREIRA, CPF: 073.942.449-11;

- SIDIANE RODRIGUES, CPF: 081. 734.229-07;

- ANTONIO BARBAOSA ,CPF: 039.806.059-22 ;

Lotados na Secretaria Municipal de Saúde , a partir de 25 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de Janeiro 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 27 de Janeiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 005/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DE REGULAMENTAÇÃO, ADVERTÊNCIA, INDICATIVAS (INDICAÇÃO DE BAIRROS), POSTES E SUPORTE PARA SEMIPÓRTICOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 007/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TELA PARA USO NA PENEIRA VIBRATÓRIA DO BRITADOR MUNICIPAL. PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 22 de janeiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

DECRETO Nº 1232/2016

DECRETO Nº 1232, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Declara Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço da Administração Direta e Indireta, os dias 08 e 09 de fevereiro de 2016, por ocasião do Carnaval.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e a Central de Medicamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1233/2016

DECRETO Nº 1233, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

REAJUSTA A TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Prefeito Municipal, no das atribuições legais e:

Considerando os termos do Processo Administrativo nº 8312/2015; Considerando as disposições legais, especialmente o §2º do art. 9º da Lei Federal n. 8.987/1995, RESOLVE:

Art. 1º. A tarifa do serviço público municipal de transporte coletivo urbano de passageiros de São Bento do Sul fica revisada nos termos do Processo Administrativo nº 8312/2015 e fixada em R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos).

Parágrafo único: É garantido o desconto de 20% sobre o valor da tarifa fixada no caput deste artigo aos alunos do ensino fundamental, médio, técnico e superior de São Bento do Sul - SC.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da publicação, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 11/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE Nº 01/2015 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E GILBERTO DREFAHL, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2015, CONFORME PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL. Considerando o Contrato nº01/2015 que consiste na locação de imóvel para abrigar A Biblioteca pública Municipal – Unidade Cruzeiro; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato no dia 31 de dezembro de 2015; Considerando que a Biblioteca Pública Municipal de São Bento do Sul – Unidade Cruzeiro situa-se em imóvel de boa localização, que atende às necessidades de localização e instalação da biblioteca e seus usuários, próxima a uma escola municipal ; considerando que o contrato nº 1/2015 prevê o reajuste do valor contratado em caso de renovação, e considerando que o índice IGPM registrou 10,6873% de reajuste nos últimos 12 meses, faz-se necessário reajustar o contrato nº 1/2015. O aditivo baseia-se no art. 57, alínea II, da lei nº. 8.666/93, nos seguintes termos: 1º - Fica incluído no Contrato o valor total de R\$ 3.147,94 (três mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), para pagamentos de acordo com o contrato original. 2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta de dotação orçamentária vigente. 3º - Fica prorrogado o Contrato nº1/2015 por mais 2 (dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016. 4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 5 de fevereiro de 2015, permanecem inalteradas.

Ass: Robson Rodrigues da Silva, pela Fundação Cultural
Gilberto Drefahl, locador.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 12/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE Nº 10/2015 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E IZAN ROBERTO HUSMANN, EM 10 DE ABRIL DE 2015, CONFORME PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL. Considerando o Contrato nº10/2015 que consiste na locação de imóvel para abrigar o Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato no dia 31 de dezembro de 2015; Considerando que o Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul situa-se em imóvel de boa localização, em área central, que atende às necessidades de localização e instalação do Arquivo e seus usuários e, considerando que o antigo prédio, de propriedade da Fundação Cultural não possui condições para abrigar um Arquivo Histórico; Considerando que o preço do imóvel é reajustado conforme o índice IGPM (que registrou 10,6873% de reajuste) e considerando que o contrato prevê sua prorrogação; Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Terceira – do reajuste e na Cláusula Primeira – Do Objeto e do Prazo, nos seguintes termos: 1º - Fica incluído no Contrato o valor total de R\$ 23.509,92 (vinte e três mil, quinhentos e nove reais e noventa e dois centavos), para pagamentos de acordo com o contrato original. 2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta de dotação orçamentária vigente. 3º - Fica prorrogado o Contrato Nº 10/2015 por mais 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. 4º - As demais cláusulas e condições

previstas no Contrato primitivo, firmado em 10 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Ass: Robson Rodrigues da Silva, pela Fundação Cultural
Izan Roberto Husmann, locador.

PORTARIA Nº 10793/2016

PORTARIA Nº 10793, DE 27 DE JANEIRO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa, placas MLB 4516.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIAS/SEMED Nº 1983/2015 A 2028/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1983, de 17 de dezembro de 2015. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Emerson Souza. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1984, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Joseli da Silva e Souza Menezes da Costa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1985, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Kelly Myucha Moes Messias. Professor Anos Finais. Portaria/SEMED nº 1986, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Zenaide Pires. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1987, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1988, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Sirlene Altmann da Rocha. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1989, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Nivia Baum. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1990, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Anieli Pereira. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1991, de 17 de dezembro de 2015. Concede Gozo de Férias. Rosane Levandoski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1992, de 17 de dezembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Evelise Grobe. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1993, de 17 de dezembro de 2015. Concede Licença Prêmio. André Luiz Medeiros de Moraes. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1994, de 14 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio. Cristiani Stoeberl Machado. Professor Educação Infantil. Portaria/SEMED nº 1995, de 14 de janeiro de 2016. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Patricia Weise. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1996, de 14 de janeiro de 2016. Concede

Prorrogação de Licença Maternidade. Elisabete Jankowski Gondarski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1997, de 19 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Tatiana Pscheidt. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1998, de 19 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Carmelita Manoel Vargas. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1999, de 19 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Josecléia Mendes da Silva. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2000, de 19 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Fabiana Carla Stiegler. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2001, de 19 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio. Emerson de Souza. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2002, de 19 de janeiro de 2016. Concede Retorno às Atividades. Lianir Duvoisin Schmidt. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2003, de 19 de janeiro de 2016. Concede Retorno às Atividades. Sérgio Antonio Jankowski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2004, de 19 de janeiro de 2016. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Franciane Linzmeyer. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2005, de 19 de janeiro de 2016. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Franciele Buch Alves. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2006, de 26 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Dinair de Freitas Lisboa. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2007, de 26 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Vanessa de Andrade. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2008, de 26 de janeiro de 2016. Concede Gozo de Férias. Clausse Cidrea Dias. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2009, de 26 de janeiro de 2016. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Ruth Kleinschmidt. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2010, de 26 de janeiro de 2016. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Fátima Elefitt da Silva de Souza. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2011, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio. Daniela Garcia Pscheidt. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2012, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio. Joseli da Silva e Souza Menezes da Costa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2013, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Maria Adriana Farias da Cruz Narlock. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2014, de 26 de janeiro de 2016. Concede Auxílio Doença – INSS. Ana de Jesus Dums. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2015, de 26 de janeiro de 2016. Concede Auxílio Doença – INSS. Queriarte Airin Rodrigues Pereira. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2016, de 26 de janeiro de 2016. Prorroga Auxílio Doença – INSS. Tairine Aparecida Ferreira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2017, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Maternidade. Adriana Neczypor. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2018, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Maternidade. Juliana Maria Prazmoski de Souza Sassi. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 2019, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Maternidade. Patricia de Lima. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2020, de 26 de janeiro de 2016. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Patricia de Lima. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2021, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Maternidade. Queriarte Airin Rodrigues Pereira. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2022, de 26 de janeiro de 2016. Concede Licença Maternidade. Tairine Aparecida Ferreira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 2023, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Celina Cieslinsky Cordeiro. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2024, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Cintia Flaviane Pruess Rank. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2025, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Joseli da Silva e Souza Menezes da Costa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 2026, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Josemeri dos Santos. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 2027, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Jucélia Maria Ferreira de Lima Rosa. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 2028, de 26 de janeiro de 2016. Concede Readaptação Funcional. Zenilda Maria Rodrigues da Luz Rank. Auxiliar de Berçário.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 027/2016, 26 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 027/2016, 26 de janeiro de 2016.

“CONCEDE AVERBAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo de Motorista, lotado nesta Autarquia, Averbação por Tempo de Serviço/Contribuição, correspondente a 7385 dias (20 anos, 2 meses e 25 dias), dos seguintes períodos: 01/11/1974 à 31/12/1975; 05/01/1976 à 11/03/1977;

23/03/1977 à 17/10/1977; 18/10/1977 à 24/11/1978; 02/12/1979 à 04/01/1984; 02/02/1984 à 04/04/1984; 03/05/1984 à 21/07/1987; 03/08/1987 à 17/10/1993; 05/05/1995 à 21/01/1997; 18/06/1997 à 11/08/1997; 03/10/1997 à 18/05/1998; 22/07/1987 à 31/07/1987. Protocolo nº 20024050.1.00004/01-2.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N.01-2016

PORTARIA Nº 01/2016

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL COMO LEILOEIRO E COMISSÃO

PARA A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DECLARADOS

INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina,

no exercício das prerrogativas que lhe confere

RESOLVE :

Art. 1º - Designar o Senhor VOLNEI MUMBER ,como

LEILOEIRO do Processo Licitatório n.103/2015 Modalidade Leilão - ,

que tem por objeto a alienação de bens públicos municipais declarados inservíveis por Lei.

A comissão será composta pelos servidores:

1. Volmir Zart -Presidente

2. Jean Watte - membro

3. Samuel Arenhart - membro

Parágrafo Único: O leilão será realizado às 10:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016,

na sala de licitação da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.033/2015

Gabinete do Prefeito, 27 de janeiro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN-

Prefeito Municipal-

Registre-se e Publique-se

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº 1/2016

PROCESSO SELETIVO Edital N. 01/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL (SC), no uso de suas atribuições legais, conforme legislação, vigente torna público que abre as inscrições, no período de 28 de janeiro de 2016 a 17 de fevereiro de 2016, para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO e CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAIS para atuarem nas secretarias do município.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido pelas normas deste edital, pela legislação vigente e será executado pela Fundação Carlos Joffre do Amaral – FCJ, localizada à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 132, Centro, CEP: 88.502-230, Lages, SC, telefone (49) 3224-8080, endereço eletrônico (site) <http://www.fcja.com.br>, e-mail: fcj@scc.com.br. 1.2 O Processo Seletivo visa a admissão de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público (ACT) no quadro de pessoal do Município de São Cristóvão do Sul, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

Cargo	Vagas	Vencimento	Carga Horária	Habilitação Necessária
Agente Comunitário de Saúde	01	R\$ 1.014,00	40 horas	Ensino fundamental concluído
Agente de Limpeza e Serviços Gerais	CR*	R\$ 942,06	40 horas	Atendente de Consultório Dentário
Agente de Obras e Serviços	CR*	R\$ 942,06	40 horas	Alfabetizado
Atendente de Consultório Dentário	01	R\$ 1.074,47	40 horas	Ensino médio concluído e curso técnico na área de Odontologia e/ou técnico em higiene bucal
Auxiliar de Enfermagem	01	R\$ 1.139,69	40 horas	Ensino Médio e Curso de Técnico de Enfermagem com Registro no órgão competente.
Merendeira	CR*	R\$ 942,06	40 horas	Alfabetizado
Odontólogo	01	R\$ 3.153,02	40 horas	Curso Superior Específico com registro no órgão competente.
Psicopedagogo	01		20 horas	Ensino superior em Psicologia com especialização concluída em Psicopedagogia e registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional

CR* Cadastro de Reserva

São Cristóvão do Sul, 27 de Janeiro de 2016.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

REPUBLICAÇÃO 2/2016 PR 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 2/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de Produtos Alimentícios e Hortifrutigranjeiros para a Merenda Escolar das Escolas Municipais e Creche conforme convênio FNDE/MEC e secretarias municipais.

Onde lê-se Vencimento: 28/01/2016 as 9:00 (nove horas)

Leia-se Vencimento: 15/02/2016 às 9:00 (nove horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

GABARITO DEFINITIVO CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

GABARITO DEFINITIVO

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Gabarito Definitivo do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	A	B	C	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	C	C	A	D	D	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	C	C	D	A	A	C	A	A

CONTADOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	N	D	C	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	B	C	D	A	A	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	D	D	N	D	A	B	D	D	B

COORDENADOR JURÍDICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	B	A	C	B	A	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	N	A	B	N	B	C	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	B	N	D	D	B	A	C	B

FARMACÊUTICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	A	D	C	A	C	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	D	B	D	C	B	A	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	D	A	A	C	C	D	B

MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	A	C	C	B	D	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	B	C	B	A	A	D	D

OPERADOR DE MÁQUINAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	A	C	C	B	D	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	B	C	B	A	A	D	D

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	B	D	C	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	D	A	A	B	C	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	C	A	B	C	A	B	C	C

PROFESSOR DE ARTES 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	D	D	D	A	D	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	A	D	D	C	B	C	B

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	B	C	A	A	A	D	C	A	A

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	B	A	D	A	C	B	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	C	A	D	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	A	D	D	C	A	B	A

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	A	C	A	C	B	C	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	D	B	C	B	A	A	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	C	A	B	D	A	A	B	D

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	C	B	B	D	B	B	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	D	A	C	B	A	N
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	A	B	D	C	A	B	A	C

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	C	B	A	C	B	B	D

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	D	B	D	A	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	D	C	C	A	C	C	B	D

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	D	A	B	B	A	C	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	D	A	C	A	C	D	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	D	A	C	D	B	D	A	B

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	N	N	N	A	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	D	A	C	A	N	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	N	A	B	D	A	B	D	C	B

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	N	N	N	A	D	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	D	A	C	A	N	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	N	A	B	D	A	B	D	C	B

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	N	D	A	B	N	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	C	C	A	D	D	A	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	C	C	D	A	A	C	A	A

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	A	D	C	B	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	C	D	C	A	D	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	C	A	A	B	C	A	B	B

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,

27 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

GABARITO DEFINITIVO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

GABARITO DEFINITIVO

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Gabarito Definitivo do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

2º PROFESSOR 20H									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	D	A	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	C	B	A	B	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	B	A	A	D	D	B	C
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ESTRELA BRILHANTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	D	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF FLOR DE LIZ

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	D	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GIRASSOL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	D	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF NOVOS TEMPOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	D	B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF RAI DE SOL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	B	C	A	B	B	D	B

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FAXINEIRA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	D	A	C	A	B	A

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDEIRA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	D	A	C	A	B	A

ENFERMEIRO DE SAMU

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	A	D	C	B	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	A	B	C	B	D	C	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	C	B	A	D	D	B	B	D

MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	D	D	C	B	D	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	B	C	B	A	C	A	C	D

ORIENTADOR DE TECELAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	C	A	C	A	B	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	C	A	A	C	B	A	D	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	A	C	A	B	B	D	A	C

PROFESSOR ANOS INICIAIS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	D	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	D	C	B	B	A	C	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	D	A	C	C	B	C	C

PROFESSOR DE ARTES 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	A	B	B	B	B	B	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

C	A	A	C	C	C	A	A	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	C	B	A	D	B	C	D	D	A

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	B	C	A	C	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	B	C	D	C	B	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	C	A	B	A	D	N	B	B

PROFESSOR DE DANÇA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	A	B	B	D	A	B	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	B	A	B	B	A	C	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	A	C	D	B	A	C	D	A	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	D	A	C	A	D	C	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	C	B	D	A	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	A	C	D	B	B	D	D	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

D	B	D	A	C	A	D	C	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	C	B	D	A	D	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	C	A	C	D	B	B	D	D	B

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	A	C	C	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	C	B	A	C	B	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	B	C	D	A	B	B	D	B

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	C	C	C	A	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	D	D	B	B	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	C	C	B	C	C	C	D	C

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	C	B	B	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	B	D	D	C	D	D	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	D	A	D	A	B	A	D	A

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	B	B	N	A	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	D	B	D	A	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	B	A	A	B	A	C	D	D

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	A	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	C	B	A	C	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	D	A	D	D	C	C	D

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	B	A	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	C	B	C	B	A	C	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	D	A	D	D	C	C	D

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	D	B	D	A	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	D	C	C	B	B	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	D	B	C	A	C	B	D	C

PROFESSOR DE MÚSICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	A	C	D	B	D	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	D	A	A	C	C	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	D	B	A	D	C	D	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 30H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 40H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	A	C	A	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	A	A	A	D	A	C	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	C	A	B	A	A	A	D

PROFESSOR DE TURISMOLOGIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	B	C	D	C	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	N	A	A	A	D	D	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	A	C	D	A	C	A	B	D	D

PROFESSOR DO AEE 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	D	A	B	A	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	C	B	A	B	C	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	C	B	B	A	A	D	D	B	C

PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR 20H

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	D	C	D	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	A	B	D	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	C	A	C	C	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	C	B	A	C	B	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	B	C	D	A	B	B	D	B

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
27 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

JULGAMENTO QUESTOES CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

JULGAMENTOS DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E GABARITO

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Julgamento dos Recursos Contra Questões e Gabarito do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

Conforme Item 8.4 do edital somente foram aceitos recursos com argumentação lógica e consistente e com apresentação de bibliografia.

Prova/Conteúdo	Questão	Despacho	Decisão
Conhecimentos Gerais – Ensino Superior/Médio	13	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Gerais – Ensino Superior/Médio	16	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Matemática – Ensino Fundamental	08	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Matemática – Ensino Superior/Médio	09	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo	43	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo	46	Deferido	Alterar Gabarito para alternativa "A"
Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo	49	Deferido	Alterar Gabarito para alternativa "A"
Conhecimentos Específicos – Contador	22	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	24	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Contador	28	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	33	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	35	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	37	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	38	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	41	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	43	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Contador	44	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Contador	45	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	21	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	27	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	32	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	33	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	35	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	36	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	38	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	39	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	40	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	44	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	45	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	46	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	47	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico	48	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Motorista	19	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Geografia	40	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	23	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	24	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	25	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	31	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	32	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	33	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	39	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática	42	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo	22	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo	26	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo	46	Deferido	Alterar Gabarito para alternativa "A"
Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo	49	Deferido	Alterar Gabarito para alternativa "A"

OBS.: Os recursos do cargo de Contador que apenas pediram alteração de gabarito e ficaram de acordo com a retificação publicada foram desconsiderados por já estarem de acordo com o novo gabarito.

JUSTIFICATIVAS:

Questão 13 – Conhecimentos Gerais – Ensino Superior/Médio

É questão bastante clara em seu enunciado, pois com a palavra "EXCETO" que se encontra destacada fica evidente que se deve assinalar a alternativa que apresenta o país que não é um dos principais responsáveis pelas emissões de dióxido de carbono.

Questão 16 – Conhecimentos Gerais – Ensino Superior/Médio

Questão elaborada de acordo com:

<http://www.saojoaquim.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/4829>

Questão 08 – Matemática – Ensino Fundamental

Esta máquina custa na loja A R\$ 588,00 e na loja B custa R\$ 441,00, assim, o cliente que efetuar a compra na loja B estará economizando R\$ 147,00. Ao efetuar desenvolvermos uma regra de três simples temos:

$$\begin{aligned} \text{R\$ } 588 &= 100\% \\ \text{R\$ } 147 &= x \\ 588x &= 14700 \\ X &= 14700/588 \\ X &= 25\% \end{aligned}$$

Questão 09 – Matemática – Ensino Superior/Médio

A resolução desta questão poderá ser da seguinte forma:

Questão 43 – Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo

A questão está baseada na Constituição Federal em seu CAPÍTULO IV

Dos Municípios - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (Redação dada pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito) (Vide ADIN 4307)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

e) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional Constitucional nº 58, de 2009)

Com suas devidas atualizações, portanto a questão está CORRETA.

Questão 46 – Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo

O gabarito deverá ser alterado para alternativa A, pois a sequencia correta é V-V-F-V. Baseado no: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período; (CONFORME item são 2 anos e não 3 anos)

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

Questão 49 – Conhecimentos Específicos – Agente Administrativo

O Gabarito deve ser alterado para opção A, baseado no:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (pois a opção C afirma que não é necessário ser mantido pelo poder público, mas é necessário ser mantida pelo poder público).

Questão 22 – Conhecimentos Específicos – Contador

Bens Tangíveis

Também chamados de bens corpóreos e bens materiais, são tangíveis os bens que constituem uma forma física, bens concretos, que podem ser tocados. Ex.: veículos, terrenos, dinheiro, móveis e utensílios, estoques, etc.

Bens Intangíveis

Também chamados de bens incorpóreos e bens imateriais, são intangíveis os bens que não constituem uma realidade física e que não podem ser tocados. Ex.: nome comercial (marca), patente de invenção, ponto comercial, o domínio de internet, etc.

Disponível em: <http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/patrimonio.php>

A perda da identidade física e/ou sua utilização imediata demonstra que ele é um bem tangível.

Material de Consumo Aquele cuja duração é limitada a curto lapso de tempo. Exemplos: artigos de escritório, de limpeza e higiene, material elétrico e de iluminação, gêneros alimentícios, artigos de mesa, combustíveis etc.. (<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/>)

glossario_m.asp).

Questão 24 – Conhecimentos Específicos – Contador

Questão cancelada por não apresenta alternativa correta – V – V – V – F. Uma compra a prazo realizada pela empresa gera uma obrigação denominada duplicatas a pagar (não a receber).

Questão 28 – Conhecimentos Específicos – Contador

A questão está correta, o que se buscou saber foram os vários fatores que contribuíram para o surgimento do método das partidas dobradas. A contabilidade empírica, praticada pelo homem antigo, já tinha como objeto o Patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens nos seus aspectos quantitativos.

Os primeiros registros processaram-se de forma rudimentar, na memória do homem. Como este é um ser pensante, inteligente, logo encontrou formas mais eficientes de processar os seus registros, utilizando gravações e outros métodos alternativos.

O inventário exercia um importante papel, pois a contagem era o método adotado para o controle dos bens, que eram classificados segundo sua natureza: rebanhos, metais, escravos, etc. A palavra "Conta" designa o agrupamento de itens da mesma espécie.

As primeiras escritas contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, quando o homem registrava os seus primeiros desenhos e gravações.

Os primeiros controles eram estabelecidos pelos templos, o que perdurou por vários séculos.

Os sumérios e babilônicos, assim como os assírios, faziam os seus registros em peças de argila, retangulares ou ovais, ficando famosas as pequenas tábuas de Uruk, que mediam aproximadamente 2,5 a 4,5 centímetros, tendo faces ligeiramente convexas.

Os registros combinavam o figurativo com o numérico. Gravava-se a cara do animal cuja existência se queria controlar e o número correspondente às cabeças existentes.

Embora rudimentar, o registro, em sua forma, assemelhava-se ao que hoje se processa. O nome da conta, "Matrizes", por exemplo, substituiu a figura gravada, enquanto o aspecto numérico se tornou mais qualificado, com o acréscimo do valor monetário ao quantitativo. Esta evolução permitiu que, paralelamente à "Aplicação", se pudesse demonstrar, também, a sua "Origem".

Na cidade de Ur, na Caldéia, onde viveu Abraão, personagem bíblico citado no livro Gênesis, encontram-se, em escavações, importantes documentos contábeis: tabela de escrita cuneiforme, onde estão registradas contas referentes à mão-de-obra e materiais, ou seja, Custos Diretos. Isto significa que, há 5.000 anos antes de Cristo, o homem já considerava fundamental apurar os seus custos.

O Sistema Contábil é dinâmico e evoluiu com a duplicação de documentos e "Selos de Sigilo". Os registros se tornaram diários e, posteriormente, foram sintetizados em papiros ou tábuas, no final de determinados períodos. Sofreram nova sintetização, agrupando-se vários períodos, o que lembra o diário, o balancete mensal e o balanço anual.

Já se estabelecia o confronto entre variações positivas e negativas, aplicando-se, empiricamente, o Princípio da Competência. Reconhecia-se a receita, a qual era confrontada com a despesa.

Os egípcios legaram um riquíssimo acervo aos historiadores da Contabilidade, e seus registros remontam a 6.000 anos antes de Cristo.

A escrita no Egito era fiscalizada pelo Fisco Real, o que tornava os escriturários zelosos e sérios em sua profissão. O inventário revestia-se de tal importância, que a contagem do boi, divindade adorada pelos egípcios, marcava o início do calendário adotado. Inscreviam-se bens móveis e imóveis, e já se estabeleciam, de forma primitiva, controles administrativos e financeiros.

As "Partidas de Diário" assemelhavam-se ao processo moderno: o registro iniciava-se com a data e o nome da conta, seguindo-se quantitativos unitários e totais, transporte, se ocorresse, sempre em ordem cronológica de entradas e saídas.

Pode-se citar, entre outras contas: "Conta de Pagamento de Escravos", "Conta de Vendas Diárias", "Conta Sintética Mensal dos Tributos Diversos", etc.

Tudo indica que foram os egípcios os primeiros povos a utilizar o valor monetário em seus registros. Usavam como base, uma moeda, cunhada em ouro e prata, denominada "Shat". Era a adoção, de maneira prática, do Princípio do Denominador Comum Monetário.

Os gregos, baseando-se em modelos egípcios, 2.000 anos antes de Cristo, já escrituravam Contas de Custos e Receitas, procedendo, anualmente, a uma confrontação entre elas, para apuração do saldo. Os gregos aperfeiçoaram o modelo egípcio, estendendo a escrituração contábil às várias atividades, como administração pública, privada e bancária.

(<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>)

Questão 33 – Conhecimentos Específicos – Contador

Resposta Correta:

33) Com relação à auditoria, a organização das demonstrações contábeis fica por conta:

a) Auditor Interno; (avalia e presta ajuda a alta Administração e desenvolver adequadamente suas atribuições, proporcionando-lhes análises, recomendações e comentários objetivos, acerca das atividades examinadas - <http://www.portaldeauditoria.com.br/>).

b) Auditor Externo; (o trabalho de verificação da situação patrimonial e financeira das empresas passou a ser realizado por um profissional independente, especializado em técnicas de auditoria, com profundos conhecimentos de contabilidade e, sobretudo, das atividades das empresas - <http://www.portaldeauditoria.com.br/>).

c) Administração da empresa;

d) Acionistas.

A resposta está correta, uma vez que a organização de toda a documentação encaminhada à contabilidade é de responsabilidade da Administração da Empresa.

Não foi questionado quem desenvolve ou realiza as demonstrações contábeis, mas sim quem organiza. E no caso, só pode ser a administração da empresa, as demais opções estão erradas.

(<http://www.portaldecontabilidade.com.br>)

Questão 35 – Conhecimentos Específicos – Contador

35) Para uma empresa comercial, o Resultado Operacional Bruto, é conhecido por:

a) Receita bruta menos custo das mercadorias vendidas;

b) Receita líquida menos custo das mercadorias vendidas, menos despesas comerciais;

c) Receita líquida menos custo das mercadorias vendidas;

d) Receita líquida menos custo das mercadorias vendidas, menos despesas operacionais.

Resposta Correta – basta observar o modelo da demonstração do resultado do exercício a seguir:

MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de Produtos
Vendas de Mercadorias
Prestação de Serviços

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Devoluções de Vendas
Abatimentos
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CUSTOS DAS VENDAS

Custo dos Produtos Vendidos
Custo das Mercadorias
Custo dos Serviços Prestados

= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Com Vendas
Despesas Administrativas

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas Financeiras
(-) Receitas Financeiras
Variações Monetárias e Cambiais Passivas
(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Resultado da Equivalência Patrimonial
Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante
(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO

(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

(-) Debêntures, Empregados, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>)

Questão 37 – Conhecimentos Específicos – Contador

37) No segundo trimestre de 2015 foram apresentados os seguintes gastos gerais de fabricação ocorridos na empresa ALPHA & INDÚSTRIA LTDA:

Seguro contra incêndio incorrido – R\$ 3.400,00 – gastos gerais de fabricação

Imposto predial – R\$ 5.100,00 – gastos gerais de fabricação

Iluminação do prédio – R\$ 11.230,00 – gastos gerais de fabricação

Depreciação do edifício – R\$ 2.400,00 – despesas da empresa como um todo, não faz parte da fabricação

Mão de obra direta – R\$ 13.500,00 – gastos gerais de fabricação

Mão de obra indireta – R\$ 11.100,00 - Mão-de-obra indireta: é representada pelo trabalho nos departamentos auxiliares nas indústrias ou prestadores de serviços e que não são mensuráveis em nenhum produto ou serviço executado, como a mão de obra de supervisores, controle de qualidade, etc. (http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/custos_direitos.htm).

Com base nas informações apresentadas, pode-se dizer que o valor dos gastos gerais de fabricação equivalentes a conta Produtos em Processo é de:

- a) R\$ 33.230,00;
- b) R\$ 46.730,00;
- c) R\$ 22.130,00;
- d) R\$ 24.600,00.

Assim, a resposta está correta.

Questão 38 – Conhecimentos Específicos – Contador

A Questão está correta:

ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER

Lançamento por ocasião do desconto:

D - Encargos Financeiros a Transcorrer (Ativo Circulante)

C - Bancos Cta. Movimento (Ativo Circulante)

(<http://www.portaldeauditoria.com.br/contabilidade/contabilizacao-de-duplicatas-a-receber.htm>)

Questão 41 – Conhecimentos Específicos – Contador

A questão está correta

41) De acordo com os conceitos contábeis e orçamentários estabelecidos, a Receita Pública pode ou não provocar variação na situação patrimonial líquida. Conforme os efeitos produzidos ou não no Patrimônio Líquido, a Receita Pública pode ser efetiva e não efetiva. Qualquer que seja a receita deverá ser registrada contabilmente para fins de evidenciação e controle. Partindo desta afirmação, analise as alternativas que se referem à Receita Pública:

I- A Receita Pública Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes e por isto alteram a situação líquida patrimonial.

II- A Receita Pública Não-Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito e por isto não alteram a situação líquida patrimonial.

III- Reconhecimento da Receita Pública é a aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para reconhecimento e registro de direitos antes da efetivação do correspondente ingresso de disponibilidades.

IV- Recolhimento da Receita Pública é o depósito na conta do Tesouro relativo ao produto da arrecadação de receitas que resulta em registro contábil e a compatibilização ou conciliação com a receita classificada.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- b) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas.

2.4.3 Receita Orçamentária Efetiva A Receita Orçamentária Efetiva é aquela que provoca alteração positiva na situação líquida patrimonial, no momento do reconhecimento da receita.

2.4.4 Receita Orçamentária Não-Efetiva A Receita Orçamentária Não-efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do seu reconhecimento

2.4.5 Arrecadação da Receita É a aplicação do regime orçamentário de caixa descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64, que resulta em registro contábil em contas dos sistemas orçamentário e financeiro, do ingresso de recursos entregues pelos contribuintes ou devedores, provenientes de receitas reconhecidas anteriormente ou no momento do recebimento.

2.4.6 Classificação da Receita É o processo de classificação da receita arrecadada de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.320/64. Resulta em registro contábil nas naturezas de receitas orçamentárias em contrapartida ao ingresso financeiro. 2.4.7 Recolhimento da Receita É o depósito, na conta do Tesouro, relativo ao produto da arrecadação de receitas, que resulta em registro contábil, e a compatibilização ou conciliação com a receita classificada.

(http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf)

Questão 43 – Conhecimentos Específicos – Contador

A questão está correta

43) Estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. Nesta perspectiva, assinale V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas no que diz respeito ao Estágio da Receita Pública:

() A primeira fase da previsão consiste na organização e no estabelecimento da metodologia de elaboração da estimativa.

() O lançamento é a legalização da receita pela sua instituição e a respectiva inclusão no orçamento.

() A arrecadação ocorre somente uma vez, vindo em seguida o recolhimento.

() Recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) F – F – V – F;
- b) V – V – F – F;
- c) F – F – V – V;
- d) V – V – V – V.

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA 6.1 ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA

Estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos.

Os estágios da receita orçamentária são os seguintes:

- Previsão – estimativa de arrecadação da receita, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA, compreendido em fases distintas:

1 – A primeira fase consiste na organização e no estabelecimento da metodologia de elaboração da estimativa;

2 – A segunda fase consiste no lançamento, que é tratado pela Lei nº 4.320/64 nos seus artigos 51 e 53, é o assentamento dos débitos futuros dos contribuintes de impostos diretos, cotas ou contribuições prefixadas ou decorrentes de outras fontes de recursos, efetuados pelos órgãos competentes que verificam a procedência do crédito a natureza da pessoa do contribuinte quer seja física ou jurídica e o valor correspondente à respectiva estimativa. O lançamento é a legalização da receita pela sua instituição e a respectiva inclusão no orçamento.

- Arrecadação – entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos

recursos devidos ao Tesouro. A arrecadação ocorre somente uma vez, vindo em seguida o recolhimento. Quando um ente arrecada para outro ente, cumpre-lhe apenas entregar-lhe os recursos pela transferência dos recursos, não sendo considerada arrecadação, quando do recebimento pelo ente beneficiário.

- Recolhimento – transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

(<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ReceitaInternet2005.pdf>)

(http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf)

Questão 44 – Conhecimentos Específicos – Contador

A questão deve ser anulada, pois a alternativa “C” que deveria ser assinalada como correta deveria apresentar o termo “Despesas de Capital” e só constou “Capital” assim, podendo induzir o candidato ao erro.

Questão 45 – Conhecimentos Específicos – Contador

A alternativa “D” que diz: Todas as alternativas estão corretas deve ser assinalada, pois está de acordo com os itens apresentados. A alternativa “C” ao apresentar ou não erro de digitação não demonstrava que todos os itens estão corretos. Contudo quem possui um mínimo conhecimento sobre licitações pode facilmente identificar que todos os itens estão corretos.

Questão 21 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 21 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 21. “entendeu que não há qualquer erro material encontrado na prova e, portanto, não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez, que foi correto ao demonstrar que uma característica do poder constituinte originário é ser um poder inicial, com a possibilidade de criar nova constituição e instaurar nova ordem jurídica e novo estado”. Mantemos a alternativa “D” como a CORRETA.

Questão 27 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 27 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 27. “uma vez que o poder hierárquico só poderá avocar atribuições, desde que estas não sejam da competência exclusiva do órgão subordinado, desta forma, resta claro que a alternativa aqui clamada está incorreta, não sendo a resposta correta para a questão em comento”. Mantemos a alternativa “B” como a CORRETA.

Questão 32 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

DEFERIDO, questão 32 anulada.

A Banca examinadora reconhece o vício demonstrado na questão 32. “entendeu que o erro material encontrado na prova, acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que os menores impúberes, ou seja, os menores de 16 anos sempre serão absolutamente incapazes”. Pelos motivos expostos, decidimos pela ANULAÇÃO da QUESTÃO 32.

Questão 33 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 33. “uma vez que, em determinadas situações as obrigações e seus efeitos, podem se estender aos bens da pessoa do sócio”. Mantemos a alternativa “A” como a CORRETA.

Questão 35 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

DEFERIDO, questão 35 anulada.

A Banca examinadora reconhece o vício demonstrado na questão 35. A alternativa “C” bem como as alternativas “A” e “B”, apresentam afirmativas incorretas, mantendo o candidato na dúvida quanto à alternativa a ser marcada na questão em comento, que poderia ser a “A”, “B” ou a “C”. Pelos motivos expostos, decidimos pela ANULAÇÃO da QUESTÃO 35.

Questão 36 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 36 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 48. “entendeu que não há qualquer erro material encontrado na questão, o que não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que, utilidade corresponde ao proveito do demandante e portanto enquadra-se como análise do interesse de agir”. Mantemos a alternativa “B” como a CORRETA.

Questão 38 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 38 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 38. “entendeu que não há qualquer erro material encontrado na prova e, portanto, não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que o princípio da vedação da reformatio in pejus pode-se observar em próprio dispositivo do CPC (art. 515 § 3º)”. Mantemos a alternativa “B” como a CORRETA.

Questão 39 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 39 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 39. “entendeu que não há qualquer erro material encontrado na questão, o que não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item e como bem citado pelo candidato, o art. 566, I do CPC traz a possibilidade do polo passivo iniciar a execução, ainda vale lembrar que a legitimidade ativa na execução, pode ser ordinária ou extraordinária, originária ou sucessiva”. Mantemos a alternativa “C” como a CORRETA.

Questão 40 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 40 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 40. “entendeu que não há qualquer erro material encontrado na

questão, o que não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que, o termo 'banco oficial' também faz parte da interpretação da prova e não há obrigatoriedade em a alternativa apresentar os exatos termos expostos na lei". Mantemos a alternativa "C" como a CORRETA.

Questão 44 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

DEFERIDO, questão 44 anulada.

A Banca examinadora reconhece o vício demonstrado na questão 44. "entendeu que a afirmativa II está incorreta ao demonstrar que o crime descrito na questão existe nos tipos próprios e de latrocínio, e quando na verdade, seria próprio e impróprio, assim acarretando prejuízo à compreensão e a determinação do correto gabarito do item". Pelos motivos expostos, decidimos pela ANULAÇÃO da QUESTÃO 44.

Questão 45 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 45 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 45. "entendeu que não há qualquer erro material encontrado na prova e, portanto, não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que a alternativa a) não traz a modalidade de peculato culposo". Mantemos a alternativa "D" como a CORRETA.

Questão 46 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 46 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 46. "entendeu que não há qualquer erro material encontrado na prova e, portanto, não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que, a alternativa bem demonstra o erro, ou seja, que para configurar falsidade depende de relevância jurídica". Mantemos a alternativa "D" como a CORRETA.

Questão 47 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 47 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 47. "entendeu que não viola o princípio da isonomia dos candidatos, apenas por existir semelhança de questões em concurso já anteriormente aplicado. Ainda, visto que, a questão não é idêntica e que a prova com questão semelhante foi aplicada há OITO anos atrás, não há que se falar em violação da isonomia para os candidatos, até por que, logicamente que por mais que o Direito possui vasto campo de conteúdos, regularmente haverá alguma semelhança em questões cobradas quando tratarem do mesmo assunto ou mesma matéria.". Mantemos a questão e a alternativa "B" como a CORRETA.

Questão 48 – Conhecimentos Específicos – Coordenador Jurídico

INDEFERIDO, questão 48 mantida.

A Banca examinadora não reconhece o vício demonstrado na questão 48. "entendeu que não há qualquer erro material encontrado na prova e, portanto, não acarretou prejuízo à compreensão e à determinação do correto gabarito do item, uma vez que, não se aplica imunidade recíproca ao ente público que é simples adquirente de produto, serviço ou operação onerosa realizada com intuito lucrativos (STF AgR-AI 518325)". Mantemos a alternativa "A" como a CORRETA.

Questão 19 – Conhecimentos Específicos – Motorista

Após análise foi constatado que a questão apresentava cinco afirmativas para análise e nas alternativas para resposta foram apresentadas seis. Sendo assim, a solicitação foi Deferida.

Questão 40 – Conhecimentos Específicos – Professor de Geografia

Duas alternativas contemplam o que pede o enunciado, alternativas "a" e "b", por isso a questão será anulada.

Questão 23 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

A questão não possui nenhuma alternativa correta a ser assinalada.

Questão 24 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

A questão não fornece informações suficientes para a sua resolução.

Questão 25 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

Houve um erro de autocorreção no arquivo do word, onde que na palavra dodecagono foi acrescentado automaticamente um espaço indevido, tornando a palavra dodecagono em "do decágono", isto tornou a questão sem opção a ser assinalada.

Questão 31 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

Ao calcularmos o ponto médio entre os pontos A e B obtemos o ponto médio M , a mediana compreende a distância entre o ponto M e o ponto C, logo teremos .

Questão 32 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

O raio da base menor pode ser obtido através do teorema de tales ($12/9 = 8/r$) , sendo assim o raio da base menor é 6cm.

O volume do cone antes do corte é obtido por $V = 1/3(\pi r^2 H)$ o que nos dá um volume de 324π cm³. Ao utilizarmos a fórmula mencionada anteriormente chegamos a um volume para o cone menor de 96π cm³. Para alcançarmos o volume do tronco do cone basta subtrairmos o volume dos dois cones, assim, o volume do cone é 228π cm³.

Questão 33 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

A questão pede as afirmações INCORRETAS, logo as únicas afirmações incorretas são I e III.

Questão 39 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática

A questão não possui nenhuma alternativa correta a ser assinalada.

Questão 42 – Conhecimentos Específicos – Professor de Matemática
A questão não possui nenhuma alternativa correta a ser assinalada.

Questão 22 – Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo
A questão deve ser cancelada, pois na alternativa C, faltou a palavra "apenas" impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem e clareza. Da maneira como está disposta a alternativa B e C estão corretas.

Questão 26 – Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo
A questão deve ser cancelada, pois não a alternativa correta. A sequência correta seria F-V-V-V, baseado no Manual Oficial de Redação:

16. Decreto

16.1. Definição
Decretos são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expreso ou implícito, na lei. . Esta é a definição clássica, a qual, no entanto, é inaplicável aos decretos autônomos, tratados adiante.

16.2. Decretos Singulares
Os decretos podem conter regras singulares ou concretas (v. g., decretos de nomeação, de aposentadoria, de abertura de crédito, de desapropriação, de cessão de uso de imóvel, de indulto de perda de nacionalidade, etc.).

16.3. Decretos Regulamentares
Os decretos regulamentares são atos normativos subordinados ou secundários.
A diferença entre a lei e o regulamento, no Direito brasileiro, não se limita à origem ou à supremacia daquela sobre este. A distinção substancial reside no fato de que a lei inova originariamente o ordenamento jurídico, enquanto o regulamento não o altera, mas fixa, tão-somente, as "regras orgânicas e processuais destinadas a pôr em execução os princípios institucionais estabelecidos por lei, ou para desenvolver os preceitos constantes da lei, expressos ou implícitos, dentro da órbita por ela circunscrita, isto é, as diretrizes, em pormenor, por ela determinadas".
Não se pode negar que, como observa Celso Antônio Bandeira de Mello, a generalidade e o caráter abstrato da lei permitem particularizações gradativas quando não têm como fim a especificidade de situações insuscetíveis de redução a um padrão qualquer. Disso resulta, não raras vezes, margem de discricionariedade administrativa a ser exercida na aplicação da lei.
Não se há de confundir, porém, a discricionariedade administrativa, atinente ao exercício do poder regulamentar, com delegação disfarçada de poder. Na discricionariedade, a lei estabelece previamente o direito ou dever, a obrigação ou a restrição, fixando os requisitos de seu surgimento e os elementos de identificação dos destinatários. Na delegação, ao revés, não se identificam, na norma regulamentada, o direito, a obrigação ou a limitação. Estes são estabelecidos apenas no regulamento.

16.4. Decretos Autônomos
Com a Emenda Constitucional no 32, de 11 de setembro de 2001, introduziu-se no ordenamento pátrio ato normativo conhecido doutrinariamente como decreto autônomo, i. é., decreto que decorre diretamente da Constituição, possuindo efeitos análogos ao de uma lei ordinária. Tal espécie normativa, contudo, limita-se às hipóteses de organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, e de extinção de funções ou cargos públicos, quando vago (art. 84, VI, da Constituição).

Questão 46 – Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo
QUESTÃO 46 -O gabarito deverá ser alterado para alternativa A, pois a sequência correta é V-V-F-V. Baseado no: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período; (CONFORME item são 2 anos e não 3 anos)

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

Questão 49 – Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo
O Gabarito deve ser alterado para opção A, baseado no:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (pois a opção C afirma que não é necessário ser mantido pelo poder público, mas é necessário ser mantida pelo poder público).

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
27 de janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

JULGAMENTO QUESTOES SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E GABARITO

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o Julgamento dos Recursos Contra Questões e Gabarito do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

Conforme Item 8.4 do edital somente foram aceitos recursos com argumentação lógica e consistente e com apresentação de bibliografia.

Prova/Conteúdo	Questão	Despacho	Decisão
Conhecimentos Específicos – Agente Comunitário de Saúde	17	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Agente Comunitário de Saúde	19	Deferido	Alterar Gabarito para alternativa "D"
Conhecimentos Específicos – Enfermeiro do SAMU	28	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Ciências	48	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Língua Inglesa	26	Deferido	Anular a Questão
Conhecimentos Específicos – Professor de Língua Inglesa	41	Indeferido	Manter a Questão e o Gabarito
Conhecimentos Específicos – Professor de Turismologia	32	Deferido	Anular a Questão

JUSTIFICATIVAS:

Questão 17 – Conhecimentos Específicos – Agente Comunitário de Saúde

Recurso Indeferido: Ainda que a sustentabilidade esteja em evidência nos últimos tempos, ainda é incomum percebê-la em ações efetivas no cotidiano. Sabe aquela história de que as pequenas atitudes são capazes de promover mudanças significativas? Pois bem, é tempo de converter esse pensamento em ações. Um clássico exemplo é o velho hábito de queimar lixo a céu aberto.

Originado da ausência de conhecimento sobre os efeitos das emissões de poluentes para atmosfera e pela falta de alternativas disponíveis para a coleta, tratamento e destinação, a queima de lixo era uma forma muito comum – e as vezes a única de dar fim nos resíduos. Porém, ainda hoje, esse intuito de se livrar dos resíduos o quanto antes faz com que as pessoas simplesmente toquem fogo nos resíduos.

As cinzas rapidamente tomam o lugar do que antes era "lixo", porém, mais que isso, mau cheiro, poluição, além do desperdício de matérias que poderiam ser decompostas ou recicladas. Se houverem componentes plásticos, o prejuízo é ainda maior, pois a fumaça se torna extremamente tóxica.

A queima de certos plásticos, como PVC, libera os tão temidos furanos e dioxinas, composições gasosas cancerígenas. Isso sem citar dióxido de carbono (CO²), que ocupa o papel central como causador do efeito estufa e as mudanças climáticas decorrentes da sua alta concentração na atmosfera.

Então, por que esse tipo de atitude ainda é tão comum? Parece que, quanto mais adotada uma prática, qualquer que seja, mais enraizada na cultura ela se torna, caracterizando o que se conhece por hábito. Queimar lixo era tão corriqueiro quanto varrer a calçada, vista, simplesmente, como mais uma das tarefas domésticas.

Então, como impedir a perpetuação desse hábito? A resposta, como sempre, está relacionada à conscientização, à educação que estimula a adoção de novos padrões de consumo e estilos de vida. Mas, um argumento contrário à queima de lixo que pode pesar bastante é a gravidade que tal conduta passou a ter no sistema penal. Sim, conforme a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/1998), queimar lixo constitui crime.

A Lei define que toda poluição gerada em níveis que provoquem (ou possam provocar) danos à saúde humana, a mortandade de animais ou a destruição da flora implica em reclusão de um a quatro anos, além de multa. O lançamento de resíduos sólidos, líquidos, gasosos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências legais pode resultar em reclusão de até cinco anos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) enfatizou a proibição da queima a céu aberto de resíduos sólidos ou de forma não licenciada. A correta destinação para os resíduos sólidos, também estabelecida por lei, é muito clara: orgânicos devem ser encaminhados à compostagem, rejeitos aos aterros licenciados, recicláveis à indústria de transformação e resíduos perigosos aos aterros industriais ou devolvidos ao fabricante. Nos casos em que a queima é necessária, existem meios como os incineradores, que consideram a temperatura ideal e a utilização de filtros no tratamento da emissão atmosférica liberada da combustão do resíduo.

Argumentos não faltam. Basta bom senso aos hábitos do cotidiano, repensando a maneira de tratar o meio ambiente.

Fonte: < <http://www.masterambiental.com.br/artigos/o-velho-habito-de-queimar-lixo> >

Questão 19 – Conhecimentos Específicos – Agente Comunitário de Saúde

Recurso Deferido: A integralidade deve assumir ações de saúde:

[...] combinadas e voltadas, ao mesmo tempo para prevenção e a cura. Os serviços devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser integral, submetido às mais diferentes situações de vida e de trabalho, que o levam a adoecer e a morrer. O indivíduo deve ser entendido como um ser social, cidadão que biológica psicológica e socialmente está sujeito a riscos de vida. Dessa forma, o atendimento deve ser feito para a sua saúde e não somente para as suas doenças. Isso exige que o atendimento seja feito também para erradicar as causas e diminuir os riscos, além de tratar de danos. Ou seja, é preciso garantir o acesso à ações de:

Promoção (que envolve ações também em outras áreas, como habitação, meio ambiente, educação, etc.).

Proteção (saneamento básico, imunizações, ações coletivas e preventivas, vigilância à saúde e sanitária etc.).

Recuperação (atendimento médico, tratamento e reabilitação para os doentes).

Essas ações de promoção, proteção e recuperação devem formar um todo indivisível. As unidades prestadoras de serviço, com seus diferentes graus de complexidade, devem formar também um todo indivisível, configurando-se, assim, um sistema capaz de prestar assistência integral. (ALMEIDA, et al, 2001, p.35-36).

Questão 28 – Conhecimentos Específicos – Enfermeiro do SAMU

A questão solicita a resposta correta de acordo com o parecer nº 004/CT/2015 do COREN-SC. Conforme a conclusão do parecer, citado abaixo, é competência do enfermeiro a realização do toque vaginal. Ademais o enunciado da questão fazia menção ao enfermeiro obstetra. "III – Da Conclusão

O COREN-SC reconhece que, de acordo com a legislação citada, o Enfermeiro é um profissional habilitado a realizar consultas de pré-natal de risco habitual, acompanhar o trabalho de parto, a realizar parto normal sem distócia e consultas puerperais. Assim como os portadores de diploma ou certificado de Obstetriz, Enfermeiro Obstetra, Especialistas em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher. Faz parte das atribuições do Enfermeiro, como integrante da equipe de saúde, o acompanhamento do trabalho de parto de risco habitual e a execução de procedimentos pertinentes a esse processo. Não compete ao Técnico e/ou ao Auxiliar de Enfermagem a realização de tais procedimentos, como a realização de dinâmica uterina, ausculta dos batimentos cardíacos e toque vaginal. "

Ref: <http://www.corensc.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-004-2015.pdf>

Questão 48 – Conhecimentos Específicos – Professor de Ciências

A questão 48 deve ser anulada, pois ela apresenta duas alternativas corretas. As estruturas (rizoides, cauloides e filoides) que formam o corpo das briófitas possuem a mesma função das raízes, caules e folhas das pteridófitas, que é o transporte de seiva. A diferença dessas partes que compõem esses vegetais está na estrutura e não na função.

Questão 26 – Conhecimentos Específicos – Professor de Língua Inglesa

A frase no enunciado está incompleta e sem sentido.

Questão 41 – Conhecimentos Específicos – Professor de Língua Inglesa

Candidato solicita alteração de gabarito para alternativa "D", porém no gabarito publicado já consta a alternativa solicitada.

Questão 32 – Conhecimentos Específicos – Professor de Turismologia

Não há resposta correta a ser assinalada que deveria ser I e III.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
27 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CONCURSO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

PUBLICAÇÃO DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO as Notas e a Classificação Provisória do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO											
Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
103	MARCELO RODRIGUES ZAPELINI	3,00	3,80	0,00	6,80			6,80	APROVADO(A)	1º	01/08/1983
303	MATEUS ALVES MACEDO	2,20	3,60	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	2º	02/08/1997
300	ELIELI PRISCILA DA SILVA	1,80	3,60	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	3º	31/01/1992
299	FERNANDA ABADIA FRANÇA MARTINS	1,60	3,60	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	4º	15/05/1984
197	NATHIELLE WALDRIGUES BRANCO	2,20	3,00	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	5º	08/01/1992
35	JAISON COMIN LIMA	1,60	3,40	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	6º	30/07/1997
104	VANUSA MICHELI FERREIRA	1,80	3,20	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	7º	05/08/1985
105	GUSTAVO PEREIRA ANDRADE	1,40	3,40	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	15/12/1994
51	BEATRIZ NUNES	2,80	2,00	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	23/05/1984
54	KALINE GOSS DE MELO	2,00	2,60	0,00	4,60			4,60	REPROVADO(A)	--	30/09/1988
92	GRASIELA MENDONÇA GOULART	1,00	3,20	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	14/09/1976

106	JOELMA DOM DE JESUS	1,40	2,80	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	18/04/1986
81	RICARDO PEREIRA OLIVEIRA	1,80	2,40	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	08/10/1993
309	JANAINA UIARA DE ANDRADE	1,20	2,60	0,00	3,80			3,80	REPROVADO(A)	--	14/08/1985
83	REGIANE OLIVEIRA ZEFERINO	1,00	2,60	0,00	3,60			3,60	REPROVADO(A)	--	02/02/1996
302	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA	1,20	2,20	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	18/11/1965
72	JUCEMAR DE OLIVEIRA	0,80	2,40	0,00	3,20			3,20	REPROVADO(A)	--	11/08/1970
219	DANIELA DE SENA AMARAL	1,00	2,20	0,00	3,20			3,20	REPROVADO(A)	--	10/07/1986
112	TAIANE GARCIA DOS SANTOS	2,00	1,20	0,00	3,20			3,20	REPROVADO(A)	--	25/01/1994
294	MARIA EDUARDA SILVA	0,80	2,20	0,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	27/03/1997
239	ANA LUCIA DA SILVA RIBEIRO	1,00	2,00	0,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	03/06/1984
262	YASMIN FELISBINA SANTOS	1,00	2,00	0,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	14/02/1995
38	HILDA MARA NUNES	1,20	1,80	0,00	3,00			3,00	REPROVADO(A)	--	31/10/1965
123	EDUARDO FELIPE	0,80	1,80	0,00	2,60			2,60	REPROVADO(A)	--	29/11/1995
169	IZABEL SANTOS DE SOUZA	0,60	1,80	0,00	2,40			2,40	REPROVADO(A)	--	13/02/1989
238	CASSIA MAGALY REIS CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	22/09/1968
241	CASSIO BRENO REIS CARVALHO VIEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	07/02/1995

CONTADOR

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títu- los	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
269	DAIANE RAUPP MARTINS	2,80	4,60	0,00	7,40		2,00	6,32	APROVADO(A)	1º	26/05/1987
5	LARA APARECIDA SCHMIDT	2,00	4,40	0,00	6,40		2,00	5,52	APROVADO(A)	2º	12/10/1985
252	JOSÉ NOCY PEREIRA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	3º	04/09/1958
79	HEILDSON DE OLIVEIRA	1,60	3,60	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	4º	20/08/1985
242	MATHEUS CAMARGO BRANCO	1,40	3,40	0,00	4,80		0,00	3,84	AUSENTE	--	18/03/1993

COORDENADOR JURÍDICO

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títu- los	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
297	LUCAS TADEU CHIARELLI	3,40	4,80	0,00	8,20		2,00	6,96	APROVADO(A)	1º	15/10/1992
173	DINO DORFANI	3,00	4,40	0,00	7,40		5,00	6,92	APROVADO(A)	2º	26/01/1979
20	ALEX DA SILVA ANHAIA	2,40	4,80	0,00	7,20		5,00	6,76	APROVADO(A)	3º	17/10/1987
320	LUANA BOEIRA PEREIRA	2,60	5,00	0,00	7,60		2,00	6,48	APROVADO(A)	4º	16/12/1992
221	KERLEN PITZ GODINHO DE LIMA COSTA	3,20	4,40	0,00	7,60		2,00	6,48	APROVADO(A)	5º	03/01/1982
266	EVERTON ANNITO BUNN	2,40	4,20	0,00	6,60		5,00	6,28	APROVADO(A)	6º	21/09/1972
23	WAGNER CARBONI DA SILVA	2,60	4,60	0,00	7,20		2,00	6,16	APROVADO(A)	7º	02/11/1988
213	ANDERSON ELI RODRIGUES	3,00	4,60	0,00	7,60		0,00	6,08	APROVADO(A)	8º	19/08/1985
152	DONATO PADILHA NETO	2,40	4,40	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	9º	26/06/1981
235	ALCERI CHIODELI JUNIOR	2,80	4,00	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	10º	07/06/1988
306	FERNANDA GABRIELA VIEIRA	2,80	4,40	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	11º	05/09/1985
292	LUANA FUCKS SASSO	3,00	4,20	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	12º	02/08/1992
268	EVANDRO LUIZ SCHONINGER	2,40	3,20	0,00	5,60		5,00	5,48	APROVADO(A)	13º	27/02/1978
178	LEONARDO HERING PEDROSO	2,40	4,40	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	14º	06/04/1992
17	PAULO VICTOR KOZIURA ROMERO MAGRI	3,00	3,80	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	15º	12/06/1976
314	RENAN AMARANTE DA SILVA SOUZA	3,20	3,60	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	16º	28/06/1991
37	LILIAN BIOLO NUNES	2,20	4,40	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	17º	04/04/1990
12	CRISTIANE NUNES NESI	2,60	4,00	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	18º	13/02/1981

102	LUIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR	2,80	3,80	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	19º	06/11/1975
86	ANDERSON DORVAL COSTA	2,60	3,80	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	20º	09/12/1989
21	UESLEI JOSÉ MACHADO	3,00	3,20	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	21º	19/03/1985
336	MARCELLO LOPES DE SOUZA	2,20	3,40	0,00	5,60		2,00	4,88	APROVADO(A)	22º	26/01/1981
67	RODRIGO RIBEIRO MELO	2,00	4,00	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	23º	11/07/1978
270	RICARDO TADEU DE MORAES	1,40	3,80	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	24º	16/08/1980
95	LUCAS DA SILVA	2,00	3,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	25º	22/10/1989
273	HORTENCIA DE LURDES PADILHA	1,60	2,80	0,00	4,40		0,00	3,52	REPROVADO(A)	--	25/06/1976
324	DANIELA GOULART MATOS	1,20	2,40	0,00	3,60		0,00	2,88	REPROVADO(A)	--	12/06/1989
257	PATRICIA MARTINS PROENÇA BORGES	1,00	2,20	0,00	3,20		0,00	2,56	REPROVADO(A)	--	17/04/1970
206	SILVANO CARDOSO ANTUNES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	22/07/1969
263	ANDERSON DENIS PERIN	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	01/03/1985
33	CRISTIANO COSTA DA ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	05/01/1989
291	FERNANDO RABE CAON	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	10/10/1990

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
202	BOLIVAR SOARES	2,60	4,40	0,00	7,00		8,00	7,20	APROVADO(A)	1º	24/03/1973
8	HILDA CORDOVA MEDEIROS	2,40	4,40	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	2º	11/01/1987
193	RICARDO FERREIRA DA SILVA	3,00	4,20	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	3º	19/10/1977
100	LUIZI MACEDO SILVA	2,00	4,40	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	4º	22/06/1990
32	NICOLLE VIEIRA MADUREIRA	1,80	3,60	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	5º	18/10/1990
53	FRANCIELI CANTON	1,80	3,80	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	6º	01/06/1992
31	CORA MARIA PAES ALMEIDA	2,00	3,40	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	7º	24/11/1987
237	FERNANDO AGUSTO RIBEIRO	1,20	3,80	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	8º	21/08/1989
312	SHANA FORGERINE ZANETTE	1,60	3,00	0,00	4,60		0,00	3,68	REPROVADO(A)	--	14/08/1988
34	JESSICA NUNES VIEIRA	1,80	2,80	0,00	4,60		0,00	3,68	REPROVADO(A)	--	10/01/1992
267	FABIOLA ROSSI CAMPOS BUNN	1,40	2,80	0,00	4,20		0,00	3,36	REPROVADO(A)	--	23/05/1974
211	TOBIAS MEDEIROS SOUZA	1,60	2,20	0,00	3,80		0,00	3,04	REPROVADO(A)	--	20/11/1986
140	ELISANDRA PADILHA MESQUITA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	17/03/1983
308	FERNANDA GRAZZIOTIN OSSANI	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	27/02/1987

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
177	EDVALDO ALVES DE FREITAS	2,00	2,50	5,00	9,50	9,50		9,50	APROVADO(A)	1º	09/02/1974
201	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA	1,50	2,50	4,00	8,00	10,00		8,80	APROVADO(A)	2º	26/08/1994
283	BRUNO QUIRINO PADILHA	1,50	2,00	4,00	7,50	9,50		8,30	APROVADO(A)	3º	13/09/1990
99	ANDERSON NIADA PADILHA	2,50	1,00	4,00	7,50	9,00		8,10	APROVADO(A)	4º	17/05/1982
258	CRISTIANO CASSÃO NORONHA	2,50	1,00	3,50	7,00	9,00		7,80	APROVADO(A)	5º	01/08/1989
234	JOSE CARLOS ANTUNES	0,50	2,00	4,00	6,50	9,50		7,70	APROVADO(A)	6º	17/07/1957
127	CLEBER ANTONIO DA ROSA	2,50	1,50	2,50	6,50	9,50		7,70	APROVADO(A)	7º	17/10/1975
246	CLAUDINEI FERNANDES	1,50	1,50	3,50	6,50	9,00		7,50	APROVADO(A)	8º	11/07/1979
131	PAULO SERGIO BONFIM	1,50	1,00	3,50	6,00	9,50		7,40	APROVADO(A)	9º	07/07/1979
217	BRUNO BORGES SANTOS	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00		7,10	APROVADO(A)	10º	21/12/1991
280	JONILSON BORGES DE JESUS	2,00	1,00	3,00	6,00	8,25		6,90	APROVADO(A)	11º	03/01/1991
166	ROBERTO CAVANHOLI	1,50	2,00	1,50	5,00	9,00		6,60	APROVADO(A)	12º	01/04/1988

143	OLAVO PEREIRA DA SILVA	1,50	1,00	2,50	5,00	8,00		6,20	APROVADO(A)	13º	12/09/1960
285	EDINEI DE LIMA KUSTER	1,50	1,00	2,50	5,00	7,50		6,00	APROVADO(A)	14º	10/10/1991
316	VILIAN BORGES COSTA	1,00	1,50	2,00	4,50	10,00		6,70	REPROVADO(A)	--	06/11/1991
64	ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA	1,50	1,00	1,50	4,00	10,00		6,40	REPROVADO(A)	--	29/06/1986
304	MARCOS ANTONIO DA SILVA	1,00	1,50	2,00	4,50	8,25		6,00	REPROVADO(A)	--	23/02/1977
142	ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO	2,00	1,00	1,50	4,50	8,25		6,00	REPROVADO(A)	--	26/03/1980
228	JOACIR ARTISMO DE SOUZA	1,00	2,00	1,00	4,00	8,00		5,60	REPROVADO(A)	--	04/05/1968
198	JOSE NAZARENO LEMOS OLIVEIRA	1,50	0,50	1,50	3,50	8,50		5,50	REPROVADO(A)	--	09/03/1985
145	VAGNER BORGES COSTA	0,50	1,00	1,50	3,00	9,00		5,40	REPROVADO(A)	--	15/07/1988
63	CARLOS ROBERTO DA SILVA	0,50	1,00	1,50	3,00	8,50		5,20	REPROVADO(A)	--	15/01/1958
200	AGNALDO LUIZ DE OLIVEIRA	0,50	0,50	2,00	3,00	7,50		4,80	REPROVADO(A)	--	21/01/1972
159	MILTON CLAUDIR MACIEL VIEIRA	0,00	1,00	1,00	2,00	8,50		4,60	REPROVADO(A)	--	22/11/1964
233	RENI DA SILVA ROSA	1,00	0,50	1,50	3,00	6,50		4,40	REPROVADO(A)	--	29/08/1971
319	JULIANO HASCKEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	09/06/1973
248	FABIANO BORGES DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	05/10/1978
289	MARCELO IUNG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	28/07/1982

OPERADOR DE MÁQUINAS

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
82	HELISON PEREIRA GUIMARAES	1,50	1,00	3,00	5,50	10,00		7,30	APROVADO(A)	1º	13/01/1990
161	EVERTON OLIVEIRA PEREIRA	1,00	2,00	4,00	7,00	6,25		6,70	APROVADO(A)	2º	20/02/1989
281	MARCELO DOS SANTOS GUEDES	1,50	1,00	2,50	5,00	8,00		6,20	APROVADO(A)	3º	08/04/1988
25	JULIANO ANTUNES RICARDO	1,50	1,00	2,50	5,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	4º	18/06/1978
141	GIOVANE DONIZETE DE MACEDO RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	3,75		1,50	REPROVADO(A)	--	26/11/1972

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
116	DEYSE MERY COSTA DA SILVA	2,20	4,00	0,00	6,20		5,00	5,96	APROVADO(A)	1º	26/05/1970
196	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO	2,80	2,80	0,00	5,60		5,00	5,48	APROVADO(A)	2º	03/11/1968
176	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES	1,60	4,60	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	3º	05/11/1982
223	JANETE BARBOSA DE SOUZA	1,80	3,60	0,00	5,40		5,00	5,32	APROVADO(A)	4º	05/01/1977
157	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA	1,60	3,60	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	5º	03/01/1965
287	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA	2,00	3,20	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	6º	04/05/1978
194	MARIA REJANE FELTRIN MARCA	2,20	3,00	0,00	5,20		5,00	5,16	APROVADO(A)	7º	19/09/1971
240	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS	1,80	3,20	0,00	5,00		5,00	5,00	APROVADO(A)	8º	13/02/1963
168	MARLISE PADILHA NESI	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	9º	18/01/1993
118	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA	1,40	3,40	0,00	4,80		5,00	4,84	REPROVADO(A)	--	24/11/1978
9	GRAZIELI MAURICIO	1,60	3,20	0,00	4,80		5,00	4,84	REPROVADO(A)	--	30/07/1980
77	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	1,80	3,00	0,00	4,80		5,00	4,84	REPROVADO(A)	--	11/04/1986
226	MARLI PEREIRA CARDOSO	0,60	3,80	0,00	4,40		5,00	4,52	REPROVADO(A)	--	04/11/1970
210	FABIANA MOREIRA HENRIQUE	1,40	3,00	0,00	4,40		5,00	4,52	REPROVADO(A)	--	17/08/1982
61	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO	0,80	3,20	0,00	4,00		5,00	4,20	REPROVADO(A)	--	24/09/1979
214	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL	1,80	2,80	0,00	4,60		2,00	4,08	REPROVADO(A)	--	15/11/1992

163	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO	0,40	3,40	0,00	3,80		5,00	4,04	REPROVADO(A)	--	05/12/1961
75	DEIZIANE PADILHA	0,80	3,00	0,00	3,80		5,00	4,04	REPROVADO(A)	--	19/04/1989
181	MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS	1,40	2,40	0,00	3,80		5,00	4,04	REPROVADO(A)	--	30/05/1961
229	VANEZA GODINHO	1,00	3,40	0,00	4,40		2,00	3,92	REPROVADO(A)	--	17/12/1985
318	PAULA MARTORANO NUNES	1,20	3,40	0,00	4,60		0,00	3,68	REPROVADO(A)	--	24/10/1988
80	MARCILÉIA APARECIDA ANDRADE	1,60	3,00	0,00	4,60		0,00	3,68	REPROVADO(A)	--	16/09/1980
148	NEOMAR NESI DE MATOS	1,00	3,00	0,00	4,00		2,00	3,60	REPROVADO(A)	--	28/05/1973
288	MARÍLIA BORGES FERNANDES	1,00	3,00	0,00	4,00		2,00	3,60	REPROVADO(A)	--	03/01/1993
205	DIRCÉIA DE OLIVEIRA SOUZA	0,80	2,40	0,00	3,20		5,00	3,56	REPROVADO(A)	--	01/01/1981
137	NEURA MARA DOS SANTOS	0,80	2,20	0,00	3,00		5,00	3,40	REPROVADO(A)	--	12/05/1974
184	EDMARA MARTINS	1,00	3,00	0,00	4,00		0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	28/11/1987
256	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL	1,60	2,40	0,00	4,00		0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	02/08/1966
76	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING	0,60	2,60	0,00	3,20		2,00	2,96	REPROVADO(A)	--	20/10/1982
124	RITA DE CASSIA RODRIGUES BORGES	1,20	2,00	0,00	3,20		2,00	2,96	REPROVADO(A)	--	01/08/1997
189	NEURA CANDIDA DE LIMA	1,40	1,80	0,00	3,20		0,00	2,56	REPROVADO(A)	--	15/12/1961
78	JUCELIA LEONOR RODRIGUES	1,20	1,80	0,00	3,00		0,00	2,40	REPROVADO(A)	--	09/11/1965
164	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS	0,80	2,00	0,00	2,80		0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	13/04/1982
160	FABIANA DOMINGOS DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00		5,00	1,00	AUSENTE	--	19/01/1981
113	DAIANE APARECIDA VITORINO	0,00	0,00	0,00	0,00		5,00	1,00	AUSENTE	--	08/10/1986

PROFESSOR DE ARTES 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
212	ELIANE OLIVEIRA NUNES	2,20	3,60	0,00	5,80		5,00	5,64	APROVADO(A)	1º	13/09/1982
162	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES	2,00	4,40	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	2º	23/12/1978
39	LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA	1,80	3,60	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	3º	31/08/1969
117	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES	1,40	3,80	0,00	5,20		2,00	4,56	APROVADO(A)	4º	14/05/1982
250	ERICA DE SOUZA AMARAL	1,60	3,20	0,00	4,80		2,00	4,24	REPROVADO(A)	--	18/09/1983
330	ANDREIA RAMOS FLORES	1,60	2,40	0,00	4,00		5,00	4,20	REPROVADO(A)	--	11/10/1969
224	ROSEMERY DA SILVA MELO	1,00	2,80	0,00	3,80		2,00	3,44	REPROVADO(A)	--	08/09/1981
216	SABRINA ARCARO MATOS	1,00	3,00	0,00	4,00		0,00	3,20	REPROVADO(A)	--	31/05/1984

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
230	CHAYANE CRISTINA DE SOUZA	2,00	4,20	0,00	6,20		8,00	6,56	APROVADO(A)	1º	23/11/1990
121	DAIANE MARTINS DE SOUZA	1,60	3,40	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	2º	04/11/1988
305	DENISE NUNES PEREIRA	0,60	3,20	0,00	3,80		5,00	4,04	REPROVADO(A)	--	10/04/1990
59	DANIELA MARTINS DE SOUZA	1,20	3,60	0,00	4,80		0,00	3,84	REPROVADO(A)	--	27/03/1995
185	ADRIANA APARECIDA MACEDO	1,00	1,80	0,00	2,80		5,00	3,24	REPROVADO(A)	--	04/05/1974
218	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA	1,00	2,20	0,00	3,20		2,00	2,96	REPROVADO(A)	--	06/04/1982
195	JOSIELY ZANELLA FERNANDES	0,80	2,20	0,00	3,00		2,00	2,80	REPROVADO(A)	--	12/11/1991
271	KELLY GUIMARÃES DUTRA	0,80	1,80	0,00	2,60		0,00	2,08	REPROVADO(A)	--	24/10/1985

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
175	YASMIN SILVA RODRIGUES	2,80	4,60	0,00	7,40		2,00	6,32	APROVADO(A)	1º	18/11/1992
69	ALINE RODRIGUES	2,60	2,80	0,00	5,40		5,00	5,32	APROVADO(A)	2º	11/09/1986
192	HELOISA VANESSA PALHANO	2,20	3,60	0,00	5,80		2,00	5,04	APROVADO(A)	3º	03/06/1988
119	RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA	1,40	4,00	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	4º	21/10/1992
120	LUCIANA ZANDONADI DA ROSA	1,80	3,00	0,00	4,80		2,00	4,24	REPROVADO(A)	--	12/12/1983
101	ANNELISE SILVA SANTOS	1,40	2,60	0,00	4,00		2,00	3,60	REPROVADO(A)	--	14/10/1991
6	MILLENA MARIA PICCOLIN	1,00	3,20	0,00	4,20		0,00	3,36	REPROVADO(A)	--	07/03/1982

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
58	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA	1,80	3,00	0,00	4,80		5,00	4,84	REPROVADO(A)	--	08/02/1969
46	LUCIA PEREIRA ARAÚJO	1,60	2,80	0,00	4,40		0,00	3,52	REPROVADO(A)	--	10/08/1963
180	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO	0,80	2,20	0,00	3,00		5,00	3,40	REPROVADO(A)	--	05/09/1957
255	GENECI RIBEIRO LIMA	1,20	2,20	0,00	3,40		2,00	3,12	REPROVADO(A)	--	03/02/1979

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	THAIANA ARRUDA CAVALHEIRO	1,80	4,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	1º	26/03/1994
133	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER	1,80	3,20	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	2º	21/06/1993
84	JOÃO LEANDRO SOUZA	1,80	2,60	0,00	4,40		2,00	3,92	REPROVADO(A)	--	26/12/1988
138	CLAUDIONEI GÓSS	1,60	1,60	0,00	3,20		5,00	3,56	REPROVADO(A)	--	26/01/1979

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
136	CLARA APARECIDA FORMIGA	2,20	4,60	0,00	6,80		5,00	6,44	APROVADO(A)	1º	17/01/1985
215	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES	1,80	4,80	0,00	6,60		5,00	6,28	APROVADO(A)	2º	29/11/1987
73	CLAUDIA ELENICE PADILHA	1,00	4,00	0,00	5,00		5,00	5,00	APROVADO(A)	3º	03/09/1983
15	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL	2,00	3,60	0,00	5,60		2,00	4,88	APROVADO(A)	4º	23/10/1985
42	DAYANI APARECIDA CAMARGO NUNES DE SOUZA	1,00	2,60	0,00	3,60		0,00	2,88	REPROVADO(A)	--	10/03/1984
128	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL	1,00	2,00	0,00	3,00		2,00	2,80	REPROVADO(A)	--	28/07/1984
188	JOZIANI DOS SANTOS	1,20	1,40	0,00	2,60		0,00	2,08	REPROVADO(A)	--	13/01/1983

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
153	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT	3,20	4,40	0,00	7,60		0,00	6,08	APROVADO(A)	1º	23/09/1988
274	RITA DE CASSIA DO AMARAL MUNIZ	2,80	3,80	0,00	6,60		2,00	5,68	APROVADO(A)	2º	06/01/1989
111	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN	2,80	3,60	0,00	6,40		2,00	5,52	APROVADO(A)	3º	10/09/1958
165	MAIARA PADILHA NESI	2,00	3,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	4º	18/01/1993

290	THAYSE GREICE DA SILVA	1,60	2,60	0,00	4,20		5,00	4,36	REPROVADO(A)	--	26/04/1985
293	JUNIA AANA AMARAL MUNIZ	1,80	2,60	0,00	4,40		2,00	3,92	REPROVADO(A)	--	22/02/1993
85	JANAINA BORGES HABITZREUTER	1,20	3,20	0,00	4,40		0,00	3,52	REPROVADO(A)	--	08/01/1989
98	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO	1,60	2,20	0,00	3,80		0,00	3,04	REPROVADO(A)	--	06/04/1992

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
261	RAFAELA FERREIRA MATTOS	3,60	5,20	0,00	8,80			8,80	APROVADO(A)	1º	30/04/1997
110	DIOGO XAVIER	2,80	4,80	0,00	7,60			7,60	APROVADO(A)	2º	03/04/1989
126	TATIANA DA SILVA SOUZA	2,40	4,80	0,00	7,20			7,20	APROVADO(A)	3º	01/09/1982
107	HENRIQUE MORITZ NETO	2,40	4,60	0,00	7,00			7,00	APROVADO(A)	4º	13/05/1968
282	JEFFERSON ANTONIO BIOLO MONTEIRO	2,20	4,60	0,00	6,80			6,80	APROVADO(A)	5º	22/08/1979
130	VALÉRIA SILVA RODRIGUES	2,20	4,60	0,00	6,80			6,80	APROVADO(A)	6º	14/11/1995
147	JAISON NUNES PEREIRA	2,60	4,00	0,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	7º	14/04/1981
174	LISIANA APARECIDA BERNARDO	2,60	4,00	0,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	8º	23/12/1982
204	MARISTELA DA SILVA LIMA	2,60	3,60	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	9º	24/01/1985
329	LUCIANO COSTA PADILHA	2,60	3,60	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	10º	20/12/1991
278	DARIO AUGUSTO RODRIGUES DABOIT	2,80	3,40	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	11º	09/12/1976
260	AMANDA BORGES FERNANDES	1,20	4,80	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	12º	03/07/1994
36	DANIELE HUGEN RODRIGUES	2,00	4,00	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	13º	06/05/1989
3	GISELE PAUL	2,40	3,60	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	14º	17/08/1978
167	DAIANI ROSA PADILHA	1,80	4,00	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	15º	04/08/1986
11	JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS	1,80	4,00	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	16º	21/05/1988
190	ELAINE LOPES ARTISMO	1,60	4,00	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	17º	02/12/1984
276	JOÃO PAULO MORAIS ROSA	1,60	4,00	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	18º	02/12/1992
199	CRENDI MELO RIBEIRO	2,00	3,60	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	19º	15/11/1979
244	DIEGO DE MACEDO	2,00	3,60	0,00	5,60			5,60	APROVADO(A)	20º	26/12/1986
249	DENIZE SALIB VIEIRA DA ROSA	1,80	3,60	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	21º	18/06/1963
247	DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA	1,80	3,60	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	22º	08/11/1987
243	JOSE TEODORO DE SENA AMARAL	2,00	3,40	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	23º	18/03/1981
232	IDEVALDO DOS SANTOS	2,20	3,20	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	24º	20/07/1981
144	EMILANE NUNES DA ROSA PEREIRA	2,20	3,20	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	25º	31/05/1990
151	MARIA DO SOCORRO PONTE LINHARES	1,60	3,60	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	26º	14/12/1974
62	ITALIA VLADIS COSTA	1,80	3,40	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	27º	09/10/1980
48	ADRIANA BAESSO	2,00	3,20	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	28º	11/03/1974
150	CLAUDIO PORTO VELHO	2,20	3,00	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	29º	10/07/1979
40	DEISE DA SILVA	2,20	3,00	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	30º	08/03/1989
295	DAIANA SILVA SOUZA	1,40	3,60	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	31º	10/06/1984
24	DARLENE DA SILVA RODRIGUES	1,40	3,60	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	32º	24/09/1984
97	LIAMARA SIMONI DE ALMEIDA FONSECA	1,60	3,40	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	33º	11/08/1973
220	DAYANNE PEREIRA DE OLIVEIRA	2,00	3,00	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	34º	05/10/1982
259	ISRAEL DA SILVA AMARAL	2,00	3,00	0,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	35º	28/04/1984
310	VERA LUCIA PADILHA	1,00	3,80	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	21/05/1969
170	ZILDA TAVARES DE JESUS	1,40	3,40	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	27/03/1971

47	CLEO RODRIGO NEZI	1,60	3,20	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	18/11/1982
158	ANDERSON ARTISMO DUARTE	1,60	3,20	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	01/05/1988
186	ADRIANA SANTOS DE CARVALHO	1,60	3,20	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	06/12/1988
331	KHUERLLEN SIRLENE PEREIRA VELHO	2,00	2,80	0,00	4,80			4,80	REPROVADO(A)	--	11/06/1981
89	CRISLAINE POLLI FARIAS	0,80	3,80	0,00	4,60			4,60	REPROVADO(A)	--	05/01/1993
326	MARIA NAZARÉ PADILHA	1,20	3,40	0,00	4,60			4,60	REPROVADO(A)	--	26/08/1985
187	JAISON DOS SANTOS	2,20	2,40	0,00	4,60			4,60	REPROVADO(A)	--	18/02/1992
296	DONIZETE PEREIRA BORGES	1,60	2,80	0,00	4,40			4,40	REPROVADO(A)	--	02/11/1978
26	FABIANA DE SOUZA HUGEN	1,60	2,80	0,00	4,40			4,40	REPROVADO(A)	--	26/07/1993
279	ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO	1,00	3,20	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	22/02/1976
66	ADRIANO QUIRINO DA SILVA	1,60	2,60	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	19/01/1989
87	PATRÍCIA CAMARGO PALMA	2,00	2,20	0,00	4,20			4,20	REPROVADO(A)	--	07/06/1974
251	LARISSA ALVES MATOS	1,00	3,00	0,00	4,00			4,00	REPROVADO(A)	--	13/11/1986
45	EVELUZE OLIVEIRA DE BRIDA	1,40	2,60	0,00	4,00			4,00	REPROVADO(A)	--	04/06/1990
70	ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL	1,60	2,40	0,00	4,00			4,00	REPROVADO(A)	--	04/06/1969
57	MAURICIO TOMI KOBAYASHI	1,60	2,20	0,00	3,80			3,80	REPROVADO(A)	--	14/07/1977
227	KELEN APARECIDA VARGAS	0,60	3,00	0,00	3,60			3,60	REPROVADO(A)	--	31/12/1986
264	NILSON PEREIRA SCHLISCHTING	1,60	2,00	0,00	3,60			3,60	REPROVADO(A)	--	08/09/1986
207	MARIA ZELIA MARQUES BITTENCOURT	1,00	2,40	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	01/10/1985
337	ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA	1,00	2,40	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	11/09/1987
332	INGRID ROSA LIMA	1,00	2,40	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	24/04/1992
68	DAIANA ALVES	0,60	2,60	0,00	3,20			3,20	REPROVADO(A)	--	06/02/1990
114	ADRIANO RODRIGUES TAVARES	0,00	0,40	0,00	0,40			0,40	REPROVADO(A)	--	03/05/1977

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
14	ERNESTO EDUARDO DE MELO LEMOS	2,80	5,40	0,00	8,20		0,00	6,56	APROVADO(A)	1º	15/12/1992
171	PATRICIA BORGES VELHO	2,20	4,20	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	2º	23/04/1985
149	FABIANO DE OLIVEIRA BARBOSA	1,40	3,60	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	3º	10/03/1994
19	KELVIN JHONATHAN SALESIO	1,40	3,60	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	4º	27/01/1997
132	KARINE JORDÃO	1,20	2,00	0,00	3,20		0,00	2,56	REPROVADO(A)	--	27/03/1997

CB = Conhecimentos Básicos

ESP = Conhecimentos Específicos

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

T.P.O. = Total de Pontos da Prova Objetiva

Class. = Classificação

Fica aberto prazo de recursos contra notas e classificação provisória nos dias 28 e 29 de janeiro de 2016 conforme item 8 do edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,

27 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

PUBLICAÇÃO DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO as Notas e a Classificação Provisória do Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

2º PROFESSOR 20H											
Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
205	VERÔNICA RODRIGUES BORGES	2,00	4,80	0,00	6,80		4,00	6,24	APROVADO(A)	1º	08/01/1980
178	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL	1,60	5,40	0,00	7,00		2,00	6,00	APROVADO(A)	2º	15/11/1992
49	CLAUDIA ELENICE PADILHA	1,80	5,00	0,00	6,80		2,00	5,84	APROVADO(A)	3º	03/09/1983
219	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL	1,80	4,40	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	4º	02/08/1966
110	NEOMAR NESI DE MATOS	1,20	4,20	0,00	5,40		4,00	5,12	APROVADO(A)	5º	28/05/1973
230	NALVA GRAZIELA MATTOS	1,80	4,40	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	6º	28/04/1981
251	FRANCIELLY SOUZA DE ABREU	1,60	4,00	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	7º	04/10/1978
127	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS	1,20	3,80	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	8º	13/04/1982
237	PATRICIA DA SILVA	1,20	4,00	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	9º	17/11/1984
165	MARIA INÊS LUCIANO	2,00	2,60	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	10º	31/03/1958
99	ANDREA ARRUDA CAMARGO	1,40	2,80	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	11º	12/11/1969
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF ESTRELA BRILHANTE											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
25	MAGAIVER MACHADO FERNANDES	1,50	2,50	3,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	27/03/1998
256	KARINE APARECIDA DOS SANTOS	1,00	1,50	2,50	5,00			5,00	APROVADO(A)	2º	11/09/1991
158	MARISTELA FATIMA LOPES ARTISMO	0,50	1,00	3,00	4,50			4,50	APROVADO(A)	3º	16/04/1963
259	DANIELA QUIRINO CAMARGO	0,50	1,00	2,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	4º	23/10/1995
184	ANDREA APARECIDA PADILHA	0,00	0,50	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	5º	24/09/1977
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF FLOR DE LIZ											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
235	MARIA DE JESUS GUIMARÃES DA SILVA	1,00	0,50	3,00	4,50			4,50	APROVADO(A)	1º	25/12/1960
19	ELAINE CRISTINA RODRIGUES	0,50	0,00	2,50	3,00			3,00	APROVADO(A)	2º	04/06/1978
265	GISELI CANDIDO DA SILVA	0,00	0,50	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	3º	21/12/1984
174	DANIELLE OLIVEIRA MIGUEL	0,50	0,00	1,00	1,50			1,50	APROVADO(A)	4º	07/02/1979
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GIRASSOL											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
58	LEOSANE DORIZETE MARCHESINE DE LIMA	2,00	1,00	4,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	26/03/1970
220	FRANCIÉLE MOSSI HUGEN	2,00	1,00	3,50	6,50			6,50	APROVADO(A)	2º	11/01/1995
30	ERETUZA PADILHA ARAÚJO	1,00	1,00	3,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	3º	05/07/1989
81	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA	2,00	1,00	2,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	4º	19/08/1979
54	BRUNA CRISTINA PEREIRA	1,50	0,50	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	5º	30/07/1990
189	KEILA DA SILVA MATOS	1,00	0,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	6º	30/12/1990

83	LUZIANE RIBEIRO SOUZA	0,00	1,00	2,50	3,50			3,50	APROVADO(A)	7º	23/07/1982
140	PAULA BORGES VELHO	0,00	1,00	2,50	3,50			3,50	APROVADO(A)	8º	08/01/1994
104	REGIANE DE FATIMA THOMAZ	0,50	1,00	2,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	9º	03/08/1988
236	MIRELE DA CRUZ ALMEIDA	0,00	1,00	2,00	3,00			3,00	APROVADO(A)	10º	02/03/1986
130	ROZIANE DE SOUZA AZI	1,00	0,00	1,50	2,50			2,50	APROVADO(A)	11º	27/04/1986
228	LUCIANA VIEIRA	0,00	1,00	1,50	2,50			2,50	APROVADO(A)	12º	02/10/1985
262	ARGENTINA DAS GRAÇAS FOGAÇA ALMEIDA	0,00	0,50	0,50	1,00			1,00	APROVADO(A)	13º	02/09/1964

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF NOVOS TEMPOS

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
21	LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA	2,00	2,00	3,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	1º	09/07/1992
160	VIVIANE GUIMARÃES PADILHA	1,00	1,00	4,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	2º	26/09/1992
243	ALINE ROSA CARVALHO	1,00	1,50	3,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	3º	11/08/1997
38	SILVANA SANTOS ROSA	1,00	1,00	3,00	5,00			5,00	APROVADO(A)	4º	28/02/1986
96	JAQUELINA DA ROSA	1,50	0,50	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	5º	06/11/1982
221	DANIELA APARECIDA ALANO	1,00	0,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	6º	19/11/1988
188	TAINA FERNANDES DOS SANTOS	1,00	1,00	2,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	7º	10/08/1998
234	CAMILA EDUARDA FERRASSO	0,50	1,00	1,50	3,00			3,00	APROVADO(A)	8º	13/04/1998

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF RAI DE SOL

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
103	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS	2,50	1,00	3,00	6,50			6,50	APROVADO(A)	1º	15/01/1985
223	VILCILENE MACEDO AMARAL PEREIRA	0,00	1,00	3,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	2º	07/01/1985
145	DAYANE DA SILVA XAVIER	1,00	1,00	2,50	4,50			4,50	APROVADO(A)	3º	28/03/1987
109	FERNANDA ANTUNES	0,00	1,50	2,50	4,00			4,00	APROVADO(A)	4º	14/05/1986
80	SIMONI ALI HUSEIN	0,50	0,00	3,00	3,50			3,50	APROVADO(A)	5º	13/06/1969
246	MAIARA CASSAO SILVA	0,50	0,00	2,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	6º	06/06/1997
175	KARLINE LEITE IZIDORO	1,00	0,50	1,00	2,50			2,50	APROVADO(A)	7º	24/01/1996
172	GLADES APARECIDA MARTINS GOBETTI	0,00	0,50	0,50	1,00			1,00	APROVADO(A)	8º	13/11/1964
207	CRISTIANE DE FATIMA BARBOSA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	APROVADO(A)	9º	30/03/1980
78	CRISTIANA DA SILVA SOUZA OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	APROVADO(A)	10º	07/05/1981

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FAXINEIRA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
14	VANESSA ELISETE ROTTA	0,00	1,50	4,50	6,00	9,75		7,50	APROVADO(A)	1º	19/08/1990
43	SIMONE DE FATIMA ROSA	1,50	0,50	4,00	6,00	9,75		7,50	APROVADO(A)	2º	02/11/1976
245	MARIA COSTA LIMA	1,50	0,00	4,00	5,50	9,75		7,20	APROVADO(A)	3º	13/09/1969
92	ROSA ELIZABETE OLIVEIRA	1,50	0,50	3,00	5,00	10,00		7,00	APROVADO(A)	4º	17/12/1958
225	NAIR MATTOS DE SOUZA	1,00	1,00	4,00	6,00	8,25		6,90	APROVADO(A)	5º	10/05/1959
143	VANUSA APARECIDA PINTO	0,50	0,50	4,00	5,00	9,75		6,90	APROVADO(A)	6º	22/01/1975
77	TATIANA DA SILVA SOUZA	0,00	1,00	4,00	5,00	9,75		6,90	APROVADO(A)	7º	25/09/1982
51	MICHELE CASSÃO MUNIZ	0,00	1,00	4,50	5,50	8,00		6,50	APROVADO(A)	8º	11/03/1987
201	MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL	0,50	0,00	4,00	4,50	9,50		6,50	APROVADO(A)	9º	08/08/1954
97	FABIANE REGINALDA ALVES NUNES	0,50	1,00	4,00	5,50	7,50		6,30	APROVADO(A)	10º	28/09/1979

118	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL	0,50	0,00	4,00	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	11º	20/05/1967
120	ARIADNY DAVOGLIO DE ARAÚJO	0,50	0,50	3,50	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	12º	08/05/1997
42	LIDIANE POLLI	0,00	1,50	3,00	4,50	8,50		6,10	APROVADO(A)	13º	02/02/1976
86	ROSANA NUNES DE JESUS	0,50	0,50	2,50	3,50	8,25		5,40	APROVADO(A)	14º	17/05/1977
125	MARIA DORVALINA TAVARES DE JESUS	0,50	0,00	2,50	3,00	6,00		4,20	APROVADO(A)	15º	28/08/1964
151	JOZE CARLA DE SOUZA	0,50	1,00	0,50	2,00	7,50		4,20	APROVADO(A)	16º	09/02/1988
249	FRANCIANE IUNG ANDRE	0,50	0,50	4,00	5,00	AUSEN-TE		3,00	REPROVA-DO(A)	17º	30/07/1992
193	MARISETE APARECIDA RIBEIRO	0,00	0,00	4,00	4,00	AUSEN-TE		2,40	REPROVA-DO(A)	18º	15/11/1967
26	ARISTEU DA SILVA RAMOS	0,00	0,00	1,50	1,50	3,25		2,20	REPROVA-DO(A)	--	18/09/1945
222	RENILDA BIANQUINI SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	13/11/1952

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDEIRA

Inscri-ção	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTI-CA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
119	ROSA MARIA DAVOGLIO	1,50	1,50	4,00	7,00	9,50		8,00	APROVADO(A)	1º	26/02/1967
116	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO	1,00	1,00	5,00	7,00	8,75		7,70	APROVADO(A)	2º	23/03/1974
17	TATIANE DE FATIMA IENDRAS	1,00	0,50	5,00	6,50	8,25		7,20	APROVADO(A)	3º	01/07/1981
48	JOSIANE LEHMKUHL	1,00	0,50	4,50	6,00	8,75		7,10	APROVADO(A)	4º	12/02/1986
141	VANDERLEIA DE BARROS MELLO	1,50	0,50	4,50	6,50	7,25		6,80	APROVADO(A)	5º	10/02/1983
240	HELENA MARIA RODRIGUES	0,50	0,50	4,50	5,50	8,75		6,80	APROVADO(A)	6º	17/01/1960
39	EDNÉIA NAZARÉ BORGES VELASCO	1,00	0,50	4,00	5,50	8,75		6,80	APROVADO(A)	7º	24/12/1973
146	ELIZA CABRAL GOMES ALVES	0,50	0,00	5,00	5,50	8,50		6,70	APROVADO(A)	8º	28/01/1986
154	IRENE SALETE MACHADO	0,50	0,50	3,00	4,00	8,75		5,90	APROVADO(A)	9º	17/12/1960
124	ELZA DOS SANTOS	1,00	1,00	2,00	4,00	8,75		5,90	APROVADO(A)	10º	20/10/1965
218	JORGE GIOVANE PEREIRA	0,00	0,50	4,00	4,50	7,00		5,50	APROVADO(A)	11º	27/07/1979
45	EMILIA MARCIA RODRIGUES	0,00	0,00	3,00	3,00	8,75		5,30	APROVADO(A)	12º	27/12/1963
226	JOCENARA DE FÁTIMA SILVA FONSE-CA DE OLIVEIRA	1,00	1,00	4,00	6,00	AUSEN-TE		3,60	REPROVA-DO(A)	13º	19/01/1978
94	MARIA HELENA DA SILVA SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	07/01/1965

ENFERMEIRO DE SAMU

Inscri-ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
213	PAULA FERREIRA MATTOS	3,20	5,60	0,00	8,80		1,00	7,24	APROVADO(A)	1º	01/05/1992
22	ROBERTO ELIÉSER SILVÉRIO ZANCHI	2,80	5,60	0,00	8,40		1,00	6,92	APROVADO(A)	2º	16/10/1980
5	MILLENA MARIA PICCOLIN	1,80	5,20	0,00	7,00		5,00	6,60	APROVADO(A)	3º	07/03/1982
257	IVANISE DE OLIVEIRA GOULART	2,60	4,60	0,00	7,20		1,00	5,96	APROVADO(A)	4º	13/12/1989
152	ZILMARA RIBEIRO SOUZA	1,60	5,20	0,00	6,80		2,50	5,94	APROVADO(A)	5º	13/03/1978
263	LETÍCIA ALVES KRIEQUER	2,20	5,00	0,00	7,20		0,00	5,76	APROVADO(A)	6º	27/07/1993
65	FELIPE PACHECO COSTA NUNES	2,60	4,40	0,00	7,00		0,00	5,60	APROVADO(A)	7º	15/12/1981
112	ARIANA OLIVEIRA	1,40	5,40	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	8º	03/06/1987
8	THAISI SOUZA BATISTA	1,60	5,00	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	9º	06/10/1994
70	ALESSANDRA WALTRICK MUNIZ	1,80	4,80	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	10º	25/12/1981
72	MARÍLIA TASCA	1,80	4,40	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	11º	21/07/1986
159	ANDRÉIA DE SOUZA	1,80	4,20	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	12º	02/02/1991
117	THAIS DA SILVA AMARAL	2,00	4,00	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	13º	20/08/1992
261	JOÃO RICARDO PALHANO	1,60	4,00	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	14º	06/04/1980

203	ANTONIO IVANDEL RIBEIRO	1,20	4,00	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	15º	28/09/1980
33	SABRINA CARDOSO LUDVECH	1,00	4,00	0,00	5,00		0,00	4,00	APROVADO(A)	16º	06/10/1993

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
229	BRUNO QUIRINO PADILHA	0,50	2,50	2,50	5,50	9,00		6,90	APROVADO(A)	1º	13/09/1990
167	DOUGLAS RIBEIRO DE SOUZA	0,50	2,00	2,50	5,00	9,50		6,80	APROVADO(A)	2º	26/08/1994
46	ADRIANO QUIRINO DA SILVA	0,50	1,50	2,00	4,00	9,50		6,20	APROVADO(A)	3º	19/01/1989
129	ROBERTO CAVANHOLI	0,50	1,50	0,50	2,50	9,25		5,20	APROVADO(A)	4º	01/04/1988
18	VILSON RIBEIRO DA ROSA	1,00	1,00	0,00	2,00	10,00		5,20	APROVADO(A)	5º	18/08/1978
171	EVALDO DA ROSA GOULART	0,50	0,50	0,50	1,50	9,50		4,70	APROVADO(A)	6º	21/05/1985
68	LUCAS SANTOS ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	15/07/1991
157	JAISON DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	18/02/1992

ORIENTADOR DE TECELAGEM

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
199	ENOEMIA DE LOURDES MEDEIROS	0,60	1,00	0,00	1,60		0,00	1,28	APROVADO(A)	1º	18/08/1959

PROFESSOR ANOS INICIAIS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
11	LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES	2,00	4,60	0,00	6,60		4,00	6,08	APROVADO(A)	1º	14/06/1969
224	ANA MARIA MATOS DO AMARAL	2,00	3,80	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	2º	15/08/1978
50	DEIZIANE PADILHA	1,80	4,20	0,00	6,00		3,00	5,40	APROVADO(A)	3º	19/04/1989
9	LINDOLFO RODRIGUES DOS SANTOS	2,20	3,80	0,00	6,00		2,50	5,30	APROVADO(A)	4º	16/05/1965
164	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO	2,20	3,40	0,00	5,60		4,00	5,28	APROVADO(A)	5º	03/11/1968
190	VANEZA GODINHO	1,80	4,20	0,00	6,00		1,00	5,00	APROVADO(A)	6º	17/12/1985
7	GRAZIELI MAURICIO	1,60	3,80	0,00	5,40		2,50	4,82	APROVADO(A)	7º	30/07/1980
41	ISMENIA DE SOUZA ARRUDA	1,80	3,40	0,00	5,20		3,00	4,76	APROVADO(A)	8º	20/08/1970
183	ANGELINA COSTA LINHARES	1,80	3,20	0,00	5,00		3,00	4,60	APROVADO(A)	9º	27/01/1987
176	ANA PAULA DOS SANTOS	1,60	3,60	0,00	5,20		0,50	4,26	APROVADO(A)	10º	20/05/1989
84	RITA DE CASSIA RODRIGUES BORGES	1,20	3,20	0,00	4,40		3,00	4,12	APROVADO(A)	11º	01/08/1997
134	LUIZA CARDOSO DE OLIVEIRA SOUZA	1,20	2,60	0,00	3,80		2,00	3,44	APROVADO(A)	12º	03/01/1965
194	NERIZE COSTA GUEDES	1,00	3,20	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	13º	23/07/1987
133	SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO	1,40	2,20	0,00	3,60		2,00	3,28	APROVADO(A)	14º	23/02/1963
198	MARIA GORETE GARCIA	1,00	2,40	0,00	3,40		2,50	3,22	APROVADO(A)	15º	24/11/1952
100	NEURA MARA DOS SANTOS	1,60	1,80	0,00	3,40		0,00	2,72	APROVADO(A)	16º	12/05/1974
102	CIRINHA DE OLIVEIRA	0,20	0,00	0,00	0,20		0,00	0,16	APROVADO(A)	17º	11/03/1986

PROFESSOR DE ARTES 10H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
82	LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES	1,20	3,80	0,00	5,00		3,00	4,60	APROVADO(A)	1º	14/05/1982
210	ERICA DE SOUZA AMARAL	2,00	3,00	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	2º	18/09/1983
250	SABRINA ARCARO MATOS	1,80	3,20	0,00	5,00		1,50	4,30	APROVADO(A)	3º	31/05/1984
209	MARCIA RIBEIRO	1,60	2,60	0,00	4,20		3,00	3,96	APROVADO(A)	4º	12/11/1978

153	FRANIELI MACHADO DE SOUZA	1,80	2,60	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	5º	18/08/1989
270	ANDREIA RAMOS FLORES	1,20	2,60	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	11/10/1969

PROFESSOR DE CIÊNCIAS 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
241	DENISE NUNES PEREIRA	2,40	3,00	0,00	5,40		4,00	5,12	APROVADO(A)	1º	10/04/1990
180	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA	2,00	2,00	0,00	4,00		2,50	3,70	APROVADO(A)	2º	06/04/1982
142	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA	1,20	1,40	0,00	2,60		3,00	2,68	APROVADO(A)	3º	08/09/1972
150	ADRIANA APARECIDA MACEDO	0,60	1,60	0,00	2,20		4,00	2,56	APROVADO(A)	4º	04/05/1974
66	JULIANO CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	08/12/1987

PROFESSOR DE DANÇA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
56	SUELEN AMARAL	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	1º	13/11/1985
166	GUILHERME SOUZA SANTOS	2,00	3,40	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	2º	30/04/1991
268	SARAH MATOS TIVES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	02/08/1995

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
266	LUCAS GABRIEL HUGEN	3,00	4,80	0,00	7,80		0,00	6,24	APROVADO(A)	1º	12/12/1990
163	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA	1,00	2,60	0,00	3,60		0,00	2,88	APROVADO(A)	2º	10/02/1982

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
3	JUCELINO HECK	2,80	4,20	0,00	7,00		0,00	5,60	APROVADO(A)	1º	06/08/1972
217	CASSIANO SUHRE DA ROSA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,50	5,54	APROVADO(A)	2º	16/08/1994
208	ADRIELI COSTA MARTINS	1,80	4,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	3º	08/04/1992
75	MAIANE VIEL	1,20	3,60	0,00	4,80		2,00	4,24	APROVADO(A)	4º	17/09/1994
89	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA	1,60	3,20	0,00	4,80		2,00	4,24	APROVADO(A)	5º	16/03/1992
69	ANNELISE SILVA SANTOS	1,20	3,40	0,00	4,60		0,00	3,68	APROVADO(A)	6º	14/10/1991

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
191	MARLI PEREIRA CARDOSO	2,40	4,80	0,00	7,20		4,00	6,56	APROVADO(A)	1º	04/11/1970
74	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA	2,00	4,60	0,00	6,60		3,50	5,98	APROVADO(A)	2º	26/02/1986
106	ANA PAULA DE LIMA	1,80	4,80	0,00	6,60		3,00	5,88	APROVADO(A)	3º	18/08/1980
122	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES	1,60	4,40	0,00	6,00		4,00	5,60	APROVADO(A)	4º	23/12/1978
144	SONIA LARA BORGES	1,80	4,20	0,00	6,00		4,00	5,60	APROVADO(A)	5º	15/08/1979
53	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	1,40	4,40	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	6º	11/04/1986
216	DAIANE BIRK DA SILVA	2,60	4,20	0,00	6,80		0,00	5,44	APROVADO(A)	7º	18/02/1986
200	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS	2,60	3,20	0,00	5,80		4,00	5,44	APROVADO(A)	8º	13/02/1963

192	KELEN APARECIDA VARGAS	1,80	4,40	0,00	6,20		2,00	5,36	APROVADO(A)	9º	31/12/1986
40	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO	1,80	4,00	0,00	5,80		3,50	5,34	APROVADO(A)	10º	24/09/1979
31	JAQUELINE APARECIDA SERAFIMHUGEN	1,60	4,80	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	11º	24/10/1996
73	AMELIA MACHADO VIEIRA	1,20	4,60	0,00	5,80		1,50	4,94	APROVADO(A)	12º	20/09/1969
123	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO	1,40	4,00	0,00	5,40		2,00	4,72	APROVADO(A)	13º	05/12/1961
255	LUCIANA DE FATIMA DA SILVA	2,00	3,60	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	14º	29/04/1980
88	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA	0,80	4,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	15º	13/10/1972
111	VERÔNICA SCHLISCHTING MULLER	1,80	3,60	0,00	5,40		0,00	4,32	APROVADO(A)	16º	25/07/1995
121	EDMARA MARTINS	1,00	3,40	0,00	4,40		4,00	4,32	APROVADO(A)	17º	28/11/1987
135	CLEUZA APARECIDA BORGES	1,80	3,20	0,00	5,00		1,50	4,30	APROVADO(A)	18º	11/08/1971
52	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING	1,80	3,20	0,00	5,00		1,50	4,30	APROVADO(A)	19º	20/10/1982
114	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI	1,20	4,00	0,00	5,20		0,50	4,26	APROVADO(A)	20º	14/12/1991
85	ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA	0,60	4,40	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	21º	20/03/1980
202	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL	1,00	4,00	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	22º	03/10/1979
44	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA	2,40	2,20	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	23º	12/05/1983
4	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA	1,80	2,80	0,00	4,60		1,50	3,98	APROVADO(A)	24º	05/06/1992
233	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA	1,40	3,40	0,00	4,80		0,00	3,84	APROVADO(A)	25º	04/05/1978
90	KARINE JORDÃO	2,20	2,20	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	26º	27/03/1997
161	LUANA PEREIRA DE SOUZA	1,20	3,00	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	27º	10/09/1984
91	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL	1,60	2,00	0,00	3,60		0,00	2,88	APROVADO(A)	28º	24/02/1954

PROFESSOR DE GEOGRAFIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
36	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA	2,20	2,80	0,00	5,00		4,00	4,80	APROVADO(A)	1º	08/02/1969
239	JOSIELLI DA SILVA PADILHA	2,00	3,20	0,00	5,20		0,00	4,16	APROVADO(A)	2º	18/12/1987
148	ANA ECILVIA DE SOUZA CARDOSO	2,00	2,60	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	3º	05/09/1957
170	LUÃ ALANO PADILHA	1,20	2,60	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	4º	30/05/1993

PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
16	GIZELI RIBEIRO MATTOS	2,20	3,20	0,00	5,40		3,50	5,02	APROVADO(A)	1º	17/04/1986
132	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA	2,20	3,80	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	2º	28/04/1972
93	JULIANO ARRUDA SCHWEITZER	2,20	3,40	0,00	5,60		0,00	4,48	APROVADO(A)	3º	21/06/1993
98	SUELEN SOUZA CAVALHEIRO	1,40	3,00	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	4º	09/02/1992
254	VALÉRIA DA SILVA BATISTA	1,80	2,20	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	5º	28/05/1980
105	CLAUDIONEI GÓSS	1,40	1,80	0,00	3,20		2,50	3,06	APROVADO(A)	6º	26/01/1979
264	DANIELA MENDES RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	01/01/1986

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
181	JAMAIANA DE LOURDES SOUZA GUEDES	2,40	5,80	0,00	8,20		4,00	7,36	APROVADO(A)	1º	29/11/1987
128	GABRIEL ALMEIDA DA SILVA	2,00	5,40	0,00	7,40		0,00	5,92	APROVADO(A)	2º	08/01/1979
101	CLARA APARECIDA FORMIGA	1,60	4,60	0,00	6,20		3,00	5,56	APROVADO(A)	3º	17/01/1985

10	ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL	2,40	4,00	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	4º	23/10/1985
29	DAYANI APARECIDA CAMARGO NUNES DE SOUZA	2,40	3,40	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	5º	10/03/1984
87	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL	0,80	3,00	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	28/07/1984

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10H

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
55	MARIA JULIA RUPNIEVSKI	1,20	3,00	0,00	4,20		2,00	3,76	APROVADO(A)	1º	21/07/1973

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 20H

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
242	TAMARA NUNES DA SILVA	2,40	5,60	0,00	8,00		2,50	6,90	APROVADO(A)	1º	08/01/1992
27	FABIANA PORTO	2,40	5,00	0,00	7,40		1,50	6,22	APROVADO(A)	2º	01/08/1985
71	MARISTELA SCHMIDT LIMA	1,80	4,00	0,00	5,80		3,50	5,34	APROVADO(A)	3º	19/10/1967
196	GISELA MENDONÇA GOULART	1,80	4,20	0,00	6,00		1,50	5,10	APROVADO(A)	4º	19/11/1982
28	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS	1,40	3,60	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	5º	12/09/1983
147	MAIARA FIGUEIREDO	1,60	3,40	0,00	5,00		1,00	4,20	APROVADO(A)	6º	29/05/1989
47	PATRICIA NUNES DE BRIDA	1,40	2,80	0,00	4,20		2,00	3,76	APROVADO(A)	7º	25/02/1988
156	JOZIANI DOS SANTOS	1,80	2,80	0,00	4,60		0,00	3,68	APROVADO(A)	8º	13/01/1983
187	JANAINA UIARA DE ANDRADE	1,40	2,80	0,00	4,20		0,00	3,36	APROVADO(A)	9º	14/08/1985
247	LUIZ ALBERTO BRAGA BEAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	27/07/1985

PROFESSOR DE MATEMÁTICA 20H

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
76	EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN	3,20	2,80	0,00	6,00		0,00	4,80	APROVADO(A)	1º	10/09/1958
113	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOE-DERT	2,80	3,00	0,00	5,80		0,00	4,64	APROVADO(A)	2º	23/09/1988
126	MAIARA PADILHA NESI	2,00	2,00	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	3º	18/01/1993
131	MARLISE PADILHA NESI	2,20	1,80	0,00	4,00		0,00	3,20	APROVADO(A)	4º	18/01/1993
137	RENATA STEFFEN DE BETIO	1,80	2,00	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	5º	30/06/1989
60	JANAINA BORGES HABITZREUTER	2,00	1,80	0,00	3,80		0,00	3,04	APROVADO(A)	6º	08/01/1989
23	TAIZE DE SOUZA VELHO	1,60	2,00	0,00	3,60		0,50	2,98	APROVADO(A)	7º	09/01/1995
67	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO	1,80	1,40	0,00	3,20		2,00	2,96	APROVADO(A)	8º	06/04/1992

PROFESSOR DE MÚSICA

Inscri- ção	Candidato	CB	ESP		T.P.O.	PRÁTI- CA	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
63	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA	2,20	2,80	0,00	5,00	8,50	1,00	5,25	APROVADO(A)	1º	14/04/1989
252	HAIMON SADER MATOS TIVES	3,00	2,80	0,00	5,80	AUSEN- TE	0,00	2,90	REPROVA- DO(A)	2º	18/05/1990
37	MARILÉIA APARECIDA OLIVEIRA	2,60	2,80	0,00	5,40	AUSEN- TE	0,00	2,70	REPROVA- DO(A)	3º	20/05/1983
211	GRAZIÉLI CRISTINI DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	15/08/1989
248	SAMARA GARCIA PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/08/1995

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
238	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA	2,00	4,20	0,00	6,20		3,50	5,66	APROVADO(A)	1º	18/11/1965

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - GINÁSIO 40H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
32	GILBERTO MARTINS	2,40	4,80	0,00	7,20		3,00	6,36	APROVADO(A)	1º	15/02/1977

PROFESSOR DE TURISMOLOGIA

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
162	PRISCILA PIRES BERTOLLO	2,00	4,20	0,00	6,20		0,00	4,96	APROVADO(A)	1º	29/05/1986
12	DAIANI BECCARI NUNES	1,20	3,60	0,00	4,80		0,00	3,84	APROVADO(A)	2º	10/08/1993

PROFESSOR DO AEE 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
169	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA	2,00	4,40	0,00	6,40		4,00	5,92	APROVADO(A)	1º	24/11/1978
258	MARIELA TAINA DE JESUS	2,20	4,40	0,00	6,60		0,00	5,28	APROVADO(A)	2º	16/11/1984
182	DANIELA DE SENA AMARAL	0,80	4,20	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	3º	10/07/1986
1	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ	0,80	4,20	0,00	5,00		2,00	4,40	APROVADO(A)	4º	14/05/1990
61	PATRÍCIA CAMARGO PALMA	1,20	3,40	0,00	4,60		2,00	4,08	APROVADO(A)	5º	07/06/1974
253	DAIANE PACHECO TRISTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	AUSENTE	--	29/08/1983

PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR 20H

Inscrição	Candidato	CB	ESP		T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
79	DAIANE APARECIDA VITORINO	2,00	4,00	0,00	6,00		2,50	5,30	APROVADO(A)	1º	08/10/1986
186	JANETE BARBOSA DE SOUZA	1,00	4,80	0,00	5,80		3,00	5,24	APROVADO(A)	2º	05/01/1977
138	CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES	2,00	4,40	0,00	6,40		0,00	5,12	APROVADO(A)	3º	05/11/1982
173	FABIANA MOREIRA HENRIQUE	1,60	3,80	0,00	5,40		3,50	5,02	APROVADO(A)	4º	17/08/1982
185	MARIA IZABEL BORGES	1,40	4,20	0,00	5,60		1,50	4,78	APROVADO(A)	5º	15/07/1986
35	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES	1,00	3,40	0,00	4,40		0,00	3,52	APROVADO(A)	6º	13/11/1968

CB = Conhecimentos Básicos

ESP = Conhecimentos Específicos

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

T.P.O. = Total de Pontos da Prova Objetiva

Class. = Classificação

Fica aberto prazo de recursos contra notas e classificação provisória nos dias 28 e 29 de janeiro de 2016 conforme item 8 do edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
27 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

PP 02/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 05/2016

Pregão Presencial 02/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos esportivos e piso na quadra esportiva no Ginásio Municipal Juraci Santos

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 11/02/2016 às 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 27 de janeiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 08/2016 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 08/2016

Pregão Presencial Nº 04/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos e prestação de serviço de informática, necessário para ampliar e melhorar a rede existente na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Tipo: Menor preço global

Abertura: 10/02/2016 – 14h00min

Valor estimado: R\$ 83.464,65

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 27 de janeiro de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA INEXIGIBILIDADE (CHAMADA PÚBLICA) Nº 026/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 516/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 026/2015.

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ.

A Comissão Permanente de Licitações, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços (projeto de venda) apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe:

EMPRESAS

- Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - COOPEROESTE;
- Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina - COOAF-SC;
- Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis - COOPERLAF.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as Propostas de Preços (projeto de venda) apresentadas pelas empresas que atenderam ao Chamamento e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DE PREÇOS (projeto de venda) DAS EMPRESAS

- Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste - COOPEROESTE;
- Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina - COOAF-SC;
- Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis - COOPERLAF.

Vale ressaltar que as propostas de preços (projeto de venda) apresentadas, não são de Grupos Formais do Município de São José, nem tão pouco da Região, que no caso é a Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Salientamos ainda que o Município de São José não está inserido em nenhum dos territórios rurais definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que ambas as Cooperativas pertencem ao mesmo Estado e País.

Assim sendo, após análise das propostas de preços (projeto de venda) apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de menor preço por item:

ITEM 01: Leite Integral

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
COOPEROESTE	R\$ 3,15	1ª Classificada
COOPERLAF	R\$ 3,80	2ª Classificada

ITEM 02: Bebida Láctea

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
COOAF-SC	R\$ 3,70	1ª Classificada
COOPEROESTE	R\$ 4,10	2ª Classificada

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 28 de janeiro de 2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso, em não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 27 de janeiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Humberto Alcino da Silva	Vera Suely de Andrade
Membro suplente da CPL	Membro suplente da CPL

Ramon S. Campos Martins
Membro da CPL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 286/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 286/2015. Contratado: JOSÉ FRANCISCO DA ROSA. Objeto: "Dispensa de licitação para locação de um imóvel localizado na esquina da Rua Gisela com a Rua Bento Aguido Vieira, nº 1463 – Bairro Bela Vista – São José/SC, destinado ao funcionamento da Escola Profissional Bela Vista". Valor total do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Fundamento Legal: art. 24, X da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 024/2015

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 024/2015. Contratado: SPECTO PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA. Objeto: "Inexigibilidade para contratação da empresa Specto Paineis Ltda, especializada para execução de serviços de manutenção do sistema de gerenciamento de senhas, com fornecimento de peças, pertencente à Delegacia Regional de Polícia de São José/SC". Valor total do contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Fundamento Legal: art. 25, I da Lei nº 8.666/93.

TERMO ADITIVO/TA Nº 258/2014-01 – PR 119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 258/2014-01 – PR 119/2014 – Processo 312/2014 – Contratado: Consesc & Nacional Elevadores Ltda. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. Prorrogação de Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 258/2014 por 12 (doze) meses, ou até nova licitação, o que ocorrer antes, com efeitos a partir do dia posterior ao término da vigência do Contrato original. Supressão Contratual: O Contrato nº 258/2014 sofrerá supressão de 10,63% sobre o valor global de R\$ 37.596,00 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais), o que representa a importância de R\$ 3.996,00 (três mil, novecentos e noventa e seis reais), vigorando o valor total de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), com efeitos a partir de 11/12/2015. Data da assinatura: 17 de dezembro de 2015.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2016

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO.

O PREFEITO DE SÃO JOSE DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei nº. 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de São Jose Do Cedro - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Jose Do Cedro - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Geografia	01	20h/sem	R\$ 1.002,48	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação para atuação em área de conhecimento específico do currículo, com formação pedagógica na área de atuação.	Objetiva
Professor de História	01	20h/sem	R\$ 1.002,48	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação para atuação em área de conhecimento específico do currículo, com formação pedagógica na área de atuação.	Objetiva
Professor de Matemática	01	10h/sem	R\$ 501,24	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação para atuação em área de conhecimento específico do currículo, com formação pedagógica na área de atuação.	Objetiva
Professor de Educação Infantil	*CR	40h/sem	R\$ 2.004,95	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação específica para atuação na educação infantil.	Objetiva
Professor de Ensino Fundamental	*CR	40h/sem	R\$ 2.004,95	Curso de licenciatura de graduação plena com habilitação específica para atuação nas quatro séries Iniciais do ensino fundamental.	Objetiva
Bioquímico	CR*	40h/sem	R\$ 3.954,16	Ensino Superior Completo e Registro no Órgão de Classe.	Objetiva

Agente da Dengue	01	40h/sem	R\$ 1.199,10	Ensino Médio Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 02 - Micro área 17) Abrangência: Linha Peperi, Distrito de Padre Réus, Linha Novo Sarandi e Linha Bornhausen	01	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 05 - Micro área 01) Abrangência: Bairro Pro-Morar	01	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 05 - Micro área 09) Abrangência: Bairro São Cristovão	*CR	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 05 - Micro área 21) Abrangência: Bairro São Cristovão e Centro	*CR	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais**	*CR	44h/sem	R\$ 876,32	Alfabetizado	Objetiva

*CR – Cadastro de Reserva

**O cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destina-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 28 de janeiro de 2016 às 23h59min do dia 26 de fevereiro de 2016.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 02/04/2016, às 09h, nas dependências do Centro Municipal De Educação Girassol - CEMEG, sito na Rua Nereu Ramos nº105, no Município de São José do Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São José Do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São Jose Do Cedro – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h e término às 12 horas.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

São Jose Do Cedro – SC, 27 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO.

O PREFEITO DE SÃO JOSE DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de São Jose Do Cedro - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Jose Do Cedro - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.2. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 03 - Micro área 11) Abrangência: Centro e Bairro Isol	01	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (ESF 04 - Micro área 04) Abrangência: Linha São Jacó, Linha Santo Inácio, Linha São João e Linha Gomes	01	40h/sem	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 28 de janeiro de 2016 às 23h59min do dia 26 de fevereiro de 2016.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 02/04/2016, às 09h, nas dependências do Centro Municipal De Educação Girassol - CEMEG, sito na Rua Nereu Ramos nº105, no Município de São José do Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São José Do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São Jose Do Cedro – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h e término às 11h30mins.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

São Jose Do Cedro – SC, 27 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)						(d)
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - AUXILIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS ORDIN. VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
				Do Exercício					
		(a)	(b)						
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
São José do Cedro, 31/12/2015

Claudimiro Francisco Ongaratto Presidente da Câmara de Vereadores	Aline Inês Elges Contadora CRC-SC 036.404/O-7
Diara Andréia Ciecher Colle Controle Interno	

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (c-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Semestre	Até o Semestre (b)		% (b/TOTAL b)	No Semestre	Até o Semestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	100,00	368.102,23	713.226,52	109.323,48
Legislativa	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	100,00	368.102,23	713.226,52	109.323,48
Ação Legislativa	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	100,00	368.102,23	713.226,52	109.323,48
TOTAL (III) = (I + II)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	100,00	368.102,23	713.226,52	109.323,48

FONTE:

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudio Niro Francisco Ongaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diana Andreia Clecher Colla
Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de São José do Cedro - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
 Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	27.066,64	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	27.066,64	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-27.066,64	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-27.066,64	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	27.066,64	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 31/12/2015

 Claudiomiro Francisco Ongaratto
 Presidente da Câmara de Vereadores

 Aline Inês Etges
 Contadora CRC-SC 036.404/O-7

 Diara Andréia Ciecher Colle
 Controle Interno

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

REO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
					No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)			—	—	—	—	713.226,52	—	—
TOTAL VII = (V + VI)			0,00	0,00	0,00	0,00	713.226,52	0,00	-713.226,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)			—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro			—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais			—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O SEMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Semestre	Até o Semestre		No Semestre	Até o Semestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	369.102,23	713.226,52	109.323,48	713.226,52	0,00
	809.550,00	804.550,00	328.912,04	711.336,52	93.213,48	367.212,23	711.336,52	93.213,48	711.336,52	0,00
	601.300,00	646.300,00	309.755,87	621.719,65	24.580,35	320.394,56	621.719,65	24.580,35	621.719,65	0,00
	208.250,00	158.250,00	19.156,17	89.616,87	68.633,13	46.817,67	89.616,87	68.633,13	89.616,87	0,00
	13.000,00	18.000,00	1.890,00	1.890,00	16.110,00	1.890,00	1.890,00	16.110,00	1.890,00	0,00
	13.000,00	18.000,00	1.890,00	1.890,00	16.110,00	1.890,00	1.890,00	16.110,00	1.890,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O SEMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ³ (k)
			No Semestre	Até o Semestre (f)		No Semestre	Até o Semestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	369.102,23	713.226,52	109.323,48	713.226,52	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	109.323,48	369.102,23	713.226,52	109.323,48	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	822.550,00	822.550,00	330.802,04	713.226,52	—	369.102,23	713.226,52	—	713.226,52	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudiomirio Francisco Orngaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diana Andréia Ciescher Colle
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	621.173,65	0,00
Pessoal Ativo	621.173,65	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	621.173,65	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.242.155,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	621.173,65	1,93
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.934.529,32	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.837.802,85	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.741.076,39	5,40
FONTE:		

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudioмиro Francisco Ongaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diara Andréia Ciecher Colle
Controle Interno

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)			
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00

[illegible]

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	804.550,00	711.336,52	670.174,52	711.336,52	670.174,52	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	158.250,00	89.616,87	130.512,92	89.616,87	130.512,92	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	804.550,00	711.336,52	670.174,52	711.336,52	670.174,52	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.000,00	1.890,00	5.475,00	1.890,00	5.475,00	0,00	0,00
Investimentos	18.000,00	1.890,00	5.475,00	1.890,00	5.475,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.000,00	1.890,00	5.475,00	1.890,00	5.475,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	822.550,00	713.226,52	675.649,52	713.226,52	675.649,52	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-822.550,00	-713.226,52	-675.649,52	-713.226,52	-675.649,52	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudiomiro Francisco Ongaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diara Andréia Ciecher Colle
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

R\$ 1,0											
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											
RP NÃO PROCESSADOS											
PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados		Pagos	Cancelados
En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	En Exercícios Anteriores				En 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:											

FONTE:

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudioirio Frandisco Orngaratto Presidente da Câmara de Vereadores	Alina Inês Elges Contadora CRC-SC 036.404/O-7	Diara Andréia Clecher Colle Controlde Interno
--	--	--

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	32.242.155,35	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	621.173,65	1,93
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.934.529,32	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.837.802,85	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.093.274,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.158.744,86	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.256.950,87	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudiomiro Francisco Ongaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diara Andréia Ciecher Colle
Controle Interno

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Semestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		713.226,52	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		822.550,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		822.550,00	
Despesas Empenhadas		713.226,52	
Despesas Liquidadas		713.226,52	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		713.226,52	
Liquidadas		713.226,52	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	0,00	-713.226,52	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	1.890,00	16.110,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
			2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de São José do Cedro - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 31/12/2015

Claudioмиro Francisco Ongaratto
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Diara Andreia Ciecher Colle
Controle Interno

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - PR Nº 001/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/02/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS SEGUINTE VEÍCULOS: PLACA MMD-9256, PATRIMÔNIO N.16414, PLACA MMD-5374, PATRIMÔNIO N.15796, PLACA MEH-0418, PATRIMÔNIO N.2718, PLACA MFU-2157, PATRIMÔNIO N.16416, PLACA MGJ-2434, PATRIMÔNIO N.6729, PLACA MGU-3765, PATRIMÔNIO N.6789, PLACA MGU-4235, PATRIMÔNIO N.6785, PLACA MHD-7015, PATRIMÔNIO N.6792, PLACA OKF-3425, PATRIMÔNIO N.16400, PLACA OKF-4765, PATRIMÔNIO N.16399, PLACA QHM-0472, PATRIMÔNIO N.19505, UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, DESCRITOS NO ANEXO I-A DESTE EDITAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste 27 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 7.237/2016 -AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133, FIRMADO COM A UNIÃO AO AMPARO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, E SUAS EDIÇÕES ANTERIORES, PARA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES NELE ESTABELECIDAS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 148...

LEI Nº 7.237/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133, FIRMADO COM A UNIÃO AO AMPARO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, E SUAS EDIÇÕES ANTERIORES, PARA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES NELE ESTABELECIDAS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.616 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo aditivo ao Contrato nº. 133, de 25 de abril de 2000, firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores, nos termos da Lei Municipal nº. 4.490 de 19 de novembro de 1999 e Lei Municipal nº. 4.571, de 19 de abril de 2000.

Art. 2º O Aditivo de que trata esta Lei será formalizado observando-se os termos e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº. 148/2014, complementada pelo Decreto nº. 8.616, de 29 de dezembro de 2015, para alteração das condições do contrato aditado.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros e outros encargos, inclusive a remuneração a que o agente financeiro da União fará jus pelos serviços prestados e demais despesas do Contrato nº. 133, de 25 de abril de 2000 e seus aditivos, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários para cumprimento das obrigações, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere o caput deste artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Permanecem vinculadas ao refinanciamento de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações assumidas no contrato de refinanciamento e seus aditivos, as receitas de que tratam os artigos 156, 158, 159 inciso I, alínea "b" e parágrafo 3º, nos termos do §4º do Art. 167 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

Parágrafo Único. no caso de os recursos do Município, a que se refere o caput, não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e transferir, imediatamente, os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e liquidação da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao Contrato nº. 133, de 25 de abril de 2000 a que se refere o artigo primeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 26 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 04.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 04/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios, para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas e Centros de Educação Infantil da rede Municipal de ensino de São Pedro de Alcântara/SC (anexo I), conforme especificações e quantitativos do ANEXO II, deste Edital. DATA DE ABERTURA: 16/02/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 28/01/2016. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e.

AVISO DE LICITAÇÃO 06.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 06/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto FORNECIMENTO E PLANTIO estimado e parcelado de mudas de flores para a recuperação de área degradada devido à construção de passeio e ciclovia junto as Ruas João Vidal Vieira e Augusto Nicolau Deschamps, de acordo com os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 18/02/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 28/01/2016. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e.

AVISO DE LICITAÇÃO 07.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 07/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de alimentos para os grupos organizados para a Prefeitura e para o Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 15/02/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202

e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 27/01/2016. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e.

AVISO DE LICITAÇÃO 08.2016

AVISO DE LICITAÇÃO – II TENTATIVA

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 08/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: A presente licitação tem como objeto Aquisição estimada de material elétrico e mão de obra para a instalação da sala de monitoramento das câmeras de segurança do Município, junto a Delegacia de Polícia Militar, conforme os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 17/02/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 28/01/2016. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº009/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15-2.093 – Func. e Manut. da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 11.380,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 11.380,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 11.380,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº010/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 57.046,09 (cinquenta e sete mil, quarenta e seis reais e nove centavos) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0276 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04.01.12.365.4-2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 27.046,09

3.3.90.00.00.00.00.00.0276 – Aplicações Diretas R\$ 27.046,09

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Schroeder

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. A01/2016 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A01/2016 – FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2015 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.989.294/0001-87, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, nº 380, sala 02, Centro, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Julia Wagner Jumes, inscrita no CPF sob o nº. 821.619.099-91.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 28/2015-FMS, celebrado em 13 de abril de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 28/2015–FMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 10/2015–FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material odontológico para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste dos itens 04, 07 e 80 pela empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.989.294/0001-87, e de acordo com os Pareceres da Procuradoria nº. 010/2016-PROJUR e nº. 015/2016-PROJUR.

Considerando que foram convocadas as empresas segunda e terceira colocadas e as mesmas não aceitaram a transferência de item.

Considerando que possui quantidade de saldo no item 04 de 22 caixas, no item 07 saldo de 30 caixas e no item 80 saldo de 30 unidades, considerando que os valores do item 04 passa a ser R\$ 24,53 (vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos) a caixa, que no item 07 o valor passa a ser R\$ 25,57 (vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) a caixa e que no item 80 o valor passa a ser R\$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavo) a unidade.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, sendo reajustado o item 04, com saldo de 22 caixas, no valor unitário de R\$ 24,53 (vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), o item 07, com saldo de 30 caixas, no valor unitário de R\$ 25,57 (vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) e o item 80, com saldo de 30 unidades, no valor unitário de R\$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavo), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR R\$ UNITÁRIO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	QUANTIDADE DE SALDO LICITADO
04	Agulha descartável esterilizada gengival 30g CURTA, diâmetro: 0.30mm e comprimento: 13mm. Caixa com 100 unidades.	20,69	24,53	22
07	Agulha para sutura odontológica com fio de seda 3-0 1,7cm 1/2 circ, fio 45cm. Composição: Agulha de aço inoxidável 304 e fio de seda preta trançado. Caixa com 24 unidades.	20,16	25,57	30
80	Cimento obturador provisório pasta. Frasco com 25g.	6,01	7,41	30

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 288,78 (duzentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 25.015,58 (vinte e cinco mil quinze reais e cinquenta e oito centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 28/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 27 de janeiro de 2016.

CONTRATADA:

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Julia Wagner Jumes

CPF sob o nº 821.619.099-91

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016

Processo Licitatório nº 011/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 005/2016 - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 12/02/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de inseminação artificial de bovinos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial - Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 27 de janeiro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

Processo Licitatório nº 012/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 006/2016 - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 10h25min do dia 12/02/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de sementes de pastagem. A íntegra do Edital de Pregão Presencial - Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 27 de janeiro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº. 004/2015
Pregão Presencial nº. 007/2015
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, nº. 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG nº. 1.870.996, CPF nº. 982.428.739-68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº. 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Alfa Inseminação Artificial Ltda ME, CNPJ nº. 07.385.007/0001-18, estabelecida na rua Máximo Pinheiro Lima, nº 59, casa 1B, bairro Vista Alegre, Curitiba, PR, neste ato representada pelo Sr. Alberto Frischmann, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 4.582.858 SSP/SP, CPF nº. 006.297.018-65, residente e domiciliado na rua Máximo Pinheiro Lima, nº 59, casa 1B, bairro Vista Alegre, Curitiba, PR, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, fica aditivado as quantidades licitadas dos itens abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	Marca	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
1	9282	Sêmen bovino - raça holandesa	Alta Genetics Brando	un	6.500	1.625	15,90	25.837,50
2	10032	Sêmen bovino - raça jersey	Alta Genetics Presle	un	6.500	1.625	15,90	25.837,50
TOTAL R\$								51.675,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 51.675,00 (cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/01/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Alberto Frischmann
Alfa Inseminação Artificial Ltda- ME
Contratada

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 010/2016

DECRETO Nº 010/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC e dá outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município,
Considerando o Decreto Municipal no 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento de procedimentos administrativos para levantamento físico, financeiro, avaliação, reavaliação e de redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e imóveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o estado de conservação.

Art. 2º A comissão é composta pelos seguintes membros:

Presidente: CÉSAR SPEROTO

Secretário: PEDRO ANTÔNIO MENEGAT

Membro: LOIVO BERTOLDI

§ 1º Compete à comissão prevista no caput elaborar os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme Decreto Municipal nº. 147/2014, Instrução Normativa – Controladoria nº. 001/2014 e Instrução Normativa – Controladoria nº. 002/2014, onde deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem e/ou lote de bens avaliado e da correspondente documentação e o código do cadastro no Sistema de Patrimônio;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 2º A comissão deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio do Município o laudo técnico dos bens móveis e imóveis.

§ 3º A comissão poderá solicitar, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, documentos e/ou a designação de profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 4º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o caput.

Art. 3º Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando o Decreto nº 148/2014, de 05 de setembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

RELATÓRIO AJUSTADO RREO 6ºBI

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	100,00	2.163.901,51	12.484.903,09	100,00	51.268,83
Legislativa	703.428,14	703.428,14	109.484,96	701.879,39	5,60	130.014,84	701.879,39	5,62	1.546,75
Ação Legislativa	703.428,14	703.428,14	109.484,96	701.879,39	5,60	130.014,84	701.879,39	5,62	1.546,75
Administração	2.540.600,00	2.617.705,17	228.310,41	1.883.410,62	13,43	304.473,78	1.679.310,62	13,45	938.394,55
Planejamento e Orçamento	623.186,67	671.746,13	66.347,70	616.736,02	4,92	81.688,78	614.536,02	4,92	2.200,00
Administração Geral	1.917.433,33	1.945.959,04	158.962,71	1.066.674,60	8,51	222.805,00	1.064.774,60	8,53	1.900,00
Segurança Pública	139.630,00	161.341,44	10.580,38	45.505,92	0,36	11.610,18	45.505,92	0,36	0,00
Policimento	139.630,00	161.341,44	10.580,38	45.505,92	0,36	11.610,18	45.505,92	0,36	0,00
Assistência Social	1.194.500,00	1.286.635,41	93.909,84	697.814,36	5,57	140.928,75	697.814,36	5,59	600.821,05
Assistência ao Idoso	70.000,00	70.000,00	5.744,06	59.946,62	0,48	10.053,38	59.946,62	0,48	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	274.000,00	274.000,00	2.012,52	39.399,44	0,31	234.600,56	2.413,12	0,32	0,00
Assistência Comunitária	840.500,00	944.635,41	86.153,26	598.468,30	4,77	129.955,75	598.468,30	4,79	0,00
Biocombustíveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.430.742,32	3.617.198,42	44.978,63	2.692.442,81	21,48	924.755,61	2.654.526,99	21,26	37.915,82
Atenção Básica	3.380.742,32	3.540.476,46	32.894,68	2.674.457,39	21,33	875.019,07	2.636.541,57	21,12	37.915,82
Vigilância Sanitária	50.000,00	67.721,96	12.083,95	17.985,42	0,14	12.083,95	17.985,42	0,14	49.736,54
Educação	4.873.688,04	5.038.987,03	178.917,61	2.728.674,28	21,77	2.308.292,75	2.720.421,27	21,79	9.253,01
Alimentação e Nutrição	202.100,00	204.632,46	-24.742,08	159.393,47	1,27	39.353,55	159.393,47	1,28	0,00
E ensino Fundamental	3.468.588,04	3.548.981,94	118.102,56	2.011.218,37	16,04	1.537.763,57	2.001.865,36	16,04	9.253,01
Educação Infantil	1.168.000,00	1.250.352,61	85.557,13	559.062,44	4,46	691.230,17	559.062,44	4,48	0,00
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	527.500,00	527.500,00	-8.200,00	83.588,82	0,67	2.100,00	83.588,82	0,67	0,00
Divulgação Cultural	527.500,00	527.500,00	-8.200,00	83.588,82	0,67	2.100,00	83.588,82	0,67	0,00
Urbanismo	1.735.000,00	1.914.998,51	-6.198,79	1.026.235,76	8,19	888.762,75	1.026.235,76	8,22	0,00
Infra-Estrutura Urbana	770.000,00	887.876,31	-43.201,36	521.447,97	4,16	0,00	521.447,97	4,18	0,00
Serviços Urbanos	765.000,00	827.122,20	37.002,57	504.787,79	4,03	95.431,76	504.787,79	4,04	0,00
Saneamento Básico Urbano	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.552.729,70	1.818.281,73	-123.843,17	1.143.215,69	9,12	106.305,71	1.143.215,69	9,16	0,00
Extensão Rural	1.552.729,70	1.818.281,73	-123.843,17	1.143.215,69	9,12	106.305,71	1.143.215,69	9,16	0,00
Indústria	200.000,00	200.000,00	15.292,09	15.292,09	0,12	15.292,09	15.292,09	0,12	0,00
Promoção Industrial	200.000,00	200.000,00	15.292,09	15.292,09	0,12	15.292,09	15.292,09	0,12	0,00
Transporte	1.877.363,00	1.886.197,82	-3.335,60	998.357,05	7,96	164.266,69	998.357,05	8,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.877.363,00	1.886.197,82	-3.335,60	998.357,05	7,96	164.266,69	998.357,05	8,00	0,00
Desporto e Lazer	300.000,00	300.000,00	-3.390,79	135.997,90	1,08	1.419,01	135.997,90	1,09	0,00
Desporto de Rendimento	300.000,00	300.000,00	-3.390,79	135.997,90	1,08	1.419,01	135.997,90	1,09	0,00
Encargos Especiais	430.000,00	630.000,00	85.413,03	582.662,23	4,65	85.413,03	582.662,23	4,67	0,00
Serviço da Divida Interna	430.000,00	630.000,00	85.413,03	582.662,23	4,65	85.413,03	582.662,23	4,67	0,00

Continua 1/2

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/REIMPRESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			Até o Bimestre (b)		% (b>Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)				% (d>Total d)
			No Bimestre									
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	100,00	8.328.156,75	2.163.901,51	12.484.808,09	100,00	8.379.425,58	51.288,83	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	100,00	8.328.156,75	2.163.901,51	12.484.808,09	100,00	8.379.425,58	51.288,83	

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO AJUSTADO RREO 6ºBI

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00	SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES	19.655.181,20	19.655.181,20	19.655.181,20	2.364.061,96	12,03	12.856.162,20	65,41	6.799.019,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.170.181,20	18.170.181,20	18.170.181,20	2.339.627,84	12,88	12.322.227,41	67,82	5.847.953,79
IMPOSTOS	1.045.910,54	1.045.910,54	1.045.910,54	140.936,96	13,48	941.548,24	90,02	104.362,30
TAXAS	676.500,00	676.500,00	676.500,00	113.271,92	16,74	690.804,23	102,11	-14.304,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	219.410,54	219.410,54	219.410,54	20.690,55	9,43	182.825,66	83,33	36.584,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	150.000,00	6.974,49	4,65	67.918,35	45,28	36.584,88
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	113.500,00	113.500,00	113.500,00	29.529,87	26,02	146.393,93	128,98	-32.893,93
RECEITA PATRIMONIAL	113.500,00	113.500,00	113.500,00	29.529,87	26,02	146.393,93	128,98	-32.893,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	98.100,00	98.100,00	98.100,00	28.955,61	29,52	126.857,30	129,31	-28.757,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	98.100,00	98.100,00	98.100,00	28.955,61	29,52	126.857,30	129,31	-28.757,30
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	98.900,00	98.900,00	98.900,00	4.993,35	5,05	5.026,14	5,08	93.873,86
RECEITA DE SERVIÇOS	455.400,00	455.400,00	455.400,00	4.993,35	5,05	5.026,14	5,08	93.873,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.159.695,66	16.159.695,66	16.159.695,66	63.097,29	13,86	401.597,45	88,19	53.802,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.097.530,66	16.097.530,66	16.097.530,66	1.968.368,95	12,18	10.506.526,32	65,02	5.653.169,34
TRANSF. DE CONV.	62.165,00	62.165,00	62.165,00	1.919.949,19	11,93	10.345.656,02	64,27	5.751.874,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.675,00	198.675,00	198.675,00	48.439,76	77,92	160.870,30	258,78	-98.705,30
MULTAS E JUROS DE MORA	65.375,00	65.375,00	65.375,00	103.725,81	52,21	194.278,03	97,79	4.396,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.600,00	6.600,00	6.600,00	7.673,06	11,74	50.416,30	77,12	14.958,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	76.700,00	76.700,00	76.700,00	89.862,59	1.361,55	99.154,71	1.502,34	-92.554,71
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	4.089,11	5,33	31.821,44	41,49	44.878,56
RECEITAS DE CAPITAL	1.485.000,00	1.485.000,00	1.485.000,00	2.101,05	4,20	12.885,58	25,77	37.114,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	24.434,12	1,65	533.934,79	35,96	951.065,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.157,03	0,00	-113.157,03
ALIEAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	35.000,00	35.000,00	35.000,00	2.115,09	6,04	8.980,23	25,66	26.019,77
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	22.319,03	1,79	411.797,53	32,94	838.202,47
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	22.319,03	1,79	411.797,53	32,94	838.202,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)								
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	19.655.181,20	19.655.181,20	19.655.181,20	2.364.061,96	12,03	12.856.162,20	65,41	6.799.019,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.364.061,96	12,03	12.856.162,20	6.799.019,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.364.061,96	12,03	12.856.162,20	6.799.019,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	864.791,41	—	—	548.075,87	—
Superávit Financeiro	—	864.791,41	—	—	548.075,87	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	8.328.156,75	2.163.901,51	12.484.808,09	8.379.425,58	12.464.126,28	51.268,83
DESPESAS CORRENTES	15.497.671,59	16.448.909,72	504.480,02	10.904.062,18	5.544.847,54	2.032.460,90	10.889.979,35	5.558.930,37	10.869.297,54	14.082,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.788.106,45	6.949.221,56	1.183.485,25	5.997.373,17	951.848,39	1.259.680,85	5.986.643,35	952.578,21	5.986.643,35	729,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	90.000,00	18.584,25	90.000,00	0,00	18.584,25	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.629.565,14	9.409.688,16	-697.589,48	4.816.689,01	4.592.999,15	754.195,80	4.803.336,00	4.606.352,16	4.782.654,19	13.353,01
DESPESAS DE CAPITAL	4.107.509,61	4.365.323,95	117.438,58	1.632.014,74	2.733.309,21	131.440,61	1.594.828,74	2.770.495,21	1.594.828,74	37.186,00
INVESTIMENTOS	3.807.509,61	3.865.323,95	50.609,80	1.139.352,51	2.725.971,44	64.611,83	1.102.166,51	2.763.157,44	1.102.166,51	37.186,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	500.000,00	66.828,78	492.662,23	7.337,77	66.828,78	492.662,23	7.337,77	492.662,23	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	8.328.156,75	2.163.901,51	12.484.808,09	8.379.425,58	12.464.126,28	51.268,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	8.328.166,75	2.163.901,51	12.484.808,09	8.379.425,58	0,00	51.268,83
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	371.354,11	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.655.181,20	20.864.233,67	621.918,60	12.536.076,92	—	2.163.901,51	12.856.162,20	—	12.484.126,28	51.268,83

FONTE:

Siderópolis

PREFEITURA

02/2016 CHAMAMENTO AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

O Município de Siderópolis, através da Prefeitura Municipal, torna público que está realizando o CREDENCIAMENTO, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação nos termos da Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, Resolução n.º 25, de 04/07/2012 e Lei 8.666/93 em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 05/02/2016 às 08:30 horas. Informamos que o Edital de Chamamento encontra-se disponível na Sede da Municipalidade a partir da data desta publicação no horário de atendimento da Prefeitura Municipal, ou através do site: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou telefone (48) 3435 3188.

Siderópolis, 27 de janeiro de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

04/2016 FMS MATERIAL MEDICO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO FMS nº 04/2016

PREGÃO FMS Nº. 04/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis comunica às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 18/02/2016, às 08:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no setor de licitações, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Aquisição parcelada de material médico hospitalar através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras no atendimento às unidades da rede municipal de saúde de Siderópolis/SC, durante o exercício de 2016 (itens remanescentes da licitação anterior). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 27 de janeiro de 2016.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

03/2016 FMS MATERIAL ODONTO E MEDICAMENTO CAPS

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2016

AVISO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 03/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 12/02/2016, às 08:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Aquisição de Medicamentos de controle especial, para atendimento a pacientes do CAPS - Serviço de Atenção Psicossocial de Siderópolis e Aquisição de Material odontológico para as Unidades de Saúde Bucal do Município, durante o exercício de 2016. O edital já está disponível no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br, ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 27 de janeiro de 2016.

Fabiola Cardoso Comin

Pregoeira Oficial

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO N. 012/2016

DECRETO Nº 016, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 128.605,23 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e cinco reais e vinte e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0509 - Aplicações Diretas R\$ 121.875,00

3.3.90.00.00.00.00.00.3509 - Aplicações Diretas R\$ 6.730,23

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta dos recursos do Convenio nº 778108/2012 (Ministério da Agricultura).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 21 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO N. 014/2016

DECRETO Nº 014, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.040 - Gestão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a

conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 21 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO N. 015/2016

DECRETO Nº 015, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.531,93 (cem mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0501 - Aplicações Diretas R\$ 100.531,93

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 501

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 21 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA_06_2016

PORTARIA N.º 06/2016

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE CONVITE

O Vereador Marlon Arcaro Panatta, Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear os servidores Agenor Biava, Luiz José Warnier e Vereador Antonio Carminati, para constituir a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento, objeto das licitações na Modalidade Convite da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC, para o desempenho das seguintes funções:

Presidente : Agenor Biava

Secretário: Luiz José Warnier

Membro: Vereador Antonio Carminatti

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar da presente data.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 18 de janeiro de 2016.

Ver. Marlon Arcaro Panatta

Presidente

Publicada e registrada a presente Portaria na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier

Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2016.001 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/001

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do Município (Parque Central, Policlínica de referência, Pavilhão de Eventos Henry Paul, Complexo Esportivo e Praças Centrais) tudo de conformidade com condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 121/2015.

VALOR: R\$ 11.358,10 (onze mil trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos) mensais.

DATA DA ASSINATURA: 01/01/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2016.002 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/002

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências da sede administrativa do SAMAE, tudo de conformidade com condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 121/2015.

VALOR: R\$ 14.021,92 (quatorze mil e vinte e um reais e noventa e dois centavos) mensais.

DATA DA ASSINATURA: 01/01/2016.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016
MODALIDADE Pregão Presencial N 04/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir gêneros alimentícios para merenda escolar. Acesso pública terá início às 08:30 horas, do dia 11 de fevereiro de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 27 de janeiro de 2016.

ALMIR FERNANDES
Prefeito Municipal

PREGÃO 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015
REGISTRO DE PREÇOS 001/2016
MODALIDADE Pregão Presencial N 05/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, com objetivo de adquirir gêneros alimentícios e matérias de limpeza. Acesso pública terá início às 09:00 horas, do dia 12 de fevereiro de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 27 fevereiro de 2016.

ALMIR FERNANDES
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2016

Lei Municipal Autorizativa nº 3.218 de 30 de dezembro de 2015.

Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO AO DEFICIENTE FÍSICO E AO IDOSO CARENTE – APADEFIC, (Lar de Nossa Senhora da Luz), Associação Privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 79.318.119/0001-67,

Objeto: Constitui objeto deste Convênio abrigamentos institucionais, em regime de internato permanente, ou enquanto vigor o presente Convênio, de pessoas com deficiência física/mental, oriundas do Município de Três Barras – SC, na APADEFIC.

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), mensais para cada vaga/atendimento realizado no mês.

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 27 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015.

Termo Aditivo nº 22/2016

Processo Licitatório nº 71/2015

Pregão Presencial nº 60/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Ipe Informática LTDA - ME - CNPJ sob o nº 04.263.321/0001-30.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta, Item 4.2 do Contrato Principal nº. 037/2015, prorrogando o prazo de execução em 12 (doze) meses, com término previsto para 31 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 27 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 080/2013

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2013.

Termo Aditivo nº 09/2016

Processo Licitatório nº 76/2013

Pregão Presencial nº 64/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Lupa Segurança LTDA - CNPJ sob o nº 14.546.164/0001-23.

Objeto: Altera-se a Cláusula Nona do Contrato Principal nº. 080/2013, prorrogando o prazo de execução em 12 (doze) meses, com término previsto para 31 de dezembro de 2016.

Valor: R\$ 96.608,40 (noventa e seis mil seiscentos e oito reais e quarenta centavos),

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 27 de janeiro de 2016.

LEI Nº 3.210 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.210 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Três Barras – SC para o exercício de 2016, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 63.864.598,56 (sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos).

§ 1º. – A receita estimada está distribuída, como segue:

Entidade	Valor R\$
PREFEITURA MUNICIPAL	51.737.273,35
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	400.862,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.026.462,27
SAMASA	3.700.000,00
TOTAL	63.864.598,56

§ 2º. – A despesa fixada está distribuída, como segue:

Órgão/Entidade	Valor R\$
Gabinete do Prefeito	818.300,00
Procuradoria Jurídica	360.000,00
Secretaria Municipal de Administração	3.104.405,00
Secretaria Municipal de Finanças	3.004.278,76
Secretaria Mun. De Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente e Turismo	447.332,66
Secretaria Municipal de Agricultura	769.013,00
Secretaria Municipal de Obras	13.749.842,04
Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública	162.600,00
Secretaria de Habitação	173.400,00
Intendência São Cristóvão	908.000,00
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	16.336.580,73
Fundo de Desenvolvimento Rural	2.000,00
Fundo Rotativo Habitacional	2.000,00
Fundo para Infância e Adolescência	4.720,84
Fundo Municipal de Assistência Social	2.069.312,34
Fundo Municipal de Saúde	15.827.784,02
SAMASA	3.614.400,00

Fundo Municipal de Saneamento Básico – Três Barras	85.600,00
Câmara Municipal	2.355.029,17
Reserva de Contingência	70.000,00
TOTAL	63.864.598,56

Art. 2º. A execução orçamentária do exercício financeiro de 2016 seguirá o disposto no Plano Plurianual 2014/2017 e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º. Os recursos oriundos de convênio e operação de créditos não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo poderá movimentar dotações orçamentárias na forma que dispõe o artigo 29 da Lei de Diretrizes para o exercício de 2016.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 7º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas para o exercício de 2016.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 30 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 13 de Janeiro de 2016 e republicada em 28 de Janeiro de 2016 por incorreção.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

LEI Nº 3.215 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.215 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DENOMINA CRECHE PROFESSORA TÂNIA CRISTINA PORFÍRIO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. A Creche Municipal Meu Cantinho, situada na Localidade de Barra Grande-Km.6, neste Município de Três Barras-SC, fica denominada Creche Municipal "Professora Tânia Cristina Porfírio".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 30 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 13 de Janeiro de 2016 e republicada em 28 de Janeiro de 2016 por incorreção.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada em organização, realização de feiras multisetoriais ou setoriais, objetivando a comercialização de espaços expositivos da Expotílias 2016, de acordo com as especificações constantes no presente edital e seus anexos. O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 11/02/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA 023/2016

PORTARIA Nº 023/16 DE 22 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - DEMITIR, de acordo com o Ar. 193 da Lei Complementar nº 40/2011 de 07 de dezembro de 2011, o Sr. RAMON BOTELHO FELIZARDO, CPF nº 098.312.786-74, residente e domiciliado neste município, ocupante do cargo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 011/14 de 22 de janeiro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 22 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA 025/2016

PORTARIA Nº 025/16 DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor VALDIR RODRIGUES DE JESUS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 2.406.498, inscrito no CPF sob o N.º 636.947.789-34, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 026/2016

PORTARIA Nº 026/16 DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor JEAN ANTÔNIO DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 5.276.542, inscrito no CPF sob o N.º 068.727.939-96, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

015/16

PORTARIA 015/2016 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.
PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

CONSIDERANDO o recesso das atividades do Executivo Municipal conforme Decreto nº 105/2015;

CONSIDERANDO que dois funcionários pertencentes a comissão de avaliação para fins de Processo Administrativo Disciplinar nomeados pela Portaria 381/2015, encontravam-se em gozo de férias no período de janeiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica PRORROGADO O PRAZO para mais 60 dias constante na Portaria 381/2015 que nomeou os membros do processo Administrativo Disciplinar, a partir de 23 de dezembro de 2015 conforme determina o Artigo 125 da lei 816 de 1990 (estatuto dos servidores).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Trombudo Central, 27 de janeiro de 2016

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretário de Administração e Finanças Interina

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO N.01/2016

CONTRATO n.01/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Canisio Thomas.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 138/2015, e Pregão Presencial nº 108/2015, REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis.

Item	Especificação Produto	Und	Qtidade	Marca	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
1	Gasolina Comum	lt	50.000,00	Potencial	3,76	188.000,00
3	Óleo Diesel	lt	62.000,00	Potencial	3,01	186.620,00
4	Álcool Combustível	lt	6.000,00	Potencial	2,99	17.940,00
	TOTAL GERAL					392.560,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A proponente vencedora deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 138/2015 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do material solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes da contratação dos objetos do presente contrato correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Auto Posto Canarinho Ltda
CONTRATADO

Canisio Thomas -Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N.02/2016

CONTRATO n.02/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 138/2015, e Pregão Presencial nº 108/2015, REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis.

Item	Especificação Produto	Und	Qtidade	Marca	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
2	Óleo Diesel	lt	420.000,00	Charrua	2,89	1.213.800,00
	Total geral					1.213.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A proponente vencedora deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 138/2015 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do material solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes da contratação dos objetos do presente contrato correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
 PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO
 Ivo Engler sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
 CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
 CPF: 020.226.259-60

CONTRATO 04/2016

Contrato 04/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Enoí Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769/91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.
 CONTRATADO: A empresa Ok Eventos e Montagens LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.448.072.0001/08, com endereço na Rua Laurindo Schacker, 74, bairro Santa Rita, neste ato representado por seu representante legal Sr. Roque Luiz Colle, portador do RG nº 1.855.603 e CPF nº 526.601.099-15 doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 142/2015 e Pregão nº 112/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para locação de cobertura e infraestrutura a serem instalados pela própria contratada no local do evento, com auxílio de pessoas para apoio operacional e manutenção, destinadas a realização da 12ª EFACI-TUS, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	UN	QNT	DESCRIÇÃO	Total Unit R\$	Valor Total R\$
1	un	04	Bilheterias em estrutura metálica medindo 1,5m x 1,0m	373,9237	1.495,69
2	un	01	Box de alimentação em octanorm medindo 3,00m x 3,00m com balcão frontal e uma cuba plástica	738,0074	738,01
3	un	02	Camarim em estrutura metálica de 4,00m x 4,00m com pé direito de 2,20m e cobertura de lona na cor branca.	1.180,8118	2.361,62
4	un	01	Palco base de 10m x 14m em estrutura metálica e piso em chapa naval de 18mm	3.432,2263	3.432,23
5	un	01	Palco Base de 5m x 6m em estrutura metálica e piso em chapa naval de 18mm.	1.082,4108	1.082,41
6	m	60	60m corridos de tapume em estrutura metálica galvanizada com 2m de altura	17,1218	1.027,31
7	un	01	Um sistema de cobertura do tipo piramidal acoplado medindo 10m x 50m com pé direito de 3m e cobertura do tipo na cor branca	5.904,059	5.904,06
8	un	02	Um sistema de cobertura do tipo piramidal acoplado medindo 05m x 05m com pé direito de 3m e cobertura do tipo na cor branca	541,2054	1.082,41
9		01	Auto portante (cobertura de vão livre) para shows com 58m de comprimento e 22m de largura, incluindo aba lateral 58m de comprimento e 11 metros de largura, estrutura predominante em alumínio, cobertura de lona na cor branca, anti-chama.	33.649,2005	33.649,20
10	m/c	01	Arquibancada com base em estrutura metálica, assento em madeira de espessura de 3,5 centímetros, de 4 degraus, altura de 40 centímetros entre degraus, e extensão de 32 metros com profundidade aproximada de 2,45 metros. e altura total da base até o final da arquibancada medindo 1,70 metros, com paraqueto de 0.85 cm.	3.247,2325	3.247,23
11	un	46	Stand de 3m x 3m em octanorm com pé direito de 2.20 e testeira 2,55m com identificação do expositor, carpe na cor cinza, 01 tomada, 02 spot.	300,123	13,805,66

12	un	25	Banheiros químicos de 1,0m x 1,0m x 2,0m com produto de limpeza e sucção. OBS; Os banheiros estão licenciados a FATMA/SC *Registros dos caminhões de transporte, com identificação de carga perigosa. * carteirainha de treinamento dos funcionários devidamente comprovada que executam trabalho de limpeza dos mesmos. *cursos de carga perigosa dos motoristas que transportam os resíduos	314,8831	7.872,08
13	un	70	Grade de ferro ou alumínio para separação de público. (área VIP)	15,7442	1.102,09
			TOTAL GERAL DO LOTE	R\$ 76.800,00	

1.2 O Edital do Processo Licitatório nº 142/2015, a proposta da CONTRATADA e todos os demais documentos contidos nos autos do Pregão nº. 112/2015 integram o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO O valor de R\$ 76.800,00(setenta e seis mil e oitocentos reais) preço cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento pelo objeto deste contrato será efetuado com base no preço R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais), cotado pela ser em 1 (uma) etapa, que ocorrerá 5 (cinco) dias após a desmontagem da infraestrutura, e mediante apresentação das Notas Fiscais sem emendas, rasuras ou entrelinhas, destacando o valor da retenção de 11% de INSS, 3% de ISQN e 3% de Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o valor total da Nota Fiscal, devidamente assinada pelo servidor responsável.

2.3. DO REAJUSTE: não haverá reajuste

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 A contratada deverá fazer a montagem e desmontagem a proceder da seguinte forma:

- Montagem dos stands internos até o dia 16 de abril de 2016.
- Montagem da estrutura externa até o dia 16 de abril de 2016.
- Desmontagem de toda estrutura até o dia 02 de maio de 2016.

As montagens das estruturas da feira deverão ocorrer no Ginásio Municipal, Campo de Futebol do Centro Esportivo, e Pavilhões, estabelecidos na Rua Santa Cruz, centro deste Município.

3.2 Se a qualidade e quantidade dos Materiais e Serviços não corresponder às especificações do edital e da autorização de Compra, o mesmo será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.3 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um dos membros da Comissão Organizadora da 12ª EFACITUS;

3.4 A fiscalização será exercida no interesse da Administração Pública de Tunápolis e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

3.5 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este contrato.

3.6 A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

3.7 Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os Serviços e Materiais contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

4.2) Fiscalizar e acompanhar a execução do serviço;

4.3) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais, bem como executar os serviços com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 142/2015 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Manter todos os custos diretos e indiretos, concernentes a impostos, taxas e quaisquer outros encargos, mão de obra especializada, despesas com passagens, estadias e diárias de seus técnicos, transporte, telefone, fac-símile, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários para execução dos serviços contratados.

5.3 Executar a prestação de serviços no prazo estabelecido pela ordem de serviço e instalar a estrutura necessária para a execução dos serviços contratados.

5.4 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da contratação dos serviços, objeto do presente contrato.

5.5 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.5.1 A Contratada se responsabiliza pela rede básica de energia por ela montada nos stands e demais, sendo de sua inteira responsabilidade qualquer dano causado a terceiros ou aos visitantes da 12ª EFACITUS, decorrentes da má execução dos serviços ora contratados.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.7 É de responsabilidade da CONTRATADA a segurança patrimonial, dos trabalhadores, alimentação, transporte e hospedagem do pessoal técnico e de montagem e desmontagem serão de inteira responsabilidade da empresa contratada.

5.8 A contratada deverá apresentar todas as ART's e laudos técnicos referentes à infraestrutura.

5.9 Garantir a entrega do objeto deste contrato nas datas pré-fixadas na cláusula 3(três).

5.10 Desmontar toda a estrutura após a realização do Evento;

5.11 Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Contratante;

5.12 Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

5.13 Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo que não prejudique o evento;

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (14) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do de ano de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31/05/2016, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 04 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Ok Eventos e Montagens LTDA ME
CONTRATADO
Roque Luiz Colle
Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL Nº 14/2016

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL nº 14/2016

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, inscrita no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, representada neste ato por seu prefeito Municipal, o Sr. ENOI SCHERER, Identidade nº 2.529.279-0, CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua santa Maria, neste Município, denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Sra. Liria Gossler, inscrita no CPF nº 000.110.129-35, portadora da cédula de identidade n 13/R-3.457.795, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, nas condições estabelecidas nas clausulas seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação em conformidade com o que preceitua o art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações vigentes e solicitamos a locação do imóvel laudo de avaliação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de uma sala comercial de 132 m², existente no Prédio construído na Avenida Cerro Largo, nº 586, neste Município de Tunápolis – SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob a matrícula nº 6.461;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Que a finalidade da presente locação, é a ocupação das instalações do CRAS.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As instalações e equipamentos anexados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 787,59 (Setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) mensais, como pagamento até o dia 12 do mês subsequente ao mês base, através de depósito bancário, podendo atrasar no máximo em dez dias, sendo que as despesas da energia elétrica da sala comercial deverão ser transferidas e liquidadas pela Contratante. O valor total do contrato será de 9.451,08(Nove mil quatrocentos e cinquenta um reais e oito centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula não sofrerão reajuste durante o período estabelecido na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato estende-se até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Município, interesse na prorrogação, comunicará a Proprietária com antecedência de no mínimo 30 dias antes do término do Contrato, para a assinatura do respectivo termo aditivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo prorrogação os valores ora avençados serão reajustados pelo IGPM ou pelo que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DA LOCADORA: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

- I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;
- II – responsabilizar-se pelo pagamento impostos incidentes sobre imóvel objeto desta locação;
- III – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
- IV – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte da Proprietária, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (125), do Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga - SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 18 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

LIRIA GOSSLER RECKTENVALD
Locadora

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE RATEIO Nº 05/2016

CONTRATO DE RATEIO Nº 05/2016

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC, para o exercício de 2016.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de TUNÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, com sede à Rua João Castilho, 111, integrante da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC - AMEOSC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, inscrito no CPF nº 656.321.769-91 e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, inscrito no CPF nº 626.965.569-20 e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, consórcio público, inscrito no CNPJ nº 02.311.972/0001-22, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Milton Simon, Prefeito Municipal de Itapiranga, inscrito no CPF nº 728.504.939-53, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/.

Cláusula Primeira – Das Disposições Gerais

Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC, Leis Municipais nº 854 de 10 de julho de 2007, bem como, as cláusulas do Contrato de Programa nº 19/2010.

Cláusula Segunda – Das Normas Legais

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Este Contrato de Rateio tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de TUNÁPOLIS, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Cláusula Quarta – Da Execução dos Serviços

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CIS/AMEOSC na forma de credenciamento, conforme relação de credenciamentos.

Cláusula Quinta – Da Verificação da Prestação dos Serviços Prestados

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

Cláusula Sexta - Do Rateio

Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Programa, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de TUNÁPOLIS repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$ 3.850,66 (Três mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), mensais, (representa R\$ 1,00 por habitante, descontado o valor do repasse mensal de R\$ 782,34 do contrato de rateio 01/2016 para as despesas administrativas), correspondendo a serviços médicos especializados e demais ações do CIS/AMEOSC, depositado em conta específica: Banco: 001 - Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 1.300-5.

I. O Município de Tunápolis utilizará os valores repassados, descontada a taxa de administração do consórcio de 10 a 12% aprovada pela Assembleia Geral, em serviços médicos especializados a nível ambulatorial, de acordo com sua necessidade e nas condições operacionais do Consórcio, sendo estes valores constantes em contrato separado.

II. Caso ocorra a utilização de serviços além do estabelecido na contribuição será cobrado do Município em forma de serviços excedentes, a serem repassados nas mesmas condições da contribuição mensal, após faturamento.

III. Os valores não utilizados ficarão como crédito disponível para utilização do Município; e dos valores praticados pela tabela do CIS/AMEOSC, incidem quando se tratar de prestadores pessoa física o percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores dos credenciados a título de encargos previdenciários.

Cláusula Sétima - Da Rubrica Orçamentária

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 1.244/2015, de 09 de dezembro de 2015 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica	Especificação	Valor (R\$)	(%)
3.3.93.00.00.00.00.00.1.002	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos	46.207,91	100%
TOTAL		46.207,91	100%

Parágrafo Único: Será excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio.

Cláusula Oitava - Da Prestação de Contas

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Cláusula Nona - Das Penalidades

O consorciado inadimplente com o CIS/AMEOSC, será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

I. Uma vez notificado da inadimplência, suspender-se-ão os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

II. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 90 (noventa) dias, o ente consorciado será excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme artigo 43 do Estatuto Social.

III. A exclusão prevista na cláusula nona, não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes referente ao período em que permaneceu inadimplente e como ativo participante, devendo o CIS/AMEOSC proceder a execução dos direitos.

Cláusula Décima - Das Obrigações do Consórcio

São obrigações do CIS/AMEOSC:

I. acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;

II. colocar a disposição do Município os serviços credenciados;

III. fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;

- IV. colocar a disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;
- V. orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- VI. fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;
- VII. encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações do Município

São obrigações do Município:

- I. acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;
- II. auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;
- III. definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

Cláusula Décima Segunda - Da Vigência

O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

Cláusula Décima Quarta - Das Disposições Finais

As demais questões serão resolvidas consoante as disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembléia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 13 de janeiro de 2016.

Enói Scherer Prefeito Municipal	Milton Simon Representante CIS-AMEOSC

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo Munic. da Saúde
Contratante

TESTEMUNHAS:

CONTRATO DE RATEIO Nº 04/2016

CONTRATO DE RATEIO Nº 04/2016

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de TUNÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, com sede à Rua João Castilho, 111, integrante da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC - AMEOSC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ENOÍ SCHERER, inscrito no CPF nº 656.321.769-91 e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, inscrito no CPF nº 626.965.569-20 e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, consórcio público, inscrito no CNPJ nº 02.311.972/0001-22, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Milton Simon, Prefeito Municipal de Itapiranga, inscrito no CPF nº 728.504.939-53, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/AMEOSC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC, Lei Municipal nº 854/2007 de 05 de Junho de 2007, bem como, as cláusulas do Contrato de Programa nº 10/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS LEGAIS - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
- b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios.
- c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
- d) Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DO RATEIO - Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de Tunápolis, repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$ 782,34(Setecentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos) mensais, correspondendo ao objeto deste contrato do CIS/AMEOSC, depositando em conta específica: Banco: 001 - Banco Brasil, agência 0599-1, conta corrente 46858-4.

CLÁUSULA QUINTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 1.244/2015 de 09 de dezembro de 2015 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica	Especificação	Valor (R\$)	(%)
3.1.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	5.632,85	60
3.3.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	2.816,42	30
4.4.71.70	Transferência a Consórcios Públicos	938,81	10
Total Geral		9.388,08	100,00

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO - São obrigações do CIS/AMEOSC:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Colocar a disposição do Município os serviços credenciados;
- Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- Colocar a disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;
- Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;
- Encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - São obrigações do Município:

- Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA - O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2016, podendo ser prorrogado no final do ano, por um período de até 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste, SC., para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 13 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer Prefeito Municipal	Milton Simon Representante CIS-AMEOSC

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo Munic. da Saúde

Contratante

TESTEMUNHAS:

CONTRATO N. 01/2016

CONTRATO N. 01/2016

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro, Interior do Município de Tunápolis - SC., portador do CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora Mercês, com sede na Rua Rio de Janeiro, n.115-W, centro, Município de Iporã do Oeste/SC inscrito no CNPJ/MF sob nº 85.217.032/00001-04, neste ato representado por seu presidente Sr. Almir Zanchin Trevisan, brasileiro, residente e domiciliado na cidade e Município de Iporã do Oeste, inscrito no CPF/MF sob nº 220.784.369-68, RG nº 463631- SSP -SC, e doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobreaviso Médico para os munícipes de Tunápolis, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2015 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1.741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobreaviso Médico para os munícipes de Tunápolis.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Sobreaviso Médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	3.500,00	55,00	92.500,00
2	Sobreaviso Médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	2.800,00	75,00	210.000,00
TOTAL GERAL					402.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal

da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.00.00.00.00.0102
Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0104

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

O Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora Mercês devidamente credenciado deverá realizar Serviços sobreaviso Médico para os municípios de Tunápolis para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDECIMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;

e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 04/01/2016 e vigorará até dia 31/12/2016, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2016.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Representante legal

Inst. Hosp. e Benefic.Nossa Senhora Mercês
Almir Zanchin Trevisan

TESTEMUNHAS:

Karine Epping
009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
020.226.259-60

Assessoria Jurídica

CONTRATO N. 07/2016

CONTRATO N. 08/2016

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.273.240/0001-49, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. Bruno José Heberle GESTOR DESTE FUNDO como CONTRATADA, a empresa Clínica Luz Ramos Ltda-ME sediada na Rua Santos Dumont, 603 sala 04, no Município de São Miguel do Oeste/SC inscrita no CNPJ/MF sob o nº14.239.783/00001-75, neste ato por seu representante legal Sra. Liane Luz Ramos portador CPF nº 315.663.590-15 residente e domiciliado na cidade de São Miguel do Oeste/SC, denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de consultas com médico ginecologista, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência.

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unit.R\$	Valor Total R\$
02	100	unid	consultas com médico ginecologista	R\$ 150,00	15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 30.12.2016 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do

Fundo, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O Município pagará o valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais) por consulta ginecológica conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação. O valor total do contrato é de 15.000,00(quinze mil reais).

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (11,32) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Executar as consultas de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.3 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Sr. Bruno José Heberle, secretário da Saúde, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.4 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.5 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Tunápolis, SC 26 de janeiro de 2016

Bruno José Heberle	Clinica Luz Ramos Ltda-ME
Gestor Fundo	CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N. 08/2016

CONTRATO N. 08/2016

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.273.240/0001-49, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, Tunápolis/SC, aqui representado pelo Sr. Bruno José Heberle GESTOR DESTE FUNDO como CONTRATADA, a empresa Clinica Luz Ramos Ltda-ME sediada na Rua Santos Dumont, 603 sala 04, no Município de São Miguel do Oeste/SC inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.239.783/00001-75, neste ato por seu representante legal Sra. Liane Luz Ramos portador CPF nº 315.663.590-15 residente e domiciliado na cidade de São Miguel do Oeste/SC, denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de consultas com médico ginecologista, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência.

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unit.R\$	Valor Total R\$
02	100	unid	consultas com médico ginecologista	R\$ 150,00	15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 30.12.2016 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O Município pagará o valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais) por consulta ginecologica conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação. O valor total do contrato é de 15.000,00(quinze mil reais).

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (11,32) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES**7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Executar as consultas de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.3 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Sr. Bruno José Heberle, secretário da Saúde, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.4 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.5 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Tunápolis, SC 26 de janeiro de 2016

Bruno José Heberle
Gestor Fundo

Clinica Luz Ramos Ltda-ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N.05/2016 CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015, PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL.

CONTRATO N.05/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015, PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL.

"Objetivando o Chamamento Público para Credenciamento de pessoa jurídica, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, que celebram o Município de Tunápolis e Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu, nos termos e condições a seguir"

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ sob nº. 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro lado a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu inscrita no CNPJ/CPF sob n.º 85.217.628/00001-04, estabelecida na Rodovia SC 283, Km 02, S/N Bairro Industrial, no Município de Mondai/SC, neste ato representado pelo Sr. Odilon Roland Bader –Presidente da Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MESES	VALOR UNITÁRIO	Valor Total
1	Serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados para 03 (três) vagas, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.	12	6.600,00	79.200,00
TOTAL GERAL				79.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.
- c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização de serviços na execução/fornecimento dos serviços Socioassistenciais, emitidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação de Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis, até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:
1. - As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.
 2. - Relação dos menores atendidos no mês;
 3. - Comprovação do pagamento do INSS e FGTS do mês anterior a competência;
 4. - Cópia da SEFIP com Relação de Empregados.

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único - Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO.

A CREDENCIANTE através do Conselho Tutelar do Município exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias a CREDENCIANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) - 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços socioassistenciais, será cobrada multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

1. - Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
2. - Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
3. - Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
4. - Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
5. - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela dotação orçamentária da Secretaria de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2016: 2.031 - manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas:

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo será dirimido com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Tunápolis, SC,.04 de janeiro de 2015.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N.º 03/2016

CONTRATO N.º 03/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.486.198/0001-52, com sede à Rua João Castilho, 111, CEP 89898-000, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 925, de 11/02/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 8.160,00(oito mil e cento e sessenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 3.900,00;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 1.560,00;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 2.700,00;

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016: R\$ 8.160,00(oito mil e cento e sessenta reais)

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2016, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ R\$ 8.160,00(oito mil e cento e sessenta reais), em 12(doze) parcelas, no valor de R\$ 680,00(seiscentos e oitenta reais) cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal n.1.244/2015 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER Prefeito de Tunápolis CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Sheila Inês Bieger
Auxiliar de Contabilidade

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor XXXX, (nacionalidade), (estado civil), (cargo público), inscrito no CPF sob o n.º (cpf), como seu representante no Contrato n.º XXX/201X, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis - SC, (dia) de (mês) de 2015.

ENOI SCHERER
Prefeito de Tunápolis
CONTRATANTE

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º XXX/2016, celebrado com o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis - SC, (dia) de (mês) de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua Padre Balduino Rambo, 123, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portadora do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa HCL Laboratório Clínico Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.611.027/0001-74, estabelecida à Rua Albino Frantz, 148, Centro, no município de Tunápolis – SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Hilton Cezar Lamuor, inscrito no CPF nº 544.362.909-30, considerado simplesmente doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 40/2015 e Pregão 35/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente contrato consiste na realização de exames laboratoriais, em pacientes deste município, conforme especificações e quantitativos constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	EXAME	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Análise de urina	1000	3,70	3.700,00
02	Antibiograma	150	4,98	747,00
03	Cultura de bactérias	300	5,62	1.686,00

04	Determinação de fator reumatóide	200	2,83	566,00
05	Determinação de tempo de coagulação	100	2,73	273,00
06	Tempo e atividade da protrombina (TAP)	350	2,73	955,50
07	Velocidade de hemossedimentação (VHS)	300	2,73	819,00
08	Determinação de grupos ABO	50	1,37	68,50
09	Fator RH	50	1,37	68,50
10	Tempo de tromboplastina ativada (KTP)	450	5,77	2.596,50
11	Dosagem de ácido úrico	300	1,85	555,00
12	PSA total e livre	600	18,59	11.154,00
13	Dosagem de bilirrubinas totais e frações	150	2,01	301,50
14	Dosagem de colesterol total	2500	1,85	4.625,00
15	Dosagem de colesterol HDL	2500	3,51	8.775,00
16	Dosagem de colesterol LDL	2500	3,51	8.775,00
17	Creatinina	2500	1,85	4.625,00
18	Dosagem de fosfatase alcalina	100	2,01	201,00
19	Dosagem de glicose	2500	1,85	4.625,00
20	Beta HCG	50	7,85	392,50
21	Dosagem de proteína c reativa (PCR)	100	2,83	283,00
22	Dosagem de triglicerídeos	2500	3,51	8.775,00
23	Dosagem de uréia	2000	1,85	3.700,00
24	Hemograma	3000	4,11	12.330,00
25	Aslo	100	2,83	283,00
26	Anti hiv1 + anti hiv2	200	10,00	2.000,00
27	Antitoxoplasma IGG	150	18,55	2.782,50
28	Antitoxoplasma IGM	150	18,55	2.782,50
29	HBSAG	200	18,55	3.710,00
30	VDRL	150	2,83	424,50
31	Teste indireto de antiglobulina humana	30	2,73	81,90
32	Determinação de curva glicêmica	10	25,50	255,00
33	Dosagem de transaminase (TGO)	1500	2,01	3.015,00
34	Dosagem de transaminase (TGP)	1500	2,01	3.015,00
35	Pesquisa de ovos e parasitas (EPF)	50	1,65	82,50
36	Contagem de plaquetas	500	6,48	3.240,00
	TOTAL GERAL	102.268,90		

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o preço R\$ 102.268,90 (cento e dois mil duzentos e sessenta oito reais e noventa centavos) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8 (oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.2.1 O efetivo pagamento ficará condicionado à entrega do relatório de exames desenvolvidos no mês, contendo (data / nome do paciente / tipo de exame), devidamente assinado pelo responsável técnico, bem como pelo Secretário de Saúde.

2.3. Os Valores constantes no item 2.1 são meramente estimativos, não estando a CONTRATANTE obrigada a adquirir a totalidade ali prevista, já que o fornecimento é feito mediante requisição, conforme necessidade do Órgão.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE:

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO:

4.1 Os exames licitados devem ser feitos em até 5 dias após solicitação do Gestor do Fundo Municipal da Saúde, sendo que fica responsável

a empresa contratada, pela coleta do material para realização dos exames, em laboratório próprio fornecendo inclusive a embalagem, quando necessário. O resultado dos exames licitados devem ser entregues no próprio laboratório.

4.2. No caso de irregularidade ou incompatibilidade dos Exames solicitados em relação à proposta declarada vencedora, bem como em relação às demais condições estabelecidas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o CONTRATADO às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Processo nº 40/2015, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

5.2 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

5.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

5.4 Prestar os Serviços laboratoriais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

5.2 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 O Município obriga-se adquirir os bens acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO:

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES:

10.1 O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE:

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, em 04 de janeiro de 2016

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

HCL Laboratório Clínico Ltda- ME
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CREDENCIAMENTO REFERENTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2016.

CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE

CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente credenciante.

CREDENCIADA: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis,-APAE, estabelecida na Rua João Castilho S/N, Centro, no Município de Tunápolis, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 11.201.022/0001-36, neste ato representado pelo Sr. Marino José Frey, Presidente, denominada CREDENCIADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente credenciamento às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 02/2016 e Inexigibilidade de licitação 02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente credenciamento tem por objeto credenciar de Instituição, prestadora de serviço de Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para a execução do presente credenciamento, o Município repassará a APAE, mensalmente, a importância de até R\$ 15,26 (quinze reais e vinte seis centavos) por procedimento, no período de janeiro a 31 de dezembro de 2016, acompanhado do relatório de produção da APAE. O referido valor tem como objeto o funcionamento da APAE de Tunápolis, visando o desenvolvimento das atividades com os alunos excepcionais de Tunápolis e o Município de Santa Helena.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores definidos nesta Cláusula serão depositados até o quinto dia do mês subsequente, na conta da APAE nº 30.691-6, Agência do SICOOB de Tunápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O Município obriga-se:

- I – a efetuar o repasse financeiro, nas condições e no montante de que trata a Cláusula Segunda;
- II – fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros de acordo com o objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA APAE:

A APAE obriga-se:

- I – a prestar atendimento aos alunos excepcionais do município de Tunápolis, durante o período conveniado.
- II – efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em face do presente Convênio, observando-se o disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O presente credenciamento terá vigência até 31 de dezembro do corrente ano, podendo ser renovado por interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO:

A rescisão do presente Convênio poderá ser efetuada a qualquer tempo por mútuo acordo entre as partes, por decisão unilateral do Município, se assim o exigir o interesse público e outras previsões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO:

As dúvidas que possam advir do presente Convênio serão dirimidas no foro da Comarca de Itapiranga.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Convênio, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Tunápolis – SC, aos 04 de janeiro de 2016.

Bruno José Heberle
Prefeito Municipal

MARINO JOSÉ FREY
Presidente da APAE

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

Edital de Pregão Presencial nº 08/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos institucionais do Fundo Municipal da Saúde, para o ano de 2016..

Entrega dos envelopes até às 14h15min do dia 11/02/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 27 de janeiro de 2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.068.416,80	0,00	0,00
Pessoal Ativo	1.068.416,80	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.068.416,80		0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.577.552,89	-	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.068.416,80	3,49	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.834.653,17	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.742.920,51	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.651.187,86	5,40	
FONTE:			

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINAMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e sete de janeiro de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ALTERMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme relação abaixo descritas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unit.
9	ALCOOL 92% EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	500,00	Da Ilha	6,41
17	APARELHO PARA INALAÇÃO COM 4 SAÍDAS, MOTOR 1/4 HP, FLUXO DE AR LIVRE 45L/MIN, COMPRESSÃO MÁXIMA 40 LB/POL, ACOM-PANHA ADAPTADOR PARA 4 SAÍDAS SIMULTANEAS E 4 KITS DE NEBULIZAÇÃO 220V, PROCEDENCIA NACIONAL	UN	1,00	Inalamed	1.330,00
18	Aparelho de oftalmoscópio com 5 tipos de aberturas (diafragmas): círculo grande, pequeno, estrela de fixação, semicírculo e livre de vermelho, iluminação brilhante com lâmpada Xenon Halógena XHL 2,5v.Tecnologia XHL Xenon halogênio proporciona 100% mais luz em comparação com as lâmpadas convencionais. Luz branca concentrada e de alto brilho para uma iluminação perfeita.Apoio orbital macio, resistente a poeira, clipe suporte com interruptor integrado proporciona desligamento automático ao ser fixado no bolso, cabo em plástico de alta qualidade com acabamento cromado na parte superior. Cabo ergonômico, à prova de choque, resistente e antiderrapante. 2 peças (cabo e cabeça). Conexão superior e tampa inferior com rosca metálica, sem desgaste e reposição fácil das pilhas. Funcionamento com 2 pilhas pequenas (AA).	UN	1,00	MD	1.198,00
19	Aparelho Otoscópio de fibra ótica mod Pocket Junior c/ 5 espelhos permanentes de calibres diferentes, cabo metálico, acabamento liso com 2 pilhas alcalinas AA.. Cor preta.	UN	3,00	MD	384,71

21	<p>Aparelho interferencial multicorrentes 7x1, bivolt, tecnologia de operação microcontrolada, tela em LCD, gabinete metálico com pintura eletrostática e suporte, para os cabos, 4 canais de saída 80(ma) memória com 8 indicações de tratamento pré-programadas, capacidade para gravar 8 protocolos de tratamento personalizados na memória, as variações da frequência, largura de pulso e amplitude de algumas correntes podem ser programadas das formas síncrona, recíproca e sequencial, correntes que possuem efeito eletrolítico podem ser programadas para a auto-inversão durante a metade do tempo; correntes disponíveis _ TENS convencional e variações nos formatos da largura do pulso (VLP), da frequência do pulso (VFP), da largura e da frequência do pulso (VPF), da intensidade e da frequência do pulso (VIF) e burst, FES com variação na amplitude do pulso (VAP) e largura (VLP); corrente russa; interfere4ncial bipolar e interferencial tetrapolar vetorial; dinâmicas de Bernard (DF/MF/CP/LP/cpid); ultra excitante; galvanica de 8khz; construção de pulsos triangulares ou retangulares para eletrodiagnóstico com tempos de duração de fase 0,1ms a 500ms e intervalo de fase de 5ms a 1300ms; frequência nominal 50/60Hz; potência nominal - 50VA; saída - 14 VDC/4A. Itens inclusos: 01 tubo gel, 01 conversor de alimentação, 08 eletrodos silicone 5cmx5cm, 04 eletrodos silicone 11cmx5cm, 041 envelopes para eletrodo 5cmx5cm, 04 envelopes para eletrodo 11cmx5cm, 02 cintas elásticas 40cm, 02 cintas elásticas 60cm, 02 cintas elásticas 1m, 01 cabo de conexão ao paciente NMS laranja, 01 cabo de conexão ao paciente NMS azul, 02 cabos de conexão ao paciente NMS preto/vermelho; 01 cabo de força, 01 termo de garantia e 01 manual de operação. Garantia de 12 meses.</p>	UN	1,00	Ibramed	2.613,00
26	Autoclave para esterelização a vapor 54 litros, Câmara de esterilização em aço inox, painel digital com 5 ciclos de esterilização, sistema de fechamento de porta com seis pontos de apoio, display de cristal líquido, quatro bandejas em aço anodizado.	UN	1,00	Stermax	6.813,00
36	CADEIRA DE RODAS APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS PEDAIS EM POLIETILENO, COM PNEUS INFLÁVEIS PARA PACIENTES ATÉ 80 KG	UN	4,00	Prolife	416,00
44	<p>Cardioversor CV10 ECG Desfibrilador e Bateria Interna Cristal Líquido COM MONITOR ECG, Tela: Cristal líquido retroiluminada. ECG: Com captação pelas pás ou cabo paciente de 3 ou 5 vias. 7 derivações, sensibilidade N/2,N e 2N, filtros digitais de 60Hz e tremor muscular. Com alarmes de eletrodo solto e frequência cardíaca máxima e mínima. Velocidade 25mm/s; Desfibrilador: Pulso senoidal, com forma e duração de acordo com o recomendado pela Norma ANSI AAMI DF2 1996.</p> <p>Níveis de energia ajustáveis entre: 10,20,30,50,100,150,200,250,300 e 360 Joules. Tempo máximos de carga: 7s para 200 Joules; 12s para 360 Joules. Aplicações através de pás. Anulação automática da carga, por botão no painel ou ao desligar o equipamento. As aplicações podem ser sincronizadas por pulsos recebidos do monitor de ECG; Cardioversão: Seleção manual para sincronismo com onda R; Gravador de eventos: Memoriza os últimos 20 eventos de desfibrilação ou estimulação; Software para revisão de eventos: Para instalação em computadores com Windows 98/ME/2000. Permite transferir, para um PC, os eventos armazenados, visualiza-los e imprimir relatórios.; Conexões auxiliares: Saída serial RS232; Alimentação 110/220V, bateria 12V(externa) e/ou bateria interna. Frequência 50/60Hz. Recarrega a bateria interna a partir da rede ou pela bateria externa.</p>	UN	1,00	Cmos Drake	20.477,29
54	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 3 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	150,00	Embalaire	1,996
61	DESINFETANTE GLUTARALDEÍDO 28-2%, EMBALAGEM COM 05 LITROS	UN	3,00	Cinord Sudeste	58,20

62	Detector Fetal de Mesa Digital c/ Regulagem de Vol, Grave e Agudo. Botão liga ou desliga com regulagem de intensidade do volume. Botão com regulagem de tonalidade de grave e agudo. Filtro minimizador de interferências durante a utilização. Ausculta de batimentos cardíacos fetal a partir da 10ª semana. Alta sensibilidade para ausculta coletiva. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. Acompanha fone de ouvido bi-auricular para ausculta individual. Ciclagem de 6.000 a 60.000. Frequência de 2,0 a 2,25 MHz. Alojamento para transdutor fixado na lateral do gabinete. Alimentação por bateria interna recarregável de 12 v x 1,3 Ah. Led. Indicador de bateria com carga insuficiente para uso imediato. Acompanha carregador da bateria para rede elétrica em 110 ou 220 v 50/60 Hz. Dimensões: (L.P.A.) 200 x 210 x 95 mm. Peso líquido: 1,3 kg.	UN	3,00	MD	686,00
71	ESPÁTULA DE AYRES PARA PREVENTIVO, EMB C/ 100 UNIDADES	UN	200,00	Theoto	5,90
76	ESTETOSCÓPIO PLANO/DUPLO ADULTO	UN	10,00	MD	55,20
77	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA MEDIO INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	Mercur	35,20
78	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA LEVE INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	Mercur	35,20
79	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA FRACO INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	Mercur	34,90
96	GARROTE ADULTO PARA COLETA DE SANGUE, DE TECIDO ELÁSTICO, NÃO ALERGENICO, COM TRAVA DE SEGURANÇA QUE PROPORCIONA MAIOR PRATICIDADE NO MOMENTO DO PROCEDIMENTO.	UN	20,00	Auriflex	4,60
97	GEL PARA ULTRA-SONOGRAFIA, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	200,00	Caithec-Dentaltec	5,97
98	GEL PARA ULTRASSOM FRASCO DE 100 G	FR	50,00	Caithec-Dentaltec	2,662
99	GELO REUTILIZÁVEL FLEXÍVEL GELOX 12X03X07 CM EM PVC 200 ML	UN	100,00	Gelotech	1,786
100	GELO REUTILIZÁVEL FLEXÍVEL GELOX TAM. P 8 X 12 X 1,5 CM CM EM PVC, EMBALAGEM COM 150 ML	UN	200,00	Gelotech	1,74
106	LÂMINA DE BISTURI Nº 20 CX COM 50 UNIDADES	CX	5,00	Maxicor	17,90
113	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX, TAM. M, CX. COM 100 UNIDADES	CX	50,00	Nugard	19,97
116	PAPEL CREPADO PARA USO EM AUTOCLAVE VERDE 40X40 CM, COM REGISTRO NA ANVISA EMBA COM 500 UNID.	PT	20,00	Hospflex	102,50
119	LIXEIRA EM INOX, COM TAMPA BASULANTE 18,5X20CM COM CAPACIDADE DE 5,4 LITROS	UN	10,00	Mor	109,80
120	LIXEIRA EM INOX COM TAMPA BASCULANTE 30X60CM - COM CAPACIDADE PARA 40,5 LITROS	UN	3,00	Artinox	340,00
123	ELETRODO CARDIOLÓGICO ADULTO SILICONE SUCÇÃO+PERA PARA ECG, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES.	PCT.	50,00	Bionet	330,20
149	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA P/ OXIGÊNIO Nº 8 DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO	UN	30,00	Biosani	0,513
151	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14 EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E SILICONIZADA	UN	10,00	Biosani	0,802
152	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E SILICONIZADA	UN	30,00	Biosani	0,851
156	SORO FISIOLÓGICO ESTERIL, SISTEMA FECHADO FRASCO COM 125 ML, CAIXA COM 24 UNIDADE	CX	100,00	Basa	55,20
158	SORO FIOLOGICO ESTERIL, SISTEMA FECHADO FRASCO 250ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	200,00	Basa	62,55
161	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 86X10X-3CM TAM. G COM REVESTIMENTO DE ESPUMA.	UN	5,00	Resgate SP	25,361
162	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 63X9X-3CM TAM. M COM REVESTIMENTO DE ESPUMA	UN	10,00	Resgate SP	17,965
163	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 53X8X-3CM TAM.P COM RESVESTIMENTO DE ESPUMA.	UN	10,00	Resgate SP	16,647
164	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO INFANTIL, ARAMADA MOLDÁVEL 53X8X-3CM COM RESVESTIMENTO DE ESPUMA.	UN	3,00	Resgate SP	20,00
165	TATAME EM E.V.A COM ENCAIXE- BORRACHA PARA PISO ESPORTIVO E EXERCÍCIOS FÍSICOS 100X100CM E 1CM DE ESPESSURA NA COR PREFERENCIALMENTE AZUL	UN	30,00	Isp	139,00
172	TUBO DE ENSAIO PLÁSTICO C/ GEL (TAMPA AMARELA) DE BOA QUALIDADE 5 ML	UN	500,00	Laborimport	1,104

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os materiais e equipamentos, mediante o recebimento da autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 – Após o recebimento da autorização de fornecimento a empresa deverá entregar os materiais e ou equipamentos requeridos em até 15 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a realização dos exames e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos serviços correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.028 MANUT. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 26 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os materiais e ou equipamentos quando solicitados.

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais e ou equipamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MAICON CORDOVA PEREIRA
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Marília Miorelli Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95 CPF: 460.292.909-59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINAMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e sete de janeiro de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DENTAL OESTE EIRELI, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme relação abaixo descritas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário
5	AGULHA 25X8, CX. COM 100 UNIDADES	CX	5,00	Descarpack	7,50
6	AGULHA 25x7, C/ 100 UNIDADES	UN	5,00	Descarpack	7,50
8	AGULHA 40X12, CX. COM 100 UNIDADES.	CX	40,00	Descarpack	8,54
10	ÁLCOOL 70% EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	500,00	Mega	4,88
22	ATADURA 08 CM, 13 FIOS, PACOTE C/ 12 UND.	PT	100,00	Neve	6,39
35	CADEIRA DE RODAS APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS PEDAIS EM POLIETILENO PARA PACIENTES ATÉ 130 KG.	UN	3,00	Ortometal	578,11
45	CADEIRA PARA BANHO HIGIÊNICA EM AÇO CARBONO, APOIO PARA OS BRAÇOS FIXOS E PÉS, FREIOS BILATERAIS, PARA PACIENTES DE ATÉ 85 KG	UN	3,00	Ortometal	262,00
49	CATERER VENOSO PERIFÉRICO N. 24, EMBALAGEM COM 50 UND. (ABOCATH)	CX	2,00	Descarpack	47,80
63	DETERGENTE ENZIMÁTICO DESINCROSTANTE, PARA USO HOSPITALAR COMPOSTO POR ENZIMAS AMILASE, CARBOHIDRASE, LÍPASE PROTEASE, SURFACTANTE NÃO-IÔNICO COPOLIALCOXILADO, ALCOOL ISOPROPILICO, CORANTE, PERFUME E ÁGUA, EMBALAGEM 5 L COM REGISTRO NA ANVISA	GL	10,00	DGL	127,13
66	ELETRODOS AUTO ADESIVOS 8X13CM, PCT. COM 04 UND.	PT	40,00	Valutrode	45,77
68	ESCADA COM 02 DEGRAUS TUBO DE AÇO REDONDO DEGRAUS EM MADEIRA REVESTIDOCOM MATERIAL ANTIDERRAPANTE	UN	4,00	Marcos Móveis	85,74
75	Estadiômetro Infantil Anatômico permite a medição rápida e fácil de bebês e crianças com até dois anos de idade. Superfície, com extremidades altas e ligeiramente arredondadas. Apoio de pés desliza suavemente ao longo da escala. Com travas na lateral. Resolução em milímetros, (1 mm) e numeração a cada centímetro confeccionado em material resistente e durável resistente e leve de fácil higienização, modelo: 416 / Intervalo de medição: 33 - 100 cm / Graduação: 1 mm / Material: Plástico ABS / Peso: 3,8 Kg (aprox.) / Dimensões (Montado): 110,3 x 16,9 x 40,2 cm. Ítems Inclusos: 1 Estadiômetro Infantil Anatômico e 1 manual. Garantia: 24 meses.	UN	1,00	Welmy	591,24
81	FIO DE SUTURA NYLON 3.0, CX. COM 24 UNIDADES	CX	15,00	Technew	29,70

84	FIO DE SUTURA DE NYLON 6.0, EMBALAGEM C/ 24 UND.	CX	3,00	Technew	28,82
86	FITA MICROPORE 10CM X 4,5 M.	UN	100,00	Copertina	5,28
89	FRALDA GERIÁTRICA, TAM G, EMBALAGEM COM 08 UNIDADES	PT	400,00	Descarpack	12,05
90	Foco Cirúrgico de Teto 1 Cúpula 6 Bulbos com Bateria Recarregável de Sistema de Emergência (iluminação de 120.000 lux), com articulações para movimentação do braço	UN	1,00	Medpej FL200T6	12.585,00
101	HISTEROMETRO COLLIN EM INOX 28CM	UN	3,00	Golgran	100,37
103	INFRAVERMELHO DE MESA P/FISIOTERAPIA. MONTADO EM BASE DE CHAPA DE AÇO PINTADA. HASTE DE SUSTENTAÇÃO FLEXÍVEL. REFLETOR DE ALUMÍNIO ANODIZADO, DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE FORMA HOMOGÊNEA. INTERRUPTOR INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO. COM LÂMPADA DE 150W, 60HZ (220 VOLTS).	UN	1,00	Carci	430,68
114	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. P, SINTETICA (NITRILICA), SUPERFICIE MICROTESTURIZADA, AMBIDESTRA, SEM PÓ ABSORVIVEL, SEM LATEX E SEM PROTEÍNA. CAIXA COM 100 LUVAS	CX	50,00	Supermax	26,63
117	MESA CARRINHO AUXILIAR TUBULAR - 03 TAMPOS PARA FISIOTERAPIA MDF E METAL, PINTURA ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES: 90X48X35, PESO DE 7,24KG, MADEIRA MDF COM DOF (DOCUMENTO DE ORIGEM , ATESTADO PELO IBAMA) COR BRANCA	UN	3,00	MT420	450,00
118	MESA AUXILIAR DE FERRO PARA APARELHOS DE FISIOTERAPIA MEDINDO 40X40X80 CM COM RODINHAS.	UN	2,00	MT390	402,00
122	OXÍMETRO DE DEDO INFORMA O NÍVEL DA BATERIA NO PAINEL, O PAINEL APRESENTA: SPO2, FC E BARRA DE INTENSIDADE DO PULSO, DESLIGA APÓS 4 SEGUNDOS AUTOMATICAMENTE APÓS RETIRAR O DEDO, SPO2 - 0 À 100%, FAIXA DE PULSO - 30 À 240 BPM, ALIMENTAÇÃO - 2 PILHAS ALCALINAS AAA, APARELHO + BOLSA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE + COLAR PARA PENDURAR NO PESCOÇO.	UN	4,00	MD300	490,00
140	SERINGA 1 ML, MEDIDOR PARA 30 UNIDADES DE INSULINA COM AGULHA 13X3,8, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	100,00	Descarpack	27,00
143	SERINGA 20 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	30,00	Descarpack	34,40
154	SONDA URETAL N. 12, PCT. COM 10 UNIDADES	PT	500,00	Biosani	6,90
160	SUORTE PARA SORO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM REGULAGEM DE ALTURA POR SISTEMA DE PRESSÃO ATRAVÉS DE ROSETA COM 4 GANCHOS, PÉS COM RODÍZIOS ALT.MÍN. 1,70 - ALT.MÁX. 2,29 M.	UN	3,00	MT512	113,13

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DENTAL OESTE EIRELI, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os materiais e equipamentos, mediante o recebimento da autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 – Após o recebimento da autorização de fornecimento a empresa deverá entregar os materiais e ou equipamentos requeridos em até 15 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a realização dos exames e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos serviços correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.028 MANUT. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 26 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os materiais e ou equipamentos quando solicitados.

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais e ou equipamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AURI LINDENMAYR
DENTAL OESTE EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINAMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e sete de janeiro de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme relação abaixo descritas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário
23	ATADURA CREPE 13 FIOS, 10 CM, PCT 12 UNIDADES	PT	100,00	TEXCARE	4,68
24	ATADURA CREPE 13 FIOS, 15 CM, PCT COM 12 UNIDADES.	PT	100,00	TEXCARE	6,86
25	ATADURA CREPE 13 FIOS, 20 CM, PCT. COM 12 UNIDADES	PT	100,00	TEXCARE	9,12
51	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho P	UN	2,00	MARIMAR	26,85
52	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho M	UN	2,00	MARIMAR	26,85
53	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho G	UN	2,00	MARIMAR	26,85
59	COMPRESSA CIRURGICA NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO QUÁDRUPLO COM PLACA RADIOPACA, ALTO PODER DE ABSORÇÃO MEDINDO 45CMX50CM EMB. COM 50 UND	PT	20,00	BIOTEXTIL	67,85
64	ELETRODOS AUTO ADESIVO 5X5 CM, PACOTE COM 04 UND.	PT	40,00	MAXICOR	29,70
69	ESCOVA PARA COLETA ENDOCERVICAL EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PT	200,00	LABOR IMPORT	26,35
70	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO 10 CM X 4,5 M FÁCIL DE RASGAR	UN	150,00	MISSNER	6,08
72	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. G, SEM LUBRIFICANTE, COM PARAFUSO ACOPLADO PIGMENTADO NA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	100,00	CRAL	1,37
85	FITA AUTO-ADESIVA COM LINHAS QUE MUDAM PARA A COR MARROM APÓS AUTOCLAVAÇÃO. LARGURA 19MM X COMPRIMENTO 30 M	UN	30,00	NC	4,24
95	FRALDA GERIÁTRICA, TAM M, EMBALAGEM COM 09 UNIDADES	PT	250,00	DESCARPACK	12,68
133	PROTETOR OCULAR OPTICLUDE ADULTO FEITO DE FITA MICROPORE, ALMOFADA MACIA E ABSORVENTE, COM REGISTRO NA ANVISA. CX COM 12 UNIDADES	CX	5,00	CRAL	12,68
134	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO CAP 100 LITROS PARA RESÍDUOS HOSPITALARES E INFECTANTES E TÓXICOS. COM SIMBOLOGIA E REGISTRO NA ABNT E ANVISA. PACOTE COM 100 UNID.	UN	50,00	RAVA	40,05
167	TERMOMÊTRO COM BARRA DE MERCÚRIO EMB. COM 12 UNIDADES	PT	5,00	INCOTERM	97,05
171	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA. CX. COM 50 UND. E APARELHO EM COMODATO. A CADA 10 CX 1 APARELHO EM COMODATO.	CX	200,00	ON CALL PLUS	35,95
174	ABAIXADOR DE LINGUA, PACOTE C/ 100 UNIDADES	PT	80,00	ESTILO	4,25

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro

de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os materiais e equipamentos, mediante o recebimento da autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 – Após o recebimento da autorização de fornecimento a empresa deverá entregar os materiais e ou equipamentos requeridos em até 15 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a realização dos exames e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos serviços correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.028 MANUT. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 26 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados,

observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os materiais e ou equipamentos quando solicitados.

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais e ou equipamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ALEXANDRE PEDRON
L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
 Nome: Marília Miorelli
 CPF: 057.672.509-95

02. _____
 Nome: José Tessaro
 CPF: 460.292.909-59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINAMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e sete de janeiro de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOESTE LTDA - EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme relação abaixo descritas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário
1	AGUA DESTILADA 10 ML, CX. COM 200 UNIDADES	CX	25,00	SAMTEC	50,58
2	ÁGUA DESTILADA EMBALAGEM COM 5 LITROS	UN	40,00	ASFER	11,05
3	AGULHA 08X3,3 CX COM 100 UNIDADES	CX	50,00	LABOR IMPORT	9,87
7	AGULHA 20X5,5 CX. COM 100 UNIDADES	CX	15,00	LABOR IMPORT	7,35
12	ALGODÃO HIDRÓFILO, ROLO COM 500 GRAMAS	UN	30,00	NATHALYA	9,68
13	ALMOTOLIA 250 ML TRANSPARENTE	UN	10,00	PROLAB	2,48
14	ALMOTOLIA 500 ML TRANSPARENTE	UN	10,00	PROLAB	3,48
15	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO, BRAÇADEIRA DE NYLON, COM FECHO EM VELCRO; MANÔMETRO DE METAL, COM PROTETOR CONTRA IMPACTO	UN	10,00	PREMIUM	175,70
16	APARELHO DE PRESSÃO BRAÇO ADULTO DIGITAL, INDICADOR GRÁFICO DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO TRIPLA ZONA DE MEMÓRIA TOTALMENTE AUTOMÁTICO, MEDIDOR DE PRESSÃO E PULSAÇÃO, VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO	UN	5,00	GERATHERM	160,38
20	Aparelho de ultrassom 1 e 3mhz (2x1) para fisioterapia com tecnologia de operação micro controlada; 46 protocolos pré-programados, modo de emissão onda pulsada e contínua, repetição de pulso com 100Hz e modulação em 20 ou 50 de tempo ON, ERA de 7 cm², intensidade regulada e mensurada em W e W/cm² visualizadas através do painel digital, timer de até 30 minutos, saída para terapia combinada, equipamento protegido contra cotejamento de água. itens incluídos: manual de instruções, 01 kit cabecote de silicone com NTC, 01 fusível de proteção sobressalente, 01 bolsa linha safira, 01 bina de gel 100g, 01 cabo de força descartável. Modelo s34, bivolt, registro na anvisa, medindo 26,5x27,5x11,5cm, peso 1,1kg. garantia de 18 meses.	UN	1,00	SONIC	1.316,00
28	BIOMBO DUPLO 1,80 x 1,20 ABERTO, E 0,60 FECHADO, PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA E RODÍZIO NA LATERAL	UN	2,00	LM	267,32
29	BOLA SUÍÇA PARA FISIOTERAPIA 65 CM, ATÉ 150 KG. COM BOMBA PARA ENCHIMENTO COM PINO PARA FECHAMENTO DO BICO	UN	10,00	ARKTUS	141,64

30	BOLA SUÍÇA PARA FISIOTERAPIA 75 CM, ATÉ 150 KG, COM BOMBA PARA ENCHIMENTO, COM PINO PARA FECHAMENTO DO BICO	UN	10,00	ARKTUS	146,14
31	BOLSA COLETORA DE URINA, SISTEMA FECHADO, 2 LITROS, DEWS-CARTÁVEL, ESTERIL.	UN	100,00	STRAMED	3,07
33	CABO DE BISTURI Nº 3 (PARA LÂMINAS Nº 10 A 17) EM AÇO INOXIDÁVEL 13CM	UN	5,00	GOLGRAN	7,20
34	CABO DE BISTURI Nº 4 (PARA LÂMINAS Nº 18 A 36) EM AÇO INOXIDÁVEL 14CM	UN	5,00	GOLGRAN	7,20
37	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 0,5KG (PAR)	UN	4,00	ARKTUS	35,99
38	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 1,0KG (PAR)	UN	4,00	ARKTUS	57,20
39	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 2,0 KG (PAR)	UN	4,00	ARKTUS	69,12
40	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 3,0 KG (PAR)	UN	4,00	ARKTUS	77,54
41	Caixa termica com termometro digital acoplado 15 litros. Caixa térmica com termômetro externo que mede a temperatura atual, máxima e mínima do conteúdo interno; Termômetro de máxima e mínima; Produzido em material de alta resistência; Revestimento interno em poliuretano (PU) que auxilia no isolamento térmico; Capacidade para 15 litros; Fácil higienização; Temperatura externa através de cabo e sensor; Máxima e Mínima; Função °C/°F; Imã de fixação em objetos metálicos; Resistência a água.	UN	3,00	MOR	341,50
42	CAIXA DE ISOPOR 3 LITROS DIMENS. 195X105X140MM, EXTERNA 232X145X185MM	UN	400,00	MOR	13,26
43	CAIXA ISOPOR SORVETE 0,4L - 1,4 KG 96X80X55 INTERNO	UN	200,00	MOR	10,80
46	CATETER EXTENSOR PARA EQUIPO DUAS VIAS (POLIFIX)	UN	100,00	COMPOJET	0,84
48	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, N. 22, CAIXA COM 50 UND. (ABOCATH)	CX	2,00	DESCARPACK	45,00
50	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, N. 20, CAIXA COM 50 UND.(ABOCATH)	CX	1,00	DESCARPACK	44,39
57	COMPRESSA DE GAZES HIDRÓFILAS 13 FIOS, 5 CAMADAS, 8 DOBRAS 10X10 CM, 100% ALGODÃO BOA ABSORÇÃO EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	PT	50,00	MEDIPLUS	24,26
65	ELETRODOS AUTO ADESIVOS 5X9CM, PCT. COM 04 UND.	PT	40,00	ARKTUS	46,71
80	FIO DE SUTURA NYLON 2.0, CAIXA C/ 24 UND.	CX	3,00	PROCARE	28,69
88	FIXADOR CITOLOGICO EMBALAGEM COM 100 ML	UN	10,00	VAGISPECK	6,57
91	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (LEVE)	UN	1,00	ARKTUS	131,91
92	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (FORTE)	UN	1,00	ARKTUS	170,55
93	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (MÉDIO)	UN	1,00	ARTKUS	132,58
94	FRALDA XG INFANTIL ACIMA DE 15 KG, EMB COM 07 UNIDADES, DE BOA QUALIDADE.	PCT.	150,00	KARICIA	9,39
104	LAMINA BISTURI N. 15, CX. COM 50 UNIDADES	CX	20,00	SOLIDOR	21,24
105	LÂMINA DE BISTURI Nº 18 CX COM 50 UNIDADES	CX	5,00	SOLIDOR	21,24
109	LUVA CIRÚRGICA LATÉX ESTÉRIL Nº 7,5 ESPESSURA MINIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	100,00	MAXITEX	1,38
110	LUVA CIRÚRGICA LATÉX ESTÉRIL Nº 8 ESPESSURA MINIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	400,00	MAXITEX	1,34
111	LUVA CIRÚRGICA LATÉX ESTÉRIL Nº 6,5 ESPESSURA MINIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	150,00	MAXITEX	1,27
112	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX, TAM. P, CX. COM 100 UNIDADES	CX	200,00	NUGARD	19,69
121	MACA HOSPITALAR FIXA COM CABECEIRA MÓVEL A 85CM X L 0,65CM X C 1,82M	UN	2,00	SANTA LUZIA	362,65
128	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (BOLA MÉDIA) COMPATÍVEL COM CANETAS DA MARCA EMAI	UN	4,00	EMAI	19,98
129	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (FACA RETA) COMPATÍVEIS COM CANETAS DA MARCA EMAI	UN	4,00	EMAI	19,98
130	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (ALÇA) COMPATÍVEIS COM CANETA DA MARCA EMAI	UN	4,00	EMAI	19,81
135	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO CAP 30 LITROS PARA RESÍDUOS HOSPITALARES E INFECTANTES E TÓXICOS. COM SIMBOLOGIA E REGISTRO NA ABNT E ANVISA. PACOTE COM 100 UNID.	UN	20,00	AZEPLAST	21,69
136	SCALP 21, CX. COM 100 UNIDADES	CX	10,00	LAMEDID	19,46

137	SCALP N 25, CX. COM 100 UNIDADES	CX	2,00	LAMEDID	20,54
138	SCALP N. 27, CAIXA C/ 100 UND.	CX	2,00	LAMEDID	22,70
139	SCALP N 23, CX. COM 100 UNIDADES	UN	15,00	LAMEDID	20,25
141	SERINGA 1 ML, MEDIDOR PARA 50 UNIDADES DE INSULINA COM AGULHA CURTA 8X0,3 CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	100,00	INJEX	90,84
144	SERINGA 3 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	50,00	SR	13,49
145	SERINGA 5 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	5,00	SR	14,99
153	SONDA URETAL Nº10, EMB. COM 10 UNIDADES	PT	10,00	BIOSANI	6,48
159	SPIROBALL - INCENTIVADOR RESPIRATÓRIO ADULTO	UN	3,00	ISP	85,69
169	TESOURA CIRURGICA RETA E ROMBA 17 CM EM AÇO INOXIDAVEL	UN	5,00	GOLGRAN	40,30
170	TESOURA IRES RETA EM AÇO INOXIDÁVEL 10 CM	UN	4,00	GOLGRAN	22,63

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOESTE LTDA - EPP, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os materiais e equipamentos, mediante o recebimento da autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 – Após o recebimento da autorização de fornecimento a empresa deverá entregar os materiais e ou equipamentos requeridos em até 15 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a realização dos exames e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos serviços correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o

exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.028 MANUT. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANCEIROS
Elemento de Despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 26 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os materiais e ou equipamentos quando solicitados.

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais e ou equipamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas

no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

GELSON TADEU MOHR

ODONTOESTE LTDA - EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINAMUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

PROCESSO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e sete de janeiro de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme relação abaixo descritas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário
4	AGULHA 25X06 CX COM 100 UNIDADES	CX	30,00	LABOR IMPORT	8,12
27	BANDEJA RETANGULAR INOX 22X17X1,5CM ODONTOLÓGICA PARA 12 INSTRUMENTAIS	UN	30,00	FAVA	44,30
55	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	100,00	EMBALAIRE	3,30

56	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 20 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	150,00	EMBALAIRE	4,48
58	COMPRESSA DE GAZES HIDRÓFILAS ESTÉRIL 13 FIOS, 8 DOBRAS, 10X10 CM, 100% ALGODÃO BOA ABSORÇÃO EMBALAGEM COM 10 UND	PT	6.000,00	NEVE	1,30
60	CUBA REDONDA EM AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÕES 8X4CM CAPACIDADE DE 150 ML	UN	5,00	GOLGRAN	17,60
67	EQUIPO PARA SORO COM INJETOR LATERAL EM Y E COM RESPIRO MACRO GOTAS	UN	1.000,00	LABOR IMPORT	1,17
73	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. M S/ LUBRIFICANTE COM PARAFUSO ACOPLADO PIGMENTADO NA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	300,00	ADLIN	1,14
74	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. P, S/ LUBRIFICANTE COM PARAFUSO ACOPLADO PIGMENTADO NA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	300,00	ADLIN	1,10
82	FIO DE SUTURA NYLON 4.0, CX. COM 24 UNIDADES	CX	10,00	PROCARE	28,60
83	FIO DE SUTURA NYLON 5.0, CAIXA C/ 24 UND.	CX	15,00	PROCARE	28,60
87	FITA MICROPORE 2,5 CM X 4,5M.	UN	200,00	MISSNER	1,96
102	INDICADOR QUÍMICO PARA TESTE EM AUTOCLAVE EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PT	10,00	CRISTÓFOLI INDICADOR	84,64
107	LÂMINA PARA PREVENTIVO FOSCA 26X76MM CX. COM 50 UNIDADES	CX	100,00	ADLIN	4,55
108	LENÇOL HOSPITALAR 50X50MTRS EM PAPEL 100% CELULOSE DESCARTÁVEL	ROLO	100,00	PLUMAX	9,50
115	LUVAS DE PROCEDIMENTO, LATEX, TAM. PP. CX COM 100 UND.	CX	100,00	SUPERMAX	19,90
124	PINÇA ANATÔMICA COM DENTE 16 CM EM AÇO INOX	UN	5,00	GOLGRAN	19,80
125	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE 16 CM EM AÇO INOX	UN	5,00	GOLGRAN	19,00
131	POLVEDINE TÓPICO, EMBALAGEM DE 01 LITRO	LT	10,00	VIC PHARMA	21,20
142	SERINGA 10 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	100,00	SR	28,59
146	SONDA FOLE N. 20, CAIXA COM 10 UND.	CX	10,00	SOLIDOR	29,60
147	SONDA FOLEY Nº 16 CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	10,00	SOLIDOR	27,70
148	SONDA FOLEY Nº 18 CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	2,00	SOLIDOT	27,70
150	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA P/ OXIGÊNIO Nº 10 DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO	UN	20,00	MED Sonda	0,66
155	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, SECREÇÃO Nº 14	UN	200,00	MED Sonda	0,63
157	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, SISTEMA FECHADO FRASCO 500ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	200,00	EUROFARMA	70,19
166	TENTACANULA EM AÇO INOXIDÁVEL 15 CM	UN	10,00	GOLGRAN	9,40
168	TERMOMETRO DIGITAL P/ GELADEIRA -0+50 REGISTRO DE MÁXIMO E MÍNIMO DA TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA; CABO DO SENSOR EXTERNO COM 1,8M	UN	4,00	INCOTERM	74,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores,

visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os materiais e equipamentos, mediante o recebimento da autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 – Após o recebimento da autorização de fornecimento a empresa deverá entregar os materiais e ou equipamentos requeridos em até 15 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a realização dos exames e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos serviços correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 11 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.028 MANUT. MAC AMB. HOSP. E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 17 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 26 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os materiais e ou equipamentos quando solicitados.

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas

no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais e ou equipamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

Urussanga

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO EDITAL PR 02/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PR 02/2016/FMS

Fica cancelado o aviso de PR 02/2016/FMS, publicado em 21/01/2016 que tinha como objeto a aquisição PARCELADA de material médico hospitalar. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO CANCELAMENTO EDITAL PR 03/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PR 03/2016/FMS

Fica cancelado o aviso de PR 03/2016/FMS, publicado em 21/01/2016 que tinha como objeto a aquisição PARCELADA de material odontológico. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 07/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de serviços de recuperação de pneu. Recebimento dos envelopes: até 10h do dia 17/02/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 10h do dia 17/02/2016. Edital: estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser retirado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência ou ainda solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

RGF - RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	30.675.511,37	9.964,91
Pessoal Inativo e Pensionista	30.038.675,37	9.964,91
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	636.836,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.816.678,50	5.751,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.640.298,99	5.751,00
Despesas de Exercícios Anteriores	176.379,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.858.832,87	4.213,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	53.588.612,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.863.046,78	53,86
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.937.850,61	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.490.958,08	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.044.065,55	48,60
FONTE:		

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito MunicipalGEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-OCESAR ROBERTO MICHELIS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Interna	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.638.238,41	3.175.611,55	2.341.901,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.310.881,33	5.214.038,31	4.386.456,45
Demais Haveres Financeiros	18.784,13	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	691.427,05	2.038.426,76	2.044.555,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.852.846,90	-684.428,12	-177.534,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.512.187,10	52.883.217,13	53.588.612,24
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,51%	4,71%	4,04%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,67%	-1,29%	-0,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.614.624,52	63.459.860,56	64.306.334,69
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.553.162,07	57.113.874,50	57.875.701,22

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
Previdenciárias	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.748.384,21	1.481.755,49	1.182.517,73

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	193.107,12	370.493,12	229.289,27
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.867.317,46	16.633.931,72	2.020.148,41

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	50.590.258,86	52.883.217,13	53.588.612,24
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.129.856,95	11.634.307,77	11.789.494,69
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	10.016.871,25	10.470.876,99	10.610.545,22

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	664,60
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	664,60
Interna	0,00	664,60
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	664,60
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	53.588.612,24	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	664,60	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.574.177,96	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.716.760,16	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.751.202,86	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	664,60	0,00

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito MunicipalGEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-OCESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS - SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	14,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14,45	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens Destinados a Programas da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmácia - HDAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social - FASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil Alfabetizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTERIO DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - Promunicipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida Farmácia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	15.048,90	0,00	0,00	0,00	0,00	15.048,90	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.826,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.826,48	0,00	0,00
Convênio Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Estado - Pavimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Estado - Praça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	125.012,78	0,00	0,00	0,00	0,00	125.012,78	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	90.529,42	0,00	0,00	0,00	0,00	90.529,42	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	77.330,51	0,00	0,00	0,00	0,00	77.330,51	0,00	0,00
Educação 27%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epidemiologia e Controle de Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epidemiologia e Controle De Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
Epidemiologia e Controle De Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epidemiologia e Controle De Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado - DST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Uniao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feira Popular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - Apoio a Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - PAR Mobiliário Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - Pró Info	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNASA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAM- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundebr 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundef 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundef 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundesporte - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petroleo e Transferencias de Compensação Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Funturismo Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Plena/Media e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Plena/Media e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Plena/Media e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGD SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo PSF - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMILIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMILIA - Exercici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Manutencao do Credi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Integração Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Turismo - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacao de Credito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	4.084,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.084,36	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Bás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias do FNDE	59.578,14	0,00	0,00	0,00	319,74	0,00	59.258,40	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - Estado/Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
PAB Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Variável - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Variável - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAC II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAC II - Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Piso de Transição Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE EJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAEM - MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Prodesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Atenção a Criança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saude Da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saude Da Família - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promocao do Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PSF Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 4/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit de Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro CEF - Promúncipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro CEF-Promúncipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro M.Integração Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Transf. de Conv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências do SUS/União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sus União - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS- UNIAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINCUI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Municípios - COOFASUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.148,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,68	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	229.721,09	0,00	0,00	30.362,57	0,00	199.363,52	65.974,59	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	9.710,58	0,00	0,00	0,00	513,11	9.197,47	0,00	0,00

Continua 6/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Transferências de Convênios - União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	1.755.230,30	134.479,19	0,00	84.277,56	0,00	1.536.473,55	1.419.568,82	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	273.134,64	0,00	0,00	0,00	0,00	273.134,64	158.669,68	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	48.936,93	0,00	0,00	0,00	0,00	48.936,93	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	48.936,93	0,00	0,00	(48.936,93)	0,00	0,00
Transferências do SUAS/Estado	26.668,92	0,00	0,00	0,00	0,00	26.668,92	0,00	0,00
Transferências do SUAS/União	20.909,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.909,00	0,00	0,00
Transferências do SUS/Estado	19.673,29	0,00	0,00	0,00	0,00	19.673,29	0,00	0,00
Transferências do SUS/União	179.998,41	0,00	0,00	0,00	75,71	179.922,70	29.619,96	0,00
Transporte Escolar - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	3.084.701,32	134.479,19	48.936,93	114.640,13	908,56	2.785.736,51	1.673.833,05	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação Escolar - PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTÉRIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTÉRIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 7/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
CEF - MINISTERIO DO ESPORTE Contrapartida Farmacia Basica Contrapartida Farmacia Basica Contrapartida Insumo Diabetes Convenio Estado - Assistência Social Convenio Funrebonm Educacao 27% Estado - DST Farmacia Basica - Uniao Farmacia Basica - Uniao FIA - Imposto de Renda Gestão Plena/Media e Alta Complexidade Habitacao IGD SUAS Incentivo ESF Incentivo PSF - Estado Incentivo PSF - Estado Incentivo PSF - Estado Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMILIA Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMILIA Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMILIA MAC - Gestão Plena/Media e Alta Complexidade Ministério da Agricultura Ministério da Cultura Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério do Desenvolvimento Social Ministério do Turismo - CEF Ministério Meio Ambiente NASF NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Continua 8/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do Estado - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Variavel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAC II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PMAQ	0,00	0,00	0,00	73.287,44	0,00	(73.287,44)	0,00	0,00	0,00
PNAE EJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAEM - MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saude Da Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saude do Homem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Saude do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	386.810,51	0,00	0,00	(386.810,51)	12.076,23	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saude	128.329,57	0,00	153.035,27	0,00	42.715,50	(67.421,20)	1.917,93	0,00	0,00
Recurso Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO SAMAE - SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	64.994,63	0,00	0,00	(64.994,63)	5.831,16	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 9/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.192.286,80	57.846,98	1.198.451,91	0,00	0,00	54.158,61	84.403,86	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC DE DESENV REGIONAL - SDR CONV ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit de recursos ordinários	(18.861,24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.861,24)	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit do Fundeb 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Praxe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Superávit Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sus União - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/EI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Escolar - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.301.755,13	57.846,98	1.803.292,32	127.446,05	228.380,71	(915.210,93)	104.229,18	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.386.456,45	192.326,17	1.862.229,25	242.086,18	229.289,27	1.870.525,58	1.778.062,23	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPE Prefeito Municipal	GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA Contador/SC 18.504-O
CESAR ROBERTO MICHELS Controlador Interno	

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	53.588.612,24	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.863.046,78	53,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	28.937.850,61	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27.490.958,08	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-177.534,72	-0,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	64.306.334,69	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.789.494,69	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	664,60	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.574.177,96	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.751.202,86	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.778.062,23	1.870.525,58

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

RREO - RELATÓRIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 6º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	30.675.511,37	9.964,91
Pessoal Inativo e Pensionista	30.038.675,37	9.964,91
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	636.836,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.816.678,50	5.751,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.640.298,99	5.751,00
Despesas de Exercícios Anteriores	176.379,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.858.832,87	4.213,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.588.612,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.863.046,78	53,86
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.937.850,61	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.490.958,08	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.044.065,55	48,60
FONTE:		

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito MunicipalGEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-OCESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Interna	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.638.238,41	3.175.611,55	2.341.901,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.310.881,33	5.214.038,31	4.386.456,45
Demais Haveres Financeiros	18.784,13	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	691.427,05	2.038.426,76	2.044.555,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.852.846,90	-684.428,12	-177.534,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.512.187,10	52.883.217,13	53.588.612,24
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,51%	4,71%	4,04%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,67%	-1,29%	-0,33%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.614.624,52	63.459.860,56	64.306.334,69
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.553.162,07	57.113.874,50	57.875.701,22

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.785.391,51	2.491.183,43	2.164.366,31
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
Previdenciárias	1.037.007,30	1.009.427,94	981.848,58
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.748.384,21	1.481.755,49	1.182.517,73

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	193.107,12	370.493,12	229.289,27
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.867.317,46	16.633.931,72	2.020.148,41

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	50.590.258,86	52.883.217,13	53.588.612,24
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.129.856,95	11.634.307,77	11.789.494,69
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	10.016.871,25	10.470.876,99	10.610.545,22

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	664,60
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	664,60
Interna	0,00	664,60
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	664,60
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	53.588.612,24	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	664,60	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.574.177,96	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.716.760,16	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.751.202,86	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	664,60	0,00

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito MunicipalGEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-OCESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENACAO DE BENS - SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienacões de Bens destinados a Outros Programas	14,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14,45	0,00	0,00	0,00	
Alienacões de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienacões de Bens Destinados a Programas da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistencia Farmacia - HDAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistencia Social - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistencia Social - FASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistencia Social - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Brasil Alfabetizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEF - MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEF - MINISTERIO DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEF - Promunicipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	15.048,90	0,00	0,00	0,00	0,00	15.048,90	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.826,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.826,48	0,00	0,00	0,00	
Convênio Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Estado - Pavimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Estado - Praça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	125.012,78	0,00	0,00	0,00	0,00	125.012,78	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	90.529,42	0,00	0,00	0,00	0,00	90.529,42	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	77.330,51	0,00	0,00	0,00	0,00	77.330,51	0,00	0,00	0,00	
Educação 27%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Epidemiologia e Controle de Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Epidemiologia e Controle De Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Manutencao do Credi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Integração Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Esporte - Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Turismo - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministerio Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacao de Credito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	4.084,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.084,36	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Bás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias do FNDE	59.578,14	0,00	0,00	0,00	319,74	0,00	59.258,40	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - Estado/Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferencias Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
PAB Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Variável - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Variável - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAC II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAC II - Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Piso de Transição Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAE EJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAEM - MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNATE MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Prodesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa De Agentes Comunitario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Atenção a Criança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saude Da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saude Da Família - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promocao do Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PSF Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 4/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EXISTENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso sus - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo - Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	146.144,44	0,00	0,00	0,00	0,00	146.144,44	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde do Homem - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde do Trabalhador - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Serviços Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit de Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro CEF - Promúncipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro CEF-Promúncipios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro M.Integração Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Transf. de Conv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências do SUS/União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sus União - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS- UNIAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINCUI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Municípios - COOFASUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.148,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,68	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	229.721,09	0,00	0,00	30.362,57	0,00	199.368,52	65.974,59	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	9.710,58	0,00	0,00	0,00	513,11	9.197,47	0,00	0,00

Continua 6/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Transferências de Convênios - União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	1.755.230,30	134.479,19	0,00	84.277,56	0,00	1.536.473,55	1.419.568,82	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	273.134,64	0,00	0,00	0,00	0,00	273.134,64	158.669,68	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	48.936,93	0,00	0,00	0,00	0,00	48.936,93	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	48.936,93	0,00	0,00	(48.936,93)	0,00	0,00
Transferências do SUAS/Estado	26.668,92	0,00	0,00	0,00	0,00	26.668,92	0,00	0,00
Transferências do SUAS/União	20.909,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.909,00	0,00	0,00
Transferências do SUS/Estado	19.673,29	0,00	0,00	0,00	0,00	19.673,29	0,00	0,00
Transferências do SUS/União	179.998,41	0,00	0,00	0,00	75,71	179.922,70	29.619,96	0,00
Transporte Escolar - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	3.084.701,32	134.479,19	48.936,93	114.640,13	908,56	2.785.736,51	1.673.833,05	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação Escolar - PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - MINISTERIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 7/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
CEF - MINISTERIO DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida Insumo Diabetes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convenio Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convenio Funrebonm	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação 27%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado - DST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Uniao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmacia Basica - Uniao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA - Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Plena/Media e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGD SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo PSF - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo PSF - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo PSF - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada-IGD BOLSA FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAC - Gestão Plena/Media e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Turismo - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 8/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas do Estado - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB Variavel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAC II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PMAQ	0,00	0,00	0,00	73.287,44	0,00	(73.287,44)	0,00	0,00	
PNAE EJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAEM - MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PNAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saúde Da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saúde do Homem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	386.810,51	0,00	0,00	(386.810,51)	12.076,23	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	128.329,57	0,00	153.035,27	0,00	0,00	(67.421,20)	1.917,93	0,00	
Recurso Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO SAMAE - SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	64.994,63	0,00	0,00	(64.994,63)	5.831,16	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 9/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/11
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.192.286,80	57.846,98	1.198.451,91	54.158,61	185.665,21	(303.835,91)	84.403,86	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde 17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC DE DESENV REGIONAL - SDR CONV ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit de recursos ordinários	(18.861,24)	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.861,24)	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit do Fundeb 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Pnae	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/11

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 11/11

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Superávit Ministério da Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Ministério das Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sus União - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/EI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Escolar - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.301.755,13	57.846,98	1.803.292,32	127.446,05	228.380,71	(915.210,93)	104.229,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.386.456,45	192.326,17	1.862.229,25	242.086,18	229.289,27	1.870.525,58	1.778.062,23	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPE
Prefeito MunicipalGEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-OCESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	53.588.612,24	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.863.046,78	53,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	28.937.850,61	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27.490.958,08	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-177.534,72	-0,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	64.306.334,69	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.789.494,69	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	664,60	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.574.177,96	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.751.202,86	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.778.062,23	1.870.525,58

FONTE:

URUSSANGA, 27/01/2016

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

GEORGE HUMBERTO DE OLIVEIRA
Contador/SC 18.504-O

CESAR ROBERTO MICHELS
Controlador Interno

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 009/2016 PR 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

OBJETO: TRATOR DE ESTEIRAS, novo, ano/modelo de fabricação igual ou superior a 2015, Motor a diesel turbo alimentado, 6 cilindros, Potência líquida do Motor: Mínima de 130 (Cento e trinta) HP e mínimo de 2.100 RPM; Peso operacional líquido entre 14.000Kg a 17.500Kg e demais características previstas no Edital.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 11 de fevereiro de 2016 às 14:30 horas.

Entrega dos Envelopes de Proposta e Documentação de Habilitação: até às 14h00min do dia 11 de fevereiro de 2016.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vítório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 27 de janeiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.685/16

DECRETO Nº 12.685/16, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.556/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 1019/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.556/15, que nomeou MARLEI DELFES, para exercer o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de janeiro de 2016.

JORGE ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 013/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/16

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocadaa candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CAROLINE ISRAEL	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	12.682/16, DE 25/01/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);

i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 27 de Janeiro de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015-PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ACERVOS DE BIBLIOTECA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, foi encerrada sem vencedores. O item 01 do lote 01, o item 02 do lote 02 e o item 03 do lote 03 foram cadastrados pelo departamento de compras de maneira equivocada; as especificações dos referidos itens tratam-se de um conjunto de todos os demais itens constante nos lotes, restando em duplicidade o possível fornecimento, o que poderia impedir a participação de outras proponentes. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 28 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0014/16

PORTARIA nº 0014/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 010/15DEPLD,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 18 de janeiro de 2016 até 16 de maio de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2016.

Videira, 21 de janeiro de 2016.

JORGE ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0015/16

PORTARIA nº 0015/16

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 e seguintes da Lei Complementar nº 130/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.636/2015,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a DENISE ZAGO, Professor, a partir de 06 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2016.

Videira, 22 de janeiro de 2016.

JORGE ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0016/16

PORTARIA nº 0016/16

Prorroga prazo de licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 774/2016,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, a pedido, por 24 (vinte e quatro) meses, o prazo da licença para tratar de assuntos particulares concedida à servidora TERESINHA GUZI EYNG, através da Portaria nº 0815/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 22 de janeiro de 2016.

JORGE ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA

Vice Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Vice-Prefeito Municipal de Videira em exercício torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2016 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KITS DE EPI'S PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS NAS FESTAS E EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 15/02/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 27 de janeiro 2016.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito Municipal em exercício

ANEXO 1 - 3 QUAD 2015 - RGF

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.742.497,48	172.687,22
Pessoal Ativo	60.163.734,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	9.326.439,71	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.252.323,42	172.687,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.696.313,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.696.313,90	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	65.046.183,58	172.687,22
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	135.564.762,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	65.218.870,80	48,11
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	81.338.857,25	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	77.271.914,39	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	73.204.971,53	54,00

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 1 - 3 QUAD 2015 - RGF_EX

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	72.856.022,21	172.687,22
Pessoal Ativo	59.277.259,08	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	9.326.439,71	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.252.323,42	172.687,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.696.313,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.696.313,90	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	64.159.708,31	172.687,22
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	135.564.762,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	64.332.395,53	47,46
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	73.204.971,53	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	69.544.722,95	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	65.884.474,38	48,60

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 1 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	128.919.084,00	128.919.084,00	25.222.776,45	19,56	142.531.799,08	-13.612.715,08
RECEITAS CORRENTES	117.802.355,20	117.802.355,20	24.810.903,76	21,06	140.804.060,18	-23.001.704,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.653.000,00	18.653.000,00	3.754.509,13	20,13	24.606.147,65	-5.953.147,65
IMPOSTOS	16.125.000,00	16.125.000,00	3.297.821,09	20,45	20.110.505,95	-3.985.505,95
TAXAS	2.378.000,00	2.378.000,00	353.971,33	14,89	4.284.162,65	-1.906.162,65
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	150.000,00	102.716,71	68,48	211.479,05	-61.479,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.282.000,00	5.282.000,00	2.346.352,44	44,42	7.738.404,30	-2.456.404,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.982.000,00	3.982.000,00	1.837.826,74	46,15	5.238.682,36	-1.256.682,36
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.300.000,00	1.300.000,00	508.525,70	39,12	2.496.721,94	-1.196.721,94
RECEITA PATRIMONIAL	12.292.759,48	12.292.759,48	3.762.504,32	30,61	20.512.309,79	-8.219.550,31
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	92.900,00	92.900,00	13.945,86	15,01	94.950,55	-2.050,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.166.359,48	12.166.359,48	3.715.465,77	30,54	20.298.030,06	-8.131.670,58
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	25.000,00	25.000,00	31.645,69	126,58	111.810,19	-86.810,19
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.500,00	8.500,00	1.447,00	17,02	7.518,99	981,01
RECEITA DE SERVIÇOS	243.890,00	243.890,00	17.452,27	7,16	217.679,22	26.210,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.758.505,72	78.758.505,72	14.241.311,02	18,08	81.828.695,40	-3.070.189,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	78.497.889,72	78.497.889,72	14.230.666,27	18,13	81.655.321,07	-3.157.431,35
TRANSF. DE PESSOAS	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	55.508,79	-28.508,79
TRANSF. DE CONV.	233.616,00	233.616,00	10.644,75	4,56	117.865,54	115.750,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.572.200,00	2.572.200,00	688.774,58	26,78	5.900.823,82	-3.328.623,82
MULTAS E JUROS DE MORA	1.031.800,00	1.031.800,00	299.199,61	29,00	1.917.444,97	-885.644,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	685.000,00	685.000,00	162.923,18	23,78	1.179.051,04	-494.051,04
RECEITA DA DIVIDIVA ATIVA	725.000,00	725.000,00	157.518,93	21,73	1.028.005,69	-303.005,69
RECEITAS DIVERSAS	130.400,00	130.400,00	69.132,86	53,02	1.776.322,12	-1.645.922,12
RECEITAS DE CAPITAL	11.116.728,80	11.116.728,80	411.872,69	3,70	1.727.738,90	9.388.989,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	480.495,10	-449.495,10
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	480.495,10	-454.495,10
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	200.000,00	200.000,00	12.501,60	6,25	160.694,29	39.305,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.385.728,80	8.385.728,80	396.371,09	4,76	1.043.154,51	7.342.574,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	485.728,80	485.728,80	107.772,10	22,19	385.940,19	99.788,61
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.900.000,00	7.900.000,00	291.598,99	3,69	657.214,32	7.242.785,68
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	43.395,00	-43.395,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	43.395,00	-43.395,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.177.000,00	12.177.000,00	3.556.864,02	29,21	12.320.140,09	-143.140,09
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	141.096.084,00	141.096.084,00	28.779.640,47	20,40	154.851.939,17	-13.755.855,17

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	141.096.084,00	141.096.084,00	28.779.640,47	20,40	154.851.939,17	-13.755.855,17
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	141.096.084,00	141.096.084,00	28.779.640,47	20,40	154.851.939,17	-13.755.855,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	24.121.369,02	—	—	24.121.369,02	—
Superávit Financeiro	—	24.121.369,02	—	—	24.121.369,02	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	135.649.804,00	173.736.144,40	17.256.497,99	127.265.138,56	46.471.005,84	24.047.925,83	119.378.305,75	54.357.838,65	119.331.405,84	7.886.832,81
DESPESAS CORRENTES	99.059.225,20	121.669.938,57	15.306.103,20	110.504.977,24	11.164.961,33	21.395.768,83	109.106.587,52	12.563.351,05	109.059.687,61	1.398.389,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.395.922,00	56.144.142,26	9.874.860,78	53.556.442,71	2.587.699,55	9.904.243,02	53.556.442,71	2.587.699,55	53.556.442,71	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.750.000,00	5.040.000,00	808.435,34	4.771.942,15	268.057,85	808.435,34	4.771.942,15	268.057,85	4.771.942,15	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.913.303,20	60.485.796,31	4.622.807,08	52.176.592,38	8.309.203,93	10.683.090,47	50.778.202,66	9.707.593,65	50.731.302,75	1.398.389,72
DESPESAS DE CAPITAL	20.732.578,80	36.208.205,83	1.950.394,79	16.760.161,32	19.448.044,51	2.652.157,00	10.271.718,23	25.936.487,60	10.271.718,23	6.488.443,09
INVESTIMENTOS	18.532.078,80	33.687.705,83	1.518.469,65	14.243.680,86	19.444.024,97	2.220.231,86	7.755.237,77	25.932.468,06	7.755.237,77	6.488.443,09
INVERSOES FINANCEIRAS	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.200.000,00	2.520.000,00	431.925,14	2.516.480,46	3.519,54	431.925,14	2.516.480,46	3.519,54	2.516.480,46	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.858.000,00	15.858.000,00	0,00	0,00	15.858.000,00	0,00	0,00	15.858.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.858.000,00	15.858.000,00	0,00	0,00	15.858.000,00	0,00	0,00	15.858.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.446.280,00	6.778.622,03	1.110.486,23	6.622.291,64	156.330,39	1.115.199,74	6.622.291,64	156.330,39	6.622.291,64	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.096.084,00	180.514.766,43	18.366.984,22	133.887.430,20	46.627.336,23	25.163.125,57	126.000.597,39	54.514.169,04	132.575.989,12	7.886.832,81

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre		(g) = (e-f)	(h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	141.096.084,00	180.514.766,43	18.366.984,22	133.887.430,20	46.627.336,23	25.163.125,57	126.000.597,39	54.514.169,04	0,00	7.886.832,81
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	28.851.341,78	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	141.096.084,00	180.514.766,43	18.366.984,22	133.887.430,20	—	25.163.125,57	154.851.939,17	—	125.953.697,48	7.886.832,81
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			12.177.000,00	12.177.000,00	12.177.000,00	3.556.864,02	29,21	12.320.140,09	101,18	-143.140,09
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			12.177.000,00	12.177.000,00	12.177.000,00	3.556.864,02	29,21	12.320.140,09	101,18	-143.140,09
Contribuição assistência médica			500.000,00	500.000,00	500.000,00	56.914,71	11,38	419.697,12	83,94	80.302,88
CONTRIBUIÇOES SOCIAIS - INTRA ORÇAMENTARIA			11.677.000,00	11.677.000,00	11.677.000,00	3.499.949,31	29,97	11.900.442,97	101,91	-223.442,97
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre		(g) = (e-f)	(h)			
	5.446.280,00	6.778.622,03	1.110.486,23	6.622.291,64	156.330,39	1.115.199,74	6.622.291,64	156.330,39	6.622.291,64	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.446.280,00	6.778.622,03	1.110.486,23	6.622.291,64	156.330,39	1.115.199,74	6.622.291,64	156.330,39	6.622.291,64	0,00

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 21.463.405,10

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 10 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	6.996.600,45	4.330.976,13	2.665.624,32	119.783.821,14
2015	8.759.331,58	6.329.569,02	2.429.762,56	122.213.583,70
2016	8.120.841,41	7.277.053,16	843.788,25	123.057.371,95
2017	7.716.436,46	7.549.151,59	167.284,87	123.224.656,82
2018	7.316.966,24	7.812.430,49	-495.464,25	122.729.192,57
2019	6.930.152,82	8.045.485,66	-1.115.332,84	121.613.859,73
2020	6.518.165,40	8.356.075,44	-1.837.910,04	119.775.949,69
2021	6.198.099,97	8.412.755,94	-2.214.655,97	117.561.293,72
2022	5.807.364,82	8.681.500,92	-2.874.136,10	114.687.157,62
2023	5.506.332,03	8.704.631,88	-3.198.299,85	111.488.857,77
2024	5.261.336,33	8.584.852,63	-3.323.516,30	108.165.341,47
2025	4.965.607,50	8.627.359,00	-3.661.751,50	104.503.589,97
2026	4.700.326,28	8.598.184,44	-3.897.858,16	100.605.731,81
2027	4.512.039,01	8.369.081,76	-3.857.042,75	96.748.689,06
2028	4.279.129,29	8.288.572,13	-4.009.442,84	92.739.246,22
2029	4.066.655,90	8.167.637,70	-4.100.981,80	88.638.264,42
2030	3.847.929,32	8.083.883,56	-4.235.954,24	84.402.310,18
2031	3.684.007,34	7.863.346,84	-4.179.339,50	80.222.970,68
2032	3.514.572,45	7.680.502,21	-4.165.929,76	76.057.040,92
2033	3.338.333,02	7.537.930,62	-4.199.597,60	71.857.443,32
2034	3.220.522,01	7.250.101,81	-4.029.579,80	67.827.863,52
2035	3.087.106,13	7.030.039,19	-3.942.933,06	63.884.930,46
2036	2.997.088,82	6.709.478,68	-3.712.389,86	60.172.540,60
2037	2.917.336,51	6.384.612,10	-3.467.275,59	56.705.265,01
2038	2.817.528,53	6.140.307,74	-3.322.779,21	53.382.485,80
2039	2.711.247,68	5.935.742,68	-3.224.495,00	50.157.990,80
2040	2.664.748,78	5.582.934,79	-2.918.186,01	47.239.804,79
2041	2.612.824,25	5.270.280,34	-2.657.456,09	44.582.348,70
2042	2.578.924,10	4.930.308,10	-2.351.384,00	42.230.964,70
2043	2.550.785,93	4.597.902,34	-2.047.116,41	40.183.848,29
2044	2.524.955,56	4.281.808,93	-1.756.853,37	38.426.994,92
2045	18.168,88	3.960.431,87	-3.942.262,99	34.484.731,93
2046	11.531,29	3.635.583,95	-3.624.052,66	30.860.679,27
2047	6.388,02	3.327.845,18	-3.321.457,16	27.539.222,11
2048	4.758,15	3.031.763,05	-3.027.004,90	24.512.217,21
2049	4.593,65	2.752.024,24	-2.747.430,59	21.764.786,62
2050	1.303,23	2.501.105,33	-2.499.802,10	19.264.984,52
2051	1.258,05	2.259.295,06	-2.258.037,01	17.006.947,51
2052	0,00	2.039.271,78	-2.039.271,78	14.967.675,73
2053	0,00	1.832.332,55	-1.832.332,55	13.135.343,18
2054	0,00	1.641.117,72	-1.641.117,72	11.494.225,46
2055	0,00	1.464.542,52	-1.464.542,52	10.029.682,94
2056	0,00	1.303.453,95	-1.303.453,95	8.726.228,99
2057	0,00	1.155.498,50	-1.155.498,50	7.570.730,49
2058	0,00	1.019.837,86	-1.019.837,86	6.550.892,63
2059	0,00	896.976,40	-896.976,40	5.653.916,23
2060	0,00	784.130,58	-784.130,58	4.869.785,65
2061	0,00	683.842,70	-683.842,70	4.185.942,95
2062	0,00	594.697,24	-594.697,24	3.591.245,71
2063	0,00	514.361,39	-514.361,39	3.076.884,32
2064	0,00	441.767,18	-441.767,18	2.635.117,14
2065	0,00	377.943,59	-377.943,59	2.257.173,55
2066	0,00	321.479,00	-321.479,00	1.935.694,55
2067	0,00	271.442,19	-271.442,19	1.664.252,36
2068	0,00	228.303,28	-228.303,28	1.435.949,08
2069	0,00	190.854,39	-190.854,39	1.245.094,69
2070	0,00	157.608,71	-157.608,71	1.087.485,98
2071	0,00	129.899,88	-129.899,88	957.586,10
2072	0,00	106.196,95	-106.196,95	851.389,15
2073	0,00	85.592,13	-85.592,13	765.797,02
2074	0,00	69.131,67	-69.131,67	696.665,35
2075	0,00	55.358,35	-55.358,35	641.307,00
2076	0,00	43.505,24	-43.505,24	597.801,76
2077	0,00	33.606,47	-33.606,47	564.195,29
2078	0,00	26.076,13	-26.076,13	538.119,16

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2079	0,00	20.043,01	-20.043,01	518.076,15
2080	0,00	15.162,51	-15.162,51	502.913,64
2081	0,00	11.127,76	-11.127,76	491.785,88
2082	0,00	8.173,13	-8.173,13	483.612,75
2083	0,00	5.775,85	-5.775,85	477.836,90
2084	0,00	4.104,53	-4.104,53	473.732,37
2085	0,00	2.906,82	-2.906,82	470.825,55
2086	0,00	2.052,49	-2.052,49	468.773,06
2087	0,00	1.550,77	-1.550,77	467.222,29
2088	0,00	1.207,02	-1.207,02	466.015,27

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VIDEIRA, 25/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 11 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	35.500,00	510.002,10	-474.502,10
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	480.495,10	-454.495,10
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.500,00	29.507,00	-25.007,00
TOTAL	35.500,00	510.002,10	-474.502,10

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	100.000,00	90.896,87	87.000,00	87.000,00	3.896,87	0,00	13.000,00
Investimentos	100.000,00	90.896,87	87.000,00	87.000,00	3.896,87	0,00	13.000,00
TOTAL	100.000,00	90.896,87	87.000,00	87.000,00	3.896,87	0,00	13.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	4.580,97		423.002,10

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 12 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	17.025.000,00	17.025.000,00	21.377.645,56	125,57
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.200.000,00	4.200.000,00	6.023.376,66	143,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	2.093.295,66	104,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.800.000,00	7.800.000,00	9.450.470,25	121,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	2.543.363,38	119,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	75.000,00	75.000,00	151.459,43	201,95
Dívida Ativa dos Impostos	485.000,00	485.000,00	595.191,07	122,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	340.000,00	340.000,00	520.489,11	153,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	62.680.000,00	62.680.000,00	62.819.123,97	100,22
Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	19.637.549,59	106,15
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	34.450,86	172,25
Cota-Parte IPVA	6.200.000,00	6.200.000,00	7.104.284,41	114,59
Cota-Parte ICMS	37.200.000,00	37.200.000,00	35.318.976,21	94,94
Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	554.447,57	95,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	169.415,33	94,12
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	169.415,33	94,12
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	79.705.000,00	79.705.000,00	84.196.769,53	105,64

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.790.321,00	4.790.321,00	7.155.704,75	149,38
Provenientes da União	4.361.340,00	4.361.340,00	6.637.829,96	152,20
Provenientes dos Estados	428.981,00	428.981,00	517.874,79	120,72
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	406.000,00	406.000,00	654.857,72	161,30
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.196.321,00	5.196.321,00	7.810.562,47	150,31

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	17.987.821,00	23.425.480,48	20.978.326,02	89,55	20.739.619,99	88,53	238.706,03
Pessoal e Encargos Sociais	8.715.056,00	9.669.121,58	9.455.489,61	97,79	9.455.489,61	97,79	0,00
Outras Despesas Correntes	9.272.765,00	13.756.358,90	11.522.836,41	83,76	11.284.130,38	82,03	238.706,03

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	306.950,00	2.685.240,49	1.769.623,97	65,90	1.276.871,28	47,55	492.752,69
Investimentos	306.950,00	2.685.240,49	1.769.623,97	65,90	1.276.871,28	47,55	492.752,69
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	18.294.771,00	26.110.720,97	22.747.949,99	87,12	22.016.491,27	84,32	731.458,72
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.155.321,00	9.043.047,72	6.753.874,75	29,69	6.468.405,02	29,38	285.469,73
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.800.321,00	8.250.108,89	6.122.258,22	26,91	5.954.510,65	27,05	167.747,57
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	355.000,00	792.938,83	631.616,53	2,78	513.894,37	2,33	117.722,16
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	5.155.321,00	9.043.047,72	6.753.874,75	29,69	6.468.405,02	29,38	285.469,73
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	13.139.450,00	17.067.673,25	15.994.075,24	70,31	15.548.086,25	70,62	445.988,99
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							19,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIb)/100]							
							3.364.559,81

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE				
Inscritos em 2014	225.772,04	69.160,28	156.101,03	69.671,01	0,00			
TOTAL	225.772,04	69.160,28	156.101,03	69.671,01	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
0,00		0,00		0,00				
0,00		0,00		0,00				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014								
TOTAL (VIII)								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
-		-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica		14.445.195,04		12.637.274,19		55,55		12.087.565,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		10.022.882,04		8.940.701,62		39,30		8.766.062,76
Vigilância Sanitária		369.860,00		564.997,66		2,48		558.975,32
Vigilância Epidemiológica		515.075,00		604.976,52		2,66		603.888,06
TOTAL		18.294.771,00		22.747.949,99		100,00		22.016.491,27
								100,00
								731.458,72

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

ANEXO 13 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b) R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 2 - 3 QUAD 2015 - RGF

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	77.483.575,60	77.116.137,76	76.287.873,92	75.671.983,62
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	77.483.575,60	77.116.137,76	76.287.873,92	74.968.494,43
Interna	77.483.575,60	77.116.137,76	76.287.873,92	74.968.494,43
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	703.489,19
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	37.604.181,92	41.574.361,48	45.089.225,95	37.955.719,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	37.770.624,54	42.994.181,83	46.525.341,15	38.002.619,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	131,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	166.442,62	1.419.820,35	1.436.246,20	46.899,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	39.879.393,68	35.541.776,28	31.198.647,97	37.716.264,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	124.545.601,92	129.667.968,76	133.332.437,29	135.564.762,09
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	62,21%	59,47%	57,22%	55,82%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	32,02%	27,41%	23,40%	27,82%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	149.454.722,30	155.601.562,51	159.998.924,75	162.677.714,51
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	134.509.250,07	140.041.406,26	143.999.032,27	146.409.943,06

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	77.483.575,60	77.116.137,76	76.287.873,92	74.968.494,43
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	74.839.371,08	74.932.003,77	74.539.796,00	73.631.169,61
De Tributos	195.345,63	169.798,97	139.142,35	110.984,93
De Contribuições Sociais	74.644.025,45	74.762.204,80	74.400.653,65	73.520.184,68
Previdenciárias	74.644.025,45	74.762.204,80	74.400.653,65	73.520.184,68
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	1.286.555,56	866.061,04	469.767,24	99.073,45
Interna	1.286.555,56	866.061,04	469.767,24	99.073,45
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.357.648,96	1.318.072,95	1.278.310,68	1.238.251,37

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	451.654,46	1.471.878,23	1.344.020,83	4.245,47
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.981.003,08	19.439.666,43	16.888.853,99	8.579.849,04

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	120.747.736,15	125.974.537,84	128.437.982,72	137.091.852,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	661.413,27	137.482,65	59.882,27	28.509,71
Investimentos	120.086.322,88	125.837.055,19	128.378.100,45	137.063.342,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	270.929,12	44.055,57	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-120.747.736,15	-125.974.537,84	-128.437.982,72	-137.091.852,53

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

ANEXO 2 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)									
Legislativa	135.649.804,00	173.736.144,40	17.256.497,99	127.265.138,56	96,05	24.047.925,83	119.378.305,75	94,74	7.886.832,81
Ação Legislativa	1.373.375,00	1.373.375,00	177.634,37	1.017.739,34	0,76	206.129,55	1.002.505,11	0,80	370.869,89
Administração	8.789.070,00	10.851.932,84	1.230.459,03	9.985.967,57	7,46	1.582.382,23	9.770.281,32	7,75	215.686,25
Administração Geral	5.813.000,00	7.196.715,00	819.577,10	6.784.011,14	5,07	1.019.008,10	6.619.677,99	5,25	164.333,15
Administração Financeira	1.912.000,00	2.006.231,50	170.149,61	1.688.525,01	1,26	259.071,59	1.670.470,24	1,33	18.054,77
Controle Interno	105.000,00	142.000,00	24.155,37	132.160,67	0,10	25.227,82	132.160,67	0,10	0,00
Normalização e Fiscalização	694.070,00	1.116.986,34	160.142,97	1.000.544,30	0,75	167.888,36	1.000.093,90	0,79	116.892,44
Comunicação Social	265.000,00	390.000,00	56.433,98	380.726,45	0,28	111.186,36	347.876,52	0,28	42.121,48
Segurança Pública	897.500,00	1.560.976,33	148.013,56	1.098.847,30	0,82	172.617,90	899.616,08	0,71	661.360,25
Policimento	480.500,00	869.876,10	4.051,58	675.525,98	0,50	85.621,18	623.017,13	0,49	52.508,85
Defesa Civil	417.000,00	691.100,23	143.961,98	423.321,32	0,32	86.996,72	276.598,95	0,22	146.722,37
Assistência Social	4.144.978,00	4.879.434,39	437.652,28	3.327.822,76	2,49	610.096,67	3.169.746,50	2,52	1.709.687,89
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	6.489,51	48.389,32	0,04	5.266,51	48.216,32	0,04	1.783,68
Assistência ao Idoso	95.745,00	95.745,00	0,00	80.000,00	0,06	7.000,00	80.000,00	0,06	15.745,00
Assistência ao Portador de Deficiência	88.410,00	88.410,00	-464,43	81.535,26	0,06	11.662,40	81.535,26	0,06	6.874,74
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.104.305,00	2.380.860,02	177.038,56	1.411.413,88	1,05	250.769,47	1.383.777,75	1,10	997.082,27
Assistência Comunitária	1.806.518,00	2.264.419,37	254.608,64	1.705.474,30	1,27	335.378,29	1.576.217,17	1,25	688.202,20
Previdência Social	9.222.000,00	10.722.000,00	2.347.282,18	9.893.006,94	7,39	2.371.398,59	9.893.006,94	7,85	828.993,06
Previdência do Regime Estatutário	9.222.000,00	10.722.000,00	2.347.282,18	9.893.006,94	7,39	2.371.398,59	9.893.006,94	7,85	828.993,06
Saúde	17.611.271,00	25.338.220,97	1.184.279,40	21.890.972,65	16,42	3.977.342,49	21.249.513,93	16,86	4.088.707,04
Atenção Básica	10.395.110,00	14.044.695,04	940.996,75	12.237.274,19	9,14	2.046.791,61	11.687.565,13	9,28	2.357.129,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.409.226,00	9.752.882,04	186.438,78	8.671.269,67	6,48	1.696.443,40	8.496.630,81	6,74	1.256.251,23
Vigilância Sanitária	329.860,00	653.568,89	30.246,94	521.004,51	0,39	95.279,80	514.982,17	0,41	138.586,72
Vigilância Epidemiológica	477.075,00	887.075,00	26.596,93	551.424,28	0,41	138.827,68	550.335,82	0,44	336.739,18
Educação	32.671.750,00	39.098.716,38	6.503.905,82	37.631.031,74	28,11	7.738.320,44	36.284.497,92	28,80	2.814.218,46
Administração Geral	3.025.000,00	3.255.000,00	759.956,32	3.138.416,39	2,34	619.289,25	2.933.126,69	2,33	322.373,31
Alimentação e Nutrição	500.000,00	505.637,80	47.386,62	495.260,66	0,37	71.648,96	495.260,66	0,39	10.377,14
Ensino Fundamental	14.397.250,00	16.799.371,13	2.611.305,93	16.336.798,60	12,20	3.673.410,21	15.852.595,89	12,58	946.775,24
Ensino Médio	21.000,00	21.000,00	12.947,46	14.442,40	0,01	13.637,38	14.442,40	0,01	6.557,60
Ensino Superior	971.000,00	1.002.000,00	27.495,69	930.658,69	0,70	192.844,88	930.658,69	0,74	71.341,31
Educação Infantil	13.757.500,00	17.515.207,45	3.044.813,80	16.715.455,00	12,48	3.167.489,76	16.058.413,59	12,74	1.456.793,86
Cultura	1.869.000,00	3.455.000,00	264.776,07	3.296.751,68	2,46	401.913,78	3.170.366,88	2,52	284.639,12
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	55.000,00	55.000,00	4.786,97	40.813,16	0,03	9.982,71	33.828,80	0,03	6.984,36
Diffusão Cultural	734.000,00	2.067.000,00	114.227,06	1.979.717,43	1,48	87.282,57	1.864.008,89	1,48	202.991,11
Turismo	1.080.000,00	1.333.000,00	145.759,85	1.276.221,09	0,95	56.776,91	1.272.523,19	1,01	60.476,81
Urbanismo	19.156.200,00	29.494.069,25	2.869.842,10	20.853.375,60	15,58	3.978.479,69	16.213.569,72	12,87	13.280.499,53
Infra-Estrutura Urbana	8.460.200,00	16.397.780,29	1.965.275,51	9.856.629,53	7,36	2.101.641,58	5.749.387,93	4,56	10.648.392,36
Serviços Urbanos	10.671.000,00	13.096.288,96	904.566,59	10.996.746,07	8,21	1.876.838,11	10.464.181,79	8,30	2.632.107,17

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Urbanismo	135.649.804,00	173.736.144,40	17.256.497,99	127.265.136,56	95,05	24.047.925,83	119.378.305,75	94,74	54.357.833,65	7.886.832,81
Extensão Rural	19.156.200,00	29.494.069,25	2.869.842,10	20.853.375,60	15,58	3.978.479,69	16.213.969,72	12,87	13.280.499,53	4.639.805,88
Habituação	390.500,00	390.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	390.500,00	390.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.500,00	0,00
Saneamento	592.500,00	592.500,00	15.858,22	58.530,88	0,04	15.804,22	58.476,88	0,05	534.023,12	0,00
Saneamento Básico Urbano	592.500,00	592.500,00	15.858,22	58.530,88	0,04	15.804,22	58.476,88	0,05	534.023,12	54,00
Gestão Ambiental	420.000,00	2.892.082,98	-781.848,40	334.840,78	0,25	2.557.242,20	269.557,37	0,21	2.622.525,61	65.283,41
Preservação e Conservação Ambiental	420.000,00	2.892.082,98	-781.848,40	334.840,78	0,25	2.557.242,20	269.557,37	0,21	2.622.525,61	65.283,41
Agricultura	3.445.000,00	3.633.540,46	484.592,67	3.356.097,12	2,51	277.443,34	3.192.216,85	2,53	441.323,61	163.880,27
Extensão Rural	3.445.000,00	3.633.540,46	484.592,67	3.356.097,12	2,51	277.443,34	3.192.216,85	2,53	441.323,61	163.880,27
Indústria	488.000,00	277.000,00	31.280,41	221.072,63	0,17	32.972,55	221.072,63	0,18	45.927,37	0,00
Administração Geral	278.000,00	267.000,00	31.280,41	221.072,63	0,17	32.972,55	221.072,63	0,18	45.927,37	0,00
Promoção Industrial	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transporte	5.200.000,00	6.168.662,94	232.764,57	415.764,78	0,31	41.214,43	191.954,64	0,15	5.976.708,30	223.810,14
Abastecimento	5.200.000,00	6.168.662,94	232.764,57	415.764,78	0,31	41.214,43	191.954,64	0,15	5.976.708,30	223.810,14
Desporto e Lazer	1.474.110,00	1.813.282,09	110.249,70	1.647.577,09	1,23	165.705,00	1.646.189,28	1,31	167.092,81	1.387,81
Desporto Comunitário	1.474.110,00	1.813.282,09	110.249,70	1.647.577,09	1,23	165.705,00	1.646.189,28	1,31	167.092,81	1.387,81
Encargos Especiais	12.046.550,00	15.338.850,77	1.998.759,10	12.145.739,70	9,07	2.079.577,50	12.145.739,70	9,64	3.191.111,07	0,00
Outras Transferências	250.050,00	385.350,77	-14.900,91	359.913,22	0,29	17.754,32	359.913,22	0,29	25.437,55	0,00
Outros Encargos Especiais	11.796.500,00	14.951.500,00	2.014.680,01	11.785.826,48	8,80	2.061.823,18	11.785.826,48	9,35	3.185.673,52	0,00
Reserva de Contingência	15.858.000,00	15.858.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.858.000,00	0,00
Outros Encargos Especiais	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
Reserva de Contingência	15.708.000,00	15.708.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.708.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa	5.446.280,00	6.778.822,03	1.110.486,23	6.622.291,64	4,95	1.115.199,74	6.622.291,64	5,26	156.330,39	0,00
Ação Legislativa	28.000,00	28.000,00	5.848,10	25.736,64	0,02	5.848,10	25.736,64	0,02	2.263,36	0,00
Administração	698.600,00	821.600,00	130.980,90	796.647,04	0,60	130.980,90	796.647,04	0,63	24.952,96	0,00
Administração Geral	435.600,00	472.600,00	75.723,85	451.616,96	0,34	75.723,85	451.616,96	0,36	20.983,04	0,00
Administração Financeira	191.000,00	244.000,00	39.944,55	242.395,24	0,18	39.944,55	242.395,24	0,19	1.604,76	0,00
Controle Interno	11.000,00	16.000,00	1.836,26	16.000,00	0,01	1.836,26	16.000,00	0,01	0,00	0,00
Normalização e Fiscalização	61.000,00	89.000,00	13.476,24	86.634,84	0,06	13.476,24	86.634,84	0,07	2.365,16	0,00
Assistência Social	262.300,00	262.300,00	38.989,53	209.409,76	0,16	38.989,53	209.409,76	0,17	52.890,24	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	107.100,00	107.100,00	17.464,10	93.524,44	0,07	17.464,10	93.524,44	0,07	13.575,56	0,00
Assistência Comunitária	155.200,00	155.200,00	21.525,43	115.885,32	0,09	21.525,43	115.885,32	0,09	39.314,68	0,00
Previdência Social	30.000,00	35.000,00	9.504,41	31.427,69	0,02	9.504,41	31.427,69	0,02	3.572,31	0,00
Previdência do Regime Estatutário	30.000,00	35.000,00	9.504,41	31.427,69	0,02	9.504,41	31.427,69	0,02	3.572,31	0,00
Saúde	683.500,00	772.500,00	145.266,48	766.977,34	0,57	145.266,48	766.977,34	0,61	5.522,66	0,00
Atenção Básica	370.500,00	400.000,00	65.988,33	400.000,00	0,30	65.988,33	400.000,00	0,32	500,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	235.000,00	270.000,00	46.868,87	269.431,95	0,20	46.868,87	269.431,95	0,21	568,05	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Saúde	5.446.280,00	6.778.622,03	1.110.486,23	6.622.291,64	156.330,39	4,95	1.115.199,74	6.622.291,64	0,00
Vigilância Sanitária	683.500,00	772.500,00	145.266,48	766.977,34	5.522,66	0,57	145.266,48	766.977,34	0,00
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	44.000,00	10.001,15	43.993,15	6,85	0,03	10.001,15	43.993,15	0,00
Educação	38.000,00	58.000,00	22.408,13	53.552,24	4.447,76	0,04	22.408,13	53.552,24	0,00
Administração Geral	2.656.000,00	3.654.342,03	589.112,28	3.641.580,49	12.761,54	2,72	589.112,28	3.641.580,49	0,00
Erisno Fundamental	280.000,00	368.759,06	54.667,72	359.867,43	8.891,63	0,27	54.667,72	359.867,43	0,00
Erisno Superior	1.121.000,00	1.418.241,76	226.095,05	1.418.241,76	0,00	1,06	226.095,05	1.418.241,76	0,00
Educação Infantil	10.000,00	16.000,00	2.496,76	12.130,09	3.869,91	0,01	2.496,76	12.130,09	0,00
Cultura	1.245.000,00	1.851.341,21	305.852,75	1.851.341,21	0,00	1,38	305.852,75	1.851.341,21	0,00
Turismo	42.000,00	62.000,00	10.752,25	60.906,80	1.093,20	0,05	10.752,25	60.906,80	0,00
Urbanismo	42.000,00	62.000,00	10.752,25	60.906,80	1.093,20	0,05	10.752,25	60.906,80	0,00
Serviços Urbanos	650.000,00	739.000,00	117.848,88	721.335,48	17.664,52	0,54	117.848,88	721.335,48	0,00
Agricultura	235.000,00	290.000,00	49.301,58	285.601,73	4.398,27	0,21	49.301,58	285.601,73	0,00
Extensão Rural	235.000,00	290.000,00	49.301,58	285.601,73	4.398,27	0,21	49.301,58	285.601,73	0,00
Indústria	10.000,00	3.000,00	563,34	1.830,86	1.169,14	0,00	563,34	1.830,86	0,00
Administração Geral	10.000,00	3.000,00	563,34	1.830,86	1.169,14	0,00	563,34	1.830,86	0,00
Desporto e Lazer	150.880,00	110.880,00	12.318,48	80.837,81	30.042,19	0,06	17.031,99	80.837,81	0,00
Desporto Comunitário	150.880,00	110.880,00	12.318,48	80.837,81	30.042,19	0,06	17.031,99	80.837,81	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	141.096.084,00	180.514.766,43	18.366.984,22	133.887.430,20	46.627.336,23	100,00	25.163.125,57	125.000.597,39	7.866.832,81

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	
RECEITAS CORRENTES (I)														
12.459.232,65	10.901.135,42	10.765.619,92	13.390.272,77	18.301.189,73	11.227.864,43	12.633.068,53	11.309.737,93	12.433.086,24	13.061.792,97	12.877.706,24	14.019.187,11	153.379.895,54	130.333.355,20	RS 1.000
RECEITA TRIBUTÁRIA														
1.235.942,12	1.236.389,36	1.445.602,55	1.988.877,10	6.793.726,24	1.427.950,64	1.897.447,37	1.513.064,19	1.893.948,02	1.418.690,93	1.951.570,79	1.802.938,34	18.653.000,00		
I.P.T.U.														
212.081,49	80.010,24	81.951,87	331.467,08	3.839.433,39	147.205,45	398.927,56	85.933,63	374.391,43	82.151,82	320.151,42	69.871,28	6.023.376,66	4.200.000,00	
I.R.R.F.														
1.097,33	178.616,44	201.136,23	190.739,02	190.602,19	168.022,00	204.328,64	203.387,28	188.404,40	190.088,13	355.963,60	471.008,12	2.125.000,00		
I.S.S.														
676.116,31	604.097,04	711.140,99	732.861,97	914.126,25	767.240,19	823.357,98	847.711,44	854.103,97	798.966,71	873.461,45	847.285,95	7.900.470,25	7.900.000,00	
I.T.B.I.														
142.758,23	161.038,38	130.103,51	150.880,60	174.020,06	136.062,80	188.851,68	244.684,87	201.913,09	200.703,37	142.716,34	217.562,93	2.093.296,66	2.000.000,00	
Outras Receitas Tributárias														
203.888,76	212.627,26	321.269,95	582.928,43	1.675.544,35	207.420,40	281.981,51	131.346,97	275.135,13	146.810,90	259.277,98	197.410,06	4.495.641,70	2.528.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
220.307,64	455.411,17	514.738,42	536.801,80	557.447,69	586.155,68	574.002,92	639.063,76	647.591,60	660.531,18	1.047.827,59	1.298.524,85	5.282.000,00	5.282.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL														
2.316.248,65	1.417.104,46	1.025.786,52	2.585.425,62	2.093.781,56	1.195.400,90	1.300.299,58	996.668,23	1.019.886,78	2.819.216,28	1.607.616,27	2.154.888,05	20.512.322,90	12.287.759,48	
RECEITA AGROPECUÁRIA														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS														
7.394,92	11.019,61	21.464,93	15.510,27	13.099,54	20.137,63	13.095,96	29.167,86	54.482,75	14.853,46	9.792,02	7.860,25	217.679,22	243.890,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
8.457.940,13	7.566.303,01	7.469.728,26	8.039.689,70	8.204.004,35	7.763.246,00	7.617.338,35	7.682.506,60	7.415.738,42	7.860.722,22	7.904.945,20	8.422.355,41	94.404.557,65	18.500.000,00	
Cota-Parte do F.P.M.														
1.997.785,54	2.039.352,00	1.485.368,38	1.603.106,08	1.971.373,29	1.715.294,64	1.270.121,90	1.485.498,37	1.238.467,56	1.408.581,32	1.591.527,87	1.830.074,54	18.500.000,00	18.500.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.														
3.274.928,22	2.916.823,88	2.929.082,99	2.914.499,45	2.958.725,41	2.855.133,06	2.882.336,71	2.768.786,96	2.889.895,29	2.988.120,99	3.006.054,97	2.934.588,28	35.319.976,21	37.200.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.														
323.264,14	422.029,33	570.533,09	804.856,19	639.317,48	632.346,54	668.701,99	634.381,25	680.284,79	778.161,16	674.956,74	274.914,71	7.104.824,41	6.200.000,00	
Cota-Parte do ITR.														
309,73	82,92	2.322,14	153,17	143,29	167,37	192,62	6,091,15	6,091,15	16.979,98	536,50	306,95	34.450,86	20.000,00	
Outras Transferências Correntes														
1.071.346,03	555.954,03	890.548,31	926.116,97	880.031,71	882.623,60	1.192.404,06	1.152.404,06	1.033.261,08	1.000.429,21	989.098,38	1.693.235,10	9.314.505,72	9.314.505,72	
Transferências da LC 61/1989														
68.291,73	40.627,64	39.850,07	41.735,99	47.082,87	44.846,48	41.312,69	43.958,65	43.833,76	50.843,54	46.323,01	45.741,14	554.447,57	590.000,00	
Transferências da LC 87/1996														
0,00	0,00	0,00	69.712,37	12.462,87	12.462,87	12.462,87	12.462,87	12.462,87	12.462,87	12.462,87	12.462,87	169.415,33	180.000,00	
Transferências do FUNDEB														
1.722.014,74	1.591.423,21	1.552.023,28	1.679.407,48	1.694.867,43	1.610.371,44	1.541.811,88	1.594.923,82	1.511.461,92	1.603.688,15	1.583.984,76	1.631.032,22	19.306.910,33	19.300.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														
221.399,19	214.907,81	288.299,24	243.968,28	639.130,35	234.973,18	1.230.884,35	449.267,29	1.401.440,67	287.778,88	355.954,37	332.820,21	5.900.823,82	2.572.200,00	
DEDUÇÕES (II)														
1.194.722,65	1.378.870,09	1.364.371,97	1.447.519,98	1.497.775,96	1.445.918,27	1.346.369,06	1.383.777,69	1.375.276,34	1.456.715,11	1.861.900,73	2.051.915,60	17.815.133,45	16.518.000,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor														
4.790,14	201.111,12	218.015,08	221.974,44	231.402,89	241.547,72	250.075,23	258.326,58	254.905,62	265.977,88	494.977,68	625.684,36	3.219.412,88	2.450.000,00	
Contribuição Assist. Médica Servidores Vinc. ao RPPS														
45.003,73	93.976,01	140.925,78	138.712,68	140.552,28	152.320,59	153.327,84	144.546,89	146.167,60	147.067,81	300.550,66	416.633,84	2.019.885,41	2.532.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														
1.144.928,78	1.083.782,96	1.005.431,11	1.086.832,86	1.125.820,79	1.052.049,96	976.420,10	989.055,57	974.202,92	1.051.320,72	1.066.372,19	1.019.617,40	12.576.835,36	12.536.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) – (II)														
11.264.510,00	9.522.265,33	9.401.247,95	11.942.757,79	16.803.413,77	9.781.945,76	11.286.699,47	9.925.960,24	11.057.811,90	11.605.077,86	11.015.805,51	11.957.271,51	135.564.762,09	113.815.355,20	
FONTE:														

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 4 - 3 QUAD 2015 - RGF

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	25.600,01	1.399,29
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	25.600,01	1.399,29
Interna	25.600,01	1.399,29
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	25.600,01	1.399,29
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	25.600,01	1.399,29
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	25.600,01	1.399,29
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	135.564.762,09	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.399,29	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	21.690.361,93	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	19.521.325,74	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.489.533,35	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.798,58	0,00

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 4 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	13.283.000,00	13.283.000,00	19.419.113,79	16.864.652,63		
Recarga de Contribuições dos Segurados	13.283.000,00	13.283.000,00	19.419.113,79	16.864.652,63		
Pessoal Civil	2.532.000,00	2.532.000,00	3.219.412,68	2.500.150,66		
Ativo	2.532.000,00	2.532.000,00	3.219.412,68	2.500.150,66		
Inativo	2.500.000,00	2.500.000,00	3.175.781,39	2.469.162,30		
Pensionista	32.000,00	32.000,00	43.631,29	30.988,36		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recargas Imobiliárias	10.663.000,00	10.663.000,00	16.149.913,97	13.689.278,21		
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recargas Patrimoniais	10.663.000,00	10.663.000,00	16.149.913,97	13.689.278,21		
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	7.596,85	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	88.000,00	88.000,00	42.190,29	675.223,76		
Demais Recargas Correntes	55.000,00	55.000,00	37.032,41	667.418,67		
RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	33.000,00	5.157,88	7.805,09		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.677.000,00	11.677.000,00	11.900.442,97	10.372.833,55		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	24.960.000,00	24.960.000,00	31.319.556,76	27.237.486,18		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
ADMINISTRAÇÃO	9.222.000,00	10.222.000,00	9.824.723,97	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	5.385,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	5.385,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	9.122.000,00	10.122.000,00	9.819.338,97	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	9.326.439,71	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Aposentadorias	0,00	0,00	8.008.070,64	0,00	8.008.070,64	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.317.037,43	0,00	1.317.037,43	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.331,64	0,00	1.331,64	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	9.122.000,00	10.122.000,00	492.899,26	0,00	492.899,26	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	9.122.000,00	10.122.000,00	492.899,26	0,00	492.899,26	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	30.000,00	35.000,00	31.427,69	0,00	31.427,69	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.252.000,00	10.257.000,00	9.886.151,66	0,00	9.886.151,66	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	15.708.000,00	14.703.000,00	-	-	21.463.405,10	27.237.486,18	-	-

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	15.708.000,00
Valor	15.708.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	28.509,71	661.413,27
Investimentos	137.063.342,82	120.086.322,88
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.677.000,00	11.677.000,00	11.900.442,97	10.372.833,55
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.677.000,00	11.677.000,00	11.900.442,97	10.372.833,55
Recetta de Contribuições Patronais	6.177.000,00	6.177.000,00	6.144.366,43	5.086.169,60
Pessoal Civil	6.177.000,00	6.177.000,00	6.144.366,43	5.086.169,60
Ativo	6.177.000,00	6.177.000,00	6.144.366,43	5.086.169,60
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	5.500.000,00	5.500.000,00	5.756.076,54	5.286.663,95
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX + X)	11.677.000,00	11.677.000,00	11.900.442,97	10.372.833,55

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	30.000,00	35.000,00	31.427,69	0,00	31.427,69	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	30.000,00	35.000,00	31.427,69	0,00	31.427,69	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	30.000,00	35.000,00	31.427,69	0,00	31.427,69	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	30.000,00	35.000,00	31.427,69	0,00	31.427,69	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VIDEIRA - 21/01/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

ANEXO 5 - 3 QUAD 2015 - RGF

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
	(a)								
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	37.668,65		0,00	0,00	0,00	0,00	37.668,65	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados saúde - estado	104.234,75		0,00	0,00	0,00	0,00	104.234,75	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados saúde - estado	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados saúde - união	54.903,57		0,00	0,00	0,00	0,00	54.903,57	65,19	0,00
Atenção Básica - vinculados saúde - estado	144.510,85		0,00	0,00	0,00	0,00	144.510,85	0,00	0,00
Atenção Básica - vinculados saúde - estado	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.155,00	0,00
Atenção Básica - vinculados saúde - união	789.577,07		0,00	828,12	0,00	0,00	788.748,95	23.780,59	0,00
Atenção de Média e Alta Compl - vinculados - estad	112.094,57		0,00	0,00	0,00	0,00	112.094,57	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - vinculados saúde - esta	31.330,58		0,00	0,00	0,00	0,00	31.330,58	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - vinculados saúde - esta	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - vinculados saúde - união	1.673.853,55		0,00	4.842,50	0,00	0,00	1.669.011,05	140.658,33	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	7.520,66		0,00	0,00	0,00	0,00	7.520,66	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	27.969,49		0,00	0,00	0,00	0,00	27.969,49	0,00	0,00
Convênio entre Municípios - Casa Lar	6.991,52		0,00	0,00	0,00	0,00	6.991,52	676,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	200.175,58		0,00	0,00	0,00	0,00	200.175,58	334,18	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Superávit Financeiro E	319.264,27		0,00	0,00	0,00	0,00	319.264,27	131,54	0,00
Convênio Trânsito - Militar	90.158,86		0,00	0,00	0,00	0,00	90.158,86	23.202,37	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Superávit	27.759,49		0,00	0,00	0,00	0,00	27.759,49	23.581,81	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	190.544,46		0,00	0,00	0,00	0,00	190.544,46	8.133,90	0,00
Convênio Transporte Escolar - PNATE	24,12		0,00	0,00	0,00	0,00	24,12	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	346.626,79		0,00	0,00	0,00	0,00	346.626,79	270.147,46	0,00
Gestão do SUS - vinculados Saúde - união	5.351,50		0,00	0,00	0,00	0,00	5.351,50	0,00	0,00
Outras Trans. Decorrentes Compensação Financeira	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. Decorrentes Compensação Financeira pela Explor	57.265,41		0,00	0,00	0,00	0,00	57.265,41	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	100.650,09		0,00	0,00	0,00	0,00	100.650,09	0,00	0,00

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	8.555,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.555,21	0,00	0,00
	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS - Superá	35.096,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.096,05	0,00	0,00
	Rec. Alienação de Bens Móveis - FMAS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recur. Fundeb 60% - Superávit Exerc. Ante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Alienação de Bens	304.593,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.593,13	3.896,87	0,00
	Recursos de concessões e permissões	99.035,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.035,61	0,00	0,00
	Recursos de concessões e permissões superávit fin	1.243,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243,98	0,00	0,00
	Recursos de Convênios Estaduais - Educação	221,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,11	0,00	0,00
	Recursos de Operações de Crédito	2.265,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.265,39	0,00	0,00
	Recursos do RPPS - Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	(1.000,00)	0,00	0,00
	Recursos FRH	233.463,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.463,11	0,00	0,00
	Recursos FRH - superávit financeiro	415.952,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.952,96	0,00	0,00
	Recursos FUNDEB 40%	314.657,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314.657,73	0,00	0,00
	Recursos FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Fundecon	19.422,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.422,95	0,00	0,00
	Recursos Fundecon - superávit financeiro	45.500,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.500,18	0,00	0,00
	Recursos FUNJUR	55.691,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.691,30	0,00	0,00
	Recursos FUNJUR - Superávit Financeiro	13.028,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.028,61	0,00	0,00
	Recursos Funrebon	350.169,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.169,13	28.231,04	0,00
	Recursos Funrebon - superávit financeiro	234.030,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.030,41	52.546,39	0,00
	Recursos Merenda Escolar - PNAE	27.266,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.266,15	24.880,35	0,00
	Recursos Ordinários X	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Salário Educação	1.724.898,88	0,00	0,00	0,00	64.666,85	0,00	1.660.232,03	1.024.017,76	0,00
	Recursos Saneamento Básico	1.145.272,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.145.272,33	54,00	0,00
	Recursos Saneamento Básico - superávit financeiro	1.460.583,46	0,00	0,00	0,00	41.500,19	0,00	1.419.083,27	0,00	0,00
	Recursos Vinculados	41.894,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.894,20	36.758,47	0,00
	Recursos Vinculados Convênios	15.152,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.152,06	0,00	0,00

Continua 2/6

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	(d)	(e)			
		De Exercícios Anteriores	(b)						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Recursos Vinculados COSIP	298.425,70	0,00	0,00	0,00	0,00	298.425,70	0,00	0,00	
Recursos Vinculados Estaduais	139.281,49	0,00	0,00	0,00	0,00	139.281,49	0,00	0,00	
Recursos Vinculados Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.270,86	0,00	
Remuneração de Depósitos Bancários - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados PMV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. do FNAS - Programa de Atenção Integral a Família	37.089,40	0,00	0,00	0,00	0,00	37.089,40	0,00	0,00	
Transf. do FNAS - Programa de Atenção Integral a Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.114,40	0,00	
Transf. FEAS/SC - Alta Complex. - Investimento	20,95	0,00	0,00	0,00	0,00	20,95	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Alta Complex. - Investimento Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Alta Complex. - Investimento - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	76,26	0,00	0,00	0,00	0,00	76,26	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	18.404,57	0,00	0,00	0,00	0,00	18.404,57	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS - Investimento	7.885,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7.885,05	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - CREAS	1.771,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771,63	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - CREAS - Investimento	2.043,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.043,18	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - CREAS - Investimento - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FEAS/SC - CREAS - Superávit Financeiro	4.241,51	0,00	0,00	0,00	0,00	4.241,51	1.839,34	0,00	
Transf. FNAS - BPC na Escola	932,73	0,00	0,00	0,00	0,00	932,73	699,72	0,00	
Transf. FNAS - BPC na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FNAS - BPC na Escola - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. FNAS - IGD SUAS	3.494,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.494,52	0,00	0,00	
Transf. FNAS - IGD SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 3/6

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		(a)	(b)							(c)	(d)	(e)
Transf. FNAS - IGD SUAS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. FNAS - PAC I	7.165,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.165,55	0,00	0,00			
Transf. FNAS - PAC I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. FNAS - PAC I - Superávit Financeiro	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00			
Transf. FNAS - PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educ	29.889,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.889,63	0,00	0,00			
Transf. FNAS - PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098,10	0,00			
Transf. FNAS - ProJovem Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transf. FNAS - SCFV	20.996,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.996,83	0,00	0,00			
Transf. FNAS - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.428,21	0,00			
Transf. FNAS - SCFV - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênio - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do FNAS - Outros Programas - Superávit Financeiro	17.026,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.026,94	15.237,39	0,00			
Transferências do FNAS - Programa de Erradicação do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do FNAS - Programa Sentinela - Superávit Financeiro	233,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,53	0,00	0,00			
Transferências FNAS - Apoio a Pessoa Idosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências FNAS - Outros Programas	28.167,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.167,29	2.371,40	0,00			
Transferências FNAS - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências FNAS - Programa Pessoa Portadora de Deficiência	4.400,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.400,65	0,00	0,00			
Transferências FNAS - Programa Pessoa Portadora de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências FNAS - Programa Sentinela	29.788,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.788,79	1.506,00	0,00			
Vigilância em Saúde - vinculados saúde - união	457.793,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.793,56	1.088,46	0,00			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	11.985.599,63	0,00	0,00	5.670,62	106.167,04	1.000,00	11.872.761,97	1.826.905,13	0,00			
Alienações de Bens Destinados a Programas de Saúde.	53.816,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.816,33	0,00	0,00			
Farmácia Básica - Contrapartida Municipal	276.334,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.334,07	3.202,29	0,00			
Farmácia Básica - Contrapartida Municipal - Superávit	466.325,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.325,26	0,00	0,00			
FIA Demais Recursos	1.358,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358,15	0,00	0,00			

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 5/6	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar							
		Do Exercício		Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras					
		(b)	(c)	(d)	(e)						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))						
FIA Demais Recursos - Superávit Financeiro Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FIA Imposto de Renda	31.109,05	0,00	0,00	0,00	0,00	31.109,05	0,00	0,00	0,00		
FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Rec. Alienação de Bens Móveis - FMAS	166,96	0,00	0,00	0,00	0,00	166,96	0,00	0,00	0,00		
Recurso Municipal Repassado ao FMDCAV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recurso Municipal Repassado ao FMDCAV - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Convênios União - Educação	10.913,65	0,00	0,00	0,00	0,00	10.913,65	0,00	0,00	0,00		
Recursos Diretamente Arrecadados pelo FMAS	822,51	0,00	0,00	0,00	0,00	822,51	0,00	0,00	0,00		
Recursos Diretamente Arrecadados pelo FMAS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos FASM	3.666.514,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.666.514,52	0,00	0,00	0,00		
Recursos FASM - Superávit Financeiro	3.615.780,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.615.780,70	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários	9.863.238,15	0,00	8.161,04	52.684,53	3.245,47	9.799.137,11	1.528.418,90	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Superávit de Exerc. Anteriores	5.833.716,61	0,00	0,00	533.643,93	0,00	5.300.072,68	3.767.273,70	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Taxa de Administração - superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Taxa de fiscalização vigilância sanitária	270.505,66	0,00	0,00	0,00	0,00	270.505,66	117.722,16	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	15.234,23	0,00	0,00	0,00	0,00	15.234,23	15.234,23	0,00	0,00		
Recursos Ordinários FMAS	103.255,66	0,00	3.464,86	0,00	0,00	99.790,80	60.799,30	0,00	0,00		
Recursos Ordinários FMAS - Superávit Financeiro	64.686,16	0,00	0,00	0,00	0,00	64.686,16	53.067,27	0,00	0,00		
Recursos Ordinários FMEV	37.199,52	0,00	11.444,93	0,00	0,00	25.754,59	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários FMEV - Superávit Financeiro	943,27	0,00	0,00	0,00	0,00	943,27	916,02	0,00	0,00		
Recursos Ordinários MDEF - mínimo 25%	854.521,56	0,00	11.143,93	0,00	0,00	843.377,63	70.507,11	0,00	0,00		
Recursos Ordinários Saúde - mínimo 15%	850.577,73	0,00	7.014,53	510,73	0,00	843.052,47	442.786,70	0,00	0,00		
Recursos Ordinários X	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 5/6

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/6

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Obrigações Financeiras	Demais			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS - Invest. - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	26.017.019,75	0,00	41.229,29	586.849,19	3.245,47	25.385.695,80	6.059.927,68	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.002.619,38	0,00	46.899,91	693.016,23	4.245,47	37.258.457,77	7.886.832,81	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	137.091.852,53	0,00	0,00	0,00	0,00	137.091.852,53	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ANEXO 5 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.483.575,60	75.865.956,35	75.671.983,62
DEDUÇÕES (II)	37.604.181,92	41.478.459,30	37.955.719,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	37.770.624,54	43.689.213,67	38.002.619,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	2,62	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	166.442,62	2.210.756,99	46.899,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	39.879.393,68	34.387.497,05	37.716.264,15
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	39.879.393,68	34.387.497,05	37.716.264,15

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	3.328.767,10	-2.163.129,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.358.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	120.747.736,15	131.918.513,92	137.091.852,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	661.413,27	92.755,35	28.509,71
Investimentos	120.086.322,88	131.825.758,57	137.063.342,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-120.747.736,15	-131.918.513,92	-137.091.852,53
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-120.747.736,15	-131.918.513,92	-137.091.852,53

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 6 - 3 QUAD 2015 - RGF

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	135.564.762,09	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	65.218.870,80	48,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	81.338.857,25	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	77.271.914,39	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	37.716.264,15	27,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	162.677.714,51	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.824.247,66	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.399,29	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	21.690.361,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.489.533,35	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.886.832,81	37.258.457,77

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO 6 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	117.812.995,72	132.826.170,21	123.011.087,16
Receita Tributária	18.653.000,00	24.606.147,65	20.939.355,09
I.P.T.U.	4.200.000,00	6.023.376,66	4.860.314,24
I.S.S.	7.800.000,00	9.450.470,25	8.211.074,43
I.T.B.I.	2.000.000,00	2.093.295,66	2.116.245,27
I.R.R.F.	2.125.000,00	2.543.363,38	2.134.965,38
Outras Receitas Tributárias	2.528.000,00	4.495.641,70	3.616.755,77
Receita de Contribuição	17.459.000,00	20.058.544,39	16.645.480,92
Receitas Previdenciárias	14.209.000,00	15.119.855,65	12.872.984,21
Outras Contribuições	3.250.000,00	4.938.688,74	3.772.496,71
Receita Patrimonial Líquida	126.400,00	214.279,73	152.188,24
Receita Patrimonial	12.292.759,48	20.512.309,79	16.694.973,46
(-) Aplicações Financeiras	12.166.359,48	20.298.030,06	16.542.785,22
Transferências Correntes	78.758.505,72	81.828.695,40	79.949.186,35
F.P.M.	14.800.000,00	15.710.040,03	15.076.634,38
I.C.M.S.	29.760.000,00	28.255.181,96	28.271.516,94
Convênios	233.616,00	117.865,54	263.857,08
Outras Transferências Correntes	33.964.889,72	37.745.607,87	36.337.177,95
Demais Receitas Correntes	2.816.090,00	6.118.503,04	5.324.876,56
Dívida Ativa	725.000,00	1.028.005,69	844.747,91
Diversas Receitas Correntes	2.091.090,00	5.090.497,35	4.480.128,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.116.728,80	1.727.738,90	1.846.863,38
Operações de Crédito (III)	2.500.000,00	0,00	115.261,52
Amortização de Empréstimos (IV)	200.000,00	160.694,29	165.117,00
Alienação de Ativos (V)	31.000,00	480.495,10	0,00
Transferências de Capital	8.385.728,80	1.043.154,51	1.566.484,86
Convênios	7.900.000,00	657.214,32	307.819,48
Outras Transferências de Capital	485.728,80	385.940,19	1.258.665,38
Outras Receitas de Capital	0,00	43.395,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.385.728,80	1.086.549,51	1.566.484,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	126.198.724,52	133.912.719,72	124.577.572,02
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	128.448.560,60	117.127.268,88	104.618.800,22
Pessoal e Encargos Sociais	62.922.764,29	60.178.734,35	53.480.028,30
		115.728.879,16	100.045.457,97
		1.398.389,72	4.573.342,25
		0,00	0,00
		53.480.028,30	0,00
		124.577.572,02	124.577.572,02
		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Em 2015	Em 2014
		1.398.389,72	4.573.342,25
		0,00	0,00

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	128.448.560,60	117.127.268,88	104.618.800,22	115.728.879,16	100.045.457,97	1.398.389,72	4.573.342,25
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.040.000,00	4.771.942,15	4.732.062,44	4.771.942,15	4.732.062,44	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	60.485.796,31	52.176.592,38	46.406.709,48	50.778.202,66	41.833.367,23	1.398.389,72	4.573.342,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	123.408.560,60	112.355.326,73	99.886.737,78	110.956.937,01	95.313.395,53	1.398.389,72	4.573.342,25
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	36.208.205,83	16.760.161,32	10.737.302,45	10.271.718,23	7.932.240,71	6.488.443,09	2.805.061,74
Investimentos	33.687.705,83	14.243.680,86	8.424.467,65	7.755.237,77	5.619.405,91	6.488.443,09	2.805.061,74
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.520.000,00	2.516.480,46	2.312.834,80	2.516.480,46	2.312.834,80	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	33.688.205,83	14.243.680,86	8.424.467,65	7.755.237,77	5.619.405,91	6.488.443,09	2.805.061,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.858.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	172.954.766,43	126.599.007,59	108.311.205,43	118.712.174,78	100.932.801,44	7.886.832,81	7.378.403,99
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-46.756.041,91	7.313.712,13	16.266.366,59	15.200.544,94	23.644.770,58	126.025.886,91	117.199.168,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	24.121.369,02	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	24.121.369,02	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-7.947.359,48	

FONTE:

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ANEXO 7 - 6 BIM 2015 - RREO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	817,90	165.624,72	-0,00	10,11	166.432,51	7.378.403,99	6.487.927,71	800.059,14	693.016,23	693.016,23	
	EXECUTIVO										
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	817,90	157.582,78	-0,00	0,00	157.582,78	7.366.018,84	6.459.292,23	798.809,47	693.016,23	
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM	817,90	156.010,37	-0,00	0,00	156.010,37	7.348.758,97	6.442.756,76	798.085,07	693.016,23	
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	817,90	50.709,34	0,00	0,00	50.709,34	67.794,44	39.382,99	28.411,45	0,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00	41.500,19	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	3.520,08	0,00	0,00	3.520,08	266.897,04	192.062,11	74.024,20	510,73	
	FUNDO MUNICIPAL PI/REQ. BOMBEIROS VOLUNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474.742,20	464.334,36	10.407,84	0,00	
	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.080,89	20.080,89	0,00	0,00	
	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.182,26	91.803,65	65.378,61	-0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURIDIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.944,45	282,02	2.662,43	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.580,60	0,00	0,00	1.580,60	766.077,00	439.794,96	289.369,69	48.835,01	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697.922,81	164.196,23	9.029,31	524.697,27	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.081,58	5.791,29	2.530,08	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.197.620,78	3.394.137,10	237.441,73	64.666,85	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	14.908,10	0,00	0,00	14.908,10	68.094,00	38.636,41	30.022,34	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	85.292,25	0,00	0,00	85.292,25	1.563.745,76	1.554.233,47	16.818,68	3.859,52	
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.858,40	1.120,83	3.737,57	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E UI	0,00	0,00	0,00	0,00	7.112,21	683,15	6.429,06	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI	0,00	0,00	0,00	0,00	59.766,04	29.017,30	21.822,08	8.946,66	8.946,66	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTUR	0,00	0,00	0,00	0,00	17.259,87	16.535,47	724,40	0,00	0,00	
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	0,00	1.572,41	0,00	0,00	1.572,41	16.535,47	16.535,47	724,40	0,00	
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	0,00	1.572,41	0,00	0,00	1.572,41	16.535,47	16.535,47	724,40	0,00	
	0,00	8.859,84	0,00	10,11	8.849,73	17.500,00	28.635,48	1.249,67	0,00	0,00	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	8.859,84	0,00	10,11	8.849,73	12.385,15	28.635,48	1.249,67	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	817,90	165.624,72	-0,00	10,11	166.432,51	7.378.403,99	6.487.927,71	800.059,14	693.016,23	693.016,23	

FONTE:

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Controladora CRC/SC 020534/O-0

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

ANEXO 8 - 6 BIM 2015 - RREO

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.075.000,00	17.075.000,00	21.377.645,56	125,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.920.000,00	4.920.000,00	6.655.896,66	135,28
1.1.1- IPTU	4.200.000,00	4.200.000,00	6.032.050,02	143,62
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	51.599,11	258,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	383.027,32	95,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	197.893,57	65,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(8.673,36)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.085.000,00	2.085.000,00	2.093.295,66	100,40
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	2.124.340,14	106,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(31.044,48)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.945.000,00	7.945.000,00	10.085.089,86	126,94
1.3.1- ISS	7.800.000,00	7.800.000,00	9.482.894,53	121,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	99.860,32	199,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	212.163,75	385,75
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	322.595,54	806,49
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(32.424,28)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	2.543.363,38	119,69
1.4.1- IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	2.543.363,38	119,69
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.680.000,00	62.680.000,00	63.912.637,85	101,97
2.1- Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	20.731.063,47	112,06
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.500.000,00	18.500.000,00	19.637.549,59	106,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	1.093.513,88	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.200.000,00	37.200.000,00	35.318.976,21	94,94
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	169.415,33	94,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	554.447,57	95,59
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	34.450,86	172,25
2.6- Cota-Parte IPVA	6.200.000,00	6.200.000,00	7.104.284,41	114,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	79.755.000,00	79.755.000,00	85.290.283,41	106,94
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.385.000,00	2.385.000,00	3.185.523,88	133,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	2.174.559,95	144,97
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	650.000,00	650.000,00	673.210,00	103,57
5.4- Transferências Diretas - PNATE	100.000,00	100.000,00	77.368,50	77,37
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	135.000,00	135.000,00	260.385,43	192,88
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	980.000,00	980.000,00	862.314,08	87,99
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.365.000,00	3.365.000,00	4.047.837,96	120,29
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	12.536.000,00	12.536.000,00	12.563.823,32	100,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.700.000,00	3.700.000,00	3.927.509,56	106,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.440.000,00	7.440.000,00	7.063.794,25	94,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	33.883,02	94,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	116.000,00	116.000,00	110.889,54	95,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	6.890,07	172,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.240.000,00	1.240.000,00	1.420.856,88	114,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.460.000,00	19.460.000,00	19.521.358,13	100,32
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	19.300.000,00	19.306.910,33	100,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	160.000,00	160.000,00	214.447,80	134,03
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.764.000,00	6.764.000,00	6.743.087,01	99,69
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.676.000,00	17.503.348,76	17.215.049,16	98,35	17.215.049,16	98,35	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.731.000,00	6.722.331,13	6.652.973,94	98,97	6.652.973,94	98,97	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	9.945.000,00	10.781.017,63	10.562.075,22	97,97	10.562.075,22	97,97	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	7.784.000,00	2.703.762,33	2.703.762,33	100,00	2.703.762,33	100,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	6.314.000,00	1.369.779,96	1.369.779,96	100,00	1.369.779,96	100,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.470.000,00	1.333.982,37	1.333.982,37	100,00	1.333.982,37	100,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.460.000,00	20.207.111,09	19.918.811,49	98,57	19.918.811,49	98,57	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							712.111,09
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							712.111,09
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							712.111,09
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							19.206.700,40
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							88,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							10,20
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,61
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							712.111,09
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *							712.111,09
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	19.938.750,00		19.938.750,00		21.322.570,85	106,94	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.947.000,00	15.494.742,84	15.368.906,03	99,19	15.363.831,67	99,16	5.074,36
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.133.250,00	19.464.585,67	19.016.850,88	97,70	18.951.418,13	97,36	65.432,75
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.415.000,00	12.115.000,00	11.896.057,59	98,19	11.896.057,59	98,19	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.718.250,00	7.349.585,67	7.120.793,29	96,89	7.055.360,54	96,00	65.432,75
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	27.080.250,00	34.959.328,51	34.385.756,91	98,36	34.315.249,80	98,16	70.507,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							6.743.087,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							214.447,80
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							676.505,54
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO * ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							46.325,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							7.680.365,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							26.705.391,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							31,31
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.630.000,00	3.133.313,52	2.871.279,60	91,64	1.847.261,84	58,96	1.024.017,76
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	456.500,00	801.501,48	723.818,95	90,31	723.818,95	90,31	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.086.500,00	3.934.815,00	3.595.098,55	91,37	2.571.080,79	65,34	1.024.017,76
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	29.166.750,00	38.894.143,51	37.980.855,46	97,65	36.886.330,59	94,84	1.094.524,87

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	46.325,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	46.325,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		716.138,16	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		19.306.910,33	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		19.922.838,56	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		19.922.838,56	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		214.447,80	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		314.657,73	0,00

VIDEIRA, 25/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO 9 - 6 BIM 2015 - RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.500.000,00	0,00			2.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	36.208.205,83	16.760.161,32	10.271.718,23	6.488.443,09	19.448.044,51
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	36.208.205,83	16.760.161,32	10.271.718,23	6.488.443,09	19.448.044,51
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-33.708.205,83	-16.760.161,32	-	-	-16.948.044,51
FONTE:					

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 21/01/2016

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 12 2015

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS DEZEMBRO/2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	6.023.376,66
1.2 - ITBI	2.093.295,66
1.3 - ISS	9.450.470,25
1.5 - IRRF	2.543.363,38
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	595.191,07
1.7 - Multas e Juros de Impostos	671.948,54
1.8 SOMA	21.377.645,56
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	20.731.063,47
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	169.415,33
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	35.318.976,21
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	554.447,57
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	34.450,86
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	7.104.284,41
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	63.912.637,85
1.18 TOTAL	85.290.283,41

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	21.322.570,85
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	19.306.910,33
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	214.447,80
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	712.111,09
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	2.174.559,95
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	248.919,24
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	903.313,52
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.215.733,70
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	350.639,28

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	21.322.570,85	33.662.926,37	12.340.355,52
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		18.585.577,52	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		15.077.348,85	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	19.521.358,13	19.206.700,40	-314.657,73
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	11.712.814,88	17.215.049,16	5.502.234,28
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	7.808.543,25	1.991.651,24	-5.816.892,01
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	3.326.792,71	2.871.279,60	-455.513,11
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.566.372,98	1.560.896,47	-5.476,51

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	31,31%	6,31%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	88,19%	28,19%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	10,20%	-30,20%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	19.306.910,33	12.563.823,32	6.743.087,01

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 31 de dezembro de 2015.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO_2016

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.761.297,34		17.948.081,58	19.157.060,42	18.500.021,82	18.536.093,74	18.913.461,10	110.716.016,00						
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.123.819,24		9.223.204,48	9.883.511,82	9.525.895,72	9.491.100,64	9.753.201,10	57.000.733,00						
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	11.666,64		11.666,64	11.666,64	11.666,64	11.666,64	11.666,80	70.000,00						
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	8.224.010,22		8.311.633,86	8.861.715,60	8.561.523,50	8.532.315,62	8.748.131,20	51.239.330,00						
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	888.142,38		899.903,98	1.010.129,58	952.705,58	947.118,38	993.403,10	5.691.403,00						
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	721.280,00		747.740,00	913.850,00	823.200,00	814.380,00	879.550,00	4.900.000,00						
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	721.280,00		747.740,00	913.850,00	823.200,00	814.380,00	879.550,00	4.900.000,00						
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.916.198,10		7.977.137,10	8.359.698,60	8.150.926,10	8.130.613,10	8.280.710,00	48.815.283,00						
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	236.706,60		237.786,60	244.566,60	240.866,60	240.506,60	243.167,00	1.443.600,00						
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	21.666,64		21.666,64	21.666,64	21.666,64	21.666,64	21.666,80	130.000,00						
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	64.999,98		64.999,98	64.999,98	64.999,98	64.999,98	65.000,10	390.000,00						
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.369.458,26		7.429.317,26	7.805.098,76	7.600.026,26	7.580.073,26	7.727.509,20	45.511.483,00						
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	223.366,62		223.366,62	223.366,62	223.366,62	223.366,62	223.366,90	1.340.200,00						
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.388.097,32		3.949.168,82	4.425.776,57	4.032.085,32	4.058.374,82	4.233.634,15	24.087.137,00						
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.034.734,00		3.582.845,50	3.978.093,25	3.628.802,00	3.659.411,50	3.802.750,75	21.686.637,00						
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.333,32		1.333,32	1.333,32	1.333,32	1.333,32	1.333,40	8.000,00						
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.033.400,68		3.581.512,18	3.976.759,93	3.627.468,68	3.658.078,18	3.801.417,35	21.678.637,00						
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	83,32		83,32	83,32	83,32	83,32	83,40	500,00						
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,32		83,32	83,32	83,32	83,32	83,40	500,00						
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	353.280,00		366.240,00	447.600,00	403.200,00	398.880,00	430.800,00	2.400.000,00						
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	353.280,00		366.240,00	447.600,00	403.200,00	398.880,00	430.800,00	2.400.000,00						
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
Total Geral		21.174.394,66		21.922.250,40	23.607.836,99	22.557.107,14	22.519.468,56	23.172.095,25	134.953.153,00						

VIDEIRA, 27/01/2016

CRISTINA KLOCK
 Contadora CRC/SC 020534/O-0

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

ALEXANDRE GANASINI
 Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
 Coordenadora Controle Interno

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO_2016

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	18.886.905,19	19.474.646,58	22.426.876,49	21.327.358,06	20.689.843,42	23.412.523,26	126.218.153,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.063.359,71	2.919.646,00	5.079.040,57	3.993.690,14	2.983.992,57	3.285.271,01	20.325.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.785.347,33	2.211.940,42	4.250.960,88	3.485.917,98	2.679.947,61	3.015.885,78	17.430.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	577.245,45	922.395,16	2.865.186,70	2.014.337,85	1.209.226,27	1.541.608,57	9.130.000,00
1.1.1.2.01.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rur	89.539,13	221.828,25	2.137.927,45	1.226.646,91	498.074,13	425.984,13	4.600.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	51.037,71	126.443,10	1.218.607,35	699.194,48	283.904,47	242.812,89	2.622.000,00
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	25.071,18	62.112,45	598.613,93	343.463,91	139.461,97	119.276,56	1.288.000,00
1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. U	13.430,24	33.272,70	320.706,17	183.988,52	74.707,69	63.894,68	690.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer	179.429,77	348.642,06	335.931,55	362.893,66	347.403,62	755.699,34	2.330.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - P	97.475,15	186.724,74	179.757,81	195.043,71	185.982,75	409.015,84	1.254.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - E	47.882,52	91.724,43	88.302,09	95.810,95	91.359,96	200.920,05	616.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - S	25.651,35	49.138,08	47.304,68	51.327,29	48.942,84	107.635,76	330.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	4.799,46	12.000,35	11.722,30	11.810,29	12.036,42	21.731,18	74.100,00
1.1.1.2.04.34.02.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	2.357,64	5.894,91	5.758,34	5.801,55	5.912,61	10.674,95	36.400,00
1.1.1.2.04.34.03.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	1.263,65	3.159,55	3.086,33	3.099,87	3.169,04	5.721,56	19.500,00
1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imo	308.276,55	351.924,85	391.327,70	424.797,28	363.748,52	359.925,10	2.200.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - F	175.569,27	201.351,69	222.868,43	241.930,00	207.161,57	205.119,04	1.254.000,00
1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - E	86.414,03	98.047,64	109.694,41	119.076,37	101.963,60	100.803,95	616.000,00
1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - S	46.293,25	52.525,52	58.764,86	63.790,91	54.623,35	54.002,11	330.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.208.101,88	1.289.545,26	1.385.774,18	1.471.580,13	1.470.721,34	1.474.277,21	8.300.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natur	1.208.101,88	1.289.545,26	1.385.774,18	1.471.580,13	1.470.721,34	1.474.277,21	8.300.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	687.393,13	734.147,52	788.486,22	837.308,55	836.819,97	846.844,61	4.731.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	339.066,17	361.654,35	388.931,69	413.014,04	412.772,97	408.560,78	2.324.000,00
1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	181.642,58	193.743,39	208.356,27	221.257,54	221.128,40	218.871,82	1.245.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	272.885,90	694.867,60	822.026,82	487.961,30	290.102,47	247.155,91	2.815.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	227.080,41	634.947,43	295.489,68	134.524,14	137.301,49	120.656,85	1.550.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	37.988,40	92.774,64	169.416,77	14.066,96	31.672,92	14.100,31	360.000,00
1.1.2.1.17.02.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	37.988,40	92.774,64	169.416,77	14.066,96	31.672,92	14.100,31	360.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/I	133.763,79	441.028,81	32.800,69	31.046,42	21.158,30	10.201,99	670.000,00
1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder de Pol	55.348,22	101.143,98	93.272,22	89.410,76	84.470,27	96.354,55	520.000,00
1.1.2.1.99.01.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Pol	8.786,44	10.694,36	20.012,83	17.961,15	20.948,26	21.596,96	100.000,00
1.1.2.1.99.02.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	46.561,78	90.449,62	73.259,39	71.449,61	63.522,01	74.757,59	420.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	45.805,49	59.920,17	526.537,14	353.437,16	152.800,98	126.499,06	1.265.000,00
1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	29.071,71	52.036,33	512.199,94	341.517,49	144.950,53	120.224,00	1.200.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	16.733,78	7.883,84	14.337,20	11.919,67	7.850,45	6.275,06	65.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradol	0,00	406,87	3.868,05	415,65	379,34	330,09	5.000,00
1.1.2.2.99.02.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	16.733,78	7.476,97	10.869,15	11.504,02	7.471,11	5.944,97	60.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.126,48	12.837,98	6.052,87	19.810,86	13.942,49	22.229,32	80.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complem	5.126,48	12.837,98	6.052,87	19.810,86	13.942,49	22.229,32	80.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	534.033,02	859.456,92	890.149,79	908.553,82	955.736,22	1.732.070,23	5.880.000,00
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	320.406,05	645.502,27	655.416,61	652.637,64	671.501,83	1.434.535,60	4.380.000,00
1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	192.075,38	415.939,90	420.185,56	414.410,19	432.084,39	910.294,58	2.785.000,00
1.2.1.0.29.07.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	187.082,37	410.931,69	414.958,36	409.115,52	425.978,13	901.933,93	2.750.000,00
1.2.1.0.29.09.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o f	4.993,01	5.008,21	5.227,20	5.294,67	6.116,26	8.360,65	35.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.2.1.0.38.00.00.00.00	Contrib Social sobre o Lucro das Pessoas	128.330,67	229.562,37	235.231,05	238.227,45	239.407,44	524.241,02	1.595.000,00
1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc	128.330,67	229.562,37	235.231,05	238.227,45	239.407,44	524.241,02	1.595.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILU	213.626,97	213.954,65	234.733,18	255.916,18	284.234,39	297.534,63	1.500.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.007.052,28	2.127.801,85	2.073.909,52	2.632.051,78	2.722.441,72	2.538.906,85	14.102.164,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.095,21	17.807,02	16.715,66	22.364,50	18.927,86	16.279,75	107.190,00
1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	8.578,76	10.325,27	7.798,18	13.867,84	10.589,39	8.840,56	60.000,00
1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	6.516,45	7.481,75	8.917,48	8.496,66	8.338,47	7.439,19	47.190,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.987.851,68	2.106.115,40	2.046.809,22	2.604.757,32	2.693.686,69	2.512.253,69	13.951.474,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	217.334,87	239.677,37	278.948,27	315.196,25	322.169,98	308.147,26	1.681.474,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos V	93.998,07	105.260,29	119.189,40	132.565,18	131.158,52	118.305,54	700.477,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	24.356,49	32.571,47	31.460,83	33.666,03	33.011,97	24.933,21	180.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -	14.613,89	19.542,88	18.876,50	20.199,62	19.807,18	14.959,93	108.000,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -	9.742,60	13.028,59	12.584,33	13.466,41	13.204,79	9.973,28	72.000,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	13.298,45	14.827,40	16.806,60	19.598,40	19.446,67	18.522,48	102.500,00
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.712,12	1.431,35	1.464,22	1.691,23	1.886,09	1.814,99	10.000,00
1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.776,48	1.676,75	1.641,41	1.713,99	1.635,60	1.555,77	10.000,00
1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sã	227,21	209,22	176,69	163,90	119,56	103,42	1.000,00
1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sã	250,47	443,09	470,45	531,66	638,31	666,02	3.000,00
1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	3.597,95	4.435,70	5.110,99	5.604,19	5.785,39	5.465,78	30.000,00
1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.573,47	2.145,51	3.180,00	4.302,53	4.492,95	4.305,54	20.000,00
1.3.2.5.01.03.19.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	2.047,08	2.303,62	2.437,30	2.786,82	2.766,88	2.658,30	15.000,00
1.3.2.5.01.03.20.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	770,67	848,76	897,82	927,09	861,71	693,95	5.000,00
1.3.2.5.01.03.21.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.264,20	1.248,85	1.338,36	1.784,99	1.176,64	1.186,96	8.000,00
1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	78,80	84,55	89,36	92,00	83,54	71,75	500,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	27.700,44	27.978,62	33.400,42	39.579,71	40.867,78	36.473,03	206.000,00
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	24.286,21	21.995,05	23.324,05	26.360,05	26.710,13	27.324,36	150.000,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	479,55	702,46	918,51	1.199,54	1.036,83	663,11	5.000,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	97,94	144,11	226,37	178,24	220,99	132,35	1.000,00
1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	2.836,74	5.137,00	8.931,34	11.841,88	12.899,83	8.353,21	50.000,00
1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	10.492,59	7.851,90	13.756,42	13.748,44	10.435,76	8.714,89	65.000,00
1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -	9.266,64	4.659,12	11.346,74	11.007,41	7.722,97	5.997,12	50.000,00
1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -	1.225,95	3.192,78	2.409,68	2.741,03	2.712,79	2.717,77	15.000,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - Cil	102,47	114,23	53,96	51,46	70,58	107,30	500,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNA	2.546,81	2.634,05	2.498,79	2.859,05	3.380,30	3.238,00	17.157,00
1.3.2.5.01.10.00.00.03	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PTMCI	110,28	99,57	67,55	51,96	88,83	72,81	491,00
1.3.2.5.01.10.00.00.05	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PFMC	294,66	321,00	294,84	367,73	665,94	555,83	2.500,00
1.3.2.5.01.10.00.00.06	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD PBI	417,20	467,64	467,74	550,00	559,56	567,86	3.030,00
1.3.2.5.01.10.00.00.09	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBFI Cf	338,28	371,13	384,21	287,48	319,41	499,49	2.200,00
1.3.2.5.01.10.00.00.12	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD SU	136,65	148,99	147,74	151,46	130,62	120,54	836,00
1.3.2.5.01.10.00.00.13	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - ACESSI	736,95	745,69	769,45	936,72	955,13	856,06	5.000,00
1.3.2.5.01.10.00.00.14	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - SCFV	432,29	415,04	333,01	353,60	386,24	379,82	2.300,00
1.3.2.5.01.10.00.00.15	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PAC I	80,50	64,99	34,25	160,10	274,57	185,59	800,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec	15.500,82	19.282,62	21.212,38	23.062,09	23.945,46	26.316,63	129.320,00
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. R	4.451,74	4.449,92	5.179,54	5.543,95	5.464,65	4.910,20	30.000,00
1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/	661,39	752,13	971,40	719,20	638,25	757,63	4.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.2.5.01.99.07.00.01	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta I	8,42	9,48	6,03	17,73	33,48	24,86	100,00
1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CI	408,86	483,25	-219,77	259,77	262,94	304,95	1.500,00
1.3.2.5.01.99.07.00.03	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Benef	33,70	9,82	1,29	18,98	70,27	65,94	200,00
1.3.2.5.01.99.07.00.04	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básic	210,41	249,58	227,57	100,94	24,60	186,90	1.000,00
1.3.2.5.01.99.07.00.05	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta I	0,00	0,00	126,97	59,28	10,70	3,05	200,00
1.3.2.5.01.99.07.00.06	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CRE	0,00	0,00	829,31	262,50	236,26	171,93	1.500,00
1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - R	152,72	203,87	226,59	287,89	319,94	308,99	1.500,00
1.3.2.5.01.99.09.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - A	16,14	19,25	114,02	131,97	114,96	103,66	500,00
1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F	886,11	1.149,85	1.173,81	1.433,14	1.645,34	1.711,75	8.000,00
1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - P	1.338,04	1.745,27	1.845,22	1.528,01	1.648,06	1.895,40	10.000,00
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - P	1.089,11	1.301,26	1.531,30	1.870,64	2.021,79	2.185,90	10.000,00
1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PV	931,68	1.093,58	1.290,22	1.653,09	1.552,27	1.479,16	8.000,00
1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Trê	140,47	216,02	468,86	504,44	372,28	297,93	2.000,00
1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - C	333,09	219,91	118,32	311,53	447,70	569,45	2.000,00
1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - C	649,15	743,51	811,61	832,08	903,58	1.060,07	5.000,00
1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	9,04	13,77	242,17	189,23	29,86	15,93	500,00
1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	858,18	1.019,66	1.149,24	1.305,37	1.280,25	1.387,30	7.000,00
1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	352,10	494,79	561,28	684,48	713,49	2.193,86	5.000,00
1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	2.638,67	3.997,61	3.862,47	4.471,64	4.850,75	5.178,86	25.000,00
1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	13,28	13,66	7,97	2,51	5,58	7,00	50,00
1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	538,32	555,00	479,53	639,29	757,31	660,55	3.630,00
1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	212,43	243,96	294,26	339,05	242,32	207,98	1.540,00
1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	4,40	5,82	7,75	9,64	10,57	11,82	50,00
1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	110,34	126,60	72,32	60,32	46,26	84,16	500,00
1.3.2.5.01.99.27.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	2,61	3,32	10,25	6,45	8,63	18,74	50,00
1.3.2.5.01.99.28.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	16,52	0,00	0,00	0,00	0,00	483,48	500,00
1.3.2.5.01.99.29.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convê	0,00	812,08	599,39	340,17	668,98	579,38	3.000,00
1.3.2.5.01.99.30.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sa	95,29	101,78	194,86	198,00	202,64	207,43	1.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não	123.336,80	134.417,08	159.758,87	182.631,07	191.011,46	189.841,72	980.997,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. Não	123.336,80	134.417,08	159.758,87	182.631,07	191.011,46	189.841,72	980.997,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. Não	71.863,36	83.459,28	97.073,25	112.114,98	119.009,58	116.474,55	600.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. Não	374,50	404,18	679,15	596,38	493,81	448,98	2.997,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FN	2.162,29	2.297,44	2.876,38	3.435,26	2.539,22	1.687,41	15.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. Não	48.936,65	48.256,18	59.123,09	66.484,45	68.968,85	71.230,78	363.000,00
1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.770.516,81	1.866.438,03	1.767.860,95	2.289.561,07	2.371.516,71	2.204.106,43	12.270.000,00
1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.604.986,80	1.576.057,83	1.659.098,93	2.017.551,68	2.121.227,96	2.171.076,80	11.150.000,00
1.3.2.8.10.00.01.00.00	Remun. dos Investm. do RPPS RF - Bai	944.505,09	869.598,18	988.666,91	1.173.414,28	1.258.901,24	1.284.914,30	6.500.000,00
1.3.2.8.10.00.02.00.00	Remun. dos Investm. do RPPS RF - CE	641.916,57	686.503,88	667.591,82	815.903,36	832.854,00	855.230,37	4.500.000,00
1.3.2.8.10.00.04.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPI	18.565,14	19.955,77	22.840,20	28.234,04	29.472,72	30.932,13	150.000,00
1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	165.530,01	290.380,20	108.762,02	272.009,39	250.288,75	33.029,63	1.120.000,00
1.3.2.8.20.00.01.00.00	Remun. dos Investm. do RPPS RV - BB	165.530,01	290.380,20	108.762,02	272.009,39	250.288,75	33.029,63	1.120.000,00
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.640,71	2.719,13	8.317,09	3.842,25	8.485,76	8.995,06	35.000,00
1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Sen	2.640,71	2.719,13	8.317,09	3.842,25	8.485,76	8.995,06	35.000,00
1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permiss	2.640,71	2.719,13	8.317,09	3.842,25	8.485,76	8.995,06	35.000,00
1.3.3.1.99.01.00.00.00	Rec de Concessões e Permissões Serviço	2.640,71	2.719,13	8.317,09	3.842,25	8.485,76	8.995,06	30.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.3.1.99.03.00.00.00	Rec. de Concessões e Permissões Serviç	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.3.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.464,68	1.160,30	2.067,55	1.087,71	1.341,41	1.378,35	8.500,00
1.6.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	29.442,80	42.299,23	32.888,46	37.984,24	63.867,92	35.446,35	241.929,00
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	9.419,95	6.956,51	5.079,90	5.715,40	6.861,82	5.966,42	40.000,00
1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	9.419,95	6.956,51	5.079,90	5.715,40	6.861,82	5.966,42	40.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	1.207,10	1.088,31	2.087,64	2.470,57	13.424,61	1.650,77	21.929,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públ	15,52	33,17	1.039,95	1.457,85	12.436,45	17,06	15.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	203,42	66,98	59,53	24,56	0,00	645,51	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	988,16	988,16	988,16	988,16	988,16	988,20	5.929,00
1.6.0.0.13.99.00.01.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeona	988,16	988,16	988,16	988,16	988,16	988,20	5.929,00
1.6.0.0.70.00.00.00.00	Tarifa de Comp. e Utiliz em Ativ de Pesq	18.815,75	34.254,41	25.720,92	29.798,27	43.581,49	27.829,16	180.000,00
1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	18.815,75	34.254,41	25.720,92	29.798,27	43.581,49	27.829,16	180.000,00
1.7.0.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.936,441,71	13.120.954,25	13.881.333,55	13.308.703,92	13.347.467,52	15.247.429,05	82.842.330,00
1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT,	13.918.816,03	13.088.068,61	13.852.288,19	13.286.697,53	13.311.680,62	15.219.279,02	82.676.830,00
1.7.2.1.0.0.00.00.00.00	Transferências da União	4.713.082,38	3.771.596,27	4.285.443,67	3.995.845,12	3.390.719,00	5.157.034,56	25.313.721,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	3.336.971,45	2.339.336,62	2.978.677,51	2.280.122,33	2.160.715,02	2.932.177,07	16.028.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	2.384.525,15	1.674.757,58	2.111.327,28	1.624.133,27	1.534.721,40	2.070.535,32	11.400.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	600.565,22	-600.565,22	-730.660,63	-569.679,60	-540.147,61	-713.155,68	-4.000.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação	-845.791,26	-600.565,22	-730.660,63	-569.679,60	-540.147,61	-713.155,68	-4.000.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	1.170.648,02	822.197,95	1.036.525,52	797.344,67	753.449,22	1.019.834,62	5.600.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	627.487,97	440.801,76	555.595,94	427.390,78	403.862,05	544.861,50	3.000.000,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial	80,77	1.979,61	3.373,34	854,31	6.836,56	6.825,41	19.950,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FU	-40,15	-1.328,46	-28,75	-565,59	-3.163,99	-1.873,06	-7.000,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial	39,69	972,45	1.657,08	419,67	3.358,30	3.352,81	9.800,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial	21,26	520,95	887,73	224,82	1.799,09	1.796,15	5.250,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Comp. Finan. pela Exploraçã	44.223,71	49.421,41	50.380,85	51.950,48	61.966,73	52.056,82	310.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Comp. Finan. de Recurs	5.563,67	5.192,28	6.206,75	5.144,44	4.010,48	3.882,38	30.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	38.660,04	44.229,13	44.174,10	46.806,04	57.956,25	48.174,44	280.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saú	746.682,78	831.530,66	766.142,64	920.846,65	804.906,93	910.811,34	4.980.721,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	670.822,85	775.577,74	718.947,18	795.259,65	729.988,57	797.032,01	4.487.628,00
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	408.906,29	430.498,68	407.207,45	462.545,61	450.575,50	473.354,47	2.633.088,00
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica.	192.121,89	222.467,07	212.653,88	116.097,96	210.052,74	161.070,46	1.105.464,00
1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	113.540,39	113.540,38	99.794,94	135.819,08	112.009,86	151.535,35	726.240,00
1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Sa	61.094,47	61.277,22	51.083,65	67.384,13	65.442,48	95.261,95	401.544,00
1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	14.089,34	17.291,47	19.301,77	18.572,32	19.212,74	18.572,36	107.040,00
1.7.2.1.33.04.01.05.00	Programa Melhoria do Acesso e da Qu	28.060,20	15.922,54	24.373,21	124.672,12	52.857,58	46.914,35	292.800,00
1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Comp	162.026,45	270.278,79	234.304,52	234.023,04	213.886,51	235.660,69	1.350.216,00
1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	105.347,54	184.112,30	169.509,99	137.596,40	150.021,98	143.787,79	890.376,00
1.7.2.1.33.04.02.02.00	Serviço de Atendimento Móvel as Urgê	25.582,06	53.268,63	38.251,39	49.860,50	34.315,38	61.750,04	263.028,00
1.7.2.1.33.04.02.03.00	Centro de Especialidades Odontológica	15.274,28	22.062,86	13.577,14	31.397,14	16.547,15	19.941,43	118.800,00
1.7.2.1.33.04.02.04.00	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	15.822,57	10.835,00	13.002,00	15.169,00	13.002,00	10.181,43	78.012,00
1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	57.318,01	39.220,16	27.835,12	55.963,86	28.861,14	52.281,71	261.480,00
1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e	45.057,65	20.337,45	12.991,09	27.193,15	12.881,56	33.819,10	152.280,00
1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	7.445,01	2.656,80	885,60	9.509,30	875,38	8.831,91	30.204,00
1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	4.815,35	16.225,91	13.958,43	19.261,41	15.104,20	9.630,70	78.996,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	42.572,10	35.580,11	49.564,09	42.727,14	36.665,42	35.735,14	242.844,00
1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	42.572,10	35.580,11	49.564,09	42.727,14	36.665,42	35.735,14	242.844,00
1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	8.718,16	5.812,11	10.171,19	8.718,17	8.718,16	10.171,21	52.309,00
1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	7.694,49	11.924,92	9.809,70	27.405,85	7.020,07	18.944,97	82.800,00
1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bt	7.701,27	3.131,40	4.405,81	6.322,63	6.361,55	6.697,34	34.620,00
1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	11.567,22	18.177,05	5.783,61	14.872,14	14.045,91	36.354,07	100.800,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sôc	1.650,00	3.300,00	1.650,00	10.725,00	825,00	8.250,00	26.400,00
1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	2.378,15	1.821,38	910,69	1.821,38	3.281,09	3.251,31	13.464,00
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	36.150,64	11.786,06	5.893,03	21.236,12	34.666,58	12.967,57	122.700,00
1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Comp	0,00	0,00	8.571,43	34.285,71	0,00	17.142,86	60.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Edu	485.042,15	505.084,33	462.403,12	492.109,70	521.324,16	395.036,54	2.861.000,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	457.265,59	364.598,07	322.022,11	332.250,30	336.564,73	287.299,20	2.100.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	24.225,74	131.261,48	121.214,73	142.126,55	165.798,84	95.372,66	680.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	3.061,85	9.224,78	19.166,28	17.732,85	18.449,56	12.364,68	80.000,00
1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	488,97	0,00	0,00	0,00	511,03	0,00	1.000,00
1.7.2.1.35.99.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE - Brasil	488,97	0,00	0,00	0,00	511,03	0,00	1.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Deson	100.162,29	46.223,25	27.839,55	251.015,96	-158.193,84	866.952,79	1.134.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	5.272,88	29.086,55	16.401,04	16.401,04	16.401,04	19.037,45	102.600,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	2.590,18	14.288,12	8.056,66	8.056,66	8.056,66	9.351,72	50.400,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Dei	-2.815,92	-9.269,21	-5.626,72	-5.626,72	-5.626,72	-7.034,71	-36.000,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	1.367,60	7.654,35	4.316,06	4.316,06	4.316,06	5.009,87	27.000,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	5.657,08	4.463,44	4.692,51	5.434,43	5.128,84	4.623,70	30.000,00
1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	88.070,47	0,00	0,00	0,00	35.964,77	35.964,76	160.000,00
1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d	0,00	0,00	0,00	222.434,49	-222.434,49	800.000,00	800.000,00
1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d	0,00	0,00	0,00	166.825,86	-166.825,86	600.000,00	600.000,00
1.7.2.1.99.05.02.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d	0,00	0,00	0,00	55.608,63	-55.608,63	200.000,00	200.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.640.960,12	5.955.453,03	6.016.840,61	5.939.601,99	6.450.834,73	6.359.418,52	36.363.109,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.584.091,66	5.731.956,80	5.817.273,29	5.757.421,85	6.238.222,38	6.140.034,02	35.269.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	3.495.314,51	3.379.327,34	3.437.642,83	3.340.821,12	3.593.822,42	3.843.271,78	21.090.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	1.716.996,60	1.660.020,45	1.688.666,64	1.641.006,88	1.765.386,46	1.887.922,97	10.360.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	919.819,62	889.296,67	904.642,83	879.110,83	945.742,75	1.011.387,30	5.550.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUI	-1.234.834,67	-1.188.885,70	-1.213.272,04	-1.186.658,16	-1.322.230,71	-1.322.118,72	-7.400.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	426.295,08	662.816,76	663.801,36	710.243,17	785.215,52	456.628,11	3.705.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	209.408,12	325.594,21	326.077,84	348.991,39	385.719,91	224.308,53	1.820.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do I	-145.767,15	-237.417,57	-233.243,19	-242.549,73	-272.856,51	-168.165,85	-1.300.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	112.182,94	174.425,46	174.684,56	186.906,09	206.635,67	120.165,28	975.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Pr	59.563,46	47.691,74	49.956,48	55.736,08	56.942,78	60.709,46	330.600,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ed	29.259,24	23.427,52	24.500,43	27.379,12	29.822,20	29.822,20	162.400,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FL	-20.850,11	-17.346,31	-19.370,48	-18.832,89	-19.726,92	-19.873,23	-116.000,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Sa	15.674,59	12.550,46	13.148,43	14.667,39	14.984,94	15.976,19	87.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio E	1.029,43	455,77	0,00	900,56	2.614,24	0,00	5.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%	56.868,46	145.777,15	103.609,25	75.403,47	103.192,61	120.258,06	605.109,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	56.868,46	145.777,15	103.609,25	75.403,47	103.192,61	120.258,06	605.109,00
1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	34.914,21	36.492,72	21.372,72	21.434,54	42.869,08	57.198,21	214.251,00
1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família.	8.452,44	26.400,52	37.287,07	37.342,23	20.246,75	38.570,99	168.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.2.33.01.04.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas	6.020,62	11.753,30	8.743,00	4.266,79	15.356,95	3.359,34	49.500,00
1.7.2.2.33.01.05.00.00	Ações de Média e Alta Complexidade - E	7.481,19	71.130,61	36.206,94	12.359,91	24.719,83	21.129,52	173.028,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	77.719,08	95.958,07	106.776,67	109.419,74	99.126,44	489.000,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	0,00	77.719,08	93.824,74	93.824,74	77.719,06	46.912,38	390.000,00
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	0,00	0,00	2.133,33	12.951,93	31.700,68	52.214,06	99.000,00
1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	0,00	0,00	2.133,33	2.666,67	4.533,33	6.666,67	16.000,00
1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	7.500,00	18.750,00	18.750,00	45.000,00
1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	2.785,26	8.417,35	797,39	12.000,00
1.7.2.2.99.02.00.04.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.564.773,53	3.361.019,31	3.550.003,91	3.351.250,42	3.470.126,89	3.702.825,94	21.000.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.138.864,12	2.016.611,58	2.130.002,33	2.010.750,24	2.082.076,13	2.221.695,60	12.600.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.425.909,41	1.344.407,73	1.420.001,58	1.340.500,18	1.388.050,76	1.481.130,34	8.400.000,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	1.742,41	4,55	1.741,19	10.955,77	9.858,43	5.397,65	29.700,00
1.7.5.0.00.00.01.00.00	Transferência de pessoas ao FIA	1.742,41	4,55	1.741,19	10.955,77	9.858,43	5.397,65	29.700,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	15.883,27	32.881,09	27.304,17	11.050,62	25.928,47	22.752,38	135.800,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados Distr.Fed. e suas Enti	5.626,78	3.690,39	3.682,41	1.874,39	13.247,41	6.878,62	35.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	5.626,78	3.690,39	3.682,41	1.874,39	13.247,41	6.878,62	35.000,00
1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	5.626,78	3.690,39	3.682,41	1.874,39	13.247,41	1.878,62	30.000,00
1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacientes_10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entit	10.256,49	29.190,70	23.621,76	9.176,23	12.681,06	15.873,76	100.800,00
1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	10.256,49	29.190,70	23.621,76	9.176,23	12.681,06	15.873,76	100.800,00
1.7.6.3.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	10.256,49	29.190,70	23.621,76	9.176,23	12.681,06	15.873,76	100.800,00
1.7.6.3.99.00.01.01.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - f	2.716,66	7.630,28	5.173,47	4.372,65	4.372,65	5.974,29	30.240,00
1.7.6.3.99.00.01.02.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - l	0,00	7.066,13	8.935,67	2.973,85	6.114,87	5.149,48	30.240,00
1.7.6.3.99.00.01.03.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - s	7.539,83	14.494,29	9.512,62	1.829,73	2.193,54	4.749,99	40.320,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	316.575,67	404.488,33	469.554,60	446.374,16	616.337,47	573.399,77	2.826.730,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	128.880,88	172.494,95	187.772,58	190.977,41	225.869,86	208.004,32	1.114.000,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	7.883,70	7.628,17	14.908,16	14.144,02	25.039,04	45.396,91	115.000,00
1.9.1.1.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Imp. Propriedade Ter	6.501,55	5.194,13	9.243,08	7.544,35	14.259,68	37.257,21	80.000,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig	103,26	234,67	1.221,52	647,86	2.076,65	716,04	5.000,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Próprio	746,48	473,97	812,04	1.485,73	3.877,33	6.854,45	14.250,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Educaç	366,70	232,85	398,93	729,86	1.904,64	3.367,02	7.000,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Saúde	196,44	124,73	213,69	391,00	1.020,34	1.803,80	3.750,00
1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.850,00	2.850,00
1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00
1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Próprios	2.959,38	2.486,62	4.456,51	2.814,46	4.250,69	11.532,34	28.500,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Educaçã	1.453,76	1.221,56	2.189,14	1.382,63	2.088,07	5.664,84	14.000,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Saúde	778,79	654,40	1.172,77	740,67	1.118,61	3.034,76	7.500,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.278,89	2.199,37	4.443,56	5.951,81	8.702,71	7.423,66	30.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo	1.278,89	2.199,37	4.443,56	5.951,81	8.702,71	7.423,66	30.000,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	46.732,57	53.202,25	69.609,08	53.262,79	89.546,05	47.647,26	360.000,00
1.9.1.3.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - F	39.717,01	45.725,90	35.589,63	46.466,08	82.189,20	40.312,18	290.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - F	18.435,32	21.527,75	16.116,32	22.509,03	16.539,80	18.871,78	114.000,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - F	9.055,99	10.574,99	7.916,82	11.057,05	8.124,81	9.270,34	56.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - §	4.851,41	5.665,16	4.241,17	5.923,44	4.352,58	4.966,24	30.000,00
1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Pi	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	950,00	5.700,00
1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Ei	466,66	466,66	466,66	466,66	466,66	466,70	2.800,00
1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Si	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Pr	3.253,34	3.586,05	3.219,72	3.026,63	29.359,12	3.156,14	45.600,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ec	1.598,15	1.761,58	1.581,65	1.486,78	14.421,44	1.550,40	22.400,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Se	856,14	943,71	847,29	796,49	7.725,79	830,58	12.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib	7.015,56	7.476,35	34.019,45	6.796,71	7.356,85	7.335,08	70.000,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	4.504,57	4.753,27	3.520,81	3.161,97	3.884,50	5.174,88	25.000,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec	4.504,57	4.753,27	3.520,81	3.161,97	3.884,50	5.174,88	25.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	69.760,04	106.911,26	99.734,53	120.408,63	107.400,27	109.785,27	614.000,00
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	22.112,15	33.113,75	31.987,35	38.503,44	34.120,57	35.162,74	195.000,00
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	22.112,15	33.113,75	31.987,35	38.503,44	34.120,57	35.162,74	195.000,00
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	23.813,05	35.660,94	34.447,89	41.465,30	36.745,25	37.867,57	210.000,00
1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	130,10	707,02	776,97	290,29	729,36	366,26	3.000,00
1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação 1	130,10	225,42	776,97	290,29	710,96	366,26	2.500,00
1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, post	0,00	481,60	0,00	0,00	18,40	0,00	500,00
1.9.1.9.70.00.00.00.00	Multas/Indenizações Explor Patrimônio Ge	1.592,59	4.315,80	534,97	1.646,16	1.684,52	1.225,96	11.000,00
1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	1.378,79	2.639,06	354,88	600,34	440,36	686,57	6.000,00
1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - Procon	213,80	1.776,74	180,09	1.045,82	1.244,16	539,39	5.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.663,14	108.432,86	109.355,80	108.291,92	199.734,28	155.522,00	735.000,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	53.663,14	108.432,86	109.355,80	108.291,92	199.734,28	155.522,00	735.000,00
1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Gera	2.693,59	4.449,36	1.149,18	874,37	34.350,20	6.483,30	50.000,00
1.9.2.2.10.01.00.00.00	Comp Financ entre Reg. Geral e R.P.P/pri	2.693,59	4.449,36	1.149,18	874,37	34.350,20	6.483,30	50.000,00
1.9.2.2.11.00.00.00.00	Restituição de Parc. Seg. Desemp. Recebi	50.969,55	103.983,50	108.206,62	107.417,55	165.384,08	149.038,70	685.000,00
1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMV	1.548,79	6.503,68	5.715,41	8.054,89	53.272,24	4.904,99	80.000,00
1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras restituições - FASM	49.420,76	97.479,82	102.491,21	99.362,66	112.111,84	144.133,71	605.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	127.406,61	118.047,93	122.131,58	96.250,99	146.586,90	174.575,99	785.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	113.478,78	105.044,04	108.582,79	84.963,03	133.609,91	149.321,45	695.000,00
1.9.3.1.06.00.00.00.00	Receita da Div. Ativa do Imposto s/ Exporta	85.926,45	78.677,79	59.132,95	66.077,51	110.705,95	124.479,35	525.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios	38.703,41	37.702,37	27.988,77	32.077,98	38.265,50	53.261,97	228.000,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	18.976,30	18.696,77	13.723,02	15.727,93	18.761,61	26.114,37	112.000,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	10.185,12	9.921,69	7.365,54	8.441,56	10.069,82	14.016,27	60.000,00
1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - Próprios	2.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.850,00
1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - Educação	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - Saúde	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios	7.449,61	7.045,67	5.735,16	5.567,18	24.872,21	17.730,17	68.400,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	3.659,09	3.464,26	2.816,98	2.734,50	12.216,56	8.708,61	33.600,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	1.952,92	1.847,03	1.503,48	1.528,36	6.520,25	4.647,96	18.000,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	27.552,33	26.366,25	49.449,84	18.885,52	22.903,96	24.842,10	170.000,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo	27.552,33	26.366,25	49.449,84	18.885,52	22.903,96	24.842,10	170.000,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	13.927,83	13.003,89	13.548,79	11.287,96	12.976,99	25.254,54	90.000,00
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rei	13.927,83	13.003,89	13.548,79	11.287,96	12.976,99	25.254,54	90.000,00
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recett	13.927,83	13.003,89	13.548,79	11.287,96	12.976,99	25.254,54	90.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Exercício de 2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	6.625,04	5.512,59	50.294,64	50.853,84	44.146,43	35.297,46	192.730,00
1.9.0.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ação	929,71	1.564,59	7.968,28	1.179,71	2.243,28	16.114,43	30.000,00
1.9.0.0.02.00.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados - F	929,71	1.564,59	7.968,28	1.179,71	2.243,28	16.114,43	30.000,00
1.9.0.0.02.00.01.02.00	Receita de Honorários de Advogados -	929,71	1.564,59	7.968,28	1.179,71	2.243,28	16.114,43	30.000,00
1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas - INPREVID	5.695,33	3.948,00	42.326,36	49.674,13	41.903,15	19.183,03	162.730,00
1.9.0.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	780,08	959,05	39.776,47	43.516,99	13.611,44	1.355,97	100.000,00
1.9.0.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	0,00	0,00	3,85	0,00	42,37	53,78	100,00
1.9.0.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	1.969,24	1.990,28	2.832,59	5.153,32	3.172,49	6.882,08	22.000,00
1.9.0.0.99.05.00.00.00	Outras Receitas - FMS	1.212,14	48,17	0,00	0,00	2.716,97	22,72	4.000,00
1.9.0.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - INPREVID	0,00	0,00	0,00	0,00	20.637,88	12.362,12	33.000,00
1.9.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FIA Demais Recursos	1.733,87	950,50	-286,55	1.003,82	1.722,00	-1.493,64	3.630,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.504.352,80	1.517.238,56	1.951.735,52	1.411.960,30	3.560.826,18	2.624.886,64	12.571.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.515,20	83.283,47	522.547,95	5.242,79	122.019,91	22.390,68	800.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	44.515,20	83.283,47	522.547,95	5.242,79	122.019,91	22.390,68	800.000,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	44.515,20	83.283,47	522.547,95	5.242,79	122.019,91	22.390,68	800.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENACÃO DE BENS	5.000,00	5.815,07	5.184,93	5.000,00	5.000,00	5.000,00	31.000,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENACÃO DE BENS MÓVEIS	4.166,66	4.981,73	4.351,59	4.166,66	4.166,66	4.166,70	26.000,00
2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
2.2.1.3.00.00.00.00.00	Rec. de Equalização	0,00	815,07	184,93	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.5.00.00.00.00.01	Alienação de Veículos - FMS	0,00	815,07	184,93	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENACÃO DE BENS IMÓVEIS	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	37.102,64	39.450,78	31.833,22	34.868,31	26.761,78	29.983,27	200.000,00
2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	37.102,64	39.450,78	31.833,22	34.868,31	26.761,78	29.983,27	200.000,00
2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amort. de Financiamentos de Bens	37.102,64	39.450,78	31.833,22	34.868,31	26.761,78	29.983,27	200.000,00
2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de Financiamentos de Bens	37.102,64	39.450,78	31.833,22	34.868,31	26.761,78	29.983,27	200.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.417.734,96	1.388.689,24	1.392.169,42	1.366.849,20	3.407.044,49	2.567.512,69	11.540.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT.	84.401,62	55.355,90	58.836,08	33.515,86	198.711,15	109.179,39	540.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	84.401,62	55.355,90	58.836,08	33.515,86	198.711,15	109.179,39	540.000,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	84.401,62	55.355,90	58.836,08	33.515,86	198.711,15	109.179,39	540.000,00
2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	84.401,62	55.355,90	55.236,08	28.115,86	198.711,15	28.179,39	450.000,00
2.4.2.2.99.00.03.00.00	Programa SOS Nascentes_90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade -	0,00	0,00	3.600,00	5.400,00	0,00	0,00	9.000,00
2.4.2.2.99.00.06.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	31.000,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	3.208.333,34	2.458.333,30	11.000.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entid	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,00	1.125.000,00	3.000.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,00	1.125.000,00	3.000.000,00
2.4.7.1.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,00	1.125.000,00	3.000.000,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,30	8.000.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,30	8.000.000,00
2.4.7.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,34	1.333.333,30	8.000.000,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁ	973.799,17	1.999.073,56	2.027.155,91	2.063.563,08	2.084.127,42	3.629.280,86	12.777.000,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	973.799,17	1.999.073,56	2.027.155,91	2.063.563,08	2.084.127,42	3.629.280,86	12.777.000,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	973.799,17	1.999.073,56	2.027.155,91	2.063.563,08	2.084.127,42	3.629.280,86	12.777.000,00
7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra (C	920.775,58	1.911.351,97	1.938.201,66	1.972.877,55	1.992.509,82	3.491.283,42	12.227.000,00

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patrim. Servi Ativo Civil - Intra Or	437.971,17	932.222,21	941.932,03	959.319,48	968.443,20	1.937.111,91	6.177.000,00
7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Ci	381.554,50	819.388,87	848.344,38	846.486,14	855.609,86	1.748.616,25	5.500.000,00
7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Ci	56.416,67	112.833,34	93.587,65	112.833,34	112.833,34	188.495,66	677.000,00
7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuicao Previd. Para Amortiz do Defi	482.804,41	979.129,76	996.269,63	1.013.558,07	1.024.066,62	1.554.171,51	6.050.000,00
7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	53.023,59	87.721,59	88.954,25	90.685,53	91.617,60	137.997,44	550.000,00
7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição assistência médica Patronal	53.023,59	87.721,59	88.954,25	90.685,53	91.617,60	137.997,44	550.000,00
TOTAL GERAL:		21.365.057,16	22.990.958,70	26.405.767,92	24.802.881,44	26.334.797,02	29.666.690,76	151.566.153,00

VIDEIRA, 27/01/2016

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno
<hr/>		
WILMAR CARELLI		
Prefeito Municipal		

INPREVID

BALANCETE FINANCEIRO 6BIM

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	4.416.272,55	ORÇAMENTÁRIAS	786.370,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	625.664,36	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	782.981,92
RECEITA PATRIMONIAL	1.760.159,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.131,16
RECEITA DE SERVIÇOS	-7.596,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	766.850,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.596,85	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.388,56
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.030.448,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.388,56
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	45.548,85		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	45.548,85		
Interferências Financeiras	3.343,98	Interferências Financeiras	211.791,54
OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.343,98	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVEST	211.791,54
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.737.736,31	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.779.100,68
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	111.295,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	111.452,40
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	798.862,92	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	840.070,36
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	827.577,92	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	827.577,92
SALDOS ANTERIORES	133.666.213,54	SALDOS ATUAIS	137.091.852,53
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	133.509.340,87	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	137.063.342,82
BANCO C/ MOVIMENTO	156.872,67	BANCO C/ MOVIMENTO	28.509,71
TOTAL	139.869.115,23	TOTAL	139.869.115,23

VIDEIRA, 27/01/2016

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC-SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

REO INPREVID 6BIM

Betha Sistemas
Exercício de 2015
6º bimestre

SANTA CATARINA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID
 Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
 Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2015	Bimestre Nov/Dez/2015	Total até Dez/2015
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.532.000,00	2.098.770,44	1.120.642,24	3.219.412,68
RECEITA PATRIMONIAL	10.663.000,00	13.150.620,78	2.999.293,19	16.149.913,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	88.000,00	37.032,41	12.754,73	49.787,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.677.000,00	8.400.493,66	3.499.949,31	11.900.442,97
TOTAL DA RECEITA :	24.960.000,00	23.686.917,29	7.632.639,47	31.319.556,76
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	24.960.000,00	7.567.648,04	2.356.786,59	9.924.434,63
Total da Entidade:	24.960.000,00	7.567.648,04	2.356.786,59	9.924.434,63
TOTAL DA DESPESA :	24.960.000,00	7.567.648,04	2.356.786,59	9.924.434,63

VIDEIRA, 27/01/2016

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 001/2016 FMS

Processo de Licitação 001/2016 FMS
Modalidade: Pregão 001/2016 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA 11347.201000/1140-01, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 12 de fevereiro 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 28 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA 001/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

VALOR TOTAL: R\$ 42.350,00

Vitor Meireles – SC, 28 de Janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2016

P O R T A R I A Nº. 001/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING
Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JANEIRO DE 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 002/2016

P O R T A R I A Nº. 002/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INTERROMPER FÉRIAS:

de acordo com o Artigo 76, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: RONALDO KOEHLER

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, por motivo de superior interesse público, sendo que os 9 (nove) dias restantes serão gozados posteriormente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JANEIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 003/2016

P O R T A R I A Nº. 003/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INTERROMPER FÉRIAS:

de acordo com o Artigo 76, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VALMIR VENDELINO DERETTI

Cargo: SECRETÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, por motivo de superior interesse público, sendo que os 18 (dezoito) dias restantes serão gozados posteriormente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JANEIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 004/2016

P O R T A R I A Nº. 004/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INTERROMPER FÉRIAS:

de acordo com o Artigo 76, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JORGE GOMES MONTEIRO NETO

Cargo: MÉDICO DA ESF

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, por motivo de superior interesse público, sendo que os 19 (dezenove) dias restantes serão gozados posteriormente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JANEIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 005/2016

P O R T A R I A Nº 005/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Micheli Scottini	01/12/2014	a	30/11/2015	21/12/2015	a	19/01/2016
Regina da Costa Oliveira	01/12/2014	a	30/11/2015	14/12/2015	a	28/12/2016
Rejani Schmitt Claudino dos Santos	04/11/2014	a	03/11/2015	21/12/2015	a	19/01/2016
Ronaldo Koehler	08/10/2014	a	07/10/2015	14/12/2015	a	12/01/2016
Rosane Ferreira da Cruz	04/05/2014	a	03/05/2015	14/01/2016	a	12/02/2016
Sandra Sayuri Muranaka	05/01/2015	a	04/01/2016	01/02/2016	a	01/03/2016
Sérgio Alves dos Santos	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Telmo Luiz Koerich	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 259/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JANEIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

QUADRO DE VAGAS PROFESSORES ACTS 2016**RELAÇÃO DE VAGAS PARA PROFESSORES ACTs 2016****E. M. SALTO DOLLMANN**

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
E. M. SALTO DOLLMANN	1º Ano	Mat.-	20 horas
	3º Ano	Mat. –	20 horas
	4º Ano	Mat. –	20 horas
	5º Ano	Mat. –	20 horas
	Educação Física 5 x 3 = 15 aulas	Mat.-	15 horas
	Artes 5 x 2 = 10 aulas	Mat. –	10 horas

RELAÇÃO DE VAGAS PARA PROFESSORES ACTs 2016**E. M. SALTO DOLLMANN Tempo Integral**

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
E. M.SALTO DOLLMANN	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Vesp-	20 horas C/ hora atividade
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JOGOS	Vesp-	20 horas C/ hora atividade
	Obs: As oficinas serão de 45min sendo 5 oficinas por dia.		

RELAÇÃO DE VAGAS PARA PROFESSORES ACTs 2016**E.M. SERRA DA ABELHA**

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
--------	-------	-----------	---------------

E.M. SERRA DA ABELHA	3º Ano	Mat. –	20 horas
	4º Ano	Mat.-	20 horas
	Educação Física 4 x 3 = 12 aulas	Mat. -	10 horas
	Artes 4 x 2 = 8	Mat.-	10 horas
	Educação Física 2 x 3 = 6 aulas	Vesp. -	5 horas
	Artes 2 x 2 = 4	Vesp. -	5 horas

RELAÇÃO DE VAGAS PARA PROFESSORES ACTs 2016
E.M.VICTOR MEIRELLES

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
E.M.VICTOR MEIRELLES	2º Ano	Vesp. -	20 horas
	3º Ano	Vesp. –	20 horas
	5º Ano	Mat. Vesp.	20 horas 20 horas
	E. Física do 1ºAno ao 5ºAno 5 x 3 =15 aulas	Mat. –	15 horas
	E. Física do 1ºAno ao 5ºAno 5 x 3 =15 aulas	Vesp. –	15 horas
	Artes 1ºAno ao 5ºAno 5 x 2 = 10 aulas	Mat.-	10 horas
	Artes 1ºAno ao 5ºAno 5 x 2 = 10 aulas	Vesp.-	10 horas
	AEE/Reforço Escolar	Mat.-	10 horas
	AEE/Reforço Escolar	Vesp.-	10 horas

RELAÇÃO DE VAGAS PARA PROFESSORES ACTs 2016
CEI CHAPEUZINHO VERMELHO

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	E. Física do Pré-escolar nível I e II 3 x 2 =6 aulas	Mat.	5 horas
	E. Física do Pré-escolar nível I e II 3 x 2 =6 aulas	Vesp.	5 horas
	Berçário/ Maternal/Obs	Not-	20 horas + 10% R.

RELAÇÃO DE VAGA PARA PROFESSOR ACT 2016
E.M. BARRA DA PRATA

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
E.M. BARRA DA PRATA	3º Ano/4º Ano 7 + 4 11 alunos Multisseriada	vesp.-	20 horas

RELAÇÃO DE VAGA PARA PROFESSOR ACT 2016
E.M. RIO DENECKE

ESCOLA	VAGAS	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA
E.M. RIO DENECKE	2º Professor 3º Ano	Mat - ACT	20 horas

Este é o Quadro de vagas para professores ACTs na Rede Municipal de Vitor Meireles. Inscritos no Edital de Processo Seletivo 005/2015. As aulas de Ed. Física e Artes primeiramente serão oferecidas para os professores ACTs habilitados nas áreas e posteriormente para os Pedagogos ACTs

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0011/2016, tendo como objeto: Contratação de Horas de Trator Agrícola de Pneu equipado com ensiladeira e carreto basculante para prestação de serviços de Ensilagem para o Gado Leiteiro. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 15/02/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 27 de janeiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 016/2016

DECRETO Nº AJG 016/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que tradicionalmente, todos os órgãos públicos, tanto em nível federal como estadual, decretam ponto facultativo de trabalho na segunda-feira que antecede os festejos da terça-feira de carnaval;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas da Administração Direta do Município de Xanxerê no dia 08 de fevereiro de 2016 (segunda-feira).

Art. 2º. Os serviços essenciais manterão escalas de atividades conforme necessidade e determinação das chefias dos órgãos e/ou setores competentes.

Art. 3º. Os servidores cedidos a outros órgãos ou instituições atenderão o horário de funcionamento de seus respectivos locais de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 015/2016

DECRETO Nº AJG 015/2016

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 007/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 007/2015, de 17 de dezembro de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0096/2015

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0096/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de emulsão asfáltica RM-1C com bomba para descarga para manutenção das Ruas, estradas e demais obras do Município de Xanxerê. Fica reajustado o valor do item 01 do Edital (Emulsão asfáltica) para R\$ 2,59 conforme Requerimento e Parecer jurídico anexos. Xanxerê-SC, 26 de janeiro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO ATA RP Nº 0100/2015

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0104/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Monte Castelo Materiais de Construção Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção, destinados as pessoas que tiveram suas residências atingidas pelo Tornado.

Fica aditado o valor de R\$ 14.474,32 (quatorze mil quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) que corresponde nas quantidades dos itens 01, 36 a 51 do Edital.

Xanxerê-SC, 25 de janeiro de 2016. Ademir José Gasparini.

Associações

AMMVI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO 07-2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO nº 07/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 05/2015 para a empresa RENAULT DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.913.443/0001-73 para o item 01 em R\$ 45.000,00 individual e R\$ 90.000,00 total, para o item 02 em R\$ 58.000,00 e para alienação o valor de R\$ 11.000,00 individual e R\$ 22.000,00 total, resultando na diferença de desembolso em R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) consoante ata de julgamento do Pregoeiro e equipe de apoio.

Blumenau, SC, 19 de janeiro de 2016.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 07-2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO nº 07/2015

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Licitação, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório nº 07/2015, o participante:

RENAULT DO BRASIL S/A, CNPJ sob nº 00.913.443/0001-73.

Blumenau, SC, 19 de janeiro de 2016.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

Consórcios

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 - REPUBLICAÇÃO – ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO Nº 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 REPUBLICAÇÃO – ALTERAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PROCESSO Nº 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

Considerando o disposto no item '25.3.3' do Edital, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Licitação Compartilhada, vem, por meio deste Instrumento, designar novas datas para a realização das Sessões Públicas do Pregão Presencial n.º 02/2016, quais sejam:

· Sessão Pública do Pregão Presencial: 11/02/2016, às 09:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

· 1ª Sessão Pública da Prova de Conceito: 11/02/2016, às 13:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

· 2ª Sessão Pública da Prova de Conceito: 12/02/2016, às 13:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

OBJETO: Realização de licitação compartilhada para o registro de preços, visando à futura e eventual contratação, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, 12 (doze) meses, de empresa especializada em tecnologia da informação, para o fornecimento de um sistema de gestão da assistência social, em arquitetura web, que atenda aos requisitos da Lei 8.742/1993, ao Pacto de Aprimoramento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e demais normativas e regulamentações vigentes, direcionado aos municípios e à rede de assistência social, incluindo serviços iniciais de implantação (instalação, importação/conversão de dados e parametrização) e treinamento de usuários, assim como serviços contínuos de manutenção legal e corretiva, suporte técnico e treinamento contínuo, conforme especificações contidas neste edital, notadamente o Anexo I – Termo de Referência.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, n.º 11.107/2005, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 6.017/2007 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2016.

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI

Analista de Sistemas do CIGA

Pregoeiro do CIGA

CIS/AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 25/01/2016.

RESOLUÇÃO nº 110, de 25/01/2016.

Declara ponto facultativo os dias 08 e 09 de fevereiro de 2016, e dá outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e

Considerando-se que durante o período de carnaval as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços do CISAMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI nestes dias, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados do CISAMVI nas datas de 08 de fevereiro de 2016 (segunda-feira, véspera de Carnaval) e 09 de fevereiro de 2016 (terça-feira, dia de Carnaval).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pelo CISAMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 25 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 13/2016 LAB SPILLERE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 13/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO SPILLERE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Márcio Spillere da Silva pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 30/2016 ULTRA VIDA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 30/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ULTRA VIDA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 20/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Murilo dos Santos May pelo Contratado.